



A CIVITAS DE VISEU espaço e sociedade

Volume I

João L. Inês Vaz

Comissão de Coordenação da Região Centro

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

Nº 2

João L. Inês Vaz

A CIVITAS DE VISEU
– espaço e sociedade –

Volume I

1997

ISBN 972-569-095-8

Dep. Legal 113 702/97

FICHA TÉCNICA

Série: *História Regional e Local – N° 2*

Título: *A CIVITAS DE VISEU – ESPAÇO E SOCIEDADE*

Autor: João L. Inês Vaz

Responsável pela edição:
Dra. Ana Saturnino

Composição:
Vítor Duarte

Tiragem:
500 exemplares

Offset: *Fotografia* – Adelino Bandeira
Montagem – Adelino Bandeira
Transporte – Henrique Taborda
Impressão – Henrique Taborda

Edição e Distribuição:

CCRC – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
Rua Bernardim Ribeiro, 80 – 3000 COIMBRA
Telefone: (039) 400198/9
Fax: (039) 701657

ÍNDICE GERAL

	Pág.
Nota de Apresentação	1
Introdução	5
I Parte	
CATÁLOGO DAS ESTAÇÕES E INSCRIÇÕES	
Introdução	13
Estações	21
Inscrições	177
Inscrições votivas	179
Inscrições funerárias	225
Marcos terminais	273
Inscrições monumentais	279
Miliários	287
Varia	305
Monumentos anepígrafos	311
II Parte	
O ESPAÇO	
1. Os povos da inscrição CIL II 760	319
2. Os Interannienses	325
2.1. As fronteiras	325
2.2. Caracterização geográfica do território	326
2.2.1. Hidrografia e Geologia	326
2.2.2. Implantação romana no terreno	331
2.2.3. Recursos económicos	332
2.3. Os grupos suprafamiliares	334
3. O ordenamento do território	338
3.1. A capital	338
3.1.1. Topografia	338
3.1.2. Um castro em Viseu?	340
3.1.3. Fundação	342
3.1.4. O nome	347
3.1.5. A organização do espaço urbano	348
3.1.6. As portas	353
3.1.7. O Forum	354
3.1.8. As necrópoles	355
3.1.9. A Cava de Viriato	359

3.1.9.1.	Historiografia	359
3.1.9.2.	A construção	362
3.1.9.3.	Organização do espaço interno	367
3.1.10.	Catálogo de moedas	368
3.2.	As Vias	371
3.2.1.	Historiografia	371
3.2.2.	As redes viárias	373
3.2.2.1.	Rede viária principal	375
3.2.2.2.	Rede viária secundária	386
3.2.3.	Técnicas de construção	391
3.2.3.1.	Alicerces da via	391
3.2.3.2.	Pavimento	394
3.2.4.	Relação via / terrenos circundantes	396
3.2.5.	As pedreiras	397
3.2.6.	Miliários e cronologia	397
3.2.7.	Vias romanas: percursos eternos?	400
3.2.8.	Vias e castros	401
3.3.	Aglomerados urbanos secundários e terciários	403
3.4.	As villae	411
3.5.	Os Habitats	412
3.6.	Pervivência do povoamento romano	414

III Parte

RELIGIÃO E SOCIEDADE

I. A RELIGIÃO

1.	O culto imperial	419
2.	Divindades romanas	420
3.	Divindades indígenas	422
4.	Génios e Lares	425
5.	Santuários	427

II. A SOCIEDADE

1.	Alingüística	429
2.	Onomástica	431
3.	Imigrantes	432
4.	Aculturação	433
5.	Demografia	436
6.	Formulário	437

Conclusão	439
-----------------	-----

Bibliografia	441
--------------------	-----

Índices	469
---------------	-----

Posfácio	487
----------------	-----

NOTA DE APRESENTAÇÃO

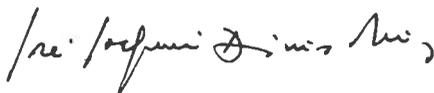
Há, porventura, duas dimensões essenciais que compõem um conhecimento activo, sofisticado, crítico e mobilizador – uma é a visão interdisciplinar (ninguém conhece bem o mundo a partir de uma disciplina e, por isso, todas são indispensáveis); a outra é o conhecimento dos territórios (o mundo dos homens não é abstracto, assenta os pés na terra e com isso cria espaços de vida).

Ora, o conhecimento constrói-se e reconstrói-se e, com isso, cria camadas plurais que estabelecem a identificação que fazemos dos meios em que vivemos. Não é necessário enaltecer a importância da Arqueologia para este processo de conhecimento e para o que ele representa através da luz que junta à formação das nossas identidades. O seu contributo é conhecido. Mas há, talvez, um ponto que não é desadequado sublinhar – um ponto incontornável da matriz em que se organiza a nossa vida colectiva são, de facto, os espaços de sociabilidade, de produção, de subsistência. É, por isso, que apesar da organização territorial das sociedades ser um ponto profundamente ligada à modernidade dos fins do séc. XX, tornando indispensável pela globalização das relações económicas e sociais, ele é também uma realidade de que o passado nos mostra o significado.

O convite que faço à leitura deste trabalho não é, obviamente, o que um especialista da matéria poderia formular. Mas é o convite de quem julga saber como é importante termos uma visão informada e tranquilamente esclarecida pela história e pela longa duração acerca da região em que perspectivamos a nossa vida colectiva.

Depois de termos iniciado a colecção História Regional e Local com um trabalho profundo sobre Aveiro no séc. XVIII é com gosto que acolhemos agora a tese do Doutor João Inês Vaz sobre *A Civitas de Viseu*. Para lá da valia académica deste texto e também como elemento para irmos desenhando a formação dos espaços que formam a Região Centro que o valorizamos e, por isso, o disponibilizamos para todos os interessados.

Coimbra, Abril de 1998



Prof. Doutor José Joaquim Dinis Reis
Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro

A Palmira

A Gisela

Ao Edgar

INTRODUÇÃO

A arqueologia da região de Viseu nunca foi alvo de um estudo sistemático ou de conjunto. No entanto, os estudiosos locais desde há muitos séculos que começaram a falar dos achados que se iam fazendo.

Os registos mais antigos são do séc. XVII (Pereira, 1955), com interpretações fantasiosas, à maneira da época. O mesmo vai acontecer nos séculos seguintes (Berardo, 1857; Aragão, 1893). Será preciso esperar pelos inícios do nosso século para ver surgir o primeiro arqueólogo em Viseu, o Dr. José Coelho.

Com uma obra vasta publicada ao longo de várias décadas, o Dr. José Coelho procurou sempre juntar a vertente arqueológica à pedagógica. Apesar dos muitos dados recolhidos e publicados, nunca tentou uma sistematização e um estudo de conjunto. A sua dispersão de interesses – do pré-histórico ao moderno e do litoral a Trancoso – talvez não lhe tenham permitido passar da simples descrição.

Para a época que nos interessa, o Dr. José Coelho deu a conhecer muitas dezenas de estações romanas, deixando a sua obra muitas vezes dispersa apenas por pequenos artigos de jornais locais.

Havia de ser, no entanto, um geógrafo a fazer a primeira síntese sobre Viseu e a tentar perceber a teia de relações entre Viseu e a zona circundante, Aristides de Amorim Girão. A sua obra, "Viseu – Estudo de uma Aglomeração Urbana", publicada em 1925, continua a ser a única síntese sobre a evolução urbanística de Viseu. Teve o grande mérito de chamar a atenção para a importância da malha viária viseense na época romana, daí partindo para a construção da sua teoria acerca da importância de Viseu nessa época.

A obra de Amorim Girão marca o arranque dos estudos sobre a cidade romana de Viseu.

José Coelho, que até aí tinha estado mais virado para os monumentos pré-históricos, vai, a partir daquela data, voltar-se para a época romana. Apesar do seu intenso labor, não ultrapassou a simples catalogação e também não acrescentou muito ao que Amorim Girão já escrevera alguns anos antes.

Até aos anos 60, a cidade não é alvo de referências que mereça a pena registar. No início desta década, Mário Saa identifica Viseu com *Talabriga* e considera a Cava como um enorme circo romano, na tradição fantasista dos escritores dos séculos passados.

Na década de 70, um outro geógrafo, Orlando Ribeiro, chama a atenção para a importância da Rua Direita de Viseu, possível traçado de uma rua romana e traz à discussão as pedras reaproveitadas em construções da parte alta da cidade.

Lucena e Vale, imbuído de uma grande dose de espírito bairrista, refere-se à cidade de Viseu, ora rebatendo, ora dando a sua anuência a argumentos apresentados por outros, casos de Mário Saa e Orlando Ribeiro.

Vai ser preciso esperar pelos finais da década de 80 para se conseguir a primeira síntese da cidade de Viseu na época romana. É seu autor o Prof. Doutor Jorge Alarcão (1989a). Esta obra representa a única tentativa de definição das estruturas e do urbanismo de Viseu e, partindo da correcta atribuição da capitalidade de *civitas* à cidade, integra-a na teia das relações regionais.

A romanização da região seria alvo de um estudo do mesmo autor nesse mesmo ano (Alarcão, 1989), constituindo este trabalho a única síntese elaborada, com base nos dados até então publicados.



Desde que nos instalámos em Viseu em 1977, nunca mais abandonámos a prospecção e o registo sistemáticos dos vestígios arqueológicos regionais, com principal incidência nos vestígios romanos. É o resultado desses anos de trabalho que ora se apresenta sob a forma de dissertação de doutoramento.

Palmilhámos caminhos e carreiros; calcorreámos estradas; passámos por centenas de povoações; contactámos com milhares de pessoas; interrogámos velhos e novos, mais aqueles que estes porque mais sabedores do passado; parámos junto de pastores e agricultores que, na maioria das vezes, nos forneceram preciosas informações; tivemos que explicar centos de vezes o tipo de trabalho que desenvolvíamos para que não restassem dúvidas sobre a sua finalidade, abrindo-nos à curiosidade popular e obtendo dados que, de outra forma, nunca conseguiríamos...; andámos a pé ou de carro, por altos e vales; palmilhámos vinhas e pinhais; subimos montes; atravessámos ribeiros e rios; percorremos a pé, quase sempre, os longos troços conservados das velhas vias romanas ou as veredas que delas restam, perfazendo muitos milhares de quilómetros.

Tivemos o ensejo de observar dezenas de mamoadas megalíticas, de ver centenas de alminhas erguidas, tombadas algumas vezes, de ver dezenas, talvez mais de uma centena de sepulcros escavados na rocha, todos ao longo dos velhos caminhos rurais ou das vias romanas...

Parámos em centenas de lugares onde a observação popular já tinha detectado a presença de cerâmicas, grossas telhas ou pedras aparelhadas; fomos a todos os sítios já publicados por autores antigos ou mais modernos, confirmando ou negando definitivamente a presença romana.

Observámos milhares de fragmentos cerâmicos; recolhemos centenas deles, quase sempre informes; fotografámos e estudámos várias dezenas de monumentos epigráficos; fizemos inúmeras fotografias e diapositivos de estações e lugares de implantação romana.

Lutámos contra o marasmo e a incompreensão daqueles que vêem na Arqueologia uma coisa do passado, sem qualquer reflexo no presente ou no futuro.

Não nos limitámos a observar, mas promovemos a acção. Fizemos algumas escavações, não muitas, que não era este o objectivo primordial. Escavámos no castro situado no alto de Santa Luzia (cinco campanhas na companhia responsável do Dr. Alberto Correia e de Monsenhor Celso Tavares da Silva); escavámos na cidade de Viseu, removendo obstáculos e dificuldades que sempre se colocam à arqueologia urbana (cinco campanhas na necrópole de S. Miguel e Praça D. Duarte / Rua das Ameias); cortámos estradas romanas (dois cortes na via romana de Coimbrões); limpámos essas mesmas vias (Coimbrões e Pousa Maria); ocupámos os jovens nos seus ócios de interregno das aulas.

A vida de quase andarilho ao longo destes anos permitiu-nos a elaboração deste trabalho. Apesar disso, temos plena consciência de que os resultados apresentados não são completos e, mesmo hoje após a sua conclusão, possuímos já novos dados que não vêm, no entanto, alterar as conclusões retiradas. Sabemos também que dificilmente um inventário arqueológico estará alguma vez completo...

Dividimos o trabalho em três partes fundamentais. Na I parte faz-se o inventário de tudo o que encontrámos pelos lugares por onde andámos: estações primeiro, inscrições depois.

A II parte apresenta algumas conclusões relacionadas com o povoamento da *civitas*: povos pré-romanos e seus povoados, relações entre esses povoados e novo povoamento, distribuição espacial dos novos estabelecimentos habitacionais introduzidos pelos Romanos. Como principal factor de transporte e difusor do novo fenómeno civilizacional, as vias mereceram-nos um estudo muito atento.

Como aglomerado mais importante de um vasto território, detivemo-nos bastante tempo na *caput* regional, Viseu. Tentamos definir-lhe os limites, fazemos a radiografia da sua organização urbanística, entramos nas suas necrópoles, percorremos o circuito extraordinário da Cava de Viriato, penetramos no seu interior, procuramos o rasto dos caminhos antigos nas estradas e ruas dos nossos dias.

Não se pode falar sobre a romanização sem estudar a sociedade que usou os vestígios materiais que nos ficaram, o que fazemos numa III parte. Baseados sobretudo nos dados proporcionados pela Epigrafia, abordamos algumas questões que têm a ver com a sociedade: a religião, como fenómeno que expressa as relações da sociedade com a divindade, reflectindo o sincretismo entre duas mentalidades, a demografia, os vestígios linguísticos, enfim o uso de formulário romano por indígenas, mais ou menos romanizados.



Este trabalho fica a dever-se a muitas pessoas e amigos que, com maior ou menor veemência, nos incentivaram, nos forneceram dados ou colaboraram mais ou menos activamente para que a sua realização fosse possível. Na impossibilidade de os enumerar a todos, e pedindo a sua compreensão, seja-nos permitido citar alguns nomes.

Começamos por destacar a preciosa e desinteressada colaboração do Prof. Doutor Rui Centeno a quem se fica a dever a classificação das dezenas de novos numismas que trazemos a público.

Não podemos esquecer Monsenhor Celso Tavares da Silva e o Dr. Alberto Correia com quem realizámos as escavações do castro de Santa Luzia e companheiros de tantas viagens ao longo dos percursos regionais. Monsenhor Celso, alma do Centro Regional de Viseu da Universidade Católica, teve sempre as maiores palavras de incentivo e em muitas dificuldades foi o Amigo em quem pudemos confiar.

Uma palavra para os jovens Dr. Jorge Adolfo e Dr.^a Ivone Pedro, companheiros de tantos trabalhos e jornadas ao longo sobretudo dos últimos três anos e com quem discutimos muitas sugestões e dúvidas. À Dr.^a Ivone Pedro agradecemos a elaboração dos desenhos que muito valorizam este trabalho. Exceptuam-se apenas os desenhos do território dos castros, elaborados por Quenor Rocha, técnico de desenho da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

A documentação fotográfica fica a dever-se, no caso da maioria das inscrições, a Delfim Ferreira que sempre respondeu às solicitações que lhe fizemos. Agradecemos igualmente a outras pessoas ou instituições que nos cederam fotografias ou possibilitaram o acesso às fotografias ou objectos das suas colecções, autorizando-nos a sua reprodução. Recordamos os nomes do Prof. Doutor José d'Encarnação, Guilherme Cardoso, Eng. Fernando Curado, Dr. Jorge Adolfo, Dra. Ivone Pedro, Dr.^a Helena Carvalho, Vasco Guerra, Dr.^a Manuela Alvelos, Dr. Luís Simões, Insp. Lopes Pires, Dr. Alexandre Alves, José Balula, Museu de Grão Vasco, Museu Nacional de Arqueologia, Comissão Portuguesa de revisão do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (Dr.^a Manuela Coelho e Prof. Doutor José d'Encarnação), Assembleia Distrital de Viseu, Museu Histórico e Arqueológico de Viseu, Associação Cultural Azurara da Beira, de Mangualde e Associação Amigos da Beira, de Viseu.

A Fundação Calouste Gulbenkian permitiu-nos, ao longo de dois anos, minorar as despesas de elaboração desta tese, através da concessão de uma bolsa de estudo e de subsídios de deslocação a Espanha e a França, deslocações de grande enriquecimento pessoal e científico. Para a Fundação vai, pois, um agradecimento muito especial.

Aos dirigentes do Centro de Viseu da Universidade Católica Portuguesa, nas pessoas do seu Director, Prof. Doutor Manuel Pulquério e do seu Secretário-Geral, Monsenhor Celso Tavares da Silva, agradecemos as facilidades concedidas para a reprodução gráfica deste trabalho.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que aceitou a apresentação desta tese, mesmo sem pertencermos aos seus quadros, é digna do nosso maior agradecimento e louvor.

Nesta Faculdade, seja-nos permitido destacar duas pessoas a quem este trabalho mais fica a dever: os Professores Doutores José d'Encarnação e Jorge de Alarcão.

Desde os longínquos tempos das aulas de Epigrafia que nos habituámos a ver no Prof. Doutor José d'Encarnação o Mestre sabedor que sabe despertar o gosto pela Epigrafia. Ao longo dos últimos anos em que incentivou, criticou, apoiou, leu e releu muitos dos trabalhos que elaborámos, continuou a ser o mesmo Mestre na ciência, mas sobretudo um Amigo na vida.

Por último, mas a mais importante de todas, uma palavra para o Prof. Doutor Jorge de Alarcão, orientador deste trabalho e seu principal incentivador. Conhecedor profundo do mundo romano português, interessado no estudo da região em causa, quis aceitar a orientação deste trabalho que lhe pertence também. O Prof. Doutor Jorge de Alarcão, que nos soube inculcar o gosto pela Arqueologia nas carteiras da Faculdade, mais do que um orientador, foi um Amigo permanentemente disposto a conversar e a ouvir as nossas dúvidas e observações. Sempre com uma palavra a dizer, ao desânimo, contrapôs palavras de apoio e de incentivo a prosseguir o caminho traçado, às dúvidas soube sempre opôr soluções de experiente cientista e profundo conhecedor.

É o exemplo do Mestre que sabe ouvir, numa abertura de espírito só própria dos grandes homens.

Interrogámos mais do que respondemos. Temos provavelmente mais dúvidas do que quando nos embrenhámos nesta floresta densa da romanização. Abrimos algumas clareiras, rasgámos algumas veredas. Iremos prosseguir pelos trilhos abertos para que a romanização da *civitas* de Viseu se transforme numa larga estrada que nos leve ao grande porto que foi o Império Romano, pois que... *omnes viae Romam tendunt*.

I PARTE

CATÁLOGO DAS ESTAÇÕES E INSCRIÇÕES

Introdução

O inventário sistemático, com batida de campo, das estações arqueológicas romanas da região de Viseu era tarefa que até ao momento não tinha sido tentada.

José Coelho publicou muitas dezenas de estações que iam chegando ao seu conhecimento ou que ele próprio ia descobrindo, mas não foi além do meramente informativo. As suas publicações podem ser classificadas como esporádicas e falhas de uma organização e de uma metodologia coerente. Apesar disso, uma certeza podemos ter: todas as estações publicadas por José Coelho estão correctas, bem localizadas e bem descritas.

José Coelho não passou, todavia, além do descritivo. Nunca tentou, por exemplo, a síntese da romanização da região de Viseu, apesar dos muitos elementos que recolheu. Seria a consciência de que lhe faltavam elos na cadeia? Apesar disso, os dados que nos deixou são elementos extremamente valiosos e, não fosse a sua publicação, haveria muitas estações cuja existência hoje desconheceríamos por completo. O manuseamento dos trabalhos de José Coelho é bastante difícil, pois os lugares de publicação foram muitos e variados. Quase sempre, José Coelho começou por trazer à luz as suas informações em jornais locais (*Política Nova*, *O Distrito de Viseu* e outros). Muitas vezes, estas "Notas Arqueológicas", título que ele quase sempre usava para as suas crónicas, foram reunidas ou citadas noutros livros, mas outras vezes permaneceu apenas a publicação no jornal. No entanto, como se poderá verificar ao longo deste catálogo, poucas foram as estações de que José Coelho tomou conhecimento que deixou inéditas. Tivemos acesso aos seus manuscritos e quando nos serviram para a identificação de alguma estação indicamo-lo claramente. O seu labor incansável em prol da Arqueologia regional bem merece ser salientado.

Um inventário de todos os vestígios romanos da Beira Alta foi tentado por Moreira de Figueiredo em 1952 e 1953, ao escrever sobre as vias romanas da mesma região (Figueiredo, 1953). A sistematização não foi conseguida, bem pelo contrário; a confusão e os erros acumulam-se ao longo das páginas do inventário; as informações são de tal forma desordenadas e confusas que é necessário o máximo cuidado no seu manuseamento.

A catalogação dos dados arqueológicos do Portugal romano foi feita, há poucos anos, 1988, pelo Professor Doutor Jorge Alarcão e inclui, evidentemente, o território da *civitas* de Viseu. Demonstrando um uso quase perfeito e completo da bibliografia existente, o inventário elaborado recolhe quase todas as estações conhecidas até então. Assim sendo, conscientes de que só a batida de campo poderia trazer algo de novo, propusemo-nos esse trabalho de prospecção sistemática da área de Viseu, com vista a trazer novos dados para o conhecimento da presença romana nesta região e para a correcção de eventuais erros que têm sido cometidos.

O catálogo que se segue apresenta 253 estações no território que definimos como o *territorium* da *civitas* de Viseu. Temos consciência de que não se trata de um inventário completo, pois um inventário de estações arqueológicas dificilmente será alguma vez completo, se mais não fosse pelas razões que explicitaremos adiante.

Todas as estações indicadas foram visitadas e cartografadas ou confirmadas nas Cartas Militares à escala 1/25 000. Os mapas que se apresentam estão à escala 1/100 000, pelo que houve depois que fazer a transposição para esta escala.

A metodologia seguida no trabalho de campo consistiu fundamentalmente em duas fases. Numa 1ª fase, elaborámos um inquérito escrito, nalguns casos conduzido apenas oralmente, que foi feito junto das populações inquirindo sobre os vestígios antigos existentes em cada lugar. Após esta recolha, voltámos aos lugares para confirmar no terreno os dados recolhidos e as estações conhecidas da bibliografia existente. Resulta deste método que houve estações que acabaram por ser visitadas várias vezes, até para tentarmos definir o tipo de habitat em que se deveriam integrar, o que, mesmo assim, nem sempre foi conseguido, como se poderá verificar.

A área a explorar era extremamente vasta, pois abrange treze concelhos: Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Viseu e Vouzela, na totalidade, e os concelhos de Aguiar da Beira, Castro Daire, Fornos de Algodres, Oliveira de Frades, Tondela e Vila Nova de Paiva, na parte que se integrava na *civitas* de Viseu.

Esta área demoraria muitos anos a ser batida sistematicamente e, por isso, de acordo com o orientador deste trabalho, optámos por fazer a pesquisa exaustiva nos concelhos de Castro Daire, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão e Viseu e nos restantes fazer a confirmação das estações conhecidas da bibliografia. Talvez isto possa explicar a grande discrepância de números entre o primeiro grupo de concelhos e o segundo. Estamos convictos de que a continuação desta inventariação, que está, aliás, a prosseguir, fará aumentar muito o número das estações conhecidas.

Apesar de, nalgumas áreas, que acabámos de definir, apenas termos pretendido fazer a confirmação e cartografia das estações, uma coisa é certa: mesmo aí, muitas estações inéditas se nos foram deparando. Por exemplo, em Nelas, apresentamos duas estações que publicámos em 1987 e cinco novas estações.

A grande diferença de números entre a lista das estações conhecidas anteriormente e aquelas que ora se apresentam situa-se, porém, ao nível dos concelhos cuja área foi sistematicamente prospectada. No concelho de Penalva do Castelo conheciam-se da bibliografia nove estações, publicamos agora vinte; no concelho de Sátão, as estações aumentaram de quatro para trinta; em Viseu, contabilizámos 79 contra 27 anteriormente conhecidas.

Considerados estes números, acabamos por publicar 76 estações inéditas, quase um terço do total. Se a estas juntarmos as 31 que publicámos pela primeira vez ao longo dos últimos anos, teremos 107 estações, ou seja quase 41% do total, o resultado directo da nossa batida de

campo. Estes números mostram bem a importância e a necessidade urgente de se fazer a cartografia sistemática do Portugal romano. As grandes obras que se têm realizado em Portugal (auto-estradas, terraplanagens várias, arroteamentos agrícolas), arrastam consigo estações arqueológicas na frente das máquinas. Muitas das estações que cartografámos há dois/três anos, em novas visitas efectuadas recentemente já não existem ou delas restam vestígios mínimos.

Não considerámos no número das estações os troços de via romana ainda existentes que vão, por sua vez, indicados no meio do texto sobre as vias, que constitui um dos capítulos finais.

No catálogo, arrumámos as estações por concelhos e, dentro destes, por freguesias; as estações, dentro das freguesias, vão indicadas por ordem alfabética.

Na descrição das estações fizemos uma síntese rápida, procurando, no entanto, referir os elementos mais importantes.

Para evitar repetir 253 vezes as mesmas palavras, utilizámos números para indicar os vários elementos de cada estação:

- 1 – Tipo de estação.
- 2 – Localização.
- 3 – Latitude.
- 4 – Longitude.
- 5 – Altitude.
- 6 – Nº da Carta Militar Portuguesa, à escala 1/25.000.
- 7 – Breve descrição do ambiente.
- 8 – Descrição da estação e/ou espólio.
- 9 – Bibliografia. Sempre que se trata de inscrições remete-se para a bibliografia indicada no estudo da inscrição. Apenas se referem os autores que falam da estação.

Logo no primeiro item, fazemos a classificação tipológica da estação.

A definição tipológica dos novos habitats deparou-se-nos como um problema praticamente insolúvel.

Se para outras regiões do Império idêntico problema tem sido resolvido através da análise dos materiais de superfície (Potter, 1982; Leday, 1980), aqui a pobreza dos materiais aparecidos não permite tal critério. Com efeito, na maioria dos casos, as estações conhecem-se apenas pelo aparecimento de fragmentos cerâmicos. Assim, considerámos como romanos todos os lugares onde surgem cerâmicas classificadas como romanas (*sigillatas*, sudgálicas ou hispánicas, cinzenta fina...) e todos os lugares com tégulas.

Os restos de tégulas e ímbrices são os vestígios mais frequentes em todos os lugares.

Só uma segunda fase desta investigação irá permitir que se determine com certeza o tipo de povoamento em que se deve integrar a maioria das estações: *casal*, *villa*, *vicus*? unidades industriais? Só escavações e/ou sondagens a realizar em vários lugares poderão levar a conclusões seguras.

Em face desta dificuldade, optámos por considerar apenas dois tipos de povoamento, as *villae* e os habitats, subdivididos em romanos ou romano-medievais. Classificamos ainda alguns sítios como castros romanizados.

Se seguíssemos o critério de distinguir uma *villa* pela existência de mosaicos, possível para certas regiões do país (Alarcão, 1980, p. 171-179), não teríamos aqui qualquer *villa*. Será então que as *villae* não existiam em toda a Beira Alta e concretamente nesta *civitas*? Certamente que existiam, mas como distinguir uma *villa* na Beira, numa zona onde não se conhece nenhum mosaico, onde poucos materiais de construção nobres aparecem, onde as escavações realizadas não permitiram a definição de um tipo de estrutura da *villa*?

Os critérios estabelecidos por Jorge Alarcão (1989, p. 306), reafirmados por Manuela Martins (1990, p. 223-224), parecem-nos os únicos critérios possíveis: a existência de elementos arquitectónicos importantes, como bases, fustes e capitéis de colunas e ainda os elementos epigráficos impossíveis de relacionar com *castella*. A estes, haverá que acrescentar a presença de materiais nobres exteriores à região, nomeadamente o mármore e a presença de elementos relacionados com a indústria ou a metalurgia, quando se verificar a impossibilidade de os integrar noutro tipo de povoamento.

Tendo em consideração os critérios enunciados, contabilizamos 51 *villae* no território de Viseu. É um número bastante significativo, mas que pensamos aumentará bastante quando se fizer o levantamento exaustivo do território não sistematicamente prospectado.

Consideramos habitat romano todo o lugar que apresenta vestígios de ocupação romana, mas que não permitem a sua integração numa *villa*.

Classificamos como habitat romano/medieval todo o lugar em que, além da presença de cerâmicas romanas, aparecem sepulturas escavadas na rocha.

Deveríamos considerar romanas todas as sepulturas escavadas na rocha? É uma problemática que não entra no âmbito deste trabalho, pelo que nos limitamos a breves palavras sobre o tema, acerca do qual há hoje uma bibliografia que começa a ser abundante (Castillo, 1968 e 1975; Barroca, 1987, por ex.).

Discute-se, há mais de um século, a cronologia destas sepulturas, tendo sido sucessivamente atribuídas desde a Pré-história até aos tempos medievais (Barroca, 1989). Apesar de todos os avanços que tem havido no seu estudo, o certo é que o problema continua em aberto.

Talvez se possam distinguir dois casos diferentes: um primeiro em que as sepulturas aparecem totalmente isoladas, sem quaisquer vestígios cerâmicos e outro em que surgem associadas a abundantes fragmentos cerâmicos, nomeadamente tégulas. Não tivemos em consideração o primeiro caso, remetendo para os estudiosos da Idade Média a resolução do

problema. Já em relação ao segundo caso, não hesitámos em atribuir a estes lugares um povoamento inicial romano, com continuidade no período seguinte. Assim, a existência de tégulas e/ou outras cerâmicas romanas, associadas a sepulturas escavadas na rocha, antropomórficas ou não, levou-nos a considerar estes lugares como habitats romano/medievais.

Consideramos como "castro romanizado" todo o povoado de altitude em que surgem cerâmicas pré-romanas e romanas ou outros elementos que demonstrem uma romanização do lugar, como inscrições que, aliás, surgem em bastantes deles. Desenvolveremos o tema dos castros no capítulo dedicado ao povoamento.

No nº 2 (localização), estão indicados o microtopónimo, quando conhecido, o lugar, a freguesia e o concelho. Os dois últimos elementos, freguesia e concelho, são sempre mencionados e quando se referem apenas estes dois é porque freguesia e lugar são coincidentes.

Optámos por não indicar o distrito, uma vez que apenas uma estação do concelho de Aguiar da Beira (nº1) e as do concelho de Fornos de Algodres (nºs 9 a 17) pertencem ao distrito da Guarda e todas as outras são do distrito de Viseu.

Em relação às coordenadas (3, 4 e 5), devemos chamar a atenção para o facto de não indicarmos o N(orte) e E(ste) para a latitude e longitude, respectivamente, porque todas as latitudes são referentes ao norte; em relação à longitude, tomámos como ponto de referência o meridiano de Lisboa.

A altitude das estações (5), estabelecida a partir das curvas de nível das Cartas Militares, refere-se a uma linha que "corta" a estação; no caso dos povoados fortificados, indicamos sempre o seu ponto mais alto.

Sob o nº 7, fazemos uma breve descrição do ambiente em que a estação se integra e, sempre que possível, da sua situação geográfica. Apercebemo-nos, a dada altura, que a maioria das estações romanas tinha a mesma orientação e, por isso, começámos a anotar sempre a sua disposição em relação aos pontos cardeais.

Sob o nº 8, descrevemos a estação arqueológica e o espólio nela encontrado, por nós ou por outros.

Incluimos no catálogo das estações mesmo aqueles sítios em que apenas se tem conhecimento do aparecimento de moedas. Para a descrição destas seguiu-se a metodologia adoptada por Rui Centeno (1987). Assim, indica-se, por ordem: designação, imperador, centro de emissão, cronologia, bibliografia (normalmente *Roman Imperial Coinage* – RIC).

Na cartografia que acompanha este texto (mapa nº 2), optámos por não indicar as pontes ou poldras e miliários, que vão indicados num mapa à parte (mapa nº 4). Os números dos marcos neste mapa correspondem ao número respectivo no inventário das inscrições.

Em relação às inscrições, construímos um mapa próprio (mapa nº 5), pelo que apenas se cartografam no das estações (mapa nº 2) aquelas inscrições que aparecem isoladas, sem qualquer contexto e fora de qualquer estação arqueológica. A mesma razão nos leva a cartografar algumas moedas e os achados avulsos isolados de qualquer contexto.



A segunda parte do catálogo é constituída pela epigrafia da *civitas*.

Seguimos a divisão clássica das inscrições em votivas, funerárias, monumentais, miliários, marcos terminais e *Varia*. Incluimos ainda alguns monumentos anepígrafos que não se poderão integrar em nenhuma das categorias anteriores: em que categoria integrar, por ex. o monumento nº 112, nas aras votivas ou funerárias?

A numeração que utilizamos é a árabe, tal como para as estações. Embora o contexto em que são citadas permita quase sempre distinguir quando nos referimos a umas ou a outras, para evitar qualquer confusão, utilizamos parêntesis rectos para as inscrições e curvos para as estações.

Dos 116 monumentos epigráficos que apresentamos, 12 são inéditos e 18 foram por nós publicados pela primeira vez. Mais uma vez, como já acentuámos acima, se verifica a importância da batida de campo para o avanço dos estudos arqueológicos e da própria Epigrafia. Muitas inscrições continuam a ser achadas ou jazem inéditas em muitos lugares, mesmo em museus portugueses.

É conhecida a importância dos estudos epigráficos para o estudo da presença romana em qualquer ponto. Vejam-se os casos das teses de José d'Encarnação (1984) ou Alain Tranoy (1981) para o *conventus Pacensis* e para a Galiza, respectivamente. Um estudo sobre a romanização não pode, pois, ignorar as inscrições encontradas na região em causa.

Ao fazermos o inventário das inscrições poderíamos ter feito uma de duas opções: incluir as inscrições na estação respectiva ou fazer o estudo individualizado de cada uma.

Seguiríamos o primeiro critério se existisse um bom catálogo de toda a Epigrafia da região, nos moldes que nos últimos anos têm sido prática dos estudos epigráficos e que o *Ficheiro Epigráfico* tem generalizado. No entanto, essa não é a realidade e muitas inscrições de Viseu conhecem-se apenas porque foram descritas no século XVII, foram retomadas por Hübner no *Corpus Inscriptionum Latinarum* e, depois disso, apenas estudiosos locais a elas se têm referido. Por outro lado, as inscrições conhecidas andam dispersas por publicações várias – monografias, jornais locais, opúsculos vários publicados pelos próprios autores – o que dificulta

extraordinariamente o trabalho do investigador. Entendemos, por conseguinte, que seria necessário elaborar um catálogo em que todas constassem e em que se fizesse um estudo da inscrição e do seu contributo para o estudo da romanização. Precisamente por isso prestámos especial atenção ao comentário histórico, "por ser através dele que se faz o aproveitamento da Epigrafia como fonte para a História" (Encarnação, 1979, p. 16), procurando, sempre que possível, relacionar cada inscrição com a estação em que se integra e evidenciar o seu contributo para o conhecimento da romanização da região de Viseu. É bem evidente esse contributo quando tentamos distinguir, através das inscrições votivas, os vários grupos suprafamiliares que habitavam os povoados pré-romanos, num dos capítulos finais.

Neste estudo tivemos, no entanto, uma dificuldade que se revelou muitas vezes insuperável: a falta de elementos arqueológicos concretos e precisos. Como dissemos, muitas estações são conhecidas apenas pelo aparecimento de tégulas e cerâmicas, faltando, por conseguinte, outros elementos que nos possibilitem a integração das inscrições. Por exemplo, as aras de Canas de Senhorim [n^{os} 20 – 23] estariam integradas num templo ou num *lararium* familiar? Em que tipo de monumento se integrava a inscrição de S. Cosmado [n^o 83]? São questões às quais se torna muito difícil ou quase impossível responder. Apesar disso, pensamos que avançámos mais alguns passos na investigação arqueológico-epigráfica da região e mostrámos a sua inter-relação.

Na descrição de cada inscrição seguimos de perto a metodologia adoptada nas *Fouilles de Conimbriga II*, na pegada do sugerido pelo Professor Doutor José d'Encarnação (1979, p. 11) e por ele próprio posto em prática na sua tese de doutoramento (Encarnação, 1984).

Assim, começamos por indicar o lugar de achamento e o paradeiro actual, quando conhecidos. No local de achamento, indicamos o sítio onde efectivamente a inscrição foi reconhecida pela primeira vez, mesmo quando presumimos que a inscrição tenha vindo de outro sítio. É o caso, por ex., das inscrições n^{os} 8 e 26, que foram certamente transportadas de outros lugares.

A seguir, indicamos as dimensões do monumento e do campo epigráfico, quando não é coincidente com as dimensões gerais, sempre em centímetros, e fazemos uma breve descrição do monumento: tipologia, material e características arquitectónicas são elementos sempre incluídos.

Evidentemente que, quando os monumentos desapareceram, estes dados não podem ser fornecidos.

Na leitura integramos desde logo a interpretação, seguida da tradução. Confrontamos a nossa leitura com a de outros, através das variantes.

O comentário paleográfico existe apenas nas inscrições que nós próprios vimos e fotografámos e que são todas aquelas cujo paradeiro se conhecia ou nós próprios descobrimos [n^o 54].

Com o comentário onomástico, pretendemos fazer a integração do monumento na onomástica peninsular ou mesmo no mundo romano, procurando-se, dessa forma, contribuir para a descoberta da origem do estrato populacional da região.

Como complemento deste inventário da Epigrafia, apresentamos um mapa onde incluímos todas as inscrições, segundo a sua classificação tipológica.

Na arrumação das inscrições seguimos o critério de colocar primeiro as inscrições votivas, seguidas das funerárias. Na ordenação das inscrições votivas começamos pelas dedicadas a divindades romanas, colocadas estas por ordem alfabética, aparecendo depois as divindades indígenas pela mesma ordem.

As inscrições funerárias vão pela ordem alfabética do primeiro nome que aparece na inscrição, mesmo que a inscrição esteja incompleta.

Nos marcos terminais colocamos em primeiro lugar o da Queiriga e, depois, os da serra do Caramulo. A seguir, vêm as inscrições monumentais, aparecendo em primeiro lugar as relacionadas com os imperadores.

Os miliários, as inscrições da secção *Varia* e os monumentos anepígrafos aparecem pela ordem alfabética dos concelhos onde foram encontrados.

No capítulo sobre a sociedade destacamos algumas conclusões retiradas do estudo individual das inscrições, apresentando a súmula do contributo que estes estudos trazem para o conhecimento da sociedade romana na área da *civitas* de Viseu.

ESTAÇÕES

CONCELHO DE AGUIAR DA BEIRA

1 – CASTELO DOS MOUROS.

1 – Castro romanizado.

2 – Castelo dos Mouros, Penaverde, Aguiar da Beira.

3 – 40° 42' 48"

4 – 01° 35' 30"

5 – 649

6 – 180

7 – Monte com pendor muito acentuado, com melhor acessibilidade pelo lado ocidental. Os terrenos estão cobertos de mato rasteiro.

8 – José Coelho publicou uma inscrição achada no lugar de Soutinho, que é hoje um bairro de Penaverde onde não há conhecimento de achados romanos. Assim, cremos que a edícula ali encontrada por José Coelho [nº 108] será proveniente do único sítio romanizado na zona, o "Castelo dos Mouros".

Actualmente ainda se podem observar os restos de muralha e apanha-se cerâmica pelos campos.

9 – Coelho, 1948, p. 286-291.

CONCELHO DE CASTRO DAIRE

2 – CASTRO DAIRE.

1 – Castro romanizado.

2 – Castro Daire, Castro Daire, Castro Daire.

3 – 40° 40' 00"

4 – 01° 11' 40"

5 – 540

6 -157

7 – Encosta em socacos dominando o Vale do Paiva e a Ponte Pedrinha; virada a sul. Praticam-se essencialmente culturas hortícolas. Muros antigos com pedra certamente reaproveitada.

8 – Conhecia-se o aparecimento de uma árua na Ponte Pedrinha [nº 15], na base do monte onde se instala a vila de Castro Daire, presumindo-se apenas a existência de um castro (Correia, 1986, p. 87).

Uma estrada rasgada em 1989 e a construção de várias habitações permitiram observar os primeiros vestígios do castro cuja memória permaneceu no nome actual da vila.

Já deveria existir na Idade do Ferro, pois alguma cerâmica encontrada parece desse período. Encontrou-se ainda um triturador de tradição neolítica.

Toda a extensa área do castro pré-romano continuou a ser utilizada na época romana, pois encontram-se cerâmicas desde a encosta abaixo da igreja e cemitério até ao cimo da colina onde se situa o Calvário.

Tégulas, ímbrices, tijoleiras e cerâmica doméstica, incluindo fragmentos de *sigillata* sudgálica, são alguns dos achados feitos.

Quando a estrada andava a ser rasgada, era possível observar um muro de habitação muito bem aparelhado, ao nível da estrada actual e que por isso foi destruído.

Uma soleira de porta, ainda enterrada e talvez *in situ*, estava sensivelmente a meio da encosta.

Algumas cerâmicas encontradas guardam-se no Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Viseu.

9 – Encarnação, 1975, p. 108-110; Untermann, 1985, p. 344-345; Correia, 1986, p. 87-91 e 106-109; Alarcão, 1988a, p. 55; Dias, 1991, p. 361-366; Vaz, 1990a, p. 61;

3 – MISSA. – Est. I, II e III.

1 – *Villa romana.*

2 – Missa, Portela, Mões, Castro Daire.

3 – 40° 53' 39"

4 – 01° 16' 05"

5 – 550

6 – 157

7 – Terrenos em socalcos, mesmo à beira do rio Paiva. Virada a oriente.

8- Apareceu ali um denário de prata cunhado em Lugo (Correia, 1986, p. 110-111).

Anverso: TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS. Cabeça de Tibério, laureada.

Reverso: Figura em pé e a legenda: PONT MAXIM.

Nos terrenos onde se situa a estação, até agora inédita, apanha-se imensa cerâmica de construção (tégulas e ímbrices), doméstica comum e *sigillata* sudgálica. Identificámos aí um peso de tear ou de pesca feito a partir de um calhau rolado com um pequeno furo na parte superior.

Nas paredes da povoação aparecem imensas pedras almofadadas, quatro pesos de la-gar enormes, dois capitéis jónicos, bases e troncos de coluna de vários formatos. Os capitéis medem 45 e 30 cm. de diâmetro, um tronco de coluna 30 cm.

Existem ainda duas bases de aras, uma delas reaproveitada numas alminhas, outra com vestígios de um grande fóculo quadrado e toros, dois capitéis também de aras e uma base de coluna.

9 – Inédita.

4 – VILA BOA

1 – Inscrição romana.

2 – Vila Boa, Mões, Castro Daire.

3 – 01° 14' 00"

4 – 40° 53' 00"

5 – 560

6 – 157

8 – Inscrição nº 73. Ninguém sabe onde foi encontrada, nem na povoação existem vestígios de qualquer estação romana.

As coordenadas indicadas correspondem à povoação actual.

9 – Figueiredo, 1953, p.45-46; Correia, 1986, p. 106; Alarcão, 1988a, p. 55.

5 – FORNO DAS TELHAS.

1 – Habitat romano.

2 – Forno das Telhas, Moita, Moledo, Castro Daire.

3 – 40° 49' 55"

4 – 01° 14' 40"

5 – 630

6 – 167

7 – Terrenos de cultivo em meia-encosta virada a oeste. Na parte superior há pinhais.

8 – Apareceu uma pia de um lagar e muita cerâmica doméstica e de construção romana que se apanha ainda, embora em pouca quantidade.

Dizem as pessoas que também apareceu muito carvão que foi destruído.

9 – Inédita.

6 – LAMAS DE MOLEDO.

1 – Habitat romano.

2 – Fundo de Vila, Lamas de Moledo, Moledo, Castro Daire.

3 – 40° 50' 00"

4 – 01° 47' 30"

5 – 550

6 – 167

7 – Cultivam-se cereais, batatas e há pequenas hortas. O penedo escrito está no meio de outros penedos. Virada a sudeste.

8 – Conhecem-se cinco inscrições: uma votiva rupestre [nº 10], e quatro funerárias [nºs 37, 39, 40 e 41].

Nos terrenos próximos da inscrição rupestre, no Fundo de Vila, aparecem fragmentos de cerâmicas romanas diversas e pedras trabalhadas.

9 – Indicada no estudo das inscrições.

7 – OUTEIRO DA MAGA.

1 – Castro romanizado.

2 – Outeiro da Maga, Lamas de Moledo, Moledo, Castro Daire.

3 – 40° 50' 15"

4 – 01° 14' 50"

5 – 705

6 – 157

7 – Cabeço que se salienta na paisagem, rodeado por outros cabeços mais altos. Está coberto por mato rasteiro.

8 – Cortez (1951b, p. 164) identificou aqui "restos bem conservados de uma muralha constituída de fragmentos de granito com um aparelho similar ao empregue nos castros romanizados, e a sua planta é subcircular."

É um povoado cuja ocupação remonta seguramente à Idade do Bronze. Há cerâmicas brunidas com decoração tipo Baiões/Santa Luzia, um machado plano de bronze e outro espólio na colecção da Assembleia Distrital de Viseu.

À superfície apanha-se muita cerâmica brunida, trituradores e cerâmica da Idade do Ferro.

Se teve ocupação romana, hoje desapareceram todos os vestígios dela; face à romanização da zona onde se insere é provável que os Romanos ali se tenham instalado.

9 – Cortez, 1951b; Correia , 1986, p. 97-98.

8. S. LOURENÇO – Est. IV.

1 – Castro romanizado.

2 – S. Lourenço, Moledo, Castro Daire.

3 – 40° 49' 50"

4 – 01° 17' 30"

5 – 929

6 – 167

7 – O monte foi todo surribado há pouco tempo, para plantação de árvores. Situa-se no extremo de um cabeço donde se domina completamente toda a região em redor de Viseu.

8 – Referenciado desde o século XVII (Pereira, 1955, p. 125), à sua volta têm sido construídas diversas lendas, como é habitual em relação aos antigos cabeços habitados (Ribeiro, 1758).

Na encosta virada a sueste, sobre Cota, apanham-se ainda muitos fragmentos de cerâmicas romanas várias, nomeadamente tégulas e ímbrices e mós.

9 – Pereira, 1955, p. 125; Correia, 1986, p. 98-99.

FORNOS DE ALGODRES

9 – ALGODRES.

1 – Habitat romano.

2 – Largo da Igreja, Algodres, Fornos de Algodres.

3 – 40° 39' 50"

4 – 01° 36' 50"

5 – 670

6 – 191

9 – Uma ara anepígrafa na residência paroquial [nº 112] e notícia do achamento de cerâmicas no largo da igreja.

10 – Marques, 1988, p. 50; Gomes, 1988; Alarcão, 1988a, p. 60.

10 – FURTADO.

1 – Inscrição votiva romana.

2 – Capela de S. Clemente, Furtado, Algodres, Fornos de Algodres.

3 – 40° 39' 27"

4 – 01° 35' 55"

6 – 191

8 – Inscrição [nº 33] que está na capela da povoação. As coordenadas são respeitantes à capela.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

11 – RAMIRÃO.

1 – Inscrição funerária romana.

2 – Ramirão, Algodres, Fornos de Algodres.

3 – 40° 38' 10"

4 – 01° 34' 20"

6 – 191

8 – Inscrição [nº 53], na parede de uma casa particular. As coordenadas são respeitantes à povoação.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

12 – SOITO DA IGREJA OU MORTÓRIOS.

1 – *Villa* romana.

2 – Mortórios, Infias, Fornos de Algodres.

3 – 40° 38' 10"

4 – 01° 35' 35"

5 – 690

6 – 191

7 – Meia-encosta, virada a sul. Há terrenos de culturas hortícolas, vinha e terrenos abandonados. A estação estende-se por uma vasta área, abrangendo os terrenos designados por "Soito da Igreja" e "Mortórios".

8 – Uma inscrição funerária romana [nº 35], muitos fragmentos de tégulas, muros desenterrados, cerâmicas domésticas, uma moeda de Gordiano (do ano 245, no dizer do povo), mas que desapareceu novamente. Apareceram ainda capitéis e fustes de coluna, mós manuárias e pedras lavradas. Duas inscrições, uma votiva e outra funerária, atribuídas simplesmente a Infias poderão ser desta estação [nºs 8 e 59].

Actualmente, encontram-se cerâmicas de vários tipos e pedras trabalhadas por uma larga extensão.

9 – Coelho, 1948, p. 295-296; Figueiredo, 1953, p. 167; Marques, 1988, p. 48-50; Alarcão, 1988a, p. 62.

13 – QUINTA DA AVELORA.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta da Avelora ou do Carvalho, Maceira, Fornos de Algodres.

3 – 01° 39' 39"

4 – 40° 41' 29"

5 – 470

6 – 180

7 – Encosta suave virada a sul.

8 – Pedras aparelhadas romanas, cerâmicas, instrumentos de ferro, fustes, bases e capitéis de colunas e, ainda, mós manúárias redondas.

9 – Coelho, 1948, p. 294; Alarcão, 1988a, p. 60.

14 – MATANÇA

1 – Habitat romano.

2 – Matança, Fornos de Algodres.

3 – 40° 41' 00"

4 – 01° 36' 10"

5 – 590

6 – 180

7 – Povoação típica da Beira, estendendo-se sobre a encosta.

8 – Leite de Vasconcelos (1920, p. 219) fala de uma inscrição romana aqui encontrada [nº 75], de um denário e de fragmentos de tégulas.

Figueiredo (1953, p. 41) refere uma via romana de que não restam quaisquer vestígios.

Alarcão (1988a, p. 60) acrescenta o achado de elementos arquitectónicos, "capitéis e bases de coluna, cerâmica doméstica e mós, segundo informação de F. Curado".

É tradição que as pontes da povoação são romanas. Não há, no entanto, nenhum elemento que nos permita dizer que assim é. O que é certo é que uma via romana deveria passar

por aqui e, por outro lado, os elementos encontrados por Leite de Vasconcelos são a prova concludente da romanização da Matança. No entanto, actualmente, não encontramos ninguém que saiba dar conta do lugar onde apareceram estes achados.

9 – Vasconcelos, 1920, p. 219; Vasconcelos, 1927, p. 140; Almeida, 1942, p. 242; Figueiredo, 1953, p. 41; Alarcão, 1988a, p. 60.

15 – PARCERIA.

1 – Habitat romano.

2 – Parceria, Queiriz, Fornos de Algodres.

3 – 40° 44' 20"

4 – 01° 40' 30"

5 – 680

6 – 180

7 – Terrenos hortícolas e de árvores de fruto. Meia encosta virada a sul.

8 – Diz a tradição que antigamente era aqui a povoação. Pelos terrenos, de um lado e do outro da estrada, apanham-se tégulas e ímbrices em abundância.

Talvez devam atribuir-se a esta estação os achados de Queiriz (Coelho, 1948, p. 283 e Coelho, 1949, p. 99-100): duas dobradiças de bronze, tégulas, ímbrices e cerâmicas várias.

9 – Inédita.

16 – SANTA APOLÓNIA.

1 – Habitat romano.

2 – Capela de Santa Apolónia, Queiriz, Fornos de Algodres.

3 – 40° 44' 05"

4 – 01° 40' 00"

5 – 650

6 – 180

7 – Capela dedicada a Santa Apolónia.

8 – Inscrição votiva [nº 19]. Estava a servir de pia da água benta, dentro da capela.

Deve ser de uma estação situada próximo da capela, uma vez que também aqui se apanham régulas e fragmentos de cerâmicas.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

17 – TREPA.

1 – Habitat romano.

2 – Trepá, Mata, Sobral Pichorro, Fornos de Algodres.

3 – 40° 41' 50"

4 – 01° 40' 30"

5 – 450

6 – 180

7 – A Trepá fica no limite da povoação da Mata, numa quinta particular, com terrenos virados a sul.

8 – Fíbula anular hispânica integrada hoje na "Colecção Arqueológica Dr. José Coelho", nº JC-79-224. De secção losangonal, com dois botões bicónicos e fusilhão. Pertence ao tipo Fowler B1 e deverá datar-se de entre o séc. I d. C. e 1ª metade do séc. III (Ponte, 1973, p. 190-191).

José Coelho refere ainda o aparecimento de objectos de bronze ("punhal curto de metal (bronze) e de uma bacia do mesmo metal, com um pé terminado por uma cabeça de leã.") e de muitas moedas de bronze ("muitos quilos de moedas"), tendo publicado uma verosimilmente do séc. IV. Esta descrição faz-nos pensar que talvez se tratasse de um tesouro escondido tardiamente.

Tendo em conta a fíbula e as moedas, parece que devemos concluir por um povoamento tardio do sítio.

9 – Coelho, 1948, p. 288; Coelho, 1949, p. 97-98; Correia, 1979, p. 673; Alarcão, 1988a, p. 60.

CONCELHO DE MANGUALDE

18 – ABRUNHOSA-A-VELHA.

1 – Miliários.

2 – Abrunhosa-a-Velha, Mangualde.

3 – 40° 34' 30"

4 – 01° 30' 30"

5 – 410

6 – 190

9 – Miliários que integram a colecção da Assembleia Distrital de Viseu, nºs 85, 86 e 87.

10 – Indicada no estudo dos marcos.

19 – POÇO MOIRÃO.

1 – Habitat e via romana.

2 – Poço Moirão, Abrunhosa-a-Velha, Mangualde.

3 – 40° 33' 53"

4 – 01° 31' 00"

5 – 300

6 – 201

7 – Terrenos declivosos. A estação situa-se junto ao rio.

8 – A 100 m. do rio Mondego e a uns 150 a N/NE das ruínas de uma ponte antiga, construída com pedra bem aparelhada, aparecem fragmentos de cerâmicas romanas de construção e vestígios de caminho lajeado. Serão os restos de uma *mutatio*? A sua localização, logo após a passagem do rio, vindo de sul, assim o faz supôr.

9 – Gomes, 1992, p. 12.

20 – QUINTA DOS LOBÕES.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta dos Lobões, Casal Sandinho, Alcafache, Mangualde.

3 – 40° 35' 52"

4 – 01° 16' 08"

5 – 384

6 – 189

7 – Terrenos de cultura tradicional em meia encosta.

8 – Muitos fragmentos de cerâmicas de construção e de cerâmica doméstica romana.

9 – Gomes, 1992, p. 15.

21 – PRESAS.

1 – *Villa* romana.

2 – Presas, Aldeia de Carvalho, Alcafache, Mangualde.

3 – 40° 35' 30"

4 – 01° 16' 02"

5 – 405

6 – 189

7 – Terrenos de cultivo, com água abundante, pinheiros e matos. Virada a sul, sobre o rio Dão.

8 – Fragmentos de cerâmica de construção e doméstica, uma mó, pedras aparelhadas e uma cornija trabalhada.

Existe ainda uma sepultura escavada na rocha.

9 – Gomes, 1992, p. 15-16; Tavares, p. 21-22.

22 – PONTE DE ALCAFACHE.

1 – Ponte romana.

2 – Termas de Alcafache, Alcafache, Mangualde.

3 – 40° 36' 20"

4 – 01° 16' 00"

5 – 230

6 – 189

7 – Ponte que atravessa o rio Dão, nas Termas de Alcafache.

8 – É uma ponte reconstruída provavelmente no séc. XVIII, mas que mantém um talhamar, virado a montante, inteiramente romano, construído exclusivamente com pedras almofadadas.

É possível seguir a via em que esta ponte se integrava até Casal Sandinho, situada acima das Termas.

9 – Coelho, 1943, p. 11-12; Figueiredo, 1953, p. 39; Vaz, 1983, p.10; Vaz, 1987a, p. 33; Alarcão, 1988a, p. 61; Gomes, 1992; p. 13-14.

23 – CHÃS DE TAVARES.

1 – *Villa* romana.

2 – Chãs de Tavares, Chãs de Tavares, Mangualde.

3 – 40° 37' 15"

4 – 01° 31' 21"

5 – 625

6 – 190

7 – A aldeia de Chãs de Tavares assenta sobre a estação romana.

8 – Na abertura de alicerces têm aparecido cerâmicas de construção romanas e pedras aparelhadas. Há uma casa que tem um portal construído com blocos almofadados que poderão ser pedras romanas reaproveitadas.

Na colecção do Dr. José Coelho há um fragmento de um pote, atribuível ao Baixo Império (JC- 79-215), proveniente de Chãs de Tavares.

9 – Coelho, 1941, p. 395; Correia, 1979, p. 635 ; Gomes, 1992, p. 23.

24 – QUINTAS DO COSTA.

1 – *Villa* romana.

2 – Quintas do Costa, Guimarães de Tavares, Chãs de Tavares, Mangualde.

3 – 40° 35' 55'

4 – 01° 30' 05"

5 – 470

6 – 190

7 – Suave encosta descendente para o rio Mondego, virada a sul, no extremo da povoação.

8 – Escavações ali feitas puseram a descoberto várias estruturas de construções romanas: muros com dois paramentos, uma coluna de granito tronco cónica *in situ*, soleiras de portas, que poderão relacionar-se com as "instalações dos servos e local de fabrico de objectos utilitários e tratamento de produtos alimentares" (Matias, 1990, p. 20).

O espólio exumado consta de uma fusaiola, vários pesos de tear e de balança, uma mó manúaria, um pedaço de chumbo de forma esférica e "diversos blocos de escória provenientes de uma possível forja" (Matias, 1990, p. 20), fragmentos de cerâmica comum (bordos, fundos, paredes de potes, alguidares, almofariz), fragmentos de *sigillata* hispânica, cerâmica cinzenta, *sigillata* marmoreada.

Um dos fragmentos de *sigillata* hispânica apresenta a marca EX OF VA·PAT, desdobrável em EX OF(*ficina*) VA(*lerii*) PA(*terni*), no fundo de um prato. Pode atribuir-se-lhe uma datação do século I d. C. Noutros fragmentos de *sigillata* havia os grafitos POL e PO, marcas de propriedade, certamente.

Matias põe a hipótese de as estruturas descobertas poderem ser a "habitação rural ou anexos de uma "villa" que se poderia erguer nas proximidades" (Matias, 1985, p. 144). Seguindo os critérios que estabelecemos para identificação das *villae* nada temos a opor a esta hipótese.

Os materiais postos a descoberto e sobretudo as cerâmicas *sigillatas* parecem apontar para um horizonte cronológico bastante amplo, entre os séculos I e IV, com principal incidência no século I.

9 – Matias, 1985, p. 144-145; Portas, 1990, p. 19-21.

25 – SENHORA DO BOM SUCESSO.

1 – Castro romanizado.

2 – Senhora do Bom Sucesso, Chãs de Tavares, Chãs de Tavares, Mangualde.

3 – 40° 37' 50"

4 – 01° 31' 40"

5 – 765

6 – 190

7 – Cabeço com uma capela e um cruzeiro no ponto mais alto. A estação arqueológica tem mato e pinhos.

8 – Com boa posição estratégica, situado sobre a antiga estrada romana que ligava à Guarda. Fizeram lá escavações Leite de Vasconcelos e José Coelho

Leite de Vasconcelos fala de oitenta a cem casas rectangulares que formavam ruas e publica um fragmento cerâmico com decoração tipo Baiões/Santa Luzia (Vasconcelos, 1917, p. 116) .

José Coelho refere dois machados de bronze que recolheram ao Museu de Grão Vasco. Um deles é de talão bifacial de duplo anel e o outro de talão unifacial e anel único. José Coelho fala ainda de uma sepultura, a que ele chama "lusitano-romana", que teria sido descoberta no alto do monte, de uma lâmina de ferro e de uma asa de vaso de cerâmica castreja.

Quanto à sepultura, José Coelho não chegou a vê-la e limita-se a descrevê-la por aquilo que lhe contaram, sepultura com tégulas e ímbrices, supondo-a lusitano-romana (Coelho, 1941, p. 396). Não podemos esquecer que José Coelho designa sempre por sepulturas lusitano-romanas todos os monumentos funerários feitos com tégulas e ímbrices. Seria, antes, uma sepultura tardo-romana?

A lâmina referida é um fragmento de uma faca (157 x 8,7), com o espigão de encabamento, que pode ser romana ou posterior. No entanto, tendo em conta o contexto de todo o monte, é provável que seja, no mínimo, romana. (Coelho, 1941, p. 395 e Correia, 1979, p. 33).

Continua a apanhar-se muita cerâmica pré-romana e romana pelas abas do monte, sobretudo depois que, em 1989, foi aberto um caminho que contorna o monte. Nessa altura, encontravam-se muitos fragmentos de cerâmicas de diversas épocas, pesos de tear, contas de colar de vidro azul, escória de fundição de metal que provam o povoamento do povoado desde a época do Bronze Final até aos finais do Império.

Da época romana acharam-se muitos restos de cerâmicas de construção e cerâmica doméstica. Era já conhecido um fragmento de *sigillata* hispânica que Adília Alarcão atribui aos

finais do séc. I (Alarcão, 1958, p. 303) e, com a violação referida, muitos outros fragmentos de *sigillata* e de outras cerâmicas romanas (fragmento de lucerna decorada, por ex.) e contas de colar vieram à superfície (Gomes, 1992, p. 21).

À vista está o alicerce de uma casa redonda e muita cerâmica de construção romana e vestígios da muralha que deveria circundar o povoado.

Povoado que deve ter sido ocupado desde a época do Bronze até aos finais do Império romano, parece ser a conclusão a retirar dos achados conhecidos.

9 – Vasconcelos, 1917, p. 107-169; Coelho, 1949, p. 94-97; Alarcão, 1958, p. 249-316; Silva, 1978, p. 32; Correia, 1979, p. 31; Gomes, 1992, p. 19-22.

26 – VINHA MORTA.

1 – Habitat romano.

2 – Vinha Morta, Matados, Chãs de Tavares, Mangualde.

3 – 40° 36' 14"

4 – 01° 29' 13"

5 – 590

6 – 190

7 – No extremo da aldeia de Matados, no sítio da sede da Associação Cultural.

8 – Apareceram fragmentos de cerâmica romana de construção, na abertura dos alicerces da sede da Associação Cultural.

9 – Gomes, 1992, p. 24.

27 – OLIVEIRINHAS.

1 – Habitat romano.

2 – Oliveirinhas, Abrunhosa do Mato, Cunha Baixa, Mangualde.

3 – 40° 32' 50"

4 – 01° 23' 10"

5 – 440

6 – 200

7 – Terrenos de cultivo, em meia encosta virada a sudoeste com oliveiras e vinha.

8 – À superfície encontram-se fragmentos de tégulas, ímbrices e tijoleiras, cerâmica doméstica (*dollia* e *sigillata* hispânica); foram retirados deste sítio uma soleira de porta, um objecto de bronze, possivelmente de arreio de cavalo, e uma mó.

10 – Vaz, 1988b; Alarcão, 1988a, p. 62; Gomes, 1992, p. 46.

28 – BÔCHA.

1 – Habitat romano.

2 – Junto a Água Levada, Água Levada, Espinho, Mangualde.

6 – 189

8 – Leite de Vasconcelos fala de um lugar nos arredores de Água Levada chamado Bocha onde apareceram tégulas, escórias de fundição, pilares e frisos. Não conseguimos localizar este lugar.

9 – Vasconcelos, 1917, p. 136; Alarcão, 1988, p. 62; Gomes, 1992, p. 62.

29 – A CERCA.

1 – Castro romanizado(?).

2 – A Cerca, Água Levada, Espinho, Mangualde.

3 – 40° 34' 37"

4 – 01° 20' 18"

5 – 444

6 – 189

7 – Está lá hoje instalada uma fábrica de madeiras. Esta construção deve ter alterado radicalmente toda a topografia do lugar que antes devia ser mais elevado do que hoje.

8 – Leite de Vasconcelos (1917, p. 135-136) diz que apareceram pesos de tear, pedras trabalhadas, tégulas, mós e uma bilha de barro. Apresenta um desenho de muralhas e diz que foi dentro das muralhas que apareceram os objectos. Seria um castro?

Actualmente não se encontra nada, pois tudo deve ter sido destruído pela construção da fábrica.

9 – Proença, 1908, p. 2-3; Vasconcelos, 1917, p.135-136; Gomes, 1992, p. 61.

30 – CRUZEIRO

1 – Miliário(?)

2 – Cruzeiro, Vila Nova de Espinho, Espinho, Mangualde.

3 – 40° 32' 43"

4 – 01° 21' 58"

5 – 450

6 – 200

8 – Há um cruzeiro assente sobre uma coluna que pode ser um marco miliário reaproveitado.

9 – Inédito.

31 – ESPINHO.

1 – *Villa romana*(?).

2 – Abadia de Espinho, Espinho, Mangualde.

3 – 40° 33' 25"

4 – 01° 20' 20"

5 – 390

6 – 190

7 – Lugar plano, virado a sul. Praticam-se as culturas tradicionais – vinha, oliveira e culturas hortícolas – e há árvores de fruta.

8 – A sul da capela de Santa Luzia, encontram-se fragmentos de tégulas. Seria daqui um fuste de coluna que se encontra a servir de base de cruzeiro em frente da capela? É essa a razão que nos leva a considerar esta estação como uma *villa*.

É provável que seja este o sítio referido por Leite de Vasconcelos quando diz que "pelos arredores de Outeiro de Espinho aparecem fragmentos de telha romana. Junto do Rio de S. Pedro achou-se um denário" (Vasconcelos, 1917, p. 135 e 138).

Na Quinta da Ponte, próxima, foi encontrado um miliário que integra a "Colecção do Dr. José Coelho", pertença da Câmara Municipal de Viseu (JC 79 – 2) [nº 88].

• Há ainda, perto do cemitério, um outro miliário [nº 89].

9 – Vasconcelos, 1917, p. 135 e 138; Coelho, 1949, p. 24-25; Figueiredo, 1953, p. 31; Silva, 1978, p. 38-39; Correia, 1979, p. 7-8; Vaz, 1983; Vaz, 1988b; Alarcão, 1988a, p. 62; Gomes, 1992, p. 56-58.

32 – LAJINHA.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Lajinha, Vila Nova de Espinho, Espinho, Mangualde.

3 – 40° 32' 49"

4 – 01° 21' 30"

5 – 450

6 – 200

7 – Terrenos de cultivo, pinhal e afloramentos graníticos.

8 – Leite de Vasconcelos diz que achou ali telhas de rebordo e um peso de barro. Nas lajes há covas abertas de que apresenta o desenho. Há ainda uma sepultura escavada na rocha.

9 – Vasconcelos, 1917, p. 114; Gomes, 1992, p. 60.

33 – OLIVAL DO MENDES.

1 – Habitat romano.

2 – Junto à capela de S. João, Água Levada, Espinho, Mangualde.

3 – 01° 19' 55"

4 – 40° 34' 50"

5 – 420

6 – 189

7 – Terrenos de cultivo em zona plana.

8 – Vasconcelos(1917, p. 136) fala de um sítio "ao pé de uma capela, no «Olival do Mendes»" onde apareceram "telhas de rebordo e outras antigualhas": um *dolium* e uma pia redonda de pedra. Essa capela não poderá ser outra senão a capela de S. João. No entanto, actualmente não aparecem ali quaisquer vestígios identificáveis com o que Leite de Vasconcelos refere. Apenas o dormente de uma mó manuária ali se detectou há já alguns uns anos.

9 – Vasconcelos, 1917, p. 136; Alarcão, 1988a, p. 62; Gomes, 1992, p. 62-63.

34 – TAPADA/CASINHAS

1 – *Villa romana*.

2 – Tapada/Casinhas, Vila Nova de Espinho, Espinho, Mangualde.

3 – 40° 32' 50"

4 – 01° 22' 00"

5 – 450"

6 – 200

7 – Terrenos de cultivo e lameiros, no sítio das Casinhas. Cultivam-se vinha, oliveira e algumas árvores de fruto. Terrenos com ligeiro declive virados a sul.

8 – Aparecem tégulas e cerâmicas várias pelos campos. Há um muro que se vê no perfil do caminho que vai para as "Casinhas", já perto deste lugar. Há uns anos apareceram mós, troncos de coluna (há um ainda metido num muro de propriedade) e uma pia redonda.

9 – Gomes, 1992, p. 60.

35 – TAPADA DO MOINHO / SALGUEIRO

1 – Habitat romano

2 – Tapada do Moinho/Salgueiro, Vila Nova de Espinho, Espinho, Mangualde.

3 – 40° 32' 52"

4 – 01° 21' 47"

5 – 450

6 – 200

7 – Terrenos de cultivo: vinha, oliveiras, árvores de fruto. Virada a sudeste. Pequena propriedade.

9 – Conhece-se o aparecimento de tégulas e pedras de cantaria desde o princípio deste século. Actualmente, apenas se apanham alguns fragmentos de tégulas.

10 – Dias, 1901, p. 46; Alarcão, 1988a, p. 62; Gomes, 1992, p. 60.

36 – BARREIROS. – Est. V

1 – *Villa romana.*

2 – Barreiros ou Cabeço da Mota, Fornos de Maceira Dão, Mangualde.

3 – 40° 36' 24"

4 – 01° 18' 45"

5 – 435

6 – 189

7 – Terrenos de cultivo, em meia encosta. Há vinhas e pinhais à volta. Actualmente, ergue-se ali um complexo desportivo.

8 – Cerâmica de construção e doméstica, incluindo raros fragmentos de *sigillata* hispânica, elementos arquitectónicos (bases e capitéis de colunas, fustes), uma foice em ferro e pedras trabalhadas.

As sondagens que ali realizámos, antes de o campo de futebol ser construído, apenas revelaram uma pequena base em seixos, provavelmente de assentamento de algum muro. A parte principal da estação deverá situar-se antes nos terrenos agrícolas mais abaixo, onde, aliás, aparecem cerâmicas em abundância e onde têm sido feitos outros achados.

9 – Gomes, 1992, p. 71.

37 – FAGILDE.

1 – Miliário(?).

2 – Fagilde, Fornos de Maceira Dão, Mangualde.

3 – 40° 37' 29"

4 – 01° 19' 38"

5 – 430

6 – 189

7 – Pela Estrada Nacional 16, em direcção a Fagilde.

8 – Coluna granítica, com 112 x 30/40, encontrada numa parede de uma casa da povoação, [nº 90].

10 – Gomes, 1992, p. 72.

38 – FREIXIOSA.

1 – Inscrição votiva romana.

2 – Na igreja paroquial, Freixiosa, Freixiosa, Mangualde.

3 – 40° 36' 25"

4 – 01° 27' 10"

5 – 555

6 – 190

9 – Inscrição nº 26 que se encontra guardada na igreja paroquial [nº 26].
As coordenadas indicadas são respeitantes à aldeia.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

39 – MOITA DA OLIVEIRA.

1 – *Villa* romana e tardo-romana ou medieval.

2 – Moita da Oliveira, Almeidinha, Mangualde, Mangualde.

3 – 40° 35' 45"

4 – 01° 24' 35"

5 – 540

6 – 190

7 – Terrenos de cultivo e matos, em encosta virada a sudeste.

8 – Leite de Vasconcelos refere-se a Almeidinha como tendo ali encontrado fragmentos de telhas de rebordo, uma base e um fuste de uma coluna e pedras aparelhadas (Vasconcelos, 1917, p. 133). Pensamos que ele se refere à Moita da Oliveira, uma vez que não há conhecimento de outra estação romana nesta aldeia.

Actualmente apanham-se à superfície imensos fragmentos de cerâmica de construção e comum. Mais recentemente, foi ali assinalado o aparecimento de fragmentos de *sigillata* hispânica (Gomes, 1992, p. 98).

Próximo, há restos de uma via romana lajeada e duas sepulturas escavadas na rocha.

Estes vestígios vistos em conjunto sugerem a existência de uma *villa* romana cujo povoamento persistiu na Idade Média.

9 – Vasconcelos, 1917, p. 133; Alarcão, 1988a, p. 61-62; Gomes, 1992, p. 98-99.

40 – CITÂNIA DA RAPOSEIRA. – Est. VI e VII.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta da Raposeira / Fonte do Púcaro / Campas, Mangualde, Mangualde.

3 – 40° 36' 36"

4 – 01° 23' 40"

5 – 530

6 – 190

7 – Terrenos de cultivo em redor da estação arqueológica. Situada na base do monte da Senhora do Castelo.

8 – Conhecida desde o século passado, quando Martins Sarmento e Alberto Osório ali realizaram escavações. Nessa altura, foi encontrado aquilo a que eles chamaram uma "citânia de planície": "três salas de um hipocausto, um cunhal de habitação, encanamentos de pedra e

chumbo, calçadas de pedra rolada, um segmento de grande muro circular e um edifício dividido em pequenos cubículos, afora fragmentos inumeráveis de louçaria indígena e de importação, atafonas de pedra, restos de arquitectura toscana, mármore sacaráides, ansas e ânforas, restos de telha, pavimentos de tijolo, moedas, vidros coloridos, etc." (Silva, 1978, p. 28). Pela descrição temos que concluir que se trataria de uma importante *villa*.

A presença de mármore e cerâmicas de importação só se compreende se o seu proprietário fosse um rico senhor da região. Seria a *villa* de *Caius Caielianus Modestus* a que nos referiremos, (nº 49) e [nº 83]?

Desconhece-se o lugar exacto em que foram feitas as escavações do século passado, tal como o destino do muito espólio ali encontrado. Sabe-se que apareceu também um tesouro de moedas romanas imperiais, com moedas dos Antoninos, (Nerva, Trajano e Adriano), datável, portanto, dos finais do século I e primeira metade do II (Hipólito, 1961, p. 55).

Em 1985, foram retomadas as escavações, na sequência de sondagens de emergência devidas à abertura da Avenida da Senhora do Castelo. Terá sido em lugar diferente do inicial, a avaliar, pelo menos, pela pobreza dos materiais encontrados, comparados com os primeiros achados e, por outro lado, é certo que a estratigrafia de um lugar remexido não seria idêntica à que tem sido detectada nas escavações em curso.

Descobriram-se, até ao momento, o hipocausto e o prefúrnio de umas termas, condutas de água, o *caldarium* e o *tepidarium*. Houve reformulações ou mesmo mudança funcional do lugar, pois no "«frigidarium» as estruturas sofreram profundas alterações" (Portas, 1989, p. 372).

Do espólio encontrado salientam-se fragmentos de *sigillata* sudgálica, um deles com marca, *sigillata* marmoreada, *sigillata* hispânica, cinzenta fina e outros tipos (Portas, 1989, p. 372).

Este conjunto termal parece ter sido ocupado entre o último decénio do século I a. C. e o século IV d. C.

9 – Vasconcelos, 1897, p.112-115; Hipólito, 1961, p. 55; Silva, 1978, p. 26 – 32; Portas, 1986; Portas, 1987; Portas, 1989, p. 371-378; Gomes, 1992, p. 87-88.

41 – CHÃOS.

1 – Miliário.

2 – Entre o Km 126 e 127 do caminho de ferro, junto à casa da guarda, Santa Luzia, Mangualde, Mangualde.

3 – 40° 34' 51"

4 – 01° 21' 14"

5 – 450

6 – 189

8 – Miliário que tem sido apontado como encontrado em Mangualde [nº 92].

9 – Indicada no estudo do marco.

42 – ESTAÇÃO DE MANGUALDE.

1 – Habitat romano.

2 – Junto à estação de Mangualde (Cubos?), Mangualde, Mangualde.

3 – 40° 35' 00"

4 – 01° 22' 10"

5 – 410

6 – 189

8 – O Dr. Valentim da Silva (Silva 1978, p. 33) fala do achamento de telhas de rebordo, mós e moedas, junto à estação do comboio de Mangualde, mas não dá a sua localização exacta.

Actualmente não se acha ali nada, em nenhuns terrenos. Sendo assim, ocorre perguntar se não seria nos terrenos onde hoje se situa a própria estação ferroviária. Tal não seria surpreendente, uma vez que a estação está localizada numa meia-encosta virada a sul, já a descair sobre o Mondego.

As coordenadas indicadas pertencem à estação de Mangualde.

9 – Silva, 1978, p.33; Alarcão, 1988a, p. 62; Gomes, 1992, p. 90-91.

43 – OLIVAIS.

1 – *Villa romana.*

2 – Olivais, Passos, Mangualde, Mangualde.

3 – 40° 37' 34"

4 – 01° 22' 58"

5 – 455

6 – 190

7 – Meia encosta virada a sudeste, a noroeste da povoação de Passos.

8 – Apanham-se à superfície fragmentos de cerâmica comum doméstica e de construção.

Um bloco granítico almofadado, um tronco de coluna (111 x 43) e uma árua dedicada a Júpiter [nº 2] são a prova mais concludente da existência da *villa*.

9 – Gomes, 1986, nº 69; Gomes, 1992, p.91-92.

44 – QUINTA DA CALÇADA.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta da Calçada, Mangualde, Mangualde.

3 – 40° 35' 34"

4 – 01° 22' 48"

5 – 475

6 – 190

7 – Boa exposição ao sol, com terreno virados a sul.

8 – Fragmentos de telhas, ímbrices e dois fustes de colunas. O topónimo pode ter a ver com a passagem de uma via romana de que existe ainda um troço em Mourilhe.

No limite nordeste da quinta existe uma sepultura escavada na rocha.

9 – Vasconcelos, 1917, p. 112; Silva 1978, p. 33; Gomes, 1992, p. 89 – 90.

45 – QUINTA DA IGREJA.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta da Igreja (perto da igreja de S. Julião), Mangualde.

3 – 40° 36' 27"

4 – 01° 26' 21"

5 – 515

6 – 189

7 – Quinta com boas terras de cultivo, com boa exposição ao sol, virada a sudoeste. Perto localiza-se a igreja românica de S. Julião onde se conserva uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha.

8 – Têm sido encontrados muitos vestígios de cerâmicas domésticas (comum e *sigillata* hispânica), cerâmicas de construção, um fuste de coluna, blocos almofadados e instrumentos agrícolas, integrados na "Colecção Arqueológica Dr. José Coelho" (JC-79-225, 226, 227, 228, 229).

Os terrenos foram surribados recentemente, pelo que pouca cerâmica se encontra actualmente.

9 – Correia, 1979, p. 637; Alarcão, 1988a, p. 61; Gomes, 1992, p. 86.

46 – QUINTA DO PRAZO / PINHAL DANTES.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta do Prazo/Pinhal Dantes/Rua da Soeima, Mangualde.

3 – 40° 36' 21"

4 – 01° 23' 08"

5 – 555

6 – 189

7 – Zona que actualmente está a ser urbanizada.

8 – Vestígios de estruturas romanas e material cerâmico. Há ainda um troço da via romana que vinha de Abrunhosa-a-Velha.

9 – Gomes, 1992, p. 89.

47 – RODA

1 – Miliário.

2 – Roda, Roda, Mangualde, Mangualde.

3 – 40° 37' 07"

4 – 01° 20' 59"

5 – 460

6 – 189

8 – Miliário [nº 91] que se encontrava a servir de coluna na varanda de uma casa da Roda. Guarda-se actualmente numa casa particular da Mesquitela.

9 – Indicada no estudo do marco.

48 – S. COSMADO.

1 – Inscrição monumental.

2 – S. Cosmado, Mangualde, Mangualde.

3 – 40° 36' 36"

4 – 01° 21' 02"

5 – 500

6 – 189

8 – Placa monumental que recorda uma oferta do benemérito *Caius Caielianus Modestus* aos cidadãos de *Araocellum* [nº 83].

9 – Indicada no estudo da inscrição.

49 – SENHORA DO CASTELO. – Est. VIII.

1 – Castro romanizado.

2 – Senhora do Castelo, Mangualde, Mangualde.

3 – 40° 36' 40"

4 – 01° 23' 20"

5 – 629

6 – 190

7 – Monte sobressaindo da paisagem envolvente, com vistas extraordinárias sobre os castros de Santa Luzia (Viseu), Senhora da Guia (S. Pedro do Sul) e Senhora do Bom Sucesso (Mangualde).

8 – Povoado praticamente destruído por sucessivas construções, pois o lugar foi cristianizado. No entanto, vê-se ainda um grosso muro construído com grandes silhares almofadados, do lado noroeste.

Foram ali feitas escavações, mas não se conhece o espólio encontrado. À volta deste povoado situa-se um importante núcleo de *villae*. Uma dessas *villae* seria propriedade de *Caius Caielianus Modestus*, cidadão com elevado estatuto económico que lhe possibilitou oferecer aos cidadãos de *Araocellum* um monumento que ficou para sempre recordado numa placa que ele próprio mandou gravar. *Araocelum* deveria localizar-se precisamente no castro da Senhora do Castelo.

Foi encontrada uma moeda romana neste monte:

Denário, Vespasiano, Roma, 74 d. C., RIC, 83.

Ao mesmo século I atribuímos a inscrição citada, pelo que a ocupação deste povoado se deverá situar pelos inícios da nossa era. Não podemos dizer se continuou a ser utilizado para lá deste século, como sucedeu com a *villa* situada na Raposeira, habitada até ao século IV.

Existiu um troço de calçada junto à ribeira da Sr^a. do Castelo, hoje desaparecido (Silva, 1978, p. 108).

9 – Vasconcelos, 1917, p. 114-115; Coelho, 1941, p. 389-392; Alves, 1960, p. 85-97; Moita, 1962, p. 6; Silva, 1978, p. 40; Silva, 1986, p. 108; Alves, 1989, p. 14-15;

50 – SANTA MARINHA

1 – Habitat romano.

2 – Santa Marinha, Póvoa de Cervães, Mangualde.

3 – 40° 33' 28"

4 – 01° 27' 12"

5 – 370

6 – 201

7 – Terrenos de cultivo de vinha e oliveira em encosta virada a sudeste. Há ainda pinhais no lugar onde se situa a estação.

8 – Aparecem inúmeros fragmentos de cerâmica de construção (tégula e imbrices) e cerâmica doméstica comum romana.

Situada junto à via romana que se dirigia à Quinta dos Moinhos, onde atravessava o rio Mondego.

9 – Gomes, 1992, p. 112.

51 – QUINTELA DE AZURARA.

1 – *Villa* romana.

2 – Capela de Nossa Senhora da Esperança / Quinta dos Cortinhais, Quintela de Azurara, Quintela de Azurara, Mangualde.

3 – 40° 37' 30"

4 – 01° 25' 30"

5 – 530

6 – 190

7 -Terrenos em ligeiro declive, virados a sul, com muito boa exposição ao sol. Cultivam-se árvores de fruto, milho, batata e vinha. Água abundante.

8 – Encontram-se à superfície inúmeros fragmentos cerâmicos romanos e foi ali achada também uma mó.

Em Quintela de Azurara apareceram três aras: uma funerária, com inscrição [nº 60] e outra anepígrafa, desaparecida, e uma terceira dedicada a IOM [nº 3]. Há, ainda, um peso de tear com inscrição [nº 109] e vários outros pesos de tear que se guardam no Museu Nacional de Arqueologia: n.ºs E: 16352A, 16352B, 16352E; E: 16357A, 16357B, 16357C, 16356.

9 – Vasconcelos, 1910, p. 325-326; Figueiredo, 1953, p. 166; Coelho, 1957, p. 250-252; Silva, 1978, p. 34-35; Vaz, 1979, p. 552-553; Correia, 1979, p. 8; Alarcão, 1988a, p. 61; Gomes, 1992, p. 115-118.

52 – FRESTA.

1 – Inscrição funerária romana.

2 – Capela de Stº Amaro; Fresta; S. João de Fresta; Mangualde.

3 – 40° 38' 07"

4 – 01° 33' 00"

5 – 620

6 – 190

9 – Ara funerária que serve de pia da água benta na capela de Santo Amaro, nº 45. As coordenadas são relativas à capela.

10 – Gomes, 1985a e 1985b, p. 9 – 10; Alarcão, 1988a, p. 62; Gomes, 1992, p. 123.

53 – PINHEIRO DE TAVARES. – Est. IX.

1 – *Villa* romana.

2 – Quintal, Pinheiro de Tavares, S. João da Fresta, Mangualde.

3 – 40° 37' 50"

4 – 01 33' 48"

5 – 655

6 – 190

7 – Pequena povoação situada em encosta declivosa, virada a sudoeste, com apenas cerca de meia centena de moradores.

8 – Duas inscrições funerárias, uma conserva-se na povoação [nº 47] e a outra está guardada na sede da Associação Cultural Azurara da Beira, em Mangualde [nº 61].

Nas casas da aldeia há muitas pedras almofadadas, um tronco de coluna com cerca de 1 metro de comprimento e 35 cm. de diâmetro, e uma pedra mármore metida numa parede.

Estes achados devem ser provenientes de um sítio localizado junto à povoação, o "Quintal", onde aparecem cerâmicas de construção e domésticas. Há, por conseguinte, um ligeiro desvio do povoado em relação à *villa* romana.

9 – Gomes, 1985d, p. 12 – 16; Alarcão, 1988a, p.62; Gomes, 1992, p. 119.

54 – QUINTA DO CASAL.

1 – Inscrição votiva romana.

2 – Quinta do Casal, Casais, S. João da Fresta, Mangualde.

3 – 40° 38' 05"

4 – 01° 32' 00"

5 – 570

6 – 190

8 – Inscrição romana dedicada a Lares indígenas [nº 34]. Não se conhecem quaisquer outros achados em Casais, pelo que este monumento, só por si, nada prova em relação ao povoamento romano do local.

9 – Alarcão, 1988a, p. 122-123; Gomes, 1992, p. 122-123.

55 – QUINTA DA BOCA.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta da Boca, Cassurrães, Santiago de Cassurrães, Mangualde.

3 – 40° 35' 10"

4 – 01° 27' 20"

5 – 600

6 – 190

7 – Terrenos de cultivo, com muita água e árvores de fruta.

8 – À superfície apanham-se fragmentos de tégulas e de cerâmica doméstica, nomeadamente dólios. Um destes parece conter o grafito LA.

10 – Alarcão, 1988a, p.62; Gomes, 1989, p. 7; Gomes, 1992, p. 135.

56 – QUINTA DE SANTA MARINHA.

1 - *Villa romana.*

2 – Quinta de Santa Marinha, Cassurrães. Santiago de Cassurrães, Mangualde.

3 – 40° 35' 00"

4 – 01° 26' 40"

5 – 550

6 – 190

7 – Terrenos de cultivo nas partes mais baixas e pinhal na superior. Virada a sul.

8 – Cerâmica de construção, doméstica comum, *sigillata* hispânica, muito fragmentada. Um destes fragmentos é de uma taça Drag. 37, decorada com círculos concêntricos (Gomes, 1992, p. 134), datável dos séc. IV-V.

Há ainda uma base com 36 cm de altura e dois troncos de coluna. Um deles tem de diâmetro entre 40 e 60 cm. e o outro 74 por 40 cm., na altura e diâmetro.

9 – Ferreira, 1984a; Alarcão, 1988a, p. 62; Gomes, 1992, p. 133.

57 – SANTIAGO DE CASSURRÃES.

1 – *Villa romana.*

2 – Quinta das Pereiras /Q.ta do Campo / Passal / Abadia, Santiago de Cassurrães, Santiago de Cassurrães, Mangualde.

3 – 40° 34' 56"

4 – 01° 25' 36"

5 – 505

6 – 190

7 – Terrenos de cultivo, bastante planos, junto à povoação, virados a sul.

8 – Cerâmicas de construção e domésticas, mós, um fuste de coluna. Perto deveria passar a via romana.

Alarcão (1988a, p. 62) designa esta estação como “Quinta do Campo”; no entanto, atendendo a que os achados se espalham por uma vasta área preferimos designá-la simplesmente por Santiago de Cassurrães.

Consideramos uma única estação porque estes lugares são todos contíguos e em todos eles aparecem os vestígios indicados.

9 – Ferreira, 1984a; Gomes 1987; Alarcão, 1988a, p. 62; Gomes, 1992, p. 129.

58 – TAPADOS.

1 – Habitat romano.

2 – Tapados, Santiago de Cassurrães, Mangualde.

3 -- 40° 35' 35"

4 – 01° 25' 05"

5 – 620

6 – 190

7 – Situa-se no alto da serra da Baralha, encosta virada a sul, à Serra da Estrela, onde recentemente foi cortado o pinhal. Muitas pedras. Há também terrenos de cultivo e vinha.

8 – Encontra-se cerâmica doméstica, telhas com muita abundância e escórias de fundição; tudo, no entanto, muito fragmentado.

Deve ter servido de pedreira na época romana, havendo uma pedra cortada para coluna, abandonada decerto por ter partido e outras com as marcas das cunhas utilizadas para as partir.

A utilização deste lugar remonta à época pré-histórica, dado que ali foi encontrada uma ponta de seta de sílex (Gomes, 1987).

9 – Gomes, 1987, p. 241-242; Alarcão, 1988a, p. 62; Gomes, 1992, p. 133.

59 – CASAL.

1 – Habitat romano.

2 – Casal, Travanca de Baixo, Travanca de Tavares, Mangualde.

3 – 40° 38' 13"

4 – 01° 30' 23"

5 – 515

6 – 190

7 – Pátio de uma casa particular de Casal. A estação ficaria virada a norte, mas bem protegida dos ventos pela Serra da Pousada.

8 – Apareceram telhas, ímbrices e uma mó manuária.

9 – Gomes, 1992, p. 141.

60 – QUINTA DA CANIÇADA.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta da Caniçada, Travanca de Baixo, Travanca de Tavares, Mangualde.

3 – 40° 38' 14"

4 – 01° 30' 03"

5 – 505

6 – 190

7 – Situada num vale fértil e com abundância de água. A estação ficava virada a norte, mas protegida dos ventos de norte pela serra da Pousada. Os terrenos estão bem cultivados com produtos hortícolas e muitas oliveiras.

8 – Apanham-se cerâmicas de construção romanas nos terrenos da quinta.

9 – Gomes, 1992, p. 141.

61 – TRAVANCA DE BAIXO.

1 – *Villa* romana.

2 – Junto à igreja de S. Salvador, Travanca de Baixo, Travanca de Tavares, Mangualde.

3 – 40° 38' 04"

4 – 01° 30' 14"

5 – 530

6 – 190

7 – Terrenos em declive, virados a norte, mas bem protegidos dos ventos. Culturas hortícolas e muitas oliveiras. Alguns terrenos estão abandonados.

8 – Fragmentos de cerâmicas de construção e domésticas comuns romanas e restos arquitectónicos: cinco fustes de coluna, uma cornija e blocos almofadados, reaproveitados nas paredes do velho solar, em ruínas.

9 – Gomes, 1992, p. 140.

CONCELHO DE NELAS

62 – LAJA DO QUARTO.

1 – *Villa romana.*

2 – Laja do Quarto, Urgeiriça, Canas de Senhorim, Nelas.

3 – 40° 30' 30"

4 – 01° 14' 00"

5 – 360

6 – 200

7 – Quinta surribada há poucos anos, com terrenos planos virados a sul.

8 – Apareceram dormentes de mós manúárias, uma pedra da soleira de uma porta, pedras almofadadas, um pavimento de barro queimado, cerâmica de construção e doméstica comum romana.

9 – Vaz, 1987c, p. 65.

63 – OLIVAL GRANDE

1 – *Villa romana.*

2 – Olival Grande, Canas de Senhorim, Nelas.

4 – 40° 30' 08"

5 – 01° 13' 16"

5 – 350

6 – 200

7 – Terrenos planos, junto à vila de Canas de Senhorim.

8 – Vasconcelos situa aqui o aparecimento de uma das inscrições votivas de Canas de Senhorim [nº 21]. Refere ainda alicerces, cerâmica de construção, pesos de tear e mós (1929, p. 214). É lógico supor que também as outras três inscrições de Canas de Senhorim e Carvalhal Redondo, [nºs 20, 22, e 23] tenham provindo daqui também.

Sendo assim, não incluímos nenhuma estação em Carvalhal Redondo. Supomos que as aras ali aparecidas [n^{os} 22 e 23] terão sido levadas de Canas de Senhorim para serem integradas na parede em que foram encontradas.

Em 1987, tínhamos colocado a hipótese de se localizar uma estação romana na própria vila de Canas de Senhorim. Com a identificação do Olival Grande e a descoberta do Passal, Quinta de Cima e Laja do Quarto ficamos com a certeza de que no sítio de Canas de Senhorim houve um acentuado povoamento romano, origem da povoação actual.

A *villa* teria uma certa extensão, que atingiria o quintal da Casa Reis Pinto. Seria propriedade de um indígena abastado, *Docquirus*, profundamente devoto de *Besencla*, a divindade local a quem ele consagrava os seus ex-votos.

9 – Vasconcelos, 1929, p. 215; Vaz, 1987c, p. 63 e 65; Alarcão, 1988a, p. 63; Vaz, 1989a.

64 – PASSAL

1 – Habitat romano.

2 – Passal, Canas de Senhorim, Nelas.

3 – 40° 30' 33"

4 – 01° 13' 11"

5 – 370

6 – 200

7 – Terrenos planos que hoje foram surribados na sua maioria.

8 – Apesar de grande parte dos terrenos terem sido surribados, ainda aparecem fragmentos de cerâmicas de construção e cerâmicas domésticas, tijoleiras, mós e pedras talhadas.

9 – Vaz, 1987c, p. 65.

65 – QUINTA DE CIMA.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta de Cima, Canas de Senhorim, Nelas.

3 – 40° 30' 35"

4 – 01° 12' 50"

5 – 393

6 – 200

7 – Zona plana com pinhais e terrenos hortícolas.

8 – Tégulas e pequenos fragmentos de cerâmicas domésticas romanas variadas.

10 – Inédita.

66 – PRAZIAS OU TIJOLOS.

1 – *Villa* romana.

2 – À entrada da povoação de Moreira de Cima, vindo da Pedra Cavaleira, Moreira, Nelas.

3 – 40° 33' 56"

4 – 01° 13' 40"

5 – 380

6 – 200

7 – Terras de cultivo – batata, vinha e culturas hortícolas – e pomares de fruta. Terreno quase plano, com inclinação muito ligeira a sul.

8 – Aparecem tégulas, ímbrices, tijoleiras com cerca de 5 cm de espessura, uma peça de jogo redonda, pedras trabalhadas, bases e colunas de vários diâmetros.

Ao fundo do terreno, há uma lagareta e uma sepultura escavada na rocha.

9 – Inédita.

67 – MOLEDINHOS.

1 – Habitat romano.

2 – Moledinhos, Póvoa da Roçada, Nelas, Nelas.

3 – 40° 30' 50"

4 – 01° 18' 00"

5 – 370

6 – 200

7 – Matas e terras de sementeira. Encosta virada a sudoeste.

8 – Tégulas e ímbrices, à superfície.

9 – Rocha, 1897, p. 81; Loureiro, 1957, p. 25; Alarcão, 1988a, p. 63.

68 – MOLEDO.

1 – *Villa romana*.

2 – Moledo, Nelas, Nelas, Nelas.

3 – 40° 31' 20"

4 – 01° 16' 50"

5 – 420

6 – 200

7 – Encosta suave virada a sudeste. Surrizada há poucos anos, hoje tem vinha.

8 – Rocha (1897, p. 81) diz ter encontrado um peso de um *torcellarium*, cerâmica de construção, *dollia*, um fragmento de um *pondus* de barro, cerâmica cinzenta, muros de pedra, um pavimento feito com telha e tijolos moídos, sem argamassa, mas apenas batidos.

Actualmente pouco se encontra, uma vez que há poucos anos todo o terreno foi profundamente revolvido e cortado pela estrada Nelas – Caldas da Felgueira.

A indicação de Alarcão (1988a, p. 63), que localiza esta estação na freguesia de Carvalhal Redondo, não deverá ser tida em consideração, uma vez que no sítio homónimo desta freguesia não existe qualquer vestígio arqueológico.

9 – Rocha, 1897, p. 81; Loureiro, 1957, p. 22-25; Alarcão, 1988a, p. 63.

69 – QUINTA DO ROSADO.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta do Rosado, Nelas, Nelas.

3 – 40° 29' 35"

4 – 01° 17' 50"

5 – 230

6 – 200

7 – Quinta antiga situada mesmo à beira do rio Mondego. Terrenos de cereais e culturas hortícolas, a maioria hoje abandonados. Virada a sul.

8 – Disse-nos o filho de um antigo caseiro que, há uns anos, faziam muitos buracos na terra para enterrar os "cacos" que apareciam quando amanhavam a terra para a lavoura.

Apanha-se, de facto, cerâmica romana de construção e doméstica em grande abundância.

9 – Inédita.

70 – OUTEIRINHO.

1 – Habitat romano.

2 – Outeirinho, Santar, Nelas.

3 – 01° 14' 35"

4 – 40° 34' 20"

5 – 390

6 – 189

7 – Zona urbanizada, no meio da vila de Santar. Junto à escola, na encosta virada a sudeste.

8 – Cerâmica de construção e doméstica: "dois pesos de barro romanos, telhas de rebordo e escumalhas de ferro" (Vasconcelos, 1917).

Actualmente não se encontram vestígios arqueológicos, uma vez que todo o sítio foi urbanizado e integrado na área urbana da vila.

9 – Vasconcelos, 1917, p. 113, Alarcão, 1988a, p. 61.

71 – OUTEIRO.

1 – Habitat romano.

2 – Outeiro, Casal Sancho, Santar, Nelas.

3 – 01° 14' 57"

4 – 40° 34' 30"

5 – 380

6 – 189

7 – Zona inteiramente surribada, actualmente urbanizada. Virada a noroeste.

8 – Dizem que antes das construções e das surribas apareciam telhas muito grossas, possivelmente romanas.

9 – Inédita.

72 – QUINTA DE CASAL BOM.

1 – *Villa* romana.

2 – Atrás da igreja da Misericórdia, Santar, Nelas.

3 – 40° 34' 15"

4 – 01° 14' 35"

5 – 390

6 – 189

7 – Terrenos em declive, em socalcos; quinta bem cultivada, com vinha e árvores de fruta. Virada a sudeste.

8 – Tégulas, cerâmicas domésticas romanas, pedras trabalhadas, incluindo fustes de coluna.

9 – Vasconcelos, 1917, p. 113; Alarcão, 1988a, p. 61.

73 – IGREJA.

1 – *Villa* romana.

2 – Mesmo junto à igreja, Igreja, Senhorim, Nelas.

3 – 40° 32' 21"

4 – 01° 19' 16"

5 – 360

6 – 200

7 – Encosta suave sobre o rio Castelo. Cultivam-se a vinha e árvores de fruto, em socalcos. Virada a sul.

8 – Muitos fragmentos de tégulas e ímbrices, à superfície. Há ainda abundância de cerâmicas domésticas romanas, nomeadamente cerâmica cinzenta fina e *sigillata* hispânica. Um peso de lagar serve de base de um cruzeiro, em frente da igreja. Na povoação há pedras almofadadas reaproveitadas em várias paredes.

Deverá identificar-se com o lugar a que Alarcão se refere, na sequência de Rocha e Loureiro, quando fala da estação "Ponte da Igreja".

9 – Rocha, 1897, p. 143; Loureiro, 1957, p. 57-58; Alarcão, 1988, p. 63.

74 – RIO VIDEIRA/ CASAL SANDINHO.

1 – Habitat romano.

2 – Na encosta de Casal Sandinho, sobre o rio Videira, Casal Sandinho, Senhorim, Nelas.

3 – 40° 33' 20"

4 – 01 °19' 00"

5 – 350

6 – 200

7 – Meia encosta virada a sudeste. Terrenos em socacos sobre o rio Videira. Cultiva-se a vinha e árvores de fruto, nomeadamente a oliveira.

8 – Apanham-se fragmentos de cerâmicas romanas de construção e comuns, à superfície.

9 – Rocha, 1897, p. 143; Vasconcelos, 1912, p. 205; Loureiro, 1957, p. 27; Alarcão, 1988a, p. 63.

75 – PRADO. – Est. X.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Sítio do Prado, Vilar Seco, Vilar Seco, Nelas.

3 – 40° 33' 40"

4 – 01° 16' 20"

5 – 425

6 – 200

7 – Vinhas e pinhal do lado ocidental. Encosta suave virada a sudeste.

8 – Três sepulturas escavadas na rocha, muito branda. Na vinha, apanham-se telhas, ímbrices e cerâmicas domésticas.

9 – Inédita.

76 – QUINTA DO SERRADO.

1 – Habitat romano.

2 – À entrada de Vilar Seco, Vilar Seco, Nelas.

3 – 40° 34' 30"

4 – 01° 15' 55"

5 – 395

6 – 200

7 – Quinta bem cultivada, com arroteamentos recentes para vinha. Cortada a meio pela estrada nacional Viseu-Nelas. A maior parte da estação fica do lado direito da estrada. Encosta virada a sul.

8 – Cerâmica de construção e doméstica. No extremo oriental da quinta há duas sepulturas escavadas na rocha. Rocha (1897, p. 113) diz que apanhou aqui uma tégula com um signo saimão desenhado.

Esta estação aparece simplesmente designada como Vilar Seco nos autores que anteriormente dela se ocuparam.

9 – Rocha, 1897, p. 113; Loureiro, 1957, p. 28; Alarcão, 1988a, p. 61.

CONCELHO DE OLIVEIRA DE FRADES

77 – BENFEITAS

1- Miliários.

2 – Benfeitas, Destriz, Oliveira de Frades.

6 – 176.

8- Dois marcos miliários, nºs 93 e 94.

9 – Indicada no estudo dos marcos.

78 – REIGOSO

1 – Miliários.

2 – Reigoso, Oliveira de Frades.

6 – 176

8 – Dois marcos miliários, nºs 95 e 96.

9 – Indicada no estudo dos marcos.

CONCELHO DE PENALVA DO CASTELO

79 – CAMPO DA BOLA OU RATO.

1 – *Villa* romana.

2 – Campo da Bola ou Rato, S. Romão, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.

3 – 40° 39' 15"

4 – 01° 27' 50"

5 – 480

6 – 179

7 – Situada a cerca de trezentos metros a ocidente de S. Romão, numa pequena encosta entre duas linhas de água. Tem vinha plantada há poucos anos, tendo todo o terreno sido arroteado. Há ainda pinhal. Virada a sudeste.

8 – Tégulas e cerâmica doméstica romana na vinha. Dizem as pessoas que antes da surriba apareciam "telhas" com mais abundância que actualmente.

Na povoação de S. Romão, há uma inscrição, [nº 82], troncos de coluna e mós que terão sido trazidos dali. Quando a antiga capela da povoação foi destruída, em 1988, verificou-se que as paredes eram feitas segundo a técnica do caixotão, ou seja, com dois paramentos e o espaço entre eles preenchido com grandes pedras. Este enchimento deveria ser todo constituído por material romano trazido da *villa* que se situava no campo da Bola ou Rato. Os materiais retirados das paredes da capela foram metidos debaixo da estrada, tendo as pessoas guardado apenas algumas pedras que lhes pareceram que tinham letras. Vi ainda grandes blocos almofadados também tirados da parede da capela e outras pedras trabalhadas.

9 – Inédita.

80 – CANTOS.

1 – Poldras.

2 – Cantos, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.

3 – 40° 40' 10"

4 – 01° 29' 05"

5 –

6 – 179

7 – Travessia do rio Dão. São encostas de um lado e do outro do rio.

8 – Poldras situadas na passagem de um caminho tradicional. Poderão ser romanas. São construídas com as pedras das poldras propriamente ditas e apresentando ainda um reforço em cada pedra, do lado juzante, em jeito de talhamar.

Deveriam integrar-se numa via de carácter vicinal.

9- Inédita.

81 – CASTELO DE PENALVA. – Est. XI.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Castelo (junto à igreja), Castelo de Penalva, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.

3 – 40° 39' 30"

4 – 01° 29' 00"

5 – 469

6 – 179

7 – Rochedos enormes que formam um esporão sobre o rio Dão, de onde se domina a "ponte do Castelo".

8 – Há cinco sepulturas escavadas na rocha à mostra, mas o adro esteve todo descoberto e havia 16 ou 17. Nos penedos em frente, onde dizem que era o castelo, aparece cerâmica de construção romana e há ainda os restos de uma muralha antiga (do castelo medieval?). Nos muros de propriedades e do adro da igreja, vêem-se pedras almofadadas reaproveitadas.

Entre o "castelo" e a ponte, o caminho é lajeado como uma via romana.

Na igreja guardam-se duas estelas redondas e existe uma cruz gravada num rochedo, junto à escadaria da casa paroquial.

Ao fundo deste lugar situa-se a Ponte do Castelo que Leite (1956, p. 64-65), Figueiredo (1953, p. 43) e Alarcão (1988, p. 59) classificam como romana. Nada há, no entanto, que possa confirmar aquela origem e por isso não lhe fazemos qualquer outra referência.

Silva (1986, p. 108) situa aqui um castro que parece não existir.

9 – Inédita.

82 – PEREIRO.

1 – *Villa* romana.

2 – Pereiro, Casal das Donas, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo

3 – 40° 38' 30"

4 – 01° 28' 15"

5 – 513

6 – 190

7 – Terrenos de cultivo, bem protegidos pela serra de Vila Mendo. Cultivam-se a vinha, árvores de fruto e batata. Pequeno declive virado a sudeste.

8 – Ao surribar os terrenos para vinha apareceram muitas tégulas, ímbrices e mós cujo paradeiro hoje se desconhece.

Vêm-se ainda hoje, espalhados pelos terrenos, fragmentos de cerâmica de vários tipos. Na parede de uma casa particular existe a inscrição [nº 69].

9 – Inédita.

83 – QUINTA DA LOMBA.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta da Lomba, S. Romão, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.

3 – 40° 39' 00"

4 – 01° 27' 00"

5 – 590

6 – 190

7 – Terrenos que já foram cultivados e hoje estão, na sua maior parte, abandonados.

8 – Tégulas e cerâmica doméstica comum romana, muito fragmentadas.

9 – Inédita.

84 – QUINTA DO SALGUEIRAL OU QUINTAL DOS ABADES.

1 – Habitat ou *villa* romana.

2 – Quinta do Salgueiral, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.

3 – 40° 39' 40"

4 – 01° 29' 10"

5 – 380

6 – 179

7 – Terrenos de cultivo e casas do século XVI em desmoronamento. É o antigo Quintal dos Abades, residência de verão dos abades do Castelo de Penalva. Mesmo à beira do rio, junto à ponte do Castelo. Sítio aprazível bem batido do sol.

8 – Apanha-se muita cerâmica de várias épocas e fragmentos de tégula.

São do século XVI, época a que pertencem as construções, as pedras almofadadas dos cunhais e das janelas e portas.

A propósito desta estação ver a inscrição nº 68.

9 – Inédita.

85 – CAPELA. – Est. XII, 1.

1 – *Villa* romana.

2 – Capela, Esmolfe, Penalva do Castelo.

3 – 40° 40' 40"

4 – 01° 27' 00"

5 – 583

6 – 179

7 – Em toda a área existem pinhais e terrenos agrícolas, em meia encosta, virados a nordeste. Predomina, no entanto, o pinhal.

8 – Há duas pedras da cornija de um grande edifício. Apanha-se cerâmica de construção (tégulas e ímbrices) e cerâmica doméstica comum vermelha e cinzenta.

9 – Inédita.

86 – EIRINHAS.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Eirinhas, Esmolfe, Esmolfe, Penalva do Castelo.

3 – 40° 41' 10"

4 – 01° 27' 15"

5 – 560

6 – 179

7 – Pinhal e giestal muito perto das casas da povoação. Terrenos virados a sul.

8 – Sepultura escavada na rocha, a descoberto. Ao lavrar aparecem fragmentos cerâmicos e pedras aparelhadas em abundância. Perto, há umas alminhas feitas com uma ara romana anepígrafa [nº 113].

9 – Inédita.

87 – S. MARTINHO.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – S. Martinho, Esmolfe, Penalva do Castelo.

3 – 40° 41' 15"

4 – 01° 27' 05"

5 – 550

6 – 179

7 – Situa-se no meio de um pinhal bastante fechado, próximo da estação anterior.

8 – O lugar foi povoado desde a Pré-História, pois a cerca de 50 m. das sepulturas existem duas mamoas.

Há oito sepulturas escavadas na rocha, dispostas em círculo na face superior de um penedo. Ao centro do afloramento xistoso, rodeada, por conseguinte, pelas sepulturas, há uma cova muito grande.

À volta apanham-se fragmentos de cerâmica romana, doméstica e de construção, em abundância.

Aparecem ainda muitos fragmentos de cerâmica de construção e doméstica de várias épocas.

9 – Inédita.

88 – ABOGÕES.

1 – Via e ponte romanas.

2 – Entre Abogões e Canelas, Abogões, Germil, Penalva do Castelo.

3 – 40° 38' 05"

4 – 01° 25' 40"

5 – 433

6 – 190

9 – Há um troço de calçada lajeada e uma ponte. A ponte tem um arco de volta perfeita e dois olhais rectangulares do lado de Canelas. A montante, um talhamar triangular. Fica sobre o rio Ludares entre a "Formiga" e o "Lameiro da Carreira".

Integra-se na via secundária III, 1.

9 – Inédita.

89 – MORTÓRIO.

1 – Habitat romano.

2 – Mortório, Fundo de Vila, Ínsua, Penalva do Castelo.

3 – 40° 40' 35"

4 – 01° 26' 50"

5 – 500

6 – 179

7 – Pinhais, mas hoje começa a haver casas próximo. Tem este nome porque diz o povo que era lá a forca quando na Murqueira era a cidade de *Murca*.

8 – Apanha-se à superfície cerâmica de construção. Fica em frente à Murqueira e próximo das estações localizadas em Esmolfe. Deverá integrar-se na área populacional da Murqueira.

9 – Inédita.

90 – MURQUEIRA. – Est. XII, 2.

1 – *Villa romana* (?).

2 – Murqueira, Fundo de Vila, Ínsua/Esmolfe, Penalva do Castelo.

3 – 40° 40' 30"

4 – 01° 27' 00"

5 – 460

6 – 179

7 – Terrenos de cultivo em encosta com boa exposição ao sol, virada a sul/sudoeste. A estação ocupa uma vasta área, dividida por terrenos de cultivo e terrenos que começam a ser urbanizados, quer do lado de Fundo de Vila quer do lado de Penalva do Castelo.

8 – Berardo diz que neste lugar se encontrava grande cópia de vestígios antigos como "restos de edifícios, fornos, aquedutos, muitas inscrições e também vasos, saias de malha, moedas, medalhas..."(1857, p. 8).

Leite de Vasconcelos refere que lhe ofereceram na Quinta da Vila, actual Fundo de Vila, uma lápide de granito com inscrição latina, consagrada a uma divindade lusitano-romana [nº 18] e que a referida lápide apareceu juntamente "com tégulas, vasos de largas dimensões, restos de edificações e mós pequenas"(Vasconcelos, 1927, p. 127 e Leite, 1956, p. 36). Pensamos que poderia ser proveniente do lugar da Murqueira.

Ainda hoje, quando se abrem alicerces, se encontram quase sempre restos de antigos muros numa vasta zona entre o Centro de Saúde de Penalva do Castelo e Fundo de Vila.

À superfície, encontram-se vestígios de cerâmicas de construção, *dollia*, cerâmica comum e *sigillata* hispânica.

Nas casas da povoação existem grandes blocos almofadados e um tronco de coluna, que devem ser provenientes da Murqueira. Uma das casas em que se encontram estes blocos deve ser do século XVI .

Corre ainda a tradição em Fundo de Vila de que, na Murqueira, se situava uma cidade romana de nome *Murca*.

O povoamento romano é indiscutível na Murqueira e a área ocupada pelos vestígios é muito grande para se tratar de uma simples *villa*. Teremos na Murqueira um povoado romano implantado para substituir o povoado da Serra de Paramuna abandonado certamente com o início da romanização? Só escavações neste povoado poderão confirmar a época do seu abandono e só escavações na Murqueira poderão confirmar o tipo de povoamento que ali houve e a possível relação do seu início com o abandono do Castelo dos Mouros.

9 – Berardo, 1857, p. 7; Vasconcelos, 1927, p. 127; Leite, 1956, p. 36; Alarcão, 1988a, p. 59.

91 – PONTE DE QUIJÓ.

1 – Ponte romana(?).

2 – Ponte de Quijó, Ínsua, Penalva do Castelo.

3 – 01° 26' 30"

4 – 40° 41' 45"

5 – 430

6 – 179

7 – Ponte sobre a ribeira de Sezures.

8 – Ponte com um arco de volta perfeita e dois olhais de descarga rectangulares, um de cada lado. Fica no caminho antigo entre a Ponte de Ferreira e Penalva do Castelo. Ainda hoje este caminho é utilizado pelas pessoas que vão à feira de Penalva.

Aqui passava a via principal VIII.

9 – Inédita.

92 – QUINTA DE GOJE

1 – *Villa romana.*

2 – Quinta de Goje, Goje, Ínsua, Penalva do Castelo.

3 – 40° 40' 40"

4 – 01° 26' 17"

5 – 440

6 – 179

7 – Quinta bem cultivada, ocupando um larga extensão. Boa exposição a sul e com água abundante. Cultivam-se a vinha, a oliveira e outros produtos agrícolas.

8 – Leite de Vasconcelos diz que nesta quinta se acharam "fragmentos de tégulas e moedas romanas"; e que "lá existem ainda uns capitéis, que têm provavelmente a mesma origem" (Vasconcelos, 1927, p. 129). Levou para o Museu Nacional de Arqueologia (E.: 6171) uma pequena urna de calcário que tem a mesma origem.

Apareceu ainda ali a inscrição [nº 65].

Actualmente, toda a quinta foi surribada com máquinas e o terreno é barrento e xistoso pelo que se torna extremamente difícil encontrar qualquer fragmento cerâmico. Segundo informação do actual proprietário, há uma zona dentro da quinta a que chamam o "Olival da Capela" onde apareceu muita pedra miúda ao fazer-se a surriba: seria nesta zona que ficava a estação romana? É provável, tanto mais que é perfeitamente exposta a oriente.

9 – Vasconcelos, 1927, p. 129.

93 – SANGEMIL.

1 – *Villa romana*

2 – Sangemil, Sangemil, Ínsua, Penalva do Castelo.

3 – 40° 49' 40"

4 – 01° 25' 55"

5 – 490

6 – 179

7 – Encosta virada a sul, com excepcional exposição ao sol. Terrenos em declive, com cultura da vinha e oliveira.

8 – Apareceu uma inscrição hoje perdida [nº 43].

Nas vinhas, apanha-se cerâmica doméstica muito fragmentada e, na povoação, há pedras reaproveitadas, algumas delas almofadadas.

9 – Inédita.

94 – CHÃO DAS TELHAS

1 – Habitat romano-medieval.

2 – Chão das Telhas, Vila Garcia, Pindo, Penalva do Castelo.

3 – 40° 40' 46"

4 – 01° 23' 00"

5 – 440

6 – 179

7 – Terrenos de cultivo e pinhal. Cultivam-se batata, vinha e árvores de fruta. Estação em suave declive virada a sudeste.

8 – Há uma sepultura escavada na rocha, num afloramento granítico isolado.

Pelos terrenos, muita cerâmica doméstica e de construção. Na cerâmica doméstica distingue-se uma de cor alaranjada, muito frequente junto das sepulturas escavadas.

9 – Inédita.

95 – NOGUEIRÃO.

1 – Habitat romano.

2 – Nogueirão, Pindo de Baixo, Pindo, Penalva do Castelo.

3 – 40°40'05"

4 – 01°22'30"

5 – 470

6 – 178

7 – Meia encosta virada a sudeste. Terrenos de cultivo: milho, vinha e produtos hortícolas.

8 – Têm aparecido muitas pedras trabalhadas e, actualmente, apanham-se régulas, ímbrices e fragmentos de cerâmica doméstica.

9 – Inédita.

96 – OLIVEIRA.

1 – Habitat romano.

2 – Oliveira, Roriz, Penalva do Castelo.

3 – 40° 40' 40"

4 – 01° 23' 10"

5 – 460

6 – 179

7 – Pequena povoação que deve ter começado por uma quinta situada a meia-encosta. Virada a sul.

8 – Pedras almofadadas reaproveitadas nas casas mais antigas. São blocos enormes, com 155 x 46 e 150 x 43. A estação situa-se perto da povoação. Fragmentos cerâmicos e cerâmica de construção.

Em Roriz, há pedras almofadadas metidas numa parede antiga, junto ao largo principal. Como Oliveira e Roriz ficam muito próximas, cremos que estas pedras de Roriz teriam provindo de Oliveira e, por isso, não fazemos uma "entrada" para Roriz.

9 – Inédita.

97 – RIBEIRA DUM.

1 – Habitat romano.

2 – Ribeira Dum, Boco, Sezures, Penalva do Castelo.

3 – 01° 31' 25"

4 – 40° 41' 10"

5 – 427

6 – 179

7 – Zona baixa, junto ao rio, virada a sul.

8 – Foram encontradas uma pia de lagar e muitas tijoleiras e tégulas. A pia é igual à da Quinta das Chedas (nº 136) e Forno das Telhas (nº 3) e a outras que ainda hoje se encontram em funcionamento em lagares da região.

Esta pia faria parte do lagar de uma provável *villa* para cuja confirmação nos faltam outros elementos. Precisamente por isso preferimos classificar este lugar como habitat.

9 – Inédita.

98 – ROSSIO DOS MATOS.

1 – Habitat romano.

2 – Rossio dos Matos, Campina, Sezures, Penalva do Castelo.

3 – 40° 41' 30"

4 – 01° 30' 25"

5 – 577

6 – 179

7 – Toda a encosta está coberta de pinhais e a estação fica a meia encosta, virada a sudeste.

8 – António de Almeida (1942, p. 243) diz que apareciam ali canalizações de barro e cerâmica romana de construção. Actualmente não se encontra nada, uma vez que tudo está coberto de pinhal.

9 – Almeida, 1942, p.243-244; Alarcão, 1988a, p. 60.

99 – VERDUGAL.

1 – *Villa romana.*

2 – Verdugal, Sezures, Sezures, Penalva do Castelo.

3 – 01° 30' 00"

4 – 40° 42' 20"

5 – 570

6 – 179

7 – Terrenos de cultivo, sobretudo a vinha. Atrás do Verdugal há pinhais. Encosta virada a sudoeste.

8 – Apareceu uma base de coluna, troncos de coluna, mós e uma moeda cujo paradeiro se desconhece.

Apanha-se cerâmica romana de construção e doméstica em abundância. A área onde se encontram as cerâmicas é muito pequena, registando-se aqui talvez a maior densidade de cerâmicas de todas as estações que visitámos.

9 – Inédita.

CONCELHO DE S. PEDRO DO SUL

100 – ALTO DA COSTA.

1 – Necrópole romana.

2 – Alto da Costa, Germinade, Carvalhais, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 47' 15"

4 – 01° 03' 20"

5 – 360

6 – 166

7 – Terrenos onde hoje há pinhais. Encosta virada a sudoeste.

8 – Inscrições funerárias romanas [n^{os} 38 e 70].

A necrópole pressupõe a existência de um núcleo povoado. Estaria o núcleo populacional situado ligeiramente acima da necrópole, mais na encosta, em lugar hoje coberto de pinhais? Assim cremos, tanto mais que na construção de casas situadas próximo do sítio onde dizem que estavam as sepulturas têm aparecido outros vestígios: um *dolium* e tégulas, por ex.

A confirmar ainda mais esta hipótese temos o facto de, nos terrenos agrícolas situados no vale, não aparecerem vestígios de construções ou sequer cerâmicas.

9 – Girão, 1924, p. 149 – 251; Alarcão, 1988a, p. 56.

101 – CASTRO DA CÁRCODA. – Est. XIII, XIV, XV e XVI.

1 – Castro romanizado.

2 – Cárcoda, Carvalhais, Carvalhais, S. Pedro do Sul

3 – 40° 48' 30"

4 – 01° 00' 25"

5 – 560

6 – 166

7 – Monte coberto de matos e pinheiros. O povoado ocupa uma área muito grande, cerca de dez hectares.

8 – Povoado habitado desde a época do Bronze até uma época bastante avançada que não se poderá precisar com exactidão. Para estabelecer os inícios da sua ocupação, partimos da existência de vários fragmentos de cerâmica tipo Baiões/Santa Luzia, cuja presença nos obriga a colocá-la no Bronze Final. Quanto ao abandono teremos que considerar o material monetário tardio e as cerâmicas altomedievais que parece ali estarem presentes, como veremos adiante.

A Época do Ferro deve ter sido, no entanto, a grande época de desenvolvimento do povoado, a julgar pela quantidade de vestígios deste período. Ocupando uma área de cerca de 10 hectares (350 m. x 310 m.), com forma poligonal, é, provavelmente, o povoado maior da região e está rodeado por um complexo sistema defensivo.

A muralha é dupla, tendo a exterior um perímetro de sensivelmente 650 m. e a interior cerca de 400 (Tavares, 1975, p. 275). Nalguns pontos parece haver um reforço constituído por fortins, em zonas de maior vulnerabilidade. O cuidado posto na preparação da muralha é bem visível no *opus incertum* em que está construída.

A completar o sistema defensivo aparece nalguns pontos um fosso, como se verifica do lado poente do povoado onde a linha de água que o atravessa servia para o inundar.

As habitações postas a descoberto pelos arqueólogos que ali fizeram escavações (M. Correia Tavares, Celso Tavares da Silva e Alberto Correia) mantinham quase a altura original das paredes, tendo ainda em 1954 cerca de 2,40m. (Tavares, 1975, p. 279).

As casas são redondas, rectangulares ou de cantos redondos. Um dado a reter da variedade das plantas é que as casas redondas apareceram na parte superior do povoado e as rectangulares mais abaixo. Significará este facto um ligeiro deslocamento do povoado que desceu da parte superior para a inferior? A ser assim, é a confirmação de que as casas rectangulares fizeram o seu aparecimento numa época proto-histórica tardia, talvez já sob influência romana (Silva, 1983/1984, p. 124 e Silva, 1986, p. 33)? Esta descida teria sido uma imposição romana ou ter-se-ia dado devido ao aumento da população do castro?

Na época romana, a cobertura das casas era feita com telhas e imbrices, que apareceram em grande abundância nas escavações ali realizadas.

A romanização do povoado, cujos inícios não se podem precisar, manifesta-se na mudança dos hábitos da população, aparecendo as cerâmicas que documentam um comércio à distância (*sigillatas* sudgálicas e hispânicas), novas maneiras de seleccionar os barros para as cerâmicas locais, nova maneira de cobrir as casas, o uso de novos objectos de adorno e moedas romanas.

Das moedas aparecidas, apenas conseguimos ver uma:

Denário, Vespasiano, Roma, 70-72, RIC 30.

Uma outra moeda do mesmo século é referida pelo primeiro escavador, que se limita a informar que encontrou um grande bronze de Cláudio (Tavares, 1975, p. 287).

Tavares (1975, p. 287) diz ainda que apareceram mais seis moedas, dando, no entanto a classificação apenas de uma do século IV: *Nummus, Crispus Caesar*, Roma, 324-325, RIC 265 ou 266.

Além destas, na primeira escavação ali realizada, apareceram ainda mais moedas de bronze em mau estado e duas do século III, uma de Salonina, mulher de Galieno (254-268) e outra de Cláudio II (269-270). Achou-se ainda uma outra com uma figura com coroa radiada, que se poderá também atribuir ao séc. III (Oleiro, 1955).

As cerâmicas comuns apresentam pastas bastante grosseiras, em que abunda a mica e desengordurante constituído por pequenas ou médias areias de quartzo e feldspato. A superfície, por vezes, é alisada e/ou decorada.

Abundam os púcaros e vasos de ir ao lume, panelas, potes e vasos de armazenamento de grandes dimensões (*dollia*). Os púcaros de ir ao lume apresentam com frequência uma cor beije ou acastanhada, a superfície exterior queimada, fartos vestígios de cinzas e fuligem criadas pelo seu uso diário. As formas, impossíveis de determinar totalmente na maioria dos fragmentos, apresentam colos com um bordo fortemente virado para o exterior, em forma de S. A decoração é constituída por SS ao nível do cimo da pança, linhas oblíquas, reticulados ou losangos. Por vezes, esta decoração é feita com brunido pré-cozedura, com um pequeno seixo rolado, numa linha de tradição regional mantida ininterrupta desde a Idade do Bronze.

A *sigillata*, embora presente, não se vulgarizou muito. No entanto, essa presença obriga a pensar nos hábitos requintados de alguma parte desta população. Uma taça identifica-se como Drag. 27, podendo apontar-se o período de Cláudio-Vespasiano como a época da sua fabricação. Já nas primeiras escavações foram estas as formas predominantes (Oleiro, 1955). Um outro fragmento de *sigillata* sudgálica pertence a um prato de forma Drag. 18 e um outro de *sigillata* hispânica inclui-se na forma Drag. 15/17 (Correia, 1977, p. 304).

Um fragmento aparecido nas primeiras escavações tem a marca OFVAPA, (Oleiro, 1955) atribuível a *Valerius Paternus*, fabricante hispânico do séc. II d. C.

Outro grupo importante de cerâmicas presentes é o das cerâmicas cinzentas finas. Fabricadas em roda ou molde, apresentam quase sempre decoração brunida feita com pequenos seixos rolados. Esta cerâmica poderá ser atribuída à segunda metade do século I da nossa era (Alarcão, 1975, p. 60).

Quanto à época de abandono do castro, escrevem Alberto Correia e Celso Tavares da Silva que a "ocupação do castro manteve-se, pelo menos, até finais do século III, comprovada por um fragmento de vidro característico da época encontrado na campanha anterior" (Correia, 1977, p. 608)

Ora, Tavares descreve um fragmento cerâmico que parece ser da máxima importância para esta questão: "1 fragmento de borda e bojo de vasilha em grosseiríssima pasta cinzenta

com mica à mistura. Depois do bordo apresenta uma espécie de gargalo com 4 cm e daí é que nasce o bojo, alargando. Nesse bojo vê-se feito por carimbo, curioso ornamento de 9 pequenos trapézios dispostos de maneira a formarem uma ferradura. Notam-se perfeitamente 3 dessas ferraduras que, na parte aberta têm de largura 1,5 cm. Por baixo delas há uma linha ziguezagueada. Espessura média 11 mm. Veio da casa V."(Tavares, 1975, p. 290). Faz acompanhar esta descrição de um desenho que é pena não ser mais pormenorizado.

Cotejando o desenho com a descrição pensamos que esta cerâmica é dos tempos altomedievais e igual à que apareceu nos alicerces da basílica paleocristã de Viseu. É a chamada cerâmica paleocristã cinzenta. Assim sendo, temos que pensar que o castro da Cárcoda era ainda ocupado no século V da nossa era.

Um outro dado, entretanto, parece confirmar esta hipótese. Em conversa recente com Monsenhor Celso Tavares da Silva, este informou-nos que, nalgumas casas da parte inferior do povoado, verificaram a existência de paredes caiadas que ele atribui à Idade Média.

Relacionando todos estes dados – cerâmicos, arqueológicos e mesmo os monetários – vemos que existe complementaridade entre eles, pelo que teremos que concluir que o povoamento no sítio da Cárcoda, iniciado no Bronze Final, apenas terminou quando os Visigodos atingiram a região de Viseu, permanecendo população no castro ainda no século V da nossa era.

9 – Tavares, 1954; Oleiro, 1955; Tavares, 1975; Correia, 1976; Correia, 1977; Correia, 1978; Silva, 1986.

102 – PINHO. – Est. XVII, 1.

1 – Castro romanizado.

2 – Igreja, Pinho, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 46' 00"

4 – 01° 05' 55"

5 – 370

6 – 166

7 – Matas de pinheiros e eucaliptos. Grandes taludes que dispensam muralhas.

8 – Castro que ocupa uma grande área, onde se têm encontrado machados e cerâmica de várias épocas. Pesos de tear e três inscrições [n^{os} 16, 36 e 110] são os achados superficiais da época romana mais significativos, uma vez que nunca ali se fizeram escavações.

9 – Figueiredo, 1953, p.158; Vaz, 1987, p.19-21; Alarcão, 1988a, p.56-57; Alarcão, 1989, p.307.

103 – SENHORA DA BOA MORTE.

1 – Castro romanizado.

2 – Senhora da Boa Morte, S.Cristóvão de Lafões, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 45' 45"

4 – 00° 57' 25"

5 – 317

6 – 165

7 – Pinhais em toda a encosta. Parte da estação foi destruída pela abertura de um caminho, há poucos anos; no entanto, a parte principal, que ficará no alto, não foi mexida ainda.

8 – Situada num alto, parece um povoado, embora não se notem vestígios de muralhas. A sua situação geográfica é extraordinária, pois fica num esporão, quase inacessível, rodeado por linhas de água. Contudo, todos os vestígios cerâmicos que ali aparecem são romanos, quando essa situação estratégica é típica dos povoados pré-romanos.

Na encosta, abundantes fragmentos de cerâmica de construção (tégulas e imbrices) e doméstica (comum e *sigillata* hispânica).

9 – Vaz, 1990a, p. 18.

104 – COVELINHAS.

1 – Inscrição romana.

2 – Covelinhas, S. Martinho das Moitas, S. Pedro do Sul.

3 – 01° 07' 00"

4 – 40° 53' 45"

5 – 156

6 – 156

8 – Inscrição [nº 24].

Ninguém sabe de onde ela proveio, pois toda a gente se lembra de ela estar no sítio onde se encontra actualmente, a servir de base de uma cruz.

9 – Inédita.

105 – S. MARTINHO DAS MOITAS

1 – Castro romanizado.

2 – Alto dos Moiros, Rompecilha, S. Martinho das Moitas, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 52' 30"

4 – 01° 06' 10"

5 – 600

6 – 156

7 – Encostas íngremes em socalcos. Boas linhas de água circundantes. Dominante, mas envolvido por montes.

8 – Castro romanizado situado no alto de um cabeço que se eleva na paisagem envolvente. Tem restos de muralhas e uma grande cova (mina?) no meio do povoado. Diz-se que lá dentro há uma grande sala para a qual se desce por uma pequena escada. A entrada foi tapada há poucos anos com as pedras que para lá têm sido atiradas.

Apesar do mato que cobre a área do povoado, apanha-se cerâmica de construção (tégulas e ímbrices) e cerâmica doméstica em abundância.

9 – Figueiredo, 1970, p. 239.

106 – CASTRO DO BANHO. – Est. XVIII, 2; XVIII e XIX.

1 – Castro romanizado.

2 – Castro do Banho, Beirós, Serrazes, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 44' 10"

4 – 01° 01' 42"

5 – 300

6 – 177

7 – Esporão sobre o rio Vouga e as Termas de Lafões. Grandes declives que o tornam praticamente inacessível, excepto pelo lado norte.

8 – Há umas dezenas de anos foram ali feitas escavações cujo espólio se perdeu praticamente todo. O pouco que resta está na colecção da Assembleia Distrital de Viseu e na chamada "Colecção Arqueológica do Dr. José Coelho".

Aos responsáveis pelas escavações que ali ocorreram (José Coelho e Russell Cortez), este castro surgiu como algo de estranho, pois as casas foram implantadas nos socacos escavando-se para o efeito a rocha xistosa.

As formas de *sigillatas* sudgálicas publicadas (Cortez, 1951, p. 24) apontam para uma cronologia que poderá situar-se nos finais do século I e inícios do II d. C.

Um vaso de *sigillata* hispânica que pudemos observar, integrado na "Colecção Arqueológica Dr. José Coelho", é atribuível ao século II. A decoração é constituída por círculos denteados concêntricos que alternam com elementos verticais de extremidade bifida. Pertence à forma Drag. 37 (JC-79-193).

Na colecção da Assembleia Distrital existe um conjunto de catorze moedas que julgamos ser proveniente deste castro. Como se pode verificar pelo catálogo, são todas moedas do Baixo Império, o que mostra a ocupação do povoado nesse período.

Cortez (1951, p. 23) diz que a ocupação deste povoado teria continuado pela Idade Média, pois teria encontrado nas escavações elementos medievais, não referindo, no entanto, quais.

Uma tão longa sobrevivência do povoamento estará provavelmente relacionada com as Termas que ficam na base do monte. Efectivamente, se observarmos a arqueologia local verificamos que não existe conhecimento de povoamento romano no sítio das Termas, além do edifício termal. Assim, temos que nos interrogar: onde se situava o povoado que apoiava as estruturas termais existentes na margem do Vouga? Seria esta função desempenhada pelo povoado situado no alto de Beirós? Esta hipótese não invalidaria, porém, que, junto às Termas, pudesse existir uma pequena infra-estrutura de apoio.

Quando começou o povoamento deste local, é outra questão para a qual não temos resposta satisfatória. Efectivamente, nenhum dos escavadores do castro nos fornece quaisquer elementos concretos a esse respeito, designadamente da época da Bronze ou pós-medievais. Ora, não é crível que o Dr. José Coelho ou o Dr. Russell Cortez não referissem esses elementos se os tivessem encontrado. Assim, poderemos pensar que uma ocupação intensa do morro teria começado apenas no séc. I d. C., quando se fundou o edifício termal na margem esquerda do Vouga. Ainda hoje, os elementos cerâmicos e pedras talhadas (pedras almofadadas, restos de impostas de edifícios, troncos de colunas) que se apanham à superfície ou se vêem reaproveitados em velhos muros são tipicamente romanos.

Povoado fracamente ocupado na Época do Ferro, profundamente romanizado no séc. I e com ocupação medieval, parece ser a conclusão a retirar dos elementos conhecidos do Castro do Banho.

9 – Cortez, 1951, p. 23-24; Figueiredo, 1953, p. 190; Correia, 1979, p. 26 e 28; Vaz, 1991b.

Catálogo das Moedas:

AD – 89 – 77: Nummus, Constans, Lugdunum, 347-348, RIC 40.
Reverso: VICTORIAE DD AVGG Q NN.

AD – 89- 78: AE3, ?, ?, 364-378, ?.
Reverso: SECVRITAS REIPUBLICAE.

AD – 89 – 79: AE4, Constantius II, ?, 357-361, ?.
Reverso: FEL TEMP REPARATIO (FH3).

AD – 89 – 80: AE4, Constantius II, ?, 357-361, ?.
Reverso: FEL TEMP REPARATIO (FH3).

AD – 89 – 81: AE4, Constantius II, ?, 357-361, ?.
Reverso: FEL TEMP REPARATIO (FH3).

AD – 89 – 82: AE3, ?, ?, 354-357, ?.
Reverso: FEL TEMP REPARATIO (FH3).

AD – 89 – 83: AE3, Julianus II Caesar, Constantinopolis, 355-361, RIC 138.
Reverso: FEL TEMP REPARATIO. .M.

COS

AD – 89 – 84: Nummus, Constantinus II, Constantius II ou Constans, Arelate, 337-340,
RIC 18 a 23.
Reverso: GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte.

AD – 89 – 86: AE3, Constantius II, Consatantinopolis, 355-361, RIC 137.
Reverso: FEL TEMP REPARATIO (FH3).

AD – 89 – 87: AE3, Constantius II, Ilegível, 357-361, ?.
Reverso: SPES REIPVBLICE.

AD – 89 – 88: Sestércio, Claudius I, Ilegível, 41-54, ?.
Reverso: Ilegível.

AD – 89 – 89: Nummus, ?, ?, anterior a 347-348, ?.
Reverso: Ilegível.

AD – 89 – 90: AE3, Constantius II, Ilegível, 357-361, ?.
Reverso: SPES REIPVBLICE.

107 – PINHEIROS.

1 – Habitat romano.

2 – Pinheiros, Figueirosa, Serrazes, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 46' 17"

4 – 01° 01' 20"

5 – 430

6 – 166

7 – Terrenos de cultivo e pinhais.

8 – À superfície, aparecem cerâmicas de construção, telhas e ímbrices e cerâmicas domésticas, muito fragmentadas.

9 – Inédita

108 – CASTRO DA UCHA. – Est. XX.

1 – Castro romanizado.

2 – Castelo, Ucha, Sul, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 48' 56"

4 – 01° 07' 40"

5 – 416

6 – 166

7 – Blocos graníticos enormes. Há muitos pinhais e mato rasteiro. O povoado situa-se na confluência de duas linhas de água, com bons terrenos de cultivo na base.

8 – Localiza-se num esporão defensável quase naturalmente e, por isso, apresenta pequenos troços de muralha apenas nos sítios onde os grandes penhascos não fazem uma linha de defesa.

Nos rochedos mais altos há pias rectangulares e covas circulares que deveriam fazer parte de um local de culto ao ar livre. Seria um santuário do tipo Panóias ou Mogueira, em menor escala. Relacionadas com o culto ali praticado estão certamente as aras consagradas a *Banda Ocelenese* [nº 17] e *Martis Genio* [nº 6].

Actualmente encontra-se coberto de mato e pinheiros, sendo muito difícil fazer uma observação cuidada do que existe. Apesar disso, à superfície, apanha-se cerâmica da Idade do Ferro e romana.

Também é conhecido por Castro da Ladreda, Castro do Mau Vizinho ou Castelo dos Súmios.

9 – Girão, 1921, p.60-61; Figueiredo, 1953, p. 159; Azevedo, 1954, p. 4; Figueiredo, 1970, p.240; Encarnação, 1975, p. 108-110; Untermann, 1985, p. 344-345; Silva, 1986, p.106; Alarcão, 1988a, p. 55.

109 – LAMIGUEIRO.

1 – Habitat romano.

2 – À saída de Aldeia, Sul, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 51' 10"

4 – 01° 05' 07"

5 – 420

6 – 156

7 – Zona de grandes rochedos graníticos e pinhais.

8 – Há notícia do aparecimento de cerâmica de construção e doméstica (restos de *dolia*), ao abrir a estrada Aldeia-S. Macário.

Actualmente, não se vê ali nada.

9 – Figueiredo, 1970, p. 235.

110 – S. MACÁRIO.

1 – Castro romanizado.

2 – S. Macário, Sul, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 52' 35"

4 – 01° 04' 15"

5 – 1052

6 – 156

7 – Grandes rochedos xistosos e mato rasteiro próprio das regiões frias e de altitude.

8 – Castro cuja ocupação se terá mantido na época romana mas de que não restam quaisquer vestígios.

9 – Coelho, 1926; Figueiredo, 1970, p. 242-245.

111 – TERMAS DE LAFÕES. – Est. XXI, XXII e XXII.

1 – Termas romanas.

2 – Termas de Lafões, Várzea, S. Pedro do Sul.

3 – 40° 44' 15"

4 – 01° 02' 30"

5 – 150

6 – 177

7 – Situa-se na margem esquerda do rio Vouga, em terreno plano, junto a nascentes de águas sulfurosas.

8 – Incrições [n^{os} 4, 9 e 84] e moedas de Trajano e Constantino.

De salientar o carácter votivo de duas das inscrições, o que demonstra certamente a importância das termas como lugar de culto. É pena que nunca tenham sido publicados os resultados das primeiras escavações ali realizadas, pois isso permitiria retirar outras ilações.

O Dr. José Coelho pretendeu ver aqui a existência de um templo romano, devido às colunas e capitéis jónicos que ali apareceram (Coelho, 1950).

As interpretações (Vaz, 1984a) e escavações recentes apontam para um edifício romano, construído na época de Augusto (Moreira, 1991).

Uma inscrição [n^o 84] que recorda provavelmente a construção ou a reconstrução das termas está infelizmente mutilada. No entanto, o que dela resta permite-nos apontar a sua cronologia para o mesmo século I, mais provavelmente os princípios do século, o que conviria mais à 1^a fase das obras.

Dessa primeira fase de construção restam os cunhais, contrafortes e paredes do edifício hoje chamado "piscina de D. Afonso Henriques". Os contrafortes têm os silhares com as arestas finamente biseladas e com uma aderência perfeita entre eles.

As paredes do edifício, construídas com fiadas alternadas de pedra e tijolo e os arcos de volta perfeita das entradas são ainda os romanos.

A sala, coberta por uma abóbada de canhão, terminava por duas ábsides, dos lados norte e sul. A base deste edifício, dos lados sul e este, é constituída por grandes blocos almofadados biselados e perfeitamente aderentes uns aos outros.

No seu interior havia uma piscina coberta, com as paredes, fundo e degraus cobertos com "*opus signinum* de cor avermelhada e de boa qualidade" (Frade, 1992, p. 528). Media 7,40 m. x 5,40 m. x 1,20 m., respectivamente no comprimento x largura x profundidade.

Existiria uma grande *natatio* ao ar livre, descoberta nas primeiras escavações. Era rodeada por um pórtico jónico de que ainda restam as bases, os troncos e os capitéis das colunas. As paredes da piscina são de granito (coberto com argamassa?) e o fundo é de *opus signinum* com uma meia-cana.

Nos finais do século I, houve grandes obras de remodelação. A piscina interior foi desactivada e substituída por uma outra, de forma rectangular, com 8,20 m. x 4,70m. x 1 m. Interiormente era forrada de granito, não restando vestígios de outro revestimento.

A sala era coberta com uma abóbada de canhão. Os arcos da abóbada arrancavam de "pequenas pilastras dispostas a intervalos regulares, constituídas por blocos de granito aparelhados" (Frade, 1992, p. 537, sobrepujadas por fiadas de tijolarias.

Ao centro de cada uma das paredes do topo norte e sul existia um nicho semi-circular, certamente para colocar a imagem de alguma divindade, *Mercurius Augustorum Aquaicus?*

É provável que a capela da Senhora da Saúde esteja também dentro de paredes romanas.

Na Idade Média, a fama das termas era de tal ordem que ali teria estado D. Afonso Henriques, depois de ter partido a perna em Badajoz. É por isso que umas das piscinas se designa como "piscina de D. Afonso Henriques". A fama das termas de Lafões veio até aos nossos dias, pelo que as grandes obras que o edifício sofreu ao longo dos séculos não permitiram, até ao momento, a compreensão total da "organização interna dos vários espaços" (Frade, 1992, p. 541).

9 – Vale, 1949; Coelho, 1950, p. 368 – 372; Figueiredo, 1953, p. 33 e 160; Oleiro, 1956, p. 279; Figueiredo, 1958, p. 357-371; Brandão, 1959, p. 229-264; Santos, 1967, p. 494-496; Figueiredo, 1970, p. 57-68; Santos, 1971, p. 445-497; Vaz, 1984a; Alarcão, 1988a, p. 56; Alarcão; 1989, p. 307; Encarnação, 1989, p.317-318; Moreira, 1991, p. 97; Frade, 1992, p. 515-544.

CONCÉLHO DE SÁTÃO

112 – AVELAL. – Est. XXIV, 1.

1 – Moeda romana.

2 – Avelal, Avelal, Sátão.

3 – 40° 45' 10"

4 – 01° 27' 20"

5 – 600

6 – 168

8 – Conhece-se apenas o achado de uma moeda romana:
Sestércio, Severo Alexandre, Roma, 228, RIC 472.

As coordenadas indicadas respeitam à povoação do Avelal.

9 – Vaz, 1991, p. 54.

113 – FONTELA

1 – *Villa* romana.

2 – Fontela, Avelal, Sátão.

3 – 40° 44' 40"

4 – 07° 41' 20"

5 – 620

6 – 179

7 – Terrenos agrícolas (cereais) e castanheiros. Cultivam-se o milho, a vinha em ramadas, a batata e outros produtos. Virado a nordeste; a ocidente e norte há pinhais.

8 – É tradição que aqui teriam sido encontradas painelas de barro que os achadores desfizeram.

Na Quinta do Moirinho há duas mós que vieram da Fontela e num terreno da Fontela está uma soleira de porta (122 x 61) que ali foi desenterrada; encontra-se ainda muita cerâmica de construção, alguma com marcas feitas com os dedos na pasta mole e cerâmica doméstica, incluindo vestígios de *sigillata* hispânica.

Fica próxima da estação da Quinta das Chedas (nº 136), pelo que a tradição situa nesta área uma cidade, a "cidade de Berlim" (tradição corrente na Silvã) ou "cidade dos Berlindes" (diz-se no Avelal).

10 – Vaz, 1991, p. 31-32.

114 – OURIGOS / CERCA. – Est. XXIV, 2.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Ourigos / Cerca, Decermilo, Decermilo, Sátão.

3 – 40° 45' 50"

4 – 01° 29' 00"

5 – 580

6 – 168

7 – Terrenos de cultivo, com água abundante, bastante planos. Mesmo à beira dos pinhais e da estrada actual antes de chegar ao Mosteiro.

8 – À superfície, cerâmica doméstica romana, tégulas e ímbrices, tudo muito desfeito pelo cultivo dos terrenos.

Há sete sepulturas escavadas na rocha, já ha parte designada como Ourigos.

9 – Vaz, 1991, p. 54.

115 – VINHA DO PLASTRO / VINHA DA COSTA.

1 – *Villa* romana.

2 – Vinha do Plastro/Vinha da Costa, Outeiro de Baixo, Ferreira de Aves, Sátão.

3 – 40° 48' 59"

4 – 01° 28' 45"

5 – 750

6 – 168

7 – Os terrenos situam-se em meia encosta, virada a sudeste. Cultivam-se centeio, algum milho, há uma ou outra cepa. Dizem que antigamente se cultivava a vinha e daí derivam os topónimos.

8 – Uma sepultura escavada num monólito foi levada para ser reaproveitada num lagar.

Aparecem tégulas e ímbrices, pedras trabalhadas, bases e capitéis de colunas, cerâmicas comuns, *sigillata* hispânica e muitas escórias de fundição.

As tégulas e ímbrices surgem em fragmentos bastante grandes. Há uma pedra talhada em forma de tijolo e um outro fragmento de tégula ou tijolo adaptado a peso de tear em que apenas está esboçado o orifício. Dois tambores de coluna, um com 50 cm de comprimento e 33 de diâmetro estão metidos numa parede de um campo. Há notícia do aparecimento de mós cujo paradeiro, todavia, se desconhece ou desapareceram.

Mais abaixo, no sítio da Cruz, existe um lagar enorme escavado na rocha que poderá estar relacionado com a estação.

9 – Vaz, 1991, p. 39.

116 – ESPINHEIRA.

1 – Habitat romano.

2 – Espinheira, Carvalhal / Casfreires, Ferreira d'Aves, Sátão.

3 – 40° 49' 20"

4 – 01° 26' 00"

5 – 710

6 – 168

7 – Terrenos onde se cultivam o milho, o centeio, o trigo e o feijão. Rodeado por pinhal.

8 – Saiu de lá uma pia, tipo almofariz, que está na posse de um particular na povoação.

Abundantes fragmentos de tégulas, ímbrices e cerâmica comum grosseira romana. Os achados estendem-se por uma área muito pequena.

9 – Vaz, 1991, p. 56.

117 – FERREIROS.

1 – Habitat romano.

2 – Ferreiros, (a norte da Pereira), Pereira, Ferreira d'Aves, Sátão.

3 – 40° 49' 55"

4 – 01° 28' 20"

5 – 830

6 – 168

7 – Terrenos de cultivo e pinhais. Encosta suave virada a sudeste.

8 – Aparecem cerâmicas romanas várias, de construção e domésticas e muitos restos de fundição de metais.

Talvez aqui tenha existido simplesmente uma forja onde se fazia a fundição dos metais.

9 – Inédita.

118 – QUINTA DE PAREDES.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Quinta de Paredes, Corujeira, Ferreira d'Aves, Sátão.

3 – 40° 49' 55"

4 – 01° 27' 25"

5 – 800

6 – 168

7 – Pinhal e terrenos de cultivo. A estação situa-se na parte norte da quinta, quando começa o pinhal, virada, portanto a sul.

8 – Tégulas e fragmentos de cerâmica comum espalhados por uma pequena área. Seria um simples casal na época romana?

Há ainda três sepulturas escavadas na rocha e algumas pias.

9 – Vaz, 1991, p. 54 e 56.

119 – LAPA DA MOIRA

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Quinta das Donegas, Outeiro de Baixo, Ferreira d'Aves, Sátão.

3 – 40° 49' 10"

4 – 01° 28' 25"

5 – 690

6 – 168

7 – Quinta antiga de culturas tradicionais. Virada a sul.

8 – Cerâmicas de construção: régulas e ímbrices e uma sepultura escavada na rocha.

9 – Inédita

120 – SANTA BÁRBARA.

1 – Castro romanizado(?).

2 – Santa Bárbara, Carvalhal, Ferreira d'Aves, Sátão.

3 – 40° 48' 55"

4 – 01° 25' 50"

5 – 779

6 – 168

7 – Posição estratégica extraordinária, a dominar completamente o vale. Com boas defesas naturais. excepto do lado ocidental.

8 – Lugar perfeitamente adaptável à instalação de um povoado pela sua posição dominante sobre o chamado Vale da Ribeira. Ora, Viterbo (1984, II, p. 262) diz que se acharam muitas moedas de cobre "em um monte sobranceiro ao Vale da Ribeira...". Esse monte só poderá ser o de Santa Bárbara, o único com estas características.

Seria um pequeno povoado, com uma área muito restrita, fortificado apenas do lado ocidental, onde parece ter havido uma pequena muralha.

Assim, teremos, provavelmente, um pequeno povoado pré-romano que os Romanos continuaram a utilizar .

9 – Vaz, 1990a, p. 17; Vaz, 1991, p. 25.

121 – VALE.

1 – Habitat romano.

2 – Vale (entra Veiga e o Castelo), Castelo, Ferreira d'Aves, Sátão.

3 – 40° 48' 00"

4 – 01° 27' 35"

5 – 645

6 – 168

7 – Pinhais e muitos penedos. Ao fundo da encosta, a nordeste, passa a Ribeira do Convento.

8 – Sítio que serviu de pedreira durante muitos séculos. Vêem-se ainda penedos com os sinais das cunhas que serviam para os partir.

Várias lagaretas escavadas na rocha. No pinhal, encontra-se um ou outro fragmento de tégula, o mesmo sucedendo debaixo dos penedos partidos nas épocas passadas.

9 – Vaz, 1991, p. 54.

122 – DEVESA

1 – *Villa* romana.

2 – Devesa, Forles, Forles, Sátão

3 – 40° 51' 30"

4 – 01° 29' 25"

5 – 820

6 – 158

7 – Actualmente toda a área da estação está cultivada e à sua volta há pinhais.

8 – Tégulas inteiras, pedras trabalhadas, cerâmicas várias, canalizações em pedra, moedas, mós manuais, troncos de coluna e pedras almofadadas. Em casas da povoação vêem-se também pedras almofadadas e tambores de coluna e alguns moradores têm mós guardadas.

Nos campos em que se situa a estação continuam a aparecer à superfície vestígios muito fragmentados de cerâmicas de todo o tipo.

9 – Vaz, 1991, p. 54.

123 – EIRA DO REI

1 – *Villa romana*

2 – Num alto da Quinta de D. Maria José Xavier, Casal de Baixo, Rio de Moinhos, Sátão.

3 – 40° 42' 00"

4 – 7° 42' 10"

5 – 500

6 – 179

7 – Cultura de vinha e pinhal.

8 – Nas surribas das vinhas apareceram, há anos, mós, tambores e bases de coluna.

Vestígios cerâmicos, espalhados por uma vasta área, que se apanham sobretudo junto a uma antiga construção onde hoje está uma vinha. Há dois miliários anepígrafos [n^{os} 98 e 99].

Aqui se situaria uma *villa romana*, a partir da qual se originou a povoação de Casal de Baixo, que lhe fica contígua.

9 – Vaz, 1991, p. 36.

124 – TRANCOSÃ

1 – Habitat romano.

2 – Trancosã, Casal de Cima, Rio de Moinhos, Sátão.

3 – 40° 42' 30"

4 – 01° 26' 00"

5 – 490

6 – 179

7 – Terrenos de cultivo e construções típicas de grande casa de lavoura nos séculos passados. Meia encosta virada a ocidente.

8 – Grande bloco almofadado em duas faces, fracturado, retirado de uma das casas ali existentes, com 69 x 41 x 36. Nos terrenos da quinta, cerâmicas várias.

9 – Vaz, 1991, p. 55.

125 – CORGA.

1 – Habitat romano.

2 – Quelhas ou Corga, Romãs, Romãs, Sátão.

3 – 40° 45' 30"

4 – 01° 28' 00"

5 – 640

6 – 179

7 – Terrenos de cultivo, com água abundante e sítio plano.

8 – Uma mó redonda e, à superfície, encontra-se cerâmica de construção, telhas e ímbrices.

9 – Vaz, 1991, p. 55.

126 – PEREIRA.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Pereira, Silvã de Baixo, Romãs, Sátão.

3 – 40° 43' 50"

4 – 01° 28' 10"

5 – 500

6 – 179

7 – Terrenos de cultivo (milho e batata), vinha, pinhais; afloramentos graníticos de grão muito fino, muita pedra miúda espalhada nos terrenos. Situada num alto, virada a sudeste.

8 – Muitos fragmentos de cerâmica romana doméstica e de construção (tégulas e imbrices). No caminho há muitas pedras talhadas e fragmentos cerâmicos. À entrada do pinhal, junto ao cruzamento do caminho que dá para a torre, existe um bloco almofadado (47 x 41 x 37 cm). Há ainda sepulturas escavadas na rocha.

Além das cerâmicas que se apanham, apareceram mós manuais, cujo paradeiro se desconhece.

9 – Vaz, 1991, p. 55.

127 – PONTE DE FERREIRA.

1 – Ponte.

2 – Ponte de Ferreira, Silvã de Baixo, Romãs, Sátão.

3 – 40° 42' 30"

4 – 01° 32' 30"

5 – 428

6 – 179

7 – Ponte que dizem ser romana.

8 – Ponte de um só arco redondo, tradicionalmente atribuída aos Romanos. Nada, no entanto, nos comprova que assim seja, conquanto do lado de Penalva haja um resto de estrada lajeada que antigamente era usado para as pessoas se deslocarem à romaria de Santo Ildefonso, em Esmolfe. Nalguns pontos, a estrada, para vencer o desnível original, tem cerca de 1,20 m. de enchimento.

Num rochedo está a data de 1795; será da construção da ponte? Não o sabemos. O que sabemos é que foi arrematada em 25 de Outubro de 1744 pelo mestre-pedreiro José Ribeiro então residente em Mangualde (Alves, 1987, p. 29). Terá sido uma reconstrução sobre o lugar de antiga ponte romana? Uma coisa é certa: a ponte actual não é romana, mas pode estar reconstruída sobre uma antiga ponte romana. A ser assim, estaria situada numa via que ligava algumas estações romanas dos actuais concelhos de Penalva do Castelo e Sátão.

9 – Vaz, 1991, p. 41 e 55.

128 – PRESA

1 – Habitat romano.

2 – Presa, (entre a Silvã e Ponte Ferreira), Romãs, Sátão.

3 – 40° 42' 50"

4 – 01° 27' 30"

5 – 460

6 – 179

7 – Um arroteamento recente deve ter destruído quase tudo. Há uma plantação de aveloeiras, no sítio onde se deveria situar a estação. Pinhal dos outros lados. Virada a ocidente.

8 – Restos de tijolos, tégulas e poucos fragmentos de cerâmica doméstica romana.

9 – Vaz, 1991, p. 41-42.

129 – QUINTA DOS MATOS

1 – Inscrição romana.

2 – Quinta dos Matos, Romãs, Sátão.

3 – 40° 46' 02"

4 – 01° 32' 21"

5 – 660

6 – 168

7 – Pequena povoação dividida entre os concelhos de Viseu e Aguiar da Beira. A inscrição estava a fazer de divisória entre os dois concelhos quando foi transportada para Viseu.

8 – Inscrição nº 48.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

130 – QUINTA DO POMAR

1 – Habitat romano.

2 – Quinta do Pomar, Casal, Romãs, Sátão.

3 – 40° 43' 20"

4 – 01° 27' 30"

5 – 500

6 – 179

7 – Quinta bem cultivada, com as culturas tradicionais da região.

8 – O Dr. José Coelho fala, nos seus manuscritos do aparecimento aqui de uma ara, que nunca foi referida por ninguém e que não conseguimos localizar.

Atualmente, apenas se encontram restos de tégulas e raros fragmentos de cerâmica doméstica e pedras aparelhadas.

9 – Vaz, 1991, p. 55.

131 – SENHORA DO BARROCAL.

1 – Castro (romanizado?)

2 – Senhora do Barrocal, Carvalhal/Romãs, Romãs, Sátão.

3 – 7° 38' 30"

4 – 40° 44' 08"

5 – 595

6 – 179

7 – Esporão triangular muito rochoso. Há uma capela dedicada à Senhora do Barrocal. Conta-se que foi construída quando os mouros deixaram o povo cristão em paz. Há um abrigo por baixo de uma rocha a que o povo chama a "adega do ermitão".

8 – Muralha do lado virado para a capela. Dos outros lados não havia necessidade, pois é defensável naturalmente. Há covinhas e riscos que poderão ser naturais. Vê-se o alicerce de uma casa redonda e outras rectangulares. Muita cerâmica doméstica e de construção, parecendo alguma recente.

9 – Vaz, 1990a, p. 15; Vaz, 1991, p. 21-22.

132 – EIRA.

1 – Moedas romanas.

2 – Eira, Travassinho, S. Miguel de Vila Boa, Sátão.

3 – 40° 42' 30"

4 – 01° 24' 00"

5 – 520

6 – 179

7 – Quinta antiga bem cultivada.

8 – Segundo a proprietária, apareceram, em tempos, moedas romanas cujo paradeiro se desconhece.

Alarcão (1988, p. 59), baseado em informação de Pinho Leal, considera uma estação em Travassinho, onde se terão recolhido uma moeda de cobre e uma de ouro, "ambas de Constantino Magno e uma inscrição". Pensamos que talvez se refira a este sítio, apesar de as proprietárias apenas terem conhecimento do aparecimento de moedas e nada recordarem em relação à inscrição referida por Leal.

9 – Leal, 1886, p. 670; Alarcão, 1988a, p. 59.

133 – PAI MOIRO

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Pai Moiro, Abrunhosa, S. Miguel de Vila Boa, Sátão.

3 – 40° 42' 40"

4 – 01° 23' 00"

5 – 520

6 – 179

7 – Terreno bastante plano, exposto a sudeste com campos de cultivo e pinhal à volta.

8 – Existem duas sepulturas antropomórficas mas devem existir mais, soterradas. Nos campos em volta apanham-se abundantes fragmentos de cerâmica romana, comum e de construção.

9 – Vaz, 1991, p. 55.

134 – QUINTA DO ILHARIGO.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta do Ilharigo / Travassinho, Travasso, S. Miguel de Vila Boa, Sátão.

3 – 40° 42' 45"

4 – 01° 22' 56"

5 – 450

6 – 179

7 – Encosta virada a sudoeste em que se implantam terrenos de cultivo, vinha e matas.

8 – Apareceram mós e pedras trabalhadas, muitos tijolos e moedas de cobre, no dizer das proprietárias.

Ainda se lá conserva uma das mós, tendo o resto dos achados desaparecido. À superfície dos terrenos ainda se apanha cerâmica muito fragmentada, sendo mais abundante a cerâmica de construção.

9 – Vaz, 1991, p. 57.

135 – QUINTA DA RIBEIRA LARGA.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Quinta da Ribeira Larga, Abrunhosa, S. Miguel de Vila Boa, Sátão.

3 – 40° 42' 30".

4 – 01° 23' 30".

5 – 520

6 – 179.

7 – Pinhais em volta da estação.

8 – Dizem as pessoas que, há uns anos, ao surribar os terrenos, apareceu o lajeado de uma cozinha que tinha muito carvão.

Há ali duas pias, sendo uma de maiores dimensões que a outra. Seriam de uma lagareta? No mesmo local, observa-se uma sepultura escavada na rocha que se encontrava soterrada.

O espólio resume-se a raros fragmentos de tégula muito grossa.

9 – Vaz, 1991, p. 55.

136 – QUINTA DE TORNEIROS. – Est. XXV.

1 – *Villa romana.*

2 – Quinta de Torneiros, Vila Boa, S. Miguel de Vila Boa, Sátão.

3 – 40° 41" 38"

4 – 01° 23' 46"

5 – 456

6 – 179

7 – Quinta bem cultivada: vinha, árvores de fruto, pastos. A quinta tem uma casa do séc. XVIII, com brasão. A estação situa-se numa pequena elevação dentro da quinta, no sítio duma vinha antiga, virada a sudoeste.

8 – Mós (quatro dormentes e uma girante), três pesos de tear de cerâmica e três de pedra e uma "ara funerária".

O monumento tem na parte superior um fóculo perfeitamente redondo (30 cm de diâmetro) ladeado por seis pequenas covinhas, também circulares. À frente tem uma abertura decorada a toda a volta com um sulco: serviria esta abertura para abrigar um vaso com as cinzas? A tampa poderia ser uma placa, de bronze, por ex., onde se inscreveria o nome do defunto.

Interpretamos este monumento como uma ara funerária, fazendo-se as libações na parte superior. Não encontramos paralelos para este monumento. A parte superior é semelhante a uma ara existente no núcleo romano do Museu de Mértola.

9 – Vaz, 1991, p. 37-38.

137 – SANTOS IDOS.

1 – Castro romanizado.

2 – Santos Idos, Sátão, Sátão.

3 – 40° 44' 00"

4 – 01° 37' 00"

5 – 559

6 – 179

7 – Esporão que aproveita a junção de duas linhas de água, coberto de pinhal e mato rasteiro. Há muitos muros de suporte de terras que quase parecem muralhas.

8 – A situação estratégica em que se implanta dispensa muralhas, pois o acesso só se pode fazer pelo lado norte.

À superfície cerâmica que parece da Idade do Ferro e cerâmica romana doméstica e de construção.

9 – Silva, 1986, p. 108; Vaz, 1990, p. 16; Vaz, 1991, p. 23-24.

138 – SERRA.

1 – Habitat romano.

2 – Serra, Contige, Sátão, Sátão.

3 – 40° 44' 00"

4 – 01° 22' 10"

5 – 520

6 – 178

7 – Terrenos de cultivo e pinhais. Vinha, batata e algumas árvores de fruto.

8 – Pedras aparelhadas, tégulas, restos de cerâmica doméstica. Uma pedra de xisto apresenta uma ranhura a que se ajustava outra pedra.

Nas Pedrosas, está um grande bloco almofadado, embutido nos alicerces da capela da povoação. Teria sido trazido desta estação?

9 – Vaz, 1991, p. 55.

139 – QUINTA DAS CHEDAS.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta das Chedas, Silvã de Cima, Sátão.

3 – 40° 43' 00"

4 – 01° 32' 30"

5 – 600

6 – 179

7 – Terrenos de cultivo e vinha, rodeados de pinhal para onde se estende ainda a estação.

8 – Mendes Correia (1916, p. 337) refere que ali teriam aparecido uma ara, capitéis, um peso de tear e moedas, sendo uma delas de Maximiano. Não conseguimos localizar tais achados.

Há muitas pedras nos muros que foram desenterradas da estação: uma soleira de porta e uma pedra com um sulco, como se fosse para escorrer líquido. Um peso de lagar serve de base de umas alminhas e na Casa Grande da Silvã guarda-se a pia em que era esmagado o bagaço. Há ainda duas pias que foram desenterradas onde hoje é a vinha.

Pelos terrenos muitas cerâmicas domésticas, incluindo *sigillata* e cinzenta fina. Onde aparece mais tégula e ímbrices é na parte mais alta, onde acaba a vinha e começa o pinhal. No próprio pinhal apanham-se restos de *dollia*. Têm aparecido também com frequência mós e pesos de pedra.

Estes vestígios provêm certamente do lagar da *villa*, mas só escavações poderão confirmar esta hipótese.

9 – Correia, 1916, p. 337; Alarcão, 1988a, p. 60.

140 – QUINTA DA TABOADELA.

1 – *Villa* romana e medieval.

2 – Quinta da Taboadela, Silvã de Cima, Silvã, Sátão.

3 – 40° 41' 53

4 – 01° 26' 57"

5 – 430

6 – 179

7 – Quinta com terrenos de cultivo. A estação situa-se num olival e terrenos de matagal.

8 – Tégulas e restos de vasos. Houve mós que os trabalhadores levaram para utilizarem nos cambões dos poços. Uma inscrição funerária [nº 52], cinco sepulturas escavadas na rocha e ainda uma pia de um lagar escavado na rocha.

Trata-se, sem dúvida, de uma *villa* romana inicial que continuou a ser ocupada até aos nossos dias, permanecendo vestígios abundantes da época medieval.

9 – Vaz, 1989d; Vaz, 1991, p. 34-35.

141 – CASAL

1 – Miliário.

2 – Casal, Silvã de Cima, Sátão.

3 – 40° 44' 00"

4 – 01° 27' 34"

5 – 540

6 – 179

7 – Metido na parede de uma casa do século XVII.

8 – Miliário, nº 97.

9 – Vaz, 1991, p. 40.

CONCELHO DE TONDELA

142 – FREIXO OU OLIVAL ESCURO.

1 – *Villa* romana.

2 – Entre Santa Ovaia de Baixo e Santa Ovaia de Cima, Canas de Sabugosa, Tondela.

3 – 40° 32' 55"

4 – 01° 04' 40"

5 – 340

6 – 199

7 – Sítio plano com grandes vinhas ocupando todo o espaço entre as duas povoações. Num dos extremos, está a capela de Santa Maria Madalena. Terrenos virados a sul.

8 – Apanha-se cerâmica na vinha do lado esquerdo, indo de Santa Ovaia de Baixo.

A capela de Santa Maria Madalena tem pedras almofadadas e uma pedra com uma inscrição que não é romana. Nos muros dos campos há silhares de granito reaproveitados. Diz o povo que há uma casa em Mangualde que foi construída com pedra desenterrada nos terrenos situados junto à capela, onde, aliás, ainda hoje se encontram imensos fragmentos de cerâmica romana doméstica e de construção.

Em face destes achados, cremos que aí existiu uma *villa* .

9- Carvalho, 1981, p. 15-16.

143 – QUINTA DE COSELHOS.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta de Coselhos, Vila de Rei, Castelões, Tondela.

3 – 00° 59' 20"

4 – 40° 33' 36"

5 – 320

6 – 198

7 – Quinta bem cultivada, num sítio bastante plano. Muitas árvores de fruta, nomeadamente laranjais e culturas hortícolas. Virada a sudeste.

8 – Dizem que foi lá encontrado lá um vaso de bronze, mas ninguém sabe o seu destino. Actualmente, aparecem tégulas, ímbrices, mós e pedras várias trabalhadas.

9 – Inédita.

144 – PIAS OU ADRO VELHO. – Est. XXVI, 1.

1 – *Villa romana.*

2 – Entre o campo de futebol e o rio Dão, Ferreirós do Dão, Ferreirós do Dão, Tondela.

3 – 40° 28' 05"

4 – 01° 06' 05"

5 – 160

6 – 210

7 – Olivais e pequenas parcelas de terreno. Em declive para o rio Dão.

8 – Cortez localiza um acampamento romano em Ferreirós do Dão. A existir, só poderia situar-se nas "Pias" ou no "Castelo".

O Castelo é um povoado fortificado com várias plataformas onde se apanha cerâmica brunida (Bronze Final). Por outro lado, os achados verificados nas Pias não são compatíveis com a existência de um acampamento romano. A própria topografia do lugar, no fundo de uma encosta, campo aberto sem qualquer fortificação, não favorecia a sua implantação. Assim, este "acampamento romano de Ferreirós do Dão" deve ser excluído da lista dos acampamentos romanos do território português.

Russell Cortez aponta, ainda, o aparecimento de colunas de granito, cerâmica doméstica e de construção, *dolia* inteiros e mós. Este espólio, a que acrescentamos um tijolo de hipocausto, é compatível com uma *villa*. À superfície, apanha-se cerâmica doméstica e de construção em abundância, por uma vasta área.

9 – Cortez, 1951, p. 61; Figueiredo, 1953, p. 38-39; Alarcão, 1988a, p. 63.

145 – GUARDÃO.

1 – Castro romanizado.

2 – S. Bartolomeu, Guardão, Guardão, Tondela.

3 – 40° 33' 50"

4 – 00° 58' 10"

5 – 631

6 – 198

7 – Monte coberto de matos e pinheiros. Panorâmica excepcional sobre toda a região de Viseu e a Serra da Estrela.

8 – Apanha-se cerâmica pelos campos e pinhais, sobretudo próximo da capela. Fala-se no aparecimento de moedas medievais, cujo paradeiro, porém, se desconhece.

O aparecimento dessas moedas não deverá surpreender, uma vez que ali se realiza uma feira desde o período da formação de Portugal.

Este povoado marcaria um dos extremos da área da *civitas* de Viseu, como parece deduzir-se da inscrição existente na capela de S. Bartolomeu [nº 81].

9 – Carvalho, 1981, p. 23.

146 – NOSSA SENHORA DO CRASTO.

1 – Castro romanizado.

2 – No cabeço da Senhora do Crasto, Lobão da Beira, Tondela.

3 – 40° 31' 10"

4 – 01° 06' 25"

5 – 299

6 – 199

7 – Terrenos de cultivo com vinhas, oliveiras e pinheirais. O solo é essencialmente de saibro que se desfaz com muita facilidade. Há covas abertas no saibro que parecem naturais, mas correm lendas sobre essas covas, dizendo-se que serviriam para habitação no tempo dos Mouros.

8 – Em achados ocasionais têm-se recolhido cerâmicas, pedras trabalhadas, pedras almofadadas, moedas, tégulas, pesos de tear, mós.

Em escavações ali realizadas pelas Dr^{as} Manuela Coelho e Cidália Duarte apareceram vários objectos identificáveis cronologicamente: um fragmento de uma taça fina "de pasta muito depurada cinzenta clara, homogénea, datável do séc. I d. C.", (Dias, 1986a, p. 99), fragmentos de *sigillata* hispânica, cerâmica amarela datável do Baixo Império e pesos de tear. Um antoniniano atribuível a Cláudio, o Gótico (270 d. C.) é um elemento cronológico seguro.

Trata-se de um povoado fortificado da Idade do Ferro que continuou a ser ocupado durante todo o domínio romano, como o provam os achados realizados.

9 – Dias, 1986a, p. 98-99.

147 – MOIRARIA

1 – Habitat romano.

2 – Moiraria, Mosteiro de Fráguas, Mosteiro de Fráguas, Tondela.

3 – 40° 35' 00"

4 – 01° 04' 33"

5 – 420

6 – 188

7 – Está tudo coberto de mato. Situa-se junto a uma quinta antiga sobre a qual correm muitas tradições.

8 – Cerâmicas de construção, sobretudo ímbrices muito grossos e raros fragmentos de cerâmica. Todo o terreno foi profundamente surribado há pouco tempo, tendo sido destruído tudo o que ali pudesse existir.

9 – Inédita.

148 – MOSTEIRO DE FRÁGUAS.

1 – Inscrição romana.

2 – Igreja, Mosteiro de Fráguas, Tondela.

3 – 40° 34' 55"

4 – 01° 04' 50"

5 – 480

6 – 188

7- Inscrição encontrada quando se fizeram obras na igreja. Está guardada na sacristia.

8 – Inscrição [n.º 7]. Estará relacionada com a estação da Mouraria, n.º 147?

9 – Vaz; 1980, p. 201 – 205; Alarcão, 1988a, p. 60.

149 – TRAVANCA.

1 – *Villa romana.*

2 – Travanca, Carvalhal, Mouraz, Tondela.

3 – 40° 29' 00"

4 – 01° 04' 00"

5 – 310

6 – 199

7 – Vinha e pinhal.

8 – Tesouro de cerca de cem moedas de cobre, algumas de Constantino. O povo diz que era lá a antiga povoação.

Tégulas, ímbrices e um tambor de coluna com 35 cm. de diâmetro. É a estação que Alarcão classifica como "Quinta dos Lobos", mas a que o povo chama Travanca e, por isso, adoptamos esta designação.

9 – Hipólito, 1961, p. 55; Alarcão, 1988a, p. 63.

150 – CADAVAL.

1 – Habitat romano.

2 – Cadaval, Cadaval, Mouraz, Tondela.

3 – 01° 04' 52"

4 – 40° 28' 15"

5 – 290

6 – 210

7 – Terrenos de cultivo, árvores de fruto e vinha. Virada a sul.

8 – Tégulas, ímbrices e cerâmicas domésticas romanas, à superfície. Diz o povo que há muitos anos que notam o aparecimento destas cerâmicas.

9 – Inédita.

151 – NANDUFE. – Est. XXVI, 2 e XXVII.

1 – Castro romanizado.

2 – Castro, Nandufe, Nandufe, Tondela.

3 – 40° 32' 30"

4 – 01° 03' 00"

5 – 300

6 – 199

7 – O sítio onde se implantava o castro está coberto de pinhal e alguns terrenos de cultivo, predominando a vinha. Encostas sobre o rio Dinha.

8 – Escavações ali feitas há largas dezenas de anos revelaram pedra aparelhada, tégulas e ímbrices, pesos de tear, mós e moedas, de que se desconhece o paradeiro.

Apanha-se cerâmica doméstica e de construção. Foram identificados dois fragmentos de *sigillata* hispânica. Um deles é um "fundo de taça, de pé alto, triangular e relativamente larga superfície de sustentação. Pasta rosa-claro, branda, com muitos carbonatos de cálcio em partículas muito pequenas e bem disseminadas pela pasta. «Verniz» alaranjado, pouco espesso e homogéneo, de brilho baço, mostrando muitos riscos do alisamento" (Diogo, 1986, p. 393). No interior tinha a marca OFPACA. É datável dos Flávio-Trajanos.

O segundo fragmento tinha uma pasta rosa-acastanhada e verniz "vermelho-alaranjado, homogéneo e pouco aderente, de brilho acetinado, mostrando os grânulos da pasta e muitos riscos de alisamento...Trata-se de uma forma muito rara..." (Diogo, 1986, p. 394). É datável do século II.

O povoado era muralhado, pois vêem-se ainda os restos da cintura de muralhas que o rodeava.

Algumas moedas imperiais, hoje também desaparecidas, foram publicadas por Ferraz de Carvalho. Distribuem-se pelos seguintes imperadores (Centeno, 1978, p. 56):

Cláudio –	1
Nero –	2
Vitélio –	2
Vespasiano –	3
Tito, César –	1
Divino Vespasiano –	1
Domiciano, César –	3
Domiciano –	1
Nerva –	1
Trajano –	2
Adriano –	1

O mesmo autor publica também a gravura de mais seis moedas que não se conseguem identificar. É um conjunto significativo porque coerente e de um período muito curto.

Coordenando as cronologias dadas pelas moedas com os dados cerâmicos, teremos que concluir que a ocupação deste castro se verificou fundamentalmente nos séculos I e II da nossa era.

Próximo passaria a fronteira da *civitas*, provavelmente pela estrada que ligava para sul.

10 – Carvalho, 1981, p. 16 – 21; Centeno, 1978, p. 56; Diogo, 1986, p. 393-394; Alarcão, 1988a, p. 62.

152 – CASTRO DOS TRÊS RIOS. – Est. XXVII, XXVIII, XXIX e XXX.

1 – Castro romanizado.

2 – Três Rios, Parada de Gonta/Fail, Tondela/Viseu.

3 – 40° 35' 15"

4 – 01° 09' 00"

5 – 280

6 – 188

7 – Terreno muito acidentado, constituindo forte esporão na confluência de três cursos de água: Ribeira de Sasse, Ribeira de Asnes e Pavia.

8 – Trata-se de um povoado que, a julgar pelos achados de superfície, foi profundamente romanizado: cerâmica comum, doméstica e de construção são muito abundantes por toda a área do povoado. Há uns anos foram ali achadas algumas moedas dos séculos III e IV; duas inscrições rupestres (nº 32) que ali se encontram deverão datar-se do século I da nossa era.

Relacionando os vários elementos até ao momento disponíveis sobre este castro, devemos pensar que o seu povoamento vai desde o período pré-romano até ao século IV.

Catálogo das moedas:

1 – Sestércio, Severo Alexandre, Roma, 222-231, RIC 618.

2 – Nummus, Cláudio II, Roma, 268-270, RIC 98.

3 – Nummus, Cláudio II, Roma, 268-270, RIC 100.

4 – Nummus, Cláudio II, Lugdunum, 268-270, RIC 20.

5 – Nummus, VRBS ROMA, at. ilegível, 335-341.

6 – Nummus, Constantino I(?), ?. 335-341.

7 – Moeda de que conserva apenas metade.

8 – Sestércio, ?, séc. II(?), ?, ?. Totalmente desgastada. Apresenta no anverso um busto de mulher.

9 – ?. Está totalmente desgastada.

10 – Nummus, ?, Roma, posterior a 260, RIC 5.

9 – Coelho, 1957; Untermann, 1965, p. 8 – 25. Vaz, 1987, p. 23-26; Alarcão, 1988, p. 51.

153 – SANTO ALEIXO

1 – *Villa romana.*

2 – Santo Aleixo, Sabugosa, Tondela.

3 – 40° 34' 33"

4 – 01° 06' 30"

5 – 350

6 – 188

7 – Declive muito suave, a partir da actual estrada nacional. Terrenos agrícolas muito férteis. Virada a noroeste.

8 – Um tambor de coluna, duas mós dormentes, dois pesos de tear, cerâmica doméstica comum, cerâmica cinzenta fina e *sigillata* hispânica e sudgálica, são os principais achados verificados.

Abundância de vestígios de fundição de metais. Relacionando este achado com o topónimo Fráguas e com a sua localização, à beira da via romana, pensamos que talvez se tenha descoberto o local da forja de uma *villa* ou qualquer outro tipo de povoamento romano.

9 – Inédita.

154 – SERRA.

1 – Inscrição romana.

2 – Serra, Silvares, Silvares, Tondela.

3 – 40° 37' 52"

4 – 00°59' 34"

5 – 998

6 – 187

7 – Rochedos, mato rasteiro e muita abundância de água constituem o ambiente envolvente deste penedo escrito.

8 – Inscrição terminal gravada num penedo, [nº 80]. O sítio tem sido sempre indicado como pertencendo ao concelho de Vouzela, mas o penedo situa-se ainda no concelho de Tondela. O limite passa próximo, a escassos duzentos metros a noroeste.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

155 – CURTO

1 – Habitat romano.

2 – Curto, Tondela, Tondela.

3 – 40° 30' 43"

4 – 01° 03' 00"

5 – 300

6 – 199

7 – Zona que está actualmente a ser urbanizada. Área plana muito abundante em água.

8 – Carvalho (1981, p. 40) refere que ali apareceram cerâmicas de construção e moedas romanas.

Actualmente não se vê nada pelos campos. Talvez a estação romana se localizasse onde se situa o estádio de futebol ou então à beira da rua João Cardoso, em sítio actualmente urbanizado.

O sítio, bem exposto ao sol, é propício à instalação do povoamento romano.

9 – Carvalho, 1942, p. 40; Alarcão, 1988a, p. 63.

156 – QUINTA DAS MESTRAS

1 – Habitat romano.

2 – Quinta das Mestras, Vilar de Besteiros, Tondela.

3 – 40° 34' 32"

4 – 01° 02' 50"

5 – 350

6 – 188

7 – Quinta tradicional, bem cultivada com vinha e árvores de fruto. Virada a ocidente. A estação situa-se no ponto mais alto da quinta.

8 – Na lavra das vinhas aparecem muitas tégulas e cerâmicas romanas diversas.

Ao lado da quinta corre um caminho que as pessoas chamam "estrada romana". Vai dar a uma ponte que tem a mesma largura das vias secundárias. Poderá, de facto, ser romana.

9 – Inédita.

CONCELHO DE VILA NOVA DE PAIVA

157 – FRÁGUAS.

1 – Habitat romano.

2 – Barra, Fráguas, Vila Nova de Paiva.

3 – 40° 49' 33"

4 – 01° 21' 18"

5 – 740

6 – 167

7 – Terrenos de cultivo, pomares e pinhais. Encosta virada a sul.

8 – Cerâmicas de construção e imensos restos de fundição.

Em Fráguas passava uma via romana de que Figueiredo (1953, p. 199) ainda viu alguns troços em mau estado, entre Vale de Cavalos e Fráguas.

9 – Inédita.

158 – QUEIRIGA.

1 – Habitat romano.

2 – Cela, Queiriga, Vila Nova de Paiva.

3 – 40°48' 00"

4 – 01° 22' 49"

5 – 167

6 – 665

7 – É actualmente uma zona urbanizada.

8 – Na Queiriga têm aparecido tégulas, restos de ímbrices e outras cerâmicas.

9 – Vaz, 1982, p. 787-788.

159 – LOUSADELA

1 – Minas romanas.

2- Lousadela, Queiriga, Vila Nova de Paiva.

3 – 40° 45' 27"

4 – 01° 24' 25"

5 – 168

6 – 590

7 – Povoação que se localiza no lugar onde antes se situava o povoado mineiro. As minas antigas estão hoje abandonadas.

8 – Duas placas de xisto, uma delas com inscrição [nº 77], uma picareta de ferro, restos de fundição de ferro (na colecção da Assembleia Distrital de Viseu) e vários outros objectos cujo paradeiro se desconhece.

10 – Indicada no estudo da inscrição.

CONCELHO DE VISEU

160 – SERNO.

1 – Habitat romano.

2 – Serno ou Pedreira, Silgueiros, Bodiosa, Viseu.

3 – 40° 42' 50"

4 – 01° 07' 30"

5 – 500

6 – 177

7 – Zona em meia-encosta virada a sul, junto à capela de Silgueiros de Bodiosa.

8 – Apareceu, em 1931, um silo escavado no saibro, com restos de dólito, cerâmicas e pedras (Coelho, 1941, p. 431). A cerâmica está hoje na "Coleção Arqueológica do Dr. José Coelho".

Trata-se de três fragmentos de dólito, de cor beije, com grãos de quartzo e mica à mistura. Cozedura regular. Um dos fragmentos tem incisa a marca do oleiro e os outros têm sulcos feitos com os dedos (JC-79-204).

Outro fragmento pertencia a uma bilha com asa larga, ovalizada que arrancava directamente do bordo. A pasta é beije, com bastante desengordurante constituído por finos grãos de quartzo e feldspato. Poderá ser do Baixo Império.

9 – Coelho, 1941, p. 431; Correia, 1979, p. 28 e 29.

161 – CALDE.

1 – Tesouro monetário.

2 – Calde, Calde, Viseu.

3 – 40° 47' 00"

4 – 01° 13' 00"

5 – 540

6 – 167

7 – No lugar de achamento do tesouro existe actualmente uma vinha, em encosta virada a sudoeste.

8 – Tesouro de moedas republicanas. Embora tenha desaparecido, sabe-se que continha cerca de 270 denários de prata. Teria sido escondido entre os anos 78 e 45 a. C. (Pereira, 1974, p. 199), integrando moedas que vão de 130 a 45 a. C.

Foi achado à entrada da povoação de Calde, à esquerda num terreno com boa exposição ao sol.

9 – Figueiredo, 1953, p. 46; Hipólito, 1961, p.54-55; Pereira, 1974, p. 197 e 199; Centeno, 1987, p. 195; Alarcão, 1988a, p. 57.

162 – PENSO.

1 – Habitat romano.

2 – Penso, Almargem, Calde, Viseu.

3 – 40° 46' 40"

4 – 01° 14' 55"

5 – 500

6 – 167

7 – Pinhais e terrenos de cultivo. Leve inclinação a sul.

8 – Cerâmicas de construção (tégulas e ímbrices) e comuns.

9 – Inédita.

163 – VINHA DA ALDEIA.

1 – Habitat romano.

2 – Vinha da Aldeia, Almargem, Calde, Viseu.

3 – 40° 45' 55"

4 – 01° 14' 30"

5 – 430

6 – 167

7 – Encosta virada a sudoeste, sobre o rio Vouga, na margem direita. Há socalcos com terrenos de cultivo: centeio, vinha, hortas e batatas.

8 – Nas casas da aldeia há pedras almofadadas reaproveitadas e uma pia (almofariz) metidas numa parede. Uma mó, um enorme bloco almofadado e uma pia constituem achados efectuados neste lugar.

No sítio da estação apanham-se fragmentos de cerâmica de construção e doméstica romana. Da cerâmica de construção sobressaem enormes fragmentos de tégula.

9 – Inédita.

164 – MOSELOS.

1 – Miliários.

2 – Moselos, Campo, Viseu,

3 – 40° 42' 00"

4 – 01°19'20"

5 – 178

8 – Dois miliários, [n^os 101 e 102], cujo local exacto de achamento se desconhece, pelo que as coordenadas que se dão são as referentes à aldeia de Moselos. No entanto, a principal rua da povoação decalca a velha estrada romana. Era a via que classificamos como via principal II.

9 – Coelho, 1941, p. 412-414; Coelho; 1949, p. 18; Figueiredo, 1953, p. 48 – 49; Correia, 1979, p. 612; Vaz, 1983, p. 741-742; Vaz, 1987a, p. 50; Alarcão, 1988a, p. 58.

165 – RATAS.

1 – Habitat romano.

2 – Ratas, Pascoal, Campo, Viseu.

3 – 01° 12' 40"

4 – 40° 41' 25"

5 – 480

6 – 178

7 – Pinhal, pequena vinha e terras de cultivo. Situa-se perto de um sítio chamado "Baralha", na base do Monte de Santa Luzia, à beira da via romana.

8 – Apesar da surriba feita há pouco tempo, ainda se apanham raros fragmentos de ímbrices e tégulas. Diz o proprietário que antes apareciam muitos "cacos" e, durante a surriba, muitas pedras trabalhadas.

9 – Inédita

166 – SANTA LUZIA – Est. XXXI e XXXII.

1 – Castro romanizado

2 – Santa Luzia, Vila Nova do Campo, Campo, Viseu.

3 – 40° 41' 50"

4 – 01° 12' 35"

5 – 633

6 – 178

7 – Elevação quartzítica com uma grande cratera provocada pela exploração do quartzo que quase destruiu o castro. Posição estratégica sobre a cidade de Viseu e as vias que passavam junto ao castro.

8 – Castro com muralha bastante rudimentar, reforçada no ponto de mais fácil acesso. Foi começado a habitar na época do Bronze Final, mantendo-se sem interrupção até ao século I d. C.

Na Idade do Bronze foi um importante centro metalúrgico, como se comprova pelos moldes de fundição aparecidos (Cortez, p. 395) e pelos arames de bronze destinados a fazer objectos deste metal. Esta época teria sido o grande período de ocupação do povoado.

Na Idade do Ferro a ocupação continuou: serão deste período algumas cerâmicas e fíbulas aparecidas nas cinco campanhas de escavação ali efectuadas (Ponte, 1989, p. 182).

Com a chegada dos Romanos, o povoado deve ter sido praticamente abandonado, pois os vestígios da sua presença reduzem-se a uma moeda e uma fíbula.

A moeda está em muito mau estado de conservação, nada se notando no reverso; no anverso, vê-se o esboço de um busto que deverá ser de Nerva.

A fíbula é do tipo Fowler B1, de bronze, datável do séc. I a. C. até à 1ª metade do séc. III.

Coordenando estes dois elementos indiscutivelmente romanos, teremos de pensar que, nos finais do século I, o monte de Santa Luzia ainda seria habitado por alguns romanos, mas possivelmente uma pequena população que parcos vestígios nos deixou. A razão pela qual os Romanos ali mantiveram algum povoamento estará relacionada com a passagem das vias na sua base, como veremos adiante.

10 – Cortez, p. 395; ; Silva, 1978, p. 190-191; Correia, 1979, p. 15, 18, 27 e 32; Correia, 1984, p. 214-215; Correia, 1985, p. 145; Correia, 1986, p. 99-100; Cruz, 1986, p. 159; Vaz, 1987a, p. 17-20; Ponte, 1989, p. 182.

167 – VENDAS DE CAVERNÃES.

1 – Habitat romano.

2 – Vendas de Cavernães, Cavernães, Viseu.

3 – 40° 42' 45"

4 – 01° 17' 20"

5 – 620

6 – 178

7 – Terrenos de meia-encosta, em socacos; cultivam-se a vinha, oliveira e culturas hortícolas. Boa exposição a sul.

8 – Quatro inscrições ao deus indígena *Lurunis*, [n^{os} 27, 28, 29 e 30]. Cerâmica de construção e doméstica, em abundância, incluindo pequenos fragmentos informes de *sigillata* hispânica.

Referindo-se a Cavernães, Ribeiro Pereira fala da existência de um templo dedicado a *Lurunis*.

Acrescenta ainda, falando sobre Viseu: «Com este nosso castello se devia de atalaiar ou ter correspond^a uma Torre, ou Templo, cujas ruínas se veem em um plano que está antes que cheguemos às vendas de cabernães, junto a uma fonte que representavam ser de alguma torre ou templo de gentildade, como se notão os signaes que se achavão, qual foi uma pia ou fonte de pedra muito grande; pedaços de columnas, e pedras lavradas e letreiros de que tenho 2 que tresladei; hum foi levado para o lugar de Cavarnães e serve de humbreira da porta da casa d'um lavrador...» (Pereira, 1955, p. 110). Transcreve depois as inscrições.

Em 1952, M. Alvelos diz: «Em 1930, ainda havia nesta última povoação [Vendas de Cavernães] quem se recordasse do local onde as ruínas existiram de facto junto à povoação das

Vendas – dizendo essa pessoa que aí foram encontradas colunas e restos de pedras lavradas, que enterraram num caminho, por estorvarem as culturas dos prédios.» (Alvelos, 1952, p. 265).

Botelho Pereira refere à existência de uma fonte e ruínas de uma torre ou templo. É impossível saber exactamente de que tipo de monumento se trataria, uma vez que desapareceu tudo, já no nosso século, a confiarmos nas palavras de M. Alvelos e nos testemunhos que ouvimos de alguns populares das Vendas de Cavernães.

Apesar da destruição processada podemos pensar no tipo de monumento que ali se levantava: encontrámos ali um tijolo usado nas abóbadas das termas. É igual ao que Alarcão (1989a, p. 25 e 27) cita a propósito de Viseu e que lhe permite sugerir a localização de umas termas na cidade. Ora, a presença deste tijolo, as ruínas ainda de pé no século XVII e a existência de uma fonte sugerem-nos de imediato umas termas relacionadas com o culto a *Lurunis*: públicas ou privadas? Relacionando os dados mencionados teremos que admitir que eram públicas, pois os devotos de *Lurunis* aqui lhe levantavam os ex-votos devidos pelas suas promessas. Haverá relação entre a divindade e a eventual cura pelas águas da fonte referida por Pereira? Não sabemos, mas teremos aqui uma situação semelhante à das Termas de Lafões, em que se venera Mercúrio.

Por outro lado, há ainda que pensar que junto a este local passaria a estrada romana e as termas ficariam mesmo à beira da via.

Cotejando as informações transcritas com o lugar de achamento da ara mais recentemente aparecida e com as descobertas por nós próprios efectuadas, não duvidamos que foi nesta estação que todos os achados se fizeram. Razão tinha o Prof. Jorge Alarcão ao dizer que os "Achados atribuídos a Cavernães deverão talvez ser corrigidos para Vendas de Cavernães" (1988, p. 58).

Actualmente, são ali bem visíveis ainda os sinais da presença romana, através das cerâmicas de construção e comuns que se apanham em abundância no local. Um fragmento muito reduzido de *sigillata* hispânica indicia uma certa importância do lugar. As profundas surribas efectuadas para plantação de árvores e vinhas e, mais recentemente, a urbanização têm destruído tudo aquilo que existia.

9 – Pereira, 1955, p.111; Aragão, 1894, p. 86; Alvelos, 1936; Figueiredo, 1953, p. 158; Alvelos, 1967, p. 1-14; Alvelos, 1952, p. 263-266; Vaz, 1982, p. 784-786; Alarcão, 1988, p. 58.

168 – VINHA DA MOITA / QUELHAS.

1 – Habitat romano.

2 – Vinha da Moita ou Quelhas, Corredoura, Cavernães, Viseu.

3 – 40° 41' 30"

4 – 01° 18' 20"

5 – 460

6 – 178

7 – A estação situa-se no meio de vinhas e pinhais. Encosta virada a sudoeste, bem protegida dos ventos do norte. Fica em frente da capela da Sr^a. da Vitória, separando-se apenas pela ribeira da Sr^a. da Vitória.

8 – Apanha-se cerâmica doméstica e de construção em abundância. Um peso de tear ali encontrado foi para o Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. Os muros divisórios são feitos de pedra miúda que parece talhada há muitos anos. Teria sido arrancada dos terrenos? As pessoas dizem que apareceram lá muitas pedras e objectos de metal.

9 – Alarcão, 1988, p. 58.

169 – CUMIEIRA – Est. XXXIII e XXXIV.

1 – *Villa romana.*

2 – Cumieira, Cota, Viseu.

3 – 40° 49' 25"

4 – 01° 17' 43"

5 – 830

6 – 167

7 – Terrenos bem expostos a sul, mesmo na base do monte de S. Lourenço, onde se situa um castro (n^o 8).

8 – Moedas, alicerces, paredes e cerâmicas de construção e domésticas, uma árula anepígrafa [n^o 114] e uma pedra epigrafada [n^o 111], um fusilhão de fíbula, um par de brincos de ouro e uma cadeia de ferro.

Os terrenos foram surribados. Apesar disso ainda se encontram raros fragmentos cerâmicos e muita escória de fundição.

9 – Alarcão, 1988a, p. 55.

170 – ESCOIRAL.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Escoiral, Nogueira de Cota, Cota, Viseu.

3 – 40° 46' 50"

4 – 01° 20' 00"

5 – 630

6 – 167

7 – Terrenos de cultivo, em parte abandonados.

8 – Cerâmicas domésticas e de construção variadas, mós e grande quantidade de escórias.

Há ainda um túmulo monolítico, não-antropomórfico.

9 – Lusitano, 1980. p. 505; Alarcão, 1988a, p. 57.

171 – FRANQUEIRA. – Est. XXVI, 1.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Sítio da Franqueira, Vila de um Santo, Cota, Viseu.

3 – 40° 48' 20"

4 – 01° 18' 50'

5 – 700

6 – 167

7 – Terrenos de cultivo. Encosta virada a sudeste. Milho, batata e vinha em estacadas são as produções locais. Pinhal.

8 – No pinhal, há cinco sepulturas escavadas na rocha e, numa das rochas, ao lado de uma sepultura, trinta e três covinhas artificiais.

Nos terrenos envolventes, imensos vestígios de fundição de metais e cerâmicas romanas abundantes: tégulas, ímbrices, cerâmicas comuns.

9 – Marques, 1991, p. 169-178.

172 – OITEIRO.

1 – Tesouro romano.

2 – Oiteiro, Vila de Um Santo, Côta, Viseu.

3 – 40° 48' 00"

4 – 01° 18' 30"

5 – 550

6 – 167

7 – Sítio que fica no meio da povoação de Vila de Um Santo.

8 – Tesouro de 29 denários republicanos, incluindo uma peça de de *Octavianus* (RIC², 264). O ocultamento deste tesouro deve ter ocorrido no tempo de Augusto, pois a última moeda datada é de 27 a. C.

9 – Hipólito, 1979, p.65-71; Centeno, 1987, p. 211, nota 15; Alarcão, 1988a, p.57.

173 – QUINTA DO PASSAL.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Quinta do Passal, Nogueira, Côta, Viseu.

3 – 40° 46' 34"

4 – 01° 20' 30"

5 – 580

6 – 167

7 – Terras de cultivo de cereais, vinhas, pinhais e produtos hortícolas. Boa exposição a sudeste, sobre o rio Vouga.

8 – Guardam-se ali três estelas funerárias medievais, duas circulares e uma quadrada. Têm a cruz de um lado e do outro.

Nos terrenos da quinta, existem ainda várias sepulturas escavadas na rocha e lagaretas.

Nos campos, apanham-se muitos fragmentos de cerâmica, havendo alguns que podem ser romanos.

9 – Lusitano, 1975, p.93.

174 – COUTO DE BAIXO.

1 – Inscrição romana.

2 – Igreja de Couto de Baixo, Couto de Baixo, Couto de Baixo, Viseu.

3 – 40° 39' 20"

4 – 01° 06' 05"

5 – 380

6 – 188

7 – Pequena povoação medieval onde resta o único pelourinho do concelho de Viseu.

8 – Ao fazerem-se obras na igreja paroquial apareceu uma inscrição funerária dupla [nº 44] e várias pedras medievais que se guardam na igreja. A inscrição está na casa paroquial.

Não conseguimos localizar em Couto de Baixo qualquer estação romana donde esta inscrição pudesse ter vindo.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

175 – TOCOS.

1 – Habitat romano.

2 – Tocos, Couto de Cima, Couto de Cima, Viseu.

3 – 40° 40' 03"

4 – 01° 07' 55"

5 – 370

6 – 177

7 – Terrenos de cultivo, situados numa baixa bem irrigada por uma ribeira que passa a meio. A estação situa-se na encosta, virada a sudeste, em frente ao Moderno.

8 – Ao abrirem poços e fazerem surribas apareceram telhas grossas, fragmentos de cerâmica romana e pedras talhadas, a mais de um metro de profundidade.

À superfície, cerâmica comum e um ou outro fragmento de cerâmica muito grossa, de tégulas certamente.

9 – Inédita.

176 – QUINTA DA RODA QUINTÃ.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta da Roda Quintã, Farminhão, Viseu.

3 – 40° 36' 50"

4 – 01° 07' 05"

5 – 385

6 – 188

7 – Quinta antiga, bem cultivada, com vinhas, oliveiras e culturas hortícolas. Meia encosta virada a sudoeste.

8 – Há pedras almofadadas e uma pedra com moldura metidas no muro da quinta, junto ao lagar de azeite. Serão certamente de uma estação romana que se localizava nos terrenos da quinta, onde se apanham cerâmicas de construção.

9 – Inédita.

177 – FRAGOSELA DE BAIXO.

1 – *Villa* romana.

2 – Fragosela de Baixo, Fragosela, Viseu.

3 – 40° 37' 50"

4 – 01° 17' 00"

5 – 360

6 – 189

8 – Mesquita de Figueiredo diz que apareceu ali cerâmica de construção e uma inscrição. Não conseguimos identificar o sítio, sendo estranho que Mesquita de Figueiredo não tenha publicado a inscrição.

Quereria Figueiredo referir-se ao Verigo (nº 178) ou a outra quinta dos arredores de Fragosela?

As coordenadas acima são respeitantes à povoação de Fragosela de Baixo.

9 – Figueiredo, 1898, p. 238; Alarcão, 1988a, p. 61.

178 – LAJA DO TELHADO.

1 – Habitat romano.

2 – Laja do Telhado, Espadanal, Fragosela, Viseu.

3 – 40° 37' 30"

4 – 01° 15' 40"

5 – 440

6 – 189

7 – Encosta virada a sul, sobre o rio Dão. A estação fica no início da encosta. Foi arroteada há poucos anos (1989), tendo sido plantada vinha.

8 – Disse-nos um antigo caseiro que aqui se encontraram, há muitos anos, moedas romanas.

Actualmente, apesar da surriba, continua a apanhar-se cerâmica em abundância, numa área relativamente pequena: tégulas, imbrices (muito grossos), cerâmica comum e dois fragmentos informes de *sigillata* sudgálica e hispânica.

Na "Coleção Arqueológica do Dr. José Coelho", existem três pesos de tear (JC – 79 175, 176 e 177) provenientes do Espadanal (Correia, 1979, p. 22). Seriam desta estação ou ainda de outro qualquer lugar por nós desconhecido?

9 – Inédita.

179 – VERIGO. – Est. XXXV, 2.

1 – Habitat romano.

2 – Verigo, Prime, Fragosela, Viseu.

3 – 40° 37' 30"

4 – 01° 18' 00"

5 – 340

6 – 189

7 – A maioria dos terrenos é ocupada por pinhais e matas, existindo poucos terrenos de cultivo e algumas árvores de fruta. Encosta virada a sudeste, sobre o rio Dão.

8 – Imensa cerâmica de construção pelos campos e caminhos. Uma mó, um peso de pedra e um peso de tear são objectos que ali encontrámos sobre os muros, onde há também reaproveitadas muitas pedras talhadas.

9 – Inédita

180 – ALAGOA.

1 – *Villa* romana.

2 – Alagoa, Lajeosa, Lordosa, Viseu.

3 – 40° 44' 40"

4 – 01° 14' 30"

5 – 600

6 – 168

7 – Terrenos de cultivo: vinha, árvores de fruto e batatas. Pinhais a oriente. A estação situa-se numa encosta virada a sudoeste.

8 – Ao fazer covas para plantar vinha apareceram pedras almofadaças enormes, muitas tégulas, "uma talha inteira ainda enterrada até à boca e com restos de sementes", segundo nos disseram, duas bases de coluna e cerâmica variada. Dizem os trabalhadores que viram ainda uma pedra com letras, que não desenterraram.

À superfície, restos de *dolia*, cerâmicas variadas, incluindo *sigillata* hispânica muito fragmentada e cerâmicas comuns.

9 – Inédita.

181 – PASSAL

1 – Habitat romano.

2 – Passal, Mosteiro, Loureiro de Silgueiros, Viseu.

3 – 40° 33' 22"

4 – 01° 10' 37,5"

5 – 320

6 – 199

7 – Vinha e oliveira. Terrenos em declive virados a sul.

8 – Cerâmica romana doméstica e de construção nos terrenos envolventes da igreja.

9 – Inédita.

182 – QUINTA DO ESPINHAL. – EST. XXXVIII.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta do Espinhal, Loureiro de Silgueiros, Viseu.

3 – 40° 33' 23"

4 – 01° 10' 08"

5 – 315

6 – 199

7 – Terrenos em que se cultiva a vinha e a oliveira, virados a sul, em planície alta e, depois, em encosta sobre o rio Dão.

8 – C. L. refere que entraram no Museu Nacional de Arqueologia dois *pondera* de barro, um machado de pedra, e mais meio *pondus* que lhe foram oferecidos por Maximiano de Aragão e Onofre Pais Soares, provenientes da Quinta do Espinhal, freguesia de Silgueiros.

Foi extremamente difícil reencontrar este lugar, pois a memória dos achados perdera-se completamente. Localizámo-lo e verificámos que, à superfície, aparecem raros fragmentos de cerâmica, pois as várias surribas ali feitas levaram à destruição completa dos vestígios.

Existe ainda um lagar escavado na rocha e um tambor de coluna reaproveitado.

9 – C. L. ,1913; p. 157; Alarcão, 1988a, p.61.

183 – QUINTA DA TAPADA.

1 – Habitat romano

2 – Quinta da Tapada, Casal Jusão, Loureiro de Silgueiros, Viseu.

3 – 40° 33' 00'

4 – 01° 10' 31"

5 – 280

6 – 199

7 – Terrenos em socalcos, virados a sul, na encosta sobre o rio Dão. Cultiva-se a vinha e a oliveira.

8 – C. L. refere que entraram no Museu Nacional de Arqueologia três *pondera* de barro, achados "no sítio da Tapada, perto de Casal João". Tivemos imensa dificuldade em localizar esta estação, uma vez que a povoação de Casal João não existe, mas existe Casal Jusão e é aqui que se situa a Tapada. Apesar de o sítio hoje ser conhecido simplesmente por Tapada, mantemos a designação de Quinta da Tapada que lhe foi atribuída no princípio do século.

Vêm-se à superfície muitos vestígios de tégulas, ímbrices e cerâmicas domésticas. Na povoação há um fuste de coluna e uma pedra almofadada reaproveitadas. Poderão ser provenientes da Tapada ou do próprio lugar do Casal, onde nos disseram que haverá muita pedra enterrada em quintais, ou ainda da estação do Passal (nº 181).

9 – C. L., 1913; p. 157; Alarcão, 1988a, p.61.

184 – REGADA.

1 – Habitat romano.

2 – Regada, Falorca, Loureiro de Silgueiros, Viseu.

3 – 40° 43' 50"

4 – 01° 11' 30"

5 – 310

6 – 200

7 – Pinhais e terrenos de cultivo: milho, batata, árvores de fruta.

8 – Fragmentos de ímbrices e cerâmicas domésticas romanas. Dizem que a estrada romana passava perto, a caminho da Póvoa Dão.

9 – Inédita.

185 – SILGUEIROS. – Est. XXXVII e XXXVIII.

1 – Moedas romanas.

2 – Passos de Silgueiros(?), Loureiro de Silgueiros, Viseu.

8 – Moedas romanas provavelmente achadas em Passos de Silgueiros. Integram uma colecção particular.

Moedas:

- 1 – Dupôndio, Marco Aurélio, at. ocidental, 161-180, legenda ilegível.
- 2 – Nummus, Constante César, Roma, 336-337, RIC 393.
- 3 – Nummus, Constâncio II ou Constante, Arles, 337-340, RIC 2 ou 3.
- 4 – Nummus, Constâncio II, Trier, 340, RIC 97.
- 5 – Nummus, Constâncio II, at. ocidental, 347-348, RIC 48, 54 ou 57.
- 6 – Nummus, Constâncio II, Trier, 347-348, RIC 184.
- 7 – Nummus, Juliano 2º César, ?, 356-363, ?

10 – Inéditas.

186 – SOITO

1 – *Villa* romana.

2 – Soito, Pindelo de Silgueiros, Loureiro de Silgueiros, Viseu.

3 – 40° 34' 25"

4 – 01° 12' 58"

5 – 350

6 – 189

7 – Terrenos de cultivo em declive acentuado. Cultivam-se essencialmente forragens para o gado, oliveira e vinha. A estação fica na encosta virada a sudeste.

8 – José Coelho (1927a) diz que muitas pedras romanas dali foram reaproveitadas na construção da casa do Dr. Cortez em Silgueiros. Terão aparecido também muitas cerâmicas domésticas e de construção.

Actualmente apanham-se à superfície vestígios cerâmicos romanos abundantes. Aparecem poucos fragmentos de cerâmica doméstica, mas grande abundância de ímbrices e tijoleiras. Um dos tijolos que ali apanhámos é de abóbada de termas, do mesmo tipo que Alarcão (1989a, p. 25) publica.

Diz-se que o caminho que passa ao lado era o caminho romano.

9 – Coelho, 1927a.

187 – FONTELAS OU QUINTAL.

1 – Habitat romano.

2 – Fontelas, Nespereira, Mundão, Viseu.

3 – 40° 42' 08"

4 – 01° 15' 15"

5 – 510

6 – 178

7 – Terrenos de cultivo e pomares de fruta, em ligeiro declive virado a sudeste.

8 – Fragmentos de mós girantes apareceram ao lavrar as terras. Nos terrenos, fragmentos de tégulas e ímbrices.

9 – Inédita

188 – SANTO ALEIXO.

1 – Habitat romano.

2 – Santo Aleixo / Chave, Catavejo, Mundão, Viseu.

3 – 40° 41' 08"

4 – 01° 16' 10"

5 – 490

6 – 178

7 – Pequenas courelas de cultivo e muitos pinhais. Fica em frente ao Catavejo de Baixo e entre a via romana e a ribeira da Fraga. Virada a oriente.

8 – A tradição liga este lugar ao aparecimento de dois santos. Seriam vestígios do antigo povoamento romano? A estação estende-se pelos terrenos conhecidos como Chave e Santo Aleixo.

Apanham-se restos de tégulas e cerâmica comum romana pelos terrenos cultivados.

9 – Inédita

189 – SANTO ESTEVÃO.

1 – Miliário

2 – Santo Estevão, Orgens, Viseu.

3 – 40°40'20"

4 – 01°12'15"

5 – 480

6 – 178

8 – Miliário que integra a colecção da Assembleia Distrital. O Dr. José Coelho diz que tinha um P e um X. Se ali existiram letras, hoje estão totalmente imperceptíveis.

9 – Coelho, 1927c; Coelho, 1949, p. 19; Figueiredo, 1953, p. 47; Alarcão, 1988a, p. 58.

190 – S. DOMINGOS.

1 – Habitat romano.

2 – Capela de S. Domingos, convento de Francisco, S. Martinho, Orgens, Viseu.

3 – 40° 40' 10"

4 – 01° 11' 40"

5 – 440

6 – 178

7 – Mata de carvalhos e pinheiros, pertencente à quinta do convento. Encosta virada a sudeste, sobre a ribeira de Orgens. Tem água em abundância. Estão a ser construídas casas mesmo ao lado.

8 – Almeida e Silva diz que viu ali tégulas e outras cerâmicas. Actualmente, não se encontra nada, certamente porque o mato cobre tudo.

9 – Silva, 1923.

191 – MOIRAMA.

1 – Habitat romano.

2 – Moirama, Vila Corça, Povolide, Viseu.

3 – 40° 38' 45"

4 – 01° 22' 00"

5 – 320

6 – 189

7 – Grande parte da estação está submersa pela barragem de Fagilde. Terrenos em meia encosta junto ao rio Dão, virados a sudeste.

8 – Cerâmicas várias comuns romanas e, ao que consta, uma soleira de porta. Tégulas e ímbrices nos terrenos à beira da barragem.

9 – Inédita.

192 – QUINTA.

1 – Necrópole romana.

2 – Quinta, Vilar d'Ordem, Povolide, Viseu.

3 – 40° 39' 05"

4- 01° 20' 45"

5 – 380

6 – 189

7 – Terrenos de culturas hortícolas. Algumas videiras e árvores de fruta.

8 – Pela descrição do proprietário, havia sepulturas feitas de "pedras e telhas", de forma rectangular. Ainda há poucos anos ele destruiu uma caveira. Seria a necrópole de um povoado romano que se localizaria próximo, talvez no sítio da própria povoação.

Actualmente apanha-se muita cerâmica romana de construção e doméstica.

9 – Inédita.

193 – QUINTA DA BRANCA.

1 – *Villa* romana:

2 – Quinta da Ribeira, Povolide, Povolide, Viseu.

3 – 40° 39' 15"

4 – 01° 20' 55"

5 – 423

6 – 189

7 – Casa da quinta de construção relativamente recente. Grande parte dos terrenos da quinta estão completamente abandonados.

8 – Inscrição funerária romana [nº 57]. Nos terrenos, apanha-se cerâmica romana e de outros períodos de vários tipos, muito fragmentada.

9 – Inédita.

194 – QUINTA DA FONTE.

1 – Habitat romano?

2 – Quinta da Fonte, Vilar de Baixo, Povolide, Viseu.

3 – 10° 21' 50"

4 – 40° 40' 40"

5 – 500

6 – 178

7 – Terrenos de vinha e culturas agrícolas.

8 – Cerâmica doméstica e de construção, à superfície, numa vinha. Embora sendo achado de superfície, alguma cerâmica poderá classificar-se como romana. A estação fica mesmo na base do sítio que se chama "Castro", local onde não aparece nada, apesar do topónimo.

9 – Inédita.

195 – QUINTA DA PENA.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Quinta da Pena, Cabril, Povolide, Viseu.

3 – 40° 40' 17"

4 – 01° 20' 59"

5 – 485

6 – 178

7 – Vinha abandonada onde começa a crescer pinhal. Encosta suave virada a sudeste.

8 – Nove sepulturas escavadas na rocha. Cerâmica de construção e doméstica romana nos campos circundantes.

9 – Pedro, 1989, p. 82; Pedro, 1990a, p. 25; Marques, 1991.

196 – VILA MEÃ

1 – *Villa* romano-medieval.

2 – Vila Meã, Povolide, Viseu.

3 – 40° 38' 08"

4 – 01° 18' 48"

5 – 320

6 – 189

7 – Quinta bem cultivada, com uma vasta área recentemente surribada. Boa exposição solar.

8 – Têm aparecido mós, cerâmicas romanas várias, quatro bases de coluna, um possível fuste e um peso de lagar. Uma lagareta escavada na rocha.

9 – Gonçalves, 1990, p. 197; Silva, 1990, p. 56.

197 – CAMPO DEANTEIRO.

1 – Habitat romano.

2 – Campo Deanteiro, Ranhados, Viseu.

3 – 40°38'50"

4 – 01°14'55"

5 – 470

6 – 189

7 – Quinta cujos terrenos estão abandonados. Terrenos bastante planos, mas com ligeira inclinação a sudoeste.

8 – José Coelho refere que aí foram encontradas mós, tégulas e fragmentos vários, "denunciando uma vivenda romana" (*sic*). Actualmente ainda se encontram ali algumas cerâmicas de construção romanas.

9 – Coelho, 1928, p. 38.

198 – LAMEIRAS

1 – Habitat romano ?

2 – Lameiras, Ranhados, Viseu.

7 – Zona actualmente urbanizada?

9 – Alarcão (1988, p. 61) inclui esta estação no catálogo das estações romanas. No entanto, a informação de José Coelho refere-se a telha canelada tipo Teivas e a cerâmicas muito grosseiras, não hesitando em classificar alguns fragmentos como medievais. Parece-nos, pois, que nada nos autoriza a colocar ali uma estação romana.

Não encontrámos ninguém que nos soubesse localizar este lugar.

10 – Coelho, 1949, p. 47; Alarcão, 1988a, p. 61.

199 – QUINTA DO CHANTRE.

1 – *Villa* romano/medieval.

2 – Quinta do Chantre, Jogueiros, Ranhados, Viseu.

3 – 40° 38' 55"

4 – 01° 13' 30"

5 – 480

6 – 189

7 – Quinta com casas em que há materiais reaproveitados. Encosta virada a sudeste.

8 – José Coelho fala de um miliário anepígrafo que existiria nesta quinta, atribuindo-o a uma estrada que ligaria Viseu ao Sul. Refere ainda pedras com aparelho romano reaproveitadas em construções recentes.

Nos terrenos da quinta apanham-se tégulas, ímbrices romanos e cerâmicas várias romanas.

A norte das casas de habitação, uma necrópole com cinco sepulturas antropomórficas escavadas na rocha.

9 – Coelho, 1949, p. 45-47; Alarcão, 1988a, p. 59; Alarcão, 1989, p. 309.

200 – QUINTA DE S. CAETANO.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta de S. Caetano, Ranhados, Viseu.

3 – 40° 39' 10"

4 – 01° 13' 55"

5 – 480

6 – 189

7 – Terrenos a nordeste do Lar da Misericórdia e a oriente da casa da Via-Sacra. Abrange uma zona já urbanizada: confina com a estrada de Mangualde. Encosta virada a sul.

8 – Cerâmicas de construção romanas e fragmentos informes de cerâmica doméstica.

9 – Inédita.

201 – QUINTA DE S. IVO.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta de S. Ivo, Ranhados, Viseu.

3 – 40° 39' 00"

4 – 01° 14' 00"

5 – 470

6 – 189

7 – Quinta bem cultivada, com muitas árvores de fruta. Terrenos em meia encosta, virados a sul.

8 – Terão ali aparecido mós e cerâmicas várias. Actualmente, apanham-se raros fragmentos cerâmicos porque os terrenos foram muito revolvidos.

9 – Inédita.

202 – RANHADOS.

1 – Habitat romano.

2 – Ranhados, Ranhados, Viseu.

3 – 40° 38' 55"

4 – 01° 13' 20"

5 – 480

6 – 189

7 – Cultivam-se a vinha e árvores frutícolas. Encosta virada a sudeste.

8 – Fragmentos de tégulas, ímbrices e cerâmica doméstica.

9 – Inédita.

203 – SANTA EULÁLIA.

1 – *Villa*(?), santuário(?).

2 – Santa Eulália, Repeses, Ranhados, Viseu.

3 – 40° 38' 40"

4 – 01° 13' 00"

6 – 189

7 – Capela recentemente restaurada, situada em terrenos com ligeira inclinação a sul.

8 – José Coelho (1949, p. 35 – 42) fala de uma sepultura descoberta a cerca de 100 m. a norte da capela, quando se procedia à surriba do terreno para o quartel. Trata-se de uma sepultura escavada no saibro, com pedras laterais e uma pedra única na cobertura. Não continha espólio, mas, acrescenta José Coelho, que as pedras eram reaproveitadas de outras construções.

Pela descrição parece que a sepultura de Santa Eulália se poderá associar pela sua forma de construção às sepulturas da necrópole altomedieval da cidade de Viseu.

Noutro trabalho, José Coelho (1943, p. 11) classifica como miliários dois troncos de coluna que ainda se encontram a suportar o alpendre da capela de Santa Eulália. Não cremos que se trate de dois marcos, mas sim de duas colunas.

Recentemente, mais um elemento veio enriquecer a já importante estação arqueológica que ali se situava: quatro monumentos epigráficos de que tratamos noutro lugar [n^{os} 11, 12, 13 e 14].

Pensamos que todos estes elementos se poderão relacionar, não sendo estranhos uns aos outros. Assim, na época romana, existiria ali um pequeno santuário, quiçá no próprio lugar da capela ou muito próximo. Estas colunas fariam parte integrante do edifício sagrado. Posteriormente, nos finais do Império, quando *Albucelaincus* foi substituído pelos santos cristãos e os monumentos do seu culto abandonados, estes foram reaproveitados nas construções entretanto feitas e dedicadas aos novos patronos, neste caso concreto Santa Eulália, um culto que remonta ao século IV e que, em muitos casos, substituiu o culto às divindades aquáticas ou relacionadas com a água (Diez Velasco, 1987, p. 66).

Na *villa* ou habitat situado muito perto, os novos tempos trouxeram nova maneira de encarar as coisas e, abandonadas as habitações, as pessoas foram sepultadas em túmulos feitos com as pedras arrancadas dos lugares pagãos.

9 – Coelho, 1943, p.11; Coelho, 1949, p.36-41.

204 – ANTIGOS OU CORREDOURA.

1 – Via e habitat romano.

2 – Antigos ou Corredoura, Gumiei, Ribafeita, Viseu.

3 – 40° 44' 09"

4 – 01° 08' 00"

5 – 450

6 – 177

7 – Terrenos de cultivo, numa zona plana.

8 – Há os restos de uma via romana ainda lajeada. Nos terrenos, à esquerda desta, apanha-se cerâmica de construção e doméstica comum. A estação situava-se nos terrenos da quinta da Corredoura, servida pela via principal II.

9 – Inédita.

205 – LUSTOSA

1 – Miliários.

2 – Lustosa, Ribafeita, Viseu.

6 – 177

8 – Figueiredo (1953, p. 49) e, na sua pegada, Alarcão (1988, p. 57) falam de dois miliários anepígrafos. O que é certo é que ninguém se lembra de ali terem existido esses marcos.

9 – Figueiredo, 1953, p. 49; Alarcão, 1988a, p. 57.

206 – FORNELA

1 – Habitat romano.

2 – Fornela, Travassós de Cima, Rio de Loba, Viseu.

3 – 40° 40' 46"

4 – 01° 15' 03"

5 – 470

6 – 178

7 – Em terrenos bem expostos ao sol, virados a sudoeste, em zona onde ainda hoje existem bons terrenos agrícolas.

8 – Destruída pela passagem da estrada IP5. Ficava à direita do cruzamento desta com a estrada do Sátão. José Coelho refere o aparecimento de tégulas, tijolos e fragmentos de cerâmica que classifica como romanos.

9 – Coelho, 1927d.

207 – GERMUNDO

1 – Habitat romano.

2 – Germundo, Travassós de Cima, Rio de Loba, Viseu.

9 – Não conseguimos localizar este lugar em Travassós de Cima. Parece-nos, todavia, que devemos confiar na informação do Dr. José Coelho que percorreu todos os caminhos de Travassós de Cima. Relata ali o aparecimento de tégulas, tijolos e fragmentos de cerâmica que classifica como romanos.

Alarcão (1988, p. 58) refere uma estação sob a entrada "Travassós de Cima" dizendo que se reconhece ali uma via romana. Deve haver confusão com Travassós de Orgens, onde efectivamente existe um troço de via romana (Senhora do Crasto). Baseia-se na informação de Moreira de Figueiredo (1953, p. 58) e este refere simplesmente Travassós; vendo, no entanto, a sequência indicada para a via temos de concluir que se trata de Travassós de Orgens.

A cerâmica referida por Alarcão, baseado em Correia (1979, p. 631) pode ser proveniente de qualquer das estações de Travassós de Cima, Fornela ou Germundo, uma vez que o Dr. José Coelho deve ter visitado as duas estações.

9 – Coelho, 1927d.

208 – PONTÃO DO RAPOSO.

1 – Habitat romano (?).

2 – Pontão do Raposo, Gumirães, Rio de Loba, Viseu.

3 – 40° 40' 10"

4 – 01° 14' 00"

5 – 440

6 – 178

7 – Os terrenos situam-se na margem esquerda do rio Pavia, junto à Quinta da Carreira, 50 m. a montante do Pontão. Terrenos de cultivo, sujeitos a forte urbanização.

8 – Cerâmica romana e um triente visigótico de Recaredo. José Coelho diz que estes objectos apareceram a uma profundidade de 2,5 a 3 metros, quando se pesquisava o terreno à procura de estanho. Isto mostra que alguma coisa que subsista está muito fundo, debaixo da camada de aluviões depositada pelo rio. Hoje, é impossível confirmar o que ali poderia existir, uma vez que o terreno foi todo revolvido.

A localização próxima da cidade e da necrópole da Capela de S. Pedro da Esculca levam-nos a pensar que talvez na margem esquerda se pudesse localizar uma *villa* equivalente à que existia na margem direita do rio, ladeando a estrada que ali passava.

9 – Coelho, 1949, p. 4; Cruz, 1981, p. 184; Alarcão, 1988a, p. 58.

209 – QUINTA DO VISO.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta do Viso, Quinta do Viso, Rio de Loba, Viseu.

3 – 40° 39' 00"

4 – 01° 14' 50"

5 – 500

6 – 189

7 – A Quinta do Viso é hoje um bairro de Viseu, zona totalmente urbanizada.

8 – Escreve o Dr. José Coelho que o proprietário da Quinta do Viso lhe dissera que ali tinham aparecido "pedras, *tegulae* e outros cacos" (Coelho, 1928, p. 38). Fala ainda da existência de um castrelo, baseando-se, para isso, na boa posição estratégica do lugar que defenderia a via romana que ia para Mangualde.

Hoje, é impossível confirmar esta informação, uma vez que tudo deve ter sido destruído pelas construções. Se em relação à estação romana não temos dúvidas em aceitar a sua existência, já o mesmo não cremos em relação a um pequeno castro: nem a topografia, nem a localização nos parecem propícias, pois é um sítio demasiado plano e pouco alto.

9 – Coelho, 1928, p. 38; Alarcão, 1988a, p. 59.

210 – QUINTA DAS FELGUEIRAS.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta das Felgueiras, Santa Maria, Viseu.

3 – 40° 38' 46"

4 – 01° 12' 05"

5 – 480

6 – 189

7 – Terrenos de cultivo na parte baixa. Água abundante. Os terrenos de cultivo situam-se num pequeno vale entre duas pequenas elevações onde hoje há casas de habitação.

8 – Arroteamentos recentes alteraram completamente a fisionomia do lugar, notando-se que os próprios rochedos foram destruídos e arrastadas as pedras para outros sítios. Apesar disso, vimos ainda fragmentos de cerâmica doméstica, muitos tijolos e um fragmento de tégula.

9 – Inédita.

211 – QUINTA DAS MESURAS.

1 – *Villa romana.*

2 – Quinta das Mesuras, Santa Maria, Viseu.

3 – 01° 13' 05"

4 – 40° 39' 00"

5 – 483

6 – 189

7 – Zona urbanizada, constituindo um bairro da cidade de Viseu. É o espaço compreendido entre o cemitério e a circunvalação. Boa exposição a sul.

8 – Aqui terão aparecido "mós, cacos vários de vasos e de telhas e telhões", diz o Dr. José Coelho (1927a), e pedras com aparelho romano.

Há poucos anos apareceu um tronco de coluna que ainda ali se encontra.

9 – Coelho, 1927a.

212 – CANELAS.

1 – *Villa romana.*

2 – Canelas, S. Cipriano, Viseu.

3 – 40° 39' 10"

4 – 01° 10' 20"

5 – 420

6 – 177

7 – A estação situa-se no meio da povoação.

8 – Há enormes blocos almofadados reaproveitados na construção da capela e que apareceram quando ali foram feitas obras, há poucos anos. Há ainda sete troncos de coluna e uma base de uma ara [nº 115]. Há uns anos, foi descoberta uma pequena construção que poderia ser, pela descrição feita, um forno. Ainda vimos a entrada, em arco redondo feito com tijolos e um pavimento sobre ele. Foi tudo destruído antes que tivesse podido ser investigado.

9 – Inédita.

213 – QUINTÃS.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta das Quintãs, S. Cipriano, Cipriano, Viseu.

3 – 40° 38' 47"

4 – 01° 09' 30"

5 – 446

6 – 188

7 – Grandes vinhas que aproveitam a boa exposição ao sol. Encosta virada a sul.

8 – O Dr. José Coelho (1941, p. 455) refere o aparecimento de tégulas e ímbrices, de dois pesos de pedra e de um moinho de mão, em 1929. O peso de pedra deverá ser o que se encontra na colecção que tem o seu nome, sob o nº JC – 79 – 32.

Actualmente existem ali pedras reaproveitadas nos muros da igreja – dois blocos almofadados (123 x 41 x 38 e 42 x 46 x 44) – e apanha-se cerâmica pelas vinhas, incluindo *sigillata* hispânica apesar das surribas profundas que fizeram o revolvimento total dos terrenos e provocaram, certamente, a destruição da estação.

9 – Coelho, 1941, p. 455-456.

214 – CASA DOS GOMES.

1 – *Villa* romana/medieval.

2 – Casa dos Gomes, S. João de Lourosa, S. João de Lourosa, Viseu.

3 – 40° 36' 20"

4 – 01° 13' 35"

5 – 445

6 – 189

7 – Terrenos de cultivo: batata, forragens, vinha. Terreno plano, com a casa de habitação situada a sul.

8 – Seis troncos de coluna e, nos campos cultivados, fragmentos de tégula e tijoleiras. Há uma sepultura escavada na rocha.

9 – Inédita.

215 – QUINTA DA CAPELA.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Quinta da Capela, Lourosa de Baixo, S. João de Lourosa, Viseu.

3 – 40° 36' 30"

4 – 01° 14' 40"

5 – 390

6 – 189

7 – Terrenos de cultivo.

8 – Duas sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. Nos terrenos em redor, muitas cerâmicas de construção e comuns de vários tipos.

9 – Pedro, 1989, p. 82; Pedro, 1990a, p. 25; Marques, 1991.

216 – QUINTA DO CRUZEIRO.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Quinta do Cruzeiro, Oliveira de Barreiros, S. João de Lourosa, Viseu.

3 – 40° 36' 00"

4 – 01° 12' 45"

5 – 400

6 – 189

7 – Quinta com construções modernas. Cultiva-se a vinha e há aveleiras e oliveiras. Virada a sul, sobranceira ao rio Dão.

8 – Três sepulturas escavadas na rocha, junto ao Cruzeiro, fora da quinta; na quinta, há duas outras semi-destruídas.

Apanha-se cerâmica de construção e doméstica em abundância numa zona restrita da quinta e, ainda para lá da quinta, num sítio chamado "a Pisca".

Dizem os proprietários que, numa mina, há nichos escavados nas paredes. Não se pode confirmar esta observação, porque a mina está inundada de água.

9 – Inédita.

217 – QUINTA DO GIESTAL.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta do Giestal, Oliveira de Barreiros, S. João de Lourosa, Viseu.

3 – 40° 36' 00"

4 – 01° 12' 30"

5 – 410

6 – 189

7 – Quinta bem cultivada, em encosta sobranceira ao rio Dão, virada a sul e ocidente. A principal produção é o vinho.

8 – Há quatro sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. Desde há muitos anos que ali se fazem achados, tendo o Dr. José Coelho anotado nos seus manuscritos o aparecimento de cerâmicas e um piso.

Guardam-se na quinta alguns troncos de coluna e mós ali encontrados há muitos anos em surribas para vinha.

Em certas zonas da vinha, apanha-se cerâmica doméstica e de construção.

9 – Inédita.

218 – QUINTA DA PREPITA.

1 – *Villa* romana e medieval.

2 – Quinta da Prepita, Oliveira de Barreiros, S. João de Lourosa, Viseu.

3 – 40° 35' 40"

4 – 01° 13' 15"

5 – 410

6 – 189

7 – Quinta em que se cultivam principalmente a vinha e árvores de fruto. Tem uma posição estratégica excepcional, sobranceira ao rio Dão e dali se contempla a Serra da Estrela. Virada a sudeste.

8 – Nos seus manuscritos, o Dr. José Coelho refere o aparecimento de vasos de barro e de um mosaico de que ninguém tem ideia. Por outro lado, parece bastante estranho que, sabendo o Dr. José Coelho a importância de um achado destes, não lhe tivesse nunca feito referência em nenhuma das suas publicações.

Na "Coleção Arqueológica Dr. José Coelho", existe, contudo, um peso de tear (JC – 79 – 187) que tem unicamente a proveniência de Oliveira de Barreiros. Seria proveniente daqui? (Correia, 1979, p. 24). Alarcão (1988, p. 61) refere também este peso, baseado na mesma informação.

Continua-se a apanhar ali muita tégula e cerâmica doméstica, sobretudo nas encostas a norte e a este.

Há ainda nove sepulturas escavadas na rocha, algumas delas antropomórficas, e covas quadradas noutra penedo.

9 – Inédita.

219 – QUINTA DE S. DOMINGOS.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta de S. Domingos, Coimbrões, S. João de Lourosa, Viseu.

3 – 40° 37' 25"

4 – 01° 15' 00"

5 – 460

6 – 189

7 – Pinhal ao cimo da quinta; o resto do terreno está com árvores de fruto. Virada a sudeste.

8 – Embora hoje se não apanhe ali nada, há muitos anos apareceram mós manuárias redondas e telhas grossas ao surribar os terrenos para as vinhas, no dizer de antigos caseiros.

9 – Inédita.

220 – QUINTA DA SENHORA DO RIBEIRO. – Est. XXXVIII e XXXIX.

1 – *Villa* romano/medieval.

2 – Quinta da Senhora do Ribeiro, Lourosa de Baixo, S. João de Lourosa, Viseu.

3 – 40° 36' 45"

4 – 01° 15' 45"

5 – 290

6 – 189

7 – Terrenos de cultivo: milho, batata, árvores de fruta. Encosta virada a Sul.

8 – Pelos terrenos da quinta apanha-se muita cerâmica doméstica e de construção. Reaproveitados em muros e paredes das casas e palheiros, há mais de uma dúzia de pedras almofadadas e sete troncos de coluna com 35 cm de diâmetro.

Marques (1991, p. 39) refere um túmulo antropomórfico medieval com uma cruz grega insculpida no topo, que se guarda na quinta.

9 – Inédita.

221 – ASSENTO DO TURCO.

1 – Necrópole romana.

2 – Ribeirinha / Assento do Turco, Lamaçais, S. Pedro de France, Viseu.

3 – 40° 43' 20"

4 – 01° 20' 20"

5 – 560

6 – 178

7 – Pinhal e terrenos de cultivo.

8 – Tégulas, que estão guardadas no Museu Paroquial da Queiriga. Faziam parte de sepulturas, situadas à beira de um caminho vicinal; uma delas tem o dígito *P*.

Alarcão (1988a, p. 59) chama a esta estação simplesmente "Assento". No entanto, o nome que o povo dá ao lugar é "Assento do Turco".

9 – Cunha, p. 11; Alarcão, 1988a, p. 59.

222 – BASSIM.

1 – Habitat romano.

2 – Bassim, S. Pedro de France, Viseu.

3 – 40° 42' 40"

4 – 01° 21' 55"

5 – 450

6 – 178

7 – Pequena povoação situada em encosta virada a sul.

8 – Vê-se metida numa parede uma pedra almofadada (144 x 44) e noutras casas pedras com sinais do fórfex.

9 – Cunha, p. 9.

223 – CANDEEIRAS.

1 – *Villa* romana.

2 – Candeeiras, Guimarães, S. Pedro de France, Viseu.

3 – 40° 41' 40"

4 – 01° 19' 50"

5 – 420

6 – 178

7 – Terrenos com árvores de fruto, vinha, cereais e batata. Junto à estação passa uma linha de água. Boa exposição a sudoeste.

8 – Dizem que, há uns anos, apareciam pedras trabalhadas enterradas. Vêm-se ainda fragmentos de tégula, cerâmica doméstica romana e fragmentos de tijoleira. Num muro está metido um fragmento de um tronco de coluna com 30 cm.

9 – Inédita.

224 – CORREDOURAS.

1 – Habitat romano.

2 – Corredouras, Guimarães, S. Pedro de France, Viseu.

3 – 40° 42' 00"

4 – 01° 19' 40"

5 – 500

6 – 178

7 – Há vinhas, pinhais e oliveiras. Terrenos saibrados recentemente; granitos muito friáveis.

8 – Apanham-se fragmentos de tégula e cerâmica doméstica comum romana muito fragmentada.

9 – Inédita.

225 – QUELHA DO ESPORÃO.

1 – Habitat romano (?).

2 – Quelha do Esporão, Casal de Esporão, S. Pedro de France, Viseu.

3 – 40° 43' 30"

4 – 01° 22' 20"

5 – 600

6 – 178

7 – Muitos pinhais, castanheiros, vinha. Ao fundo passa um ribeiro.

8 – Encontra-se cerâmica grosseira e doméstica. Devem colocar-se algumas reservas em relação à romanização deste lugar, uma vez que o tipo de cerâmica não parece absolutamente conclusivo.

9 – Inédita.

226 – PARADINHA.

1 – Inscrição romana.

2 – Paradinha, S. Salvador, Viseu.

3 – 40° 38' 15"

4 – 01° 12' 00"

5 – 460

6 – 188

8 – Inscrição funerária desaparecida [nº 74].

As coordenadas são respeitantes à povoação.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

227 – QUINTA DA RAMALHOSA.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Quinta da Ramalhosa, Repeses, S. Salvador, Viseu.

3 – 40° 39' 00"

4 – 01° 12' 03"

5 – 450

6 – 189

7 – Quinta, em parte urbanizada, situada em encosta virada a nordeste. Parte da quinta está ainda cultivada.

8 – Em 1941, diz o Dr. José Coelho (1941, p. 189), era frequente o aparecimento de tégulas, ímbrices e tijoleiras, o que mostra a ocupação romana do lugar. Refere ainda aquele arqueólogo que ali encontrou um machado de pedra.

Actualmente encontra-se ainda o mesmo tipo de elementos cerâmicos referidos. Há uma lagareta escavada na rocha.

9 – Coelho, 1941, p. 189; Alarcão, 1988a, p. 59.

228 – QUINTA DA SERRA

1 – Habitat romano.

2 – Quinta da Serra, Vildemoinhos, S. Salvador, Viseu.

3 – 40° 38' 17"

4 – 01° 11' 8,5"

5 – 470

6 – 188

7 – Terrenos de cultivo em encosta.

8 – Há poucos anos, apareceram ali cerâmicas de construção romanas, tijolos vários, cerâmica comum romana.

9 – Coelho, 1941, p. 372; Alarcão, 1988a, p. 61.

229 – ESCULCA. – Est. XL.

1 – Necrópole romana.

2 – Esculca, S. José, Viseu.

3 – 40° 20' 27"

4 – 01° 14' 00"

5 – 470

6 – 178

7 – Foi vinha e hoje é um terreno com pinhal e mata, mesmo junto às casas. Encosta suave virada a sul. A estação situa-se junto à capela da Esculca.

8 – Mesquita de Figueiredo (1898) fala do aparecimento de cerâmica de construção e pesos de tear junto à capela de S. Pedro da Esculca.

Perto da capela, já na encosta descendente sobre a Quinta da Carreira, foram encontradas, nos anos quarenta, sepulturas de vários tamanhos, segundo o testemunho de pessoas que assistiram à descoberta. Isto aconteceu quando se fizeram as surribas para as vinhas em terrenos que hoje são novamente pinhais.

Actualmente, apanha-se cerâmica doméstica e de construção, em pequena quantidade, nesses mesmos terrenos.

Se é quase certo que a necrópole se situava a sudeste, como parece ter que depreender-se destes testemunhos, já a *villa* ou pequeno povoado se situariam um pouco mais para sudoeste, nos terrenos da actual Quinta de S. Pedro. Com efeito, é aqui que se apanha maior quantidade de cerâmicas e há mesmo umas alminhas feitas com um tronco de coluna antigo reaproveitado.

9 – Figueiredo, 1898, p. 238; Alarcão, 1988a, p. 58.

230 – FONTE VELHA.

1 – Habitat romano.

2 – Fonte Velha, S. Tiago, S. José, Viseu.

3 – 40° 40' 20"

4 – 01° 14' 50"

5 – 450

6 – 178

7 – Zona que está a ser urbanizada. Fica perto da Cava de Viriato. Meia encosta virada a sudoeste.

8 – Há uns anos, apareceram ali mós e muita cerâmica de construção. As construções actuais destruíram tudo o que ali existia.

9 – Inédita.

231 – QUINTA DA CARREIRA. – Est. XLI.

1 -

2 – Quinta da Carreira, S. José, Viseu.

3 – 40° 39' 55"

4 – 01° 14' 50"

5 – 450

6 – 178

7 – Bairro residencial da cidade de Viseu.

8 – Fica situado na saída ocidental da cidade, à esquerda, quando se vai para o Sátão.

9 – O Dr. José Coelho refere que havia ali um templo romano, tendo descoberto vários troncos e bases de coluna que publica. Uma das colunas está, actualmente, erguida à entrada do bairro.

Amorim Girão (1925, p. 32-33) fala destas colunas pondo a hipótese de terem pertencido a um qualquer edifício da cidade de Viseu. Posição idêntica é assumida por Alarcão (1989, p. 30-31).

A coluna em causa é igual à descoberta nos alicerces da basílica paleocristã de Viseu. Assim, parece que a origem das colunas poderá ser a mesma. Teriam as bases da coluna sido trazidas da zona da Sé actual?

A investigação que fizemos a este propósito leva-nos a concluir que as colunas da Quinta da Carreira teriam vindo de uma zona da cidade. Com efeito, uma pessoa amiga que conheceu o sr. José do Canto, proprietário dos terrenos onde José Coelho viu as colunas, garantiu-nos que ele dizia que tinham sido trazidas da cidade, de um quintal próximo da Rua Direita. Por outro lado, a Quinta da Carreira pertenceu aos condes de Santa Eulália. Ora, os condes de Santa Eulália possuíam em Viseu uma casa junto ao arco do Soar, a chamada Casa dos Melos. Por conseguinte, era perfeitamente possível que eles próprios tivessem levado as colunas da cidade para a a sua quinta.

Assim, teremos que concluir que razão tiveram Amorim Girão e Jorge Alarcão ao colocarem reservas à sua proveniência da Quinta da Carreira. Seriam do *forum* da cidade?

Em face do exposto, deveremos riscar a Quinta da Carreira da lista dos lugares romanos do concelho de Viseu.

10 – Girão, 1925, p.32-33; Coelho, 1941, p. 386-387; Coelho, 1950, p. 359-363; Alarcão, 1989, p. 30-31.

232 – QUINTA DO DIAS. OU DOS CARVALHOS.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta do Dias ou dos Carvalhos, S. Tiago, S. José, Viseu.

3 – 40° 40' 05"

4 – 01° 14' 15"

5 – 450

6 – 178

7 – Terrenos de cultivo, hoje abandonados, em encosta virada a sudoeste. Confina com a Quinta de S. Pedro e fica sobranceira à Cava de Viriato.

8 – Nos seus manuscritos, o Dr. José Coelho indica que teriam aqui aparecido cerâmicas várias, uma coluna, um peso de lagar, uma sepultura coberta com uma laje. Hoje o mato cobre tudo, vendo-se apenas alguns fragmentos cerâmicos.

Já depois de redigida esta ficha começou a ser aberta (1992) uma estrada para S. Tiago que destruiu a estação: à superfície, apanhava-se imensa cerâmica de vários tipos: tégulas, poucos ímbrices, cerâmica comum e *sigillata* sudgálica e hispânica, cerâmica cinzenta fina.

9 – Inédita.

233 – QUINTA DE S. PEDRO.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta de S. Pedro, Esculca, S. José, Viseu.

3 – 40° 40' 00"

4 – 01° 14' 55"

5 – 450

6 – 178

7 – Encosta virada a sul. Terrenos de cultivo e outros abandonados.

8 – Na Quinta de S. Pedro, situada entre as estações 235 e 236, encontram-se à superfície tégulas e cerâmicas de construção. Há ainda um tronco de coluna que serve de base a uma cruz.

Seria a *villa* a que pertencia a necrópole da Esculca?

9 – Figueiredo, 1898, p. 238; Alarcão, 1988a, p. 58.

234 – QUINTA DA TAPADA.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta da Tapada, S. José, Viseu.

3 – 40° 39' 53"

4 – 01° 12' 29"

5 – 450

6 – 178

7 – Quinta agrícola situada a sudoeste, a meia-encosta.

8 – Nos terrenos aparecem fragmentos de cerâmica doméstica e de construção.

9 – Inédita.

235 – ÁGUA AFONSO. – Est. XLII.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Água Afonso, Routar, Torredeita, Viseu.

3 – 01° 05' 30"

4 – 40° 38' 00"

5 – 450

6 – 188

7 – Matas de carvalhos e pinhal. Há muita vegetação e silvas que cobrem quase completamente as sepulturas.

8 – Oito sepulturas escavadas na rocha. Nos terrenos à volta, muita cerâmica de construção (tégulas, ímbrices e tijoleiras) e doméstica comum.

9 – Girão, 1923, 4; Girão, 1933, p. 123.

236 – MAGARELAS.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Magarelas, Torredeita, Viseu.

3 – 40° 45' 20"

4 – 01° 08' 10"

5 – 350

6 – 188

7 – Terrenos de cultivo, árvores (castanheiros, carvalhos) e vinha.

8 – Ao surribar os terrenos, apareceram muitos fragmentos cerâmicos, que ainda se vêem à superfície: tégulas e cerâmicas domésticas.

Junto à capela há três sepulturas escavadas na rocha.

9 – Inédita.

237 – SANTO ESTEVÃO.

1 – Habitat romano.

2 – Santo Estevão, Escouras, Torredeita, Viseu.

3 – 40° 37' 30"

4 – 01° 07' 55"

5 – 360

6 – 188

7 – Terrenos de cultivo.

8 – Cerâmicas várias e mós que as pessoas guardam na povoação.

9 – Inédita.

238 – VIL DE SOUTO.

1 – Miliário.

2 – Vil de Souto, Vil de Souto, Viseu.

6 – 177

8 – Figueiredo fala de um miliário cristianizado, adiante de Vil de Soito, no cruzamento para Masgalos e Sampaio. Não existe, actualmente, pelo que não podemos confirmar esta informação.

9 – Figueiredo, 1953, p. 36 e 48; Alarcão, 1988a, p. 58.

239 – PEDRA DO ALTAR. – Est. XLIII.

1 – Habitat romano-medieval.

2 – Pedra do Altar, Vila Chã de Sá, Vila Chã de Sá, Viseu.

3 – 40° 36' 05"

4 – 01° 10' 25"

5 – 397

6 – 188

8 – Uma sepultura e uma lagareta escavadas na rocha e aparecem restos de cerâmica de construção e doméstica nos terrenos em redor.

9 – Vaz, 1987, p. 42; Pedro, 1989, p. 82; Pedro, 1990a, p. 25; Marques, 1991.

CONCELHO DE VOUZELA

240 – CORGO.

1 – *Villa* romano/medieval.

2 – Corgo /Quinta do Areal / Alagoa, Fataúncos, Vouzela.

3 – 40° 43' 25"

4 – 01° 03' 58"

5 – 300

6 – 177

7 – Terrenos de cultivo, pinhais e vinhas. A povoação de Fataúncos está agora a estender-se para este lado.

8 – A. Girão fala de mós e colunas que teriam aqui sido encontradas, juntamente com moedas muito oxidadas e outros objectos (Girão, 1923). Diz a tradição que era aqui o antigo povoado de Fataúncos que se chamava "Folgososa".

Os achados dos tempos passados ficaram na recordação das pessoas e, assim, diz-se que na Quinta do Areal, junto ao Corgo, teria sido encontrada uma canalização em pedra.

Actualmente, acham-se fragmentos de tégulas, ímbrices, cerâmicas domésticas e pedras trabalhadas. Em casas da povoação, no Reguengo, um lugar de Fataúncos, mesmo em frente da estação, há muitas pedras almofadadas e outras pedras trabalhadas reaproveitadas nas paredes das casas.

Há ainda uma sepultura escavada na rocha, num afloramento granítico, numa vinha.

9 – Girão, 1923; Figueiredo, 1953, p. 31-32; Alarcão, 1988, p. 58.

241 – PASSAL.

1 – Habitat romano/medieval.

2 – Passal, Fataúncos, Fataúncos, Vouzela.

3 – 40° 43' 13"

4 – 01° 03' 05"

5 – 330

6 – 177

7 – Zona coberta de mato rasteiro, pinhais e alguns terrenos de cultivo. Quinta antiga da paróquia de que se conserva ainda uma fonte do século XVIII.

8 – Três estelas redondas foram levadas para o adro da igreja paroquial. Há ainda uma pedra com losangos gravados e uma outra com o jogo do moinho. Apareceram reaproveitadas num tanque entretanto destruído.

Apanha-se cerâmica doméstica e de construção. A cerâmica doméstica é cinzenta e laranja, podendo ser romana e tardo-romana.

9 – Inédita.

242 – QUINTA DA CRUZ. – Est. XLIV.

1 – Habitat romano.

2 – Quinta da Cruz, Real das Donas, Figueiredo das Donas, Vouzela.

3 – 40° 43' 56"

4 – 01° 05' 05"

5 – 350

6 – 177

7 – Terrenos de cultivo numa leve depressão atravessada por uma pequena linha de água. Cultivam-se milho, árvores de fruto e culturas hortícolas.

8 – Moedas romanas, mós manuais, fragmentos de vasos de cerâmica, ímbrices, um machado de pedra, uma faca e pregos. Apareceram ainda restos de construções que pareciam fornos de fundição.

Os terrenos foram todos surribados e profundamente revolvidos, pelo que não se apanham hoje quaisquer vestígios.

9 – Figueiredo, 1959; Alarcão 1988a, p. 58.

243 – QUINTA DO PAÇO.

1 – *Villa* romana.

2 – Quinta do Paço, Moçâmedes, Moçâmedes, Vouzela.

3 – 40° 43' 52"

4 – 01° 06' 53"

5 – 355

6 – 177

7 – Quinta bem cultivada, em encosta virada a sul.

8 – Segundo o Dr. José Coelho teriam aparecido pesos de tear e pedras com letras cujo paradeiro se desconhece. Um peso de tear conservou-se na sua colecção (JC, 79, 179) (Correia, 1979, p. 627).

Este sítio aparece designado como "Moçâmedes" em Alarcão (1988, p. 58).

9 – Figueiredo, p. 32; Correia, 1979, p. 627; Alarcão, 1988a, p. 58.

244 – CARVALHAL DO ESTANHO.

1 – Miliário.

2 – Carvalho do Estanho, Queirã, Vouzela.

3 – 40° 43' 03"

4 – 01° 05' 15"

5 – 460

6 – 177

8 – Miliário anepígrafo [nº 104].

9 – Inédito.

245 – CARVALHAL DO ESTANHO

1 – Necrópole romana.

2 – Carvalho do Estanho, Queirã, Vouzela.

3 – 40°43' 00"

4 – 01°05'28"

5 – 470

6 – 177

7 – A povoação actual assentará sobre o povoamento romano.

8 – Necrópole com 24 sepulturas de granito e tijolo, junto à capela, conhecida desde 1941 (Alarcão, 1988, p. 58).

Ao que nos dizem, logo à entrada da povoação, indo de Moçâmedes, também apareceram sepulturas, fragmentos cerâmicos, mós e pedras trabalhadas.

A via romana, via principal III, passava junto à capela, precisamente onde se encontrou a necrópole.

Face a estes achados, teremos que presumir a existência de um povoado na época romana, de tal forma que existiam duas necrópoles e uma delas bastante grande, à beira da estrada. Com efeito, entre os dois lugares há uma distância de 500 m. em linha recta e, sendo assim, não é crível que se tratasse de uma única necrópole.

A razão de ser deste povoado residirá na exploração do estanho. Como o próprio nome indica, a exploração do estanho constituiu uma actividade importante desta zona durante muito tempo, o que certamente aconteceria já na época romana.

9 – Coelho, 1941, p. 388; Figueiredo, 1953, p. 32; Alarcão, 1988a, p. 58.

246 – MINAS DA BEJANCA.

1 – Necrópole romana.

2 – Minas da Bejanca, Carvalhal do Estanho, Queirã, Vouzela.

3 – 40° 43' 55"

4 – 01° 05' 10"

5 – 450

6 – 177

7 – Minas de estanho, hoje completamente abandonadas.

8 – Apareceram sepulturas cobertas com ímbrices que tinham letras: U, F, A e S (Cruz, 1981, p. 164).

O objecto da "Colecção Arqueológica Dr. José Coelho" JC 79 – 194 é, provavelmente, proveniente deste mesmo lugar (Cruz, 1981, p. 163). Trata-se de um vaso datável do século I ao III (Correia, 1979, p. 630).

9 – Coelho, 1941, p. 388; Correia, 1979, p. 630; Cruz, 1981, p. 163,

247 – CORGAS ROÇADAS.

1 – Inscrição rupestre.

2 – Corgas Roçadas/As Torres, Vermilhas, Carvalhal de Vermilhas, Vouzela.

3 – 40° 39' 10"

4 – 00° 59' 35"

5 – 840

6 – 187

7 – Zona de grandes rochedos graníticos e um ou outro lameiro. Há ainda grandes matagais.

8 – Inscrição gravada num penedo [nº 31]. Não há vestígios de qualquer estação romana perto deste lugar.

9 – Indicada na inscrição.

248 – ESTRADA.

1 – Inscrição rupestre.

2 – Estrada, Vermilhas, Carvalhal de Vermilhas, Vouzela.

3 – 40° 39' 00"

4 – 00° 59' 50"

5 – 860

6 – 187

7 – Grandes penedos, matagais e lameiros onde se cria gado bovino.

8 – Grande penedo com inscrição [nº 78]. Tal como nas Corgas Roçadas, não se conhece nenhuma estação romana próxima.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

249 – REGADINHA

1 – Inscrição romana.

2 – Regadinha, Abelheira, Carvalhal de Vermilhas, Vouzela.

3 – 40° 38' 30"

4 – 00° 58' 55"

5 – 187

6 – 890

7 – Mato, alguns pinheiros e alguns terrenos agrícolas próximos constituem o ambiente natural do penedo onde está gravada a inscrição.

8 – Inscrição rupestre [nº 79]. Não se conhecem outros achados nas proximidades.

9 – Indicada no estudo da inscrição.

250 – MOURAL / QUINTA DO SABUGUEIRO.

1 – Habitat romano.

2 – Moural, Quinta do Sabugueiro, S.Miguel do Mato, Vouzela

3 – 40° 42' 20"

4 – 01° 04' 20"

5 – 430

6 – 177

7 – Quinta bem cultivada com boa exposição a sul.

8 – Apareceram tégulas, ímbrices e canalizações de cerâmica (Coelho, 1941, p. 429).

No sítio chamado Moural ou Engenho, dentro da quinta, apanha-se muita escória de fundição e alguns restos cerâmicos.

9 – Coelho, 1941, p. 429; Alarcão, 1988a, p. 58.

251 – PAÇOS DE VILHARIGUES. – Est. XLV e XLVI.

1 – Castro romanizado.

2 – Castro, Touça/Paços de Vilharigues, Vilharigues, Vouzela.

3 – 40° 42' 08"

4 – 01° 00' 18"

5 – 607

6 – 177

7 – Monte sobressaindo na paisagem. Cobertura vegetal de pinhais e mato. Fica sobranceiro à Touça e a Paços de Vilharigues.

8 – É um castro enorme rodeado por várias muralhas. Nalguns pontos parece chegar a ter cinco muralhas. Duas delas são feitas com pedras perfeitamente imbricadas. Parecem notar-se ainda os restos de uma rua, com muros laterais. Há muitas plataformas que deviam ser de assentamento das habitações; outras são fortificadas pelos quatro lados: núcleos familiares?

A sudeste, há um pequeno vale que seria fortificado dos lados ocidental e oriental com muralhas. O monte parece ter sido cortado propositadamente neste vale: será uma antiga pedreira ou antes um fosso? Só escavações que ali se realizassem poderiam definir o tipo de estruturas ali existente.

Pelos terrenos, apanha-se cerâmica doméstica e de construção romana em abundância.

9 – Girão, 1921, p. 32; Silva, 1986, p. 107.

252 – SENHORA DO CASTELO.

1 – Castro romanizado / Sepulturas escavadas na rocha.

2 – Senhora do Castelo, Vouzela, Vouzela.

3 – 40° 43' 10"

4 – 01° 02' 15"

5 – 537

6 – 177

7 – Esporão granítico coberto de pinheiros. No cume tem uma capela dedicada à Senhora do Castelo e um retransmissor de televisão.

8 – É um castro em que nunca se fizeram escavações. A muralha, em parte destruída pela instalação do retransmissor de televisão, não percorria todo o perímetro do castro, uma vez que, do lado sul, a defesa faz-se naturalmente pois o declive é demasiado acentuado, sendo muito difícil de escalar.

À superfície, apanham-se fragmentos de cerâmicas tipicamente castrejas e romanas.

Deve ter continuado a ser habitado na Alta Idade Média: a meio da encosta, já fora do perímetro muralhado, há duas sepulturas antropomórficas escavadas na rocha.

9 – Girão, 1921, p. 32; Girão, 1933, p. 123; Silva, 1986, p. 107.

253 – VOUZELA.

1 – Ponte e via romanas.

2 – Vouzela, Vouzela.

6 – 177

7 – A ponte fica dentro da vila de Vouzela.

8 – Entre Vouzela e Vilharigues, a estrada ia pela passagem de nível, subia à estrada nacional que a decalca quase ininterruptamente até Vilharigues; depois, seguia a Santiaguinho, passando ao sul da Sernadinha.

Em Vouzela aponta-se muitas vezes a ponte como sendo romana. Nada temos que confirme ou desminta esta atribuição. Uma coisa é certa: em Vouzela passava a via romana que foi utilizada até há pouco tempo. Que a via era importante também não pode duvidar-se, uma vez que ali foi encontrado um miliário de Tácito [nº 105].

9 – Figueiredo, 1953, p. 50; Vaz, 1987, p. 35-38; Alarcão, 1988a, p. 57.

INSCRIÇÕES

INSCRIÇÕES VOTIVAS

1

Est. XLVII

Ach.: Fornos de Algodres. Fornos de Algodres.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia. Nº E 6160.

Ara de granito que apareceu, segundo Leite de Vasconcelos, ao desmoronar-se uma parede de uma capela em Fornos de Algodres.

É estranho que esta ara seja o único vestígio romano aparecido na vila de Fornos de Algodres, uma vila de fundação recente. Por outro lado, existe em Ínfias a tradição popular de ali ter existido um templo dedicado a Júpiter e ali se localiza uma estação romana (nº12). A tradição do templo a Júpiter mantém-se até aos nossos dias, apesar de a única inscrição ali existente ser dedicada a Mercúrio [nº 8]. Assim, será razão para nos interrogarmos se esta ara não teria provindo de Ínfias, sendo reutilizada na parede de uma capela quando ali se fizeram obras no século XVI.

Na verdade, a ara contém, na parte posterior, outra inscrição que recorda, certamente, obras realizadas na capela: *Dida/cus me / fecit / .1596 a/nos* (Vasconcelos, 1897a, p. 225 e 231).

O capitel apresenta o frontão triangular e vestígios do fóculo, redondo e toros. Separa-se do fuste por uma dupla gola. A base tem o mesmo motivo decorativo.

Dimensões: 53 x 19 x 18.

I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / PROCILLA / CAMALI / F(ilia) VOT/VM S(olvi).

A Júpiter Ótimo Máximo, Procela, filha de Camalo, cumpriu o voto.

Letras: 1: 4; 2: 3,5; 3: 4; 5: 4.

Espaços: 1: 1,3-1,8; 2: 0,7; 3: 0,7-1,5; 4: 1,3; 5: 1,7; 6: 2,3-2,8.

Vasconcelos, 1897a, 3, p. 225, nota; p. 231, fig. 102; Garcia, 1991, p. 392-393.

A onomástica repete nomes aparecidos noutras zonas da *civitas*. *Procela* integra-se na família etimológica de *Proclia*, (Penalva do Castelo [nº 64]), não vendo, por isso, necessidade de admitir qualquer erro neste nome (Vasconcelos, 1897a). *Camalus* é nome lusitano relativamente frequente na *civitas*.

2

Est. XLVIII

Ach.: Passos, Mangualde, Mangualde.

Paradeiro: Sede da Associação Cultural Azurara da Beira, Mangualde.

Pequena árula de granito de grão médio. O fóculo, perfeitamente circular, está bem conservado no centro da cabeceira. O capitel tem toros, bastante desgastados, sobretudo o do lado direito. Tem vestígios do frontão triangular, atrás e à frente. A base está bastante destruída, mas notam-se ainda os restos de um filete que a decorava.

18 14,5
Dimensões: 32,5 x 15,5 x 12,5
7,5 14,5

Campo epigráfico: 16,5 x 15,5.

I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / S(acrum) · S(?) · / · A (?) · A(nimo) L(ibens) P(osuit).

Consagrado a Júpiter Ótimo Máximo. S... A... colocou de livre vontade.

Letras: 3,5 - 4,5.

Espaços: 0,5 - 3,5

Gomes, 1986; Gomes, 1992, p. 91-92.

Não conhecemos os nomes do(a) dedicante, uma vez que aparecem abreviados apenas com duas ou três letras, sendo muitas as hipóteses possíveis para o desdobramento das abreviaturas. O primeiro *S* pode ser interpretado como ligado à fórmula e então será lido como *S(acrum)*, forma por que optamos. Se o interpretarmos como fazendo parte do nome, teremos que considerar o dedicante como um cidadão romano, portador dos *tria nomina*, que esconde a sua identificação por detrás das abreviaturas. Mesmo interpretando o primeiro *S* como ligado à fórmula inicial, restam-nos dois nomes, o que significa que se trata, em último caso, de um indígena romanizado.

3

Est. XLIX

Ach.: Quintela de Azurara, Mangualde, Viseu.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia. Nº 16366

Árula de granito de grão médio, com um aspecto bastante rude. Apresenta-se danificada ao longo de todo o lado esquerdo. Tem a cabeceira arredondada, devido a desgaste, não se notando vestígios de fóculo nem de volutas ou toros.

A decoração é constituída por um filete duplo a delimitar o campo epigráfico na parte superior e um filete simples na parte inferior.

Dimensões: 28 x 16,5 x 10.

Campo epigráfico: 15,5 x 16,5.

IOVI / OP(*timo*) M(*aximo*) / AVENT(*inus*) / [A(*nimo*)] L(*ibens*) V(*otum*) P(*osuit*).

A Júpiter Ótimo Máximo, Aventino colocou de bom grado.

Letras: 3

Espaços: ± 1

Silva, 1978, p. 33; Dias, 1986, nº 90; Garcia, 1991, p. 393.

Não oferece dificuldades de leitura. Assinale-se o nexa *NT*, na l. 3.

A gravação indicia dificuldade no manuseamento dos instrumentos do lapicida. O *O* não é perfeitamente redondo, o *V* tem o ângulo arredondado e o *M* apresenta uma última haste muito inclinada. A paginação é rude, com espaço a sobrar no final da 1ª linha.

A abreviatura da invocação *OP M* é rara, encontrando-se apenas um paralelo em Sanfins (Brandão, 1963, p. 232-235).

O cognome *Aventinus* não é frequente no mundo romano. Aparece mencionado 39 vezes no CIL (Kajanto, 1982, p. 183). Kajanto inclui-o entre os nomes de origem geográfica, derivando-o do *Mons Aventinus* de Roma.

Na Península Ibérica conhecem-se apenas mais três exemplares: perto de Guimarães (CIL II 2406), em Pollentia, na Tarraconense (CIL II 3702) e em Mérida (CIL II 501). Na Quinta de Marim (Olhão) aparece a forma feminina *Avintina* (Encarnação, 1984, 41).

Tendo em consideração que se trata de um cognome latino, aqui usado em contexto indígena, deveremos concluir que estamos perante um caso de apropriação de um cognome latino por parte de um indígena.

Manuela Alves Dias (Dias, 1986) situa esta ara no século II ou III.

4

Ach.: Termas de S. Pedro do Sul, Várzea, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Desconhecido.

A inscrição encontrava-se embutida na parede de uma casa, à saída da ponte, na margem esquerda (Sousa, 1840). O mesmo autor diz que a pedra tinha cerca de três palmos de comprimento por palmo e meio de largura, encontrando-se a inscrição deitada. Tratava-se certamente de uma ara.

REVCAL / IVS TVRO/IBI F(*ilius*) VO/TVM IOVI SOLVIT.

Reucálio, filho de Turoibo, cumpriu o voto a Júpiter.

Sousa, 1840; CIL II 420; Figueiredo, 1953, p. 160; Brandão, 1959, p. 262; Santos, 1967, p. 294-296; Garcia, 1991, p. 394.

Variantes: l. 2: IVRO (Sousa, 1840, CIL II; Figueiredo, 1953); l. 3: LB.I.B (Viterbo); L. B. T. (Figueiredo, 1953); l. 5: SOLVE (Sousa, 1840; Figueiredo, 1953).

A reconstituição que apresentamos é feita com base nas leituras dos dois autores que viram a pedra, Sousa e Viterbo. Diferimos de Viterbo apenas na 3ª linha, pois corrigimos a letra *P* para *F*, por considerarmos *Turoibi* como patronímico.

Texto simples que obedece às regras romanas: indicação do oferente, patronímico, nome da divindade e fórmula final.

Reucalius é um nome desconhecido do onomástico romano; o mesmo se pode dizer do patronímico *Turolibus* ou *Turoibus*. Para este existem, porém, nomes semelhantes: *Turoius* (Solín e Salomies, 1988, p. 192) e os *Lares Turolici*, (CIL II 431).

O culto a Júpiter justifica-se pela romanização que se verifica nas Termas de Lafões, onde os Romanos construíram um edifício termal que chegou até aos nossos dias.

5

Est. L

Ach.: Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Museu de Grão Vasco. S/ n/.

Placa de granito de grão fino, votiva e funerária, encontrada na parede da torre que serve hoje de residência paroquial da paróquia de Santa Maria de Viseu. Apresenta-se fracturada dos dois lados.

Dimensões: 47 x 47 x 18

SACRVM IO[VI] ... / ... [IN HON]OREM ... / ... [S]TRABONIS ... / ... MEMMIA ...

Consagrado a Júpiter..., em honra de ... Estrabão... *Memmia* ...

Letras: 1: 6-6,5; 2: 5,5-6,5; 3: 6,5; 4: 6,5.

Espaços: 1: 5; 2: 4,5; 3: 3,5 - 4; 4: 3,5 - 4; 5: 4.

Coelho, 1941, p. 440; Vaz, 1983, p. 733; Encarnação, 1989, p. 318; Garcia, 1991, p. 548.

A gravação é cuidada. O *O* e o *I* de *Strabonis* são mais pequenos que as outras letras, demonstrando uma preocupação de elegância na distribuição das letras pela lápide. Na l. 1 vê-se ainda o começo de uma letra, um *O* e daí a reconstituição *IOVI*.

O homenageado ostenta um cognome latino e estaria ligado à *gens Memmia*, "gente importante na história de Roma", como lhe chama José d'Encarnação (1989, p. 318). *Strabo* é cognome antigo já existente em Roma na época republicana (Solin 1977, p. 134).

A epígrafe estava reaproveitada, como se disse, numa parede da zona antiga da cidade de Viseu. Poderia, pois, ter feito parte de um monumento que estaria integrado no próprio lugar de culto a Júpiter, sendo mais um elemento votivo do que propriamente funerário.

Encontramos um paralelo para esta inscrição em S. Bartolomeu de Messines (CIL II 8 e IRCP 60), onde aparece a dedicatória *in memoriam* numa epígrafe que era um pedestal de uma estátua de Júpiter. Uma coisa, no entanto, nos parece provável: na acrópole da cidade poderia situar-se um templo onde a placa se integraria.

Atendendo aos elementos paleográficos, colocamos esta inscrição nos finais do século I da nossa era.

6

Est. LI.

Ach.: Castro da Ucha, Figueiredo de Alva, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 615.

Ara de que se conserva apenas parte da metade superior. Tem ainda uma voluta do lado direito e um orifício no sítio do fóculo, feito por ocasião de um reaproveitamento posterior.

Dimensões: 20 x 17 x 11.

MART(is) / GENIO / DEPEN/ORI ...

Ao Génio de Marte, os Depenori...

Letras: 4,5.

Figueiredo, 1953, p. 160; Encarnação, 1975, p. 190; Vaz, 1987b; Vaz, 1988, p. 9-11.

Tem sido apresentada como contendo o nome de um Génio, divindade protectora da etnia dos *Depenori*. No entanto, observando bem a ara, verificamos que tem o capitel gravado, como já Encarnação se apercebera, embora sem avançar com uma leitura (Encarnação, 1974, p. 190).

Apesar do desgaste sofrido pela gravação, apenas há dificuldades de leitura na linha do capitel. Vemos ali um *M* nítido a que se segue um *A* grafado em nexa com um *R*, seguido de um *T*.

Trata-se da dedicatória a uma divindade local identificada com o Marte romano. Não é caso único em Portugal a dedicatória ao *Genio Martis*: há um paralelo em Caldas de Vizela (CIL II 2407), onde o Génio de Marte aparece entre cerca de vinte outras divindades, sendo algumas delas também génios de divindades romanas.

Da etnia nomeada na inscrição, que habitaria no próprio povoado da Ucha, nada sabemos.

7

Est. LI.

Ach.: Mosteiro de Fráguas, Mosteiro de Fráguas, Tondela.

Paradeiro: Igreja de S. Salvador, Mosteiro de Fráguas.

Fragmento de ábula de granito de grão muito fino, foi encontrada nas obras de remodelação da igreja, servindo de esteio a um dos altares laterais. O capitel, muito destruído, apresenta ainda o fôculo circular e vestígios das volutas ou toros que o decoraram. O campo epigráfico separa-se do capitel por um cordão e uma gola directa.

A metade inferior da ábula desapareceu, com a fractura.

Dimensões: 28 x 17,5.

MAR(ti) / V(otum) S(olviŕ).

A Marte cumpriu o voto.

Letras: 5,5

Vaz, 1980, p. 201-205; Alarcão, 1988, p. 60; Garcia, 1991, p. 523.

A gravação é funda, em bisel e a letra é do tipo capital quadrada, o que nos sugere uma datação do séc. I.

O pouco que resta da inscrição não permite uma interpretação final, podendo seguir-se outras hipóteses: MAR/[I]VS ou MAR/[C]VS. No entanto, inclinamo-nos para uma dedicatória a Marte.

8

Est. LII.

Ach.: Torre da igreja de Ínfias, Ínfias, Fornos de Algodres.

Paradeiro: Torre da igreja de Ínfias, Ínfias, Fornos de Algodres.

Lápide votiva encastrada numa parede da torre da igreja de Ínfias. Sempre ali esteve, no dizer das pessoas. Ao ser ali posta, foi cortada para o campo epigráfico ficar em relevo, ficando com uma espécie de moldura rebaixada em relação às letras.

Dimensões: 40 x 26.

DEO / MERCVRI[O] / APONEVS / SOSVMV[S] / A(nimo) · L(ibens) · V(otum) · S(olvit) .
Ao deus Mercúrio, Apónio Sósumo, cumpriu o voto de bom grado.

Letras: 1: 4,3-4,5; 2: 4,5; 3: 4-4,5; 4: 4; 5: 5.

Espaços: 1: 4,3-4,5; 2: 4,5; 3: 0,3-1; 4: 0,3-1; 5: 0,5-1,5; 6: 8,5.

Variantes: I. 3: *Aponius* (CIL; Vasconcelos); I. 4: *Somaus* (ILER 260).

Viterbo, 1984; CIL II 425; Vasconcelos, 1897, III, p. 273; Figueiredo, 1953, p. 167; ILER 260; Coelho, 1958, p. 4; Marques, 1988, p. 48; Garcia, 1991, p. 429.

Aponeus é seguramente uma variante de *Aponius*, gentílico presente em cerca de uma dúzia de inscrições na Península (ILER, p. 660). *Sosumus* aparece registado apenas duas vezes: em Alcalá de Henares (CIL II 5856), onde é nome de liberta e no caso vertente. Será também o presente caso de um liberta que toma o gentílico *Aponius*? A omissão da filiação e a adopção de um cognome etimologicamente grego, levam-nos a pensar que assim será.

Est. LIII

Ach.: Termas de S. Pedro do Sul, Várzea, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Termas de S. Pedro do Sul.

Cipo de granito, com a forma de paralelepípedo, fracturado em toda a face esquerda, fractura mais acentuada a meio do monumento.

O campo epigráfico é bordejado por uma moldura em meia cana e sulco separador, o que dá ao monumento uma certa graciosidade.

Apesar da fractura, toda a inscrição se consegue reconstituir, excepto o *praenomen* do dedicante.

Dimensões: 160 x 60 x 50.

Campo epigráfico: 130 x 44.

MERCVRIO / AVGVSTOR(um) / AGVAECO / SACR(um) /⁵ [IN HO]NOREM / [...] MAGI(i) / [SAT]VRNINI . / [...M]AGIVS / [REB]VRRVS /¹⁰ [P]ATER ET / VICTORIA / VICTORILLA / MATER

O pai [...] Magio Reburro e a mãe, Victória *Victorila* consagraram a Mercúrio Aguaiço dos Augustos, em honra de [...] Mágio Saturnino.

Letras: 1: 7-7,5; l=2,5; 2: 7-7,5; R=3; 3: 5-6; 4: 6-7; 5: 6; N=2,5; 6: 5,5-6; 7: 6; l=7,5; 8: 6-6,5; 9: 6,5; 10: 6; 11: 6-7; 12: 6; L=7,5; 13: 6-6,5.

Espaços: 1: 1,8; 2: 3; 3: 3; 4: 0-1; 5: 1; 6: 1; 7: 1-1,5; 8: 1-2; 9: 1-1,2; 10: 1-1,7; 11: 1,3-1,7; 12: 0,5-1,5; 13: 1,5-2; 14: 21.

Figueiredo, 1958, p. 367-371; Brandão, 1959, p. 234-249; Encarnação, 1984a, p. 204; Encarnação, 1987, p. 27; Encarnação, 1989, p. 318; Garcia, 1991, p. 365.

A gravação é bastante cuidada, usando-se mesmo algumas letras inclusas: na l. 1 o *l*; na l. 2 o *R*; na l. 5 o *N*. Destacou-se o nome da divindade e seus epítetos com letras sobrelevadas, numa tentativa de acentuar o carácter sacro da dedicatória. É nítida uma prévia distribuição do texto, com todas as letras bem posicionadas em relação a um eixo de simetria.

Na l. 1, falta um *M* e o *l* está incluído no *O*. É de notar ainda o prolongamento da curvatura superior do *C* de modo a que o *V* toque naquela letra. Na l. 2, desapareceu a letra *A* e há um *R* incluído no *O*. Na l. 3, falta a primeira letra, *A*. A segunda letra é um *G*. Na l. 4, está a palavra *sacrum*, abreviada em *SACR*, tendo sido cortado o *S*.

A l. 5 inicia a segunda parte da inscrição, começando a identificação do consagrado e das pessoas que consagraram. Apresenta apenas *norem* que deverá reconstituir-se como [IN HO]NOREM, com o *N* incluso no *O*. Assinale-se, ainda, na l. 7, o nexu *NI*, na penúltima sílaba.

O monumento é simultaneamente votivo e funerário, como o de Viseu dedicado a Júpiter [nº 5]. Contrariamente àquele, aqui sabemos o contexto em que se integrava: termas de águas medicinais (nº 111).

Misturam-se nesta inscrição a onomástica indígena e a latina, numa simbiose que demonstra bem a latinização onomástica dos indígenas. *Reburrus*, de clara origem hispânica (Mantas, 1982), junta-se à humilde *gens Magia* (Encarnação, 1989, p. 318), com fraca presença na Península Ibérica¹. Curiosamente, reencontramos esta *gens* num local próximo das termas, numa inscrição aparecida no povoado fortificado de Pinho [nº 36]. Não parece, contudo, que haja qualquer parentesco entre os dedicantes dos dois monumentos. Em Pinho, é evidente um fraco estatuto económico dos dedicantes e um indigenismo acentuado. Ora, neste monumento, vemos um cidadão romano que parece fazer juz ao seu poder económico levantando um monumento imponente.

Algo, no entanto, poderá haver em comum entre as duas famílias: a aquisição do direito de cidadania fez-se pela sua entrada na *gens Magia*, pouco conhecida e "(ao que parece) humilde" na Península Ibérica, mas "uma das mais ilustres de Cápua", na Península Itálica (Encarnação, 1989, p. 318). A pouca distância existente entre Pinho e as Termas de Lafões leva-nos a pensar que à *gens Magia* pertenceriam colonos vindos certamente da Itália que aqui se estabeleceram, constituindo-se como núcleo importante na região. *Victoria* é gentílico claramente latino, tal como o é o cognome *Victorilla*, daquele derivado. Cognome laudatório lhe chama Kajanto (1982, p. 278).

Saturninus é um nome teofórico derivado de *Saturnus*, o nome divino mais frequente na onomástica pessoal do Império romano (Kajanto, 1982, p. 54, apresenta 2629 exemplares). Também na Península surge largas dezenas de vezes (CIL II p. 1091 e ILER, p. 744-745).

Será este cipo a confirmação de que na Península a presença de *sacrum* e da expressão *in honorem* confere às divindades augustas um carácter eminentemente tópico, como propõe Robert Étienne (1974, p. 346-349)?

Os elementos paleográficos presentes, cuidado posto na gravação, letras bem proporcionadas, *OO* bem redondos, *EE* com as hastes horizontais demonstram um estádio bem nítido de aculturação.

1 Haverá que acrescentar aos nomes indicados por Untermann (1965, mapa 53, p. 131-132) mais dois *Magii* de Três Minas (Parente, 1980).

A presença de letras de tamanhos diversos poderá ser um índice cronológico. Com efeito, quer em Conimbriga quer em Mérida, nos finais do séc. I aparecem inscrições em que as letras têm uma diversidade de alturas muito grande (Étienne, 1976, p. 49-51 e 69-70). Esta mesma razão levou Mantas (1988, p. 235) a classificar do período flávio as inscrições de Idanha-a-Velha e Bobadela que recordam os templos construídos por *C. Cantius Modestinus*. Ora, as Termas de Lafões (nº 111) sofreram um processo de remodelação nos finais do séc. I d. C.. Assim sendo, pensamos que esta inscrição datará precisamente dos finais do século I ou inícios do II, devendo, por conseguinte, ter sido ali colocada por alturas da primeira remodelação, ainda em época romana.

10

Est. LIV e LV.

Ach.: Lamas de Moledo, Castro Daire, Viseu.

Paradeiro: O mesmo.

Inscrição gravada num penedo que parece ter sido rolado após a gravação. A face epigrafada está virada a oeste. As letras são do tipo capital quadrada, bastante irregulares devido às rugosidades da pedra.

Dimensões da inscrição: 159 x 171.

RVFINVS ET / TIRO SCRIP/SERVNT / VEAMINICORI /⁵ DOENTI / ANC. OM /
LAMATIC.OM / CROVGAIMAGA/REAICOI· PETRANIOI R /¹⁰ ADOM· PORC.OM IOVEA /
CAIELOBRIGOI

Rufino e Tiro determinaram: os *Veaminicori* oferecem um *anc. lamatic.* a Crouga dos *Magareaicoi* e os *Petranioi* um porco *radom a lovea* dos *Caielobricoi*.

Letras: 1: 8,5-11,5; 2: 7,5-10,5; (O = 4); 3: 6-9; 4: 8,5-10; (O = 3); 5: 6,7-9; 6: 7,5; 7: 7,5-9; O = 5,5; 8: 7,5-9; 9: 8-11; O=5; 10: 8-11; (O = 5,5); 11: 9,5-10,5; (E= 8; O=5 e 5,5).

Espaços: 1?: 2: 2-4; 3: 0,5-2,5; 4: 1,5-2,5; 5: 1,5-2,7; 6: 0,5-4,3; 7: 1,6-2,5; 8: 1-2,5; 9: 2,5-3; 10: 1-3; 11: 0,5-1,5; 12: ?

Pereira, 1955, p. 121-122; Berardo, 1857, p. 2; CIL II 416 e p. 695; Hübner, 1871, p. 65; Girão, 1923a; Balmori, 1933, p. 78-119; Gomez Moreno, 1942; Azevedo, 1954, p. 1-40; Ramalho, 1954, p. XL-XLII; Tovar, 1967, p. 237-268; Albertos Firmat, 1975, p. 58; Tovar, 1980,

p. 228-253; Schmidt, 1980, p. 319-341; Correia, 1986, p. 102; Vaz, 1988; Vaz, 1988c; Alarcão, 1988, p. 162-164; Curado, 1989, p. 351-353; Garcia, 1991, p. 455; Vaz, 1992.

Variantes: l. 4: VEAMNICORI (Alarcão, 1988); l. 6. *ANGom* (Balmori); *ANUCOM* ou *AMVCOM* ou *ANCOM* (Curado); l. 7: *LAMATIGOM* (Alarcão); l. 8: Balmori e Gomez Moreno leram *CROUCEAI MAGA* (Balmori e Gomes Moreno); *CROUCEAI MACA* (Alarcão); l. 9: REAIGOI PETRANIOI T (Gomez Moreno, Balmori e Curado); l. 10: o último ponto é interpretado como: *T* (Gomez Moreno), *S* (Balmori); *I* (Albertos Firmat e Curado).

A inscrição distribui-se irregularmente pela face arredondada do penedo, com as primeiras linhas a ocuparem um pequeno espaço, quando comparadas com as últimas. As letras foram profundamente gravadas em bisel havendo, além dos muitos nexos, várias letras inclusas.

Como se verifica pelas variantes apresentadas, as principais dúvidas têm-se situado ao nível das letras *C* / *G*, devido à dificuldade em distinguir quando se trata de pontos no fundo da linha ou da pequena haste horizontal de um *G*.

Nas três primeiras linhas os nexos abundam, mas são de fácil leitura e desdobramento: *RVF* e *INVS* na l.1; *IR* e *IP* na l. 2 e *RVN* na l. 3. Na l. 4, existe o nexos *MIN* e, na 7, *AMA*. Nesta linha assinala-se ainda o *O* incluso no *C*, como, aliás na l. 9. Na l. 10, os *OO* são mais pequenos que as outras letras. Na l. 11, assinala-se o nexos *IE*.

É ao nível da interpretação que se registam as maiores divergências entre os epigrafistas. Condensámos as várias interpretações em trabalhos anteriores (Vaz, 1988c), pelo que iremos referir-nos apenas às interpretações surgidas após aqueles trabalhos.

Jorge Alarcão, em 1988, refere-se à inscrição integrando-a num estudo mais vasto dos penedos com consagrações a divindades indígenas do território português (Alarcão, 1988, p. 162-164). Considera que Rufino e Tiro foram as pessoas que gravaram a inscrição e «os *Veammnicori* consagraram o vale de Lamas ao deus *Crouceai Macareaigus* e que os *Petranioi* sacrificaram um porco a *Juppiter Caielobrigus*» (Alarcão, 1988, p. 163)

Em 1989, Fernando Curado, partindo da análise etimológica dos teónimos e da convicção de que se trata de uma tríade de deuses e não apenas de dois, faz uma interpretação dumeziliana, considerando que a inscrição recorda um *suovetaurilium*. As divindades seriam *Crouga Magareaicos*, divindade que zelava pela saúde e abundância, portanto de terceira função; *Petranios*, certamente de segunda função e *lovea*, o *Iuppiter* latino «deus maximus, supremus - e, portanto, da primeira função» (Curado, 1989, p. 356).

As três primeiras linhas não levantam qualquer problema de leitura. Sugerimos, no entanto, uma nova interpretação para o seu conteúdo. Tomando literalmente a palavra latina

scripserunt, poderíamos supor que Tirão e Rufino escreveram a inscrição pelo seu próprio punho. Não cremos que assim tenha sido e, se interpretarmos antes o verbo *scribo* por determinar ou, numa tradução mais livre, por officiar, aí surge-nos uma frase plena de sentido: Rufino e Tiro determinaram (que se fizesse um sacrifício) ou officiaram um sacrifício, aparecendo em seguida explicitados o objecto do sacrifício e as divindades a quem foram oferecidos. É curioso verificar que também em Arroyo de Cáceres (CIL II 738) aparece o verbo *scribo*, mas na primeira pessoa do singular do pretérito perfeito simples. Em Cabeço de Fráguas, pelo contrário, não surge verbo, tal como não aparecem outras palavras latinas.

De qualquer forma, não se pode duvidar de que se trata de uma inscrição votiva, face à sua comparação com a ara da Freixiosa [nº 26]. *CROVGAEI* equivale a *CROVGAE* indiciando-se mesmo um processo evolutivo: o *I* final de *Crougeai* de Lamas deu *E* na ara de Freixiosa. Esta evolução não é rara nas línguas e dialectos de origem indoeuropeia (Rodríguez Adrados, 1975), como seria aquele em que estas aras se incluem (Tovar, 1985, p. 249-250).

A outra divindade presente no penedo votivo de Lamas de Moledo, seria IOVEA, protectora dos *Caielobricoi*.

Sobre as ofertas aos deuses, pouco se pode adiantar. Se a *lovea* é oferecido um porco *radom*, a *Crouga* é ofertado um *anc* e um *lamatic*. Que significado têm *radom*, *anc* e *lamatic*? Balmori sugeriu que *lamatic.om* poderia ser um adjectivo em «**tico* +s do tipo *ligusticus* ou um adjectivo formado sobre o gentílico **Lamates*» (Balmori, 1935, p. 107). Todavia, não se apercebeu de que em *lamatic.om* há um ponto, separando-se a palavra do artigo *om* e o mesmo acontece em *Anc.om* e *porc. om*. Estas palavras serão certamente substantivos que designam as oferendas às divindades. Já nas linhas 9/10, *Radom* aparece sem ponto, em acusativo indoeuropeu. Assim, será um adjectivo qualificativo de *Porc-*. O porco oferecido teria alguma qualidade especial, "um porco *radom*": leitão, porco doméstico, porco criado ao ar livre, javali, porco-espinho, porco magro, porco gordo, porco de cobertura?...

A semelhança com as outras inscrições consideradas em dialecto lusitano é, em relação a esta questão, flagrante. Na inscrição do Cabeço de Fráguas aparece *oilam usseam* e *taurom ifadem*, sendo *usseam* e *ifadem* adjectivos de *oilam* e *taurom*. Assim, teremos uma ovelha de um ano e um touro de cobertura que são oferecidos, respectivamente, a *Trebaruna* e *Reve Tre...* (Tovar, 1985, p. 255 e 257 e Curado, 1989, p. 350).

Desde Balmori que *anc.om lamatic.om* tem sido interpretado como a oferta de um vale, o vale de Lamas. Pensamos antes que aquilo que é oferecido a *Crouga Magareaicoi*, não é uma terra, um vale, mas um animal criado na terra, num sítio pantanoso ou alagadiço. Sendo assim, *lamatic* também aqui terá o sentido que têm as palavras em que entra este radical, terras pantanosas ou alagadiças. O nome do animal estará, pois, em *anc*.

Com razão andou Fernando Curado ao considerar que *Lamatic* designava um animal doméstico, criado num lameiro (Curado, 1989, p. 352). Ora, se verificarmos que logo a seguir é citado o porco, será legítimo pensarmos que o animal criado na lama (no campo, num lameiro)

poderia ser um ovino ou um bovino. Também no Cabeço de Fráguas aparecem citados um ovino e um bovino e, portanto, é perfeitamente plausível que aqui sucedesse o mesmo.

Resumindo: as ofertas serão um porco *radom* a *lovea Caielobricoi* e dois animais (uma ovelha e um animal criado no campo) a *Crouga Magareaicoi*.

Do carácter das duas divindades nada podemos por enquanto dizer. Até agora, apenas Fernando Curado se aventurou a uma interpretação do carácter das divindades, nos termos expostos acima. Nada temos que contrarie ou confirme, de momento, aquela hipótese, aliciante, sem dúvida. *lovea* poderá identificar-se com o *Iuppiter* romano, o que mostra a importância da cerimónia ali realizada, pois é consagrada ao próprio pai dos deuses romanos cujo nome sofre uma adaptação ao dialecto local, através do alongamento da palavra.

Uma coisa é certa: as divindades aqui cultuadas seriam importantes no panteão indígena, pois são protectoras de etnias e o culto de *Crouga* estende-se por uma região bastante vasta.

As etnias protegidas eram os *Magareaicoi* para *Crouga* e os *Caielobricoi* para *lovea*. Nada sabemos destas etnias da Lusitânia central. Na toponímia local permanece, porém, a recordação destes dois povos: os *Magareaicoi* no topónimo Castro da Maga, situado no morro fronteiro a Lamas de Moledo e os *Caielobricoi* na povoação de Cela, também vizinha de Lamas. Em ambos os casos foi a primeira sílaba das palavras que deu origem aos topónimos.

Outro nome actual que se poderá ter originado a partir da inscrição é Coura, nome de rio e de povoação. É flagrante a semelhança fonética com *Cori*, da palavra *Veaminicori*.

Os povos ofertantes são dois: os *Veaminicori* e os *Petravioi*. Os primeiros fazem as suas ofertas a *Crouga*, dos *Magareaicoi* e os segundos a *lovea*, dos *Caielobricoi*. O nome dos dois povos está em nominativo do plural a concordar com o verbo *doenti*, equivalente ao latino *dant*. A raiz *Pet-* de *Petravioi* encontra-se em antropónimos indígenas (Albertos Firmat, 1966, p. 181) e mesmo em Lamas de Moledo no nome *Petobi* [nº 39].

A razão que levou os *Veaminicori* e os *Petravioi* a gravar o penedo em Lamas teria sido o facto de se situar na fronteira das duas etnias. Tentaremos localizar estes povos no capítulo dedicado ao povoamento.

Uma outra questão que se deve colocar para esta inscrição é a da sua cronologia. Balmori e Gomez Moreno situam-na no séc. II d. C. e Tovar não contradiz tal hipótese. No entanto, como ele acrescenta, «é aos arqueólogos que, estudando os vestígios anexos (altares anepígrafos, etc.), se remete a palavra» (Tovar, 1967, p. 244). Na sequência precisamente das palavras de Tovar, há um aspecto que deveremos salientar: o povoado mais próximo de Lamas de Moledo, o Castro da Maga (nº 7), deve ter tido uma romanização incipiente sendo abandonado bastante cedo. Ora, se admitirmos, como veremos, que este castro pode corresponder a um dos povos citados na inscrição, então verificamos que a inscrição tem que ser anterior ao séc. II d. C. E se o abandono deste povoado, como propomos à frente, tiver a ver com uma redefinição do território, então a inscrição rupestre de Lamas deverá ser do século I.

Se os dados paleográficos são de uso muito difícil na epigrafia rupestre, há um aspecto que já salientámos acima, a propósito da inscrição das Termas de Lafões e que também aqui poderia aplicar-se: a grande diferença do tamanho das letras. Corresponderá nesta inscrição também aos finais do séc. I?

Há outro aspecto ainda que deve ser tido em conta ao analisar esta questão: a sobrevivência do dialecto lusitano.

O orgulho do povo lusitano no seu dialecto era de tal ordem que surpreendeu os próprios Romanos e Tácito diz-nos que os aldeãos continuavam a usar o idioma pátrio². Uns anos antes de Tácito, Cícero falava das línguas hispânicas como algo de vivo e geral. Apesar desta sobrevivência, não cremos que ela chegasse ao séc. III d.C., pois a aculturação é um fenómeno bem nítido sobretudo ao nível dos testemunhos epigráficos. Serão, pois, as inscrições em dialecto lusitano muito mais antigas do que se tem pensado? Assim o cremos. No entanto, como diz A. Tovar, só a arqueologia pode vir a esclarecer esta questão. Só sondagens e escavações junto do penedo e no sítio da Fonte da Vila poderão trazer dados novos e definitivos para esta questão.

11

Est. LVI.

Ach.: Capela de Santa Eulália, Repeses, Ranhados, Viseu.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. S/ n/.

A existência de um orifício na parte superior (para suportar a imagem do deus?) faz-nos supor que se poderá tratar de um cipo e não propriamente uma ara de granito de grão fino.

Partida em três partes; apesar disso, em bom estado de conservação; a molduração e a inscrição foram ligeiramente afectadas.

O frontão apresenta uma moldura constituída por equino e escócia dupla, de ângulos rectos.

Dimensões: 75,7 x 33,5 x 27.

Campo epigráfico: 49,5 x 33,5

ALBVCEL/AINCO-/ EFFICACI / RVFINVS /⁵ RVFI F(*ilius*) / AELATIVS / V(*otum*)
L(*ibens*) S(*olvit*)

2 Balmori, 1935, p. 84, transcrevendo Tácito: "voce magna sermone patrio frustra se interrogari clamitavit".

Rufino Elácio, filho de Rufo, cumpriu de bom grado o voto a Albuclainco Eficaz.

Letras: 5,5-6.

Espaços: 1: 1,5; 2: ?; 3: 1,3-1,5; 4: 1-1,3; 5: 1; 6: 1; 7: 0-0,5; 8: 0,5-0,8.

Vaz, 1990b.

A gravação é perfeita, funda, em bisel. A distribuição do texto é homogénea, notando-se a presença de uma paginação prévia. Os *OO* são perfeitamente redondos e os *AA* bem proporcionados.

Albuclaincus é uma divindade conhecida apenas desta ara. Decompondo o nome, verificamos que contém os radicais *Alb Ocelum* e os sufixos *inus+icus*. Os radicais têm vida própria, entrando na formação de muitos antropónimos e topónimos. *Alb-* entra em nomes como *Albinus*, *Albonius*, *Albura* ou topónimos como Alpes, sendo considerado de origem celta (Firmat, 1966, p. 286-287) ou lígure (Lapesa, 1957, p. 27). Este radical aparece sempre com o significado de branco e ainda hoje nós empregamos a palavra "alvo" como sinónimo de "branco, puro". *Ocelum* é nome de povoações na época romana (Albertos Firmat, 1985a), mas entra também na composição de muitos topónimos antigos e actuais. Na região de Viseu encontramos em *Araocelum*, povoado romanizado junto de Mangualde, a que nos referiremos a propósito do povoamento e que se conhece de uma inscrição estudada mais abaixo [nº 83].

No século XVIII, em Vilar de Maçada, concelho de Vila Real, existia uma pedra, citada pelo pároco, onde apenas se distinguiam letras e algarismos romanos. O sacerdote conseguiu ler *ALBO CELO*. Hübner concluiu que se trataria de uma divindade, embora tenha posto algumas reticências (CIL II 2394b). Depois dele, todos os autores têm indicado este nome entre as divindades indígenas peninsulares³.

No entanto, não se tem atentado que o sacerdote diz que "se devizam haver mais letreiros e algarismos romanos". Ora, os algarismos compreendem-se muito mais numa inscrição funerária do que numa inscrição votiva. Outro pormenor importante é que Hübner escreve duas palavras *Albo + Celo* e, portanto, poderá muito mais facilmente tratar-se de dois nomes em dativo do que apenas um nome. Até que a inscrição reapareça, não se passará de meras hipóteses. Assim sendo, não poderemos dizer que a ara de Viseu vem confirmar a existência de uma divindade já anteriormente conhecida.

Poderemos ainda aproximar o nome da divindade *Alboco*, registado em Valongo (Silva, 1986, p. 287; García, 1991, p. 282).

3 Encarnação, 1975, p. 86, considera já que tudo o que se possa dizer sobre esta "divindade" é "meramente hipotético" parecendo duvidar do carácter votivo da pedra de Vilar de Maçada.

No *Itinerário de Antonino*, vias 24 e 26 aparece citada a cidade de *Albocela* ou *Albucela* que, segundo Tito Lívio, era uma cidade dos Vaqueus. Será a presente ara dedicada ao deus da cidade de *Albucela* ? A ser assim, a cidade a que o deus se refere será a mesma dos Vaqueus ou será uma outra cidade mais próxima de Viseu? Ou será *Albucelaincus* mais uma divindade de carácter nacional, tal como *Banda*, *Crouga* ou *Cosus* e, por isso mesmo adorada em vários lugares?⁴. Para já, conhece-se apenas este monumento indiscutivelmente ligado ao culto a esta divindade.

O epíteto *Efficax* não é conhecido de nenhuma outra inscrição mas estará relacionado com "força", "virtude, poder". *Albucelaincus* seria uma divindade a quem eram atribuídas determinadas virtudes ligadas à ideia de poder, de força.

Se a antroponímia não é desconhecida nesta região, já a forma de identificação é curiosa. Com efeito utilizam-se dois cognomes para identificar a personagem. *Rufinus* é cognome usado na Península, e na região de Viseu, com grande frequência⁵. Aqui surge com a função de *nomen*, quando ele é habitualmente *cognomen*. Esta disposição faz pensar que se tratará de uma inscrição dos princípios da romanização, quando os indígenas, já conhecedores das novas regras, ainda as não tinham assimilado totalmente. Esta ideia mais reforçada fica, se pensarmos que *Rufinus* é filho de *Rufus*, certamente um indígena.

O cognome *Aelatius* conhece-se uma única vez, na forma feminina *Elatia*, na zona de Valência (ILER 6274).

Atendendo às características paleográficas e à forma de identificação, atribuímos este monumento à primeira metade do século I d. C.

12

Est. LVI.

Ach.: Capela de Santa Eulália, Repeses, Ranhados, Viseu.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. S/ n/.

Ara de granito de grão fino, apresenta-se bastante deteriorada na parte superior. Notam-se ainda vestígios do fóculo. A moldura seria constituída por uma meia-cana entre dois filetes; na base, duas meias-canas, separadas por dois filetes.

4 Sobre este tema das divindades nacionais e regionais ver o que dizemos abaixo, no capítulo sobre a religião.

5 A propósito do cognome *Rufinus*, aqui empregado com a função de *nomen*, ver Vaz, 1986, p. 297-298.

A inscrição foi afectada levemente nas linhas 1 e 2, que, no entanto, conseguem reconstituir-se. Nas linhas seguintes, a primeira letra foi também cortada por reaproveitamento posterior.

Dimensões: 65 x 28 x 23,5.

Campo epigráfico: 40 x 28.

VAL[ERIVS] / PLACED[VS] / EXS ORTI [F]/ONTE SVB P(e)DE(um)/⁵ V(otum) M(erito) PO/SVIT.

Valério Placedo levantou (este) monumento, merecidamente, pelo aparecimento de uma fonte sob os seus pés.

Letras: 3,5-4.

Espaços: 1: ?; 2: 1; 3: 0,7-1; 4: 1; 5: 1-1,5; 6: 1,2-2; 7: 4,5-5.

Variantes: l. 4: SVRPDE (Vaz, 1990); l. 5: VM POSVIT (Vaz, 190).

Vaz, 1990.

A gravação das letras é bastante superficial, e não parece ter existido paginação prévia. Na l. 1 estariam 8 letras, enquanto que nas l. 5 e 6 havia apenas 4. A própria distribuição dos espaços livres é irregular, começando a gravação quase junto à moldura e deixando-se no fim um grande espaço em branco, 5 cm.

Anote-se o nexu *NT*, na l. 4, desnecessário em função do espaço deixado livre.

Quando publicámos esta inscrição pela primeira vez considerámos que "A interpretação desta inscrição levanta sérias dificuldades, pela interposição das letras *SNRP* ou *SVRP* na l. 4. Abreviatura que esconde o nome de um deus? abreviatura de uma fórmula, como parece provável? topónimo do lugar onde surgiu a fonte?". As dúvidas que então tínhamos parecem em grande parte resolvidas se admitirmos que na palavra *PEDE* deve faltar o primeiro *E* ou poderá estar em nexu com o *P*. Efectivamente o *P* tem um traço horizontal que pode representar a barra inferior do *E*. A fórmula final também não se conhece com esta forma, *V(otum) M(erito) P(osuit)*. Aparece *Votum Merito* (CIL II 3009) e *Votum Merito Libens Posuit* (Cagnat, p. 470). Será mais uma prova do conhecimento das fórmulas e da maneira de fazer dos Romanos, mas um uso ainda incipiente da língua.

Teremos, pois, o cumprimento de uma promessa feita pelo aparecimento de uma fonte no sítio pretendido pelo crente.

Pensamos que o cipo anterior, esta e as duas aras seguintes estariam juntas, dedicadas ao mesmo deus. Assim se compreende a ausência do teónimo nesta segunda ara: os dois

monumentos estavam colocados num pequeno *lararium* ou templo dedicado a esta divindade. Não seria, por isso, necessário recordar o teónimo em todas as aras⁶. Por outro lado, *Valerius Placedus* explicita as razões que o levaram a erguer aquele monumento: o aparecimento de uma fonte, a descoberta de uma nascente de água. *Albucelaincus Efficax*, aparece assim como o deus que fazia brotar as fontes, que tinha "força" para obrigar a terra a jorrar água. Será, pois, mais uma divindade a incluir na lista das divindades relacionadas com as águas e mais um monumento a incluir no rol das epígrafes votivas com omissão de teónimo.

Verifica-se a substituição do *I* pelo *E*, em *Placedus* que outras vezes ocorre (IRCP, 522, por ex.). *Placidus* não é estranho à região de Viseu, surgindo em Penalva do Castelo na forma feminina [nº 68].

Da *gens Valeria* temos dois exemplos em Cavernães [nºs 29 e 30], um em Candal (S. Pedro do Sul) [nº 56], e, curiosamente, em Paradinha, mesmo junto a Repeses onde apareceu esta ara [nº 74].

As características paleográficas e o seu achamento juntamente com o monumento nº 11, levam-nos a atribuí-la à primeira metade do século I.

13

Est. LVI.

Ach.: Capela de Santa Eulália, Repeses, Ranhados, Viseu.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. S/ n/.

Fragmento de ara de granito de que se conservou a metade direita da cabeceira. Não se notam quaisquer vestígios de fóculo. A separação entre o capitel e o fuste fazia-se por um chanfro directo.

19

Dimensões: 28 x 11 x ?

?

[...M]IVS / [...]ARI

6 A propósito da omissão dos teónimos em inscrições votivas, ver Encarnação, 1985.

Letras: 4-4,5.

Espaços: 1: 0; 2: 1,5; 3: ?

Vaz, 1990c.

Foi encontrada juntamente com as anteriores, pelo que presumimos que também seria votiva. No entanto, o que resta da inscrição faz-nos supor que no início estaria um nome em nominativo e o segundo em genitivo. Teríamos, pois, o dedicante e o patronímico. Deveremos concluir daqui que esta ara foge ao esquema habitual da indicação do teónimo em primeiro lugar ou então também aqui o teónimo não viria mencionado, como na ara de *Valerius Placedus* [nº 12].

A forma perfeita da ara, a gravação funda em bisel e, sobretudo, as formas do *S* e do *R* levam-nos a atribuir esta ara à primeira metade do século I.

14

Ach.: Capela de Santa Eulália, Repeses, Ranhados, Viseu.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu.

Apenas se conservou o capitel de uma ara de granito, sem inscrição. Apresenta o fóculo, frontão triangular e toros laterais.

Dimensões: 38 x 21 x 29

Bibliografia: Vaz, 1990c.

Incluimos este capitel aqui e não nos monumentos anepígrafos porque apareceu juntamente com os três anteriores [nºs 11, 12 e 13] e, portanto, consideramos que também seria votivo como eles.

15

Est. LVII

Ach.: Ponte Pedrinha, Castro Daire, Castro Daire.

Paradeiro: Museu do Carmo, Lisboa.

Árula de granito de grão grosso, achada em 1877, quando foi aberta a estrada Viseu-Castro Daire.

Apresenta ainda o fóculo, apesar do seu aspecto muito tosco, com toros e frontão gravados. O capitel tem dois semicírculos invertidos: representação lunar? Entre os lados da árula e os arcos de círculo há uma espécie de triângulo escavado, imitando um frontão. Na face, vê-se parte da inscrição e a figura de um quadrúpede.

A base, separada do fuste por um ressalto, é utilizada também para a gravação. A inscrição divide-se pela face principal e pela lateral esquerda. Na face direita, tem uma figura com uma lança na mão.

Dimensões: 30 x 12.

VOTV(m) / ARO L(ibens)/ A(nimo) S(olvi) // PATERA
Consagrou de livre vontade o seu voto a Aro // Patera.

Letras:2-4.

Figueiredo, 1887, p. 52-57; Vasconcelos, 1890; Vasconcelos, 1913; CIL II 5247; Teixeira, 1927, p. 16-17; Tovar, 1950, p. 181.; Blázquez Martinez, 1962; Encarnação, 1975, p. 108-110; Blázquez Martinez, 1975; Blázquez Martinez, 1983; Untermann, 1985, p. 344-345; Correia, 1986, p. 106-109; Dias, 1987; Fernández-Albalát, 1990, p. 327; Dias, 1991, p. 361-365; Garcia, 1991, p. 287.

Variantes: I. 2: AROL (Figueiredo); ARD (CIL); face lateral: APREAT (CIL, Sousa, Figueiredo); Dias (1990) faz uma leitura completa: VOTV(m) AROLA S(olvi); na face lateral lê: PATERA.

Tanto a leitura como a interpretação desta inscrição não obtiveram até hoje concordância entre os investigadores. Assim, Borges de Figueiredo integra a ara num culto em que o animal representado na face anterior seria sacrificado e considera a inscrição dedicada a *Arol* (Figueiredo, 1887, p. 53-57).

Leite de Vasconcelos considerou que a figura animal tanto poderia ser a representação da divindade, como o símbolo do próprio deus ou até a figura do dedicante (Vasconcelos, 1905, p. 314-315). A partir daí, todos têm aceitado que se trata de um quadrúpede, o porco ou o javali.

Outra questão que alguns têm posto é o carácter da palavra *Arus*, teónimo ou antropónimo? Até 1980, *Arus* foi sempre incluído nas listas das divindades pré-romanas até então publicadas. Nessa data, Jürgen Untermann propõe nova interpretação para a face anterior da árula (Untermann, 1985, p. 344-345): *Aro* não seria um teónimo, mas um antropónimo, em nominativo, mais um membro da família *Aro* e *Arro* com larga representação na Hispânia

indoeuropeia (Untermann, 1965a, p. 60-61). Sendo assim, o teónimo não estaria presente e seria mais um caso a juntar aos monumentos votivos com ausência de teónimo. O autor baseia ainda a sua argumentação no facto de existir um único testemunho e o teónimo se encontrar fora do lugar habitual, a seguir à palavra *votum*.

Blázquez Martínez, em 1983, continua a manter o teónimo entre as divindades indígenas (Blázquez Martínez, 1983, p. 263), na sequência de idêntica posição assumida em 1975 (Blázquez Martínez, 1975, p. 30). Vai mesmo mais longe e assimila esta divindade a Marte, baseado na figura existente no lado direito, que considera a representação de uma divindade guerreira.

Em 1985, Encarnação não incluiu este monumento na lista dos monumentos votivos com ausência de teónimo (Encarnação, 1985, p. 307-308), pressupondo-se, portanto, que continuava a considerar o nome como teónimo, na sequência do que fizera em 1975, apesar das reservas que nessa data já pusera ao "possível teónimo" (Encarnação, 1975, p. 108-110).

Em 1987, Manuela Dias apresentou uma nova proposta de leitura e interpretação de todo o monumento. Diz que na face principal deverá ler-se VOTV(m) AROLA S(*olvit*). Na face lateral esquerda deverá ver-se a palavra PATERA e, na face direita, a representação de Júpiter (Dias, 1987).

Em 1991, voltou a defender idêntica posição (Dias, 1991, p. 361-366).

Concordamos com Encarnação quando diz que "a respeito desta ara não se podem formular mais que hipóteses", mas apenas no que à interpretação iconográfica respeita. No que respeita a *Arus*, continuamos a incluí-lo entre os teónimos indígenas.

O facto de *Arus* aparecer uma única vez, argumento aduzido por Untermann, não pode ser invocado, ou então teríamos que excluir da lista dos teónimos a maioria dos nomes até agora considerados como tais, *Peintici*, *Besencla*... Essa é a situação mais frequente na área da *civitas* de Viseu.

Quanto ao facto de o teónimo surgir depois da palavra *votum* é um facto surpreendente, mas poderemos considerá-lo como mais uma anomalia a juntar a outras que se nos deparam na área em estudo.

A leitura de Manuela Dias (1991) complica uma inscrição que está de acordo com o formulário latino: nome da divindade em dativo e fórmula L A S.

Não vemos, pois, razões para riscarmos *Arus* da lista das divindades do panteão indígena peninsular.

Como já acentuou Figueiredo, a representação do porco é muito antiga na história do homem. É conhecida de todos a importância que o porco teve desde sempre na alimentação do homem, tendo sido mesmo um dos primeiros animais a ser domesticado. Assim, não admira que este animal tenha sido muito utilizado em sacrifícios e o seu estado de saúde fonte de contínuas preocupações para os seus proprietários.

A representação existente na árula de Castro Daire é, sem dúvida, um enigma insolúvel e só a existência de paralelos em contexto seguro poderão conduzir-nos a uma interpretação

satisfatória. Todas as interpretações que se possam formular não passam de meras hipóteses. Precisamente por isso, poderemos estar perante a representação de um animal curado pela intervenção de uma divindade, esculpida no lado direito da ara. É uma situação semelhante à da pessoa que ainda hoje vai à capela do seu santo preferido e ali deixa o retrato do seu filho ou do seu animal, como agradecimento por uma graça recebida.

Consideramos o problema da inscrição gravada no lado esquerdo ultrapassado, depois da interpretação de Manuela Dias (Dias, 1987, e Dias, 1991). Tratar-se-á do nome do objecto que ali deveria figurar, a pátera, escrito em círculo, como circular é o objecto.

Quanto à figura do lado direito cremos que se tratará da divindade. À primeira vista trata-se de Marte, armado de lança; no entanto, como bem demonstrou Manuela Dias, Marte deveria aparecer representado com a lança na mão direita e não na esquerda. Será Júpiter, como propõe? É provável; no entanto, não podemos esquecer que estamos perante um monumento enigmático e revelando um mau conhecimento das regras e objectos romanos, pelo que deveremos admitir antes que se trata de um deus indígena.

Em face da ruralidade deste monumento, não nos atrevemos a propôr-lhe uma cronologia.

16

Ach.: Pinho, Pinho, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Desconhecido.

A leitura, deficiente, que nos ficou é de Pereira, (1955 p. 100). Tem sido considerada como votiva, por causa da fórmula final *V A S*. Já este autor nos diz que a inscrição estava bastante desgastada, pelo que nem ele próprio conseguiu fazer a leitura completa.

[BAN]DE ALABAR(*aico?*) / SVLEN(*si*) AVITVS / [...] COHORTIS / [..]TIB(*erii*)
CLAUDI(*i*) / MODESTI V(*otum*) A(*nimo*) S(*olvit*)

A *Banda Alabaraico(?) Sulense(?)*, Avito, ... da coorte de Tibério Cláudio Modesto, consagrou de ânimo leve.

Pereira, 1955, p. 100; CIL II 403; Vasconcelos, 1913, II, p. 317; Blázquez Martínez, 1957, p. 57; Blázquez Martínez, 1962, p. 208-209; ILER, 771; Encarnação, 1975, p. 151-152; Blázquez Martínez, 1975, p. 51; Le Roux, 1982, p. 150 e 226; Roldán Hervás, 1976, p. 465; Vaz, 1987 b.

Variantes: Pereira faz a seguinte leitura: III De Al Abar / Sule Avitus / Ail. in cifer choz III / Al cem tib. Claudi / ao/desti V.A.S.

Hübner fez a seguinte reconstituição:

deae Cabar.../ Sul[picius] Avitus / [m]il(es) imaginifer chor(tis) III [G]all(orum) ce[n(turia)]
Tib. Claudi [M]od[e]sti v(otum) l(ibens) a(nimo) s(olvit).

A partir de Hübner todos têm considerado apenas a hipótese de leitura por ele apresentada, entrando *Cabar* na lista das divindades indígenas peninsulares. No entanto, não existe base de sustentação para esta ou outras hipóteses que venham a surgir, uma vez que a lápide desapareceu (Encarnação, 1975, p. 152).

Blázquez Martínez (1957, p. 57) considerou *Cabar* como uma divindade identificável com Minerva, pelo facto de ser dedicada por um militar. Repete o mesmo em 1962 (Blázquez Martínez, 1962) e em 1975 (Blázquez Martínez, 1975). Nesta última data acrescenta ao comentário à divindade que a leitura é duvidosa e atribui as letras ao século I da nossa era. Ora, como pode atribuir-se uma cronologia com base na paleografia, se a inscrição nunca foi vista por ninguém nos tempos modernos? Por aqui se vê a precaridade dos argumentos que se possam apresentar.

Nos vários momentos em que Blázquez Martínez se refere a esta inscrição, considera sempre *Cabar* identificável com Minerva, baseado na existência de uma *Minerva Cabardiensis* (CIL X 1301).

Na transcrição que acima fazemos, não nos atrevemos a dogmatizar uma interpretação definitiva da inscrição que já Botelho Pereira não conseguiu ler em condições, porque algumas letras estavam sumidas. Não se tem atentado, porém, que ele diz que no lugar das letras gastas coloca traços. É baseado nestes traços que Hübner reconstitui a coorte a que *Avitus* pertenceria. Mas não reparou que Pereira apresenta logo três traços no princípio da inscrição, onde estaria o nome da divindade e depois, sem hesitar, as letras *De*. Ora, sendo assim, teremos que procurar uma divindade cujo nome possa terminar em *de*, no dativo e cujo nome sejam três letras no princípio. Outra não poderá ser senão *Band-*, cujo culto bem se conhece em toda a *civitas* de Viseu. O facto de a ara ser dedicada por um militar apenas vem reforçar esta hipótese, pois, como hoje se sabe, *Banda* teria sido assimilado a Marte.

No segundo elemento desta inscrição terá, pois, que se procurar um epíteto de Banda, de origem étnica, como são todos os epítetos associados a este deus. Assim, as palavras *Alabar Sule* serão mais um epíteto de Banda. Para *Alabar* não temos paralelos perfeitos, mas existem na toponímia peninsular nomes semelhantes como, por exemplo, *Alaba* e *Alba* (CIL II, p. 1137).

Cícero (*De Natura Deorum*, 3, 50) cita uma cidade do Mediterrâneo Oriental chamada *Alabanda* ou *Alabandis*, cujos habitantes adoravam uma divindade com o mesmo nome⁷. Haverá alguma relação entre aquela divindade oriental e o epíteto de Banda de Pinho? Não o sabemos.

7 Diz Cícero: "...iam, vero, in Graecia multos habent ex hominibus deos, Alabandum Alabandi.."

O que é certo, é que poderemos estar perante um epíteto de Banda começado por *Ala*; não será descabido recordar que também o topónimo Alafões, aplicado à vasta região de S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades é considerado de origem árabe e contém o mesmo prefixo *Ala*-verosimilmente já presente nesta inscrição de Pinho.

Mais curioso ainda é o segundo elemento do epíteto, *Sule*, que Pereira não hesita em grafar desta maneira.

Jorge Alarcão pôs a hipótese de um *vicus* situado nas Termas de S. Pedro do Sul poder chamar-se *Aquae Sulis* (Alarcão 1989b, p. 307). Cremos que será este o topónimo presente na inscrição que estamos a tratar. A ara, "pedra levantada" lhe chama Pereira, seria consagrada em honra de *Banda*, protector de ... *Sulis*?. Assim, teremos explicada a existência, nas imediações, do topónimo Sul, nome da sede de uma das freguesias do concelho e da própria vila. Na época romana haveria uma povoação - *Aquae Sulis*? *Alabar Sulis*? - a cuja divindade protectora foi consagrada aquela ara por um militar licenciado que regressou à sua terra.

O nome da vila actual, S. Pedro do Sul, representará a cristianização do topónimo *Alabar Sulis*, prática tantas vezes seguida pela Igreja nos primeiros tempos do cristianismo: substituição dos cultos pagãos pelo culto cristão. Temos, pois, nesta inscrição mais uma sobrevivência de um teónimo na toponímia actual da região de Viseu.

Nas linhas 3 e 4 deveria estar certamente a indicação dos títulos militares do dedicante. Pereira, não tendo conseguido ler algumas letras no final da l. 3, põe três traços, que Hübner tomou como sendo a indicação *cohortis III Gallorum*.

O aspecto militar desta inscrição foi referido por Patrick Le Roux (1982, p. 226). Pondo dúvidas em relação à reconstituição feita por Hübner, aceita que será verdadeiro o nome do centurião *Tiberius Claudius Modestus*, datando-a, por isso, do último terço do séc. I.

A fórmula final *V A S* é tipicamente romana, embora não contenha o *L* de *libens*. Mesmo aqui, a Hübner pareceu que a fórmula não estava completa e por isso acrescentou-lhe *libens*.

Em face do que deixamos exposto, deverá riscar-se *Cabar* da lista das divindades indígenas peninsulares

17

Est. LVIII

Ach.: Castro da Ucha, Figueiredo de Alva, S. Pedro do Sul.
Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Nº 6172.

Ara de granito de grão bastante fino, apresenta uma cabeceira com fóculo quadrado, sem vestígios de toros ou volutas. O frontão que deveria ser rectangular, sofreu ligeiro desgaste no lado direito, que afectou a l. 1, onde está o teónimo.

A separar o capitel do fuste, há um cordão e um listel e sulcos entre eles. A base separa-se do fuste por uma gola reversa e um sulco.

Dimensões: 38 x 24 x 19.

BAND(*e vel i vel u*) OCE(*lensi*) / VOTVM CAMALI / VLPINI F(*ilii*) / CELTIVS / FILIVS / SOLVIT

A Banda Ocelense, o filho, Céltio, cumpriu o voto do pai Câmalo, filho de Ulpino.

Letras: 4.

Espaços: 1: 2,3; 2: 7,2; 3: 1-1,8; 4: 0,5; 5: 0,2-0,5; 6: 0,6-1; 7: 0,5; 8: 5.

Vasconcelos, 1897a, II, p. 316; EE, IX 40; Blásquez Martínez, 1962, p. 54-55; ILER 745; Encarnação, 1975, p. 138-139; Encarnação, 1977, p. 213-214; Encarnação, 1987, p. 20; Vaz, 1987b; Alarcão, 1989, p. 308-309; Vaz, 1989, p. 325; Dias, 1989, p. 333-348; Garcia, 1991, p. 290.

Variantes: Todos os autores têm lido *Bandoge*, na l. 1, excepto Encarnação, 1987 que leu *Band. O...* e Vaz, 1989 que leu *Bando G(enio)*.

Exceptuando a l. 1 gravada no frontão, toda a inscrição se lê com facilidade. Na l. 1, é nítido um *B* seguido do grupo *AN*, em nexa e um *D*. Depois destas letras, está um *O* seguido de um *C* ou *G*. Temos, pois, um teónimo seguido de um epíteto de origem etnonímica, como acontece sempre com a divindade Banda.

No fuste da ara grava-se o resto da inscrição, sendo de assinalar o nexa *AM*, na l. 3.

O epíteto da divindade poderá ou não estar relacionado directamente com o nome do povo que habitaria o povoado onde a ara foi encontrada, o Castro da Ucha (nº 108). Com efeito, foi ali encontrada uma outra ara dedicada pelos *Depenori* [nº 6]. O epíteto de Banda, *Ocelensis* deverá talvez aproximar-se do nome *Ocelum* e este, por sua vez, de *Vouzela* e *Zela*, nomes de uma vila e um rio nas imediações do castro e que na Idade Média se chamavam, respectivamente, *Vaucela* e *Cela*.

Deveremos ainda assinalar como esta ara representa o cumprimento de um voto por intermédio de outra pessoa. O aparecimento da palavra *Votum*, logo no princípio, a seguir ao epíteto, será mais uma demonstração do conhecimento das fórmulas latinas, mas não do seu uso correcto. Idêntica disposição encontramos na árula de Castro Daire [nº 15].

A onomástica desta inscrição é típica da Península e da área da *civitas* de Viseu.

O cognome *Camalus* surge em várias ocasiões e *Ulpinus* deriva de *Ulpus*, gentílico imperial de Trajano, originário da Península. A sua maior distribuição peninsular dá-se no sul e levante, Bética e Tarraconense (Dias, 1989, p. 333-348).

Referimo-nos a *Celtius* na inscrição de Freixiosa, n.º 26.

Se tivermos em conta que *Ulpinus* se usou sobretudo depois de Trajano, teremos que considerar esta inscrição do século II da nossa era.

18

Est. LIX.

Ach.: Fundo de Vila, Esmolfe, Penalva do Castelo.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Nº MNAE 6170.

Fragmento de uma ara de granito de grão fino de que se conservou apenas a parte superior. Está fracturada no sentido longitudinal, faltando a metade posterior. No capitel notam-se o arranque das volutas e metade do fóculo, redondo. O frontão é quadrangular e entre este e o fuste tem uma moldura constituída por listel duplo.

Dimensões: 37 x 25,5 x 12.

BANDI / OILIEN/AICO [...]

A Banda Oillenaico [...]

Letras: 1: 4-4,7; 2: 4,7-5, O=3,5.

Vasconcelos, 1897, II, p. 317-319; Vasconcelos, 1897a, III, p. 219-220; EE, IX, p. 24; Blázquez Martínez, 1962, p. 53; Encarnação, 1974, p. 132-134; Vaz, 1987b; Encarnação, 1987, p. 20; Fernández-Albalát, 1990, p. 140; García, 1991, p. 291.

Variantes: I. 2: OILEN (Fernández-Albalát, 1990).

A parte inferior desta árua conteria o nome do ofertante e a fórmula final.

Inscrição do grupo *Band-*, largamente representado no território português. A zona onde foi encontrada é uma zona fortemente romanizada (Ver estações nºs 85, 86, 87, 89 e 90).

Mais uma vez, o epíteto da divindade aparece separado do nome *Band-*, ao que atribuímos um significado tópico, como já foi acentuado em trabalhos anteriores⁸.

8 Ver, por ex., Encarnação, 1976, p. 142-144, onde é citada a bibliografia mais importante sobre este tema e também Encarnação, 1987.

Oilienaicus está certamente relacionado com o nome da povoação que se situava junto a Esmolfe.

19

Est. LX.

Ach.: Queiriz, Queiriz, Fornos de Algodres.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº: 614.

Ara de granito, em bom estado de conservação, apresenta um imenso fóculo quadrado que possivelmente foi alargado para servir de pia da água benta, na capela de Santa Apolónia, onde estava. Tem forma ligeiramente trapezoidal, com o fuste alargando para a base. O fuste é rectilíneo e separa-se do capitel por um ressalto. A base é constituída por um soco e meia cana.

Dimensões: 70 x 30 x 26.

DVA/TIVS / APINIS F(*ilivs*) / BANDI / TATIBIIAIC⁵VI-VOCTO TOLIT I(*vssv*)

Por ordem de Banda Tatibeaico, Duatio, filho de Apino, levantou (este) voto.

Letras: 4 - 7.

Espaços: 1: 3-3,5; 2: 0,7-1; 3: 1-4; 4: 2,5-4; 5: 0,8-1,5; 6: 0-1; 7: 3.

Figueiredo, 1953, p. 168; Cortez, 1957, p. 33-42; Blázquez Martinez, 1962, p. 53-54; Encarnação, 1973, p. 207-208; Encarnação, 1975, p. 134-137; Vaz, 1987, p. 6-8; Encarnação, 1987, p. 2; Alarcão, 1989, p. 308; Fernández-Albalát, 1990, p. 146-147; Garcia, 1991, p. 291; Quintela, 1991, p. 34.

Variantes. I. 4: L. 1: OVA (Figueiredo, 1952); Q · VA (Encarnação, 1975). I. 2: RIVS (Encarnação, 1975). I. 3: APINV (Figueiredo, 1952); APINIS (Blázquez Martinez, 1962) I. 4: DAVDI (Figueiredo, 1952); I. 5: TATIDIIAIC (Figueiredo, 1952 ; Vaz, 1987; Fernández-Albalát, 1990); I. 7: IOLIT (Figueiredo, 1952).

Cortez (1957) apresenta apenas três linhas: QVATIVS APIANIS / DANditatideaigni / VOCTO TOLIT I(usso).

A inscrição é difícil de ler, pois parece ter sido feita por duas mãos diferentes, não apresentando o mesmo *ductus* do princípio ao fim. Além disso, as letras vão diminuindo de tamanho e foi empregado o chamado cursivo de *Alburnus Major*, o que representa uma

dificuldade acrescida. No entanto, se lermos a inscrição segundo este alfabeto, torna-se perfeitamente legível, mesmo em relação às letras mais difíceis, casos dos *D* e do *B*.

Na l. 4, está o nome da divindade, pertencente ao grupo *Band-*, apesar de a quarta letra parecer um *b*. Na l. 5, lemos *tatibeaic*, contrariamente ao que há uns anos havíamos feito porque, observando mais atentamente a pedra, nos apercebemos que se trata efectivamente do cursivo em que o *B* é muito semelhante ao *D*.

A tradução que fazemos é baseada na presença do verbo *fero* e do ablativo *iussu*, como deverá desdobrar-se o *l* final. Assim *iussu*, supino do verbo *iubeo*, significará "por ordem de..." e *tolit* é uma forma arcaica do pretérito perfeito simples do verbo *fero*⁹.

A onomástica é tipicamente hispânica, conquanto não muito frequente. *Duatius* apareceu até agora sete vezes e todas elas na Lusitânia (Borges, 1976, mapa 1 e Encarnação, 1984, 644). *Apinis* não se regista com esta forma: aparece *Apinus*, de que *Apinis* será uma variante. De origem celta, como *Duatius*, os poucos exemplares conhecidos pertencem à mesma região (Palomar Lapesa, 1957, p. 37). É um nominativo da 3ª declinação formado sobre um nome da 2ª, como *Viriatus* e *Viriatis*.

A divindade adorada é do grupo *Band-*, e mais uma vez o epíteto, tópico, está separado do teónimo.

Quanto à cronologia, se pensarmos em termos de alfabeto, temos que a atribuir ao século II; mas se pensarmos em termos de evolução linguística, teremos que dizer que será mais antiga, do século I d. C.

20

Est. LXI.

Ach.: Canas de Senhorim, Canas de Senhorim, Nelas.

Paradeiro: Casa Reis Pinto, Canas de Senhorim, Canas de Senhorim, Nelas.

Em Canas de Senhorim existe, há muitos anos, uma ara votiva. Pensam, no entanto, os seus proprietários que teria sido achada no próprio local onde hoje se situa a sua casa ou próximo.

9 A propósito da forma arcaica deste verbo, pode consultar-se Niederman, 1953, p. 28.

De granito de grão médio, apresenta um fôculo quadrado, capitel com moldura, fuste sem demarcação do campo epigráfico e base separada deste por um simples ressalto duplo.

28

Dimensões: 70 x 24 x 22

28

BESEN/CLAE / DOCQV/IRVS CE/⁵ LTI(*i filius*) V(*otum*) A(*nimo*) L(*ibens*) S(*olvi*).
Doquiro, filho de Céltio, cumpriu, de bom grado, o voto a Besencla.

Letras: 3,5 - 5.

Vaz, 1987 b; Vaz, 1987c, p. 63; Vaz, 1989, p. 338; Vaz, 1989a, 138; H. A. Ep., 1990, 897.

Está um pouco desgastada devido aos maus tratos que a pedra sofreu e à própria qualidade do suporte granítico. As letras ocupam todo o espaço disponível, havendo o cuidado de destacar o nome da divindade nas duas primeiras linhas, deixando-se espaço em branco na segunda. É um pormenor importante, tendo em consideração as outras aras que se estudarão a seguir.

O radical *Besen-* do teónimo é o mesmo que se encontra no nome Viseu (Vaz, 1989, p. 328).

A antroponímia não é inédita nesta região linguística e é mesmo bastante frequente na epigrafia peninsular. O cognome *Celtivs* tem, no início, uma nítida conotação étnica.

Docquirvs está bem documentado na Beira Baixa, Alto Alentejo e província de Cáceres, sendo por isso considerado por Lourdes Albertos como claramente lusitano (Albertos Firmat, 1986, p. 282).

Atendendo aos caracteres paleográficos, à identificação do dedicante, à maneira indígena e também à molduração típica do séc. I, esta ara datará da primeira metade do séc. I.

21

Est. LXIV.

Ach.: Canas de Senhorim, Canas de Senhorim, Nelas.
Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia. Nº 7084.

Ara de granito de grão médio, foi encontrada em 1930, no "Olival Grande", situado mesmo junto a Canas de Senhorim (nº 63) (Vasconcelos, 1929, p. 214).

O teónimo foi omitido por o monumento se destinar a estar colocado num *lararium* familiar ou templo, juntamente com outros em que o nome da divindade estava expresso.

A parte superior da ara, onde deveria estar o fóculo, não parece ter sido desbastada, pois apresenta a pedra rude original. Tem gola reversa e um pequeno filete a separar o capitel do fuste. A base separa-se por um pequeno ressalto e tem gola reversa.

Dimensões: 67 x 21 x 21.

DOQV/IRVS / CELTI(i) F(*ilius*) / V(*otum*) · F(*ecit*)

Doquiro, filho de Céltio, cumpriu a promessa.

Letras: 5 - 6.

Vasconcelos, 1929, p. 214; Vaz, 1987c, p. 27-32; Vaz, 1989a.

Variantes: l. 3: V(*ivus*)F(*ecit*) (Vasconcelos).

É notável a simplicidade deste ex-voto, como aliás, a dos outros três consagrados pelo mesmo indivíduo.

Caracteres bastante irregulares, sobretudo na l. 3, descaindo totalmente para a direita. Salienta-se, por comparação com os restantes três monumentos do mesmo indivíduo, a forma de escrever o nome *Docquirus*, aqui sem *C*.

Como o teónimo está omissa, Leite de Vasconcelos (1929, p. 214) colocou a hipótese de estar perante um monumento funerário, interpretando a última linha como V(*ivus*) F(*ecit*). No entanto, a posterior descoberta do monumento nº 20, com o teónimo expresso, leva a que não mais se possa reter aquela hipótese (Vaz, 1989a).

22

Est. LXII

Ach.: Carvalhal Redondo, Carvalhal Redondo, Nelas.

Paradeiro: Casa particular de Carvalhal Redondo.

Apareceu, nos princípios das década de oitenta, quando se procedia a reparações num lagar, em Carvalhal Redondo, juntamente com a seguinte. Faziam ambas de ombreiras de um armário aberto na parede de um lagar.

De granito de grão médio, está em bom estado de conservação.

Parece talhada pela mesma oficina das aras de Canas de Senhorim e da seguinte. Apresenta uma forma perfeita, com base, fuste e capitel. O capitel separa-se do fuste por uma cornija constituída por escócia e equino duplos. A base apresenta um soco separado do fuste por uma faixa reversa.

A utilização que teve ao longo dos séculos levou a que sofresse uma fractura na base.

Dimensões: 76 x 23 x 18

Campo epigráfico: 36 x 22,5

DOCQV/IRVS CEL/TI(*i filius*) / V(*otvm solvit*).

Docquiro, filho de Celto, (cumpriu o voto).

Letras: 4 - 6.

Vaz, 1987 b; Vaz, 1987 c, p. 27; Vaz, 1989, 138; AE, 1989, 386a.

Apresenta uma gravação bastante funda, em bisel. Parece não ter havido paginação prévia, pois, caso contrário, a distribuição do texto pela pedra teria sido mais homogénea: 5 letras na linha 1, 7 na linha 2, 2 na linha 3 e 1 na linha 4.

Assinale-se a grande abertura do *V* de *votum*, com um *ductus* perfeitamente idêntico ao da ara seguinte.

23

Est. LXIII.

Ach.: Carvalhal Redondo, Carvalhal Redondo, Nelas.

Paradeiro: Casa particular de Carvalhal Redondo.

De granito de grão médio, conserva-se em bom estado. Apresenta uma forma perfeita, com base, fuste e capitel. O capitel separa-se do fuste por uma cornija constituída por escócia e equino duplos, enquanto na base há uma faixa reversa.

Apresenta um rasgo na base que não afecta, no entanto, a inscrição.

33

Dimensões: 72 x 29 x 23

Campo epigráfico: 34 x 29

DOCQVIR/VS CELTI(*i filius*) / V(*otum solvit*).

Docquiro, filho de Céltio, (cumpru o) voto.

Letras: 3 -7.

Vaz, 1987 b; Vaz, 1987 c, p. 27; Vaz, 1989, 138; AE, 1989, 386b.

Uma questão que deverá colocar-se a propósito destas aras de Carvalhal Redondo e de Canas de Senhorim é a da ausência do teónimo.

Essa ausência significa que as aras se destinavam a ser colocadas num santuário, talvez um pequeno santuário doméstico, consagrado a *Besencla*, dispensando-se por isso a repetição do nome da divindade.

Aos exemplos aduzidos por José d'Encarnação para os casos da omissão de teónimos, haverá que acrescentar mais as três aras do Carvalhal Redondo e Canas de Senhorim, para podermos concluir com segurança que «não encontramos explicação para a omissão do teónimo» que não seja a colocação do monumento no «recinto habitual de culto» (Encarnação, 1985, p. 307).

Atendendo ao que dissemos sobre a ara de Canas de Senhorim que contém o teónimo, estes quatro monumentos deverão datar do séc. I d. C.

24

Est. LXV.

Ach.: Covelinhas, S. Martinho das Moitas, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Covelinhas, S. Martinho das Moitas, S. Pedro do Sul.

Encontra-se a servir de base de alminhas em Covelinhas uma ara de granito de grão bastante fino, mas muito friável, em bom estado de conservação. O capitel tem frontão triangular, com o vértice arredondado encimado por um fino desbaste que forma uma pequena moldura. O fóculo era quadrado, mas está cheio de cimento para servir de suporte a uma cruz. Aos lados do frontão tem toros.

A separar o capitel e o fuste há uma moldura em listel simples e entre este e a base, uma gola reversa.

Dimensões: 57 x 24 x 18.

M.../ AILLIVS / CADI [F(*ilivs*)] / ...RIVS /⁵ CAMALIR / IVO· IIT... / RO · COSV / [...].

Letras: 1: 4,5; 2: 3,7; 3: 3,7; 4: 4,2; 5: 4,5 - 5; 6:3 ,2; 7: 3,4 - 4.

Espaços: 1: =?; 2: 0-1; 3: 0-11; 4: 0; 5: 0-11; 6: 1; 7: 1-1,5.

Inédita.

A gravação foi afectada pelos maus tratos que a pedra sofreu. Na l. 1, gravada no frontão, apenas consegue distinguir-se a primeira letra, um *M*, eventualmente com um *A* em nexa. A l. 2 tem o *E* substituído por dois *l*, com o nome *Aelius* em nominativo. Na l. 3, está um nome em genitivo, indicativo de filiação, certamente. Precisamente por isso presumimos que devia ser seguido da letra *F*, que já não se distingue na pedra. Na l. 5, gravada na gola, assinale-se o nexa *MA*. As l. 6 e 7 estão gravadas na base. Teria ainda outra linha que desapareceu.

Esta ara aparece isolada em Covelinhas, lugar onde não se conhece nada de romano. O sítio mais próximo onde houve romanização foi no povoado fortificado de S. Martinho das Moitas (nº 105). Na povoação, a pessoas apenas se lembram de a ara estar sempre no sítio onde está actualmente. Teria sido trazida de S. Martinho das Moitas?

Incluímos este monumento entre as aras votivas porque a consideramos dedicada a *Cosu*, teónimo que parece ler-se no final da inscrição.

Consegue distinguir-se na inscrição o gentílico *Aelius*, bem representado na Península Ibérica (Encarnação, 1984, p. 52 e Caamaño Gesto, 1972, p. 133-163). Trata-se de um gentílico usado como cognome? Não sabemos, enquanto não se conseguir ler toda a inscrição. Distinguem-se ainda os antropónimos *Camalus* e *Cadus*, presentes noutras inscrições da *civitas* [nºs 40 e 41, por ex.].

25

Est. LVI.

Proveniência: Desconhecida.

Paradeiro: Museu de Grão Vasco, Viseu.

Embora seja de proveniência desconhecida, deverá ser da região de Viseu, por ter sido recolhida muito provavelmente no tempo do primeiro director do Museu.

O que resta do monumento faz-nos supor que se tratava de uma ara bastante cuidada e perfeita na sua forma. A cabeceira da ara era constituída por frontão triangular de que resta ainda o esboço, tinha toros ou volutas e fóculo perfeitamente circular. A moldura que separa o capitel do fuste é feita por uma meia-cana entre dois pequenos filetes.

29

Dimensões: 23 x 24 x 16

?

COSEI-VA/[C]OAICO...

A Cosei Vacoaico...

Letras: 3,3

Vaz, 1987d; AE, 1989, 379; Garcia, 1991, p. 301.

Na l. 2, além das cinco letras existentes, *oaico*, existiria uma sexta letra no início da linha, um *C*, pois são ainda visíveis os seus vestígios. Assinale-se o ponto de separação entre o nome da divindade e o seu epíteto, o que demonstra que a divindade tomara diferentes epítetos consoante o povo venerador. É mais um epíteto de origem étnica. Esta divindade inclui-se entre as divindades de radical *Cos-* sendo bastante bem conhecida (Silva, 1986, p. 289).

O radical do epíteto não é inédito na teonímia peninsular, pois se encontra presente em duas inscrições provenientes de perto de Astorga dedicadas a *Deus Vacocaburius* e ao *Deus Vagodonnaegus* (Tranoy, 1981, p. 296). Existirá também no nome de um dos rios principais da região, o Vouga, que na época romana se chamava *Vacua*. Também não poderemos esquecer a tradição viseense que situa na chamada Cava de Viriato a cidade romana de *Vacca*. Terão o nome do rio e a tradição algo a ver com algum *populus* de cujo nome conservaram a recordação e de que, nesta ara, teríamos identificada a divindade protectora?

Considerando a paleografia (formas bem redondas do *C* e do *O*), esta ara será dos inícios do séc. I d. C.

26

Est. LXVII.

Ach.: Freixiosa, Freixiosa, Mangualde.

Paradeiro: Igreja da Freixiosa, Freixiosa, Mangualde.

Ara de granito de grão fino, está a servir de base de cruzeiro, em posição invertida, na igreja paroquial da Freixiosa. O desgaste que apresenta no lado direito indicia uma utilização como pedra de afiar. A molduração é igual na base e no capitel, sulco e gola reversa.

Dimensões: 80 x 43 x 32.

Campo epigráfico: 39 x 29.

CROVG/AE · NILAI/CVI CLE/MENTI/⁵NVS · CEL(*tii filius*) / A(*nimo*) · L(*ibens*) · V(*otum*)
S(*olvi*).

A Crouga dos Nilaicos, Clementino, filho de Céltio, cumpriu a promessa de bom grado.

Letras: 1: 5,5-6,5; 2: 2,9-4,9; 3: 5-6; 4: 4,3-5,6; 5: 4,9-6,9; 6: 5,7-6,5.

Espaços: 0-3,5.

Vaz, 1984, p. 557-562 (=AE, 1989, 383); Gomes, 1985b, p. 3-5; Gomes, 1985c, nº 54 (=AE, 1985, 516); Alarcão, 1988, p. 62; Vaz, 1988, p. 352-353; Alarcão, 1989, p. 308; Gomes, 1992, p. 76.

Variantes: l. 5 : CEI (Gomes, 1985c).

A inscrição foi reavivada, o que prejudicou sobretudo as duas primeiras linhas, certamente as que estavam mais gastas e, por isso mesmo, aquelas em que as alterações foram maiores. Assim, não admira que na linha 1, onde estava um *O* tivesse sido posto um *Q* e no lugar do *G*, uma imitação de letra que não se percebe.

A onomástica desta inscrição é típica da região luso-galaica definida por Untermann (1965a, p. 19). *Celtius* é frequente na Lusitânia e não aparece fora da Hispânia (Albertos Firmat, 1966, p. 84-85). Na base deste radical parece estar a raiz indo-europeia **kel*, que também encontramos no latim e nas línguas dele derivadas (Firmat, 1966, p. 85). A raiz **kel* entra na formação dos nomes com o significado de "elevar-se" (Pokorny, 1947, p. 54). Encontra-se também nas línguas bálticas.

Deste nome proveio "Celso", através do abrandamento da sílaba *-ti-* em *-s-* (Solin, 1977, p. 103).

Clementinus, claramente latino, deriva do adjectivo *clemens*, "pacífico", "clemente" (Kajanto, 1982, p. 222 e 263) que, por sua vez, foi adoptado como cognome no Baixo Império. O sufixo *-inus* é muito frequente na formação de *cognomina*, sobretudo no Baixo Império, sendo raro no Alto Império (Solin, 1977, p. 113).

Este cognome não é frequente na Península, não aparecendo sequer em contexto indígena (CIL II 4549 = ILER 1380, 4332 = 6438 e ILER 1366, 5125 e 4755), contrariamente ao

que sucede no caso vertente. A divindade é indígena, o patronímico é claramente indígena, só o cognome e as fórmulas são latinas.

O nome da divindade não levanta qualquer problema de reconstituição, uma vez que aparece completo na inscrição de Lamas de Moledo [nº 10]. Nesta surge, todavia, escrito como *Crougeai*, com o tema alongado com a vogal -e-, característica do latim falado pelos indígenas desta região.

Interessante é o epíteto que é dado à divindade: *Nilaicui*. Trata-se de um dativo cujo sufixo -*cui* é frequente na formação do nome de divindades, na região lusitana. Na região de Viseu adopta, por vezes, a forma -*coi* e está presente, por exemplo em *Magareaicoi* e *Caielobrigoi* [nº 10].

Crouga aparece sempre com um epíteto que tópico e aqui sucederá o mesmo. Assim, teremos que supor que *Nilaios* seria o nome de um *castellum* situado na área da Freixiosa. Não podemos, por enquanto, arriscar uma localização para este *castellum*, porque desconhecemos o local de onde a ara foi trazida para a aldeia.

27

Ach.: Vendas de Cavernães, Cavernães, Viseu.

Paradeiro: Casa particular de Alvelos, Cavernães.

Ara de granito em bom estado de conservação que sofreu apenas um ligeiro desgaste nas duas linhas inferiores.

A separação entre o capitel, sem qualquer decoração e o fuste, tal como entre este e a base é feita por um listel simples.

Dimensões: 56 x 23 x 17,5.

LVRVNI / L(*ucius*) ALLIVS / SEVERVS L(*ibens*) A(*nimo*) P(*osuit*).

Lúcio Álio Severo consagrou de bom grado a *Lurunis*.

Letras: 1: 4; 2: 3,5; 3: 4-4,5; 4: 4,5-5; 5: 5-5,5.

Espaços: 1: 0-0,5; 2: c. 1,5; 3: c. 2,5; 4: 1-1,5; 5: 1,2-1,8; 6: 0-0,5.

Pereira, 1955 p. 111; CIL II 404; Aragão, 1894, p. 86; Alvelos, 1936; Alvelos, 1952; Figueiredo, 1953, p. 158; Untermann, 1965, p. 18-22; Alvelos, 1967; ILER 873; Encarnação, 1975, p. 226-230; Vaz, 1982, p. 785-786; Vaz, 1987b; Alarcão, 1988a, p. 58; Garcia, 1991, p. 336-337.

Variantes: I. 1: LARib (CIL II); I. 2: LALLIVS (Alvelos), VS-LAELIVS (CIL); I. 4: APL (Untermann).

Trata-se verosimilmente, de um indígena romanizado que consagra uma ara a uma divindade indígena cujo culto está perfeitamente circunscrito à área de Cavernães, lugar de onde provieram os quatro monumentos até agora conhecidos. A gens *Allia* aparece com relativa frequência na Península Ibérica, predominando, no entanto, na sua metade norte. A origem deste nome tem a ver com o pronome *allius*, derivado de **alios*. (Albertos Firmat, 1966, p. 17). Encarnação refere a coexistência deste nome com cognomes gregos (IRCP, p. 487).

Kajanto considera o cognome *Severus* obtido a partir do adjectivo, indicando inicialmente o carácter da pessoa (Kajanto, 1982, p. 22).

A fórmula final é romana, com principal incidência na Lusitânia (Étienne, 1976, p. 34).

28

Ach.: Vendas de Cavernães, Cavernães, Viseu.

Paradeiro: Desconhecido.

A pedra onde a inscrição estava gravada desapareceu, pelo que todas as interpretações se têm baseado na cópia de Pereira (1955, p. 111).

TANGIN(us) / Esp...i f(i)lius) / [L]V[R]VNI.

Tangino, filho de ... (consagrou a) *Lurunis*.

Pereira, 1955, p. 111-112; Aragão, 1894, p. 86; CIL II 413; Alvelos, 1936; Figueiredo, 1953, p. 158; Untermann, 1965, p. 18-22; Alvelos, 1967; ILER, 874; Encarnação, 1975, p. 226-230; Vaz, 1982, p. 785-786; Vaz, 1987b; Alarcão, 1988a, p. 58; Garcia, 1991, p. 337.

Variantes: Hübner transcreveu como *Talgil / Espelli / VIIvni* e diz que poderá reconstituir-se como *Tal(orus) Cili f(i)lius)* (CIL II 413).

Untermann interpreta da seguinte maneira: *Tangini (filius) / [d]e s(ua) p(ecunia) t(itulum) f(ecit) / (L)u(r)uni* (p. 22).

Trata-se de um texto onde as dúvidas são muitas e apenas se poderão esclarecer desde que a pedra reapareça. Apesar disso, ousamos fazer algumas observações. Parece evidente que a última linha continha a palavra *LVRVNI*. Botelho Pereira coloca ainda as duas hastes inferiores do *R*, faltando só a pança. Na primeira linha podemos ver o nome *Tanginus*, que não é estranho à região de Viseu e aparece com frequência na Lusitânia (Untermann, 1965a, p. 170).

A segunda linha continha a filiação do dedicante. O último traço indicado por Botelho Pereira será certamente um *F*, já não se notando na data da transcrição as hastes horizontais da letra. Existem vários nomes começados por *ES*, mas nenhum que contenha um *P* como terceira letra¹⁰. Assim, teremos que pressupor que ou Botelho Pereira leu mal ou se trataria de um nome inédito na epigrafia romana.

29

Est. LXVIII.

Ach.: Vendas de Cavernães, Cavernães, Viseu.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. S/ n/.

Árula votiva de granito de grão fino, consagrada a *Lurunis*. Foi achada nuns terrenos junto à E. N. 2, em Vendas de Cavernães, mesmo em frente do cruzamento para Cavernães. Tem a cabeceira constituída por frontão triangular, ladeado por volutas, separada do fuste por uma moldura com um toro entre dois sulcos.

A base, com dois ressaltos, está fracturada na parte direita.

14 12,5

Dimensões: 28 x 11,5 x 9,5

14 11,5

Campo epigráfico: 10,5 x 11,5.

LVRVNI / SAC(*rum*) VAL(*eria*)/ CATTIA /A(*nimo*) L(*ibens*) V(*otum*) S(*olvi*t).

Consagrado a *Lurunis*. Valéria Cátia cumpriu de bom grado a promessa.

Letras: 2 - 2,2.

Espaços: 0 - 1.

Ferreira, 1984 (=AE, 1986, 296); Vaz, 1987b; Garcia, p. 338.

Boa paginação, parecendo ter-se empregado linhas auxiliares, tal a regularidade das letras e espaços. A separação das palavras ou abreviaturas faz-se por pontos triangulares. É de assinalar o nexa *VAL* na segunda linha.

10 Cf., por ex., Lapesa, 1957, p. 73, que refere o nome *ESTIVS*. Também o cognome latino *ESTINVS* (Solín, 1988) poderia eventualmente aplicar-se aqui.

A *gens* identificada repete-se em Cavernães [nº 30], constituindo o cognome *Cattia*, com esta grafia, um *hapax*, já que não se conhece de outras inscrições. Poderá relacionar-se com *Cattus* ou *Catto*, frequentes no mundo romano. Para estes, Albertos Firmat cita Weisgerber que lhes indica uma origem africana e a chegada ao latim através do celta (Albertos Firmat, 1966, p. 81). Não poderemos ver neste nome o mesmo radical **kat-*, de *Caturo*, também presente em Cavernães?

A forma das letras, com pequenas hastes a servirem de decoração, leva-nos a atribuí-la ao século II.

30

Est. LXIX.

Ach.:Vendas de Cavernães, Cavernães, Viseu.

Paradeiro: Museu de Grão Vasco. S/ n/.

Ara de granito de grão fino, em bom estado de conservação, danificada apenas na base. A cabeceira é constituída por um frontão triangular enquadrado entre duas volutas; no meio, um fóculo quadrado. O capitel, tal como a base, separam-se do fuste por um listel simples.

Dimensões: 38 x 21 x 13

Campo epigráfico: 21 x 21

LVRVNI / T(itulum) · P(osuit) L(ibens) · / VAL(erius) · CAT/[V]RO · SAT⁵ EILI · P(atre).

Valério Caturão colocou a *Lurunis* este monumento, pelo (voto do) pai, Sateilo, de bom grado.

Variantes: l.2: v.p.l. (ILER); l. 5: f(*ilius*) (Untermann, 1965).

Letras: 1: 3-3,5; 2: 3; 3: 3; 4: 3-3,5; 5: 4.

Espaços: 1: 0,5; 2: 1; 3: 0,5 - 1; 4: 1 1,5; 5: 0,5 - 1,5; 6: 0 - 0,5.

Untermann, 1965, p.18-22; Encarnação, 1975, p. 226-230; ILER, 872; Vaz, 1982, p. 786; Vaz, 1985; Vaz, 1987a, p. 47; Garcia, 1991, p. 337-338.

O consagrante pertence à *gens Valeria*, conhecida de outras inscrições da região.

Sateilus documenta-se apenas nesta inscrição, pelo que nada poderemos adiantar sobre o seu significado. Trata-se, de qualquer maneira, de um nome indígena em que, mais uma vez, parece haver um - *i* - que prolonga a vogal anterior. Terá a mesma origem indo-europeia que a palavra latina *satis*-, juntando-se-lhe o sufixo -*ilus*.

Quanto a *Caturo*, a sua origem poder-se-à colocar também no indo-europeu. Tem o radical *Catur-*, formação hipocorística a partir de *Caturix*- (Albertos Firmat, 1966, p. 82). É característico da região ocidental de Hispânia, mas aparece noutros lugares como na Gália Cisalpina. *Caturio* é derivado de *Caturus* como *Catto/Cattus*, *Carro/Carrus*...

Palomar Lapesa (1957, p. 61) acrescenta que este nome vem do radical **kat-* com a ampliação do -*r*- que aparece em nomes como *Caturis*, *Caturonus* e outros.

Untermann (1965a, p. 96-97) atribui-lhe conotação indígena nítida e acrescenta que é típico da região lusitano-galega.

Considerando a paleografia do monumento e a forma de identificação do dedicante, pensamos que datará do século II.

31

Est. LXX.

Ach.: As Torres / Corgas Roçadas, Carvalhal de Vermilhas, Vermilhas, Vouzela.
Paradeiro: O mesmo.

Inscrição votiva gravada na face nordeste de um penedo granítico.

Dimensões do rochedo: 260 x 130.

C-L[AV]D[IVS] (?) / CVPAVI F(*ilivs*) vel (CVPAVIT) / PAISICAICOEO / HA(n)C
INS(*criptionem*).

Cláudio, filho de Cupavo (colocou) esta inscrição a Paisicaicoeo.

Letras: 1: 10; 2: 10-12; 3: 13-20; 4: 13-25.

Variantes: Todos os autores têm lido somente PAISICAICVS. Encarnação apresentou a hipótese de se poder ler ACINVS no fim da inscrição.

Girão, 1921, p. 6-7; Azevedo, 1955, p. 209-216; Encarnação, 1975, p. 256-257; Garcia, 1991, p. 342-343; Vaz, 1992.

É muito difícil fazer a leitura desta inscrição, uma vez que o desgaste da pedra é enorme. Uma coisa é certa, no entanto: a inscrição tem, pelo menos, 4 linhas. Na primeira linha cremos que estaria o nome da pessoa que mandou gravar o penedo, na segunda o patronímico, na terceira o nome da divindade e finalmente na quarta linha acentua-se que foi mandada gravar uma inscrição. Na linha 3, o primeiro *O* tem ainda um ponto incluso que poderia eventualmente ler-se como um *I* e nesse caso o nome seria *PAISICAICOIEO*. Parece-nos, todavia, mais provável a leitura que deixamos acima.

32

Est. LXXI e LXXII.

Proveniência: Castro dos Três Rios, Fail/Parada de Gonta, Viseu/Tondela.

Paradeiro: O mesmo.

A inscrição encontra-se gravada em dois penedos sobre os quais passa a divisória dos concelhos de Viseu e Tondela. O suporte é granito de grão dente de cavalo, o que dificulta extraordinariamente a leitura.

Dimensões: Rochedo 1: 262 x 135.
 Rochedo 2: 110 x 170.

L(*ucius*) MANLIVS D(*ecim*) F(*ilius*) TR(*ibu*) AEMILIA / A(*nimo*) L(*ibens*) M(*erito*) V(*otum*)
S(*olvit*) PEINTICIS.

Lúcio Mânlio, filho de Décimo, da tribo Emília, cumpriu merecidamente e de boa vontade o voto a *Peinticis*.

Rochedo 2: CI...O TIVSCI (*filius*) TVREIVS.

Letras: 1º rochedo: 11 - 16.
 2º rochedo: 17 - 19.

Coelho, 1949, p. 399-400; Coelho, 1957; Untermann, 1965, p. 8 - 25; Encarnação, 1975, p. 257-258; Vaz, 1987a, p. 23-25; Vaz, 1987b; Garcia, 1991, p. 343.

Variantes: Rochedo 2: I. 1: GENIO (Coelho, 1957), CEIO (Untermann, 1965); CIRO (Vaz, 1987a).

O tipo de suporte dificultou a gravação das inscrições e, posteriormente, o primeiro rochedo sofreu uma fractura que afectou a primeira linha, colocada em posição ascendente. Foram utilizados os nexos *MA*, *TR* e *AE* na l. 1 e *NT*, na l. 2. A segunda inscrição apresenta dificuldades maiores, sobretudo no início da l. 1, o que levou às variantes indicadas.

É a única menção de tribo que se conhece em toda a área da *civitas* de Viseu. A tribo *Aemilia*, na Península Ibérica, ocorre também apenas duas vezes (Wiegels, 1985, p. 84 e 87). Foi atribuída a várias cidades de Itália e da Macedónia. Seria *Lucius Manlius* um imigrante importante vindo de uma daquelas regiões? É a hipótese mais provável, se considerarmos a menção da tribo. Se, por outro lado, pensarmos no gentílico, poderia também provir de outras regiões da Península, onde a sua *gens* é bem conhecida e onde forneceu "inúmeros magistrados municipais", como acentua Encarnação (1984, p. 135), a propósito da sua presença na costa algarvia. Um estatuto sócio-económico elevado, atribuído por Encarnação para o ramo algarvio desta *gens*, convirá também a este cidadão do Castro dos Três Rios.

Manlius é frequente na Bética e na Lusitânia sul, mas no Centro e Norte é este o único caso conhecido. Por tudo isto, um dado é certo: este cidadão é exterior à região.

A ausência do cognome e, ao invés, a presença da tribo levantam-nos um problema cronológico.

Com efeito, a ausência do cognome ocorreu até aos primeiros anos do reinado de Augusto (Untermann, 1965 p. 26 que cita outros casos). A ser assim, a sua vinda teria ocorrido pelos últimos anos do século I a. C. ou primeiros do seguinte. Seria *Lucius Manlius*, tal como muitos membros da sua *gens*, investido de funções políticas que o levaram a venerar uma(s) divindade(s) da região, logo que se dá a sua chegada? A ausência do cognome, a indicação da tribo e importância peninsular da *gens Manlia* coadunam-se com esta hipótese.

No segundo rochedo estamos perante um contexto perfeitamente indígena. *Tureius*, assim identificado apenas, cumpre, à mesma divindade, um voto feito por *Ci...us*, filho de *Tiusgus*. Assim, *Ci...o* estará em ablativo e não em dativo, representando o agente da passiva.

O cumprimento de votos por intermédio de outras pessoas é ainda hoje prática corrente. Na área da *civitas* de Viseu, esta prática existia na época romana e podemos comprová-la em Cavernães, na dedicatória a *Luruni* [nº 30] e no povoado da Ucha [nº 17].

Sobre o carácter da divindade venerada nos Três Rios pouco se pode dizer. Untermann põe a hipótese de esta inscrição representar o culto a uma divindade das montanhas. É uma simples hipótese sem base de apoio.

Analisemos etimologicamente o nome da divindade. Untermann considera a hipótese de o teónimo ser originário de um nome pessoal, **Peintius*, sendo o Castro dos Três Rios o «centro religioso (e, talvez, também, político) de uma família ou um clã» (Untermann, 1965, p. 12).

Se tivermos em conta os muitos nomes de gentilidades e divindades originados a partir de antropónimos, é perfeitamente plausível e mais do que certa esta hipótese. Citemos, na

Lusitânia, por exemplo, *Arantio Tanginiciaeco* (Encarnação, 1975 p. 74) ou *Tritiaecio* (Firmat, 1975, p. 59). Também parece de aceitar a sugestão de Untermann de que este Castro representaria um centro religioso ou político de um clã.

No entanto, mesmo não se invalidando aquela hipótese, será de considerar que uma origem mais remota do nome residirá no numeral indo-europeu *Penk^Utos*, o «mais representado na antroponímia e toponímia hispânicas» (Albertos, 1966, p. 180).

A área de distribuição dos nomes e topónimos com este radical situa-se, sobretudo, a norte do Tejo, com esporádicos exemplos a sul daquele rio (Untermann, 1965a, p. 147).

Em qualquer dos casos, temos que assinalar o alongamento da sílaba *Pen-* em *Pein-*, variante típica da região oriental da *civitas*.

O teónimo ostenta o sufixo *-icus*, presente na maioria dos nomes de gentilidades ou centúrias da Península Ibérica (Albertos Firmat, 1985, p. 21). Na área da *civitas*, encontramos-lo no nome de quase todas as divindades: *Crouga Nila-ico-s*, *Crouga Magarea-ico-s*, *Banda Olliena-icu-s*, *Albucella-in-co* e *Cosei Vacoa-icu-s*, nos epítetos e não no nome principal da divindade, o que nos leva a considerar estes epítetos como tópicos. Apenas em *Albucelaincus* e *Peintici* aparece no nome da divindade. É a ligação da divindade a uma comunidade, mais ou menos vasta. No caso vertente, cremos que o nome *Peintici* tem a ver com o nome da comunidade residente no castro dos Três Rios. Só assim se compreende que sejam gravadas, num penedo situado dentro de muralhas, duas dedicatórias. Se se tratasse de uma divindade do tipo Génio ou Lar, protector de famílias, seriam as dedicatórias feitas em aras e guardadas no santuário doméstico e não num lugar público.

Quanto à cronologia desta inscrição, temos que ter em conta o que dissemos atrás e os materiais romanos aparecidos no castro, nomeadamente as moedas (nº 152) que apontam para uma datação do séc. IV ou V. Assim, teremos que o povoado foi ocupado ininterruptamente desde a Idade do Ferro até aos finais do Império, datando a inscrição do séc. I, precisamente dos tempos em que a ocupação da zona de Viseu começou a ser sistemática.

33

Est. LXIII

Ach.: Furtado, Algodres, Fornos de Algodres.

Paradeiro: Capela de S. Clemente, Furtado, Algodres.

Ara de granito com fôculo rectangular e capitel baixo e plano que se separa do fuste por um listel e um chanfro directo. A base é constituída por um chanfro reverso.

Monumento tipologicamente semelhante ao que se encontra guardado na capela da Fresta [nº 34], integrado, aliás, na mesma região.

A gravação é também muito leve e o granito facilmente erosionável. Assim, deverão ser dois monumentos provenientes da mesma oficina local que se situaria nesta zona.

12 x 49 x 40
Dimensões: 53,5 x 38,5 x 28
29 x 41/53 x 44

PVDENS / COMPETRI (*filii*) / ARA(*m*) SER(*uit*) / COLOVESEI / CAIELONI C/OSIGOS
Pudens, (filho de) Competro consagrou (esta) ara a Colovese Caielono dos *Cosigos*.

Letras: 1: 6,5-6; 2: 6-6,5; 3: 6-7; 4: 6,5-7,5; 5: 6,5-6; 6: 7-6,5.
Espaços: 1: 1,5; 2 a 4: 2,5; 5: 1-2; 6: 2; 7: 2-2,5.

Curado, 1986b (=AE 1986, 301); Fernández-Albalát, 1990, p. 252; Garcia, 1991, p. 524.

Variantes: I. 3: ARAS EI (Curado; Fernández-Albalát); I. 5: S(*acravit, vel -ancto*) (Curado, Fernández-Albalát).

A interpretação que fazemos diverge substancialmente das apresentadas anteriormente, pelas seguintes razões:

Na I. 3, vemos *Ara(m)*, no singular e não no plural, referente ao objecto consagrado, uma ara e não várias aras; a última letra é um *R* e não um *I*. Assim, sendo *SER* poderá interpretar-se como a abreviatura do pretérito perfeito do verbo *Sero* ou *seruo* que, numa tradução livre, poderá significar "consagrar".

Na última linha, vemos *Cosigos*, como epíteto da divindade. Embora seja um *hapax*, terá que se integrar na mesma linha de *Nacosos*, da ara de Casais [nº 34]. Assim, *Cosigos* será um epíteto etnonímico, relacionado com algum povoado da região de Furtado.

Este é, pois, mais um nome de uma etnia da área da *civitas* de Viseu.

Quanto à onomástica, *Pudens* é cognome latino largamente usado no mundo romano (Kajanto, 1982, p. 264). *Competrus* é um composto do latino *Petrus*, com o prefixo *Com*, presente noutros nomes latinos e indígenas (Kajanto, 1982, p. 386 e Albertos Firmat, 1966, p. 92-93).

O teónimo *Colloveseis Caielonis* é, certamente, derivado de um nome pessoal, devendo integrar-se numa série de outros teónimos que poderão ter a mesma origem (Untermann, 1965, p. 18). *Collovesei* composto do nome *Lovesius*, conhecido da epigrafia peninsular é o dativo com *i* longo derivado do antigo ditongo em *ei*.

Est. LXXIV.

Ach.: Quinta do Casal, Casais, S. João da Fresta, Mangualde.

Paradeiro: Sede da Associação Cultural Azurara da Beira, Mangualde.

Ara de granito trabalhada nas quatro faces, em bom estado de conservação. A base é emoldurada por meia cana e sulco. No capitel, uma meia-cana sobre que assenta um pequeno plinto rectangular, com ângulos e faces arredondadas. A inscrição estende-se à moldura do capitel e da base.

41 x 30

Dimensões: 63 x 30 x 23,5

13 x 24

Campo epigráfico: 28,5 x 30/28

L(*ari*) COVTICI VT / L(*ari*) COVTIOSO / TONC „ (*castelli*) NA/COSOS MAL/GEINVS / LEVRI F(*ilius*) / ARBVENSIS V(*otum*) A(*nimo*) L(*ibens*) S(*olvit*).

Malgeino, Arbuense, filho de Leuro, consagrou de bom grado ao Lar Coutici como Lar Coutioso, no então castelo Nacosos.

Letras: 3 - 6.

Espaços: 0-2,5.

Gomes, 1985b (=AE, 1985, 517); Gomes, 1985d; Alarcão, 1988, p. 62; Alarcão, 1989, p. 309; Garcia, 1991, p. 523; Gomes, 1992, p. 122.

Variantes: Gomes e Tavares propõem para as linhas 3-4 LONGONAROSO, e Fernando Curado TONC NACOSOS (Gomes, 1985d e 1985b).

Em face das dificuldades de leitura das duas primeiras linhas, inclinamo-nos antes para esta hipótese, após observação cuidada da pedra. *Tonc* estará, neste caso, por *tunc* que significa «então, naquele tempo».

A consagração é feita a dois Lares, do castelo dos *Nacosos*. Onde ficaria situado este *castellum*?

Casais situa-se numa zona profundamente romanizada e mesmo na base do monte da Senhora do Bom Sucesso. Neste monte, existem os restos de um povoado que vem pelo menos

da Idade do Bronze, se não mesmo do Calcolítico e que foi habitado sem interrupção até ao Baixo Império romano (nº 25). Ocupava uma área extensa e era o centro de uma região vasta profundamente romanizada.

Nota-se que muitas inscrições do concelho de Mangualde se situam à sombra deste *castellum*. Ora, sendo assim, a ara de Casais poderia muito facilmente ter "viajado" do alto da Senhora do Bom Sucesso para a área de Casais.

O *castellum Nacosos* ou *Nacosus* não poderia ser noutra lugar que não seja o alto da Senhora do Bom Sucesso. A sua importância derivava do facto de se situar no cruzamento de duas importantes vias, como veremos adiante.

Um outro povoado que esta ara supõe é o povoado de *Arbua*, donde veio (emigrante? escravo?) Malgeino, por isso dito *Arbuensis*. *Arbua* deverá procurar-se, talvez, fora das redondezas de Casais. *Arbuensis* poderá também ser indicativo da *origo*.

A onomástica desta ara integra-se perfeitamente nas características da linguística lusitana a que pertence. O patronímico *Leurus* está pouco representado no mundo romano e na Península aparece apenas quatro vezes, todas na região lusitana (CIL 3915 = ILER 3638, ILER 6008 e 6091).

Palomar Lapesa (1957, p. 77) inclui este nome entre as formações de língua céltica que têm o sufixo em *-r* - precedido da vogal *-u-*, na sequência, aliás, de Pedersen .

Albertos Firmat regista este nome apenas em 1972 (p. 295), mas não lhe tece qualquer comentário. Fixa, no entanto, o feminino *Leua* (Albertos Firmat, 1966, p. 166). Ora, o radical será o mesmo e, sendo assim, é a contracção da raiz **laiuos* que significava originalmente "esquerdo", "curvo" e surge em muitos outros nomes como *Leu -o -nicus*. *Leus* é mesmo nome de divindade em território da Bélgica e na Alemanha (Albertos Firmat, 1966, p. 131).

Malgeinus pertence a uma vasta família de sufixo em *-genus* que é, por sua vez, raiz de muitos outros nomes (Untermann, 1965, p. 128 e 194-195). Provém do indo-europeu *-cinus* por um fenómeno de abrandamento. Este sufixo aparece também como raiz, com frequência. É uma formação patronímica que significa "filho de", "descendente de...". Estas formações são muito frequentes entre os indo-europeus e celtas. Esta raiz-sufixo aparece em muitos outros nomes como *Medugenus*, *Origenus*, *Rectugenos*, e outros.

Os antropónimos onde aparece o sufixo predominam na Celtibéria e nas Astúrias (Untermann, 1965a, p. 128 e mapa 87), sendo certamente originários da primeira região e daqui partiram para o resto da Península (Albertos Firmat, 1976, p. 57-84).

Originalmente, *Malgeinus* significava "o filho das montanhas." Deverá distinguir-se de *Mailgenus* e *Mailgeinus*, embora pertençam todos à mesma família (Vaz, 1986, p. 294-295).

Parece legítimo atribuir a ara ao séc. I, tendo em conta a forma de identificação do dedicante e a simplicidade do texto.

INSCRIÇÕES FUNERÁRIAS

35

Ach.: Ínfias, Fornos de Algodres, Guarda.

Paradeiro: Desconhecido.

Incluímos esta inscrição entre as funerárias, pelas seguintes razões: foi achada num sítio que o povo denomina Mortórios e este topónimo costuma andar ligado a locais de enterramento. Por outro lado, a confirmar esta suspeição, ainda hoje o povo de Ínfias continua a ligar o sítio onde ela apareceu a lugar de enterramento e parece que ali se têm mesmo encontrado sepulturas.

A lápide foi referida por Monsenhor Pinheiro Marques em 1938 (Marques, 1988, p. 49) e pelo Dr. José Coelho que ainda a viu em 1957 (Coelho, 1957, p. 295). Diz este autor que a pedra teria aparecido "há cerca de 5 anos", no que foi informado erradamente, pois já em 1938 era referida, como acabámos de ver, por Monsenhor Pinheiro Marques.

Dimensões: 60 x 40 x ?.

ALBONI(*i*)

De Albono...

Marques, 1988, p. 49; Coelho, 1957, p. 295.

O antropónimo *Albonius* encontra-se também em Povolide, freguesia próxima de Viseu [nº 57].

36

Est. LXXV.

Ach: Pinho, Pinho, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 619

Estela funerária de granito que oferece dificuldades de interpretação porque uma reutilização posterior cortou a inscrição com um sulco longitudinal na margem direita.

É uma lápide curiosa porque tem uma rosácea no meio da inscrição, quando o normal é ela situar-se no cimo ou no fundo.

Dimensões: 136 x 62 x 24.

AMOENA · MALGEINI · F(*ilia*) AN(*orum*) · XX (*viginti*) · H(*ic*) · S(*ita*) · E(*st*) MALGEINVS · [BA]TI(*i filius*) / CABVRIVS · MA[GI]O / ACILIS (*filius*) · ET · TREV[O]AT(*vs*) / ALLVCQVAI (*filius*) · F(*aciendvm*) C(*uravervnt*) / ITEM / CINTVMVNIS ·...· SO(*ror*) / AN(*orum*) · XI (*undecim*) · H(*ic*) · S(*ita*) · E(*st*).

Aqui jaz Amena, filha de Malgeino, de 20 anos de idade. Malgeino, filho de Batio, Caburio Mágio, filho de Acilis e Trevoato, filho de Alúqua, trataram de fazer; aqui jaz também a irmã *Cintumunis*, de onze anos de idade.

Letras: 4 - 5,5.

Espaços: 1: 14; 2: 1; 3: 23; 4: 1,7-2; 5: 2,1-2,5; 6: 1,7-2,2; 8: 1,6-2; 9: 1-1,5; 10: 18.

Figueiredo, 1953, p. 158; Vaz, 1988a, p. 19-21.

Variantes: L. 1: MALCENI (Figueiredo, Vaz), l. 3: MALCENVS TATE (Figueiredo); MALCENVS TATI (Vaz); l. 4: CALVI IVS MR(?)..O (Figueiredo); EABVRIVS MA...O (Vaz); l. 5: TREV AT (Figueiredo, Vaz).

A onomástica desta inscrição é deveras rica e curiosa, misturando-se nomes frequentes com nomes pouco conhecidos.

Amoena aparece dezenas de vezes na Península (ILER, p. 657, por ex.).

Outro nome presente é *Malgeinus*, a que já nos referimos acima [nº 34].

Alluquus aparece nesta inscrição na forma feminina, com a forma *Allucquai*. Albertos Firmat considera este nome e outras variantes, contando neste caso 16 nomes. (Albertos Firmat, 1976). Anos antes (Firmat, 1966, p. 18) regista *Allucius*, relacionando-o com *Alluquus*, mas nada diz sobre a sua origem.

Palomar Lapesa (1956, p. 30) regista o nome mas também nada diz sobre a sua possível origem.

É composto do radical *ALL-* que aparece noutros nomes como *Allius*, tendo ambos uma distribuição geográfica semelhante, como bem assinalou Palomar Lapesa. O segundo elemento, *-uquus* pode ser uma derivação de *UCCIUS*, nome que aparece, na Península Ibérica, em Moraleja, perto de Coria; este nome, por sua vez, entra na formação de outros nomes como em *AUCCABA*, conhecido perto de Segóvia.

Albertos Firmat (1966, p. 243) refere ainda que o radical *UCCU-* aparece na Gália, e noutras regiões do mundo romano.

O nome *Cintumunis* não se regista em mais nenhum lugar. Albertos Firmat refere o nome *Cintus* que tem o mesmo radical. Acrescenta que na Gália aparece *Cintugenus*, *Cintugnatus* e *Cintusmus*. Deriva do galês *cynt -*, que significa "primeiro", segundo a opinião de Lewis Pedersen (Albertos Firmat, 1966, p. 88)

Cintumunis contém ainda o sufixo *-mvn-*, relacionável com *Minus*, *Munna* ou *Munus*. Há vários nomes que se formaram sobre este sufixo, com função de radical: *Minus* é um exemplo. Fora da Hispânia, aparece em várias regiões do Império. Albertos Firmat considera que "provavelmente estes nomes estão baseados no indo-europeu **minu -* "pequeno", de **mei-*, **mineu-* "diminuir", presente em várias línguas da Europa, entre elas o celta (Albertos Firmat, 1966, p. 157).

Quanto a *Magius*, Kajanto inclui-o entre os nomes de sufixo comum em *-io*, considerando o nome como *Magio* (1982, p. 164).

Albertos aponta a coincidência deste nome com o nome latino *Magius*, mas inclina-se para que exista uma forma celta **magio-*, que aparece quase sempre em composição: *Magio-rix*, *Are-magios*, *Magiomarus* e outros. Quando fala sobre o nome *Magulio*, considera-o como derivado do radical **maghu-* que traduz por "jovem", "rapaz", "solteiro". Será o mesmo radical nos dois nomes (Albertos Firmat, 1966, p. 143-144).

Untermann (1965a, p. 132, com mapa), por sua vez, diz que este nome está presente quase só na Hispânia indo-europeia.

O domínio deste nome é a área lusitano-galega, mas não é raro na Celtibéria e Astúrias.

O patronímico *Batius* é conhecido na epigrafia peninsular, na forma feminina, *Batia* (ILER 1231). Este é, pois, o segundo aparecimento deste nome.

O que acabámos de referir aplica-se também a *Trevoatus*. Com efeito, conhece-se apenas em Idanha-a-Velha (ILER 4056) um genitivo *Trevoati* e daí que o consideremos da segunda declinação. A sua origem deverá radicar no numeral indo-europeu *Tri-*, presente noutros nomes como *Triteus*, *Tridallus* e outros.

Caburius é conhecido e pertence a uma vasta família de nomes de radical *Cabar -*, *Cabr -*, *Cabur -* (Firmat, 1966, p. 64-66).

Acilis é, certamente, uma variante do gentílico romano *Acilivs*. É mais um caso de adaptação de um nome da segunda declinação à terceira: *Acilius / Acilis*, *Viriatus / Viriatis*.

Tendo em consideração a paleografia da inscrição e uma certa desarrumação do texto, talvez devamos considerar esta inscrição do século II.

Est. LXXVI.

Ach.: Lamas de Moledo, Moledo, Castro Daire.

Paradeiro: Casa particular de Lamas de Moledo.

Estela com frontão redondo, aparecida em 1988. Fracturada; apesar disso, a inscrição está completa. De granito de grão grosso, está bastante erosionada.

Na cabeceira apresenta um crescente lunar e uma estrela de seis pontas. O campo epigráfico é bordejado por uma moldura constituída por um listel na parte superior e um sulco nas partes laterais.

Dimensões: (74) x 30 x 16.

Campo epigráfico: 44 x 25.

APIN/NAE · BO/VTI(i) F(i)liae · A/NN(or)um · V (quin)que · ⁵ AMOE/NA · MA[TER] · F(aci)endum · C(ur)avit.

A mãe, Amena, tratou de fazer a Apina, filha de Búcio, de cinco anos de idade.

Letras: 1: 6; 2: 6, (O = 4); 3: 6; 4: 6; 5: 6, (O = 4,5); 6: 6; 7: 5;

Espaços: 1: 1; 2:1; 3: 1; 4:1; 5: 1; 6: 1-2,5; 7: 0-1.

Curado, 1989a (=AE 19, 381).

Os caracteres estão levemente gravados, devido certamente à má qualidade do suporte. Escrita actuária. Os AA têm travessão e os OO são de mais reduzidas dimensões. Notem-se os pontos de separação entre todas as palavras.

A antroponímia é conhecida da área da *civitas* e mesmo de Lamas de Moledo. *Apinna* constitui a excepção, pois aparecerá aqui pela primeira vez.

Monumento atribuível ao século II, pela paleografia e utilização do dativo.

Ach.: Costa, Germinade, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Desconhecido.

Segundo Amorim Girão, cobria uma sepultura com as letras viradas para baixo, concluindo-se das suas palavras que se tratava de um reaproveitamento. Indica-a como guardada numa casa particular, mas na aldeia desconhece-se o seu paradeiro; também não está no Museu Nacional de Arqueologia, onde recolheu outra lápide aparecida na mesma data.

D(*iis*) M(*anibus*) S(*acrum*) / AVRELIVS [...]
Consagrado aos deuses Manes. Aurélio...

Girão, 1924, p. 249; Tavares, 1961, p. 363-364.

Saliente-se nesta inscrição a fórmula inicial, não muito frequente nas inscrições funerárias da região, tal como o uso do nominativo, comum também a outra epígrafe vinda do mesmo local.

Aurelius é um gentílico latino frequente em todo o mundo romano. Na Península surge com frequência junto de cognomes de origem indígena (ILER, p. 664, por ex.).

39

Est. LXXVII.

Ach.: Lamas de Moledo, Moledo, Castro Daire.

Paradeiro: Patim da casa de Maria Rosa dos Santos, Lamas de Moledo, Castro Daire.

Estela funerária com frontão semicircular e um crescente lunar gravado. É de granito de grão médio. O campo epigráfico é bordejado por uma moldura constituída por um simples filete. Está fracturada na parte inferior.

Dimensões: 100 x 32,5 x 15.

Campo epigráfico: 27 x 63(?)

CABV/REINAE · CELI(*i filiae*) / AN(*orum*) IIX (*octo*) · I⁵ TONGETA · PETOBI / [...]

Tongeta, filha de Petóbio, (mandou fazer este monumento) a Cabureina, filha de Célio, de oito anos ...

Letras: 6 - 7,5.

Espaços: 1 - 2.

Curado, 1979, p. 143-145; Curado, 1985, p. 654-655; Correia, 1986, p. 104.

Variantes: I. 2: FINA (Curado, 1979); I. 5: LONG (Curado, 1979).

Assinalam-se dois nexos: na primeira linha, *IN* e, na l. 6, *ET*.

As letras estão bastante desgastadas, apresentando por isso certas dificuldades de leitura. Alguma imperícia do gravador parece também visível na forma dos *BB* (l. 1 e 7), *O* (l. 7) e *T* (l. 6).

A onomástica não é frequente na epigrafia peninsular. *Cabureina* deriva de *Caburus*, através do sufixo *eina*, com um alongamento da vogal *e* (Palomar Lapesa, 1957, p. 51-52 e Albertos Firmat, 1966, p. 65).

Celius é uma variante de *Caelius*, mais frequente (Albertos Firmat, 1966, p. 238 e Palomar Lapesa, 1957, p. 68 e 84).

Petobi é desconhecido. Poderá ser derivado de *Pentovius* (Curado, 1979). A mesma raiz *Pet-* está presente no nome de um dos povos dedicantes da inscrição do penedo de Lamas, *Petravioi* [nº 10].

À família dos nomes com o radical *Tong-* como *Tongeta* nos referimos abaixo, no comentário à inscrição nº 54.

Monumento datável dos inícios do século II, atendendo à ausência de dedicatória, aos caracteres paleográficos e à forma de representar o numeral.

40

Ach.: Lamas de Moledo, Moledo, Castro Daire.

Paradeiro: Desconhecido

O texto desapareceu, tendo ficado a cópia feita por Ribeiro Pereira.

CAMALA / PISIRI F(*ilia*) AN(*orum*) XXV (*viginti et quinque*) / H(*ic*) S(*ita*) E(*st*) S(*it*) T(*ibi*)
T(*erra*) L(*ewis*).

Aqui jaz Câmala, filha de Pisiro, de 25 anos. Que a terra te seja leve.

Pereira, 1955, p. 123; CIL II 418; Figueiredo, 1952, p. 162; ILER, 2705; Correia, 1986, p. 103-104.

Variantes: GAAIA (Pereira, 1955).

Pensamos que a leitura deficiente de Pereira e ficou a dever ao facto de as letras *AMA*, aparecerem em nexu.

Camalus é um nome frequente na Península, nomeadamente na Lusitânia (Albertos Firmat, 1966, p. 72 e Untermann, 1965a, p. 85-86).

Pisirus surge esta única vez na área da *civitas* de Viseu. Na Península, circunscreve-se quase exclusivamente à Lusitânia (Borges, 1976, mapa 3); a sul do Tejo surge apenas em Aramenha (Encarnação, 1984, 615) e Villamesias (Palomar Lapesa, 1957, p. 92-93).

41

Ach.: Lamas de Moledo, Lamas de Moledo, Castro Daire.

Paradeiro: Desconhecido.

Reconstituição a partir do texto de Botelho Pereira, uma vez que o texto se perdeu.

CAMAL/IANO / ... GINMIAE (*filius*) / ANN(*orum*) III (*trium*) / LONGEIA [ve/ LONGETA]
C/AMALI (*filia*) MATER / F(*aciendum*) C(*uravit*).

A Camaliano, filho de *Ginmia* (?), de três anos, a mãe Longeia (ou Longeta), filha de Câmalo, tratou de fazer.

Pereira, 1955, 123; CIL II 417; ILER 4304; Correia, 1986, p. 103-104.

O nome *Camalianus* não se encontra nos índices dos principais *corpora*. É uma derivação do nome indígena *Camalus*, a que se juntou o sufixo *-anus*, que era, aliás, o nome do avô materno. Indicia-se aqui o processo de transmissão do nome. Neste caso, o neto foi buscar o nome ao avô materno, juntando-lhe apenas o sufixo.

O patronímico de *Camalianus* seria um nome com um genitivo em *ae*, o que nos faz pressupor um nome da primeira declinação.

Longeia tem um radical que aparece em vários outros antropónimos mesmo latinos (*Longinus*, por ex.) (Albertos Firmat, 1966, p. 135).

42

Ach.: Ínsua, Penalva do Castelo.

Paradeiro: Desconhecido.

[...] AN(*norum*) XVIII (*duodeviginti*) / CELERINAE / AN(*norum*) VIII (*novem*) / CELERINVS / PATER ET AVITA MATER / ⁵P(*onendum et*) F(*aciendum*) C(*uraverunt*).

... de dezoito anos (e a) Celerina, de nove. O pai, Celerino, e a mãe, Avita, puseram e trataram de fazer.

Figueiredo, 1953, p. 169; Leite, 1956, p. 165.

Variantes: l. 4: PATER ET AE (Leite, 1956).

Inscrição desaparecida mas que foi vista por Russell Cortez (Figueiredo, 1953, p. 169) e Barros Leite (1956, p. 62). Trata-se de um monumento dedicado a dois irmãos que morreram antes dos pais que, desgostosos com o desaparecimento prematuro dos filhos, aos nove e dezoito anos de idade, lhes dedicam esta memória eterna.

Desconhecemos o nome do primeiro homenageado. Verifica-se, no entanto, que a filha foi buscar o nome ao pai, pelo que poderemos pressupor que o outro defunto era também uma mulher a quem teria sido dado o nome da mãe, *Avita*. À segunda filha foi dado o nome do pai, na forma feminina, *Celerina*.

Avitus é um nome com grande representação na Península, sobretudo na Lusitânia e Bética (Untermann, 1985, p. 65-66, mapa 14).

Celerinus é um cognome latino muitas vezes registado em todo o mundo romano (Kajanto, 1982, p. 248).

43

Ach: Sangemil, Ínsua, Penalva do Castelo.

Paradeiro: Desconhecido.

Cl... SAO TANCINI / F(*ilio*) / FILI(us) F(*aciendum*) C(*uravit*).

A ..., filho de Tangino. O filho tratou de fazer.

Leite, 1956, p. 63.

Conhece-se apenas da referência que a ela faz o Dr. Frenando Barbosa de Barros Leite que, em 1956, ainda a viu, inédita, numa casa de Sangemil ¹¹.

A primeira palavra seria um nome com dativo da segunda declinação, seguido do patronímico *Tancinus*. Reconstituímos este a partir da letras que Leite indica: um *T*, seguido de duas letras, *CI*, e mais duas letras.

Pensamos que no fim estaria a indicação da pessoa que mandou construir o monumento.

44

Est. LXXVIII e LXXIX.

Ach.: Igreja de Couto de Baixo, Couto de Baixo, Viseu.

Paradeiro: Casa paroquial de Couto de Baixo.

Curioso monumento que serviu em duas ocasiões diferentes. Utilizado pela primeira vez no dealbar da nossa era como ara funerária, foi, mais tarde, reaproveitado na parte posterior, como placa também funerária. Em material nobre, mármore de Estremoz, apresenta fracturas acentuadas.

O monumento foi cortado longitudinalmente dos dois lados, afectando toda a inscrição mais antiga.

Na parte posterior, como a inscrição foi gravada horizontalmente, apenas a primeira e última linhas foram afectadas.

A decoração inicial era constituída por um cordão duplo separado por um sulco e um toro, na parte superior e duas escócias e um toro entre elas, na parte inferior.

Do lado esquerdo da ara tem um jarro.

No lado da placa está fracturada na parte superior e inferior. A decoração primitiva, a da ara, mantém-se também deste lado.

Medidas: 91,5 x 46 x 26,5.

Texto A: [D(iis)] M(anibus) [S(acrum)] / [CL]ODIA[E] / [C]OMPS[E] / ANN(orum) XL (quadraginta) / ⁵ [H(ic) S(ita)] E(st) S(it) T(ibi) [T(erra) L(evis)] / [CLO]DIA F(iliae) / MATER.

Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Clódia Compse de quarenta anos. Que a terra te seja leve. A mãe Clódia (tratou de fazer).

11 Trata-se da casa do General Silvério Abranches que foi ministro da Guerra. No entanto, ninguém da família se lembra desta inscrição. O Dr. José Coelho, numa nota apensa a um objecto da sua colecção, referia também esta epígrafe. O mesmo autor refere-se novamente a esta pedra nos seus *Cadernos de Notas Arqueológicas*, manuscritos que lhe serviram de referência para a elaboração do livro *Notas Arqueológicas*. Na mesma casa deveria conservar-se outra inscrição que também refere, mas que ele próprio já não viu.

Letras: 1: 5,8; 2: 4,5; 3: 4,5; 4: 4,5; 5: 3,8; 6: 3,8; 7:3,8.

Espaços: 1: 1,8; 2: 1,6; 3: 1,3; 4:1,3; 5: 1; 6: 1; 7: 1; 8: 10.

Variantes: l. 1: ...M... (Vale, 1958a); l. 2: ODI (Vale, 1958a); l. 3: OMPS (Vale, 1958a); COMP (Vale, 1958b); l. 4: EST (Vale 1958a); l. 5: DIAE (Vale, 1958a); CLAUDIA FILIA (Vale, 1958b).

Texto B: [D(iis) M(anibus)] S(acrum) / I(V)ENTIO / ANN(or)um XLVIII (octo et quadraginta) CLAUDIA GERONTIA / ET VALERIVS HERENIANVS / F(i)l(i)o P(ientissimo) / H(oc) T(itulum) F(ecerunt) / ⁵ VINCITVR HIC FATVS / SALVVM SVB TARTARA / NOMEM [sic] HIC SEDIS HIC TERRA / HIC TIBI ETERNA DOMVS.

Consagrado aos deuses Manes. A Juvêncio, de 48 anos. Cláudia Gerência e Valério Hereniano fizeram esta memória ao filho pientíssimo. Vencido está o Fado, salvo o (teu) nome sob o Tártaro, Aqui o assento, aqui a terra. Aqui eterna mansão para ti.

Letras: 1: ?; 2: 2,6-3,2; 3: 2,5-2,8; 4: 2,5-2,8; 5: 2,5-3; 6: 2,6-3,4; 7: 2,5-3,4; 8: 2,5-3,2; 9: 2,6-3.

Espaços: 1: ?; 2: 0,7-1; 3: 0,6-1; 4: 0,5; 5: 0,4-0,7; 6: 0,4-0,6; 7: 0,4-0,7; 8: 0,3-0,7; 9: 3,5.

Vale, 1958a; Vale, 1958b; Cardozo, 1959; Vaz, 1987, p. 35; Sanders, 1989, p. 66; Encarnação, 1989, p. 319.

Variantes: l. 1: não assinalada por Vale, 1958a; l. 2: IN VENTIO (Vale, 1958a); l. 3: GERONTI (Vale, 1958a); l. 8: HIC TER ...OMVS (Vale, 1958a); HIC //II/ ETER //II/MVS (Cardoso, 1959).

Lucena e Vale deu a primeira notícia desta inscrição aparecida em 1958, nas obras de remodelação da igreja paroquial de Couto de Baixo (Vale, 1958a). Posteriormente, publicou uma segunda interpretação feita por Rogério de Azevedo que, mais uma vez, aqui viu algumas palavras gregas, nomeadamente no nome *Gerontia* (Vale, 1958, p. 243-254) ¹².

12 É a seguinte a interpretação que Rogério de Azevedo faz da inscrição: *Iuventio/ [Qui vixit a]nn[is] XLVIII. Calva gerontiae tuae. / Herennianus. E[x] f[amiliaribus] l[iberi] l[ibens] / p[osterisque] h[eredes] t[estamento] f[ieri] / [curaverunt] / Vincitur hic fatus, salvum, sub tartara, nomen. / Hic sedis, hic terra. / Hic pariter [nos er]imus. Mais curiosa é ainda a tradução que ele faz da inscrição: "A Juvêncio, que viveu 48 anos.*

Bastão da tua gerontia, a família dos Herénios. Da parte dos familiares, livremente, com gosto, para a posteridade.

Os herdeiros trataram de dar cumprimento ao testamento.

O Destino é vencido aqui, salvo o teu nome nos infernos. Aqui é a sua morada; aqui é a sua terra. De modo semelhante nós aqui estaremos."

Encarnação (1989, p. 319) publica os textos como um exemplo da coexistência exemplar de "indígenas e colonos itálicos" com nomes trazidos pelos colonos misturados com "nomes antigos, estranhos mas foneticamente identificáveis".

O texto do primeiro epitáfio é típico do século I d. C., contendo apenas o nome da defunta, a idade, a fórmula final e o nome da pessoa que mandou erigir o monumento.

A defunta, *Clodia*, tem um nome claramente latino, usado em Roma até ao Baixo Império (Solin, 1977, p. 113). Na Península Ibérica apareceu até agora uma vintena de vezes na forma feminina (ILER, p. 681 e CIL II p. 1059).

Compse aparece aqui pela terceira vez (CIL II 1607 = ILER 3083 e 6130). Trata-se de um cognome que nestas três ocasiões acompanha um *nomen* feminino.

Na parte posterior do monumento aparece a dedicatória a um defunto, identificado apenas pelo cognomen, *luventius*. É um cognome já registado cinco vezes na forma masculina e quatro na feminina, na Península Ibérica. A sua área de expansão localiza-se no sul e costa oriental da Península, sendo este o caso em que aparece mais a norte.

Valerius Herenianus tem um cognome que também não é frequente, surgindo na Península apenas meia dúzia de vezes (Encarnação, 1984, p. 327). A sua área de distribuição coincide com a de *luventius*, surgindo três vezes na Lusitânia e outras tantas na Bética. Esta inscrição do Couto de Baixo é também o sítio mais a norte onde surge.

A gens *Valeria* é conhecida de outras inscrições da região, em Cavernães e Viseu (n^{os} 29, 30 e 74).

Gerontia, por sua vez, aparece aqui pela segunda vez, sendo o outro caso conhecido da região de Madrid (ILER 3719 = CIL II 5859).

As áreas de distribuição dos dois primeiros nomes são mais ou menos coincidentes, sul e oriente peninsulares, com esporádicos exemplos fora destas zonas. Teremos, pois, que concluir que tanto *luventius* como *Valerius Herenianus* seriam provavelmente imigrantes que deixaram as suas terras no sul para se instalarem mais a norte da Lusitânia. Ocorre, pois, perguntar: escravos que acompanharam o seu senhor estabelecido numa *villa* situada em Couto de Baixo, aqui lhes sendo aribuída a manumissão?

Atendendo aos elementos que ficam expostos, consideramos a ara do séc. I e a placa, em função sobretudo do uso do superlativo, do séc. III.

45

Est. LXXX.

Ach.: Capela de Santo Amaro, Fresta, S. João da Fresta, Mangualde.

Paradeiro: Capela de Santo Amaro, Fresta, S. João da Fresta, Mangualde.

Ara de granito de grão fino, em muito mau estado de conservação. Está a servir de pia da água benta, virada às avessas, à esquerda de quem entra na capela de Santo Amaro. Mantém a forma original quase perfeita, mas a gravação está bastante gasta, o que dificulta extraordinariamente a leitura.

O capitel apresenta um filete, escócia e meia-cana. A base é um soco enorme e separa-se do fuste por uma moldura em filete e gola reversa.

38 x 29

Dimensões: 74 x 27,5 x 18

28 x 20,5

Campo epigráfico: 34 x 27,5.

DEIBVERANA/E ANN(orum) / L (quingenta) ANGETA/E AN(norum) XX (viginti) / CINI(us) F(iiliae) V... / CVISME ... /I... F(aciendum) C(uraverunt ?).

A Deiburana, de 50 anos e a Angeta de 20. Cinio, à filha e ... trataram de fazer (este monumento).

Letras: 3,5 - 5.

Espaços: 0 - 1

Gomes, 1985a (=AE 1985, 518); Gomes, 1992, p. 123-125.

Variantes: Gomes e Tavares fizeram a seguinte leitura: [D](?)EIBVRAN / [...]D (?) [...]N (?) / [...][ANGIITA(?)] / [...]AN[...] / ⁵ [...]INI · F(iilius, a) · [...] / [...]VISVA [...] / [...] · F(aciendum) C(uravit).[vel C(uraverunt)].

Trata-se de uma inscrição funerária em que se recordam duas defuntas com 50 e 20 anos, idades certamente arredondadas.

A onomástica é estranha à região de Viseu. Para o primeiro nome, *Deiburana*, não encontramos paralelo no mundo romano. O radical **dei* deriva do indo-europeu **deiuos*, que passou ao latim e línguas dele derivadas através da palavra "*deus*" (Firmat, 1966, p. 105).

O segundo elemento, *Eburana* deriva do substantivo galês *eburos*, que está na base de muitos antropónimos e topónimos (Firmat, 1966, p. 111).

O nome da l. 3, *Anceta* ou *Angeta*, é conhecido da epigrafia peninsular, região de Cáceres (ILER 4871). Tem um radical de origem indo-europeia, **ank-* (Firmat, 1966, p. 24 e 25-26).

Na l. 5, lê-se o patronímico *Cinius*. É um nome raro na Península, surgindo até agora apenas em quatro lugares (CIL II 5350, 2301 = ILER 5015; ILER 4775; Albertos Firmat, 1966, p. 88).

Fora da Península conhece-se em vários lugares, podendo mesmo aparentar-se com o nome latino *Cinna* que deriva do etrusco (Kajanto, 1982, p. 42 e Albertos Firmat, 1966, p. 88). Na presente inscrição surge em contexto indígena.

46

Est. LXXXI.

Ach.: Casa da Avenida Emídio Navarro, S. José, Viseu.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Nº 7084.

Estela de granito de grão fino, com moldura em meia-cana, fracturada do lado direito. Campo epigráfico ligeiramente rebaixado. As duas últimas linhas estão ainda mais rebaixadas, como se tivesse havido um erro e a pedra fosse picada sobre as linhas anteriores.

Dimensões: 66 x 34 x 30.

D(*iis*) M(*anibus*) [S](*acrum*) / FIRMIN[AE] / FIRMI [F](*iliae*) / AN(*norum*) XX (*vigint*) / ⁵
MODESTV[S] VXORI / F(*aciendum*) C(*uravi*).

Consagrado aos deuses Manes. Modesto tratou de fazer para sua mulher Firmina, filho de Firmo, de 20 anos.

Letras: 1: 5; 2: 4,5-5,3; 3: 5,3; 4: 5,3-5,5; 5: 5-5,3; 6: 5-5,3; 7: 5,3.

Espaços: 1: 0,5-1; 2: 1,5; 3: 1-1,5; 4: 0,7-1; 5: 0,5-1,2; 6: 1,7-2,5; 7: 0,7-1,2.

Aragão, 1894, II, p. 250; Vasconcelos, 1927a; Figueiredo, 1952, p. 157; Alarcão, 1989b, p. 36.

Variantes: I 1: FIRMIN[VS] (Vasconcelos): I. 4: Vasconcelos omite a palavra VXORI.

A gravação é cuidada, tendo havido uma distribuição prévia, segundo um eixo de simetria. As letras são ligeiramente inclinadas à esquerda.

Os nomes que a inscrição apresenta surgem noutras epígrafes da região. *Firmina* é um cognome latino derivado de *Firmus*, através do sufixo *-inus*. Frequente no mundo romano,

aparece 203 vezes no CIL, sendo usado por escravos ou homens livres, senadores e mulheres (Kajanto, p. 258). O adjectivo *firmus*, de onde deriva o nome, significava inicialmente um homem de carácter forte.

Modestus ou o seu derivado *Modestinus* aparece em Canas de Senhorim [nº 62] e S. Cosmado [nº 83]. Também é um cognome de origem latina.

Atendendo ao uso da fórmula inicial, ao cuidado posto na gravação e elaboração do monumento, colocamo-lo na segunda metade do século I.

47

Ach.:Pinheiro de Tavares, Pinheiro de Tavares, Mangualde.

Paradeiro: Peitoril de uma janela de Pinheiro de Tavares, Mangualde.

Em granito de grão bastante fino, não se sabe de onde proveio em tempos recuados. Cremos que não terá provindo de muito longe, quiçá estaria na própria povoação onde se pode assinalar uma *villa* no período romano (nº 53).

Decorada com uma rosácea inscrita num octógono e uma cruz entre a rosácea e o campo epigráfico. São nítidos também os sinais de uma reutilização em tempos modernos, o que levou Gomes (1985) a afirmar tratar-se "sem dúvida de uma decoração posterior". Poder-se-á, todavia, considerar que a estela estaria preparada para receber uma inscrição que deveria ser gravada a começar do lado da rosácea e não na posição que tem neste momento. Por razões que nos escapam, a estela foi invertida e gravada ao contrário.

Medidas: 123 x 47 x ?.

Campo epigráfico: 62 x 41.

D(iis) M(anibus) S(acrum) / FLAVINA / FLAVI · F(ilia) / IDICAI / ⁵ ALVQVI · F(iliae) / M(atri) · S(uae)·A(nnorum) · LX (sexaginta) / F(aciendum) C(uravit).

Consagrado aos deuses Manes. Flavina, filha de Flávio, tratou de fazer (este monumento) a sua mãe Idica, filha de Alúquio, (morta com) 60 anos.

Letras: 5-8.

Espaços: 0-11.

Gomes, 1985d, nº 52 (AE 1989, 519); Gomes, 1992, p. 119-121.

Variantes: l. 4: I (?) DI (?) [...]AI (Gomes, 1985d).

Em bom estado de conservação, apenas está um pouco desgastada na l. 4, não impossibilitando a leitura, apesar disso. Poderá ler-se ali *Idica* ou *Ideca*.

Os nomes *Flavina* e *Flavus* têm a mesma origem, sendo o primeiro derivado do segundo. O processo de formação seguido é o habitual, a junção do sufixo *-inus* ou *-ina* ao nome paterno ou materno. A utilização deste sufixo é um processo que começa a ser usado muito cedo em Roma, mantendo-se ao longo de todo o Império (Solin, 1977, p. 103).

Flavus é um nome que pode derivar do celta, mas cuja origem se não determinou ainda com segurança (Encarnação, 1984, p. 527), aparecendo a identificar tanto indígenas, como parece ser o caso vertente, como em contexto perfeitamente romano (Monteiro, 1980, p. 169).

Outra hipótese aponta para uma origem etrusca (Heurgon, 1977, p. 25). Um dado é certo: na época republicana já existia em Roma (Solin, 1977, p. 118).

Observando a distribuição deste nome na Península Ibérica, podemos verificar como *Flavus* predomina sobretudo a norte do Tejo, nomeadamente no Noroeste e nas Astúrias. Por outro lado, esta forma predomina sobre a indígena *Flaus*, parecendo que existe coincidência do nome romano com um nome indígena (Kajanto, 1982, p. 18 e 37 e 227).

O contexto da inscrição de Pinheiro de Tavares é perfeitamente indígena: forma de identificação, nomes e área em que se encontra. Apenas as fórmulas, já perfeitamente adoptadas, são romanas.

O nome da defunta, *Idica* ou *Ideca*, não aparece registado na epigrafia peninsular ou romana. Poderemos, no entanto, relacionar este nome com outros de prefixo indo-europeu **ndhi-*, prefixo com valor superlativo e que aparece na formação de outros nomes como *Inderca*, *Indebilis*, etc. (Albertos Firmat, 1966, p. 124-125).

Poderemos também relacioná-lo com o étimo *Idus* e inclui-lo assim entre os nomes originários do calendário (Kajanto, 1982, p. 218-219).

O segundo elemento, *-ica-* encontra-se como radical em muitos outros antropónimos. É o caso de *Icabeumin*, *Icantus*, etc. Este radical aparece sobretudo na Gália e na Ilíria, mas não é estranho à Península (Albertos Firmat, 1966, p. 122). Entra mesmo na formação de alguns teónimos.

O pai, *Alluquius*, tem um nome que predomina sobretudo na Lusitânia. Palomar Lapesa assinalou a coincidência da sua distribuição com o nome *Allius*, o que "reforça a crença de que se trata de formações sobre um mesmo radical" (Palomar Lapesa, 1957, p. 30). No início seria um nome nobre, pois foi dado a um príncipe celtibero (Albertos Firmat, 1985, p. 264).

A observação do mapa de distribuição deste nome leva-nos a concluir pelo seu uso sobretudo na Lusitânia e zonas limítrofes.

Na região de Viseu surge em Pinho, concelho de S. Pedro do Sul, na forma feminina [nº 36]; em Cavernães (Viseu) surge *Allius*, outro nome com o mesmo radical [nº 27].

Tendo em conta o uso da fórmula inicial e a ausência de outros elementos identificativos, datamos esta estela dos finais do séc. I ou inícios do II d. C.

Est. LXXXIII.

Ach: Quinta dos Matos, Rãs, Sátão.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital. Nº 617.

Estela funerária fracturada a meio, profusamente decorada, apresenta um frontão com um triângulo de vértice cortado, formando como que um fóculo. Na face esquerda tem uma cruz de Malta, sinal do reaproveitamento posterior, certamente como marco de propriedade. Quando foi identificada, servia de divisória dos concelhos de Sátão e Aguiar da Beira, precisamente na Quinta dos Matos.

A preocupação de embelezamento é bem visível no frontão, com uma espécie de palma estilizada, toros laterais e o triângulo cortado; o campo epigráfico foi rebaixado e incluído numa moldura em filete e meia cana. A parte inferior da estela foi também decorada com o mesmo motivo do frontão.

Dimensões: 132 x 39 x 19.

Campo epigráfico: 28 x 48.

D(iis) · M(anibvs) · S(acrvm) · / FLORVS VALIINTIS · F(ilius) · / ANN(orvm) XXX (triginta) /
 5 FLORINVS / IIT · FLORII/NTINVS · P(atr) / F(aciendvm) · C(uraverunt).

Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Floro, filho de Valente, de 30 anos. Florino e Florentino trataram de fazer para o pai.

Letras: 4-5.

Espaços: 1: 1-1,3; 2: 1-1,5; 3: 1-1,5; 4: 1-1,7; 5: 1,5; 6: 0,7-1,7; 7: 0,3-1,2; 8: 0,9-1; 9: 1,5-2,3.

Figueiredo, 1953, p. 171-172; Coelho, 1957; Vaz, 1979, p. 548-552; Vaz, 1988, p. 16-18.

A fractura que a pedra sofreu dificulta um pouco a leitura da l. 4. No entanto, como já fizemos notar em anterior trabalho, mantemos ali a leitura de XXX. Poderá eventualmente optar-se por LXXX, que nos parece menos provável.

A onomástica presente na inscrição não é uma onomástica comum nesta região da Península, pelo que se trata de nomes importados de regiões afastadas ou de imigrantes.

Valens aparece registado em Roma apenas no Baixo Império, 4 vezes (Solin, 1977, p. 136).

Kajanto considera que há alguns cognomes indígenas que têm uma origem latina, apontando este como exemplo (1982, p.18). Inclui-o entre os cognomes que significam qualidades corporais, neste caso "força física". Indica a existência deste cognome 612 vezes no CIL e refere que se trata de um nome exclusivamente masculino (1982, p. 66).

Na Península Ibérica, não parece ter sido muito usado, estando registado apenas cerca de duas dezenas de vezes (ILER, p. 760-761).

A sua origem radica no indo-europeu **ual-* que significa "ser forte". Deu origem a muitas palavras latinas e muitos nomes indígenas. A mesma raiz se encontra em nomes como *Valerius*, *Valodus*, *Valutius* e mesmo no verbo latino *valeo*. Transmitiu-se também ao celta: *Vlatos* "senhor", (o que tem força?).

Florinus deriva de *Florus*, através da junção do sufixo *-inus*, frequente no Alto Império em Roma.

Em Roma aparece a forma feminina registada no Baixo Império apenas uma vez. (Solin, 1977, p. 118).

Florentinus é registado por Solin 17 vezes em Roma, no Baixo Império (Solin, 1977, p. 118). Deriva do adjectivo latino *Florens*, pertencente a uma vasta família de nomes com origem floral (Kajanto, 1982, p. 233).

Considerando a paleografia e a presença da consagração aos Manes atribuímos esta inscrição aos finais do século I d. C.

49

Ach.: Rua da Regueira, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Desconhecido.

Inscrição que «estava na rua da Rigueira na frontaria das cazas de um Conego», no dizer de Ribeiro Pereira.

1ª hipótese:

FLORO CVM(*elii*) PACATI (*filio*) AN(*norum*) ... APER EX TESTAMEN(*to*) [F(*aciendum*) C(*uraviŕ*)].

2ª hipótese:

FLORO CVMPACATI (*filio*) AN(*norum*) ... APER EX TESTAMEN(*to*) [F(*aciendum*) C(*uraviŕ*)].

Pereira 1955, p. 129 ; CIL II 405; Aragão, 1894, I, p. 88; Figueiredo, 1953, p. 156; ILER 6521; Alarcão, 1989b, p. 35.

Variantes: FLORO? CVM PACATANIVM APER EX TESTAMEN (Pereira); FLORO CVM / PACATANIVM / APER EX TESTAMEN (CIL II).

Deixamos duas hipóteses de reconstituição possíveis desta inscrição, baseados na seguinte análise :

FLORO é o dativo de *Florus*, antropónimo perfeitamente conhecido na região e a que nos referimos na inscrição anterior.

CVM pode ser a abreviatura de *Cumelius*, nome conhecido da onomástica peninsular (Vaz, 1986, p. 295 e mapa 1). A sua distribuição ocorre sobretudo na região à volta do Douro. Dos sete exemplares conhecidos (CIL II, p. 1088 e ILER, p. 728), quatro são de localidades vizinhas daquele rio e um quinto monumento é de um cidadão originário de *Coilarnum*, cidade situada também próxima (Vaz, 1986, p. 295). Os restantes exemplos são de Idanha-a-Velha e Astorga. Nesta cidade, o nome aparece repetido três vezes na mesma inscrição. O exemplo mais afastado do Douro é o de Idanha-a-Velha.

Pacatus, registado mais de uma centena de vezes no CIL, é um gentílico latino a que Kajanto atribui origem numa qualidade de carácter (Kajanto, 1962, p. 261).

Podemos, ainda, partir do princípio de que *CVM* e *PACATIANVM* constituem uma única palavra. Neste caso teríamos um nome não registado no mundo latino, o que não seria verdadeiramente surpreendente em Viseu, pois já Hübner disse, em comentário a esta inscrição "«*Cum Pacatanium*» non videtur abhorrere ab huius regionis barbarie" (CIL II, p. 46). Sendo assim, este nome seria composto do radical **cum-* e do nome *Pacatus*, que acabamos de referir.

O radical **cum-* encontra-se presente em vários nomes indígenas e romanos. É o caso de *Cumelius*, *Cumis*, *Cuma* e *Cumana*. Este último está já presente em Roma na época republicana.

Aper é um cognome latino bastante divulgado em todo o mundo romano. À semelhança de tantos outros nomes romanos, obteve-se a partir do nome dado a um animal selvagem.

50

Ach.: Torre de menagem do castelo de Viseu, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Desconhecido.

Conhecemos apenas o texto recolhido por Manuel Botelho Ribeiro Pereira. Diz ele que a inscrição se encontrava na torre de menagem do castelo de Viseu, que faz corresponder à torre dos sinos¹³.

13 Não vem ao caso discutir a existência de um castelo em Viseu, mas a existência de uma inscrição encastrada na parede de uma torre da Sé prova precisamente o contrário daquilo que Pereira pretende provar, ou seja, a existência de um castelo romano em Viseu. A inscrição representa o reaproveitamento de uma pedra numa construção posterior.

FRONTONIO PELLI (*filio*) / FLACVS FRATER / [F](*aciendum*) C(*uravit*).

A Frontónio, filho de Pélio, fez o irmão Flaco.

Pereira, 1955, p. 111; CIL II 406; Aragão, 1894, p. 82; ILER 4700; Alarcão, 1989b, p. 35.

Os nomes utilizados no epitáfio são de origem latina. *Frontonius* radica a sua origem em *frons*, *frontis* significando, etimologicamente, o que tem uma cabeça grande. É um gentilício usado aqui como cognome (CIL II, p. 1062). A sua zona de incidência na Península Ibérica é a Lusitânia, sendo, contudo, raros os exemplos nas zonas IV e V de Untermann (1965a e Borges, 1976, mapa).

Pellus é um nome indígena exclusivo da Lusitânia. Dos sete exemplares que se conhecem, seis situam-se entre o Douro e o Tejo e apenas um, em Astorga, a norte daquele rio. O contexto em que aparecem também é sempre indígena, excepto num caso, Porto de Mós, em que se trata de um cidadão, licenciado de uma coorte dos Lusitanos.

A origem deste nome tem que procurar-se no radical indo-europeu **peł*, que significa «cinzento, pálido».

Palomar Lapesa faz derivar este nome do grego e acrescenta que aparece fora da Hispânia apenas duas vezes (1957, p. 90)

Albertos Firmat, considerando embora esta hipótese, diz que a sua origem radicará numa língua mais oriental (1966, p. 179). Este nome acabou por servir de radical a muitos outros nomes, como *Pelgus*, *Pellicus*.

Flacus é cognome latino frequente na Península Ibérica (ILER, p. 694). Inicialmente, a palavra significava "orelhudo", o que tem "orelhas compridas". É por isso que Kajanto o inclui entre os nomes que se originaram a partir de defeitos corporais (Kajanto, 1962, p. 240).

51

Ach.: Igreja de S. Miguel, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Desconhecido.

A presente inscrição estava numa esquina da igreja de S. Miguel, junto à sacristia (Pereira, 1955, p. 128). Tratar-se-ia de uma placa fracturada dos dois lados, a julgar pelos elementos que restaram.

[...] INTILI F(*ilius* vel *a*) AN(*norum*) / [...] CADI (*i*) F(*ilius* vel *a*) A(*nnorum*) XX / [...] ET CICERO / I. SORORI / ⁵ F(*aciendum*) C(*uravit* vel *uraverunt*).

... filho ou filha de ... anos, ... filho ou filha de Cado, de 20 anos ...e Cícero, ..., à irmã tratou de fazer (ou trataram de fazer).

Pereira, 1955, p. 128; CIL II 412; Aragão, 1894, p. 86; Figueiredo, 1953, p. 156; Alarcão, 1989b, p. 36.

Falta a primeira linha, onde estava o nome de um defunto. A pedra estaria fracturada dos dois lados, pelo que faltarão o princípio e o fim de quase todos os nomes.

Era um monumento dedicado a mais que um defunto, pois aparecem duas idades, uma de 20 anos, e outra de números desconhecidos.

Seguimos a divisão em linhas apresentada por Maximiano de Aragão que deve ter consultado o original de Botelho Pereira (Aragão, 1894, p 86). A edição dos "Diálogos Morais e Políticos", publicada pela Assembleia Distrital, em 1955, não faz qualquer divisão por linhas, enquanto Maximiano de Aragão a faz. Botelho Pereira teria copiado as inscrições como estavam gravadas nas pedras e daí a transcrição de Aragão.

Cicero é um nome latino usado em todo o mundo romano. A sua presença nesta inscrição levou Botelho Pereira a imaginar que aqui teriam estado Cícero e a sua família (Pereira, 1955, p.128).

Outro nome que aqui encontramos completo é *Cadius*. Aparece exclusivamente na Lusitânia. Palomar Lapesa (1957, p. 54) regista o nome, mas não tece comentários à sua etimologia.

Albertos Firmat (1966, p. 67) inclui-o entre os nomes de radical em *Cad-* como *Cadauo*, *Cadilla* ou *Cadroilo*.

52

Est. LXXXIV.

Ach: Quinta da Taboadela, Silvã de Cima, Sátão.

Paradeiro: Quinta da Taboadela, Silvã de Cima, Sátão (1990).

Fragmento de uma placa de granito de grão bastante fino. Completamente deteriorada, fracturada em todos os lados, apresenta ainda sulcos longitudinais que parecem naturais e, por conseguinte, já existiriam no momento em que foi gravada, o que levanta problemas de leitura.

Deve ser da própria *villa* que se situava no local onde hoje se ergue a Quinta da Taboadela (estação nº 140).

Dimensões: 38 x 26 x 19,5.

L · A (*hedera?*) ICO / ANN(*orum*) XXV · H(*ic*) · S(*itus*) · E(*st*).

Letras: 5 - 6,5.

Há abuso de pontos de separação, usados entre as letras e não apenas entre palavras: na l. 1, entre o *L* e o *A* vemos um sinal que deve ser um ponto circular; entre o *A* e o sufixo há outro elemento que parece uma *hedera*. Na l. 2, todos os pontos são circulares.

A gravação das letras mostra dificuldade no manuseamento dos instrumentos e do material: o *l* não é recto, o *O*, embora redondo, é mais pequeno que as outras letras, os *AA* têm um traçado irregular.

Na l. 1, está parte do nome do defunto, sabendo-se apenas que o nome terminaria com o sufixo *aicus*. Este sufixo não é inédito na epigrafia regional, aparecendo na formação de outros nomes.

Podemos admitir que não se trate de um dativo, mas antes de um nominativo e, então, teríamos um nome de tema em *O*.

53

Est. LXXXIV.

Ach.: Ramirão, Casal Vasco, Fornos de Algodres.

Paradeiro: Casa particular de Ramirão.

Placa funerária, de granito de grão médio, embutida no interior de uma casa da aldeia. O campo epigráfico é rebaixado, não se notando a existência de qualquer moldura.

Dimensões: 31 x 73,5 x ?

Campo epigráfico: 28 x 60/61.

LOBAENVS · MANI (*filius*) · ANNO(*rum*) VII (*septem*) · PATER · F(*ilio*) F(*aciendum*)
C(*uraviſ*).

Lobaeno, filho de Mânio, de 7 anos. O pai tratou de fazer ao filho.

Letras: 1: 6,5-7; 2: 6,5-7; 3: 6-6,5.

Espaços: 1: 2; 2: 1,5-2; 3: 2; 4: 1,5-2.

Curado, 1986c (= AE, 1986, 302).

Saliente-se a simplicidade do texto, em nominativo e sem qualquer invocação. As letras estão cavadas em bisel fundo, mostrando não ter havido prévia distribuição das letras: na l. 1, sobrou espaço que faltou na segunda. De notar ainda a abreviatura ANNO(*rum*), pouco frequente. Na *civitas*, encontramos-la ainda em Viseu, na inscrição 58.

Lobaenus não se conhece na Península Ibérica com esta grafia. Integramo-lo no grupo dos nomes com radical *Lob-*, presente em vários nomes como *Lobesa*, *Lobessa*, *Lovesius* (Palomar Lapesa, 1956, p. 77-78). Em Viseu surge *Lobesa* [nº 54].

Outra hipótese será a sua relação com o radical *Lub-* também conhecido da antroponímia peninsular (Albertos Firmat, 1966, p. 137-138).

Manius ou *Manus* é latino e aparece raramente na Península: dois exemplos apenas (CIL II 436 e Hurtado de San Antonio, 1987, 771).

O uso do nominativo e a simplicidade do texto, sem consagração aos Manes, levam-nos a colocá-lo no século I d. C.

54

Est. LXXXV e LXXXVI.

Ach.: Rua da Regueira, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Casa Cardoso Meneses, Penalva do Castelo.

Apareceu em 1887, ao proceder-se à demolição de uma casa na rua da Regueira. Posteriormente, em 1950, estava na posse do Professor Doutor Lúcio de Almeida, no quintal da casa onde consta ter sido encontrada. Como um bem de família acabou por ir parar a Penalva do Castelo, onde ainda se encontra e onde a vimos e fotografámos.

Trata-se de um cipo funerário, de granito. Consta de duas partes: na parte superior tem uma figura humana esculpida em relevo, já sem cabeça. A figura veste *paenula* e tem as mãos cruzadas sobre o peito. A parte inferior é uma base com inscrição. Está mutilada do lado esquerdo, o que deteriorou a inscrição.

Medidas: 90 x 45 x 31.

Campo epigráfico: 45 x 24

[LOB]ESAE VIRIATIS F(*iliae*) / [AN]NORVM XXX (*triginta*) / [T]ONCINVS REB(*urri*)
F(*ilius*) / [M]ATRI F(*aciendum*) · C(*uravit*).

A Lobesa, filha de Viriato, de 30 anos. Tongino, filho de Reburro, tratou de fazer à mãe.

Letras: 1: 4-4,7; 2: 3,7-4; 3: 3,7-4,5; 4: 4-4,5.

Espaços: 1: 0-1; 2: 0,5-1; 3: 0,5-1; 4: 0,5-1; 5: 0-2,5.

Figueiredo, 1887b, p. 82-83; CIL II 5246; Coelho, 1957, p. 5-14; Figueiredo, 1953, p. 157; Vaz, 1983, p. 733; Alarcão, 1989b, p. 36.

Variantes: l. 1: CAESAE (Figueiredo, 1887b; Coelho); VIRIATI (Figueiredo, 1887b); l. 3: [T] ou [L]ONGINO (Vaz); REBV(RRI) (Coelho).

Uma certa rudeza do monumento é visível na gravação, com um *ductus* irregular. A distribuição das letras - 15 letras na 1ª linha, 10 na 2ª, 11 na 3ª e 7 na 4ª - mostra que não houve paginação prévia do monumento. Assim, faltando três letras no princípio da l. 1, teremos o nome *Lobesa*. Na l. 3, tanto poderia estar um *T* como um *L*, lendo-se o nome *Tonginus* ou *Longinus*. No entanto, a forma mais frequente é *Toncinus*, pelo que optamos por este. A l. 4 apresenta ainda a parte superior de uma letra que é, sem dúvida, um *M*, de *Matri*.

A onomástica não foge às características da região de Viseu. O nome *Lobesa* é quase exclusivo da área luso-galaica (Untermann, 1965a, p. 48-49).

Tonginus deriva de *Tongius*, através do sufixo *-inus*, processo frequente na formação onomástica latina. O radical entra em variados nomes de pessoas, deuses e animais¹⁴. Palomar Lapesa (1957, p. 102-105) relaciona este nome com o radical *Tenk-* que significa "unir-se". Albertos Firmat (1966, p. 230), por sua vez, não enjeitando aquela opinião, prefere antes relacioná-lo com *Tong*, radical que em celta servia para formar palavras em que entrava a ideia de "juramento". Na Península, as formas com este radical aparecem exclusivamente na Lusitânia (Untermann, 1965, p. 173-174).

Reburrus surge noutras inscrições da cidade actual de Viseu e da *civitas* [nº 9, por ex.].

Viriatis é cognome indígena da segunda declinação aqui usado como se fosse da terceira.

Monumento do século II?

55

Ach.: Rua da Regueira, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Desconhecido.

Botelho Pereira diz que a inscrição se encontrava na Rua da Regueira, fracturada a meio.

14 Ver, por ex., os nomes *Tongeta*, *Tongetamus* nomes de pessoas ou *Tongoe Nabiaco*, divindade presente em *Bracara Augusta* ou *Tongobriga*, povoação perto de Cáceres e no Freixo. (Marco de Canaveses).

[...] H(ic) · S(it) / LVCAN(us) / F(ilio) · SV(o) · PO(sui) / ET CAMAL (us vel a).
... aqui jazem. Lucano colocou ao seu filho e Câmalo (ou Câmala)

Pereira, 1955, p. 128; CIL II 407; Aragão, 1864, p. 87; Alarcão, 1989b, p. 35.

Variantes: Botelho Pereira: H. S. LUCAN FSUIPO ET CAMAL; Hübner faz a seguinte interpretação: H(ic) S(it) LVCAN(o) F(ilio) SVPO (?) ET CAMAL(a) ou F(ilio) SV[o] PO[sui]T CAMAL(us).

A reconstituição que fazemos baseia-se na facto de Botelho Pereira dizer que a pedra estava «quebrada pelo meio», faltando «a metade da pedra e por conseguinte do letreiro» (1955, p. 128).

Trata-se, muito provavelmente, de um monumento colectivo, pois também os consagrantes são dois: *Camalus* e *Lucanus*. Assim sendo, a forma final da primeira parte da inscrição teria que estar no plural. Na fórmula final, *Lucanus* colocou ao filho e *Camalus* ou *Camala* recordou não sabemos quem: neto? irmão? irmã? pai? mãe? ...

É de assinalar ainda o nexu AMA na palavra *Camalus*, que Botelho Pereira indica.

Lucanus é um cognome latino de origem étnica. Aparece em todo o Império romano, usado centenas de vezes e por todas as classes sociais, desde escravos a senadores (Kajanto, 1962, p. 193). Na Península Ibérica surge cerca de duas dezenas de vezes, estendendo-se por toda a área peninsular (CIL II p. 1066 e 1086; ILER, p. 712). Pertence à mesma família do gentílico *Lucanius*, relativamente frequente (CIL II 5459 = ILER 5276).

Camalus é um nome indígena predominantemente lusitano que aparece outras vezes na área que estamos a estudar.

56

Est. LXXVII.

Ach.: Candal, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Museu de Grão Vasco, Viseu. S/ nº.

Estela de frontão semicircular, de granito de grão médio. O campo epigráfico está ligeiramente rebaixado. As letras foram adaptadas ao redondo do frontão, o que dificulta um pouco a leitura.

Dimensões: 97 x 49 x 15

Campo epigráfico: 50 x 33,5.

L(*ucius*) · VAL(*erius*) · CAMRAN/VS · AR/COBRIGENSIS · H/IC · S(*itus*) · EST

Aqui jaz Lúcio Valério Camrano, Arcobrigense.

Letras: 1: 6-6; 2: 5,5-6,3; 3: 6,5-7; 4: 5,5-7,5; 5: 6,5-7; 6: 6-7,5.

Espaços: 0,5-3,5.

Robalo, 1957; Robalo, 1958.

Trata-se de um cidadão romano, natural de *Arcobriga*, povoação cuja localização se ignora.

O *nomen* é frequente na onomástica romana e mesmo na área da *civitas* de Viseu.

O cognome é certamente de origem indígena, pois não se conhece de outras epígrafes. É estranho este cognome ter duas consoantes labiais seguidas, o que não costuma suceder na onomástica peninsular nem na regional. Seria mais lógico que se tratasse de *Camiranus*. No entanto, não vemos ali qualquer *I*, nem mesmo em nexa com o *M* ou o *N*. A ser *Camiranus* tratar-se-ia de um nome formado a partir de *Camira*, representado exclusivamente na Lusitânia Oriental (Untermann, 1965a, p. 87).

Arcobrigensis indica a *origo* de Lúcio Valério Camrano. Sabe-se por Ptolomeu e Plínio (III, 24) que existiam duas cidades com este nome, uma na Celtibéria e outra na Lusitânia, perto de Mérida (Tranoy, 1981, p. 284-285). De qual delas teria provindo o cidadão *Lucius Valerius Camranus*? Torna-se difícil sabê-lo; no entanto, atendendo ao cognome, cremos que ele seria um lusitano e neste caso seria natural da zona de Mérida.

Tendo em consideração a paleografia, pouco cuidada, cremos que este monumento deverá ser de uma época bastante avançada do Império: séc. III.

57

Est. LXXXVIII.

Proveniência : Quinta da Branca, Povolide, Viseu, Viseu.

Paradeiro: Quinta de Vila Nova do Rego, Povolide, Viseu.

Placa funerária, em bom estado de conservação, de granito róseo de grão médio. Apresenta uma ligeira fractura no canto superior direito. O campo epigráfico está rebaixado, tendo a pedra sido preparada apenas na face anterior.

Medidas: 65 x 50,5 x 19.
Campo epigráfico: 50 x 36.

MAELO / ALBONI(i)-F(*ilius*) / HIC SIT(us) EST
Melão, filho de Albónio, está aqui sepultado.

Letras: 6 - 6,5, (T = 9,7).

Pedro, 1991.

A gravação é em forma de bisel, bastante funda. As letras apresentam um *ductus* muito irregular, assim como é irregular a sua distribuição pelo campo disponível. Os *OO* são as letras mais perfeitas; o *M* é bastante largo, o *B* feito a partir de um *P*, o *L* de *Alboni* tem a haste horizontal oblíqua e o último *T* ultrapassa todas as outras letras em altura.

A antroponímia é conhecida na região. *Maelo* aparece registado largas dezenas de vezes na Península Ibérica (Ribeiro, 1982, p. 218). A sua distribuição ocorre sobretudo na Lusitânia, não aparecendo a sul do paralelo de Badajoz.

Este antropónimo surgiu também em Viseu em contexto semelhante, na placa funerária dedicada a *Maelo, Boutis f(i)lius* [nº 58]. A forma de identificação seguida numa e na outra é semelhante, identificando-se os defuntos apenas pela filiação paterna e por um possível cognome de origem étnica - TAP(*orus*) - na inscrição de Viseu. Curiosa ainda, porque semelhante, é a fórmula final. Na inscrição de Povolide, aparece *Hic*, escrito por extenso e *situs* abreviado com *SIT*, enquanto na inscrição de Viseu aparece *Levis* escrito por extenso e tudo o resto abreviado apenas com uma letra. Haverá alguma relação entre os *Maelones* das duas inscrições? A época em que viveram será a mesma, século I mas, no entanto, não poderemos estabelecer qualquer relação segura entre eles, a não ser a proximidade geográfica e a semelhança dos monumentos em que foram recordados para sempre.

O outro antropónimo, *Albonius*, assenta no radical *ALB-*. É apontado por Untermann como um dos mais frequentes na área lusitano-galega (1965a, p. 20). Conhece-se de outras epígrafes da zona, nomeadamente de Viseu: *Albinianus* surge numa inscrição da Igreja de S. Miguel [nº 71] e o teónimo *Albucelaincus* apareceu em Repeses [nº 11].

Albonius aparece também em Ínfias, como já vimos [nº 35].

Considerando a forma de identificação, os nomes perfeitamente indígenas, o uso do nominativo e a própria paleografia, colocamos esta inscrição no século I.

Est. LXXXVIII.

Ach.: Igreja do Carmo, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Quinta do Cerrado, Santa Maria, Viseu.

Placa funerária que se encontrava completa quando do seu aparecimento e hoje apresenta apenas três linhas. Resta-nos, porém, uma cópia feita por Oliveira Berardo (1857).

De granito de grão fino, apresenta uma moldura com sulco e gola reversa, de que resulta um campo epigráfico rebaixado.

Medidas: 65 x 57 x 29,5.

MAELO · BO / VTIS F(*ilius*) · TAP(*orus*) / ANNO(*rum*) · LX (*sexaginta*) · H(*ic*) S(*itus*) E(*st*)
S(*it*) T(*ibi*) T(*erra*) L(*evis*) / FILI(*us* vel *i*) F(*aciendum*) C(*uravit* vel *uraverunt*).

Aqui jaz Melão, filho de Búcio, Táporo, de 60 anos. Que a terra te seja leve. O filho tratou de fazer (ou os filhos trataram de fazer).

Letras: 5,5 - 7,3

Espaços: 1: 2,5-3,5; 2: 5-3,5; 3: 4-5; 4: 3-4.

Leal, 1886, vol. 12, p. 1563; Berardo, 1857; CIL II 408; Aragão, 1894, p. 89-91; Figueiredo, 1953, p. 154; ILER 3905; Vaz, 1983.

A letra assemelha-se ao cursivo pompeiano, com as letras ligeiramente inclinadas. A gravação é bastante irregular, com umas letras muito apertadas (caso do *E*) e outras largas, como o *M*. Na linha 3 a abreviatura *ANNO*, não é muito frequente.

Assinala-se, na l. 2, o nexa SF, num nome habitualmente da segunda declinação e que aqui aparece integrado na terceira.

Acerca do nome *Maelo*, pensamos que Cardim Ribeiro (1982, p. 219) resumiu bem o problema da origem deste nome, apresentando um mapa com sua ocorrência na Península Ibérica.

A área de distribuição é sobretudo a Lusitânia, fenómeno já acentuado por Palomar Lapesa (1957, p.81) e Untermann (1965a, p. 130). Atendendo às áreas onomásticas definidas por Untermann, verifica-se a sua distribuição pela área II, Lusitânia Central, surgindo alguns

exemplos na área I. A maior concentração verifica-se na zona situada entre o Fundão e Cáceres, aqui se incluindo os *Igaeditanienses*.

Aparece ainda na Gália e um caso isolado (emigrante peninsular?) na longínqua Dalmácia.

O antropónimo *Boutius* pertence a uma vasta família de nomes com o mesmo radical, bem conhecidos na epigrafia peninsular. À mesma família pertencem *Boutia*, *Boutinus*, *Botia* e outros nomes cujo radical é *Boud-*. Untermann inclui ainda nesta família os nomes com radical em *Bot-* e *Bod-* (1965a, p. 130).

Palomar Lapesa (1957, p. 50) indica o radical indo-europeu **Boudhi-*, «vitória», como origem de todos estes nomes. Aparece sobretudo no celta, surgindo também em casos esporádicos de nomes germânicos.

Boutius é um nome quase exclusivamente peninsular, pelo que os exemplares aparecidos fora desta zona são certamente emigrantes hispânicos (Albertos Firmat, 1966, p. 60-61).

Na Península, a área de distribuição coincide com a área II de Untermann: Lusitânia central, com especial incidência no território igaeditaniense e emeritense. A partir daqui parece haver duas linhas de orientação, para noroeste, em que se inclui o presente caso de Viseu e, para norte, numa linha sensivelmente paralela à chamada «Via da Prata» (Untermann, 1965a, mapa 18, p. 72-73).

Fora destas zonas aparecem alguns casos no território astur-leonês e no *conventus Pacensis* (Untermann, 1965a, p. 130 e Encarnação, 1984, p. 866).

Taporus, como deverá ser desdobrada a abreviatura do cognome, é de origem étnica. Os *Tapori* são um dos povos citados na inscrição da ponte de Alcântara. No caso vertente trata-se de alguém que sendo originário do território dos *Tapori* para aqui imigrou, sendo, por isso, conhecido por *Taporus*. Assim sendo, deverá ser considerado como uma indicação da *origo* e não como antropónimo. Surge também como cognome, por exemplo, na Mata da Rainha, concelho do Fundão (Vaz, 1979, XV, p. 24) ou S. Pedro do Corval, concelho de Reguengos de Monsaraz (Encarnação, 1984, 417) ¹⁵.

Tendo em consideração o que dissemos sobre o tipo de letra, somos levados a colocar este monumento no século I da nossa era.

15 Outros achados do nome *Taporus*, podem ver-se em Encarnação, 1984 424 e 636, mas sobretudo 417.

59

Ach.: Ínfias, Ínfias, Fornos de Algodres.

Paradeiro: Desconhecido.

Lápide referida por vários autores, o mais antigo dos quais, Viterbo (1984, II, p. 319) dá uma transcrição exacta. Jorge Alarcão, baseado em Moreira de Figueiredo (1953, p. 167), considera que desta epígrafe "não há leitura completa ou convincente" (Alarcão, 1988a, II, p. 62).

D(iis) M(anibus) S(acrum) / MARCVS / MARCINI · F(ilius) · AN(norum) · LX (sexaginta) / CILIIA / VXOR [...]

Consagrado aos deuses Manes. A mulher, Cílea, (fez esta lápide) a Marco, filho de Marcino, de 60 anos.

Viterbo, 1984, II, p. 319; CIL II 426 = ILER 4865; Marques, 1988, p. 49; Figueiredo, 1953, p. 167.

Marcus é um prenome latino aqui usado por indígenas que se identificam à maneira indígena. O patronímico *Marcinus* deriva do primeiro nome indicado. *Cílea* é um cognome indígena perfeitamente conhecido e estudado mais abaixo [nº 62].

O uso do nominativo e a simplicidade da identificação colocam este monumento no século I d. C.

60

Est. LXXXIX.

Ach.: Quintela de Azurara, Quintela de Azurara, Mangualde.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. Nº : JC-79-05.

Em granito de grão médio, esta árula apresenta um aspecto rude e tosco, tanto na forma como na gravação. O capitel é constituído por um toro saliente no topo do qual se notam vestígios de fóculo, uma pequena cavidade aberta no topo.

A cornija e a base apresentam um cordão duplo, separado por um sulco.

Descaindo sobre a direita, a inscrição encosta-se, no entanto, à esquerda do monumento.

Dimensões: 43,5 x 17,5 x 12.

Campo epigráfico: 16 x 17.

MARC(eae) vel MARC(o) / AVG(urini) vel AVG(ustini) · F(iliae) vel F(ilio) / AAN(orvm)
(sic) IIX (octo) / S(it) T(erra) L(evis) S(ibi) P(ater) / FA(ciendvm) K(uravit) [sic].

O pai tratou de fazer a Marc..., filho (a) de Aug..., de oito anos. Que a terra lhe seja leve.

Letras: 1,2 - 3,5.

Espaços: 0,2 - 1,4 .

Coelho, 1957, p. 241-257; Silva, 1978, p. 33; Vaz, 1979, p. 543-553; Correia, 1979, p. 605-638; Gomes, 1992, p. 115.

Os erros cometidos pelo *lapidarius* são bem visíveis. Na l. 3, assinale-se a existência de dois AA, o que só se compreende se pensarmos que ao lapicida foi fornecido um esboço escrito que ele interpretou mal. Assim, leu um A em vez de um N e onde devia gravar ANN(orum) gravou AAN. Também não se compreende a abreviatura usada na fórmula final, FA e K. Que significado atribuir a estes erros?

Se estes erros podem não ser "sintoma de romanização incipiente", demonstram pelo menos "um insuficiente conhecimento das siglas a utilizar" (Encarnação, 1984, p. 836). É esta a hipótese mais provável, tanto mais que mesmo em inscrições oficiais, como veremos adiante, são cometidos erros na nomeação do próprio imperador.

A onomástica presente na árula tanto pode ser latina como indígena (Vaz, 1979, p. 552-553). O leque de opções para o desdobramento dos nomes é muito vasto. Para o primeiro, *Marc*, podemos pensar, por ex. em *Marcus* ou *Marcea*, como propusemos em 1979, mas também em *Marcellus* ou *Marcianus* ou *Marcinus*, que ainda há pouco encontramos numa inscrição próxima. Para o patronímico, o leque é ainda maior: *Augustus*, *Augurinus*, *Auguranus*, *Auguris*, etc.

61

Est. XC.

Ach.: Pinheiro de Tavares, Pinheiro de Tavares, Mangualde.

Paradeiro: Sede da Associação Cultural Azurara da Beira, Mangualde.

Estela funerária de granito em que se notam os maus tratos sofridos ao longo dos séculos. Cortada na parte superior. A moldura, constituída por sulco e meia-cana, sofreu também

um acentuado corte do lado esquerdo. Na parte inferior da estela está bem gravado um reticulado cuja significação desconhecemos.

Dimensões: 89 x 47 x 15,5.

Campo epigráfico: ? x 35,5.

[D(iis) M(anibus) S(acrum)] [MIIA?]RVS · TRITIII (*filii*) ANNORVM XXX (*triginta*) [IIT] SVN/VA · MIIARI F(*ilia*) A/NNORVM LXX (*septuaginta*) /⁵CAINO · TRITIII (*filii*)/ [FRA]TRI · IIT · MA[TRI] F(*aciendum*) · C(uraviť).

Consagrado aos deuses Manes. Cenão, filho de Triteu, mandou fazer ao irmão Mearo, filho de Triteu, de 30 anos e à mãe, Súnua, filha de Mearo, de 70 anos.

Letras: 3 - 6.

Espaços: 0 - 3.

Gomes, 1985, nº 55 (=AE, 1985 520); FE 20, 1986, adenda; Gomes, 1992, p. 120.

Variantes: l. 1: [SVN?]VA (Gomes, 1985). l. 7: [SOR]ORI (Gomes, 1985).

Este monumento, bem cuidado na execução, revela uma gravação deficiente, estendendo-se a inscrição para fora do campo epigráfico. Não houve paginação prévia, apenas intervindo na sua execução o próprio *lapidarius*.

As letras são um pouco irregulares, aliando-se a rudeza do suporte à imperícia do gravador, inclinando-se ora à esquerda ora à direita.

É de assinalar desde já o uso do nominativo na identificação dos defuntos, o que significará uma época bastante recuada para este monumento.

Na linha 1, vê-se claramente a terminação *VS* de um antropónimo e na 7 o *T* de *Fratri*, não sendo, por isso, admissíveis as leituras *Sunua* e *Sorori*.

A onomástica presente nesta inscrição é nitidamente indígena. *Sunua* é um nome tipicamente lusitano e não se conhece até agora fora desta província (Palomar Lapesa, 1957, p. 99 e Albertos Firmat, 1966, p. 214). É composto do radical indo-europeu **su* -, que significa "bem" (Albertos Firmat, 1966, p. 213).

Triteus corresponde ao numeral céltico *Tri*-, "três" e deriva do indo-europeu **tritio*, com o mesmo significado (Albertos Firmat, 1966, p. 234).

O mesmo radical aparece na formação de muitos outros nomes: *Tridallus*, *Tritai*, *Tridiauorum*. Serviu também para formar nomes de divindades, como *Trittia*, na Gália Narbonense (CIL XII 255 e 316).

A. Tovar aponta este nome como tendo uma origem hispânica, apesar do seu uso noutras províncias, nomeadamente na Gália (Tovar, 1987, p. 287).

Como a maior parte dos nomes de base numeral, encontra-se bem documentado entre os hispanos indo-europeus, Cântabros, Ástures, Vetões e Lusitanos¹⁶.

A forma *Triteus* ocorre apenas em 4 inscrições provenientes de Robledillo de la Gata (Cória) (Hurtado de San Antonio, 1977, 762) Braga (CIL II 2445), Garrovillas (CIL II 5275) e Mogueira (S. Martinho de Mouros, Resende) (Mantas, 1984).

Triteus, embora menos frequente que a forma normal *Tritius*, não deverá surpreender. A troca do *e* pelo *i* e vice-versa (Carnoy, 1983, p. 20-21) é uma característica do latim utilizado na Península, apontando-se 17 exemplos no CIL II (p. 1186).

Na inscrição de que estamos a tratar, temos também *Caino* em vez de *Caeno*¹⁷. Efectivamente, *Caeno* parece ser a forma normal, predominante na Lusitânia e com raros exemplos na Hispânia não indo-europeia (Untermann, 1965a, p. 80). Os exemplos da zona galaica e ásture parecem prolongamentos da área lusitano-vetona (Albertos Firmat, 1985, p. 298).

O radical vem do indo-europeu **Ken-* que significa "brotar", "surgir" e se aplicava sobretudo aos animais novos; tem derivações para o latim, grego, germânico, eslavo e céltico (Albertos Firmat, 1966, p. 69). No latim, entra na formação da palavra *re-cens*, que significa "novo, fresco, recente" e, no grego, pode encontrar-se em "kainos", "novo", "formoso", "jovem". Vemos, assim, que em todas as línguas a que se transmitiu manteve sempre o mesmo sentido (Albertos Firmat, 1966, p. 69).

Em face do exposto, teremos de concluir que, no início, este nome tinha uma nítida conotação corporal, sendo aplicado a uma criança formosa, conotação que perdeu com o rodar dos tempos.

Caeno foi, por sua vez, um patronímico que serviu para formar nomes como *Caenonius*, *Caenonicienus* e outros (Palomar Lapesa, 1957, p. 55).

Mearus, o pai de *Sunua* e avô de *Caino*, que mandou fazer o monumento, tem um nome raro na Península. Conhecem-se apenas mais dois exemplos: em Chaves (ILER 3626) e Malpartida de Plasencia (ILER 802). Apesar de aparecerem muito dispersos, os três lugares pertencem à área lusitano-galega.

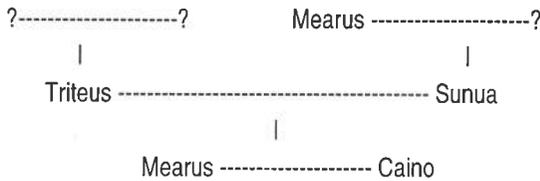
É de salientar ainda a idade avançada com que morreu *Súnua*, mãe de *Cenão*, 70 anos, certamente arredondada aos lustros.

16 Albertos Firmat, 1985, p. 299 apresenta um mapa com todos os casos até então conhecidos e seus derivados.

17 Sobre o nome *Caeno*, ver Siles, 1980.

Esta inscrição mostra-nos ainda como se fazia muitas vezes a transmissão do nome entre os indígenas: um dos filhos herdou o nome do avô materno.

Partindo dos dados indicados pela inscrição, podemos elaborar o seguinte *stemma* familiar:



Tendo em conta a paleografia, atribuímos esta inscrição ao século II da nossa era.

62

Est. XCI.

Ach.: Canas de Senhorim, Canas de Senhorim, Nelas.

Paradeiro: Casa particular de Canas de Senhorim.

Placa funerária que teria sido encontrada há cerca de vinte anos, não se sabe exactamente onde. De granito de grão médio, está fracturada no canto inferior direito e o campo epigráfico, bastante erodido, é emoldurado com uma meia-cana.

Apresenta na parte posterior uma rosácea, o que prova que o monumento era para colocar na vertical, à cabeceira da sepultura.

Dimensões: 62 x 47 x 16.

Campo epigráfico: 49 x 38,5.

MODESTINO / MODESTI / ANN(orum) XIII (quatuordecim) / FILIO·PIISSIMO /
MODESTVS ET CILIA F(aciendum) C(uraverunt).

A Modestino, filho de Modesto, de catorze anos de idade. Modesto e Cília trataram de fazer (esta lápide) ao filho, modelo de piedade.

Letras: 4 - 5,5.

Vaz, 1989b; AE, 1989, 385.

A gravação é perfeita. A letra, capital quadrada, é cuidada e a paginação, segundo um eixo de simetria, demonstra que houve um estudo prévio da distribuição das letras pelo espaço disponível. Destacaram-se as três primeiras linhas, as respeitantes ao defunto, e fizeram-se mais pequenas as letras que identificam os autores do monumento.

A antroponímia aqui documentada é bastante frequente no mundo romano (Kajanto, 1982, p. 263): *Modestus* é um dos cognomes mais conhecidos no mundo romano, aparecendo 310 vezes no CIL, na forma masculina e 108 na feminina.

Modestinus, o nome do filho formou-se a partir do nome do pai, num processo frequente: junção do sufixo *inus* a *Modestus*. Está registado 27 vezes no CIL, 14 na forma masculina e 13 na feminina. (Kajanto, 1982, p. 263).

Na região, conhece-se de outros monumentos epigráficos. Aparece no monumento de S. Cosmado, no vizinho concelho de Mangualde, onde um cidadão faz uma oferta aos habitantes do castelo de *Araocelum* [nº 83]. Estará a família *Modestus* de Canas de Senhorim em relação directa com o cidadão araocelense?

Outra questão que se poderá colocar é a da possível relação entre os vários *Modestini* da Beira. Com efeito, é também este o cognome do famoso construtor dos templos de Idanha-a-Velha e Bobadela, *Caius Cantius Modestinus*. Tal como o de Canas de Senhorim, parece ter também origem indígena (Mantas, 1988).

Vasco Mantas atribui a acumulação da riqueza deste *Caius Cantius Modestinus*, que lhe permitiu construir três templos, ao tempo de Cláudio.

Na Barca d'Alva, um *Modestinus*, detentor de uma *villa* sobranceira ao Douro, libertou alguns escravos que o recordam numa placa funerária (CIL II 433). Poderemos presumir que se tratasse de um poderoso latifundiário duriense que; à sua morte, deu carta de alforria aos seus escravos.

O *Modestus* de Canas de Senhorim vê desaparecer na flor da idade (catorze anos), o seu extremoso filho, apenas denominado *Modestinus*. Manda-lhe colocar junto ao sepulcro uma pedra bem escolhida e gravada com belos caracteres capitais que para sempre recordarão o seu nome. Revelará esta atitude um bom poder económico de *Modestus*? Decerto que sim. Parece, de facto, existir um acentuado bem-estar económico entre os *Modestini* do território ocupado pela Beira actual.

Cilia aparece registado em vários locais da Península, sendo uma variante de *Cilea*. A sua distribuição na Península dá-se sobretudo na área lusitano-galega, onde se inclui este novo exemplo (Untermann, 1965a, p. 100-101).

Tendo em consideração a paleografia e o formulário utilizado, datará este monumento da primeira metade do séc. I d. C.

63

Est. XCI.

Ach: Castro da Cárcoda, Carvalhais, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Desconhecido.

Segundo o seu descobridor, a epígrafe teria sido deixada na Escola Masculina de Carvalhais, de onde desapareceu. Esperemos que um dia venha a reencontrar-se para que dela se possa fazer uma interpretação conveniente. Pela descrição e pela fotografia publicada, deveria ser uma placa de granito.

Dimensões: 30 x 25 x ?

...NRAF /...I· PAFRV/...ME...TV...

Tavares, 1954, p. 333 - 338.

Variantes: I. 1: ARAF (Tavares).

Na fotografia apenas conseguem ver-se com nitidez as letras acima. Na primeira linha havia uma letra que poderia ser um *N*, em nexa com o *R*. Não nos parece um *A*, como leu Tavares porque os outros *A* têm todos o traço horizontal e aqui não existe. Na segunda linha, deveria estar um *E* seguido de um *I*, com um ponto, o que levou a confusão com um *E*. Embora preferamos ler *PAFRV*, poderia ali ler-se a palavra *PATER*, com um nexa *TE*. Na última linha pode ler-se *MENTV*, com os nexos *ME* e *NT*, mas só o reaparecimento da pedra poderá esclarecer todas as dúvidas que ficam.

64

Ach: Castelo de Penalva, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.

Paradeiro: Desconhecido.

Viterbo diz que esta pedra se encontrou perto de Penalva do Castelo e dali foi trazida para o adro da igreja onde ainda se conservava no seu tempo. O pároco do Castelo de Penalva de 1758 refere que foi encontrada no castelo existente na povoação. Nos rochedos junto à igreja existiria um castelo de que hoje não restam vestígios e na sua construção teria sido reempregada pedra aí existente, entre ela esta inscrição (Azevedo, 1897, p. 194).

Leite de Vasconcelos, que viu a pedra na Casa da Ínsua e ali procedeu ao seu estudo, refere que o proprietário da Quinta da Ínsua o informara de que a pedra era da própria Ínsua. Joeirando as várias informações, teremos que optar por Castelo de Penalva como local de achamento, uma vez que o pároco a refere como ali tendo aparecido e o próprio Viterbo confirma a mesma ideia, pois Penalva do Castelo nessa época chama-se Castendo e não Penalva e não cremos que uma inscrição achada na Ínsua fosse transportada para Castelo de Penalva.

A inscrição desapareceu, mas Leite de Vasconcelos publica-lhe um esboço. Tratava-se de uma estela com frontão semicircular, com "ombros", com um rosto humano toscamente desenhado na meia-lua (Vasconcelos, 1910, p. 140-141). Talvez seja esta figura que levou o pároco de Castelo de Penalva a dizer que se tinha achado "uma estátua de pedra com uma inscrição" (Azevedo, 1897).

Dimensões: 74 x 45,5 x?.

D(iis) · M(anibus) · S(acrum) / PROCILII/ALII LIBIIRT/ALII RVFI / AN(norum) · L
(quingenta) · ET / ⁵...M... PRO/CILII · PA / ...

Consagrado aos deuses Manes. A Procília, liberta de Rufo, de 50 anos, e ... Procília ...

Letras: 6.

Viterbo, 1984, II, p. 167; CIL II 421; Azevedo, 1897, p. 194-195; Figueiredo, 1953, p. 169; Leite, 1956, p. 60; ILER 5043.

Variantes: I. 4; RVST (Viterbo, CIL II). I. 5: ST (Viterbo e CIL).

A interpretação que fazemos tem em conta as versões dos que viram a inscrição: o pároco de Castelo de Penalva em 1758, Viterbo e Leite de Vasconcelos. Na I. 4, tanto o pároco de 1758 como Leite de Vasconcelos não hesitaram em ler *Rufi*, em vez de *Rustici*, preferido por Viterbo e Hübner. *Rufus* tem muito mais a ver com a onomástica de Penalva. É mesmo o nome mais frequente na zona. Saliente-se o uso dos dois *II* em vez do *E*.

Trata-se da única inscrição da *civitas* onde aparece mencionada uma liberta. *Procilia* é latino e aqui é usado na identificação de uma escrava, depois libertada. Encontrámos já este nome acima na inscrição nº 1.

Como dissemos, optamos por *Rufus* e não *Rusticus* porque este não aparece nunca na região, enquanto *Rufus* é frequente mesmo no aro do actual concelho de Penalva do Castelo. Se por acaso se tratasse de *Rusticus* era um nome com larga divulgação em todo o mundo romano, aparecendo usado desde muito cedo até ao declinar do Império (Kajanto, 1982 p. 81 e 310).

65

Ach.: Goje, Ínsua, Penalva do Castelo.

Paradeiro: Desconhecido.

Texto conhecido apenas da recolha efectuada por Berardo (1857, p. 8). A cópia, no entanto, não parece conter erros.

D(iis) · M(anibus) S(acrum) / RVFINAII / RVFI · F(iliae) / AN(norum) · LVII (quinquaginta et septem) / F(Iius vel ilia) · M(atri) · F(aciendum) · C(uravit).

Consagrado aos deuses Manes. A Rufina, filha de Rufo, de 47 anos. O (A) filho(a) tratou de fazer à mãe.

Berardo, 1857, p. 8; CIL II 414; Coelho, 1927; Figueiredo, 1952, p. 170; ILER 3996.

Salienta-se nesta inscrição o uso de dois // em substituição do *E*, característica comum às epígrafes provenientes da zona de Penalva do Castelo.

Apesar de se desconhecer o seu paradeiro, não poderá pôr-se em dúvida a autenticidade deste texto, pois a sua onomástica integra-se perfeitamente na onomástica da *civitas* de Viseu. Tanto *Rufus* como *Rufinus* ou *Rufina* são nomes comuns na área em redor de Penalva do Castelo.

66

Ach.: Igreja do convento de S. Bento, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Desconhecido.

Quando apareceu, «em uns aliçerses de um muro antigo de mais de vinte palmos de largo», estava já partido ao meio, de tal forma que Botelho Pereira teve que juntar as duas metades para as poder ler (1955, p. 129). Apesar disso, a cópia que Botelho Pereira nos deixou permite uma reconstituição integral.

D(iis) · M(anibus) · S(acrum) / RVFINO · PATRI · ET / RVFINAE · MATRI · ET RVFINAE / SORORI · AREINVS ET RVFINA F(aciendum) · C(uraverunt).

Consagrado aos deuses Manes. Areino e Rufina trataram de fazer ao pai Rufino, à mãe Rufina e à irmã Rufina.

Pereira, 1955, p. 129; CIL II 409; Aragão, 1894, p. 87; Figueiredo, 1952, p. 155; ILER 4864; Alarcão, 1989b, p. 35.

Dos cinco nomes que aqui se apresentam, apenas *Areinus* não pertence à vasta família dos derivados de *Rufus*, a que nos referiremos mais abaixo.

Areinus é um nome conhecido apenas desta inscrição. Deverá relacionar-se com *Arenius* e *Arrenus*¹⁸.

Palomar Lapesa (1957, p. 42) considera *Arrenus* um nome indígena, tendo em conta a distribuição geográfica do nome, a estrutura e o contexto das epígrafes. Albertos Firmat (1972, p. 224) nada acrescenta, limitando-se a uma referência aos nomes desta família.

67

Est. XCII.

Ach.: Quintal dos Abades, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.

Paradeiro: Museu de Grão Vasco, Viseu. S/ nº.

Pinho Leal (1886, 6, p. 585) diz que esta inscrição foi encontrada no sítio chamado Quintal dos Abades, perto, portanto, de Castelo de Penalva, opinião confirmada pelo pároco desta paróquia em 1758 (Azevedo, 1897, p. 195).

Placa funerária de granito de grão muito fino. Tem uma moldura em toda a volta constituída por um pequeno filete, gola e gola reversa. A gravação é elegante e cuidada, característica comum às inscrições da região de Penalva do Castelo.

Medidas: 50 x 35 x 13.

Campo epigráfico: 35 x 21.

RVFO · FVSCI · F(*ilio*) · ANNORVM · XXV (*quinque et viginti*) / FVSCVS · ALBINI / FILIO
· SVO · IIT · SIBI

A Rufo, filho de Fusco, de 25 anos. Fusco, filho de Albino fez para si e seu filho.

Letras: 1: 3,5 - 4; 2: 4; 3: 3,5-4,2; 4: 3,5.

Espaços: 1: 0,7; 2: 1,4; 3: 1,1-2; 4: 1-1,6; 5: 0,5-1,5.

18 Ver a propósito destes nomes, por exemplo, Encarnação, 1984, p. 116.

Leal, 1886, 6, p. 585; Viterbo, 1982, II, p. 205; CIL II 422; Azevedo, 1897, p. 194-195; Vasconcelos, 1900, p. 139-142; Figueiredo, 1952, p. 169; Leite, 1956, p. 60; Vaz, 1987a, p. 46; Encarnação, 1989, p. 319.

Trata-se de mais uma inscrição onde toda a onomástica fala a linguagem latina, mas com a forma de identificação à maneira indígena.

Rufus é um cognome latino de que os indígenas se apropriaram (Solín, 1977, p. 132 e Kajanto, 1977, p. 65) e *Fuscus* foi largamente usado em todo Império romano (Kajanto, p. 228).

Cronologicamente, devemos colocar esta placa no século I da nossa era.

68

Est. XCIII.

Ach.: Castelo de Penalva, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.

Paradeiro: Museu de Grão Vasco, Viseu. S/ nº.

Monumento cujo achado se teria verificado perto de Castelo de Penalva, no dizer de Berardo, apesar de Leite de Vasconcelos dizer que tinha sido na vinha da Coutada, pertencente à Ínsua (Vasconcelos, 1900, p. 140). É de crer antes na informação de Berardo, pois Leite de Vasconcelos baseia-se no que lhe disse o proprietário da Quinta da Ínsua para onde a inscrição teria sido levada do Castelo de Penalva. Teria sido achada no lugar chamado Quintal dos Abades, estação romana situada junto ao rio Dão, mesmo ao lado da Ponte do Castelo a que vulgarmente se atribui origem romana (nº 84).

Placa de granito de grão médio. É decorada a toda a volta com filete e gola. O desgaste sofrido pela pedra na última linha dificulta a leitura. Aqui estariam os nomes dos familiares que mandaram levantar o monumento. Dois dos nomes reconhecem-se ainda.

Dimensões: 104 x 48 x 30,5.

Campo epigráfico: 85,5 x 30,5.

D(iis) · M(anibus) · S(acrum) · RVFO · LVCI(i filio) · AN(norum) · IX (novem) / AMOENAE · SEVERI (filiae) · AN(norum) · IV (quatuor) / PLACIDAE · CALVI F(iliae) · A(nnorum) · XXX (triginta) / FIRMINAE · FIRMI (filiae) · A(nnorum) · XXXX (quadraginta) / ⁵ LVCIVS · FIRMVS [...] F(iliis) · S(uis) · F(aciendum) C(uraverunt).

Consagrado aos deuses Manes. A Rufo, filho de Lúcio, de 9 anos; a Ameona filha de Severo, de quatro anos; a Plácida, filha de Calvo, de trinta anos; a Firmina, filha de Firmo, de quarenta anos; Lúcio, Firmo ... trataram de fazer aos seus filhos.

Variantes: l. 1: FUCI (Berardo); l. 3: Plau..d.A Caius (Berardo); l. 4: Firmi...a (Berardo); l. 5: Lucius HRvfiM.SRN.ES (Berardo).

Letras: 1: 6; 2: 5,5; 3: 5-6; 4: 6; 5: 6.

Espaços: 0-1.

Berardo, 1857, p. 9; CIL II 423; Vasconcelos, 1900, p. 139-142; Coelho, 1927; Coelho, 1928, p. 73; Figueiredo, 1952, p. 170; Leite, 1956, p. 60; ILER 4875.

Gravação elegante e cuidada. Sem paginação prévia, o que provocou falta de espaço na última linha, abusando-se, por isso dos nexos. Na l. 1, há o nexos AN, na 2, AE, na 3, AE e AN, na 4, AN.

O uso perfeito do formulário romano e a onomástica latina usada por todos os intervenientes demonstram um forte índice de romanização. Só a forma de identificação à maneira tradicional mostra o indigenismo dos defuntos e consagrantes.

A onomástica é conhecida de outras epígrafes da *civitas* de Viseu. Referimo-nos a todos os nomes noutras inscrições.

Em função da forma de identificação, da ausência de consagração aos Manes e da própria análise paleográfica, deverá datar-se da segunda metade do século I.

69

Est. XCIV.

Ach.: Pereiro, Casal das Donas, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.
Paradeiro: O mesmo.

Estela funerária de granito de grão fino que se conserva embutida na parede de uma casa particular da povoação. Deveria ter sido encontrada na própria povoação, pois ali se situou uma *villa*.

Dimensões: 117 x 26.

SARA[E] / ARRE/INI F(*iliae*) / STA/ ⁵ TVIT /TANG/INVS / CELTI(*i*) / F(*ilius*).

A Sara, filha de Arreino, levantou Tangino, filho de Céltio.

Letras: 1: 5-6; 2: 6-7; 3: 5-6,5; 4: 6-7; 5: 5-6; 6: 5-6; 7: 6-7; 8: 7.

Espaços: 1: 2-5; 2: 1-2; 3: 3-3,5; 4: 3-3,5; 5: 1-2; 6: 1-2; 7: 1-3; 8: 3-5; 9: 52.

Inédita.

A gravação, funda, em bisel, não oferece problemas de leitura.

Sara é um nome de origem bíblica utilizado já na época romana.

Arreinus não se conhece com esta forma na epigrafia peninsular. Em Viseu [nº 66] surge *Areinus*. É o mesmo nome com a consoante dobrada nesta inscrição, o que parece demonstrar ainda uma grande indefinição na transposição da linguagem oral para a forma epigráfica.

Tanginvs é um nome usado sobretudo na Lusitânia (Untermann, 1965a, mapa 74).

A *Celtivs* nos referimos já [nº 26].

Statvit é verbo usado em Idanha-a-Velha em duas ocasiões diferentes (Lambrino, 1956, p. 37 e 56). Nas frases em que é usado, o sujeito aparece sempre depois do predicado. Essa é a razão que nos leva a fazer considerar *Tanginvs* como a pessoa que fez o monumento em honra de Sara, com a qual manteria alguma relação de parentesco ou amizade.

Considerando o uso do nominativo e uma certa indefinição cultural manifesta no uso da forma verbal *statuit*¹⁹ e no patronímico, datamos este monumento do século I da nossa era.

70

Ach.: Costa, Germinade, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Nº 358 EPI.

Placa de granito, com forma rectangular, fracturada na parte inferior. Letras muito levemente gravadas. Foi encontrada juntamente com a placa anterior [nº 38] na mesma necrópole de sete sepulturas.

Dimensões: 59 x 39 x 18.

SIIRIINIS / AVRELIVS / ...X...

Sereno Aurélio (?)...

19 Encarnação, 1984, p. 495 refere-se a este verbo como sendo uma forma de transposição escrita de uma forma oral quotidiana.

Letras: 1: 8; l= 5; 2: 8-10,5.

Espaços: 1: 3,5-3,7; 2: 1,8; 3: 11,5 - 13,5.

Vasconcelos, 1938, p. 125.

Variantes: l. 1: Sereni S(*ervus*) (Vasconcelos).

Os dois // estão inclusos nas outras letras. Saliente-se o *E* grafado com dois // . O *R* parece feito a partir do *P* e tem a haste oblíqua muito prolongada. O *A* assemelha-se ao cursivo pompeiano. Note-se ainda o nexa *VS*, em *Aurelius*.

Serenis poderá ser uma variante de *Serenus*, cognome latino que, inicialmente, indica características do carácter (Kajanto, 1962, p. 261).

É estranha a utilização de dois nominativos e, além disso, com o gentílico no lugar do cognome e vice-versa. Estaremos face a uma utilização irregular de dois cognomes nomes latinos, como na inscrição nº 11?

Tendo em atenção a paleografia e o uso do nominativo, colocamos esta placa na segunda metade do séc. I d. C.

71

Ach.: Igreja de S. Miguel, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Desconhecido.

Ao ser demolida uma parede de alvenaria da sacristia da igreja de S. Miguel do Fetal, apareceu uma inscrição de que nos dá notícia o escritor viseense Francisco Manuel Correia, citado por Maximiano de Aragão (1894, p. 91). Embora a leitura não tenha sido perfeita, permite, no entanto, uma reconstituição quase total.

D(*iis*) · M(*anibus*) · S(*acrum*) / SVNVAE / BOVCI(*i*) · (*filiae*) / AN(*orum*) XI (*undecim*) /⁵
AMOENA / MATRI · PIE/NTISSIMAE / ET ALBIN/IANVS · G(*ener*) F(*aciendum*) · C(*uraverunt*).

Consagrado aos deuses Manes. A Súnua, filha de Búcio, de onze anos de idade. Amoena e o genro Albiniano consagraram à mãe, modelo de piedade.

Aragão, 1894, p. 91; CIL II 410; Figueiredo, 1953, p. 156; Vaz, 1983, p. 744; ILER 4015; Alarcão 1989b, p. 36.

Variantes: l. 3: BOC.CI.F (Aragão); l. 4: AE. (Aragão); l. 5: AM.E.NA (Aragão);

Apenas ficam algumas dúvidas quanto à idade, uma vez que não pode ser legítimo admitir onze anos apenas para uma mulher que já é mãe e sogra. É provável que entre AN(*norum*) e XI existisse outra letra, um *L*, por exemplo, ou então que em vez do *I* fosse um *L* e então teríamos uma idade de 40 anos, hipótese mais que provável. Estes pormenores terão passado despercebidos a Francisco Manuel Correia, por a pedra estar desgastada, à semelhança, aliás, de outras letras, como o *O* de *Amoena*.

Existiriam também alguns nexos: *AE* nas l. 1 e 7 e *AN* na l. 4.

A onomástica é indígena e típica da *civitas* de Viseu. *Sunua* aparece no extremo oriental da *civitas*, em Pinheiro de Tavares [nº 61], sendo um nome tipicamente lusitano. *Boucius* é uma forma de abrandamento de *Boutius*, conhecido de outras epígrafes, na cidade de Viseu [nº 58]. É mais uma variante local de um nome bem conhecido na epigrafia peninsular.

Amoena é um nome cuja principal área de distribuição é a Lusitânia.

Albinianus é gentílico formado a partir de *Albinus*, a que se acrescentou o sufixo *-anus*, frequente no processo de formação de nomes, quer indígenas quer latinos (Kajanto, p. 139 e 227). *Albinus* indicava, no início, a cor dos olhos e cabelo, função ainda hoje representada pela palavra portuguesa «albino».

A relação familiar que esta inscrição apresenta é de uma dedicação extrema, pois aparece a filha e o genro a consagrarem um monumento à sua mãe, apelidada "modelo de piedade".

O adjectivo *pientissimus* aparece também numa das inscrições de Canas de Senhorim [nº 62].

Apesar de desconhecermos o monumento e não o podermos analisar tipológica nem paleograficamente, a existência do adjectivo leva-nos a colocar esta inscrição no século II.

72

Est. XCV.

Ach.: Perto da Ínsua, Ínsua, Penalva do Castelo.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital, Viseu. Nº 618.

Placa funerária já conhecida no século passado e que foi reaproveitada em função que desconhecemos. Apesar disso, a inscrição foi muito pouco afectada. De granito de grão fino, como acontece com todas as epígrafes do concelho de Penalva do Castelo, tinha moldura que foi praticamente destruída.

Não se conhece o sítio exacto de achamento.

Dimensões: 87 x 56 x 25.

Campo epigráfico: 71 x 41.

TIRO · G[A]LLI · F(*ilius*) AN(*norvm*) · XIII (*tredecim*) H(*ic*) · S(*itvs*) · E(*st*) D(*ic*) · R(*ogo*) · P(*raeteriens*) · S(*it*) · T(*ibi*) · T(*erra*) · L(*evis*).

Aqui jaz Tirão, filho de Galo, de treze anos. Rogo-te, ó transeunte, que digas: que a terra te seja leve.

Berardo, 1857, p. 9; CIL II 415; Vasconcelos, 1900, p. 139; Coelho, 1927; Coelho, 1928, p. 73; Almeida, 1965, p. 60; ILER 3795; Vaz, 1987, p. 14-15; Lambrino, 1956, p. 31.

Trata-se de uma placa funerária a que apenas falta uma letra, um A.

A onomástica é latina, utilizada por indígenas. *Tiro* é um cognome que Kajanto considera originário a partir de uma ocupação, militar, neste caso (Kajanto, 1982, p. 320). *Gallus*, por sua vez, tem largo uso desde a República e é de origem geográfica (Kajanto, 1982, p. 195).

É notável a fórmula final, pouco comum. Na Península Ibérica, com variantes, conhece-se cerca de uma vintena de vezes (ILER, p. 364-367). Através dela, o morto fala com o vivo que passa, fazendo-lhe um pedido, que certamente ninguém recusaria. É uma fórmula que permaneceu até quase aos nossos dias, embora agora relativa a uma crença monoteísta e então politeísta. Por outro lado, está subjacente a esta fórmula uma crença na imortalidade do homem, que mesmo para lá da morte sente o peso da terra sobre o seu cadáver e pede a ajuda dos vivos para poder suportar melhor esse fardo.

Tendo em consideração a paleografia, colocamos esta epígrafe no século I d. C.

73

Ach.: Vila Boa, Mões, Castro Daire.

Paradeiro: Desconhecido.

Texto recolhido por Pereira (1955, p. 123), que poderá conter algumas imprecisões

D(*iis*) M(*anibus*) S(*acrum*) / TROFIMEN(*i*) / ANN(*orum*) XVII (*decem et septem*) / VRSVS ET / ⁵ SIBI ET VXS. ORI F(*aciendum*) C(*uravit*).

Consagrado aos deuses Manes. Urso fez para si, para Trofimen, de dezassete anos e para a mulher.

Pereira, 1955, p. 123; CIL II 419; Figueiredo, 1953, p. 163; Correia, 1986, p. 106; ILER 4431 a.

Não sabemos a relação entre *Trofimen* e *Vrsvs*, mas poderemos supor que seriam pai e filho ou filha, pois o monumento é familiar e colectivo.

Assinale-se ainda a grafia de *Uxsori*, com S, idêntica a *EXS* da inscrição nº 12²⁰.

O cognome *Ursus* é frequente sobretudo na parte oriental do Império (115 exemplos num total de 230, no CIL III), estendendo-se o seu uso a todas as classes sociais (Kajanto, 1982, p. 329).

Na Península Ibérica, aparece disperso por todas as províncias, cerca de vinte vezes (Untermann, 1965, p. 183-184).

Conquanto *Trofimen* não apareça grafado com esta forma, poderá relacionar-se com *Trofim* ou *Trofime* largamente representados em todo o Império romano²¹, chegando mesmo ao Baixo Império (Solin, 1977, p. 136).

Na Península Ibérica, distribui-se predominantemente ao longo da costa mediterrânica (CIL II, p. 1093 e ILER p. 757).

74

Ach.: Paradinha, S. Salvador, Viseu.

Paradeiro: Desconhecido.

O texto desta inscrição foi recolhido por Manuel Botelho Ribeiro Pereira (1955, p. 101). A cópia parece exacta, o que faz pensar, face a outros erros cometidos pelo autor, que a inscrição estaria em muito bom estado de conservação.

VALERIO / REBVR/RO AN(*norum*) XVII (*decem et septem*) / PATER ET / ⁵ MATER / F(*aciendum*) C(*uraverunt*).

A Valério Reburro, de 17 anos. O pai e a mãe trataram de fazer.

Pereira, 1955, p. 101; CIL II 411; Figueiredo, 1953, p. 157; ILER 4060.

A onomástica repete nomes da área da *civitas* de Viseu. O gentílico *Valerius* aparece usado em Cavernães duas vezes [nº^S 29 e 30], Couto de Baixo [nº 44] e Candal [nº 56].

20 Podem ver-se outros exemplos no *conventus Pacensis*, Encarnação, 1984, p. 883.

21 Aparece na parte oriental do Império (Dácia) na forma masculina (4 vezes) e no feminino *Trofima* (Russu, 1977, p. 358). Originalmente seria de origem grega (Daux, 1977, p. 414).

Reburus é um cognome indígena de origem celta com o significado de «calvo» (Almeida, 1956, p. 132 e também Rubio Alja, 1959).

Palomar Lapesa atribui-lhe o significado de «cabelo rebelde, eriçado», considerando ainda a sua predominância nas regiões celtas (Palomar Lapesa, 1956, p. 94). Albertos Firmat considera-o um nome hispânico, sendo os casos em que aparece fora da Península correspondentes a emigrantes hispânicos. Duvida do celtismo do nome, atribuindo-lhe o radical **Reb-* presente noutros nomes, como *Rebbilus*. (Albertos Firmat, 1966, p. 192 e 1985, p. 294).

A sua distribuição na Península verifica-se sobretudo na área indo-europeia (Untermann, 1965a, p. 155-156), com principal incidência em Trás-os-Montes e Zamora (Albertos Firmat, 1985, p. 293).

75

Ach.: Matança, Fornos de Algodres.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia. S/ n/.

Estela funerária recolhida por Leite de Vasconcelos, em Matança, no concelho de Fornos de Algodres. Não sabemos porquê, Scarlat Lambrino ao referir-se a esta inscrição indica-a como proveniente de Matança, do concelho de Idanha-a-Nova. No entanto, o contexto em que Leite de Vasconcelos a ela se refere não deixa lugar a dúvidas: é proveniente da Matança, do concelho de Fornos de Algodres.

A estela estava dividida em três partes. O frontão deveria ter um crescente lunar e o campo epigráfico estava dividido a meio, separando-se os dados relativos aos defuntos dos da mãe consagrante.

Está fracturada de ambos os lados e na parte inferior, afectando sobretudo a última linha. Não conseguimos localizá-la no espólio do Museu.

Dimensões: 86 x 46 x 21.

[...] JANVS / · I · TAI F{ilio) AN(orum) / XXV (quinque et viginti) CAMI / RAI TAI · F{iliae) /
5 AN(norum) XVI (sedecim) / TONGETA / ARANTON[](i) / F{ilia)] MATER.

A mãe Tongeta, filha de Arantónio, a ..., filho de Tao de 25 anos, a Camira, filha de Taio, de 16 anos.

Vasconcelos, 1920, 210-220; Lambrino, 1956, p. 65-66.

Na l. 4, saliente-se a substituição do E por dois II.

O patronímico aparece quase sempre como gentílico romano, mas aqui aparece como cognome em contexto indígena. É a única vez que surge na área da *civitas* de Viseu. *Camira*, *Tongeta* e *Arantonius* são nomes perfeitamente conhecidos da epigrafia peninsular.

Aos dois primeiros nos referimos já: *Camira* no nº 56; *Tongeta* tem o radical *Tong* já estudado na inscrição nº 54.

Arantonius é um nome de origem céltica (Lambrino, 1956, p. 21) atestado várias vezes nesta região linguística.

76

Est.: XCVI.

Ach.: Rua Augusto Hilário, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: O mesmo.

Inscrição funerária de granito, recentemente encontrada (1993) quando se procedia a obras num edifício da Rua Augusto Hilário, de Viseu.

Trata-se de uma placa que foi novamente metida na parede, pelo que não é possível saber a sua espessura.

Está fracturada na parte superior e nos dois lados. A parte inferior está completa.

Dimensões: 56,5 x 40 x ?

[...] IVI[[...] / [...] · XXI · MAX [...] / [...]EINA · FILIO · P(*ientissimo*) / F(*aciendum*) C(*uraviŕ*).

.....tratou de fazer ao filho, modelo de piedade.

Letras: 1 ?; 2: 9,5; 3: 9,5-11, (E = 5, O=6); 4: ?

Espaços: 1?; 2: 1-2; 3: 0,5-1; 4: 0,7; 5: ?

Inédita.

A l. 1 apresenta as letras partidas a meio, não sendo por isso reconstituível, apenas se conseguindo identificar com clareza as letras *I* e *V*. No fim da linha, está um traço inclinado que poderia ser de um *N*.

Na l. 2, está o começo do nome da pessoa que mandou lavar o monumento que deveria ter *nomen* e *cognomen*. Este terminava em *eina* (*Cabureina*, por exemplo?), sendo o *E* mais pequeno que as restantes letras. O *nomen* seria *Maximina* ou *Maxima*, apresentando-se o *MA* em nexa. O *F* foi afectado por um orifício aberto na pedra.

A forma das letras deste monumento aproxima-o de uma outra inscrição encontrada na mesma zona, onde também aparecem letras mais pequenas intercaladas entre as letras normais, a inscrição nº 5.

Tendo em atenção a paleografia, os únicos elementos de que dispomos, atribuímos a esta placa a segunda metade do séc. I d. C.

MARCOS TERMINAIS

Est. XCVII.

Ach.: Queiriga, Queiriga, Vila Nova de Paiva.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu.

É uma placa de xisto que marcava possivelmente uma concessão mineira de exploração do ouro. O seu achamento situa-se numa zona de mineração, sendo frequente ainda não há muitos anos o achado de pepitas desse metal. Na Queiriga houve uma profunda romanização derivada certamente da exploração do precioso metal (Vaz, 1982). Juntamente com esta placa foi encontrada uma outra, anepígrafa.

Dimensões: 170 x 47 x 7.

HIBERI

Letras: 6.

Figueiredo, 1953, p. 171; Vaz, 1982, p. 781-792; Vaz, 1988a, p. 55; Silva, 1992, p. 88.

Variantes: IBERI (Figueiredo); HIBERII (Silva, 1992).

O nexu HIB, passou depercebido a Moreira de Figueiredo.

É estranha a forma *Hiberi* que não se conhece de outras inscrições. Trata-se certamente de um nome pessoal que não terá a ver com o povo que tem o mesmo nome.

Est. XCVIII e XCIX.

Ach.: Estrada, Carvalhal de Vermilhas, Vermilhas, Vouzela.

Paradeiro: O mesmo.

Inscrição que se encontra a cerca de duzentos e cinquenta metros acima da inscrição dedicada a *Paisicaicoeo* [nº 31]. Gravada num rochedo granítico de grão bastante fino, à beira do caminho que conduz de Carvalhal de Vermilhas para Fornelo do Monte. O povo diz que era a antiga estrada romana, talvez uma estrada pertencente à rede vicinal.

Dimensões do rochedo: 1 x 1,30m.

HIC · LOC/VS · DERE/VAECAS / VOCATVR

Este lugar chama-se *Derevaecas*.

Letras: 1: 15 - 17; 2: 14 - 15,5; 3: 13,5 - 16,5; 4: 13,5 - 16.

Letras em bisel fundo, bastante regulares, distribuindo-se ao longo da face de um penedo de forma arredondada. As palavras estão separadas por pontos redondos.

É estranho o uso do verbo *voco*, ainda para mais na voz passiva para indicar o nome de um lugar. *Voco* utiliza-se mais para "chamar alguém". Significará isto, por certo, o conhecimento do latim, mas desconhecimento do contexto em que as palavras devem ser usadas.

Como interpretar esta inscrição? Teria havido dúvidas sobre a delimitação de qualquer fronteira e então foi ali gravada aquela inscrição para que não restassem dúvidas sobre o limite de um território?

Nas imediações não se encontram vestígios de qualquer estação romana.

Parece-nos provável que se trate de um marco de concessão mineira. Sempre houve exploração de estanho em Carvalhal de Vermilhas. Ainda hoje consta do cadastro das minas de estanho e volfrâmio a existência deste metal na povoação. Assim, é provável que ao mandar gravar esta inscrição, o proprietário quisesse acabar de vez com eventuais conflitos ou dúvidas que pudessem existir sobre a sua propriedade.

Face ao significado cultural que atribuímos ao conhecimento do latim, mas ao seu mau uso escrito, pensamos que esta inscrição poderá ser dos inícios do Império.

79

Ach.: Regadinha, Abelheira, Carvalhal de Vermilhas, Vouzela.

Paradeiro: O mesmo.

Inscrição gravada num penedo que se encontra virado de lado e fracturado. Conservaram-se apenas cinco letras.

Medidas: 112 x 106.

C / MO / SE ...

Letras: C = 11,5; M = 11; O = 11; S = 14; E 0 15.

Azevedo, 1955, p. 212; Vaz, 1992.

O penedo foi fracturado e virado há poucos anos tendo sido destruído o resto da inscrição, que certamente era maior. Com o pouco que resta não se pode de forma nenhuma aventurar qualquer reconstituição.

Integramos esta inscrição entre os marcos terminais devido ao contexto das restantes inscrições da Serra do Caramulo.

80

Est. C e Cl.

Ach.: Serra de Silvares, Silvares, Tondela.

Paradeiro: Serra de Silvares, Silvares, Tondela.

De muito difícil acessibilidade, esta epígrafe situa-se no alto da serra, precisamente no ponto em que as bacias hidrográficas do Mondego e do Vouga se separam.

Trata-se de vários penedos gravados, com letras em geral bem acentuadas, tendo, no entanto, desaparecido muitas outras.

O penedo principal, mais alto, tem três letras gravadas na parte superior e, à volta, conteria a inscrição maior.

Indicamos a inscrição, consoante a orientação do penedo.

Face virada a sul:

IRCVCVOTIORI vel IREVCVOTIORI / AQVAE DIVERTIO... // ...HA... // ... A ... / ARVONI

Face virada a norte:

H-F / SEAR / AQ-D // EA

Face superior do penedo: TRI.

Letras: Face virada a sul: l. 1: 16,5 - 22; l. 2: 16 - 18.

Face virada a norte: l. 1: 13 - 15; 2: 26 - 33; l. 3: 17 - 22.

Face superior do penedo: 16.

Azevedo, 1955 p. 209-211; Tavares, 1970, p. 269-270; Vaz, 1992.

Azevedo e Figueiredo fazem a propósito desta inscrição uma interpretação e tradução que não deverá ser tida em consideração.

Inscrição bastante lacónica que apresenta algumas palavras em dativo da terceira declinação, outras em genitivo e outras em nominativo. As únicas palavras que se podem interpretar globalmente são *Aquae divertio*.

Esta expressão, para a qual não encontramos paralelo em epígrafes peninsulares, significa uma divisão de águas entre três povos e daí a indicação de *tri* no cimo do rochedo que significará *tri(finium)*. Isso explica a razão pela qual aparecem gravadas três faces do rochedo, como indicamos acima.

Como interpretar as restantes palavras? Pensamos que elas serão o nome dos três povos que procederam à divisão das águas. No entanto, como aparecem abreviados torna-se impossível saber de que povos se trata.

Seriam certamente pequenos grupos que habitavam aquela zona da Serra do Caramulo e para os quais a exploração mineira e a pastorícia representavam as principais actividades. Sendo assim, a água era fundamental para eles e, certamente para acabar com conflitos, procederam à partição das águas.

INSCRIÇÕES MONUMENTAIS

Est. CII.

Ach.: Capela de S. Bartolomeu do Guardão, Guardão, Tondela.

Paradeiro: O mesmo.

Placa de granito de grão bastante grosso, embutida na parede lateral, no interior da capela.

Está cortada do lado direito, parecendo-nos possível reconstituir totalmente a inscrição.

Dimensões: 88 x 59.

IMP(eratori) · CAESAR(ſ) · DIV[I] F[ilio] CO(n)S(uli) / XIII (decimum tertium) TRIB(unitia) · POTEST[AT](ate) XXII (vigesima secunda) / AVGVST(o) · INTER/[AN]IE(n)SES · Q(uintus) · ARTICLEI[VS] REG(ulus) / ⁵ [C]AVSA · COGNI[TA].

Os Interanienses ao imperador César Augusto, filho do divino, cônsul pela 13ª vez, 22 vezes detentor do Poder Tribunício. Quinto Articulo Régulo, por causa conhecida.

Letras: 1: 7,2; 2: 7,2; 3: 7,5 - 8; 4: 7,2 - 7,6; 5: 7,2 - 8.

Espaços: 1: 3,5 - 4; 2: 2 - 2,5; 3: 1,2 - 2; 4: 1 - 2,5; 5: 1,2 - 2; 6: 4,5 - 5.

Carvalho, 1981, p. 23-24; Alföldy, 1969, p. 134; Alarcão, 1976, p. 175; Alarcão, 1989, p. 18; Alarcão, 1988, p. 39; Alarcão, 1990, p. 27.

Variantes: O monumento tem sido considerado como um *terminus augustalis*, sendo IESES a terminação do nome de um dos povos, faltando, por conseguinte o nome do outro povo.

Alföldy faz a seguinte interpretação:

Imp. Caesar Div[i f. augustus cos.] / XIII trib. potest. [--- p. p. terminos] / August(ales) inter [--- et --] / ieses Q. Artic[u]le[io] Regulo leg. qui(?) ⁵ / *causa cogivit* [sic] [---]

Na linha 1, vê-se claramente a primeira haste do V, mesmo no final da pedra. Pensamos que deveria conter ainda o ponto, que existe entre todas as palavras, o F e ainda a abreviatura COS.

Na l. 2, na palavra POTESTATE falta o o A e o último T. Deveria existir ainda o número de vezes que Augusto tinha detido o Poder Tribunício, talvez XXII.

Na l. 3, começa o nome do povo que consagrou e que vai acabar na linha seguinte, onde está a terminação IESES. Apenas faltarão duas ou três letras e, assim, podemos reconstituir o

nome em INTERANNIESES ou INTERAMNIENSES. Nesta linha deveria ainda estar o cognome do autor da inscrição, o Legado de Augusto, *Quintus Articuleius Regulus* (Alföldy, 1969, p. 134).

Na l. 5, falta apenas uma letra, um A, pois o I e parte do T são ainda bem nítidos na pedra.

A interpretação que fazemos diverge substancialmente da anteriormente proposta por G. Alföldy. Ao que nos parece, este autor não deve ter visto pessoalmente o monumento, pois se assim fosse não faria aquela interpretação, sobretudo na última linha.

Ficam-nos algumas dúvidas no número do poder tribunício, pois poderia ser outro e ao 13º consulado pode convir um poder tribunício entre 22 e 37. Isso não invalida, no entanto, a proposta que fazemos.

A distribuição das letras pela proposta acima é equilibrada e revela um certo eixo de simetria: 17 letras na 1ª linha, entre 20 e 22 na 2ª, 23 na 3ª, 19 na 4ª e 12 na última.

A *causa cognita* a que se refere a l. 5 deverá ser certamente a delimitação do território das *civitates* que então se processava. Seria este facto que levou à colocação desta placa/marco terminal, com indicação apenas do povo responsável pela erecção do monumento.

Tendo em atenção que Quinto Articuleio Régulo foi legado na Lusitânia entre 2 a C. e 14 d. C., devemos datar a inscrição de entre esta data, as mesmas datas acontecendo se atendermos aos títulos imperiais. Alarcão e Étienne propõem para esta inscrição a datação de 4/5 ou 5/6, tendo em consideração outros marcos terminais que aparecem noutros pontos (Alarcão, 1976, p. 176, nota 41). Neste caso o poder tribunício seria XXVII ou XXVIII.

O texto desta inscrição poderá aproximar-se dos textos de Argomil (Vaz, 1985b), de Alcácer do Sal, (Encarnação, 1984, p. 256-257) e de S. Paio de Nogueira (E. E. IX 269). Em Alcácer do Sal aparece como consagrante *Vicanus Bouti filius*, sendo interpretada este facto como uma demonstração da *devotio* de um particular ao imperador (Encarnação, 1984, p. 256 e Alarcão, 1985, p. 110). Na inscrição de Guardão, são os *Interannienses*, sendo *Quintus Articuleius Regulus* o legado imperial que materializa o desejo do povo.

82

Est. CIII.

Ach.: S. Romão, Castelo de Penalva, Penalva do Castelo.
Paradeiro: O mesmo (1992).

Ao ser destruída a capela de S. Romão, apareceram muitos materiais romanos; entre eles uma coluna, de granito de grão fino, com uma inscrição imperial, fracturada em três fragmentos, distinguindo-se letras em dois deles

Dimensões: Cada fragmento mede 70 cm. de diâmetro e 47,5 e 52 de altura.

IMPII(*rator* vel *rator*) CAIIS(*ar* vel *ar*) L(*ucius* vel *ucio*) D(*omitius Alexander Augustus* vel *omitio Alexandri Augusto*)...

Noutro fragmento lê-se ainda um G, um O e um número.

Letras: 6-10.

Inédita.

Anote-se a substituição dos EE por dois II, prática frequente nas inscrições desta região de Penalva de Castelo.

A atribuição que fazemos ao imperador Alexandre baseia-se no facto de se conseguir distinguir ainda um L e um D e este ser o único imperador em que estas duas letras estão seguidas. Como a seguir ao D não se consegue distinguir mais nada, por a pedra ter sido fracturada, pensamos que se tratará do nome *Domitius*.

À primeira vista poderia tratar-se de um miliário. No entanto, não o cremos, pois a inscrição não começa logo no início da coluna como é habitual nos marcos, mas apenas cerca de meio metro abaixo. E mesmo assim, ainda parece que a coluna teria sido cortada em cima. Além disso, os miliários do século IV são mais delgados que esta coluna. Assim, cremos que se tratará de uma coluna em honra do imperador.

Alexandre reinou entre 308 e 311 e esta coluna demonstrará, mais uma vez, o interesse que esta região teve para os imperadores deste período.

Não temos quaisquer elementos que nos permitam imaginar o tipo de monumento em que se integraria.

Perto da capela de S. Romão, no sítio do Campo da Bola ou Rato (nº79), aparecem muitos restos cerâmicos nas lavras e surribas. Pensamos que a coluna teria vindo daqui. Mas de que monumento? Em que época foi trazida para a capela?

83

Est. CIV.

Ach.: S. Cosmado; Mangualde, Mangualde.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 614.

Placa monumental de granito que recorda uma oferta aos cidadãos de um *castellum* regional. Não tem qualquer decoração ou moldura, pois destinava-se certamente a ser encastrada num monumento maior. Gravada em belos caracteres capitais, não apresenta qualquer problema de leitura.

Dimensões: 98 x 46 x 23.

C(aius) CAELIANVS MODES / TVS CASTELANIS / ARAOCE- LENSIBVS D(ono)
D(edit).

Caio Caieliano Modesto doou aos castelãos araocelenses.

Letras: 7 -8.

Espaços: 1: 7; 2: 3,5-4; 3: 3,5-4; 4: 1,5; 5: 0.

Figueiredo, 1952, p. 165; ILER 5242; Blanco Freijeiro, 1977, p. 14-16; Albertos Firmat, 1985, p. 472; Vaz, 1988, p. 12-13; Alarcão, 1988, p. 61; Encarnação, 1989, p. 318; Alarcão, 1989, p. 307; Gomes, 1992, p. 97.

Se a leitura não oferece qualquer problema, já a interpretação pode ser diversa da indicada. Com efeito, a linha 4 poderá também ser D(ecreto) D(ecurionum), como aliás, propusemos em leitura anterior (Vaz, 1987, p. 12-13.). Neste caso, tratar-se-ia de uma determinação de assembleia dos decuriões. Ora, não parece provável que na área de S. Cosmado/Mangualde existisse tal assembleia. Assim sendo, o mais provável é que se trate de uma oferta da iniciativa de *Caius Caielianus Modestus* ao povo de *Araocelum*.

Um aspecto importante a considerar é o etnónimo a que o monumento se refere. Aparecem os *Araocelenses* como nome dos habitantes de um povoado que, logicamente, se chamaria *Araocelum*. Pensamos que o *Araocelum* da inscrição de S. Cosmado se situaria nesta importante região arqueológica que é o concelho de Mangualde. Seria no próprio lugar de S. Cosmado? Não parece provável, uma vez que o *castellum* teria que ficar situado num alto e não numa baixa como é o caso de S. Cosmado. Assim teremos que procurar *Araocelum* num lugar alto que fosse habitado na época romana. Pela mesma razão teremos que afastar a hipótese da Quinta da Raposeira (nº 40).

No monte da Srª do Castelo localizou-se um castro profundamente romanizado. Sendo assim, o *Castellum Araocelum* situar-se-ia no cume deste monte e na Raposeira havia uma *villa*, quiçá, pertença do próprio *Caius Caielianus Modestus*, integrada no território do *castellum* (Alarcão, 1989a, p. 307).

Quem é *Caius Caielianus Modestus* ? "Certamente um indígena romanizado e rico" (Alarcão, 1989a, p. 307) que faz jus da sua riqueza oferecendo ao povo do seu *castellum* um monumento.

Tal como acabamos de referir em relação à coluna de S. Romão, também aqui desconhecemos completamente o contexto em que o monumento se integrava e, como ela, também foi encontrado deslocado do lugar de implantação primitiva.

Caius é um dos dezoito prenomes latinos mais frequentes.

Caielianus tem o mesmo radical que o prenome, aparecendo também na formação de topónimos, como *Caielobriga*, já citada. O radical **cael-* aparece sobretudo na Lusitânia, sendo raro noutras regiões peninsulares (Albertos Firmat, 1966, p. 68). Relaciona-se com o indo-europeu **Kailo-* com o significado de "são", "intacto". Esta raiz marca uma presença muito forte sobretudo no celta e no germânico. No latim estará presente na palavra *coelum*, "céu", "firmamento". O mesmo radical está presente em muitos nomes hispânicos: *Caelenicua*, *Caelenus*, *Caeleo*, *Calicus*, *Caelius*, *Caeloniga*.

No caso vertente, acentue-se o alongamento do radical que o aproxima mais do original indo-europeu. Sinal de maior conservadorismo linguístico nesta região interior da Lusitânia? Característica da linguística da área da *civitas* de Viseu? Esta parece ser a melhor hipótese, a julgar pelos exemplos que aqui surgem.

A junção do sufixo *-anus* é frequente na formação de cognomes.

O cognome *Modestus* é nitidamente latino e usado com muita frequência. Kajanto (1982, p. 263) regista-o 310 vezes no CIL, na forma masculina e 108 na forma feminina, incluindo-o entre os nomes que, inicialmente, indicavam qualidades de carácter (Albertos Firmat, 1966, p. 76). Na área da *civitas* aparece também em Canas de Senhorim nº [62].

Em face da paleografia, pensamos que na placa de S. Cosmado se recorda a construção de uma obra de interesse colectivo no século I d. C.

84

Est. CV.

Ach.: Termas de S. Pedro do Sul, Várzea, S. Pedro do Sul.

Paradeiro: Termas de S. Pedro do Sul, Várzea, S. Pedro do Sul.

Bloco monumental de que apenas resta um fragmento. Apareceu na chamada "piscina de D. Afonso Henriques", o edifício romano das Termas de S. Pedro do Sul. De granito de grão fino, apresenta-se fracturado.

Medidas: 66 x 52 x 17.

AQVA[M...] / A(*ulus*) PLAV[TIVS] / DECIA[NVS]

Aulo Pláucio Deciano *Aquam*.

Letras: 1: 14; 2: 10-10,5; 3: 9,5-11.

Espaços: 1: 2,3-3,5; 2: 2-2,2; 3: 2; 4: 8-9.

Figueiredo, 1958, p. 370-371; Brandão, 1959, p. 229-264; Alarcão, 1989, p. 305-314.

Variantes: I. 1: AQVARIVM ou AQVAM RED (Brandão, 1959, p. 252; ACQVA (Alarcão, 1989, p. 307).

Rogério de Azevedo sugeriu: AQVA [EDVCTVS] / A[VLVS] PL(AVCVS) AV[LI]? / D[ECESSIT] E[IVS] C[AVSA] I[N] A[GRO]. (Figueiredo, 1958, p. 370-371).

Letra capital quadrada, gravada em bisel fundo. Na l. 3, as letras estão desencontradas, com o *l* inclinado à esquerda.

Aulus Plautius Decianus, - "funcionário imperial ou cidadão romano residente na área?" (Alarcão, 1989, p. 307), - recorda obras efectuadas nas termas: captação de águas, canal adutor?

A onomástica da inscrição é tipicamente latina, conquanto não abunde na Península. *Aulus* é prenome, não muito usado, mas à *gens Plautia* pertenceram membros da casa imperial - Pláucia Urgulanila se chamava a terceira mulher de Cláudio - o que bem mostra quão importantes foram os membros desta *gens* em Roma (Encarnação, 1989, p. 318). *Decianus* é cognome patrício em Roma, usado por senadores e um cônsul (Kajanto, 1982, p. 145) apenas registado uma vez na epigrafia peninsular (ILER 5255).

Este monumento aparece integrado nas termas romanas de S. Pedro do Sul ou de Lafões. No inventário da estação (nº 111) vimos já que estas termas medicinais foram construídas no tempo de Augusto e reformadas ainda nos finais do século I. Ora, pela paleografia, esta inscrição está perfeitamente integrada no mesmo século. No entanto, atendendo à perfeição da placa e dos caracteres, cremos que ela será talvez do primeiro período de ocupação das termas.

MILÁRIOS

Est. CVII.

Ach.: Abrunhosa-a-Velha, Mangualde.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 605.

Miliário de granito de grão médio, de que apenas restam algumas letras.

Dimensões: 190 x 50

[...] / OT / [...] / [...] / XX

Figueiredo, 1953, p. 56.; Vaz, 1988a, p. 31.

Texto praticamente apagado de que se conseguem ver apenas as letras indicadas. Figueiredo (1953, p. 56) considera que teria sido picado, o que talvez não seja provável. Parece antes que a pedra sofreu desgaste devido a outras utilizações.

As letras *OT* poderiam fazer parte da palavra *Potestas* e os dois *XX* tanto poderiam ser de algum título do imperador, como as milhas.

Est. CVI.

Ach.: Abrunhosa-a-Velha, Mangualde.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 607.

Miliário de granito de grão médio, com desgaste acentuado nalguns pontos, sobretudo longitudinalmente quase no final das linhas.

Dimensões: 184 x 50.

[I]MP(erator) CA(esar) / DIVI F(ilius) / PARTHIC(i) / NERVA(e) NE(pos) / TRAIANVS / HADRIANO (sic) AVG(vstus) / PO(n)T(ifex) MAX(imus) / TRIBVNIC(a potestate) [sic] V (quintum) / CO(n)S(ul) III (tertium) RIIFIICIT / M(ilia) XVIII (duodeviginti).

O imperador César Trajano Adriano Augusto, filho do divino Pártico, neto de Nerva, Pontífice Máximo, (detentor do) poder tribunicio pela quinta vez, cônsul pela terceira, refez (esta via). Milha dezoito.

Letras: 9

Figueiredo, 1953, p. 56-57. Coelho, 1941, p. 376. Vaz, 1988a, p. 32-34; Gomes, 1992, p. 10.

Variantes: Leitura de Figueiredo: (I)MP CA / (DIVI) F / PARTHIC / NERVA V / TRAIANVS / HADRIA / POT.NIA (?) / RIBVNIC / V COS III R(?) / M XVIII.

A gravação é bastante funda, com as letras traçadas de uma forma bastante irregular, o que se deverá certamente ao suporte granítico, que tornava difícil a gravação das letras.

Apesar da concordância entre os títulos imperiais, é de assinalar os lapsos que o lapicida cometeu ao colocar *Traianus* em nominativo, *Hadriano* em dativo e o *F* logo após *Divi*, assim como as abreviaturas não comuns de *Tribunitia* e *Pontifex*. Isto revela como nas inscrições oficiais se cometiam erros, pelo que não deverá surpreender quando eles surgem em epígrafes privadas. Deverá ainda assinalar-se a substituição dos *E* por dois *II* na palavra *Refecit*.

Tendo em consideração os atributos imperiais, este marco foi gravado entre 10 de Dezembro do ano 120 e 9 de Dezembro de 121. A inscrição é idêntica à de um marco de Moselos, no concelho de Viseu e deveria integrar-se na via principal IV.

87

Ach.: Abrunhosa-a-Velha, Mangualde.

Paradeiro: Desconhecido.

Tanto o Dr. José Coelho (1941, p. 377), como Moreira de Figueiredo (1953, p. 55-56) falam de um miliário hoje desaparecido. José Coelho diz que se encontrava a servir coluna de suporte numa varanda de uma casa rústica de Abrunhosa-a-Velha; Moreira de Figueiredo, por seu turno, diz que se guardava no Museu Etnológico da Beira Alta.

Familiares da dona da casa em que estava inicialmente confirmam a versão da sua vinda para Viseu; na coleção da Assembleia Distrital, herdeira do espólio do Museu Etnológico da Beira Alta, não se encontra, pelo que temos que presumir que desapareceu.

IMP(erator) / CAESAR(i) / NVMEREAN/O P(io) F(elici) · AVG(usto) [...].

Ao imperador César Numeriano, Pio Feliz, Augusto ...

Coelho, 1941, p. 377; Figueiredo, 1953, p. 55-56.

Felizmente, ficaram-nos duas leituras deste marco, feitas por José Coelho e Russell Cortez, esta publicada por Figueiredo. Parece-nos que se completam uma à outra e, por isso, reconstituímos a leitura acima. Tomámos ainda em consideração a semelhança da inscrição com o marco de Reigoso, Oliveira de Frades (nº 95).

Será de pensar que o imperador Numeriano, que governou em 283-284, efectuou obras em estradas da Beira actual que tinham sido abertas nos reinados anteriores.

88

Est. CVIII e CIX.

Ach.: Quinta da Ponte, Abadia de Espinho, Espinho, Mangualde.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. Nº : JC - 79 - 2.

De granito de grão médio, apresenta uma gravação funda. As duas primeiras linhas sofreram bastante desgaste. A base é cúbica e apresenta-se fracturada.

Dimensões: 170 x 45.

TI(berius) CLAVDIVS / AVG(ustus) · / GERMANICVS / P(ontifex) · M(aximus) · TR(ibunitia) · P(otestate) · / XIII(III) (quatuordecimum) IMP(erator) · XXVII (septimum et vigesimum) · P(ater) · P(atriciae) · / M(ilia) VII (septima).

Tibério Cláudio César Augusto, Germânico, Pontífice Máximo, detentor do poder tribunicio catorze vezes, imperador vinte e sete, Pai da Pátria. Milha sete.

Letras: 7,5-8,5.

Coelho, 1949, p. 24-25; Correia, 1979, p. 611-612; Figueiredo, 1953, p. 31; Silva, 1978, p. 38-39; Vaz, 1983, p. 741.

Letras bem gravadas, em bisel. A separar as palavras há pontos redondos. As hastes dos *R* não tocam a haste vertical e os *M*são bastante largos.

Os títulos do imperador remetem-nos para o ano 54 d.C, entre 25 de janeiro e 13 de Outubro, quando Cláudio deteve o poder tribunício pela 14ª vez e já fora aclamado imperador pela 27ª.

À indicação miliária e discussão que pode levantar, referir-nos-emos no capítulo dedicado às vias romanas.

Integrava-se na via principal VIII.

89

Est. CX.

Ach.: Espinho, Espinho, Mangualde.

Paradeiro: O mesmo (1992).

Miliário de granito, anepígrafo, existente junto ao cemitério de Espinho. Deve ter servido de base de um cruzeiro.

Medidas: 125 x 30.

Vaz, 1988b; Gomes, 1992, p. 58.

Integrava-se na via VIII.

90

Ach: Fagilde, Fornos de Maceira Dão, Mangualde.

Paradeiro: Ibidem.

Dimensões: 112 x 30/40.

Miliário anepígrafo, de granito. Pelo diâmetro deverá datar do século I ou II e integrava-se na via principal IV.

Gomes, 1992, p. 71-72.

91

Ach.: Roda, Fornos de Maceira Dão, Mangualde.

Par.: Casa particular da Mesquitela.

O Dr. José Coelho refere que na Roda existia um miliário anepígrafo. Valentim da Silva dá a entender que, no seu tempo, este marco já não existia. Diz ele que era "um miliário anepígrafo que outrora se descobriu à entrada da povoação da Roda" (Silva, 1978, p. 40).

Encontra-se actualmente (1992) guardado em mãos particulares, na povoação de Mesquitela.

Medidas: 180 x 40.

Coelho, 1943, p. 156-161; Silva, 1978, p. 39. Figueiredo, 1953, p. 55. Alarcão, 1988, p. 55; Gomes, 1992, p. 95.

Integrava-se na via principal IV, que de Viseu se dirigia a Mangualde. Tendo em consideração o diâmetro, deverá datar dos dois primeiros séculos do Império.

92

Est. CXI.

Achamento: Chãos, Mangualde, Mangualde.

Paradeiro: Museu de Grão Vasco, Viseu. S/ n/.

Miliário de granito que não é totalmente redondo. Tem ainda as marcas das cunhas, certamente de uma tentativa de o partir longitudinalmente o que lhe deu uma forma quase de paralelepípedo.

Dimensões: 135 x 31 x 23.

DD(*ominis*) NN(*ostris*) / LECENIO LECENI/ANO AVG(*ustis*) / [M](*ilia*) XI (*undecim*).

Aos nossos senhores Licínio Liciniano Augustos. Milha XI.

Letras: 1: 8,5 - 9,5; 2: 7-9,5; 3: 7,5 -8; 4: 2,5-3,5; 5: 8-10; 6: 10.

Espaços: 1: 5,5; 2: 2,5-3; 3: 0,3-2,7; 4: 2,5-3,5; 5: 1,7-3,7; 6: 8-12; 7: 71.

Untermann, 1965, p. 23-25; ILER 240; Alarcão, 1988, p. 61; Gomes, 1992, p. 93-94.

Assinalem-se os erros de ortografia, *Lecenio* por *Licinio* e *Leceniano* por *Liciniano*. Além disto, note-se ainda a troca dos *cognomina*, em relação à nomenclatura oficial.

Marco dedicado a dois senhores, DD NN. O texto presta-se a confusão, uma vez que pode aplicar-se tanto a Licínio, o pai como ao filho. Com efeito, seguindo a ordem por que estão colocados os nomes, parece referir-se a Licínio Júnior, mas este não teve o título de Augusto, que Licínio, o Pai, obteve em 308. Na inscrição aparece, portanto, o nome do filho a que o *lapidarius* juntou o título do pai: *Licinio Liciniano Augusto*.

Licínio Júnior foi César em 317, pelo que o marco datará de entre 317 e 324, morte de Licínio, o Pai.

Marco de extrema importância pois estaria implantado perto do lugar primitivo, assunto que abordaremos adiante, ao tratarmos das vias.

Integrava-se na via principal VIII.

93

Est. CXII.

Ach.: Benfeitais, Oliveira de Frades.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 611.

Miliário de granito, encontrado a servir como esteio de uma latada, em 1925.

Está fracturado a meio e não tem base, devendo originalmente estar enterrado directamente na terra.

Dimensões: 250 x 18.

IMP(eratori) · / CAES(ar) FL(avio) · VAL(erio) / CONSTANTIO / ⁵ P(io) · F(elici) INV(icto)
· / AVG(vsto) · M(ilia) · P(assuum) XXVI (sex et viginti)

Ao imperador César Flávio Valério Constâncio, Pio, Feliz, Invencível, Augusto. Milha XXVI.

Letras: 7 - 11

Girão, 1922a; Girão, 1925, p. 15-16; Figueiredo, 1953, p. 52; Vaz, 1983, p. 743; Vaz, 1988a. p. 45-46; Alarcão, 1988, p. 92.

Variantes: l. 8: XVI (Figueiredo).

A inscrição está bem gravada, não oferecendo problema de leitura.

Os títulos indicados estão de acordo com a titulação oficial de Constâncio Cloro, que reinou entre 294 e 306. Usou o título de Augusto apenas a partir de 305, após a abdicação de Diocleciano. Assim, o marco de Benfeitas datará de entre Maio de 305 e 25 de Julho de 306, data da sua morte.

A milha 26 deveria situar-se próxima do lugar onde foi encontrado.
Integrava-se na via principal III.

94

Est. CXIII e CXIV.

Ach: Benfeitas, Oliveira-de Frades.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 612.

Miliário encontrado a servir de esteio de latada junto da Escola Primária.

A forma é perfeitamente circular, estando ligeiramente desgastado na parte superior e apresenta uma base cúbica. A inscrição oferece alguns problemas de leitura apenas nas primeiras linhas, devido ao desgaste.

Dimensões: 220 x 49.

IMP(erator) · CAESAR DIVI / SEVERI PII FIL(ius) · DIVI / MARCI ANTONINI NEP(os)
DIVI / ⁵ ANTONINI PII PRONEP(os) · DIVI / HADRIANI ABNEP(os) · DIVI TRAIANI / PART(ici)
ET DIVI NAERVAE ABNEP(os) · / M(arcvs) · AVRELIVS ANTONINVS · / MAX / PIVS · FELIX ·
AVG(ustus) · PART(icus) MAX(imus) / GERM(anicus) · M(aximus) P(ontifex) M(aximus)
TRIB(unitia) / ¹⁰ POT(estate) XXII (decimum septimum) · IMP(erator) · III (tertium) CO(n)S(ul) III
(tertium) P(ater) / P(atriciae) PROCO(n)S(ul) FECIT / M(ilia) · P(assuum) · XXXI (triginta et una).

Fez o imperador Marco Aurélio Antonino, Pio, Feliz, Augusto, Pártico Máximo, Germânico Máximo, Pontífice Máximo, com o poder tribunicio pela 17ª vez, Imperador 3ª vez, Cônsul pela 3ª vez, Procônsul, filho do divino Severo, neto do divino Marco Antonino, bisneto do divino Antonino o Pio, trineto de Adriano, de Trajano Pártico e do divino Nerva. Milha 31.

Letras: 6

Girão, 1922a; Girão, 1925, p. 16-17; Figueiredo, 1953, p. 53; Vaz, 1983, p. 743; Vaz, 1988a, p. 47-49; Alarcão, 1989b, p.17.

Variantes: l. 9: TRB... (Girão, 1925); l. 10: ...T XX (Girão, 1925); XXII (Vaz, 1988).

É um marco do imperador Caracala que reinou entre 161 e 180. Mais uma vez se manifesta a discordância dos títulos imperiais. Caracala deteve o 3º consulado entre 1 de Janeiro de 208 até 31 de Dezembro de 212; o poder tribunício pela 17ª vez de 10 de Dezembro de 213 a 9 de Dezembro de 214 e a terceira aclamação imperial a partir de Outubro de 213 até à sua morte em 217. Vemos que a aclamação imperial e o poder tribunício concordam entre si, mas o consulado está deslocado. Assim, somos levados a pensar que este marco deverá ser colocado entre Outubro de 213 e 10 de Dezembro de 214, havendo erro na atribuição do consulado.

A inscrição é típica deste período, com o imperador a citar os seus antepassados até Nerva.

Este marco integrava-se na via principal III, como veremos adiante.

95

Est. CXV e CXVI.

Ach.: Reigoso, Oliveira de Frades.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 609.

Miliário de granito, encontrou-se no adro da igreja de Reigoso. É uma peça arqueológica extremamente curiosa porque tem a inscrição gravada em espiral, em toda a circunferência da pedra.

Dimensões: 124 x 63.

Imp(erator) · Caesar(̄) NVMEREANO P(io) · F(elici) · INV(ict) AVG(usto) P(ontifici)
M(aximo) TR(ibunitia) P(otestate) CONS(uli) P(ater) · P(atriciae) CO(n)S(uli) · I (primum) M(ilia) ·
P(assuum) XXVIII (duodetriginta).

Ao imperador César Numeriano, Pio, Feliz, Invencível, Augusto, Pontífice Máximo, (detentor do) Poder Tribunício, Cônsul, Pai da Pátria, Cônsul pela primeira vez. Milha XXVIII.

Letras: 5,5-11.

Girão, 1922; Girão, 1925, p. 14-15; Figueiredo, 1953, p. 50; Vaz, 1983, p. 743; Vaz, 1988a, p. 38-41.

Variantes: OC..., por *Consuli* (Girão, 1922; Girão, 1925).

A irregularidade das letras é bem patente, quer devido ao suporte, quer à imperícia do lapicida ou ainda ao facto de ser mais difícil gravar a inscrição em espiral.

Os títulos apresentados são os habituais de Numeriano, sendo assinalável o facto de nos aparecer por duas vezes o título de cônsul. O imperador Numeriano governou em 283-284, pelo que o marco datará dessa altura.

Integrava-se na via principal III.

96

Est. CXVII.

Ach.: Reigoso, Oliveira de Frades.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 610.

Miliário proveniente da eira da residência paroquial. Não oferece grandes dificuldades de leitura.

Dimensões: 120 x 59.

D(*omino*) N(*ostro*) / CO(*n*)ST/ANTI/NO AVG(*vsto*) / AVG(*vsto*?).

Ao Nosso Senhor Constantino Augusto, Augusto.

Letras: 6-13.

Girão, 1922; Girão, 1925, p.15; Figueiredo, 1953, p. 50; Vaz, 1983, p. 743; Vaz, 1988a, p. 42-43; Alarcão, 1988, p. 92.

Variantes: Girão, (Girão, 1922; 1925, p. 15) transcrito também por Figueiredo, faz a seguinte interpretação: CAESARI / DIVI CONTAN / TII FILIO.

A nível paleográfico há a assinalar a forma do S, com a curvatura inferior a formar um ângulo recto com a superior.

Pensamos ser este o marco a que Amorim Girão se refere, pois está assinalado no inventário da Assembleia Distrital como tendo provindo de Reigoso. No entanto, é estranho como Amorim Girão fez uma interpretação tão divergente daquilo que está na pedra, ele que costumava ser rigoroso nas leituras que fazia. Tal deverá compreender-se devido às circunstâncias em que ele viu o miliário: metido no muro da casa paroquial de Reigoso.

Este é mais um marco que apresenta uma anomalia ortográfica, pois aparece o nome do imperador, Constantino, sem o primeiro *n*.

Não encontramos explicação para a repetição da palavra *Augusto*. No entanto, se pensarmos que este marco será dedicado a Constantino, poderemos supôr que estará por *Maximus Augustus*, título recebido por Constantino em 312. Assim, o marco será posterior a esta data.

A única conclusão que este marco nos permite tirar para a história da romanização da região é que, no tempo de Constantino, o interesse pelas vias desta região talvez continuasse.

97

Est. CXVIII.

Ach.: Casal, Silvã de Cima, Sátão.

Paradeiro: O mesmo (1990).

Miliário de granito que foi reaproveitado na parede de uma casa particular em ruínas. Deve ter tido uma cruz implantada no cimo, pois foi adaptado para esse efeito.

É redondo e tem base cúbica.

Dimensões: 142 x 16.

[...] C [...] Q

Vaz, 1991, p. 40.

Apenas se notam vestígios de duas letras, mesmo assim bastante imperceptíveis.

Devido ao pequeno diâmetro, pensamos que este marco será de uma fase adiantada do Império.

98 e 99

Est. CXVIII

Ach.: Eira do Rei, Rio de Moinhos, Sátão.

Paradeiro: O mesmo (1990).

Na estação designada por Eira do Rei (nº 123) guardam-se dois marcos miliários. São ambos anepígrafos e têm fuste circular e base quadrangular.

O pequeno diâmetro que apresentam (24 cm.) mostra que seriam de uma fase adiantada do Império e recordariam certamente obras efectuadas na via em que se integravam, a via principal VIII.

100

Ach.: Santo Estêvão, Abraveses, Viseu.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 603.

Miliário anepígrafo encontrado junto à capela de Santo Estêvão.

Deveria corresponder à milha II ou III, pois o da milha I encontrou-se em Viseu e o da milha IV em Moselos.

Dimensões: 209 x 39/41.

O diâmetro deste miliário leva-nos a pensar que ele seria do séc. I ou II da nossa era, de acordo, portanto, com a cronologia da via em que se integrava.

101

Est. CXIX e CXX.

Ach.: Moselos, Viseu.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. JC - 79 - 3.

Miliário de granito de grão bastante fino.

Dimensões: 197 x 40.

IMP(erator) CAES(ar) DIVI / TRAI(an) PARTHICI · F(ilius) DIVI NERVAE NEPOS / TROIANVS [sic] · HADRIANVS / AVG(ustvs) PONT(ifex) / ⁵ MAX(imvs) TRIB(vnitia) / POT(estate) V (quinta) · CO(n)S(ul) III (tertium) / RIIFICIT / M(ilia) IIII (quatuor).

O Imperador César, Trajano Adriano Augusto, filho do divino Trajano Pártico, neto do divino Nerva, Pontífice Máximo, detentor do Poder Tribunício pela quinta vez, Cônsul pela terceira, refez. Milha 4.

Letras: 6-8.

Coelho, 1941, p. 412; Vaz, 1983, p. 742; Correia, 1979, p. 612.

A gravação é cuidada, funda em bisel. Saliente-se a substituição dos *EE* por dois *ll* e o erro cometido pelo *lapidarius* ao escrever *Troianus* em vez de *Traianus*, na linha 3.

Inscrição igual às dos miliários 86 e 103, de Abrunhosa-a-Velha e Viseu. Difere apenas na indicação das milhas.

Integrava-se na via principal II.

102

Est. CXXI.

Ach.: Moselos, Viseu

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. JC - 79 - 4.

Miliário de granito, de base cúbica, em bom estado de conservação.

Dimensões: 187 x 54.

TI(*berius*) CLAVDIVS / CAESAR · AVG(*ustus*) / G[ERMANIC]VS / P(*ontifex*) · M(*aximus*) · TR[IB](*unitia*) P(*otestate*) · XIII (*decima quarta*) · IMP(*erator*) · XXVII (*vigesimum septimum*) · P(*ater*) · P(*atriae*) / M(*ilia*) · V (*quinta*).

Tibério Cláudio César Augusto, Germânico, Pontífice Máximo, detentor do Poder Tribunício pela 14ª vez, Imperador pela 27ª, Pai da Pátria. Milha V.

Letras; 7-9.

Coelho, 1941, p. 413; Coelho, 1949, p. 18; Figueiredo, 1953, p. 48-49; Correia, 1979, p. 612; Vaz, 1983, p. 741; Alarcão, 1988, p. 58; Alarcão, 1989b, p. 17.

A gravação é cuidada. Apenas na l. 3 desapareceu parte das letras do título *Germanicus*. Atendendo aos títulos apresentados por este marco, teremos uma cronologia muito exacta: entre 25 de Janeiro e 13 de Outubro do ano 54. Efectivamente, Cláudio recebe o poder tribunício pela 14ª vez em 25 de Janeiro, tendo sido já aclamado imperador pela 27ª vez no ano 52 e morre em 13 de Outubro de 54.

Integrava-se na via principal II.

103

Est. CXXII.

Ach.: Rua do Arco, Santa Maria, Viseu.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. JC - 79 - 1.

Miliário de granito de grão fino, com a inscrição muito desgastada. Apareceu enterrado ao fazer-se um desaterro na Rua do Arco, perto da Porta dos Cavaleiros de Viseu.

Dimensões: 165 x 40

IMP(erator) CAES(ar) DI/VI TROIANI [*sic*]/ PARTHICI FILI(us) TRAIANVS / HADDRIAN/VS AUG(ustus) PONT(ifex) MAX(imus) TR(ibunitia) / POT(estate) V (quinta) CO(n)S(ul) III (tertium) REFECIT / M(ilia) I (una).

O Imperador César Trajano Adriano Augusto, filho do divino Trajano Pártico, Pontífice Máximo, detentor do Poder Tribunício pela quinta vez, Cônsul pela terceira, refez. Milha um.

Letras: 7,5.

Figueiredo, 1953, p. 60; Coelho, 1957, p. 19-21; Correia, 1979, p. 611. Vaz, 1983, p. 743.

As letras acham-se quase apagadas, sendo muito difícil a sua leitura.

Os títulos imperiais são iguais aos do marco da milha 18, de Abrunhosa-a-Velha. Assim, também a cronologia é a mesma: entre 10 de Dezembro de 120 e 9 de Dezembro de 121.

Marco implantado na via principal II, que foi mandada refazer pelo imperador Adriano, a que nos referiremos no capítulo respectivo.

104

Est. CXXIV.

Ach.: Carvalhal do Estanho, Queirã, Vouzela.

Paradeiro: *Ibidem* (1992).

Miliário que se encontra enterrado numa rua de Carvalhal de Estanho, no meio do povo.

Dimensões: 130 x 42.

Pertencia à via principal III e deveria marcar a milha VI ou VII, distância de Viseu a Carvalhal do Estanho.

Est. CXXIII e CXXIV.

Ach.: Vouzela.

Paradeiro: Museu da Assembleia Distrital de Viseu. Nº 608.

Miliário de granito, encontrado no adro da igreja de Vouzela.

Dimensões: 128 x 64.

IMP(eratori) / CAE(sari) M(arco) / CLA[VD]IO / TA[CI]TO P(io) · F(elici) · / ⁵ [I]nvicto
A(ugusto) / P(ontifici) · M(aximo) · Trib(unitia) P(otestate) / M(ilia) P(assum) XVIII (duodeviginti).

Ao Imperador César Marco Cláudio Tácito, Pio, Feliz, Invencível, Augusto, Pontífice Máximo, detentor do poder tribunício. Milha 18.

Letras: 8.

Coelho, 1949, p. 19; Figueiredo, 1953, p. 50; Vaz 1987, p. 35-36; Alarcão, 1988, p. 57; Alarcão, 1989b, p. 17.

A leitura não oferece grandes dificuldades, pois as letras estão bem definidas e é possível reconstituir as que faltam, destruídas por um orifício feito no marco.

Trata-se de um marco do tempo do imperador Tácito que reinou em 275 e 276 da nossa era. Como não vêm explicitados os títulos, presumimos que se trate da primeira nomeação para o poder tribunício e assim o marco teria sido erguido entre 25 de Setembro e 9 de Dezembro de 275.

É de assinalar ainda que este marco foi inutilizado muito cedo, pois a metade posterior foi desbastada para desenhar a base do jogo do moinho, muito praticado entre os operários e os soldados durante os momentos de descanso (Ponte, 1986, p. 140-141). Como foi encontrado no adro da igreja românica, estaremos face a um reaproveitamento medieval? Os operários enquanto iam construindo a igreja entretinham-se com este jogo nas horas do descanso. Cremos mais nesta hipótese do que num reaproveitamento ainda na época romana.

Como dizemos mais abaixo, este miliário estaria muito próximo da sua implantação primitiva, integrado na via principal III.

106

Est. CXXV.

Ach.: Desconhecido.

Paradeiro: Museu de Grão Vasco. S/ n/.

Miliário de granito de que apenas resta um fragmento. Tem sinais evidentes de uma reutilização posterior, o que prejudicou bastante a inscrição.

Dimensões: 62 x 27.

IM[P](erator) C(aesar) / AVG(usto) / CONS/TANTI/NO · P(io) F(elici) IN / ⁵ VICTO AT...

Ao imperador César Augusto Constantino, Pio, Feliz, Invicto...

Letras: 1: 7; 2: 6-8; 3: 5,5-7; 4: 6-7; 5: 7-8; 6: 4-7.

Espaços: 1: 7,5; 2: 2,5; 3: 1-3; 4: 2-2,5; 5: 2; 6: 1; 7: 0

Inédito.

Trata-se de um marco do imperador Constantino, o Grande, que reinou entre 306 e 337 da nossa era. É a única informação que o marco nos dá, uma vez que desapareceram os restantes elementos da inscrição.

107

Est. CXXVI.

Ach.: Desconhecido.

Paradeiro: Museu de Grão Vasco. S/ nº.

Pequeno fragmento da parte central de um miliário, de granito. A inscrição desapareceu quase completamente.

Dimensões: 52 x 27,5.

[...] P [...] C · AVG(usto) / B · P(atriciae) · N...

Letras: 1: 5-7; 2: 7-10.

Inédito.

Os poucos elementos que nos restam não permitem uma reconstituição da inscrição. Reconhecem-se apenas duas palavras, respeitantes ao título do imperador, o que não permite tirar qualquer ilação.

VÁRIA

Est. CXXVII.

Ach.: Soutinho, Penaverde, Aguiar da Beira.

Paradeiro: Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. Nº: JC - 79 - 6.

Graciosa edícula de granito de grão fino, foi encontrada no Soutinho, lugar que é hoje um bairro da povoação de Penaverde.

É constituída por um nicho dentro do qual se abrigam duas pequenas áruas. O nicho é ladeado por dois colunelos e um arco redondo marcados por um sulco duplo. Parece que terminaria por um frontão que entretanto desapareceu.

As áruas são perfeitas, a da esquerda tem gravada uma inscrição e a da direita apresenta uma âncora esculpida em baixo-relevo.

Dimensões: 57,5 x 37,5 x 26.

SE / NI / OC / OR

Letras 1: S=5,2; E=4,4; 2: c. 2,5; 3: O=2,3; C=2,8; 4: O=1,9; R=2,8.

Espaços: 1: 0,3-1 ; 2: 0,7; 3: 0,6-1; 4: 0,4; 5:1,2.

Coelho, 1948, p. 286-287; Encarnação, 1975, p. 189; Correia, 1979, p. 613; Vaz, 1979, p. 551; Alarcão, 1988, p. 60; Alarcão, 1989, p. 307.

Variantes: I.1: GE (Coelho = Encarnação).

O S da l. 1 tem uma curvatura superior muito grande, comparada com a inferior, tendo sido lido como G por José Coelho. Na l. 2, acentue-se uma certa deproporção do N, muito largo. Os OO das l. 3 e 4 são perfeitamente redondos, mas mais pequenos que as outras letras.

Não é possível fazer a interpretação deste monumento enquanto não se encontrarem paralelos: votivo ou funerário? Será *Senio* uma divindade a quem *Cor(nelius)* dedica o monumento? Será *Senio* um defunto recordado desta forma por um familiar? Será *Senio* que dedica este monumento a outra pessoa? A única certeza com que podemos ficar é que *Senio* pode ser um cognome, já registado, aliás, no mundo latino (Kajanto, 1982, p. 165).

Est, CXXVIII e CXXIX.

Ach.: Quintela de Azurara, Quintela de Azurara, Mangualde.
Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia. Nº de inventário: 16356.

Dimensões: 18,2 x 6,2.

AVITVS RVFINIVS RVFIVS
Avito Rufínio Rúfio.

Letras: 1-2,5.

Vasconcelos, 1910, p. 325-326; Silva, 1978, p. 34-35; Gomes, 1992, p. 116.

Peso de tear em cerâmica proveniente de Quintela de Azurara, tem nas quatro faces gravada a letra S, feita na massa ainda mole com um dedo. Em duas faces contíguas foi-lhe gravada a inscrição acima. Será a letra a marca do oleiro e a inscrição marca do possuidor? O mais provável é que se trate do nome do oleiro.

Em Tarragona aparecem vários vasos que em os nomes dos oleiros são *Rufinius* e *Rufus*²². São nomes que obtiveram uma larga divulgação entre os Romanos e os indígenas (ILER p. 741-742).

Rufus é um cognome latino de que os indígenas se apropriaram. Surgiu na época republicana, com uma conotação pejorativa que foi perdendo ao longo dos séculos (Solin, 1977, p. 65). Alcançou tanta popularidade que chegou a entrar nas próprias famílias senatoriais romanas. Na época dos Severos, um cônsul chama-se *L. Hediús Rufus Lollianus Avitus*, havendo na sua família vários outros cônsules que conservaram sempre este cognome, durante mais de um século, a começar em 114 d. C. (Barbieri, 1977, p. 177). Assim sendo, não admira que a divulgação deste nome entre os indígenas tenha sido tão grande.

Considerando o tipo de letra, deverá atribuir-se este peso de tear aos finais do séc. I - inícios do II d. C.

22 CIL II 4970 435, 436, 437, 438, 439, 440,441,442, 443 444; 4975 410

110

Est. CXXX.

Ach: Pinho, S. Pedro do Sul.

Paardeiro: Colecção do Seminário Maior de Viseu.

Pedra de granito róseo proveniente de Pinho, de uma zona junto ao castro.

Como se trata de uma pedra informe, não sabemos que tipo de monumento era.

Dimensões: 40 x 36 x 27

NOERER

Letras: N=5; O=7; E=6; R=6,7; E=6; R=6.

Inédita.

As letras estão bem gravadas em bisel fundo, não havendo qualquer sinal de separação, o que faz supor que se trata de uma única palavra.

Nome pessoal gravado num marco de propriedade? Pedra funerária? Só o contexto de achamento poderia dar outros elementos. Como este se desconhece, nada mais podemos acrescentar.

111

Est. CXXXI.

Ach.: Cumieira, Cota, Viseu.

Paradeiro: O mesmo.

Pequena placa de granito de grão muito fino. Está fracturada do lado esquerdo, o que afectou toda a inscrição.

Dimensões: 15,5 x 14 x 12,5

[...]/ [...] ROC / [...] ROC

Letras: 1: 3; 2: 2,5; 3: 2,5.

Espaços: 1: 1,7; 2: 1; 3: 0,5; 4: 2.

Inédita.

A primeira linha desapareceu quase totalmente, restando apenas vestígios de um *I*. Na l. 2, deveriam existir mais letras antes do *R*. Na l. 3, temos dúvidas sobre a primeira letra, parecendo-nos, no entanto, que deverá tratar-se de um *R*.

Escapa-nos totalmente o significado desta inscrição, aparecida num lugar onde muitos outros objectos romanos têm aparecido (n^{os} 169-173).

ΜΟΝΥΜΕΝΤΟΣ ΑΝΕΠΙΓΡΑΦΟΣ

112

Ach.: Algodres, Algodres, Fornos de Algodres.

Paradeiro: Sede da Junta de Freguesia de Algodres.

Ara anepígrafa de granito de grão muito fino, encontrou-se numa das paredes da casa paroquial de Algodres.

Apresenta o capitel desgastado por maus tratos, com fóculo circular e gola directa, com um toro do lado direito. A base é em garganta reversa.

28 x 21

Dimensões: 43 x 23 x 18

25,5 x 21

Gomes, 1988.

Em Algodres houve outros achados cerâmicos, hoje desaparecidos (nº 9).

113

Est.CXXXII.

Ach: Eirinhas, Esmolfe, Penalva do Castelo.

Paradeiro: Eirinhas, Esmolfe, Penalva do Castelo.

Ara de granito de grão fino, anepígrafa, que está a servir de base de alminhas, num entroncamento de caminhos vicinais. Tem fóculo quadrado e o capitel é constituído por uma meia cana, uma faixa rectangular e cordão. No fuste foi rasgado um nicho para meter uma tábuia pintada. A base é constituída por uma garganta reversa, um cordão e soco.

Dimensões: 97 x 45 x 30.

Campo epigráfico: 48 x 38,5.

Inédita.

Esta ara integra-se no contexto arqueológico da Murqueira (n^{es} 86, 87, 89 e 90) e numa zona donde provieram várias inscrições votivas e funerárias [n^{es} 18, 42, 64 e 65].

Junto ao lugar onde se encontra diz o povo que era o cemitério e que apareceram sepulturas nos terrenos em redor.

114

Est. CXXXIII.

Ach.: Cumieira, Zonho, Viseu.

Paradeiro: O mesmo.

Árula de granito de grão muito fino. Apresenta fóculo quadrangular e o frontão foi partido. Tem vestígios dos toros e a decoração é constituída por um listel plano e filete simples.

A base, ligeiramente fracturada do lado esquerdo, apresenta duas caneluras e rincão duplo.

12,5 x 9

Dimensões: 23 x 11,5 x 7,7

12,5 x 8

Inédita.

Não contém inscrição e nunca a deve ter tido, pelo que poderá haver duas hipóteses: ou aguardava para ser gravada na oficina do lapicida ou era pintada, tendo desaparecido completamente os vestígios da pintura.

115

Est. CXXXIV.

Ach.: Canelas, S. Cipriano, Viseu.

Paradeiro: Canelas, S. Cipriano, Viseu.

Base de ara anepígrafa encontrada por baixo do pavimento da capela de Canelas quando ali se fizeram obras há alguns anos. Actualmente está colada com cimento no adro da mesma capela.

Dimensões: 20 x 27 x 21

Est. CXXXIV.

Ach.: Solar dos Peixotos, Santa Maria, Viseu, Viseu.

Paradeiro: Desconhecido.

Em 1980, quando das obras de reparação do Solar dos Peixotos, na cidade de Viseu, apareceu reaproveitada numa das paredes do edifício um fragmento de ara.

Retirada da parede, veio a verificar-se que estava anepígrafa. Não podemos saber se algum dia teria tido inscrição ou se estaria simplesmente pintada. Em qualquer dos casos não permaneceu qualquer vestígio.

De granito de grão fino, não ostentava qualquer elemento de interesse, a não ser o facto de ser a primeira ara a surgir dentro do aro da cidade.

Vaz, 1989e.

II PARTE

O POVOAMENTO

Que povos habitavam esta região quando os Romanos aqui se estabeleceram? Que alterações nas relações entre esses povos foram provocadas pela presença romana? Que condições satisfaziam estes terrenos para que os Romanos aqui se implantassem? Que tipo de relações se vai estabelecer entre os Romanos conquistadores e os povos indígenas conquistados? Estas são algumas das questões a que vamos tentar responder neste capítulo dedicado às formas de povoamento na área da *civitas* de Viseu.

1. OS POVOS DA INSCRIÇÃO CIL II 760

A *civitas* de Viseu seria ocupada por um dos povos mencionados na inscrição da ponte romana de Alcântara (CIL II 760).

A inscrição menciona os povos da província da Lusitânia *quae opus pontis perfecerunt*: *Igaeditani*, *Lancienses Oppidani*, *Tapori*, *Interannienses*, *Coilarni*, *Lancienses Transcudani*, *Aravi*, *Meidubrigenses*, *Arabrigenses*, *Banienses*, *Paesures*. Até há bem poucos anos, a localização destes povos era incerta. A descoberta de um marco terminal em Peroviseu (Vaz, 1977, 27-29) e de um outro em Goujoim (Vaz, 1979b e Silva, 1982) permitiu concluir que a indicação dos povos na inscrição se fez certamente por uma ordem geográfica, de sul para noroeste e de sul para norte.

Verifica-se ainda que há três grupos distintos na inscrição: um primeiro que abrange os *Igaeditani*, os *Lancienses Oppidani*, os *Tapori*, os *Interannienses* e os *Coilarni*, que ocupavam um território subindo de sul para noroeste. A inscrição volta a sul e aparecem os *Lancienses Transcudani*, os *Aravi*, os *Meidubrigenses*, os *Arabrigenses* e os *Banienses*, ocupando o território até ao Douro, de sul para norte. Além destes dois grandes grupos, aparecem os *Paesures*, numa posição final, deslocados das linhas de orientação indicadas (mapa 7).

Começando de sul para norte, sabemos que os *Igaeditani* estão seguramente localizados na região imediatamente a seguir à ponte de Alcântara, no território português e com capital em Idanha-a-Velha. A localização dos *Aravi* é também segura, pois se encontrou uma ara em Marialva consagrada a Adriano pela *civitas Aravorum* (CIL II 429).

Em 1979, um término augustal encontrado em Goujoim veio permitir a localização dos *Coilarni* e dos *Arabrigenses* (Vaz, 1979b e Silva, 1982), perto do Douro.

Pensa-se que os *Banienses* se situavam na margem direita do Douro (CIL II 2399), mas desconhecemos a extensão do seu território: estariam divididos entre as duas margens do Douro (Alarcão, 1990, p. 30)?

Um marco terminal encontrado em Peroviseu (Fundão), estabelece a fronteira entre os *Igaeditani* e os *Lancienses*, estes sem qualquer apelativo (Vaz, 1977, p. 27-29).

Era já conhecida a existência de um marco em Salvador (Penamacor) que delimitava os *Igaeditani* e os *Lancienses Oppidani* (CIL II 460). Estes dois marcos localizam, por conseguinte, os *Igaeditani* junto dos *Lancienses Transcudani* e dos *Lancienses Oppidani*. Considerando, como dissemos, que a ordem indicada é a geográfica, temos que admitir que os *Lancienses Oppidani* se situariam a norte e noroeste dos *Igaeditani*. Como conciliar os dois marcos, que parecem contraditórios?

O território dos *Lancienses Oppidani* estender-se-ia entre a linha Peroviseu - Salvador e a encosta oriental da Serra da Estrela. Como o território dos *Lancienses Transcudani* se aproximava da zona de Salvador seria necessário explicitar no marco aqui implantado os *Lancienses* a que este dizia respeito, mas em Peroviseu essa confusão não era possível e daí não ser necessário haver menção da palavra *Oppidani*. A norte, o território seria demarcado pela linha do planalto da Guarda e Sabugal. A sudoeste iria até à linha de alturas da Serra de Açor.

O território dos *Lancienses Oppidani* englobaria assim importantes regiões arqueológicas como o Fundão, Ferro, Covilhã, Meimoa e encosta sul do planalto da Guarda.

A capital dos *Oppidani* ficaria numa zona próxima da Covilhã, possivelmente no Teixoso onde foi assinalada uma inscrição em que se mencionava um *duumvir primus* (Vasconcelos, 1934, p. 24).

Alguns editores de Plínio identificam os *Lancienses*, sem apelativo, com os *Ocelenses* (Cf. versão Ian-Mayhoff, p. XIV-XV do aparato crítico), *Ocelenses qui et Lancienses*. Será uma interpretação feita por comparação com as linhas anteriores onde aparecem os *Meidubrigenses qui Plumbarii* e, logo a seguir, os *Turduli qui Bardili*.

Baseado nesta versão, Alarcão põe mesmo a hipótese de existirem três *civitates*, duas dos *Lancienses* (*Oppidani* e *Transcudani*) e uma dos *Ocelenses* "na época de Augusto, posteriormente redefinidas e transformadas em duas". (Alarcão, 1990, p. 28). Propõe a identificação dos *Lancienses Transcudani* com os *Ocelenses* e, por conseguinte a, localização destes no lugar chamado *oppidum Ocelum*, junto do Ferro, concelho do Fundão.

Plínio não dá qualquer outro elemento que nos possibilite a localização quer dos *Lancienses*, quer dos *Ocelenses*. No entanto, devemos assinalar que faz a enumeração destas cidades estipendiárias da Lusitânia por ordem alfabética pelo que não se poderá fazer uma leitura geográfica do texto pliniano - "...*Interannienses, Lancienses, Mirobrigenses qui Celtici cognominantur, Medubrigenses qui Plumbarii, Ocelenses, Turduli qui Bardili...*" (Plínio, IV, 118).

Ptolomeu (II, 5, 9, referido por Albertos Firmat, 1985a, p. 471), por seu lado, cita uma cidade de nome *Ocelum* entre os Vetões, topónimo de que há vários outros exemplos na Península (Albertos-Firmat, 1985a). Seriam os habitantes desta cidade, os *Ocelenses* de Plínio?

Em face das críticas e edições modernas do texto de Plínio, parece-nos que não será de admitir este acrescento, pelo que entendemos que os *Ocelenses* de Plínio não terão nada a ver com o *Ocelum* situado no Ferro, mas este será mais um topónimo homónimo de tantos outros na Península.

Ora, sendo assim, os *Ocelenses qui et Lancienses* terão sido o resultado de uma confusão provocada por um acréscimo, por comparação com outros povos, no original pliniano. Assim, *Lancienses* e *Ocelenses* deveriam ser dois povos diversos e com localizações bem distantes um do outro: enquanto os *Ocelenses* se localizavam em território espanhol, nas actuais províncias de Salamanca ou Zamora, os *Lancienses* estavam em território português, nas zonas já indicadas.

A inscrição CIL II 760 nomeia a seguir os *Tapori*. Seguindo a ordem geográfica, vamos encontrá-los na encosta noroeste da Serra da Estrela com o seu território a estender-se para ocidente, até confinar com os *municipia* de *Conimbriga* e *Aeminium*. A divisória entre os *Tapori* e os *Lancienses Oppidani* seria a linha de alturas da Serra da Estrela. A fronteira noroeste seria o rio Mondego²³.

O território dos *Tapori* incluiria importantes povoados como o de S. Romão, onde um edil é recordado numa inscrição. A menção consular permite datá-la de 217 d. C. (Guerra, 1989).

A capital situar-se-ia perto do extremo ocidental do território, em Bobadela, onde havia uma *splendidissima civitas* (CIL II 397) e onde têm sido encontrados vestígios que provam a capitalidade do lugar: um anfiteatro, vestígios do *forum* e várias inscrições (Portas, 1989a, Anacleto, 1981 e Amaral, 1982 e 1983).

A norte dos *Tapori*, a inscrição de Alcântara menciona os *Interannienses*. Seguindo a localização por ordem geográfica que temos estado a fazer, os *Interannienses* localizar-se-iam precisamente na área do nosso estudo, ou seja, a região de Viseu. Diremos apenas que a capital desta *civitas* se situaria em Viseu, deixando para mais tarde a abordagem dos limites da *civitas*.

Continuando a subir para o Douro, encontramos os *Coilarni*. Depois da descoberta do marco de Goujoim, já referido, não podem restar dúvidas sobre a localização deste povo junto ao Douro e com fronteiras com os *Arabrigenses*. Um outro marco que se encontra na capela de S. Pedro de Balsemão (Vaz, 1982b) deveria talvez estar colocado também na divisória destes dois povos. Assim, a fronteira entre eles seria um linha que se iniciava no Douro, a oriente de Lamego, e descia até à zona de Armamar/Goujoim, Moimenta da Beira, terminando na Serra da Lapa. A sul, limitando com os *Interannienses*, a linha divisória passaria por alturas da serra do Montemuro/rio Paiva.

23 Os *Tapori* foram localizados por Russell Cortez (Cortez, 1952) na serra da Gardunha, localização a rever, como diz Alarcão que, numa primeira versão, os localiza na vertente oriental da serra da Estrela (1988, p. 37). Algum tempo depois, revê a sua posição e faz a sua localização "a sudoeste dos *Igaeditani* e a sua capital coincidiria com Castelo Branco ou ficaria no triângulo cujos vértices correspondem a Senhora de Mércules, S. Martinho e Santa Ana" (1990, p. 29).

Já depois deste texto elaborado chegou-nos às mãos um artigo do Prof. Doutor Geraudes Freire que localiza os *Tapori* na zona da ribeira de Taveiró, nome que, segundo a sua opinião, se teria originado a partir do povo que ali habitou. Como se deduz do texto que escrevemos, não aceitamos qualquer uma das hipóteses e localizamos-los na vertente noroeste da serra da Estrela.

Reconhecem-se dois importantes núcleos de povoamento na área dos *Coilarni*, Lamego e Cárquere. A capitalidade deveria pertencer a Cárquere, o maior alfobre de inscrições funerárias de toda a região do Douro (Vaz, 1986).

Lamego, onde se conhecem uma necrópole e várias inscrições funerárias (Vaz, 1982c), seria importante por se situar perto de um ponto de passagem do Douro. Um santuário importante deste povo seria o que se localizava no Castro da Mogueira (Mantas, 1984).

A indicação dos povos na inscrição da ponte de Alcântara regressa depois novamente a sul, começando com um novo grupo de povos até ao rio Douro.

A nordeste dos *Igaeditani* e com fronteira também com os *Lancienses Oppidani*, situavam-se os *Lancienses Transcudani*, divididos entre os actuais territórios espanhol e português. Pertencer-lhes-ia grande parte dos concelhos de Sabugal e Almeida e os terrenos confinantes de Espanha. A sua capital poderia ser em território espanhol, na zona de Valverde del Fresno²⁴.

No território dos *Transcudani*, ficava um importante povoado romano-medieval que se deve localizar em Verdugal e Moradios (Fernandes, 1982, p. 57-64), onde o General João de Almeida colocava *Lancia Oppidana* (Almeida 1946, p. 178-184).

Os *Aravi* situavam-se a norte dos *Lancienses Transcudani*. A inscrição de Marialva (CIL II 429) leva-nos a localizá-los nessa zona. Embora a *Civitas Aravorum* se situasse quase no extremo norte, o território estendia-se fundamentalmente para sul, até à zona de alturas de Celorico da Beira.

A inscrição de Argomil (Vaz, 1985b) poderá corresponder a um marco terminal (Alarcão, 1988, p. 41), embora não haja certeza quanto a este ponto. Do lado ocidental, os *Aravi* entestariam com os *Interannienses*, no sul com os *Lancienses Transcudani* e com os *Arabrigenses* e os *Meidubrigenses*, a norte. A fronteira com os últimos seria por uma raia seca estabelecida artificialmente e com os *Interannienses* deveria passar na ribeira da Muxagata.

Confinando com o Douro encontramos os *Meidubrigenses qui plumbarii*, como os classifica Plínio (IV 118). Situar-se-iam na região da Meda, confrontando do lado ocidental com os *Arabrigenses* e a norte com o Douro. Do lado oriental, a fronteira passaria no rio Côa, a confinar com os *Banienses*.

Conhece-se um povoado desta *civitas*, *Assanianca*(?), cujos habitantes, *Assaniancenses*, a expensas suas, *viam fecerunt* (Curado, 1985a).

Não se sabe onde ficaria situada a sua capital, variando as opiniões entre Ranhados (Cortez, 1953, p. 503-506) e castro de S. Jurjo (Rodrigues, 1983).

No território dos *Meidubrigenses* ficava situado o importante povoado de Numão, onde tantos achados se têm feito: moedas, inscrições, restos monumentais (Ferreira, 1962).

24 A este propósito ver Hurtado de San Antonio, 1976, p. 610-612 e Roldán Hervás, 1969, p. 88. Sobre a distribuição dos povos da ponte de Alcântara convirá ainda ver o que diz Alarcão, 1988, p. 34-45 e 1990, p. 21-34.

Estes vestígios parecem indicar uma importante povoação na época romana. A densidade de achados leva-nos a situar aqui a sua capital, em concordância com Alarcão (1988, p. 44).

Entre os *Meidubrigenses*, a oriente, e os *Coilarni*, a ocidente, situavam-se os *Arabrigenses*, que iam até ao Douro e vinham até à Serra da Lapa, a sul.

No seu território integravam-se os *Visanci* conhecidos de uma inscrição rupestre de Penela da Beira (Botto, 1986) e os *Ambroeci*, de Paredes da Beira (Ferreira, 1978).

A sua capital situar-se-ia entre Caria, Rua, Vide e Faia, no concelho de Moimenta da Beira, onde se têm achado imensos vestígios romanos. Uma estátua inédita de mármore, representando um togado, encontrada na Lapa e hoje guardada no Museu da Assembleia Distrital de Viseu, poderia ter sido trazida desta zona e é uma prova da importância desta região na época romana (Est. CXXXV).

No extremo nordeste da Beira transmontana e por isso indicados em penúltimo lugar, mas ainda assim por ordem geográfica, estavam os *Banienses*. Ocupariam uma pequena faixa entre o rio Coa e a serra da Marofa, incluindo a importante passagem do rio Douro em Barca d'Alva, bem dominada por uma *villa* situada na capela do Santo Cristo, em cuja fachada se conserva uma placa funerária (CIL II 433 e Curado, 1985, p. 643-645).

A capital dos *Banienses*, que se chamaria *Bania*, tem sido localizada em Santa Cruz da Vilarça (Moncorvo), na margem direita do Douro, pelo que é provável que o seu território se estendesse pelas duas margens do rio. Parece-nos mais provável esta hipótese que admitir duas *civitates* com o mesmo nome (Alarcão, 1988, p. 34) ou a sua localização exclusiva na margem direita (Alarcão, 1990, p. 30). Não será despidendo lembrar, a este propósito, o que aconteceu com a divisão eclesiástica estabelecida pelos Suevos e Visigodos. Viseu, que era a sede de um extenso bispado que ultrapassava o próprio Douro, incluía ainda a paróquia da Vilarça e, por conseguinte, o território situado imediatamente a oriente. Mais tarde, quando se forma uma nova diocese com sede em *Caliabria*, esta inclui ainda o território a norte do Douro até Vilas Boas, a ocidente de Moncorvo (Fernandes, 1968, p. 150), mantendo-se, por isso, o território de Moncorvo nesta diocese com sede na margem esquerda do rio Douro. Serão estes limites eclesiásticos o retomar de uma tradição da linha fronteiriça vinda já da época romana?

Outra hipótese, no entanto, se pode admitir: a inscrição de Mesquita (CIL II 2399) estava deslocada do seu lugar primitivo, tendo sido levada da margem esquerda do rio Douro. Neste caso, o território dos *Banienses* situar-se-ia integralmente nesta margem do rio, pertencendo-lhe as *villae* até agora identificadas na margem esquerda do rio Côa (Maia, 1974a). No entanto, nesta hipótese, temos que admitir ao mesmo tempo que o seu território era muito reduzido ou se estendia para oriente, não constituindo o rio Águeda a fronteira. Neste caso *Caliabria* deve ter sido a capital (Alarcão, 1988, p. 44).

Poderá tomar-se como menção epigráfica a este povo uma inscrição rupestre de Penela da Beira. Trata-se, todavia, de uma indicação de *origo*, de carácter pessoal, portanto, que nada prova em relação à localização do povo ao qual *Turos* pertencia (Carvalho, 1989, p. 78).

O último povo que aparece mencionado na inscrição CIL II 760 é o dos *Paesures*, fora da ordem geográfica. A sua localização ocorreria algures entre os *Turduli*, os *Lancobrigenses* e os *Talabrigenses*, situados imediatamente abaixo do Douro, no litoral, os *Interannienses*, a oriente e os *Coilarni* a nordeste. Ocuparia as serras da Freita e Arada, entre os actuais distritos de Viseu e Aveiro. O seu território estender-se-ia para sul do Vouga, até aos actuais concelhos de Oliveira de Frades e provavelmente Vouzela. O seu território era atravessado pela via romana que os ligava a Alcântara, só assim se compreendendo o seu contributo para a construção da ponte.

2. OS INTERANNIENSES

2.1. Fronteiras

Até há poucos anos, os *Interannienses* eram localizados entre os rios Coa e Águeda (Maia, 1974, p. 215-216), mas Jorge Alarcão (1988, p. 39) lançou a hipótese de eles se situarem na zona central de Portugal, "a sul das serras de Montemuro e da Lapa". Define-lhes, depois, mais concretamente, os limites: "a norte, (...) as serras de Montemuro e Leomil. A oriente, o *territorium* estender-se-ia até às serras da Lapa e da Estrela e passaria sensivelmente pelo meridiano de Trancoso. (...) A ocidente as serras da Gralheira e do Caramulo constituem também excelentes limites naturais". A sudeste indica um paralelo que passaria por Tondela.

A norte e sul parece haver dois limites naturais que se impõem: a serra de Montemuro e o rio Mondego.

A norte, o Montemuro foi sempre uma barreira natural entre o vale do Douro e os vales do Vouga e Mondego. É, pois, admissível que ali passasse a fronteira entre a *civitas* sediada em Viseu e os *Coilarni*. Apenas nos fica a dúvida: a fronteira seria marcada pela linha de alturas, que é ao mesmo tempo a linha divisória das bacias hidrográficas dos rios Paiva e Douro ou, pelo contrário, seria o próprio rio Paiva a fazer de limite? Cremos que seria antes a linha de alturas e, por consequência, a bacia hidrográfica do rio Paiva ficaria incluída neste território.

A fronteira prosseguiria pela Serra de Leomil e depois pela Serra da Lapa, até ao Távora. Seria uma fronteira próxima das actuais divisórias dos concelhos de Castro Daire, Moimenta da Beira e Semancelhe, o antigo *territorium* dos *Arabrigenses*.

A Lapa foi, nos tempos suévicos, divisória de paróquias e, na época visigótica, limite de dioceses com o nome de *Sorta* (Albuquerque, 1962, p. 219 e Fernandes, 1968, p. 149). Ali se dividiam as dioceses de Viseu, Lamego e *Caliabria*. É natural que a divisão diocesana tenha respeitado uma anterior divisão administrativa.

A oriente, a fronteira dos *Interannienses* seria pelo fundo vale da ribeira da Muxagata. Fica-nos a mesma dúvida que a norte: a linha limite passava pela ribeira ou pela linha de alturas imediatamente situada a oriente? Será de notar que, ainda hoje, a diocese de Viseu parte precisamente pela Muxagata, que é a última paróquia viseense, por este lado oriental.

A sul, o rio Mondego foi sempre um elemento de separação e nunca um elo de ligação entre as duas margens. Na antiguidade serviria de fronteira para a marcação das primitivas dioceses (Fernandes, 1968); na Reconquista, o Mondego constituiu uma barreira entre cristãos e muçulmanos (Coelho, 1990, p. 121-134); na época da reorganização do território serviu de fronteira para as dioceses de Viseu e Guarda; foi divisória dos muitos concelhos e terras que se estabeleceram junto às suas margens; já na época moderna, foi ali estabelecida a fronteira entre os distritos. Assim, o limite sul seria esta barreira natural, até às Caldas da Felgueira.

Aqui, o Mondego deixava de ser fronteira e esta seguia por uma linha artificial que subia a Canas de Senhorim, castro de Lobão da Beira, castro de Nandufe e daqui ao castro de S. Bartolomeu onde se encontrou uma placa que é também um término augustal [nº 81]. Grande parte desta fronteira passaria por uma estrada que atravessava este território.

É de salientar que ao longo desta fronteira se verifica a existência de uma linha de castros romanizados, não se conhecendo outros para ocidente. Mera coincidência ou intencionalidade da administração romana que demarcou a fronteira através de povoados onde se manteve o povoamento, vigiando ao mesmo tempo a estrada que por ali corria?

Para norte de Guardão aproveitar-se-ia a linha de alturas do Caramulo, próximo da linha divisória dos actuais distritos de Viseu e Aveiro. De Guardão iria pela linha de alturas até Varzielas, Arca/Sanfins. Daqui inflectia pelo rio Alcofra até à confluência com o rio Alfusqueiro e, novamente, por uma linha de alturas, pelo Carregal e Benfeitas até ao rio Vouga, incluindo-se portanto a mesopotâmia de Benfeitas/Entre Águas. Pelo Vouga subia até S. Cristóvão de Lafões e daqui até à Serra da Arada (castro da Cárcoda), S. Macário / S. Martinho das Moitas e Montemuro, aproveitando-se sempre a linha de alturas.

Era um limite quase todo ele natural e com dois topónimos que podem ser sobrevivência da função dos lugares onde se situam: Arca e Sanfins. O limite dos distritos e concelhos actuais passa precisamente entre estes dois lugares. Será a recordação da função que estes lugares desempenharam na época romana?

A ocidente, no actual distrito de Aveiro, estariam os *Talabrigenses* e, a noroeste, os *Paesuri*.

Vemos, pois, que, a rodear o território assim definido, encontramos vários cursos de água, o que poderá explicar o título atribuído pelos Romanos à nova *civitas*. Saliente-se ainda o facto de este ser o único nome latino na ponte de Alcântara, o que poderá significar que não existia na área um único povo, mas um mosaico de etnias que dividia entre si o território agora agrupado sob uma designação latina.

2.2. Caracterização geográfica do território

2.2.1. Hidrografia e Geologia

O território da *civitas* de Viseu aparece enquadrado por linhas hidrográficas e montanhosas que fazem dele uma região natural. Geologicamente podemos classificá-lo como região dos planaltos centrais que tem como limites bem definidos, a norte, o planalto da Nave e, a sul, a plataforma do Mondego. A ocidente, os limites são marcados pela serra do Caramulo e maciço da Gralheira enquanto a oriente um limite bastante indefinido se pode fazer coincidir com o fundo vale do rio Távora (Ferreira, 1978a, p. 87-136).

Nesta vasta área, o limite norte formado pela Serra do Montemuro, com um orientação noroeste-sudeste, constitui uma barreira natural quase intransponível.

A ocidente, a serra do Caramulo, com um alinhamento nor-nordeste / sul-sudoeste, separa este interior do litoral atlântico.

Entre as duas serras anteriores, o maciço da Gralheira constitui mais uma zona-tampão entre o litoral e o interior e ao mesmo tempo o ponto de mais fácil passagem e por isso mesmo aproveitado desde há muitos séculos como estrada comercial e civilizacional.

Numa linha de orientação idêntica à das serras citadas, uma fractura geológica que atravessa o Douro é bem visível e fez sentir os seus efeitos sísmicos ao longo dos séculos. (Girão, 1922b).

Ao sul corre o rio Mondego, com os seus vales profundos a separar esta região da cordilheira da Estrela.

A nordeste e oriente, a serra da Lapa e a linha de alturas que vai até Celorico constituíram, ao longo dos séculos, elemento fundamental das estratégias de defesa dos povos que por aqui se estabeleceram.

Dentro deste quadro natural, outros acidentes geográficos individualizaram e condicionaram a instalação da população ao longo dos milénios e, no caso concreto que nos interessa, a instalação dos Romanos.

É o caso da serra de Cota que atinge a altitude máxima de 929 m e a zona de alturas de Mundão com 670 m na zona central da *civitas*; é o caso também das alturas de Algodres (670 m), Senhora do Bom Sucesso (765 m) e Senhora do Castelo de Mangualde (629 m), na sua metade oriental.

Estes relevos vão dividir o território ocupado pela *civitas* em duas regiões bem demarcadas: uma rochosa e pouco propícia à instalação dos homens e outra mais plana e convidativa à prática agrícola.

A zona periférica é uma zona montanhosa onde a pobreza do solo dificulta a agricultura. Pelo contrário, a zona central, entrecortada por cursos de água abundantes é uma extensa área aplanada que facilita as comunicações e as trocas entre os homens.

São duas as bacias hidrográficas principais que ocupam grande parte deste território.

Na metade norte, o rio Vouga é o principal curso de água que atravessa a *civitas*.

Nasce na serra da Lapa e corre quase em sentido oriente-ocidente até alturas de S. Pedro do Sul. Na primeira dezena de quilómetros desce de 950 m para 600 m e depois, até S. Pedro do Sul, desce mais suavemente até cerca de 200 m (Girão, 1922a, p. 43-48). Entra a seguir novamente em apertados vales de margens abruptas até alturas de Pessegueiro do Vouga, já fora do território.

A sua bacia estende-se até quase ao rio Paiva, a norte e à linha de alturas de Cota, serra da Muna e Boaldeia (já na base da serra do Caramulo), próximo de Viseu, a sul.

Nas suas margens erguem-se cabeços abruptos, com posição dominante sobre as linhas de água e os caminhos da transumância. É nesses cabeços quase inacessíveis que se vão estabelecer os povoados fortificados quando se inicia o I^o milénio a. C. Ali se instalam fortes castros, autênticos ninhos de águia que muitas vezes nem necessidade têm de muralhas ou então constroem-nas apenas nos pontos em que os rochedos não os tornam inexpugnáveis. Vemos aparecerem nas bacias deste rio e do Paiva, os castros de S. Lourenço (n^o 8), Outeiro da Maga (n^o 7), Castro Daire (n^o 2), S. Martinho das Moitas (n^o 105), Ucha (n^o 108), Cárcoda (n^o 101), Banho (n^o 107), Pinho (n^o 102) e Senhora da Boa Morte (n^o 103), e, já na margem esquerda do rio Vouga, Senhora do Castelo de Vouzela (n^o 252) e Paços de Vilharigues (n^o 251). A par destes castros que foram romanizados, muitos outros foram abandonados em momento que não podemos precisar por falta de escavações: Senhora da Guia, Alcofra, Monte Lafão, Campia.

Se o rio Vouga e os seus afluentes são de margens abruptas, já os rios que vão desaguar na margem direita do Mondego, com orientação sul-sudoeste, correm suaves e sem grandes sobressaltos condicionando fortemente o sistema de povoamento e a actividade da população.

O Mondego e seus afluentes constituem a segunda mais importante bacia hidrográfica do território da *civitas*. Corre entre margens íngremes e difíceis de escalar, constituindo uma barreira natural entre as suas margens. Não serve de elo de ligação mas, pelo contrário, serve de elemento separador entre as populações que habitam de um lado e do outro.

No sentido nordeste/sudoeste, corre o rio Dão, principal afluente da margem direita do Mondego. Os vales onde corre são vales muito mais planos e as suas margens menos abruptas que as do Vouga e Paiva.

O rio Dão tem como afluentes principais o rio Pavia, o rio Dinha e o rio Asnes que, por vezes, correm entre vales estreitos e sinuosos. Formam-se assim alguns cabeços e cristas que vão também ser aproveitados pelo homem antigo para instalar os seus povoados. É por isso que encontramos nas margens destes rios alguns povoados fortificados: Senhora do Barrocal (n^o 131), Santos Idos (n^o 137), Santa Luzia (n^o 166), Três Rios (n^o 152) e Nossa Senhora do Crasto (n^o 146).

O rio Dão, que tem como afluente principal o rio Pavia e ainda uma série de outros pequenos rios e ribeiras, vai transformar as terras por onde passa nos terrenos mais produtivos e mais férteis da região.

Tal como sucede na bacia do Vouga, também aqui encontramos alguns povoados que foram abandonados antes da influência romana se fazer sentir: Aral, Castainça e Castelo dos Mouros (Vila Chã de Sá), Senhora do Crasto (Orgens/Campo), para só citarmos alguns do concelho de Viseu.

Os terrenos das mesopotâmias formadas pelos rios Dão / Mondego, Dão / Pavia e Pavia / Dinha são terrenos férteis e próprios para a agricultura, bastante planos, que possibilitam uma agricultura intensiva.

Uma outra mesopotâmia formada entre os rios Vouga e Alfusqueiro, no extremo ocidental, vai ter importante papel na rede de comunicações estabelecida pelos Romanos.

Geologicamente podemos dividir esta região em duas zonas principais, uma que ocupa a parte norte-oriental da *civitas* e outra que se estende a sul, a plataforma do Mondego.

Os terrenos que constituem a primeira pertencem ao complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico (Ferreira, 1978a, p. 93 e 112). No meio deste substracto são frequentes as fracturas em que rochas diferentes e minerais se vão intercalar.

A falha principal, com inclinação sinclinal, que atravessa transversalmente este complexo, corre desde a zona de Sátão até ao Porto. É constituída por quartzitos em cujas fracturas se intercalam minerais vários, nomeadamente hematite, estanho e volfrâmio.

Na zona de Castro Daire esta falha é interrompida por um "grande batólito de granitos porfiróides grosseiros" (Ferreira, 1978, p. 94). A sul de Mões, a nordeste do batólito referido, encontram-se dois pequenos afloramentos de aplogranitos, granitos de grão finamente regular. (Ver *Carta Geológica de Portugal*, 14C-Castro Daire).

Em Cota, a sudoeste da grande falha referida, um enorme filão de quartzitos com intercalações xistentas apresenta grandes quantidades de hematite e limonite cuja exploração não é hoje rentável mas, é quase certo, foi feita há uns séculos atrás.

Nesta área salienta-se ainda a zona de S. Pedro do Sul, onde as águas minero-medicinais foram aproveitadas desde tempos imemoriais e onde o rio Vouga e seus afluentes cavaram profundos vales, aproveitando as falhas ou as bordas das falhas para rasgarem o seu percurso.

Na outra metade da *civitas*, aparece-nos um "conjunto de vales muito largos e grosseiramente paralelos, separados por interflúvios geralmente estreitos e por vezes vigorosos" (Ferreira, 1978, p. 110).

A plataforma do Mondego é uma enorme superfície de aplanamento de depósitos entre a serra da Estrela e a serra do Caramulo. Os depósitos desta área parecem ser fundamentalmente de arenitos alimentados pela fragmentação das rochas graníticas, com elementos grosseiros.

Que influência estes terrenos e interflúvios poderão ter tido na fixação do homem? Como acabámos de ver, há duas zonas nítidas de fixação do homem: uma periférica, constituída pelo complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico, que podemos fazer corresponder, *grosso modo*, à zona norte da bacia do rio Vouga e bacia do rio Paiva e uma zona central, zona de contacto do planalto da Nave com a plataforma do Mondego, ou seja o nordeste da *civitas*, e a própria plataforma do Mondego, ocupando o resto da área.

Na primeira predominam os povoados de altitude em que a pastorícia e uma agricultura de sobrevivência constituem ainda hoje as únicas formas de rendimento. Na segunda, pelo contrário, a agricultura e pecuária intensivas, a fruticultura, mas, sobretudo, a vitivinicultura e olivicultura constituem a base da vida da população ainda hoje.

Na área mais montanhosa, além das actividades referidas, um factor importante para a fixação das pessoas deve ter sido a existência de minerais de ferro e estanho relativamente fáceis de explorar. Com efeito, as zonas de contacto entre as falhas acima assinaladas e a zona de granitos biotíticos predominantes em toda esta região, devem ter contribuído largamente para que o homem aí se fixasse.

Sabemos a importância dos minerais ao longo do I milénio a. C. e também a importância que esta região representou neste longo período no comércio dos metais. Bastará recordar os tesouros aqui encontrados (torques de Serrazes e Senhora da Guia, tesouro de peças de bronze da Senhora da Guia, lúnula de ouro de Viseu, fíbula de ouro e pasta de vidro de Santa Luzia, para só citarmos alguns...), para nos apercebermos da importância que os contactos entre as populações indígenas e as novas técnicas e novos materiais importados devem ter tido na evolução do chamado mundo castrejo.

A abundância de estanho poderá, pois, explicar grande parte da importância milenar da região que os Romanos viriam a definir como a *Civitas Interanniensis*.

Se observarmos bem as Cartas Geológicas de Portugal - para esta região estão apenas publicadas as 14C-Castro Daire, 14D-Aguiar da Beira e 17C-Santa Comba Dão - verificamos que os povoados proto-históricos se estabeleceram quase sempre em zonas em que o estanho aparece em filões de fácil exploração. É o caso nomeadamente da zona noroeste do concelho de S. Pedro do Sul (Carta 14C) em que encontramos também a maioria dos castros proto-históricos importantes: Senhora da Guia (não romanizado), Ucha (nº 108), Cárcoda (nº 101), Banho (nº 106), e Senhora da Boa Morte (nº 103).

Não será por acaso que nos únicos dois povoados em que se fizeram escavações e de que se conhece o espólio - Senhora da Guia e Cárcoda - apresentam abundantes sinais de fundição de metais.

Os povoados da zona nordeste da *civitas* poderão encontrar também explicação para o início da sua ocupação pensando não já em termos de bronze, para cuja liga o estanho era fundamental, mas em termos de ferro. Com efeito, na zona oriental do contacto da referida falha Sátão / Porto, ou seja entre Sátão e até à zona de Moledo / Mões, verifica-se existência de quartzitos em que as intercalações de minerais ferrosos abundam. Este fenómeno é particularmente nítido na chamada serra de Cota, na zona Arco-S. Lourenço. Este afloramento quartzítico forma um notável esporão virado a sudeste, sobre a freguesia de Cota. Assim, os povoados desta área poderão ter a ver com a exploração do ferro de que nos restam abundantes vestígios de fundição nas estações arqueológicas conhecidas nesta zona. É o caso concreto, como já dissemos ao falar desta estação, do povoado de S. Lourenço (nº 8).

2.2.2. Implantação romana no terreno

Às duas regiões geológicas assinaladas, vão corresponder tipos diferentes de povoamento. Na zona periférica, correspondente às montanhas, apenas uma agricultura de sobrevivência e a pastorícia são possíveis. Ora, este género de vida não era compatível com o espírito romano e, por isso, as zonas que os Romanos vão escolher são fundamentalmente as que se situam a média altitude: a zona de contacto do planalto da Nave com a plataforma do Mondego e sobretudo esta última.

Apesar disso, alguns castros vão continuar a ser mantidos ao lado de outros que vão ser abandonados. Qual a tipologia dos castros cuja manutenção prossegue?

Estes castros podem aproveitar esporões triangulares ou assentarem em cabeços que se elevam na paisagem envolvente. Os primeiros correspondem aos povoados de tipo A, definidos por Manuela Martins e os segundos ao tipo B (Martins, 1990, p. 206-211).

Os castros do tipo A aproveitam uma boa posição estratégica sobre as linhas de água que lhes vai permitir economia de esforço na construção de muralhas. As muralhas vão ser necessárias apenas de um lado, pois dos outros lados a defesa é natural. A inclinação destas encostas é de tal ordem que não permite sequer a sua escalada, em alguns casos. Sendo assim, parece que teremos que concluir que foram sobretudo razões estratégicas que levaram à manutenção destes povoados.

Incluem-se neste grupo alguns castros cujo início de ocupação não podemos definir, como, por exemplo, os castros de Pinho (nº 102) e Três Rios (nº 152), que se localizam na zona periférica.

Os povoados de tipo B também se encontram presentes na área da *civitas*. São povoados que se estabelecem em montes que se elevam na paisagem envolvente. Muitas vezes nem são os montes mais altos que são ocupados, mas sim montes rodeados por outros de mais elevada altitude e em que houve castros habitados em épocas anteriores. É curioso verificar que pertence a este tipo a maioria dos povoados que continuaram a ser ocupados na época romana. Que razões poderão ter levado à sua manutenção?

Só o levantamento de todos os povoados pré-romanos da região e a realização de escavações poderão levar à compreensão total deste tipo de povoamento que os Romanos mantêm.

Na região central existem apenas quatro povoados anteriores que permaneceram ocupados sob o domínio romano. São eles o castro de Santa Luzia (nº 166), o castro da Senhora do Castelo de Mangualde (nº 49), o castro da Senhora do Bom Sucesso (nº 25) e o castro dos Três Rios (nº 152). Os três primeiros pertencem ao tipo B e apenas o último se integra no tipo A, mas mesmo assim situa-se num esporão baixo (314 m de altitude) e a sua manutenção é difícil de compreender, como veremos ao tratar da região.

O castro de Santa Luzia (nº 166) é comprovadamente um castro começado a habitar nos inícios do I milénio com ocupação até ao século II d. C.; os outros dois, Senhora do Bom

Sucesso (nº 25) e Senhora do Castelo (nº 49), terão continuado a ser habitados até ao Baixo Império ou mesmo Idade Média, o que explica o culto cristão que ali se instalou.

Se nesta região central se reconhecem estes quatro castros, esse não é, porém, aqui, o tipo de povoamento típico da época romana. Um novo tipo de povoamento vai surgir, aproveitando certamente as potencialidades agrícolas da região.

De todas as estações inventariadas, verificamos que 192 se situam a menos de 500 metros e, portanto, só 68 se localizam acima daquela cota. É uma percentagem de 3/4 (=75,8%). Pensando que nos restantes 26% se incluem quase todos os castros romanizados, verificamos que os novos estabelecimentos lançados pelos Romanos se localizam quase todos numa cota inferior a 500 m.

Se subdividirmos ainda as estações situadas a menos de 500 metros, temos que 113 se situam a uma cota inferior a 400 metros e 79 entre os 400 e 500 metros. É uma percentagem de 44,6% e 31,2%, respectivamente, do total das estações, o que é verdadeiramente significativo.

Devemos concluir daqui que os Romanos que se estabeleceram na região de Viseu procuraram zonas de altitude que podemos considerar baixa, se pensarmos que esta cota dos 400/500 metros é uma cota baixa para a região e onde a agricultura é a principal actividade da população.

2.2.3. Recursos económicos

Que recursos agrícolas podiam os Romanos extrair desta zona? Embora não tenhamos conhecimento directo dos cultivos que eles aqui fizeram, existem alguns indicadores indirectos que nos permitem pensar que a cultura da vinha e da oliveira poderão ter tido um papel bem importante na agricultura romana.

Em primeiro lugar, a localização dos habitats romanos. Tudo o que são hoje bons terrenos produtores de vinho e azeite foram aproveitados na época romana. São sobretudo as zonas de meia encosta viradas ao sol onde essas produções constituem culturas quase exclusivas que apresentam essas características.

Em segundo lugar, aparecem-nos muitos lagares escavados na rocha que poderão ser romanos. Efectivamente, estes lagares, cuja cronologia se continua a discutir, são cada vez mais apontados como romanos, pelo menos quando aparecem associados a outros vestígios da mesma época, nomeadamente tégulas. Embora não tenhamos feito o seu inventário, há alguns que não hesitamos em classificar como romanos, como o que existe na Quinta da Tapada (nº 183) integrado num habitat indiscutivelmente romano. Assim, pensamos que estas seriam as principais produções, numa linha de continuidade que veio até aos nossos dias.

Plínio (III, 33.67) cita várias produções da Hispânia (cereais, vinha, oliveira, linho, esparto e diversas árvores) (Oliveira, 1993) de que a região de Viseu foi sempre grande produtora. Assim, poderemos pensar que um outro recurso que os Romanos provavelmente exploraram intensivamente na região foram os recursos naturais vegetais, juntamente com a criação de gado que os terrenos montanhosos proporcionavam.

No que diz respeito a outros recursos económicos, nomeadamente os minerais, haverá que ter em conta o que dissemos acima sobre a existência de metais na região e a sua importância na época proto-histórica.

Assim, conquanto faltem provas concretas da sua exploração, temos vários indícios que nos mostram que os Romanos se interessaram pelas jazidas minerais da zona.

Na Queiriga, a exploração do ouro foi uma realidade até há bem poucos anos, nas minas da Lousadela (nº 152). Daquelas minas veio uma placa epigrafada [nº 77] e uma outra anepígrafa que se guardam na coleção arqueológica da Assembleia Distrital de Viseu, tal como uma picareta de ferro e restos de fundição de metais.

Um dos pontos mais importantes de exploração mineira e de trabalho de metalurgia terá sido, todavia, o povoado de S. Lourenço (nº 8). O alto de S. Lourenço, começado a ocupar na Proto-História, é uma formação rochosa quartzítica. As fendas deixadas vagas pela cristalização do quartzo foram inteiramente preenchidas por hematite e limonite. A exploração destes metais, nos nossos dias, não é rentável. No entanto, os Romanos devem ter aproveitado este ferro natural, explorando-o no alto do monte e transportando-o para as estações que tinham na base do mesmo, onde o separavam dos cristais de quartzo e o fundiam. Será por isso que na Franqueira (nº 171), na Cumieira (nº 169), no Escoiral (nº 170) e na Barra (nº 157) aparecem tantas escórias de fundição de metais.

Um outro ponto de exploração mineira importante situar-se-ia no extremo ocidental da *civitas*, na vertente norte da serra do Caramulo. Ainda hoje, aquela região consta do cadastro das minas de estanho de Portugal (Boletim, 1967). Ali encontramos quatro inscrições, sendo duas delas certamente marcos de couto mineiro [nº^{ES} 78 e 79].

Uma delas [nº 80] é um *trifinium aquae*, o que mostra a importância que a água teve para aqueles povos da serra. A água é abundante na serra; no entanto, faz-se a divisão das águas entre três povos. Porquê? Certamente porque a água era represada nalguns pontos para lavar os minérios extraídos a céu aberto ou nas fendas entre os rochedos. Não será por acaso que, nas povoações situadas quer do lado sul quer do lado norte da serra se diz que antigamente se fez ali exploração mineira e há mesmo um sítio a que as pessoas de Vermilhas chamam "casas", um sítio hoje absolutamente inidentificável em face da cobertura arbustiva dos terrenos.

Perto deste *trifinium*, já na pendente sobre Carvalhal de Vermilhas, encontra-se uma anta monumental, a Lapá da Merugem e, próximo, uma pequena represa de água que, face à ausência total de elementos, não podemos atribuir com segurança a qualquer período. No entanto, podemos interrogar-nos se ela não será romana e se não será, portanto, a sobrevivência da exploração mineira romana naquela área.

Outra zona mineira importante pelas jazidas de estanho era, até há poucos anos, a região de Carvalhal do Estanho. Ali se situam as minas da Bejanca que há pouco tempo deixaram de laborar e onde foi encontrada uma necrópole romana (nº 246). As necrópoles de Carvalhal do Estanho (nº 245), por seu lado, mostram bem a importância que este lugar deve ter tido na exploração do minério de estanho.

Concluindo, reconhecem-se na área da *civitas*, quatro núcleos mineiros: na Queiriga, onde se explorava o ouro; em S. Lourenço, onde se explorava o ferro; serra do Caramulo e Carvalhal do Estanho / Bejanca, com exploração de estanho.

2.3. Os grupos suprafamiliares

É uma tarefa difícil identificar os grupos suprafamiliares com os escassos dados que possuímos. Jorge Alarcão chamou já a atenção para o facto de o nome *Interannienses* ser o único nome latino entre os onze inscritos na ponte de Alcântara (Alarcão, 1988, p 40). Isto mostra que, sob esta designação devem ter sido agrupadas diferentes etnias regionais cujos nomes seriam indígenas e difíceis de aceitar para um romano.

Isto mesmo diz Plínio quando refere os povos estipendiários e declara que nem valia a pena nomeá-los a todos - *quos nominare non pigeat*, (4, 118) - tão bárbaros, ignóbeis e difíceis de pronunciar eram para os Romanos. A sua enumeração causaria tédio e cansaço e portanto não valeria a pena estar a citá-los (Oliveira, 1993).

Para a identificação destes grupos temos, pois, que nos cingir aos dados epigráficos.

Aceitamos que os epítetos das divindades indígenas são de origem étnica e, portanto, devemos também concluir que todos eles se relacionarão com os nomes dos grupos suprafamiliares que os utilizavam.

É partindo deste princípio que vamos analisar os epítetos das várias divindades indígenas regionais, identificando e localizando nos povoados pré-romanos os grupos que aí habitavam.

Só na inscrição de Lamas de Moledo, temos os nomes de quatro grupos: *Veaminicori* e *Petranioi*, como povos consagrantes e os *Caielobricoi* e *Magareaicoi*, citados nos epítetos das suas divindades.

Outros nomes citados em epítetos são os *Nilaicui*, os *Ocelenses*, os *Cosigos*, os *Tatibeaicui*, os *Sulenses* ou *Alabaraici Sulenses*, *Ollienaici*, *Vacoaici*. Além destes, conhecemos ainda o nome dos *Araocelenses* [nº 83], junto a Mangualde e o *castellum Nacosos*, junto de Chãs de Tavares (nº 25).

Temos, pois, uma cobertura bastante grande dos nomes de povos pré-romanos que habitavam este território.

Jorge Alarcão (1988, p. 309) diz que na área dos *Magareaicoi* se reconhecem "três castella: Castro Daire, Gafanhão (Gafanhão, Castro Daire) e Castro do Mau Vizinho (Sul, S. Pedro do Sul).

Castro Daire (nº 2) foi, na época romana, um povoado cuja área se estendia por uma vasta superfície que ia da colina da igreja ao Calvário (Vaz, 1990a, p. 16). Na base deste povoado, mas trazida provavelmente de cima, foi encontrada a inscrição a *Arus* [nº 15]. A sua área leva-nos a pensar que seria um importante povoado no século I d. C. Essa importância derivaria certamente da defesa das vias que se cruzavam junto à Ponte Pedrinha.

A segunda hipótese, Gafanhão, não parece muito provável, pois não se reconhece ali nenhum povoado na época romana. Perto, está o castro de S. Martinho das Moitas ou da Rompecilha (nº 105). No entanto, é um povoado interior, muito fechado, rodeado de montes que o tornam um alvo fácil de ataque.

Quanto ao Castelo do Mau Vizinho ou castro da Ucha (nº 108), seria hipótese a considerar. Depara-se, porém, aqui uma dificuldade: há uma inscrição que parece referir o nome do povo que ali habitava, os *Depenori*. Sendo assim, ali não poderiam situar-se os *Magareaicoi*.

A hipótese que nos parece mais viável será a localização da sede dos *Macareaicoi* na Serra de S. Macário. Este nome tem uma semelhança fonética muito grande com o nome gravado na inscrição e, certamente, deriva dele; além disso, o culto no alto daquele monte remonta a muitos séculos atrás. Se mesmo no alto de S. Macário (nº 110) é duvidoso que existisse um castro, já o mesmo não sucede com o Monte Redondo (Girão, 1921, p. 32) situado logo a oriente de S. Macário. Seria aqui a sede dos *Magareaicoi*? Ou aqui ou próximo. O seu território estender-se-ia até às proximidades de Lamas de Moledo.

Os *Veaminicori*, por sua vez, habitariam um povoado situado algures entre a serra de S. Macário e Lamas de Moledo. Poderia ser o pequeno povoado de S. Martinho das Moitas (nº 105) ou Castro Daire (nº 2).

Caielobriga também é difícil de identificar. Se para os *Magareaicoi* podemos partir das semelhanças fonéticas com topónimos actuais, para *Caielobriga* temos apenas "Cela" (Castro Daire) onde não se conhece qualquer vestígio da presença romana.

Fernando Curado (1989, p. 358) coloca *Caielobriga* no próprio sítio de Lamas de Moledo. Se o povoamento romano é ali uma realidade, no sítio da Fonte da Vila, tal não prova que ali fosse *Caielobriga*. Cremos antes que ficaria situada num alto, habitado desde longa data. A não ser ali, onde poderia ser?

Mesmo em frente de Lamas situa-se o castro da Maga (nº 7), no outeiro do mesmo nome. É um povoado cuja ocupação começou na Idade do Bronze e que prosseguiu, seguramente, até à época do Ferro.

Outra hipótese que se pode colocar é o chamado castro de S. Lourenço (nº 8). Este povoado situa-se num alto esporão em que a tradição coloca um presídio romano. Na base do

castro, já em território do actual concelho de Viseu, situavam-se várias estações romanas da região de Cota, o que mostra a importância que o povoado ali situado assumiu como centro de uma série de *villae* localizadas à sua sombra.

Entre estes dois povoados, o castro da Maga (nº 7) e o de S. Lourenço (nº 8), o mais importante parece ser o segundo e, sendo assim, é aqui que colocamos *Caielobriga*. O Outeiro ou Castro da Maga deverá corresponder à sede dos *Petranioi*.

A razão da escolha do penedo situado em Lamas de Moledo pelos *Caielobrigoi* e os *Magareaicoi* poderá ter sido o facto de se situar na fronteira dos dois grupos intervenientes.

Na parte oriental da *civitas*, encontramos um *castellum Cosigos*. A inscrição onde aparece este nome está isolada em Furtado [nº 33], numa capela. Teria sido trazida de outro lugar, visto que em Furtado não se conhece nenhum outro vestígio da presença romana? A estação mais próxima situa-se no sítio dos Mortórios ou Soito da Igreja, em Ínfias (nº 12). Teria a inscrição provindo deste lugar? Não sabemos; no entanto, cremos bem que assim poderá ter acontecido.

Outro grupo suprafamiliar situado na mesma área é o dos *Tatibeaicui*. Em Queiriz apareceu uma ara dedicada a *Banda Tatibeaicui* [nº 19] e existe um povoado que foi ocupado nas épocas pré-romanas, não existindo ali, contudo, vestígios de romanização. Recordará a ara de Queiriz o nome do povo pré-romano que ali habitou? Uma coisa é certa: em Queiriz houve povoamento romano bem visível ainda nos vestígios superficiais que ali aparecem (nº 15).

Na base do monte da Senhora do Bom Sucesso (nº 25) achou-se uma ara que recorda o *castellum Nacosos* [nº 34]. Os *Nacosoi* seriam um grupo que habitava naquele *castellum*.

Em Esmolfe apareceu uma ara a *Bandi Oillenaico* [nº 18]. O epíteto deve ser relativo aos *Oillenaici*, grupo que habitaria um povoado situado no alto da serra da Paramuna, entretanto abandonado, como veremos abaixo.

Na Senhora do Castelo de Mangualde habitariam os *Araocelenses*, a que já nos referimos acima [nº 80].

Na Senhora do Castelo de Vouzela (nº 252) poderiam habitar os *Ocelenses*, uma das muitas gentilidades com este nome existentes na Península ou os *Vacoaici*. Os *Ocelenses* aparecem numa ara encontrada no castro da Ucha [nº 17], pelo que deveriam antes atribuir-se a este castro. No entanto, uma outra ara do castro da Ucha parece dar-nos a indicação de que ali habitavam os *Depenori*, pelo que não pode ser atribuído aos *Ocelenses*. Como resolver esta situação? Uma primeira hipótese será considerar que havia uma dependência hierárquica entre estes dois povos e, por isso, os *Depenori* adoram Banda dos *Ocelenses*, tal como em Lamas de Moledo os *Petranioi* adoram *Iovea* dos *Caielobricoi*.

Uma outra hipótese será pensar que os *Depenori* seriam uma família do povoado da Ucha que consagrou uma ara ao génio de Marte. Por sua vez, os *Ocelenses* seria a designação atribuída aos habitantes do povoado que tinham a Banda, por isso dito *Ocelensis*, como protector. Assim, o *castellum Ocelensis* seria no povoado da Ucha e não na Senhora do Castelo de Vouzela. Neste caso, quem habitaria neste povoado?

Em Viseu, no Museu de Grão Vasco, guarda-se parte de um ara consagrada a *Cosei Vacoaico* (nº 25). Ora, Vouzela é considerado como um derivado de *Vacua*, o nome do rio Vouga na época romana (Machado, 1984, III, p. 1486). Não seriam os *Vacoaici*, os habitantes do povoado da Senhora do Castelo de Vouzela, tanto mais que o Vouga lhe passa mesmo aos pés? Assim, teríamos os *Ocelenses* no povoado da Ucha e os *Vacoiaci* no da Senhora do Castelo de Vouzela.

Desta forma, ficamos com quase todos os grupos suprafamiliares recordados nos epítetos das divindades localizadas nos respectivos povoados. Apenas os *Nilaicui* não vemos onde localizá-los, mas não devemos esquecer que temos um castro no concelho de Mangualde cujos vestígios desapareceram completamente, A Cerca (nº 29) e, portanto, hipoteticamente, poderia corresponder aos *Nilaicui*.

Deverá salientar-se um aspecto linguístico importante: os grupos suprafamiliares da parte oriental da *civitas* ostentam nomes com terminações pré-romanas - *Nacosos*, *Cosigos*, *Nilacos*, *Petranioi*, *Veaminicori*, *Caielobricoi*, *Magareaicoi*, *Tatibeaicvi* - algumas mesmo do latim antigo ou de um dialecto local (o lusitano?) enquanto que as etnias da parte ocidental - *Ocelenses*, *Sulenses*, *Vacoaici* - parecem ter nomes perfeitamente adaptados às declinações latinas: será mais um sinal de sobrevivência do indigenismo?

3. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1. A capital

3.1.1. Topografia

"Vasta zona sem grandes linhas de relevo e com uma altitude média de 400 m", assim define Amorim Girão a zona onde Viseu se implanta, em pleno coração da Beira (Girão, 1925, p. 5). Nesta grande área de relevos baixos, sobressaem, no entanto, alguns cabeços que irão ser aproveitados pelo homem primitivo para aí instalar os seus povoados. É o caso dos cabeços próximos de Viseu, Santa Luzia (633 m), Senhora do Crasto (613 m) ou, já mais distantes, a Senhora do Castelo de Mangualde (629 m) ou a Senhora do Bom Sucesso de Chãs de Tavares (765 m), todos eles ocupados na época pré-romana e romana.

A cidade propriamente dita localiza-se num cabeço com a altitude máxima de 483 m, cujas encostas são bastante suaves e de fácil acesso.

A posição central, bem apercebida pelos Romanos desde que aqui chegaram, viria a ser fundamental no seu desenvolvimento futuro. Viseu é o centro natural de um vasto planalto entre as serras do Caramulo, Montemuro e Nave e um paralelo de alturas que passa entre Fornos de Algodres e Trancoso. Referimo-nos já a este assunto ao tratar da descrição geográfica e das fronteiras da *civitas*.

Em Viseu, aos pés do esporão em que se ergue a cidade antiga, corre o rio Pavia que desce da serra da Muna (habitada pelos homens desde o período megalítico) e fertiliza as veigas que o bordejam. Este é apenas o principal curso de água da cidade. A água é, aliás, abundante em todo o subsolo urbano, havendo nas épocas antigas outros ribeiros que se iam lançar no rio Pavia, e que tinham a sua origem em locais que hoje fazem parte integrante da área urbana. É o caso do ribeiro do Fontelo ou do arrojo da Regueira. Este tinha a sua origem no Serrado e seguia por um percurso mais ou menos paralelo à Rua de João Mendes, antes apelidada de Rua da Regueira.

Este ribeiro deve ter tido um importante papel na cidade dos séculos passados, sobretudo como recebedor de todos os seus resíduos. Com efeito, aparece designado em documentos antigos como Rio Merdeiro, o que faz supor que deve ter servido para levar os esgotos da cidade até ao Pavia, onde ia desaguar depois de receber o afluente que vinha do Fontelo (Coelho 1941, p. 119 e Coelho, 1944b). Se aqui vinham ter os esgotos, temos que pensar que não estaria dentro da área muralhada. No século XVIII, ainda corria e aparece então designado como Rio do Bom Nome. O seu percurso é fácil de estabelecer se observarmos a depressão, hoje pouco acentuada, que se verifica precisamente na zona em que estão a rua Capitão Silva Pereira e a rua de João Mendes.

A origem deste ribeiro situava-se na base da encosta virada a norte, entre o actual Bairro do Serrado e a igreja do Carmo. Não será por acaso que ainda hoje as águas da Fonte do Serrado e da Fonte de Santa Cristina nunca deixam de correr. Não será por acaso também que em todas as obras que se realizam ao longo desta linha aparece água abundante nos alicerces, como ainda recentemente aconteceu com o Teatro de Viriato ou o Centro Comercial Trevo Quatro. Este seria, pois, um curso de água importante na cidade antiga.

O alto onde hoje se ergue a cidade apresentava-se como um terreno irregular e semeado de grandes penedias que afloram em muitos pontos da cidade velha, onde servem de alicerce às casas. São ainda bem visíveis grandes penedias no Largo de S. Teotónio, atrás da Sé, nas traseiras do Paço dos Três Escalões, aparecendo quase logo à superfície em qualquer outro ponto da cidade alta onde se façam obras. Podemos dizer que a topografia da parte alta da cidade, na antiguidade, seria um cabeço com grandes afloramentos graníticos, semelhante, aliás, a tantos outros que se encontram por todo o concelho e região de Viseu (Est. CXXXVII).

Nas escavações que promovemos na parte alta da cidade, verificámos que, em determinado momento, nos séculos IV-V, toda a zona foi arrasada e aplanada com enchimento vário, para colmatar os espaços entre os rochedos. Qualquer lugar em que se façam obras na cidade deixa de imediato à mostra os rochedos escondidos pelas calçadas. Podemos mesmo dizer, através da observação esporádica que temos feito, que as rochas se encontram a pouca profundidade, muitas vezes apenas cobertas por uma fina camada de terra e areia e as pedras das calçadas por cima. Podemos afirmar isso em relação ao Largo do Miradouro, à Rua da Misericórdia ou à Rua Augusto Hilário que vimos esventradas quando as calçadas foram repostas há pouco tempo.

Nas zonas onde os rochedos se encontram mais fundos, casos do Largo e subsolo da Catedral, Praça de D. Duarte, verifica-se um enchimento feito ao longo de várias épocas.

No Largo da Sé temos testemunhos orais de pessoas que assistiram às obras ali realizadas há alguns anos e o testemunho importantíssimo do Dr. José Coelho que nos diz que dali foi retirada "grande porção de entulho, constituído por terra negra, cerâmica vária e pedras" (Coelho, 1944).

Na Praça de D. Duarte, nós próprios pudemos verificar a mesma situação (Est. CXXXVI). O entulho referido pelo Dr. José Coelho junto á igreja da Misericórdia parece-nos ser igual àquele que nós próprios retirámos das escavações da Praça de D. Duarte. Pena é que as obras ali realizadas em 1992 e em que apareceu um túmulo escavado na rocha, não tenham sido devidamente seguidas para se poder confirmar a mesma conclusão.

Por outro lado, sabemos que também da cripta aberta sob o altar-mor da Sé teria sido retirado idêntico entulho e nós próprios aquando da reconstrução da Casa do Adro, recolhemos cerâmicas incontestavelmente romanas e vimos igual camada de enchimento.

É pena o Dr. José Coelho não nos ter deixado descritas algumas cerâmicas aparecidas, pois poderíamos fazer o seu confronto com as recolhidas na Praça de D. Duarte e noutros lugares da cidade.

Do que deixamos exposto, parece que deveremos concluir que a topografia antiga da acrópole da cidade era muito diferente do que é hoje e que a relativa regularidade dessa zona é essencialmente uma plataforma constituída artificialmente nos finais do Império romano, como veremos abaixo, para ali se poderem erguer os edifícios.

3.1.2. Um castro em Viseu?

Quase todos os historiadores têm insistido na ideia da existência de um castro no alto da colina da Sé (Girão, 1925, p. 11-12; Vale, 1971, p. 257, Coelho, 1943, p. 15).

Orlando Ribeiro foi o primeiro a pô-la em dúvida. Afirma que, à falta de elementos escritos e históricos convincentes, se pode "conjecturar a existência de um povoado na época romana", para concluir que "Viseu nasceu, assim, no morro onde ainda se conserva o seu núcleo primitivo" (Ribeiro, 1971, p. 214). Mais tarde, em resposta a Lucena e Vale, diz que "o hipotético *castro vesense* referido por Girão resulta apenas dum erro de tradução" (Ribeiro, 1971a, p. 443).

Em tempos mais recentes, apenas Jorge Alarcão se referiu a esta questão, dedicando-lhe um parágrafo do seu livro sobre Viseu. Diz que a existência de um castro é uma possibilidade, "mas não é um facto comprovado" (Alarcão, 1989a, p. 11).

O argumento principal dos defensores da existência de um castro é a semelhança da colina onde se ergue a catedral com as vizinhas alturas de Santa Luzia e da Senhora do Crasto.

Ora, qualquer um destes castros se situa a uma altura superior à colina de Viseu, podendo esta ser mesmo considerada uma baixa colina comparada com as outras duas: a 612 e 633 m, contra 493 m de Viseu. Logo aqui verificamos que efectivamente não há qualquer semelhança entre os três casos.

A própria topografia da cidade não seria muito propícia à existência de um castro. A colina da Sé, hoje elevada, como dissemos há pouco, pelo menos dois a três metros em relação ao original, é de encostas suaves e pouco abruptas, pouco propícias à defesa. Com efeito, a única encosta abrupta é a que está virada a noroeste, sobre o rio Pavia. Do lado sul, a cidade estende-se em plano até Repeses e Ranhados; do lado oriental, há um pequeno desnível até à antiga Rua da Regueira.

Outro argumento utilizado para a defesa da ideia de um castro em Viseu relaciona-se com o aparecimento de objectos pré-históricos dentro da área da cidade, falando-se concretamente dos machados de pedra da cripta do altar-mor da Sé e de um machado de pedra

da Quinta do Cruzeiro. Ora, destes, apenas o machado da Sé poderia constituir algum problema porque é o único achado que pode ser atribuído à cidade antiga. No entanto, como acabámos de ver, toda esta área sofreu um processo de enchimento que poderia ter arrastado os machados de qualquer outro lugar. Além disso, não seria inédito o aparecimento de materiais pré-históricos em estações posteriores.

Tem-se também dito que alguns topónimos actuais como "Pedras Alçadas" serão derivados de monumentos antigos que aqui existiram na Pré-história. Invoca-se ainda a presença de sepulturas na Via-Sacra ou em Jugueiros. Esquece-se, porém, que todos estes sítios são lugares que pertencem à cidade actual, mas ficavam a uma considerável distância da cidade antiga. A Quinta do Cruzeiro ficava mesmo encostada à muralha, fora da cerca que Viseu teve; as Pedras Alçadas ainda não há muitos anos eram consideradas como um lugar longe da cidade e ali se situou, na Quinta das Mesuras, uma *villa* romana (nº 211); o mesmo podemos dizer da Via Sacra, até onde se deveria estender uma das necrópoles de Viseu, o que prova que ficava fora da cidade romana; Jugueiros (nº 199), por sua vez, ficava já além das Pedras Alçadas, a mais de uma milha da cidade.

Outro argumento invocado tem sido o facto de no *Cronicon Silense* aparecer Viseu designado como *Castrum Vesense*. Ora, este argumento pode ser empregado precisamente ao contrário.

Sabe-se que a palavra *castrum* começou a ser usada na Idade Média para designar lugares altos, não forçosamente castros proto-históricos (Borges, 1979; Vaz, 1979a; Almeida, 1970). Viseu teria sido designada como *castrum Vesensis* apenas na Idade Média, abandonada a antiga designação, questão a que voltaremos a referir-nos mais abaixo.

Além da razão que aduzimos, o *Cronicon Silense* é uma obra tardia (século XII), pelo que a sua invocação como testemunho não parece muito legítima.

José Coelho baseia ainda a sua argumentação num documento de D. João III em que se alude ao *muro da crasta*, a que se encostavam umas casas (Coelho, 1943, p. 15). Ora, a palavra *crasta* não deve entender-se como um castro no alto da colina, mas antes como um claustro ou muro alto ou ainda escadaria (Viterbo, 1984, 2º vol., p. 105 e 142). A *crasta* que D. João III concede ao bispo D. Miguel da Silva deve entender-se, pois, como um muro ou muralha que existiria no lugar onde hoje está o claustro inferior da Sé.

Um castro na colina da Sé parece, assim, não ter qualquer alicerce a não ser por uma questão de especulação histórica e bairrismo. Há, todavia, outros argumentos que neste momento podemos invocar para esta afirmação.

Nas quatro campanhas de escavações que promovemos na Praça de D. Duarte/Rua das Ameias, recolhemos muitos milhares de fragmentos cerâmicos e levámos a escavação até à base, saibro virgem ou rocha e não encontramos o mínimo vestígio de um objecto pré ou proto-histórico.

Das observações esporádicas que temos levado a cabo na mesma área, retiramos a mesma conclusão. Das observações que pudemos fazer das terras retiradas na reconstrução da

Casa do Adro, no Largo António José Pereira, na Casa do Miradouro, nas ruas adjacentes à Sé e ao Museu de Grão Vasco, a conclusão foi sempre a mesma: não se viam restos cerâmicos proto-históricos.

Mais alto do que a semelhança da acrópole da Sé com as colinas de Santa Luzia e da Senhora do Crasto fala a inexistência de objectos pré-romanos nessa área.

A ideia de um castro no alto da colina da Sé de Viseu apenas se poderá sustentar se novos argumentos de carácter arqueológico forem aduzidos.

3.1.3. Fundação

Se considerarmos como quase todos os historiadores que se têm debruçado sobre Viseu, que os Romanos aproveitaram em Viseu um castro pré-existente, então a fundação da cidade teria ocorrido num passado lóginquo impossível de precisar. Se, pelo contrário, rejeitarmos aquela hipótese, como acabámos de fazer, então temos que considerar Viseu como uma fundação romana.

Jorge Alarcão foi o primeiro historiador a afirmar a fundação de Viseu pelos Romanos (Alarcão, 1989a, p. 11 e Alarcão, 1992, p. 85). "Viseu terá sido uma fundação de Augusto", afirma (Alarcão, 1989a, p. 19).

Alega a favor desta afirmação o facto de Augusto ter definido as fronteiras das novas *civitates* e ser necessário dar à nova *civitas* situada no centro do planalto beirão uma capital. Na verdade, a fundação de Viseu tem que se entender e integrar na política global de Augusto no actual território português.

Augusto divide o território pacificado em *civitates*, ocorrendo perguntar: porquê a criação de uma *civitas* com sede em Viseu?

Viseu ocupa uma posição de centralidade em relação a toda uma região natural definida por rios e serras. Por outro lado, esta região seria habitada por uma série de povos com afinidades, certamente, mas também com divergências graves, como é próprio dos povos pastores e montanhese. Ciosos da sua cultura e da sua religião, deixaram vestígios do seu modo de falar e dos seus cultos nas aras que dedicaram. Augusto teria querido colocar sob a bandeira da *Pax Romana* estes povos montanhese, aparecendo, por isso, a criação da *civitas* como um acto deliberado de construção da paz entre estes povos.

A criação da *civitas* teria levado a um reordenamento territorial dos povos que aqui habitavam e que, certamente, foram obrigados a deixar alguns povoados onde se refugiavam e, concomitantemente, a estabelecerem-se na base dos montes. Se esta hipótese parece correcta, face à política de integração das populações indígenas na nova civilização, tal só poderá comprovar-se com escavações em castros abandonados ou fracamente romanizados, como parecem ser alguns daqueles que indicámos.

A designação latina aplicada a estes povos, o único nome latino dos onze que figuram na inscrição da ponte de Alcântara, será uma prova a favor da existência de vários povos que foram integrados numa única nova unidade administrativa. Seriam estes povos que Estrabão considera tantos e tão diferentes que não são dignos de menção pela sua pequenez (*Geografia*, III, 3)?

Por outro lado, a criação de uma *civitas* nesta região, com um nome latino, parece indicar que não existiria uma unidade étnica, critério muitas vezes seguido pelos Romanos na criação de novas *civitates* (Alarcão, 1990, p. 360). O poder estaria de tal forma fragmentado que não seria possível criar uma unidade administrativa que tivesse como limites um centro de poder anterior. Assim, haveria que criar uma nova cidade com a função de capital da nova administração regional.

A fundação de Viseu é, pois, um acto político-administrativo da vontade de Augusto que tem como função dotar a nova *civitas* de uma capital.

Não existindo um castro central que fosse um centro urbano proeminente e que assumisse funções político-administrativas importantes em relação a toda a região, Augusto opta por fundar uma nova cidade num lugar onde nada existiria antes, mas já bem conhecido dos Romanos, pois antes aqui tinham fundado a Cava que, mais tarde, se chamaria "de Viriato".

Outro argumento que se pode invocar para a importância e fundação de Viseu no séc. I d. C. é o facto de Viseu ter sido escolhida, desde a sua fundação, como ponto de partida para a contagem das milhas.

A hipótese lançada por Jorge Alarcão e por nós reafirmada só poderá confirmar-se plenamente com a escavação sistemática do centro histórico da cidade. As intervenções a que já procedemos e a análise conjunta dos vestígios ainda existentes na cidade trazem alguns elementos importantes.

Vamos referir-nos, em primeiro lugar, às intervenções efectuadas na Praça de D. Duarte e na Rua das Ameias²⁵.

A primeira dificuldade foi a constatação de que todos os materiais romanos estavam em estratos de remeximento. Não encontramos, com efeito, uma estratigrafia fiável para a época romana, pois toda a área sofreu remoções profundas até aos séculos VII-VIII: sucessivas camadas de remeximento onde os materiais dos vários séculos de domínio romano, bárbaro e árabe se misturavam aleatoriamente. Não podemos, pois, basear-nos em critérios estratigráficos para o estabelecimento de uma cronologia para Viseu. Resta-nos partir da análise dos materiais para tentar estabelecer essa cronologia. Dentre os materiais encontrados, os mais importantes são as cerâmicas de importação e o material numismático.

A cerâmica apareceu muito fragmentada. Há, no entanto, alguns fragmentos que permitem a reconstituição da forma. Sobressaem, para o efeito que nos interessa, cerca de meia

25 Queremos desde já alertar para o facto de que os elementos mais importantes surgidos nestas intervenções são da época altomedieval, não interessando portanto para o âmbito deste estudo. Por outro lado, esperamos publicar uma monografia completa destas intervenções dentro de pouco tempo, pelo que não iremos fazer uma análise exaustiva e completa dos materiais aparecidos.

centena de *sigillatas* sugálicas. As formas mais frequentes são a Drag. 24/25 e Drag. 18, com oito exemplares cada e a forma Drag. 15/17, com seis exemplos. Todas estas formas são posteriores a Tibério, com principal incidência na dinastia flávia.

Quanto ao material numismático, podemos dizer que as intervenções efectuadas na cidade representaram um avanço extraordinário, porque dos escassos dois numismas conhecidos até então, apenas um era datável do tempo de Gordiano (Aragão, 1894, p. 92). Ora, nas escavações da Praça de D. Duarte / Rua das Ameias, apareceram 39 moedas identificáveis que vão do séc. I ao século V da nossa era. A mais antiga é de Cláudio e as mais recentes dos séc. IV-V, porém, de imperador impossível de identificar (Est. CXXVIII a CXL).

Temos ainda que ter em conta os vários elementos arquitectónicos que se acharam até ao momento na cidade: cinco bases de coluna, um capitel e vários troncos de coluna.

Chegados a este ponto ocorre perguntar: quando foi fundada a cidade de Viseu e por quem?

Não podemos precisar a data exacta da fundação. Temos, pois, que nos socorrer dos elementos cronológicos disponíveis até ao momento: o marco de Guardão, os miliários e os dados cerâmicos, numismáticos e arquitectónicos.

O marco de Guardão pode datar-se de entre 2 e 14 d. C. Significa isto que, na data indicada, a *civitas* de Viseu foi demarcada por *Quintus Articuleius Regulus*. Esta data coincide com os dados indicados por outros marcos terminais da zona Centro: UI (Alarcão, 1976, p. 175), entre 4 e 5 d. C.; Salvador (Alarcão, 1976, p. 175) e Peroviseu (Vaz, 1977, p. 27-29), ambos do mesmo ano. Já mais junto ao Douro, a atribuição das *civitates* pode ter sido um processo um pouco posterior, pois um marco de Balsemão é de Cláudio (Vaz, 1982c) e um de Goujoim tem sido atribuído a Cláudio (Vaz, 1977b) ou Nerva (Silva, 1983, p. 93-94). Deveremos daqui concluir que o processo de instalação administrativa romana não terá ocorrido ao mesmo tempo em toda a área de entre Douro e Tejo, mas teria subido de sul para norte.

O certo é que, se a integração numa *civitas* dos povos que vão ser agrupados sob a designação de *Interannienses* se faz no princípio da nossa era, também a fundação da capital respectiva se deve ter efectuado pela mesma data. Depara-se aqui, todavia uma dificuldade: não temos conhecimento de qualquer material que possa ser atribuído ao tempo de Augusto. Sendo assim, há que colocar outras hipóteses. A que nos parece mais legítima, será pensarmos que Augusto fundou efectivamente uma *civitas* destinada a ter a sua sede em Viseu. Porém, a fundação da cidade seria um processo mais lento que levou a que o povoamento se mantivesse nos castros envolventes e no acampamento romano da Cava onde, provisoriamente, poderá ter sido instalada a administração até se completar a obra de fundação da cidade. É uma hipótese que necessitará de comprovação, mas que poderá ao mesmo tempo explicar a manutenção do povoamento no castro de Santa Luzia e a presença de um cidadão de origem oriental no castro dos Três Rios.

Que o povoado de Santa Luzia tenha permanecido com alguma população até ao tempo de Nerva é um facto, mas teria a sua população sido mudada para a nova cidade? Nunca o poderemos comprovar.

Num processo dirigido pelo Estado, a mão-de-obra necessária para os trabalhos da cidade seria fornecida pela população destes dois castros ou pelos militares que poderiam ocupar por essa data a Cava de Viriato, hipótese que nos parece perfeitamente possível.

Se, em relação a uma fundação de Viseu por Augusto, não podemos passar do campo das hipóteses, já no que diz respeito às obras promovidas por Cláudio a situação é bem diferente. São conhecidos de há muito os trabalhos viários de Cláudio, recordados através de dois miliários [n^{os} 88 e 102] já referidos. Esses marcos são do ano 54. O próprio trabalho de demarcação das *civitates* na região centro do território português continuava nessa data. Bastará recordar o *terminus augustalis* de Balsemão, a que já nos referimos. Ora, não é demais acentuá-lo, estes marcos contam as milhas a partir de Viseu e, portanto, a cidade teria que existir já nessa data.

A abertura de estradas seria talvez um processo complementar de demarcação das fronteiras dos povos, aproveitando-se as vias para esse efeito sempre que algum acidente natural não podia servir.

Na cidade-capital, o elemento seguramente datável mais antigo é uma moeda de Cláudio (ver ref.^a 349 do catálogo das moedas). Apareceu nas escavações da Praça de D. Duarte, mas numa camada de revolvimento abaixo de outras moedas posteriores. Mesmo assim, é significativo, pois pode marcar um termo *ante quem*, quer dizer, na época de Cláudio a cidade já deveria existir e, portanto, teria já sido fundada antes, entre Augusto e o próprio Cláudio.

Datáveis do reinado imediatamente anterior a Cláudio, de Tibério, portanto, apareceram dois fragmentos de *sigillata* itálica: um cálice pertencente à forma Drag. 5 e um outro com marca *in forma pedis*. Não poderemos esquecer, no entanto, que estas formas permaneceram durante bastante tempo e o seu achamento em camada de revolvimento não é prova irrefutável da sua vinda para a cidade no tempo de Tibério.

Os fragmentos cerâmicos de *sigillata* marmoreada e de paredes finas parecem apontar para um povoamento intenso na segunda metade do século I d. C.

Outros elementos importantes nesta questão da fundação de Viseu são as bases de colunas e um capitel aparecidos na parte alta da cidade (Est. CXLI, CXLII e CXLIII).

Nas ruínas da basílica paleocristã, servindo de cunhal do lado ocidental da cabeceira, estava uma base de coluna que pode ser atribuída à 1^a metade do século I d. C.²⁶ Em 1946,

26 Esta opinião foi-nos transmitida pelo Prof. Theodor Hauschild aquando da sua descoberta. Não pode, infelizmente, comprovar-se no terreno porque as ruínas foram barbaramente arrasadas pela Câmara Municipal de Viseu em 1992.

quando se realizaram obras na chamada Capela do Calvário da Sé, apareceu uma outra base de coluna que se encontra guardada no claustro e que é em tudo semelhante a esta. José Coelho supôs logo que estava perante os restos de um templo romano (Coelho, 1950, p. 363-366). Parece-nos que ambas as colunas deveriam pertencer ao mesmo monumento, pois têm o mesmo diâmetro e a reconstrução que o Dr. José Coelho faz da base aparecida em 1946 torna-a idêntica à que encontrámos reaproveitada no cunhal da basilica paleocristã.

A que tipo de monumento pertencia? Torna-se impossível sabê-lo. No entanto, o Dr. José Coelho não deveria andar muito longe da realidade ao imaginá-la pertencendo a um templo. Se não fosse um templo, que certamente existiria na *caput civitatis*, seria um monumento igualmente imponente, como um *forum*, por exemplo.

Ao mesmo edifício deveria pertencer um capitel jónico também encontrado nas obras realizadas na catedral, pensamos que pela mesma data, embora o Dr. José Coelho se não refira a ele.

Face a estes elementos, teremos que pensar que talvez existisse na acrópole um imponente edifício da ordem jónica, com sete a oito metros de altura, construído na primeira metade do séc. I.

Estes são os elementos que possuímos e que apontam para a existência da cidade já na primeira metade do séc. I. Assim, teremos que supor que Viseu tenha sido fundada por Augusto, como propõe Jorge Alarcão e parece mais provável, ou pelo imperador que se lhe seguiu, Tibério. Face ao exposto, se nada nos permite afirmar com certeza absoluta a fundação de Viseu por Augusto, nos primeiros anos da nossa era, podemos ter a certeza da sua existência no tempo de Tibério e de Cláudio. Neste reinado se terão realizado grandes obras públicas, nomeadamente a abertura de estradas que poriam em contacto a capital com os pontos mais recônditos do *territorium civitatis*.

Que razões terão levado à escolha do sítio onde se ergue hoje a cidade de Viseu? Duas razões fundamentais: as vantagens do lugar e a sua posição de centralidade no planalto da Beira (Alarcão, 1988, p. 39; 1989, p. 305; 1989a).

A posição estratégica de Viseu é bem visível se observarmos o mapa do povoamento da *civitas* (mapa nº 2). Viseu ocupa o coração da Beira, num vale que se estende entre serras, com bons recursos de água e minérios no seu território e, sobretudo, bons terrenos agrícolas propícios à cultura da vinha e da oliveira.

Viseu situa-se a meio caminho entre o Vouga e o Mondego, rios que na antiguidade eram navegáveis durante muitas milhas e tiveram um papel importante já reconhecido pelos geógrafos antigos (Estrabão, III, 4), a meio caminho entre o mar e a meseta, fazendo a transição entre os dois mundos.

Às qualidades do sítio, Viseu juntou as vantagens da sua posição estratégica para ser escolhida pelos Romanos como lugar de implantação de uma nova cidade, desde logo destinada a capital de *civitas*.

3.1.4. O nome

A especulação histórica em torno da fundação de Viseu tem-se verificado também a propósito do nome da cidade na época romana.

Já no século passado, Maximiano de Aragão denunciava esta "imaginação de muitos escriptores" que os levou a atribuir a Viseu diversos nomes: "Lancia, Vacca, Vico-Acuario, Visoncio, Verrurium e Vizo" (Aragão, 1894, p. 26). Confessa a sua incapacidade de elucidar e resolver esta questão.

Amorim Girão defende que o nome derivaria de um antropónimo medieval (Girão, 1925, p. 30-31 e Girão, 1942).

Tendo em conta a identificação desta área com os *Interannienses*, um nome que convinha à cidade seria *Interanniesia*, *Interamnensia*, *Interannensia*, *Interannesia* ou *Interamnio*, como propõe Jorge Alarcão (1988, p. 40-41 e 1989a, p. 19).

Cardim Ribeiro, partindo da divindade *Vasegus*, propõe a evolução *Vaseo/Veseo*>*Viseo*>*Viseu* (Ribeiro, 1989, p. 137). A maior dificuldade que aqui se nos depara é que *Vasegus* é uma divindade conhecida longe de Viseu, em Soure e nada terá a ver com esta cidade.

Em 1991, Luís Coelho sugeriu que o nome de Viseu poderá derivar do radical "*Wis-*, *wisu-*, (i.e. *uesu* = bom) [...] documentado na raiz do etnónimo *visancorum*, gen. pl., da inscrição rupestre de Penela da Beira" (Coelho, 1991, p. 542). Nesse caso, uma "passagem por *Vise(l)u*" poderia ter ocorrido dois, três séculos antes do II Concílio de Braga", de 572.

Quanto a *Interannesia* ou outro nome semelhante, apenas temos a opor que seria um pouco estranho que um nome usado durante tantos séculos não deixasse quaisquer vestígios na toponímia da cidade. Além disso, este seria o único caso do nome de uma cidade romana que vai continuar a ser importante nas épocas seguintes, sendo mesmo elevada à categoria de diocese, que não deixaria vestígios na denominação religiosa da diocese nem na civil.

Verifica-se que sempre que a cidade romana permaneceu como sede de diocese, a denominação latina permaneceu no nome da diocese. Vejam-se, por exemplo, os casos de Conímbriga ou Mérida. Pelo contrário, quando a cidade capital de *civitas* romana perdeu importância, a Igreja manteve a antiga designação que acaba por absorver a designação civil. Foi o que aconteceu com *Aeminium/Conimbriga*, onde a designação religiosa acabou por se sobrepor à designação civil, transformando a cidade de *Aeminium* na cidade de Coimbra; foi o que sucedeu na Guarda, onde a diocese continuou a chamar-se, até aos nossos dias, diocese egitaniense, apesar de a sede inicial desta diocese se situar a muitas dezenas de quilómetros da sede mais antiga da diocese e onde a designação da capital civil nunca se impôs. Podemos, pois, dizer que a Igreja foi conservadora ao ponto de manter as antigas designações para as suas dioceses. Ora, esta característica de conservadorismo toponímico da Igreja pode resolver-nos a questão do nome romano de Viseu.

A mais antiga referência paleográfica que se conhece à diocese de Viseu é relativa à presença do bispo Remissol, no segundo concílio de Braga, em 572. O bispo aparece aí designado como *Vesensis episcopus*. Alguns anos mais tarde, em 589, no III concílio de Toledo, o bispo de Viseu aparece como *civitatis Vesensis episcopus*; Sisebuto, rei visigodo, cunha moeda em Viseu e dá-nos o nome da cidade nesse período do primeiro quartel do século VII: *Vezeo* (Peres, 1928, p. 129); em 681, no XII concílio de Toledo, o bispo de Viseu é *Besensis ecclesiae episcopus* (Vives, 1963, p. 85, 122, 402, 407 e 520).

Uns séculos depois, no *Cronicon Silense*, obra escrita nos finais do século XI ou XII, Viseu aparece designada como *Castrum Vesensis*. Vemos assim que, desde o domínio suévico-visigótico até aos primeiros tempos da nacionalidade, Viseu foi sempre designada com uma palavra que é um substantivo semelhante ao nome de hoje ou um adjetivo formado a partir da mesma base.

Vemos também que houve sempre grande hesitação entre a escrita *B - V*, aparecendo com frequência trocados, ora *Vesensis*, ora *Besensis*.

Por outro lado, sabemos que *castrum* é uma palavra medieval empregada para designar o tipo de povoado que os Romanos designavam por *castellum*.

Face ao exposto, cremos que o nome de Viseu na época romana seria muito semelhante ao que tem hoje *Vezeo* ou *Viseo*.

Uma origem mais remota desta palavra deveremos procurá-la no indo-europeu, onde se conhece o radical *Besen-* que só por si poderia dar Viseu: *Besen/Vesen>Vezeo>Viseu*. Este radical conhece-se actualmente numa ara de Canas de Senhorim, onde aparece o teónimo *Besencla* e, por outro lado, Canas de Senhorim e Viseu pertencem à mesma área linguística. Vemos também como nos concílios visigóticos há hesitação entre o *B* e o *V*. Face a estes dados, parece legítimo pensar que qualquer das formas *Besen-* ou *Vesen-* eram correctas. Ora, se o nome fosse *Beseo* ou *Vezeo*, o adjetivo para designar os seus habitantes seria *Besensis* ou *Vesensis*, forma que, como acabámos de ver, aparece no período paleocristão e na alta Idade Média.

Em conclusão, se uma relação directa entre o teónimo *Besencla* e o nome Viseu não se pode estabelecer neste momento, uma certeza podemos ter: a origem remota do radical da divindade e da palavra Viseu é a mesma. O nome da cidade na época romana seria *Vezeo* ou *Beseo*, sendo difícil de admitir um hipotético *castellum Vesensis* para uma capital regional.

Esperemos que novos achados epigráficos ou uma explicação linguística possam confirmar esta hipótese.

3.1.5. A organização do espaço urbano

Que espaço ocupava a cidade romana? Como se organizava a cidade dentro do espaço urbano? Quais eram os principais arruamentos e os espaços públicos? Estas são algumas

questões legítimas que se devem colocar a respeito de qualquer espaço urbano, nomeadamente de uma capital de *civitas*. Em Viseu torna-se muito difícil dar resposta a estas questões sobretudo porque as remodelações das ruas e praças não têm sido devidamente acompanhadas e apenas observações esporádicas têm permitido ver algo do subsolo urbano.

No espaço urbano actual, apenas nos foi permitido fazer escavações com um fim arqueológico na Praça de D. Duarte e, mesmo assim, extremamente limitadas, no tempo e no espaço.

Para a reconstituição da cidade romana temos, pois, que partir da observação da topografia actual e dos achados e observações esporádicas que foram sendo feitos ao longo dos séculos, nomeadamente no nosso século pelo Dr. José Coelho.

Amorim Girão, no estudo já várias vezes citado (1925, p. 21-33), considerou que em Viseu existiam, na época romana, dois pólos urbanos, um no alto da colina da Sé e outro na baixa da Regueira. O primeiro teria aproveitado o traçado do anterior castro proto-histórico e o segundo teria sido lançado de raiz pelos Romanos, seguindo uma planta perfeitamente hipodâmica. Neste segundo núcleo se cruzavam todas as vias que saíam de Viseu (Est. CXLIV).

Orlando Ribeiro contestou a tese de Amorim Girão, pronunciando-se a favor de um pólo de desenvolvimento inicial situado no Adro da Sé e ruas envolventes. Com o decurso do tempo, a cidade acabaria por crescer, criando-se bairros suburbanos entre os quais o da Ribeira e o da Regueira, "sendo mais antigo e mais suburbano o das margens do Pavia e mais campestre o da Regueira" (Ribeiro, 1971, p. 227). De qualquer modo, conclui, não se pode falar "de «dualidade de centros urbanos», isto é, de dois centros entre os quais se iria fazer o desenvolvimento da mesma cidade" (p. 228).

No mesmo ano, Lucena e Vale, não contraditando totalmente a hipótese de Amorim Girão, diz que "não se apresenta, porém, um documento idêntico para delimitar essa antiga cidade pelo norte e deixar de fora, como pretende a tese, o antigo e primitivo núcleo castrejo correspondente ao lugar da Sé actual" (Vale, 1971, p. 256).

Em 1980, contestámos a hipótese da existência de dois núcleos de povoamento, delimitando a zona povoada: Terreiro de Santa Cristina, Largo Mouzinho de Albuquerque e morro da Sé (Vaz, 1983, p. 743).

Celso Tavares da Silva considera, por seu turno, que Viseu era na época romana um importante aglomerado populacional, "cuja área, comprovada por achados arqueológicos, se estendia das margens do Pavia ao Cerrado, e de S. Miguel do Fetal a limites indeterminados a poente da Sé" (Silva, 1983, p. 29).

Recentemente, Jorge Alarcão propôs nova delimitação para a área da cidade romana de Viseu, passando pela rua de João Mendes, ao Largo Mouzinho de Albuquerque; daqui subia à Sé pela Calçada da Vigia, passava em frente da Misericórdia, em direcção à Praça e Rua de D. Duarte e, depois, pela rua do Carmo, novamente à rua de João Mendes (Est. CXLV, CXLVI e CXLVII).

Parece-nos que as linhas fundamentais estão bem definidas. Infelizmente, porém, faltam-nos estudos sobre a cidade medieval e renascentista de Viseu que nos permitam saber os arruamentos e o urbanismo por que Viseu se moldou nas épocas antigas. A única planta que se conhece da cidade antiga de Viseu é de 1864 e foi mandada levantar pela Câmara Municipal. Nessa data, a malha urbana de Viseu era muito próxima da que hoje constitui o seu centro histórico, tendo como limites o Largo do Arrabalde e o edifício do Hospital, respectivamente a norte e a sul, a igreja de S. Miguel e o Rossio, a oriente e a ocidente. Ora, estes deveriam ser limites históricos que não devem ter sofrido grandes alterações desde a época romana.

Pensamos que quando Viseu foi fundada no séc. I, os Romanos lhe traçaram um perímetro que tinha como limite o seguinte percurso actual: Rua da Regueira (lado norte), hoje Rua de João Mendes, Largo Mouzinho de Albuquerque, Rua do Carvalho, por uma linha direita ao Largo da Misericórdia, Rua do Chão do Mestre, rua de D. Duarte, Largo de Santa Cristina até à rua da Regueira (lado sul) (Est. CXLVIII).

Estes limites davam à cidade uma configuração sensivelmente rectangular e permitiam o traçado de uma malha viária mais ou menos ortogonal, ao mesmo tempo que englobavam a estratégica acrópole e a baixa da Regueira.

À semelhança de outras cidades romanas, durante os séculos de paz, estes limites devem ter permanecido sem alterações. No entanto, com a chegada dos povos invasores, os habitantes de Viseu procuraram reduzir o espaço para que melhor pudesse ser defendido. Assim, presumimos que, pelos finais do Império, uma muralha tenha sido construída deixando de fora muitas antigas casas e aproveitando-se para esta construção muitas pedras que estavam à mão, quer fossem das necrópoles, que ladeavam as vias que saíam da cidade, quer fossem de qualquer casa ou canalização.

A nova muralha deve ter mantido os limites ocidental e sul, mas reduziu a área urbana do lado oriental e norte. Todo o bairro situado em volta da Regueira ficou fora de muralhas, passando a nova muralha a meio do jardim que hoje se situa junto à Escola Secundária de Emídio Navarro, ia por baixo da segunda janela da igreja de Santo António, em direcção à porta situada à saída da rua da Árvore, pelas ruas da Prebenda e do Chantre.

Esta redução sensível da cidade deixou de fora habitações localizadas no Largo de Mouzinho de Albuquerque e toda a zona situada entre a actual Rua de João Mendes ou das Bocas e Capitão Silva Pereira até Santa Cristina. Temos visto muitas tégulas e pedras aparelhadas e mesmo colunas, nas sucessivas obras que se têm feito na rua Capitão Silva Pereira. Na construção do prédio localizado na esquina das ruas do Gonçalinho e capitão Silva Pereira, apareceu uma mó manúria circular que se guarda no Museu Histórico e Arqueológico de Viseu. Na construção do prédio do Centro Comercial Trevo Quatro vimos muita cerâmica romana de construção e doméstica e vários muros, entre eles um que se orientava em direcção da igreja de S. Miguel. Em frente da Casa Amarela aparecem pedras aparelhadas e cerâmicas romanas sempre que se abrem valas para colocação de tubos.

De todos os elementos que até agora observámos, os mais significativos parecem-nos ser os que vimos no Largo Mouzinho de Albuquerque. Na construção dos prédios situados a sudoeste (em terrenos pertencentes ao Lar de Santo António) vimos grande aglomerado de tégulas e pedras aparelhadas. A mais de dois metros de profundidade recolheu-se uma base de coluna. Poucos metros a noroeste destes vestígios identificou-se, no meio da rua, uma muralha soterrada a cerca de 2 m. Esta muralha tinha cerca de 1,5 m. de largura e passaria por baixo da segunda janela da igreja de Santo António (Est. CXLIX).

Jorge Alarcão (1989a, p. 23) chamou a atenção para um passo de Pereira (1955, p. 129), onde ele refere que viu um muro antigo enterrado com mais de vinte palmos de largura, supondo que este muro era uma antiga muralha. Pereira diz ainda que ali encontrou a inscrição CIL II 409 [66]. Ora, este muro que Botelho Pereira viu não poderia ser outro senão aquele que acabámos de referir. Tal como este autor do século XVII, vimos ali reaproveitadas pedras aparelhadas e pedras de canalizações antigas. A antiguidade deste muro é tal que acima dele se viam dois esgotos em pedra, de épocas diferentes, certamente.

Ora, deixando de fora habitações romanas, aproveitando-se de pedras arrancadas das necrópoles vizinhas e de outras pedras de anteriores construções, esta muralha só poderia certamente ter sido construída no conturbado período das invasões bárbaras.

Esta situação é em tudo idêntica à de outras cidades romanas que, pelos finais do século III ou inícios do IV, reformaram as suas muralhas, quando já existiam, ou as construíram de novo, quando eram cidades abertas.

No território português foi esse o caso de Conimbriga e Évora, talvez Braga e agora também, seguramente, Viseu.

Em Viseu, cremos mesmo que este processo de renovação não deve ter ficado limitado à construção da muralha, mas toda uma nova organização do espaço intramuros se deve ter efectuado na primeira metade do século IV. Baseamo-nos, para este efeito, nos dados retirados das escavações da Praça de D. Duarte.

A construção da basílica paleocristã, pelos finais do séc. VI, destruiu um outro edifício que tinha um pavimento em grosso *opus signinum* cortado pela parede sul da cabeceira da basílica e por um outro muro situado do lado da Praça de D. Duarte (Est. CL, CLI e CLII). Ora, por baixo deste pavimento apareceu-nos uma moeda datável de 330-331 que não deve ter chegado a circular ou teve muito pouco tempo de circulação (ver ref^o 315 (2), do catálogo das moedas). Assim, presumimos que o edifício a que este pavimento pertencia deve ter sido construído pela década de trinta do século IV. Passado cerca de um século, os Suevos que atacaram Conimbriga devem ter primeiro embatido contra esta muralha de Viseu, daqui prosseguindo a sua marcha triunfal até àquela cidade.

Como se organizava o espaço urbano na cidade romana imperial de Viseu?

A topografia do lugar onde se implantou a cidade não se compadecia com um plano perfeitamente ortogonal. Assim, como noutros casos, teria que haver adaptação às linhas da orografia local.

A Rua Direita actual retomará o percurso do *cardo maximus* da cidade romana. Sendo ainda hoje uma das ruas mais típicas da cidade velha, tem uma largura que a aproxima da largura das principais vias da região, oscilando entre os 4 e 5 m, em média 4,70 m.

Outro eixo fundamental era a Rua da Regueira, que devia seguir encostada à muralha do lado oriental, no caso de ela existir. A largura desta rua é igual à da Rua Direita, 4,70 m.

Entre as duas existe actualmente a Avenida Capitão Silva Pereira, aberta já no nosso século. Esta avenida segue, no entanto, o percurso de uma antiga quelha e é paralela à rua de João Mendes e à rua Direita. Situar-se-ia aqui um outro *cardo* da cidade romana? Que a rua era rodeada de edifícios romanos parece confirmar-se cada vez que ali se fazem valas, aparecendo muitos materiais romanos.

Outras ruas da cidade actual seguem próximo de *cardines minores* da cidade. Assim, a Rua de D. Duarte pode também ser considerada como um outro *cardo*, tal como a rua do Chão do Mestre que estava encostada ao limite do lado ocidental da cidade.

Dois outros *cardines* passariam próximo dos percursos actuais das ruas do Chantre e da Prebenda (Est. CXLVIII).

Um *decumanus* seguiria próximo do traçado da actual rua do Gonçalinho que, no século passado, era a rua de S. Miguel. Para o lado da Sé seria prolongado pela rua Escura, formando um cotovelo no seu cruzamento com a rua Direita.

A rua da Prebenda, com o prolongamento até à rua das Ameias, pela Travessa das Escadinhas da Sé, constituiria outro *decumanus*.

Um dos dois *decumani* indicados era o *maximus* e cremos que seria o segundo, pois se dirigia até à acrópole, ao encontro dos edifícios que ali se localizavam.

Um terceiro *decumanus* pode definir-se pela Rua Augusto Hilário, prolongado para leste por outra rua que poderia ser a actual Rua da Árvore ou outra que se localizasse no lugar da actual Quinta do Dr. Crespo. Com efeito, esta quinta situa-se no enfiamento directo da rua Augusto Hilário e obrigou a uma curva da rua da Árvore. Seria a Rua Augusto Hilário (antiga Rua Nova) prolongada a direito até à Rua da Regueira? Não o sabemos. Há um outro facto que nos parece curioso e que, apesar de ter foros de lenda, poderá esconder uma realidade. Diz-se que havia um túnel que ia direito da Praça de D. Duarte até à parte baixa da cidade, seguindo o percurso da rua de Augusto Hilário. Joeirando esta lenda, não poderá ela referir-se a algum esgoto que seguiria o percurso deste *decumanus* até ao arroio que, ainda não há muito séculos, se formava na zona de Santa Cristina e percorria a parte baixa da cidade?

Um dado significativo, mas que não chegou a ser totalmente explorado, podemos retirá-lo da escavação a que procedemos na Praça de D. Duarte. Encontrámos um pavimento lajeado já fora da necrópole medieval e que nos pareceu de uma rua. Segundo nos disseram, em obras realizadas no desaterro de uma casa antiga situada um pouco abaixo desta praça, foi também encontrado um pavimento de pedras que parecia também de rua. Cremos que corresponderia ao *decumanus* que seguiria o traçado da Rua Augusto Hilário.

Completamente fora desta organização urbana ficava a íngreme zona de nordeste, onde hoje ainda podemos observar o maior emaranhado de ruas da cidade velha.

3.1.6. As portas

A cidade era servida por quatro portas situadas nos topos do *cardo* e do *decumanus maximus*.

No lado sul do *cardo* existia uma porta por alturas do Cimo de Vila ou Quatro Esquinas, como hoje é chamada aquela zona, localizada ao cimo da Rua Direita. Por esta porta saía a via principal VI.

No topo norte estava outra porta, ao fundo da mesma Rua Direita. Prolongava-se para fora da cidade pela via II, que passava junto à Cava e se bifurcava depois em Abraveses.

Outra porta situava-se na Rua de S. Miguel (Rua do Gonçalves) / Rua da Prebenda. Por esta porta saía uma via que, logo à saída da cidade, se bifurcava nas vias IV e I.

Haveria outra porta deste lado, virada ao actual Largo de Santa Cristina? Parece provável, pois os achados efectuados nesta zona são os mais importantes de Viseu e esta porta poderia dar saída à via principal I, no caso de ela não sair da porta indicada anteriormente.

Mais difícil de situar é uma porta do lado sudoeste. No entanto, atendendo ao percurso do limite deste lado, parece-nos que ela se deveria situar por alturas da Porta de Soar, dando saída às vias III e IV da rede principal.

É curioso salientar que, alguns séculos mais tarde, junto das portas acabaram por se erguer capelas em honra dos santos cristãos. Assim, no extremo oriental do *decumanus maximus* levantou-se a capela de S. Miguel do Fétal. Teria sido este o santo ali adorado desde a primeira hora? Não o sabemos. Uma certeza poderemos ter: no lugar da actual capela já deveria existir uma outra nos tempos visigodos, sendo tradição que ali teria sido sepultado o último rei visigodo.

Do lado norte do *cardo maximus*, existe desde há muitos séculos a capela de S. Luís, Rei de França. É hoje a capela de Nossa Senhora da Conceição. A capela actual foi construída no século XVIII, mas não se sabe quando teria ali sido construído o primeiro templo (Alves, 1987).

Do lado sul, existiram a antiquíssima capela de S. Martinho e as capelas de Santo Amaro e Santa Cristina, esta destruída apenas há cerca de 20 anos.

Não sabemos se teria havido também um primitivo templo junto da hipotética saída de sudoeste. Com efeito, as duas capelas que existem foram construídas apenas no século XVIII, mas poderão ter sido levantadas num lugar em que houvesse uma tradição antiga de culto.

3.1.7. O Forum

Onde se situava o *forum* da cidade imperial de Viseu? Se seguirmos a localização clássica do *forum*, conseguindo determinar o *cardo* e o *decumanus maximus*, encontrá-lo-emos no cruzamento dos dois. Foi isso que levou Jorge Alarcão (1989a, p. 30) a localizá-lo na "ínsula central, entre a Rua Direita, a Rua da Prebenda e a Rua do Gonçalves." Ora, dissemos que a Rua Direita corresponderá ao *cardo maximus*. Definimos um *cardo* secundário passando pelas ruas do Chantre e da Prebenda. E o *decumanus maximus*? As actuais ruas da Prebenda/Travessa das Escadinhas da Sé ou Rua do Gonçalves/Rua Escura deverão corresponder-lhe.

O *forum* deveria, pois, ficar localizado entre a área indicada, ou seja, o espaço compreendido entre a Rua Direita a oeste, a oriente as ruas do Chantre e Prebenda e as ruas do Gonçalves, a sul e Augusto Hilário, a norte.

Observando bem as características topográficas desta área, verificamos que o espaço compreendido entre a Rua Direita, Rua do Gonçalves e metade oriental da Rua da Prebenda, a ínsula central, como lhe chama Jorge Alarcão, é onde se localiza o quartel da Guarda Nacional Republicana e quintais particulares. Esta ínsula é uma zona mais elevada que toda a restante área circundante, constituindo uma espécie de plataforma com a Rua Direita. cremos que seria aqui o *forum*, bastante pequeno, como aliás a própria cidade e que poderia estar assente sobre uma galeria que tornaria plana esta zona de declive. Só escavações poderão confirmar esta hipótese.

É impossível saber como estava organizado o espaço deste *forum*. Não se conhecem achados desta área e apenas um fragmento cerâmico foi encontrado pelo Dr. José Coelho no Largo da Prebenda ("Colecção Arqueológica Dr. José Coelho", JC - 79 - 209) . Este fragmento de bilha é, no entanto, romano tardio (séc. IV ou V).

Sabemos que em obras particulares que naquela área se têm realizado muita cerâmica e pedra tem aparecido mas, infelizmente, o pouco que vimos nada nos diz sobre a estrutura do *forum*.

Referimo-nos acima (nº 231) à coluna existente na Quinta da Carreira, dizendo que ela teria sido trazida da cidade, ao que nos consta de uma zona próxima da Rua Direita. Seria precisamente do *forum*? Ainda hoje se acham metidas em muros algumas pedras almofadadas e um tronco de coluna com o mesmo diâmetro da coluna indicada.

Um outro elemento que será proveniente deste *forum* é a cabeça feminina, muito mutilada, que se guarda no Museu de Grão Vasco (Est. CLIV). Foi encontrada junto à entrada da rua do Gonçalves.

3.1.8. As necrópoles

Como em todas as cidades romanas, as necrópoles de Viseu ficavam situadas fora da cidade, mas próximas das portas.

Apenas se fizeram escavações na necrópole situada junto da porta que saía pelo lado oriental do *decumanus*.

É tradição que o adro da igreja de S. Miguel serviu de cemitério até ao século passado. Diz-se ainda que esta igreja já existiria no tempo do domínio visigodo, ali recebendo sepultura o último rei visigodo.

O primeiro achado incontestavelmente relacionado com a necrópole ali efectuado foi um túmulo de mármore, que ainda hoje se guarda na Quinta de S. Miguel (Est, CLV). Foi encontrado a 22 de Outubro de 1886 quando se procedia às obras de abertura da estrada Viseu-Mangualde, na Quinta de S. Miguel ("O Viriato", 1886).

Como o mármore é uma pedra nobre estranha à região, pensamos que a pessoa que ali se fez sepultar deveria ter um considerável estatuto económico e social.

Dentro do túmulo foram encontrados o esqueleto e moedas que bem preciosas seriam para o estabelecimento de uma cronologia. No entanto, tudo desapareceu. A descrição que ficou leva-nos a pensar que se tratava de moedas romanas.

O túmulo não tem qualquer inscrição ou gravação que possa identificar a época da sua elaboração.

Já no nosso século, José Coelho pôde identificar ali vários tipos de sepultura (Coelho, 1927d; Coelho, 1941, p. 168; Coelho, 1949, p. 23-24): "a) - monolítica de mármore - uma, guardada na Casa de S. Miguel - b) monolítica, de granito - uma pelo menos - c) de granito, polilíticas - várias - d) de tejos - várias - e) de telhas (*tegula e imbrex*) - várias - f) de argamassa dura (semelhante a cimento) - uma pelo menos" (Coelho, 1941, p. 168).

Passados alguns anos, José Coelho volta a referir-se a esta necrópole acrescentando mais um tipo de sepultura: com ímbrices a forrar as paredes e tégulas na cobertura (Coelho, 1949, p. 34).

De salientar que José Coelho refere a palavra "várias" mais que uma vez, o que faz supor que seriam mais de uma dúzia no total.

Esta grande variedade de tipos de sepultura leva-nos a pensar que esta necrópole deve ter sido usada durante muito tempo, provavelmente durante todo o Império, sobrevivendo até ao século passado.

Em 1983 foram feitas ali obras de alargamento da circunvalação de Viseu. Tivemos ocasião de efectuar uma sondagem de emergência que confirmou a existência da necrópole (Est. CLVI).

Encontrámos apenas uma sepultura e vestígios de outra e eram ambas de inumação. Sabemos que na mesma altura outras foram destruídas antes da intervenção arqueológica.

Uma das sepulturas que escavámos era aberta no saibro duro e tinha as paredes constituídas por tégulas partidas a meio. A cobertura era feita também com tégulas inteiras. A profundidade variava entre 18 e 32 cm e a largura entre 52 e 80. O chão da sepultura era o próprio saibro. Dentro da sepultura não havia qualquer espólio. A terra interior era de cor amarela e gordurosa, resultante da mistura com o corpo em decomposição.

A sobrepujar a cabeceira da sepultura havia uma cova aberta que tinha metade de uma tégula numa das paredes e outra na cobertura. A interpretação que damos a este elemento é o de um local para pequenas libações. No interior havia muito carvão ímisturado com terra. Esta terra com carvão estava também sobre a tégula de cobertura. Haverá aqui dois momentos diferentes de cerimónias? No momento do enterramento poderia ter sido feita alguma libação em honra do defunto e os resultados da cremação ficaram selados com uma tégula que os cobriu. Em momento ou momentos posteriores, fizeram-se novas cerimónias, ficando os resíduos sobre a tégula que selava a primeira.

Os vários tipos de sepultura, a tradição que ali coloca o cemitério do tempo dos Visigodos, a longa utilização deste local de enterramento e a extensão da necrópole antiga levam-nos a pensar que talvez esta fosse a principal necrópole de Viseu.

A esta necrópole pertenciam certamente as inscrições achadas na igreja de S. Miguel, atrás estudadas: nº^S 51 e 71.

Outra necrópole situava-se na actual Avenida Emídio Navarro. Conhecia-se o aparecimento de duas inscrições funerárias nesta zona [nº^S. 46 e 66] . Em 1951, ao ser construído o prédio onde se situa actualmente a Gavis, foi encontrada uma outra necrópole.

Nesse ano, o Dr. José Coelho anotava nos seus apontamentos, que nunca chegou a publicar, o aparecimento de várias sepulturas a cerca de 2,50 m de profundidade.

Pela descrição que faz, deveremos concluir que nesta necrópole havia sepulturas de incineração, juntamente com sepulturas de inumação.

As sepulturas de inumação eram em forma de telhado; tégulas encostadas em triângulo. Uma delas foi recolhida no Museu da Assembleia Distrital de Viseu e, pelo tamanho, deveria ser de uma criança: tinha apenas duas tégulas em cada parede e tégulas também nos topos (Est. CLVII).

José Coelho fala ainda de uma "caixa quadrangular de 4 lajes em alto, coberta com uma pequena laje, com cerca de 0,70 de altura de secção quadrada, com cerca de 0,40 de lado", atribuindo esta sepultura à Idade do Bronze. Descreve ainda uma outra sepultura do mesmo tamanho e forma feita com tégulas.

É evidente que se trata de sepulturas da época romana, bastando os materiais que constituíam a segunda para o provar, não se admitindo, por conseguinte, que se trate de sepulturas da Idade do Bronze.

Não é caso único a coexistência dos dois tipos de sepultura na fase mais avançada do Império romano.

As sepulturas descobertas ocupavam uma área de cerca de 35 x 16 m. Pensamos, todavia, que esta necrópole seria muito maior, pois ao construir-se a Escola Primária da Ribeira foram encontradas várias pedras de sepultura, anepígrafas, no entanto.

Assim, esta necrópole deveria ladear a saída da via II, no caminho entre a cidade e a Cava e a ela deviam pertencer as inscrições citadas.

A terceira necrópole de cuja existência temos a certeza situava-se junto do actual Bairro do Cerrado.

No século passado, em 1818, José de Oliveira Berardo escreve que ali viu um túmulo ser descoberto por trabalhadores que cavavam "por detraz da Igreja do Carmo perto da antiga capella de S. Amaro" (Berardo, 1857). A tapar o sarcófago estavam três pedras de granito, uma delas com inscrição [nº 58]. No entanto, pela descrição de Berardo, fica-nos a impressão de que o sarcófago seria de mármore ou calcário. Assim, esta pedra de granito seria uma reutilização posterior, pois não cremos que um sarcófago de mármore fosse coberto com uma pedra de granito. O próprio sarcófago poderia ser uma reutilização do período "tardo-romano ou mesmo medieval" (Alarcão, 1989a, p. 24). A inscrição, dissemo-lo já, deverá ser do século I da nossa era.

Em 1974, ao ser aberta a Rua D. António Alves Martins, foram descobertos outros vestígios desta necrópole: várias sepulturas e restos arquitectónicos monumentais.

A capela de Santo Amaro ou de Santa Cristina, então demolida, tinha sido construída com pedras reaproveitadas dos edifícios romanos que ali se situavam, pois muitas delas apresentavam os sinais do *forfex* e outras eram grandes blocos almofadados. No desaterro feito para a construção dos prédios e nas valas abertas para o saneamento, foi feita a maior parte dos achados, bases e fustes de coluna, capitéis e uma cornija ou base de pilastra (Alves, 1974, p. 15-16).

Os capitéis são jónicos e os troncos de coluna têm diâmetros diferentes. Aquilo que tem sido classificado como cornija é a base ou o capitel de uma pilastra. Com efeito, apresenta moldura em três faces e não apenas numa, como seria se fosse uma simples cornija (Est. CLVIII).

As sepulturas eram em forma de triângulo, semelhantes, por conseguinte, a algumas da necrópole da Av. Emídio Navarro (Est. CLVII).

Junto desta necrópole foi encontrada grande abundância de *lateres* com encaixes nos ângulos superiores. Estes *lateres* eram muito usados no suporte das abóbadas das termas. Existiriam umas termas nesta área do Cerrado, como sugeriu Jorge Alarcão (1989a, p. 27-28)?

Em 1987, pusemos a hipótese de nesta zona se situar um teatro ou anfiteatro. Embora não se podendo excluir totalmente esta hipótese, uma coisa nos parece certa: deveriam existir umas termas a que pertenciam os tijolos encontrados. Só a realização de trabalhos de escavação permitirá algum dia esclarecer aquilo que ali houve na época romana.

Esta necrópole deveria situar-se próxima da estrada que conduzia para Ranhados e Alcafache, no caso de ela sair pela porta sul do *cardo* ou então haveria uma outra porta aberta na muralha do lado oriental, no extremo do *decumanus* que passava pela Rua da Árvore / Rua Augusto Hilário, vindo dar ao actual Largo de Santa Cristina.

Haveria alguma necrópole ao longo da via que saía pela porta de sudoeste? Não temos notícia de quaisquer achados funerários na zona da colina do Soar ou do Rossio, onde esta via iria passar. Temos conhecimento, no entanto, que em obras realizadas no Rossio, a mais de dois metros de profundidade apareceram muros enterrados que foram destruídos. De que época eram esses muros? Que cerâmicas os acompanhavam?

Além disso, no Largo de S. Sebastião, um dos operários que ali trabalhou em 1989, na repavimentação do Largo, entregou-nos uma moeda romana de Constantino II ou Constante, dos anos 347-348 (Est. CLVIII).

Há outra fonte indirecta a considerar. Junto de todas as portas de Viseu onde houve necrópoles, acabaram por se construir capelas com o advento do Cristianismo, como já vimos. Ora, também do lado noroeste existe a capela de S. Sebastião, no largo do mesmo nome, capela que ainda hoje é essencialmente funerária. É evidente que se trata de uma pequena capela construída no século XVIII apenas, mas também as outras capelas são do mesmo período, assentando provavelmente sobre anteriores templos.

Em conclusão, se não sabemos de que época eram os muros do Rossio, se não podemos confirmar a existência de uma necrópole, tal como a passagem da via por este lado, apenas podemos dizer que efectivamente ali apareceu uma moeda romana do séc. IV.

Infelizmente não temos elementos que nos permitam adiantar hipóteses sobre a cronologia destas necrópoles de Viseu. No entanto, em face dos poucos dados disponíveis, poderemos supor que as necrópoles mais importantes deveriam ser as de S. Miguel e da Av. Emídio Navarro. A primeira continuou mesmo a ser usada para lá dos tempos romanos, sobrevivendo até próximo do nosso século. Além disso, esta necrópole situava-se junto da saída pela qual passavam as mais importantes vias regionais, desde o tempo de Cláudio.

Acerca da necrópole da Av. Emídio Navarro, poderemos dizer a mesma coisa. Ali passava a via principal II, aberta no tempo de Cláudio.

O único elemento de que dispomos para estabelecer uma cronologia para estas sepulturas é constituído, além destes elementos indirectos, pelas inscrições conhecidas e que atribuímos a estas duas necrópoles, já atrás citadas. Apontamos-lhe uma cronologia do século I. Ora, esta datação condiz com os primeiros tempos da cidade, pelo que é provável que estas necrópoles fossem já usadas no séc. I d. C.

3.1.9. A Cava de Viriato

3.1.9.1. Historiografia

De todos os monumentos que existem em Viseu, a chamada Cava de Viriato é o que mais tem merecido a atenção dos historiadores e escritores portugueses. Apesar de tudo, continua a ser o monumento menos conhecido e mais enigmático de Viseu e mesmo do Portugal romano (Est. CLIX e CLX).

A referência mais antiga que se lhe conhece data de 1449. D. Afonso V despacha favoravelmente um requerimento do Infante D. Henrique, seu tio, para que lhe conceda um lugar para fazer uma feira na cidade de Viseu. O rei concede-lhe o "lugar que possa mandar fazer a dita feira na dita cidade na çerca da ualla della..." (Alves, 1992, p. 46).

Em 1460, o Infante faz doação da renda da feira à Sé de Viseu. Diz o Infante que a renda respeita à "feira que eu mandei fazer dentro da Cava que estaa junto com a dita cidade de Viseu..." (Alves, 1992, p. 50). No mesmo documento é referida ainda a capela de S. Jorge que ali existia.

Em 1471, D. Afonso V concede ao Cabido autorização para mudarem a data da feira que se relizava "na çerqua dalçarçoua" (Alves, 1992, p. 60) para poder começar no dia de Todos os Santos.

Em 30 de Abril de 1505, os moradores de Viseu pedem ao rei D. Manuel que os autorize a mudar o lugar da feira "para dentro da dita cidade por quamto por se fazer na caua a par da dita cidade" (Alves, 1992, p. 64). É um documento curioso porque refere ainda as razões que levam os moradores a fazer este pedido ao rei: a insalubridade da Cava, devido à muita humidade do lugar.

Ainda no mesmo século XVI há um livro do Cabido da Sé em que se regista a celebração de uma missa pelo Infante, que "leixou a feira da caua ao dito cabido pera todo sempre" (Alves, 1992, p. 68).

Vemos assim que, até esta data, séc. XVI, a Cava era designada sem qualquer determinativo nem ligação a personagem da antiguidade.

Por meados deste século, aparece a primeira ligação escrita da Cava a Viriato. Brás Garcia de Mascarenhas, no "Viriato Trágico", faz a atribuição da Cava a Viriato em termos épicos²⁷.

27 São as seguintes as palavras de Brás Garcia de Mascarenhas: Tão alta a Cava fez, grossa e trincheira, / Que inda o tempo a reserva quase inteira // Mil setecentos e setenta anos / Depois de feita, foi de mim notada / Por gentil epiféria dos Romanos, / se mais forte, que bem descortinada, / Parece que o temor dos Lusitanos / A fez lavar mais alta e mais fossada, / Que inda a Cava se vê, sem ver o leito, / Cheia d'água, e de terra o parapeito.

O certo é que, apesar deste poema, no final do século XVI ou inícios do seguinte, Frei Bernardo de Brito atribui a construção da Cava a um pretor romano, Caio Negrdio.

Em 1634, Manuel Botelho Ribeiro Pereira escreve os "Diálogos Morais e Políticos" e defende que a Cava foi uma obra de Viriato que ali se entrincheirou para dar combate aos Romanos (Pereira, 1955, p. 95-100).

A partir daqui, com o nacionalismo e a ânsia de expulsar os espanhóis do território português, cantam-se as virtudes dos antigos portugueses e faz-se a ligação dos portugueses aos Lusitanos e da Cava e de Viseu a Viriato. Os heróis da Restauração são comparados aos Lusitanos e ao seu mítico chefe é atribuído um dos maiores monumentos de Portugal.

Em relação à ligação de Viseu aos Lusitanos e sobretudo a Viriato, há um factor que não devemos esquecer. Viseu foi, no século XVI, uma das cidades mais importantes do Reino, com grandes prelados e grandes senhores ligados à Casa Real, aqui se estabelecendo artistas como Vasco Fernandes, atraídos certamente pelas liberalidades episcopais. Ora, sendo assim, haveria necessidade de ligar a cidade ao período áureo da romanização e das lutas lusitanas e romanas. Pelo que se sabia dos Lusitanos, a sua estada teria sido por estes lugares e havia ainda em Viseu um grande monumento cuja antiguidade se ignorava, mas que impressionava pela grandiosidade dos seus muros e dos seus fossos. Assim, nada mais fácil para mostrar a grandiosidade da cidade do que ligar esse monumento a Viriato e, conseqüentemente, a cidade a esses tempos. Pensamos que este teria sido o processo de ligação da cidade de Viseu e da Cava aos Lusitanos e a Viriato.

Podemos resumir os principais problemas que se têm posto sobre a Cava a dois fundamentais: quando e por quem foi construída? As opiniões divergem bastante entre os muitos autores que dela se ocuparam²⁸ até hoje.

Assim, no século passado, Henrique das Neves declarava que a Cava era obra pré-romana que teria servido inicialmente para defesa dos Lusitanos e dos seus gados (Neves, 1893, p. 41-45). Introduz um novo e interessante elemento quando diz que a Cava, no tempo de Fernando Magno, teria servido de refúgio para as populações assediadas pelos Árabes, fundando aí a cidade de *Vacca*. As populações voltaram, porém, aos seus primitivos lares, por razões que o autor não explica.

Henrique da Neves acredita, assim, em dois momentos diferentes de utilização da Cava: na época das lutas entre Romanos e Lusitanos e nas lutas entre Cristãos e Muçulmanos. Neste segundo momento, os muros foram alteados e o fosso aprofundado.

O viseense Maximiano de Aragão, a quem se deve a única tentativa de uma História de Viseu, considera a Cava como uma construção romana para protecção das gentes e dos rebanhos, próprios e roubados aos inimigos. Completaria o sistema defensivo da região, um

28 Pode ver-se uma lista exaustiva dos trabalhos publicados sobre a Cava em Carvalho, 1988 e também em Alarcão, 1989b que recolhe quase toda a bibliografia existente sobre a cidade de Viseu.

forte castelo de planta quadrada construído na colina da Sé (Aragão, 1894, p. 70-71). O fosso, por sua vez, teria sido construído na mesma altura, para drenagem das águas que corriam no vale interior.

Em 1925, A. Girão atribui à Cava a função de acampamento (Girão, 1925, p. 24-26). Ali se cruzavam as vias romanas que passavam em Viseu e a sua defesa seria feita precisamente pela Cava.

Em 1936, explicita que o fosso poderia ter sido aberto para "drenar ou irrigar um importante tracto de terreno, adaptando-o à cultura do solo..." (Girão, 1936, p. 18). A Cava teria sido construída, portanto, para um acampamento romano e simultaneamente seria uma importante obra hidráulica, ideia que reafirma passados alguns anos (Girão, 1944).

Schulten referiu-se por várias ocasiões à Cava de Viriato. Em 1928 considerava que a Cava era um acampamento romano e atribuída a sua construção a Décimo Júnio Bruto (Schulten, 1928); em artigo publicado em 1933, descreve-a, dando as medidas por ele próprio tomadas (Athaide, 1953).

José Coelho, por seu turno, concorda que a Cava foi construída por Décimo Júnio Bruto, para acampamento das suas tropas: acrescenta que tem a forma de octógono perfeitamente regular e que teria quatro portas (Coelho, 1935).

Esta tem sido, aliás, a posição de quase todos os autores sobre a Cava: acampamento romano, com forma octogonal perfeita e com quatro portas viradas aos pontos cardeais.

A excepção foi Mário Saa, que considerou a Cava como um circo romano: "Campo de jogos circenses, como outro não havia na Lusitania, se exceptuarmos o de Emerita, sendo o de Talabrica [Viseu] o primeiro em extensão..." (Saa, 1960, p. 260).

Os autores posteriores (Jorge Alarcão, Orlando Ribeiro, Celso Tavares da Silva), interpretam o monumento como um acampamento romano; as divergências têm-se verificado mais ao nível da época de construção e, conseqüentemente, do construtor.

Deixando de lado as atribuições de Bernardo de Brito e de Botelho Pereira, dos séculos XVI e XVII, a Caio Negídio, podemos dividir as posições até agora assumidas em dois grupos fundamentais:

- Schulten, José Coelho, Mendes Correia (1928 p. 211-214) e Celso Tavares da Silva (Silva, 1979, p. 513) consideram a Cava como obra de Décimo Júnio Bruto;

- Bairrão Oleiro e outros contestam aquela opinião, baseados no facto de não serem que o general romano se tenha internado tanto pelo interior do actual território português: o seu caminho para ir ao encontro dos Calaicos seguiria mais pelo litoral e, sendo assim, não passaria por Viseu (Oleiro, 1958, p. 13-14).

Para estes autores, "não é de abandonar a hipótese de que a construção do famoso monumento de Viseu possa situar-se entre esse ano de 138 a. C. e a época em que César se empenhou em lutas com os Lusitanos, nomeadamente com os da zona dos Montes Hermínios" (Oleiro, 1958, p. 14).

Relançada a polémica com esta nova hipótese, Jorge Alarcão, em 1983 diz apenas que "parece difícil considerá-la anterior a Júlio César" (Alarcão, 1983, p. 110).

Em 1988, explicita melhor o seu pensamento e atribui a instalação do acampamento a Petreio ou Cássio Longino, na sequência da conferência de Luca entre César, Pompeu e Crasso (Alarcão, 1988, p. 26-27).

Em seu entender, o acampamento teria sido construído por Petreio para albergar as duas legiões que lhe couberam ou, pelo menos, a que estaria na Lusitânia. Após a vitória de César sobre Petreio, em Ilerda e a consequente nomeação de Cássio Longino para governador da Ulterior, este reuniu todo o seu exército num lugar para daí partir à conquista dos Meidubrigenses. Esse lugar seria precisamente a Cava.

Quando é obrigado a passar a África, a Cava não teria sido totalmente desguarnecida, o que explicaria o único achado datável que se conhece da Cava, um denário datável de 40 a. C.

3.1.9.2. A construção

Das palavras acima expostas ressalta que se torna quase impossível resolver o enigma que constitui a Cava de Viriato, como já Schulten afirmava. No entanto, deveremos considerar que a última posição assumida por Jorge Alarcão é a posição que nos parece mais plausível e aquela para a qual nos inclinamos.

Se aceitarmos que Décimo Júnio Bruto se infiltrou tanto no território, de tal forma que poderia ter construído a Cava, teremos que aceitar que estava a desafiar o inimigo no seu próprio terreno, quando o seu objectivo era marchar contra os Calaicos e não contra os Lusitanos. Não parece, pois, à luz de uma boa táctica militar, que se deva ter internado tanto pelo interior do território. Assim, o caminho que Bruto Calaico seguiu deveria ter sido um caminho litoral, contornando a cordilheira que separa este do interior, sendo de notar que esta cordilheira vai servir mais tarde para separação de *civitates*. Não lhe poderá ser atribuída a construção da Cava.

Escasseiam as informações sobre o território ocidental da Península até aos inícios do séc I a. C. (Nunes, 1989, p. 412). Em 96 a.C., Públio Crasso vai fazer uma incursão pelo interior que o levará até ao norte da Galiza (Tranoy, 1981, p. 129-132). Seria uma expedição de carácter essencialmente de reconhecimento dos recursos económicos, para saber das fontes do estanho. Em 61 a. C., César vai seguir o mesmo trajecto, não se compreendendo muito bem porquê. Pensamos que César tem como objectivo tornar efectiva a posse e domínio da situação em todo o interior da Península. Precisamente por isso, César desafia os Lusitanos, obrigando-os a deixar os seus povoados de altura e a fixarem-se na planície (Dión Cássio citado por Jorge Alarcão, 1988, p. 25).

Até à passagem da metade do século, é uma realidade a presença de tropas romanas na região interior da Lusitânia. Como vimos acima, Petreio tem duas legiões na Vetónia e Lusitânia, em 56 a. C.

Após a sua nomeação como governador da Ulterior, em 49 a. C., Longino ocupava vários acampamentos espalhados pela Lusitânia (Fabião, 1989, p. 46).

Desde então até às campanhas pacificadoras de Augusto, nunca mais esta região voltou a conhecer a paz. Uma das provas dessa instabilidade na região será o ocultamento do tesouro de Calde, que deve ter acontecido entre 78 e 45 a. C. (nº 161).

É neste contexto que se deverá integrar a fundação dos acampamentos conhecidos na região: Lomba do Canho (Arganil) e Cava de Viriato.

O da Lomba do Canho é hoje suficientemente conhecido e está perfeitamente localizado nos meados do séc. I a. C. (Fabião, 1989 e Nunes, 1989). Razões essencialmente de fiscalização da produção do ouro e do estanho terão estado na base da instalação deste acampamento (Fabião, 1989, p. 49-50 e Nunes, 1989, p. 412-413). As mesmas razões teriam já movido César a desafiar os Lusitanos.

Tal como a Lomba do Canho, Viseu é o centro de uma vasta região estanífera e onde mesmo o ouro tem sido explorado quase até aos nossos dias (Boletim, 1967). Além disso, Viseu é centro de uma região natural que não devia ainda ter sido dominada pelos Romanos, apesar de não lhes ser desconhecida, pois as anteriores incursões ter-lhes-iam dado um conhecimento mais ou menos exacto da sua situação e riquezas.

Onde incluir a Cava nesta trama das lutas entre Romanos e Lusitanos? Nada de definitivo se poderá dizer até à realização de escavações em áreas mais ou menos extensas da Cava, mas uma coisa nos parece certa: a atribuição a Décimo Júnio Bruto deve ser posta de lado. A construção da Cava deve ter ocorrido por meados do séc. I a. C., quando outros acampamentos foram estabelecidos para consolidar o ainda precário domínio romano. Entre César ou o seu pretor Cássio Longino os factos parecem-nos apontar para este.

Enquanto César faz uma incursão contra os Lusitanos partindo de *Castra Caecilia* e *Castra Servilia*, Longino faz duas incursões, uma contra os *Meidubrigenses* e outra contra o Monte Hermínio. Ora, os *Meidubrigenses* situavam-se a nordeste dos *Interannienses* e nada melhor que um ponto central da Beira para partir contra eles.

Além disso, no fim desta campanha, Longino deixa as suas tropas a recuperar em acampamentos espalhados pelo interior da Lusitânia e é de salientar que o autor do *De Bello Alexandrino*, que nos fornece estas informações (citado por Fabião, 1989, p. 46), não se refere ao licenciamento de tropas, mas ao facto de ele as deixar acampadas, certamente em estado de alerta permanente. Tanto assim que, quando recebe ordens de César para passar à África, as vai reunir imediatamente em lugar que desconhecemos. Ora, que lugar haveria no centro da Lusitânia que melhor se prestasse a reunir uma ou até duas legiões senão a Cava de Viriato?

Assim, cremos que a construção da Cava terá ocorrido pelos meados do séc. I a. C., quando Cássio Longino reuniu tropas para atacar os *Meidubrigenses*; aqui as deixa quando se

retira para *Corduba*; aqui regressa para as reunir, quando foi obrigado a deixar apressadamente o governo da *Ulterior*.

Como explicar então o achado do único elemento datável na Cava, um denário de Q. Vítulo Vocónio, de 40 a. C.? A Cava foi inicialmente ocupada por um período muito curto. Construída para abrigar as tropas de Longino durante um longo tempo, acabou por estar ocupada por poucos meses, nesta primeira fase. Não podemos, no entanto, esquecer que as guerras civis se sucederam até à pacificação final imposta por Augusto.

Certamente que durante estes decénios, os exércitos procurariam acampar em lugares que lhes oferecessem garantia de segurança e, ao mesmo tempo, lhes permitissem lançar ataques sobre os seus inimigos. Ora, estas condições reunia-as a Cava de Viriato e, portanto, era natural que os exércitos não a abandonassem completamente. Se, por um lado, as anteriores estruturas eram removidas, e foram-no certamente, por outro lado, novos elementos ficavam como memória da presença dos homens e daí precisamente o achamento do referido denário.

Por outro lado ainda, não podemos esquecer que este não foi o único achado até ao momento ali efectuado. Se em relação às sondagens de Jorge Alarcão podemos afirmar que nada apareceu, já o mesmo se não poderá dizer das escavações de Mendes Correia. Com efeito, este refere que, nas escavações que ali fez, os "resultados foram, dum modo geral, negativos, nada aparecendo de típico e mostrando-se que o entrincheiramento devia ter tido uma ocupação transitória" (Correia, 1928, p. 212). Ora, das palavras de Mendes Correia parecem-nos possível deduzir que podem ter ocorrido achados, nada, porém, que merecesse uma atenção especial.

José Coelho afirma que, perto do muro do lado norte, encontrou terra preta, pedras de granito, cerâmicas várias e cunhas de ferro. Identificou tégulas e ímbrices em abundância e cerâmicas que não especifica, mas certamente romanas (Carvalho, 1988, p. 134). O que seriam as cunhas de ferro? Não o sabemos, mas é de notar que José Coelho utiliza o plural. Minucioso como costuma ser nos seus apontamentos, foi pena não ter feito o desenho dessas cunhas. Seriam *pila catapultaria*? É de salientar ainda o aparecimento de terra negra, sinal de que esteve submetida à acção do fogo. Também na Lomba do Canho foram encontradas várias lareiras (Nunes, 1989, p. 407) e esta terra poderia corresponder precisamente à mistura de cinzas ou às próprias lareiras.

No interior da Cava encontrámos também já alguns fragmentos de tégulas e ímbrices. Assim, tudo parece apontar para que se possa confirmar que a Cava é uma construção romana, de meados do século I a. C.

Recentemente, Vasco Mantas lançou a hipótese de a Cava poder ser uma construção árabe, do tempo de Almançor (Alarcão, 1992, p. 95, nota 17).

Não explicitando a sua opinião, não sabemos em que argumentos Vasco Mantas se baseia para aquela afirmação.

Se Vasco Mantas quer referir uma ocupação feita por Almançor de uma estrutura defensiva já anteriormente existente, cremos bem que é perfeitamente possível; se, pelo contrário, quer afirmar uma construção árabe de raiz, não o cremos.

A presença mourisca em Viseu é uma realidade desde Julho de 713. Nessa data, Muça ibne Noçair conquista Viseu aos Cristãos destruindo os seus templos e impondo um novo senhor (Coelho, 1989, p. 53).

Durante as guerras da reconquista, Viseu deve ter sido arrasada por mais que uma vez, variando a posse da cidade consoante a sorte das armas, ora cristã, ora árabe.

No Verão de 997, Almançor, o terror dos Cristãos, lança-se contra a Meca dos cristãos peninsulares, Santiago de Compostela (Coelho, 1989, p. 189). Partindo de Córdova, conquista Coria e chega a Viseu, capital da Galiza. Uma vez aqui, aguarda que se lhe juntem alguns condes cristãos "que reconheciam a sua autoridade e que se apresentaram com os seus guerreiros e grande pompa..." (Coelho, 1989, p. 189). Ora, devemos interrogar-nos, onde reuniu Almançor as suas tropas enquanto esperava pelos que se lhe vieram juntar?

A cidade, como já vimos, devia ter tido a sua área bastante reduzida nos finais do Império romano. No alto da cidade, é provável que nesta altura já existisse um castelo. Não cremos, no entanto, que este espaço fosse suficiente para albergar todas as tropas que Almançor já trazia consigo desde Córdova, mais as que se lhe juntaram após a conquista de Coria e ainda as que de vários lugares da Beira aqui se lhe vieram juntar. Ora, e compare-se a situação com o que deve ter acontecido no tempo de Cássio Longino, para quê procurar outro espaço se existia a Cava onde as tropas com facilidade se podiam acolher? Assim, havia apenas que restaurar o monumento romano e ali se acolheriam as tropas árabes.

Não será descabido lembrar que alguns historiadores antigos declaram que Fernando Magno, quando reconquista Viseu, muda a cidade para dentro da Cava (Aragão, 1894, p. 177). Após algum tempo, certamente apenas o suficiente para a reconstrução da cidade, a população volta ao antigo lugar.

Esta ocupação medieval parece-nos poder ser uma realidade em face dos achados que ali fizemos recentemente. Sensivelmente a meio do talude virado a sudoeste, junto à raiz de uma árvore, encontrámos um pedaço da grelha de um forno e outros restos cerâmicos (Est. CLXIII).

Este tipo de fornos é apontado como pertencendo aos séculos IV-V (Ferdrière, 1975). Ora, se ele aparece sensivelmente a meio de um talude da Cava é porque das duas uma: ou a Cava é posterior ou o talude sofreu obras de ampliação em data posterior que levou à utilização de terras provenientes dos terrenos à volta dos taludes. Cremos antes na segunda hipótese, pois ainda no século passado ali se realizaram obras de alteamento para arranjo do passeio público (Est. CLXI e CLXII).

Não sabemos em que elementos se baseou Henrique das Neves para afirmar que os muros da Cava eram mais baixos originalmente e que depois foram alteados. Uma coisa é certa: em face deste achado, deverá ter efectivamente razão ao afirmá-lo.

Por outro lado, no talude sul da Cava, já próximo do ângulo sudeste, apareceu não há muitos anos, sensivelmente também a meio do talude, um grande fragmento de um dólio com fundo e parte do bojo de paredes grossíssimas.

Em face destes dois achados, teremos que concluir que os muros da Cava sofreram obras de restauro, possivelmente de alteamento num período não muito posterior à queda do Império romano, podendo coincidir, portanto, com a tradição que ali coloca uma ocupação na Idade Média. Por outro lado, a hipótese "árabe" lançada por Vasco Mantas poderá aceitar-se desde que se fale em ocupação e não em construção.

Os achados que acabamos de referir são extremamente importantes porque poderão explicar também a razão pela qual não se têm encontrado vestígios no interior da Cava: nas obras de restauro utilizaram-se terras retiradas do próprio interior, em vez de afundar o fosso. Ao retirar essas terras, foram arrastados os materiais que elas continham e, portanto, aquilo que poderia constituir espólio de escavações poderá encontrar-se metido nos taludes. Só um corte nos muros poderá esclarecer definitivamente esta questão.

Outro problema que se coloca a propósito da Cava, é o processo de enchimento do enorme fosso que a rodeava e que ainda hoje é bem visível em dois taludes.

Amorim Girão e todos os que posteriormente se debruçaram sobre o assunto, dizem que o enchimento se processava através das correntes do Rio Pavia e da Ribeira de Santiago. Estes mesmos autores, no entanto, chamam a atenção para o facto de os terrenos da Cava serem demasiado húmidos e o fosso ser uma obra de engenharia hidráulica em vez de uma obra de defesa.

O enchimento com as águas do Pavia e da Ribeira de Santiago implicava obras de desvio destes cursos de água, de que se não conhecem quaisquer vestígios.

Quando o chamado troço C da circunvalação foi aberto, há poucos anos, tivemos a preocupação de ir acompanhando a progressão dos trabalhos. Verificámos, então, que, na zona onde se situava o fosso, abundavam as nascentes e as minas de água, havendo inclusivamente alguns fragmentos cerâmicos informes dentro delas. Se as águas fossem conduzidas para o fosso, as minas deveriam trazer a água do rio Pavia e da ribeira de Santiago; mas o que efectivamente sucedia era precisamente o contrário, ou seja, as minas orientavam-se do fosso para o exterior. Assim sendo, as pessoas aperceberam-se que as fontes de águas se situavam na zona do fosso e então abriram minas para as águas servirem para abastecerem os poços situados já fora da Cava. Assim, seria com as águas destas fontes e com águas remanescentes das chuvas que os Romanos enchiam o fosso.

Outro facto que nos demonstra que a principal fonte de abastecimento seriam as fontes do próprio fosso é a quase contínua permanência de água na zona norte e noroeste onde ainda se vêem longos e largos troços de fosso.

Na zona interior da Cava ainda hoje abundam as nascentes e poços de água.

Deverá, pois, deixar de se pensar que eram as águas do rio Pavia e da Ribeira de Santiago que abasteciam o fosso, mas, pelo contrário, a principal fonte de abastecimento seriam as nascentes do próprio fosso.

3.1.9.3. Organização do espaço interno

Como se organizava o espaço interior da Cava, na época da sua ocupação romana?

Não temos quaisquer elementos directos que nos possam conduzir a conclusões seguras neste campo. Faltam-nos descrições antigas do urbanismo da Cava, faltam sondagens e escavações arqueológicas. Podemos socorrer-nos apenas da observação da actual organização do espaço interior da Cava de Viriato e tentar perscrutar os vestígios do antigo urbanismo.

A Cava é um imenso octógono, com cerca de 316 metros de diâmetro e 250 de lado. A área útil interna é de 39,5 hectares. Mantêm-se de pé apenas quatro lados, os que foram alteados e transformados em passeio público no século passado. Os restantes são perfeitamente visíveis, sendo possível fazer o percurso de todo o perímetro (Est. CLXIV).

Há ainda vestígios do fosso em dois dos lados que estão de pé e em alguns dos restantes.

As aberturas que actualmente existem situam-se no vértice onde se encontram os taludes ocidental e sudoeste, a meio do talude noroeste e sensivelmente a meio dos taludes nordeste e sudeste.

A abertura de noroeste está precisamente a meio do talude e as de sudeste e nordeste muito próximas do meio dos respectivos taludes.

Da abertura de noroeste sai um caminho quase direito ao centro da Cava. Já no interior da Cava, sem ligação ao exterior, sai um outro do meio do talude sudoeste que vai também direito ao centro.

Verifica-se que todas as extremas dos terrenos que se situam nesta metade noroeste são sensivelmente paralelas ou perpendiculares a estas linhas de orientação. Será esta disposição reveladora das aberturas da Cava na época romana e do seu urbanismo? Cremos que assim sucederá. Os eixos fundamentais de um acampamento romano, o *cardo* e o *decumanus*, poderão, pois, corresponder aos caminhos definidos.

Teríamos, conseqüentemente, as portas da Cava nos taludes nordeste, noroeste e sudeste. A entrada sudoeste pode ter sido tapada quando, no século passado, foi alteado o respectivo muro e aterrado o fosso. A abertura de noroeste permanece ainda hoje, dando saída para a Póvoa de Abraveses. A nordeste, existe ainda a saída de Santiago. A saída de sudeste localizar-se-ia próximo da actual rua do Coval.

Resumindo, podemos dizer que a Cava é um acampamento construído pelos Romanos em meados do século I a. C., reaproveitado em épocas posteriores em que os taludes sofreram obras de alteamento. O fosso era inundado por fontes próprias, existiam quatro portas e os caminhos e linhas dos limites dos terrenos actuais deverão ser o reflexo da organização do espaço na época romana dentro da Cava.

3.1.10. Catálogo de moedas

Incluimos aqui as trinta e três moedas por nós encontradas nas escavações da Praça de D. Duarte / Rua das Ameias, duas encontradas por operários na Rua das Ameias e que são pertença da Câmara Municipal de Viseu (ref. 1988, (1) e 1988 (2) e ainda uma que nos foi entregue por um operário que trabalhava no arranjo do Largo de S. Sebastião.

Como já dissemos na Introdução, todo o material monetário foi classificado pelo Prof. Doutor Rui Centeno.

Indicam-se pela ordem de catálogo, independentemente da sua cronologia. O primeiro elemento apresentado pode corresponder à data em que foi achada a moeda ou, na maioria dos casos à ficha de escavação respectiva. Assim, 1989 (1) representa a primeira moeda achada naquela data; 315 (1), por exemplo, corresponde ao número da ficha de escavação 315 e a moeda é a nº 1 dessa ficha.

Na apresentação seguimos o modelo do Doutor Rui Centeno (1987), com os seguintes elementos:

Referência de catálogo, designação, imperador, centro emissor, cronologia e bibliografia - normalmente *Roman Imperial Coinage* - e descreve-se o tipo de reverso. A falta de algum destes elementos é indicada por um ponto de interrogação.

349 - Sestércio, Claudius I, at. ocidental, 41-54, RIC² 100.
Reverso: SC.

1988 (1) - Nummus, Divus Claudius II, Roma, pós-270, RIC 261.
Reverso: Consecratio, altar quadrangular.

1988 (2) - Nummus, Divus Claudius II, Roma, pós-270, RIC 261.
Reverso: Consecratio, altar quadrangular.

311(2) - Antoniniano, ?, ?, 2ª metade do século III, ?.
Reverso: Ilegível.

1989 (3) - Antoniniano, Divus Claudius II, Roma, pós-270, RIC 266.
Reverso. Consecratio, águia com cabeça à direita.

318(1) - Antoniniano, ?, ?, 2ª metade do séc. III, ?.
Reverso: Ilegível.

250(1)- Nummus, Constantino I, Roma, 316, RIC 49.
Reverso: SOLI INVICTO COMITI.

- 315 (2) - Nummus, Constantinus I (Constantinópolis), Roma, 330-331, RIC 339.
- 348(2) - Nummus, ?, ?, 335-340, ?, ?.
Reverso: GLORIA EXERCITUS, 1 estandarte.
- 332(7) - Nummus, ?, ?, 335-341, ?, ?.
Reverso: GLORIA EXERCITUS, 1 estandarte.
- 332(8) - Nummus, Urbs Roma, at. ilegível, 337 ou posterior, ?.
Reverso: Urbs Roma. Loba e gémeos.
- 264 (1) - Nummus, ?, ?, 335-341, ?.
Reverso: Urbs Roma / Loba e gémeos.
- 261 - Nummus, Constantinus II, Constantius ou Constans, Cizicus, 337-340, RIC 15 a 17
ou 18.
Reverso: GLORIA EXERCITUS, 1 estandarte.
- 332(6) - Nummus, Divus Constantinus I, ?, pós-337, ?.
Reverso: Ilegível.
- 311(1) - Nummus, Constantius II, Trever, 347-348, RIC 183.
Reverso: VICTORIAE DD AVGG Q NN.
- 315 (1) - Nummus, Constantius II ou Constans, 347-348, at. oriental, ?, ?.
Reverso: Exergo ilegível. A legenda VOT / XX / MVLT / XXX, dentro de uma coroa de
louros.
- 359 - Nummus, Constantius II ou Constans, at. ocidental, 347-348, ?, ?.
Reverso: VICTORIAE DD AUGG Q NN
- 332(1) - Nummus, Constantius II ou Constans, at. ocidental, 347-348, ?.
Reverso: VICTORIAE DD AVGG Q NN.
- 332(3) - Nummus, Constantius II ou Constans, Nicomedia, 347-348, RIC 48, 54 ou 57.
Reverso: VICTORIAE DD AVGG Q NN.
- 332(9) - Nummus, Constantius II ou Constans, at. ocidental, 347-348, ?.
Reverso: VICTORIAE DD AVGG Q NN
- 250(2) - Nummus, Constante, at. ocidental, 347-348, RIC 84.
Reverso: VICTORIAE DD AVGG Q NN.

257(2) - Nummus, Magnêncio, Roma, 351-352, RIC 216.
Reverso: VICTORIAE DD NN AVG ET CAES. Duas vitórias segurando um escudo e a
legenda: VOT / V / MVLX / X.

332(12) - AE3, Constantius II, Arelate, 353-355, RIC 215.
Reverso: FEL TEMP REPARATO (FH3).

1989 (2) - AE3, Constantius II, ilegível, 354-357, ?.
Reverso: FEL. TEMP. REPARATIO (FH3).

263 - AE3, Constantius II, ?, 354-357, ?.
Reverso FEL. TEMP REPARATIO (FH3).

348(1) - AE3, Constantius II, at. ocidental, 356/357-361.
Reverso: FEL TEMP REPARATIO.

332(10) - AE4, Gratianus, 364-383, at. ilegível, ?, ?.
Reverso: VOT / XV / MVLX / XX, dentro de uma coroa de louros.

332(11) - Nummus, Gratianus, Lugdunum, 378-383, RIC 28(a),
Reverso: REPARATIO REIPVB `LVGP

257(1)- Nummus, Graciano, Roma, 378-383, RIC 43(a).
Reverso: REPARATIO REIP.

1989 (1) - AE2, Magnus Maximus, Arelata, 383-388, RIC 26b-3. Moeda com vestígios de
dupla cunhagem, bem visíveis no anverso e reverso.

264 (2) - Ilegível. Deverá ser do séc. IV.
Reverso: Ilegível.

252 - Minimus, ?, ?, último quartel do séc. IV - inícios do V, ?.
Reverso: Ilegível.

332(2) - Nummus, ?, ?, séc. IV, ?.
Reverso: Ilegível.

332(4) - Nummus, ?, ?, séc. IV, ?, ?.
Reverso: Ilegível.

332(5) - Nummus, ?, ?, 2ª metade do séc. IV, ?, ?.
Reverso: Ilegível.

348(3) - Nummus, ?, ?, 2ª metade do séc. IV, ?, ?.

353 - Nummus, ?, ?, séc. IV, ?, ?.

Reverso: Ilegível.

316 - Solidus, Honorius, Mediolanum, pós 400, RIC, IX 35c.

Reverso: VICTORIAE DD AVGG Q NN.

266 - Minimus, ?, ?,séc IV ou V, ?.

Reverso: Ilegível.

Moeda achada no Largo de S. Sebastião:

Nummus, Constantius II ou Constans, Ilegível, 347-348, ?.

Reverso: VICTORIAE DD AVGG Q NN

3.2. As vias

3.2.1. Historiografia

Nos autores romanos não aparece registada qualquer estrada da região de Viseu. Isso não significa, no entanto, que os Romanos não tenham aqui construído uma boa rede de estradas que continuou a ser a base das comunicações nos séculos seguintes, até às grandes mudanças verificadas no século XVIII.

Devido a um uso tão prolongado destas estradas, torna-se muito difícil fazer a distinção entre o que é original romano e muitos caminhos que sofreram alterações posteriores. Apesar desta dificuldade que sentimos nas muitas milhas que percorremos por esses caminhos, ora lajeados, ora apenas térreos, temos a convicção que a rede viária que apresentamos é a rede romana, surpreendentemente extraordinária. Cremos também que apenas o levantamento exaustivo dos troços de vias lajeadas que ainda existem e o percurso pedestre dos caminhos vicinais permitirão ter uma ideia mais ou menos exacta do que foi a viação romana no território português.

As vias foram desde sempre um dos vestígios antigos que mais chamou a atenção dos investigadores e curiosos que se debruçaram sobre Viseu e região.

As referências mais antigas que se conhecem às estradas romanas da área da *civitas* são do século XVII, quando Botelho Pereira enumera alguns caminhos que por aqui corriam. Faz esta enumeração a propósito da inscrição rupestre de Lamas de Moledo que considera como a enumeração dos municípios e caminhos da região (Pereira, 1955, p. 120-126).

No século XIX, Pinho Leal limita-se a transcrever os caminhos do século XVIII indicados por João Baptista de Castro (Castro, 1748) e indica as estradas reais que então existiam, afirmando que a rede viária romana permaneceu até ao século XVIII, sem alterações, pois "não consta que elles nem os mussulmanos, nem posteriormente os christãos a restaurassem." (Leal, 1886, 12, p. 1773). Assim sendo, para Pinho Leal, os caminhos indicados por Baptista de Castro eram as estradas romanas.

Se existe alguma coincidência nesses caminhos ela não é, porém, absoluta.

Só no nosso século o problema da viação romana começou a interessar verdadeiramente os estudiosos da antiguidade e, curiosamente, o primeiro a tentar estabelecer uma base científica para a viação romana de Viseu foi um geógrafo. Em 1925, Amorim Girão publica a sua obra *Viseu - Estudo de uma Aglomeração Urbana* em que, pela primeira vez, põe em destaque o papel de Viseu como centro de uma apertada malha viária.

Nesse estudo, Amorim Girão faz sair de Viseu oito vias romanas: para Águeda, S. Pedro do Sul e Porto, Castro Daire, Lamego, Trancoso, Mangualde, Alcaface e Coimbra (Girão, 1925, p.14-20). Dá a conhecer nessa obra os miliários de Reigoso e Benfeitais.

Em 1942, José Coelho vai também dedicar um estudo a este tema (Coelho, 1943). Indica doze vias com origem em Viseu: duas para o litoral - uma pelo Vale de Lafões e outra pelo Caramulo - uma para o Vale de Besteiros, uma para Coimbra e outra para sul (Tábua), uma para Seia e Serra da Estrela, uma para oriente em direcção à Guarda, uma outra para a Ínsua (Penalva do Castelo), uma para Sernancelhe, duas para Lamego - uma por Castro Daire e outra por Tarouca - e, finalmente, uma para o Porto.

Apesar de se poder dizer que Viseu foi um importante ponto de cruzamento de estradas, teremos também que admitir que José Coelho confundiu uma rede viária fundamental, com origem em Viseu, com a rede secundária que derivava daquela. Como veremos, as estradas indicadas por aquele arqueólogo existiam, só que algumas delas eram estradas secundárias que derivavam das principais, mais ou menos longe de Viseu. Se observarmos com atenção o mapa que publica (Coelho, 1943, p. 10), vemos que coloca algumas estradas que derivam daquelas, já fora de Viseu e, portanto, não deveriam ser consideradas como originárias de Viseu. Neste caso, segundo esse mapa, as vias originadas a partir de Viseu seriam apenas nove e não doze, como ele afirma.

Em 1953, Moreira de Figueiredo publica um estudo sobre "o traçado das vias romanas, estradas medievais, simples caminhos antigos de transumância ou de comércio da antiga Beira" (Figueiredo, 1953, p. 318), não distinguindo, porém, entre uns e outros. Apresenta ainda uma lista de achados romanos verificados na Beira Alta e um levantamento dos caminhos lajeados feito pelos elementos da Guarda Nacional Republicana.

Certamente por uma questão de bairrismo, Moreira de Figueiredo coloca 17 estradas fundamentais com origem em Viseu, delas derivando outras que dão à Beira uma malha viária muito apertada.

O resultado deste estudo foi uma amálgama de dados confusos e de fiabilidade reduzida que, no entanto, têm que ser tidos em conta na elaboração de qualquer trabalho sobre Viseu e a Beira Alta.

Em 1959 e 1960, Mário Saa, na sequência especulativa de Moreira de Figueiredo, publica a sua obra, *As Grandes Vias da Lusitânia*, onde se refere às vias de Viseu. Identifica Viseu com *Talabriga* e daqui faz derivar vias em todas as direcções (Saa, 1959, p. 282-350). O maior mérito desta obra reside na enumeração dos vestígios romanos dos lugares onde o autor coloca a passagem das vias.

Em 1983, tentámos repor a verdade sobre o número de vias romanas que se originavam em Viseu, falando apenas em sete (Vaz, 1983). Como veremos adiante, consideramos que esse número estava quase certo.

Mais recentemente, Jorge Alarcão referiu-se por várias ocasiões a esta questão, embora sem nunca pretender dar uma solução definitiva ao assunto (Alarcão, 1989a, p. 20-23; p. 81-82; 1988, p. 101-104; Alarcão, 1992). No entanto, consideramos que acabou por definir os eixos fundamentais da viação romana que se originava em Viseu.

3.2.2. As redes viárias

Ao longo do estudo a que procedemos, verificámos que é possível estabelecer dois tipos de rede viária, uma principal e uma secundária. Esta tinha como função fazer a ligação entre as vias da rede principal e servir populações mais afastadas destas.

Poderá ainda considerar-se uma rede vicinal que complementaria aquelas duas. A sua construção devia ser muito precária e por isso poucos vestígios ficaram. No entanto, a esta rede poderiam pertencer muitos dos caminhos que actualmente as pessoas apontam como romanos e que não passam de simples caminhos vicinais. Estes caminhos têm a maioria das vezes uma largura entre os 2-2,5 metros.

Os principais factores de distinção entre a rede principal e a secundária seriam o pavimento, largura, a existência ou não de miliários e a sua permanência como estrada ao longo dos séculos.

Numa via da rede principal, o pavimento é constituído por lajes nas encostas ou nas zonas muito baixas.

As vias da rede principal são também mais largas que as da rede secundária. Verificámos que as vias principais medem mais de 4 metros, na maioria dos casos, embora esta largura seja também um factor cronológico. De qualquer maneira, as vias secundárias nunca ultrapassam os 3,50/3,60 m, podendo a largura ser menor ainda.

Na mesma via, a largura varia, sendo maior nas curvas, certamente para possibilitar uma melhor circulação dos carros.

As vias da rede principal são também ladeadas de miliários. Não encontramos na região qualquer miliário em vias que consideramos secundárias, mas encontramos-los naquelas que

apontamos como principais. Houve destruição dos marcos? Seria bastante estranho que só desaparecessem os marcos das vias secundárias.

O levantamento exaustivo dos troços ainda existentes e o seu percurso feito a pé, na generalidade dos casos, levou-nos a definir as vias das duas redes que a seguir indicamos.

Para as vias da rede principal utilizamos numeração romana. Indicamos o trajecto que a via seguia e os troços ainda existentes. Sempre que autores anteriores se referiram a estes troços fazemos a respectiva indicação bibliográfica entre parêntesis.

Referimos ainda os miliários conservados em cada via e as obras de arte (pontes ou pontões) que existiam no enfiamento das vias e as estações romanas servidas pelas vias.

Para a rede secundária, adoptamos o critério de lhe dar o nome do lugar onde se faria a bifurcação ou cruzamento de uma ou várias vias, principais ou secundárias. Também aqui utilizamos a numeração romana para os cruzamentos e bifurcações, seguida de um número árabe que identifica a nova estrada que ali se origina.

Deixamos abaixo um quadro com a largura das vias da rede principal, coordenada com os miliários encontrados nas mesmas e respectiva datação.

TROÇO	VIA	LARGURA	IMPERADOR	DATA
Ranhados	I	4,60 m.	Cláudio (?)	54 (?)
Coimbrões	I	4,60 m	Cláudio(?)	54(?)
Moselos	II	4,40 m.	Adriano	120-121
Moselos	II	4,40 m	Cláudio	54
Arcozelo	II	4,60 m		
Maçarocas	II	4,60 m		
Srª do Crasto	III	3,80 m		
Outeiro	III	3,80 m		
Fataunços	III	3,80 m		
S. Tiaguinho	III	4,60 m		
Postaneiros	III	3,80 m		
Vouzela	III	3,80-4,60 m	Tácito	275
Reigoso	III	3,80 m	Numeriano	283-284
Benfeitas	III	3,80-4,60m	Caracala	198-217
Benfeitas	III	3,80-4,60m	Constâncio	306
Reigoso	III	3,80 m	Constantino	312
Vilharigues	III	3,60 m		
Ab.-a-Velha	IV	4,60 m	Adriano	120-121
Ab.-a-Velha	IV	4,60 m	Numeriano	283-284
Espinho	VIII	?	Cláudio	54
Chãos	VIII	?	Liciniano	308-317
Viseu	?	4,60 m	Adriano	120-121

Quadro comparativo das larguras das vias principais, miliários e respectivas cronologias

3.2.2.1. Rede viária principal

Via I

Saía de Viseu em direcção sudeste, derivando do *decumanus maximus* da cidade. Segundo José Coelho (1943, p. 11) saía pela Rua da Regueira, subia a Calçada das Cruzes, ia à via Sacra e depois a Ranhados.

Não se pode confirmar este traçado até Ranhados, pois hoje está tudo urbanizado.

Em Ranhados existe um troço de via, lajeado, em muito bom estado de conservação, atravessando uma zona plana, até ao actual campo de futebol. A estrada para o Parque Desportivo de Ranhados segue paralela à via romana. Passava depois entre pinhais, sem lajes. Voltava a ser lajeada junto ao pontão de S. Domingos. Atravessava o Parque Industrial de Viseu - Núcleo de Coimbrões e passava entre a Laja do Telhado e a Quinta de S. Domingos. Iniciava-se a descida para o rio Dão, passando pelo Espadanal, Quinta dos Frades, até às Termas de Alcafache. Subia a Casal Sandinho, onde se bifurcava para oriente, por Mosteirinho e Pedreles até Mangualde e para ocidente, em direcção a Aldeia do Carvalho, Santar e Canas de Senhorim, onde atingia o extremo da *civitas*.

Existe um troço desta estrada em Ranhados (Figueiredo, 1953, p. 39, Alarcão, 1988, p. 61, Vaz, 1983, p. 740), com cerca de 300 metros. A largura ultrapassa os 4 metros e localiza-se numa zona plana sendo, no entanto, lajeado (Est. CLXV)

Um dos troços mais conhecidos desta via é o que sobe do Pontão de S. Domingos para o Parque Industrial de Coimbrões e, por isso mesmo, tem sido conhecido como "troço de Coimbrões" (Figueiredo, 1953, p. 39; Vaz, 1983, p. 740; Alarcão, 1988, p. 61), com 360 metros de comprimento e uma largura média de 4,60 metros (Est. CLXV, CLXVI e CLXVII). Há ainda um bom troço na descida para o Espadanal e na subida das Termas de Alcafache para Casal Sandinho, onde o caminho antigo é a velha via romana.

Há a destacar ainda o pormenor de a via estar soterrada junto ao pontão de S. Domingos, do lado de Ranhados. Uma grossa camada de terra e detritos cobre a via que era em rampa para facilitar o acesso ao pontão.

Logo à saída de Viseu, esta via servia os habitats suburbanos de Quinta de S. Ivo (nº 201) e Quinta de S. Caetano (nº 200). Já um pouco mais longe, passava junto das estações romanas localizadas na Quinta de S. Domingos (nº 219) e Laja do Telhado (nº 178) e ia terminar em Casal Sandinho onde existiam um habitat e uma *villa* (estações nºs 20 e 21) que deram continuidade ao povoamento na Idade Média.

Devemos salientar nesta estrada duas obras de arte: o pontão de S. Domingos e a ponte das Termas. O primeiro é um pequeno pontão com dois olhais rectangulares e um talhamar do

lado de montante. Apesar de ser um pontão simples, classificamo-lo como romano. Com efeito, situa-se entre dois troços de via indiscutivelmente romana e a união do pontão com a via nunca sofreu qualquer alteração como se pode verificar observando bem a estrutura de ligação.

A ponte das Termas é uma ponte reformada no século XVIII, certamente por ter sido arrastada pelas águas a velha ponte romana. No entanto, observando os talhamares do lado de montante vemos que um deles, o que se situa do lado do concelho de Mangualde, é todo feito de pedras almofadadas e há ainda uma ou outra pedra almofadada reaproveitada na reconstrução da ponte.

Há uns anos vimos à beira desta estrada uma base quadrangular de um miliário ainda com o início do fuste. Procurámo-lo posteriormente, mas deve ter sido aproveitado nalguma das muitas construções que ali se têm feito.

Esta via romana sobreviveu até aos nossos dias com a mesma função, pois era o caminho que ainda não há muitos anos era seguido por quem vinha da freguesia de Alcafache para Viseu.

A importância desta via resultava do facto de ser a ligação de Viseu a uma via transversal que vinha da *civitas* vizinha sediada em Bobadela.

Não encontramos a continuação desta via para sul, o que é estranho, face à sua importância. Iria entroncar numa outra via, secundária, é certo, mas que ligava para oriente e ocidente.

Via II

Pela parte de noroeste sairia de Viseu uma via que era a continuação para este lado da via I. Saía pela porta situada perto da actual Porta dos Cavaleiros, ao fundo da Rua Direita, o lado norte do *cardo maximus*, atravessava o Pavia junto da Ponte das Barcas, passava rente à Cava de Viriato, seguia pela Estrada Velha de Abraveses, passava em frente da actual escola C+S de Abraveses, ia ao Bairro da Barosa, seguindo a Pascoal, Moselos, Cruzeiro de Bodiosa, Bodiosa-a-Velha, Gumiei, Lufinha, Arcozelo, Ponte Nova, S. Pedro do Sul, Maçarocas, Senhora da Guia, Figueirosa, Penso, Santa Cruz da Trapa, Serra da Gravia, indo cruzar com as estradas do litoral já fora do território viseense, em terras pertencentes à *civitas* de *Talabriga*.

Existem ainda troços desta via junto à Escola C+S de Abraveses (um pequeno troço com apenas algumas dezenas de metros), entre o Bairro da Barosa e Pascoal, entre Pascoal e Moselos, onde apenas têm sido apontados os miliários (Coelho; 1949, p. 18; Figueiredo, 1953, p. 48 - 49; Correia, 1979, p. 612; Vaz, 1983, p. 741-742; Vaz, 1987a, p. 50; Alarcão, 1988, p. 58). Entre Pascoal e Moselos (Est. CLXVIII), a via tem uma largura média de 4,40 metros. De Moselos para Bodiosa, a via desapareceu, sendo-lhe sobreposta a estrada alcatroada actual.

Em Bodiosa-a-Velha (Figueiredo, 1953; p. 33, Alarcão, 1988, p. 58; Pedro, 1990b), a via romana é ainda a principal rua da povoação, em cerca de 400 metros (Est. CLXVIII e CLXIX). Tem aqui uma largura média de 4,30 metros, largura aproximada que se vai manter no resto do trajecto.

Entre Bodiosa e Gumiei, a estrada actual destruiu a via romana nalguns pontos, mantendo-se a via romana lajeada a espaços e vendo-se noutros sítios que a via foi soterrada pelas terras e muros de propriedades.

Já perto de Gumiei, a estrada romana foi destruída pela construção de casas particulares, há poucos anos.

Entre Gumiei e a Lufinha (Figueiredo, 1953, p. 201; Alarcão, 1988, p. 57) a via foi destruída pela estrada actual, aproveitando-se a via romana e fazendo-se quase só o seu alcatroamento. Onde tal não se fez, mantém-se à vista a via romana, correndo ambas paralelas.

A estrada ia depois ao Arcozelo (Figueiredo, 1953; p. 33, Alarcão, 1988, p. 55) fazendo um percurso qua na maior parte não seria lajeado e recomeçava a ser lajeado na descida para o rio Vouga. Atravessava o Arcozelo, seguindo um caminho que é hoje a principal rua da povoação, ainda pavimentada com grandes lajes até há poucos anos e descia à Ponte Nova. Entre Arcozelo e a Ponte Nova a descida é muito íngreme (no espaço de 500 metros desce de uma cota de 250 para 160 metros) e o lajeado mantém-se completo, apresentando algumas características técnicas que especificaremos adiante.

Na Ponte Nova atravessava o rio Vouga, em ponte situada ligeiramente a jusante da actual que deve ter sido construída no século XVI. No enfiamento da via romana que vem do Arcozelo e da rua principal da Ponte Nova, que decalca a via romana, vêem-se ainda os alicerces de uma ponte antiga mesmo ao lado da actual. Face a esta orientação dos alicerces, teremos que presumir que provavelmente pertencem à antiga ponte romana.

A travessia do rio Sul, junto à foz deste, fazia-se certamente no lugar em que ainda está a ponte actual. Esta ponte foi alteada, provavelmente já no nosso século, pois observando-a bem do lado de jusante vê-se ainda a linha da antiga ponte que tinha o tabuleiro inclinado em dorso de asno. Seria a velha ponte romana que tinha esta forma? Não temos elementos que possam confirmar esta hipótese, mas uma coisa nos parece certa: a via transpunha o rio Sul no lugar da actual ponte.

Contrariamente ao que pareceria lógico, dada a sua importância, esta via não se dirigia às Termas de S. Pedro do Sul, mas desviava-se para nordeste. Atravessava a actual vila de S. Pedro do Sul, ia do Bairro Belo Horizonte às Maçarocas (Figueiredo, 1953, p. 33; Alarcão, 1988, p. 56). Apesar de ainda se poder seguir em grande parte do trajecto, apresentando bons troços e passando pelo meio do mato que praticamente cobriu a via, foi alcatroada em muitos pontos ou substituída por calçada moderna. Como se isso não bastasse, recentemente (1990) foi destruída para a colocação do saneamento. Era o caminho seguido até há poucos anos para as pessoas irem de S. Pedro do Sul para a Sr^a. da Guia. Neste percurso apresenta uma largura média de cerca de 4,60 metros.

Depois da Senhora da Guia, a via seguia até Figueirosa e daqui a Penso, onde ultrapassava o Rio Varosa no sítio onde se situa a ponte actual (Est. CLXIX e CLXX). Se não podemos afirmar que a pequena ponte actual é romana, apesar dos seus três arcos redondos, podemos dizer que a sequência da via leva a que a travessia tivesse que ser feita naquele mesmo lugar.

Depois de Penso, a via atravessava os terrenos até Santa Cruz da Trapa, havendo ainda alguns troços lajeados, internando-se depois na Serra da Gralheira, onde existem bons troços lajeados. O nome "Serra da Grávia", diz o povo, advém precisamente do facto de a serra ser atravessada por uma "grã via".

Era ladeada por miliários de que se conhecem um em Viseu, respeitante à milha I [nº 103] e dois em Moselos, colocados nas milhas IV e V [nºs 101 e 102].

Figueiredo (1953, p. 49) e Alarcão (1988, p. 57) falam de dois miliários em Lordosa, anepígrafos. No entanto, ninguém conhece estes marcos, pelo que teremos que concluir que, se existiram, foram destruídos ou reaproveitados em qualquer sítio. A existirem, cremos que se integrariam nesta via, desviados ligeiramente do seu ponto de implantação original.

Esta estrada foi construída no tempo do imperador Cláudio, pelo ano 54, como se tem de se deduzir do marco da milha V de Moselos. Com Adriano a via sofreu obras de beneficiação, pois os marcos das milhas I e IV terminam pela expressão *refecit*.

Servia vários lugares povoados que se situavam ao longo da via. Logo à saída de Viseu estava a estação Ratas (nº 165), mesmo na base do Monte de Santa Luzia onde se mantinha ainda a presença romana quando a via foi construída. Um pouco mais além, a Corredoura (nº 204) era também habitada.

Via III

Uma outra via que integrava o sistema viário fundamental originado em Viseu era a que saía da cidade provavelmente pelo extremo ocidental do *decumanus maximus*, ia à freguesia de Orgens, passava na base do monte da Senhora do Crasto, ia a Pereiras, Caria, Carvalhal do Estanho, sítio do Outeiro (Figueiredo das Donas), Ponte Pedrinha, Fataúncos, Vouzela, Vilharigues, passava a sul de Sernadinha, S. Tiaguinho, Postaneiros, Cajadães, ia a sul de Vilarinho, Ponte Fora, Ral, Seixa, Entre Águas, a sul de Reigoso, até à Sobreira e Benfeitas.

Logo à saída de Viseu, na serra do Crasto, existe um troço desta estrada com mais de mil metros de comprimento e cerca de 3,60 metros de largura média (Est. CLXX, CLXXi e CLXXII). É um troço que exemplifica bem o processo de desaparecimento de uma via romana. De vez em quando o lajeado interrompe-se, soterrado pelos detritos que se vão acumulando ao longo dos séculos.

A via passava mesmo na base do monte onde se situara um castro na Época do Bronze, a julgar pelos achados de superfície. No entanto, na época romana este castro já não seria ocupado ou, pelo menos, não restaram vestígios superficiais desse período.

Ao entrar na freguesia de Couto de Cima, atravessava a necrópole de mamoadas da Lobagueira, passando mesmo ao lado das mamoadas do Fojo e das Pereiras (Pedro, 1990).

Figueiredo diz que "existem troços de calçada" (1953, p. 37) no Couto de Cima e Alarcão, seguindo esta informação, fala de "vestígios de uma via romana" (1988, p. 58). Não existe actualmente qualquer troço de via romana em Couto de Cima. Será a esta via que aqueles autores se querem referir?

A via atravessava depois a importante região estanífera das Minas da Bejanca e Carvalhal do Estanho, onde se conserva ainda um miliário [nº 104]. Depois ia ao Carregal, passava junto à capela da Senhora da Agonia e, pelo Outeiro, descia à Ponte Pedrinha (Est. CLXXIII)

Nesta descida tem uma largura que varia entre 2,60 e 4,60 m. Tem uma inclinação muito acentuada, sobretudo entre o Outeiro e a Ponte Pedrinha. Figueiredo (1953, p. 196), em informação mais tarde copiada por Alarcão (1988, p. 58), fala de um miliário anepígrafo que estaria no quintal de uma casa particular. Não conseguimos localizá-lo.

A descida desde o Carregal até à Ponte Pedrinha está toda bem lajeada, devido ao facto de ter uma inclinação muito acentuada, sendo talvez o maior desnível que se verifica em vias romanas de toda a *civitas*.

A Ponte Pedrinha (Est. CLXXIV) assenta sobre uma antiga ponte romana. Tem um único arco redondo e foi reconstruída por várias vezes. Há pedras que ainda ostentam as siglas típicas das pedras das construções medievais. Observando bem a ponte e os seus acessos, vemos que a própria orientação da ponte variou ao longo dos séculos consoante as reconstruções. Pensando, pois, nestas reconstruções e na orientação que a via romana traz desde o sítio do Outeiro e na sequência da subida para Fataúncos, temos que pensar que aquela ponte assentará no mesmo lugar em que assentou uma ponte mais antiga.

Da Ponte Pedrinha, a via metia directa a Bandavises, (a estrada actual aproveitou parte do leito da via romana), ia à Fonte Velha, já em Fataúncos, onde há um magnífico troço da antiga via até à estrada actual (Est. CLXXIV), indo sair próximo do cruzamento para Calvos, junto ao Corgo (nº 240). Figueiredo (1953, p. 196) e Alarcão (1988, p. 57) assinalam um miliário anepígrafo em Fataúncos, que actualmente ninguém ali conhece. Quando falam de restos de calçada nesta povoação pensamos que se referem ao troço da Fonte Velha.

Neste ponto, junto ao Corgo (nº 240), receberia um ramal vindo das Termas de S. Pedro do Sul. Assim, estas termas estariam ligadas a duas vias, a via II e a III.

De Fataúncos, depois de passar junto ao *Castellum Vacoaicus* ou *Ocelensis* (nº 252), a via seguia à actual vila de Vouzela, em direcção a Vilharigues, decaçada em grande parte pela Estrada Nacional actual.

No adro da igreja de Vouzela encontrou-se um miliário do tempo de Tácito [nº 105] atribuível, portanto, aos anos 275-276 da nossa era. Indicava a milha 18 e estaria muito próximo da sua implantação primitiva. Com efeito, 18 milhas equivalem a 26,658 metros e de Viseu a Vouzela contamos 25,518 metros, pela estrada romana. Tendo em conta que poderá haver algum erro nestes cálculos, os números são quase iguais.

A rua principal de Vilharigues é o decalque da antiga via romana. Logo à saída desta povoação, a via passava junto a uma mamoa e seguia ao sul de Sernadinha, onde não havia lajes e ia a S. Tiaguinho. Entre Vilharigues e a Sernadinha ainda eram visíveis, há poucos anos, as lajes da calçada. Foram arrancadas, ao que nos disseram, para fazer a estrada actual, haverá cerca de vinte anos.

Entre Vilharigues e a Sernadinha, a via tinha uma largura média de 3,60 metros, alargando depois para os 4,60, aparecendo as lajes já perto desta povoação.

Entre S. Tiaguinho (Figueiredo, 1953, p. 31; Alarcão, 1988, p. 92) e Postaneiros, a via tem 4,60 metros, sendo o acesso a esta povoação feito apenas pela via romana. Já perto da povoação, a estrada aparece alteada sobre os terrenos circundantes, e apresenta contrafortes laterais de sustentação (Est. CLXXV, CLXXVI e CLXXVII).

Entre Postaneiros e Cajadães (Figueiredo, 1953, p. 31; Alarcão, 1988, p. 92), a via mantém-se intacta (Est. CLXXVIII). Cajadães era atravessada pela estrada que aqui inclinava ligeiramente para sul, passando ao lado de mais uma mamoa, mesmo à saída de Cajadães.

A largura da via oscila entre 3,60 e 4,60 m. De Cajadães, a via continuava ao sul de Vilarinho e Travassós, ia a Ponte Fora e depois ao Ral (Est. CLXXIX e CLXXX). O acesso à última povoação faz-se ainda pela velha via construída aqui segundo uma técnica de caixotão.

Entre o Ral e Fiais continua-se a andar por calçada da antiga via romana que mantém uma largura próxima dos quatro metros. Depois dos Fiais, atravessa mais uma zona de mamoas, as "mamoas da Gandra da Seixa", desaparecendo completamente o lajeado a seguir à Seixa.

A via ia depois a Entre-Águas, onde reaparece o lajeado. A passagem de uma linha de água era feita a vau, para os carros e animais e num pequeno pontão para as pessoas. Este pontão é semelhante ao pontão de S. Domingos, com uma construção menos cuidada, no entanto.

À chegada a Entre Águas, a via atravessava mais uma necrópole de mamoas.

De Entre Águas a Sobreira, a via atravessava entre pinhais, passando ao sul de Reigoso, não subindo à povoação actual.

Em Reigoso encontraram-se dois miliários, um de Numeriano e outro de Constantino Magno datados, respectivamente, de 283-284 e depois de 312 [n^{os} 95 e 96].

O primeiro tem inscrita a milha 28 [nº 95]. Estaria implantado primitivamente um pouco a ocidente de Reigoso, próximo do Ribeiro de Sizão.

O outro [nº 96], do tempo de Constantino, tem a inscrição truncada, faltando a indicação miliária. Se se tratasse da milha 27, situar-se-ia um pouco a sul de Reigoso. Cremos que indicaria esta milha porque o da milha 26 apareceu em Benfeitas.

A via continuava ainda por uma estreita faixa pertencente ao território de Viseu, até Benfeitas, que marcaria o termo da *civitas*. Em Benfeitas encontraram-se dois marcos [n^{os} 93 e 94], com indicação das milhas 26 e 31. O marco da milha 26 estava deslocado do seu lugar pois a sua implantação inicial seria na zona de Entre Águas. Temos, pois, que deduzir que foi transportado para o lugar onde foi encontrado.

O marco da milha 31 estava próximo da sua implantação, a ocidente de Benfeitas, no actual extremo do concelho de Oliveira de Frades e distrito de Viseu, linha por onde também passaria na época romana o limite da *civitas*. Assim, é provável que este marco fosse simultaneamente uma indicação viária e um marco fronteiroço.

Para lá da *civitas*, esta via ia entroncar numa via do litoral.

Via IV

Via que de Viseu se dirigia para oriente, ligando à Serra da Estrela. Saía de Viseu por S. Miguel, ia ao Viso, Carreira de Tiro, Fragosela, Fragosela de Baixo, a sul de Prime, Roda e Mangualde, onde deveria existir um importante cruzamento de vias. De Mangualde, entre as Quintas do Modorno e do Pinheiro, ia a Almeidinha, ultrapassava a serra da Baralha pela encosta sudoeste, descia a Cassurrães e, pela Quinta de Baixo, a Abrunhosa-a-Velha e daqui à ponte da Barca onde ultrapassava o Mondego.

Existem poucos vestígios da passagem desta via à saída de Viseu. No entanto, Figueiredo (1953, p. 198) aponta ainda vários troços já em mau estado de conservação naquela data, razão pela qual devem ter desaparecido totalmente. Alguns foram provavelmente destruídos pela construção da Estrada Nacional 16. Assim, logo à saída de Viseu, junto ao Colégio da Via Sacra, existia um pequeno troço lajeado, perto da capela do Senhor da Boa Passagem; um novo troço também lajeado existia a sudeste da Quinta do Viso (n^o 209), descendo para a Póvoa de Sobrinhos, passando junto ao Campo Deanteiro (n^o 197), até Fragosela de Baixo, a partir de onde deve ter sido decalcada pela Estrada Nacional 16; atravessava o rio Dão, próximo da ponte actual, deixava à esquerda o alto de Vila Meã (n^o 196), ia a Fagilde, e à Roda. Em Fagilde, existe uma coluna que é provavelmente um miliário [n^o 90] e na Roda foi encontrado um outro anepígrafo [n^o 91].

Em Almeidinha há ainda vestígios da via e restos de uma *villa* (n^o 39). Logo a seguir, na serra da Baralha (n^o 58), existia uma pedreira onde algumas pedras foram abandonadas e onde se encontra muita escória à superfície, resultado talvez de alguma forja de apoio à pedreira. Talvez se ligasse à via romana por um ramal.

Depois de atravessar a serra da Baralha pela encosta sudoeste, ia a Cassurrães, passando junto à capela de Nossa Senhora de Cervães, servindo os assentamentos situados na Quinta de Baixo ou da Boca (n^o 55) e na Quinta de Santa Marinha (n^o 56).

Em Abrunhosa-a-Velha, foram encontrados três miliários [n^{os} 85, 86 e 87] que são a prova inofismável da passagem da via. Um é de Adriano, indicando a milha XVIII [n^o 86]; um outro está totalmente desgastado, não se podendo ler qualquer indicação de imperador ou milha [n^o 85] e um terceiro marco de Numeriano não tinha indicação das milhas [n^o 87].

As dezoito milhas equivalem a 26,640 metros. Ora, seguindo o trajecto que indicamos para esta via, de Viseu a Abrunhosa-a-Velha são cerca de 26 quilómetros. Assim, temos que concluir que este marco foi encontrado muito próximo do seu ponto de implantação primitiva. É pena faltar a indicação das milhas nos outros marcos.

De Abrunhosa-a-Velha, a via seguia até à Ponte da Barca, onde atravessava o Mondego. A travessia deveria fazer-se muito provavelmente a vau para os carros e animais e pelas poldras que ainda ali existem para as pessoas. Daqui prosseguia para a Serra da Estrela até Mérida.

Este traçado pela Serra da Estrela até Mérida é um dos trajectos que mais polémica tem levantado, tendo levado a que muitos trabalhos se tenham escrito sobre o assunto. (Ver, por ex.: Belo, 1970, p. 35-55; Vaz, 1977; Vaz, 1982, p. 2-7; Silva, 1982, p. 39-50; Curado, 1982, p. 83-94; Alarcão, 1988, p. 101-102).

Via V

Saindo de Viseu por Vildemoinhos, ia a Poives, Fonte Arcada, Carriça, Mosteirinho, Torredeita, Fial, Vilar de Besteiros, Ribeira, Vila de Rei e subia ao Caramulo por Figueiral, Janardo e Guardão de Baixo.

Tal como acontece com as restantes, também esta via não pode ser comprovada no terreno, à saída de Viseu. No entanto, entre Mosteirinho e Torredeita, no sítio das Enforcadas, existe um bom troço com cerca de 400 metros, refeito em várias ocasiões, ao longo dos séculos. Trata-se de uma estrada lajeada em muitos pontos e com uma largura média de 4 m. É este troço que Alarcão (1988, p. 58) designa com as entradas "Mosteirinho" e "Laje".

No Fial existe um bom troço desta via, com uma largura média de 3,60 metros.

Na zona de Besteiros, mais acidentada, os troços lajeados abundam, podendo seguir-se por estrada lajeada desde que se inicia a subida em Vila de Rei (n^o 140) até ao Guardão (n^o 144, Est. LXXXI), passando pelo extremo da *civitas*.

Entre Figueiral e Janardo, a calçada foi arrancada há pouco tempo para ser construída uma nova estrada.

Via VI

Um trajecto de que não restam actualmente quaisquer vestígios, mas que deveria ligar Viseu para sudoeste. A via saía pelo extremo sul do *cardo maximus* e seguia por Repeses,

sudeste de Paradinha, passava a noroeste de Vila Chã de Sá, ia a Faíl, Sabugosa, Canas de Santa Maria e ultrapassava o limite da *civitas* nas proximidades do castro de Nandufe.

Figueiredo (1953, p. 37), onde Alarcão (1988, p. 61) se baseou para a sua informação, fala de um troço de via em Faíl. Actualmente não se conhece ali nenhum troço de via. Apesar disso, é provável que tenha existido mas tenha sido destruído.

A actual estrada de Viseu para Coimbra deve ter decalcado em muitos pontos o trajecto da via romana.

José Coelho (1943, p. 11) fala de dois troncos de coluna existentes na capela de Santa Eulália como sendo possíveis miliários. Não nos parece que sejam marcos, como já dissemos (nº 203), mas deverá antes tratar-se de colunas reaproveitadas.

Esta estrada aparece citada num documento de 1133, junto a Canas de Santa Maria e, um pouco mais adiante, junto da povoação de Gestosa (Vaz, 1976, p. 366 e Vaz, 1979a, p. 187).

Logo à saída de Viseu, esta via servia o santuário de *Albucelaincus*, situado algures junto a Repeses. Deveria haver também uma *villa* por perto, pois conhece-se a existência de uma inscrição romana entre Paradinha e Repeses [nº 74].

Havia ainda outras estações que se localizavam ao longo desta via: Quinta das Felgueiras (nº 210), Quinta da Ramalhosa (nº 227), Quinta de Santo Aleixo (nº 153).

Via VII

Via que saía de Viseu em direcção a nordeste, direita a Cavernães, passava a oriente de Cepões e ocidente de Cota, ia à Queiriga e daqui prosseguia para nordeste da *civitas*.

Esta via saía pelo *cardo* principal da cidade romana, passava junto da Quinta de S. Pedro, ia passar a Travassós de Baixo e Mundão, onde se conserva um bom troço de uma estrada lajeada à maneira romana, e depois foi decalcada em grande parte pela actual Estrada Nacional para Vila Nova de Paiva.

Em Cepões existe um troço de via lajeada e mais adiante a Quinta da Estrada, que se situa próxima do ponto onde a via passava.

Depois da Maeira de Baixo, ultrapassava o rio Vouga, em ponte que se deveria situar próxima ou no mesmo lugar da Ponte do Vouguinha. No entanto, nada nesta ponte nos diz que ela seja romana, mas uma certeza podemos ter: situa-se no enfiamento de uma via romana.

Na região de Cota servia as várias estações romanas ali localizadas e ia depois servir para o escoamento dos minérios explorados nas minas da Queiriga.

Em Fráguas, Moreira de Figueiredo (Figueiredo, 1953 p. 199) assinala a existência de um troço de via romana.

Depois da Queiriga prosseguia por um traçado próximo da estrada actual até ao Douro e que já há uns anos definimos. (Vaz, 1982).

Via VIII

Embora não se originando em Viseu, havia uma via que era fundamental nas comunicações regionais e que atravessava o território da *civitas* na direcção sudoeste-nordeste. Entrava na *civitas* nas Caldas da Felgueira (próximo de Canas de Senhorim), subia ao Folhadal e Nelas, seguindo para as terras de Senhorim, ia à Abadia de Espinho, subia à Póvoa de Espinho e daqui a Santa Luzia, entroncando em Mangualde com a via IV.

A esta via pertencem os miliários encontrados em Espinho [nº 89], na Abadia de Espinho [nº 88] e em Chãos [nº 92].

A identificação desta via vem resolver o problema da discrepância da indicação miliária do marco de Espinho que ostenta a milha VII. A partir de onde se contaram as milhas deste marco?

José Coelho não duvida em dizer que as milhas se contavam a partir de Viseu, "facto que mais uma vez demonstra a importância desta cidade no século I de Cristo" (Coelho, 1949, p. 25). Jorge Alarcão, ao invés, diz que a distância indicada neste marco "não pode ter sido contada a partir de Viseu; provavelmente o miliário achava-se numa via de Bobadela a Mangualde e o ponto de partida para a contagem das milhas terá sido, neste caso, a fronteira entre as *civitates* de Bobadela e Viseu" (Alarcão, 1989, p. 310, nota 2). São estas as duas hipóteses até agora colocadas.

O miliário estaria colocado a 10,360 metros do ponto onde se iniciava a contagem das milhas. Ora, se pensarmos que Viseu era o ponto zero, temos que sair pela via mais directa a Espinho, ou seja a via I, seguindo o percurso da estrada romana. Contabilizamos uma distância de cerca de 18 quilómetros. É uma distância demasiado grande para as 7 milhas indicadas no marco. Assim sendo, não poderemos aceitar a hipótese apresentada por José Coelho.

No entanto, uma coisa é certa: os marcos de Abrunhosa, Mangualde e todos os outros à volta de Viseu marcam as milhas a partir desta cidade. Assim, a diferença de cerca de oito quilómetros teria que compreender-se por uma deslocação do marco do seu lugar primitivo, o que, não sendo frequente, também não é inédito. Prova da "viagem" das inscrições é o reaparecimento do miliário de Santo Estevão (CIL II 4638) no Sabugal a uma distância de cerca de sete quilómetros do seu ponto de implantação primitiva (Curado, 1987) ou um dos marcos de Benfeitais a que já nos referimos ou ainda a inscrição de Viseu que se julgava perdida e foi reencontrada a mais de 20 quilómetros de distância, em Penalva do Castelo [nº 54]. Se o marco de Espinho tivesse "viajado", seria apenas de uma freguesia vizinha.

A hipótese de José Coelho pode, pois, admitir-se, desde que se admita também uma "viagem" do marco. Não é necessário porém, recorrer a estes malabarismos da "viagem" do miliário para o integrarmos numa via romana.

Aceitamos, antes, a solução proposta por Jorge Alarcão, (1989, p. 305), contagem a partir do extremo da *civitas*.

Analisemos, pois, esta hipótese. Tomando Espinho como ponto de partida e marcando sete milhas em direcção do ocidente, verificamos que acidentes naturais significativos não existem, pelo que teremos que procurar um ponto de passagem de um rio ou uma estrada ou as duas coisas simultaneamente para estabelecermos a milha zero. O rio que nos aparece nestas condições é o rio Mondego.

Se o rio Mondego foi sempre ao longo dos séculos ponto de divisão e não de união, temos que procurar pontos de passagem deste rio que unissem as duas margens. Há um sítio com as características pretendidas, junto às Caldas da Felgueira. O rio atravessa-se ali com facilidade, aquele ponto tem sido divisória de concelho, distrito e diocese, desde há longos séculos.

Ora, as Caldas da Felgueira situam-se precisamente a cerca de 11 quilómetros e meio, ou seja, entre sete e oito milhas romanas da Abadia de Espinho. A pequena diferença existente não é significativa.

Assim, cremos que a contagem das milhas indicadas no miliário de Espinho se faz a partir das Caldas da Felgueira e, por outro lado, a divisão das *civitates* passaria também por aqui. A divisão da *civitas* servia, pois, para a contagem das milhas das vias que não se originavam na *caput*.

Esta hipótese tem contra si o facto de a ponte das Caldas da Felgueira ser uma ponte nova, conhecida mesmo por este nome e apenas construída em 1894, nada ali havendo anterior. No entanto, há ali perto, cerca de um quilómetro a montante, um sítio conhecido por "Ponte Velha" e umas centenas de metros mais acima uma estação romana (nº 69), num ponto em que o rio corre numa garganta estreita. A Ponte Velha é apenas um lugar onde até há poucos anos se fazia um pontão em madeira que dava acesso a peões. Entre a Ponte Velha e a Ponte Nova há a Quinta das Barcas, sítio onde existia uma barca que atravessava o rio, antes da construção da ponte no século passado. Haveria aqui uma travessia do rio, a vau ou em barca, na época romana? Em caso afirmativo, estaria explicada a inexistência de uma ponte.

Cremos, pois que era a partir deste ponto que se fazia a contagem das milhas desta estrada. É que temos ainda outro marco que integramos também nesta via. É o marco encontrado em Chãos [nº 92].

Considerado, até há pouco tempo, como tendo sido trazido de Mangualde (Untermann, 1965, p. 23-25) indica a milha onze. Ora, se seguirmos o trajecto da via IV, via directa de Viseu a Mangualde, verificamos que a distância entre os dois núcleos era de cerca de 14 quilómetros, o que dá 9,5 milhas, *plus minimum*. Por outro lado, temos que pensar que este marco estaria numa estrada fundamental e não numa secundária e portanto, só poderia estar nesta via VIII ou na via IV. A milha 11, na via IV situa-se próximo de Almeidinha, muito a nordeste do sítio onde apareceu. Assim, temos que admitir outra "grande viagem" deste marco ou integrá-lo noutra via que não aquela a que tem sido considerado pertencer. É esta segunda hipótese que nos parece correcta.

Se continuarmos a marcar na carta a estrada de Caldas da Felgueira a Mangualde, verificamos que as onze milhas batem muito próximas do lugar onde este marco foi encontrado. Assim o marco de Chãos deveria estar muito perto da sua implantação primitiva, ou talvez mesmo *in situ*.

Depois de Mangualde, esta via tinha continuação para nordeste da *civitas* por Passos, Ínsua / Murqueira (Penalva do Castelo), ponte de Quijó, Rio de Moinhos, Silvã de Cima, Decermilo e depois para o actual concelho de Aguiar da Beira, para o território dos Arabrigenses e Meidubrigenses.

Entre Santo André e o rio Dão existe um troço desta estrada, tendo a via um percurso sensivelmente paralelo à estrada actual, mas ligeiramente a ocidente. Na Murqueira (nº 90) localizava-se um aglomerado populacional à volta do qual se situavam várias *villae* e habitats. Em Rio de Moinhos, encontram-se dois miliários anepígrafos [nºs 98 e 99] e um troço de via, o único do concelho de Sátão. Na Silvã de Cima descobrimos um miliário com restos de letras ainda [nº 97].

A existência destes marcos leva-nos a considerar esta via como pertencendo à rede fundamental.

3.2.2.2. Rede viária secundária

1 - Entroncamento de Mangualde

Em Mangualde, situava-se um importante nó viário que o tornava na segunda placa giratória da *civitas*, logo a seguir a Viseu.

Além do cruzamento das vias IV e VIII, daqui derivavam ainda mais duas vias de carácter regional.

1 - Com traçado muito próximo do actual da Estrada Nacional 16, por Freixiosa, Tragos, Matados, Chãs de Tavares, Fornos de Algodres, ligando com a *civitas* imediatamente situada a oriente, possivelmente os *Aravi*.

Não existem troços desta via porque atravessa zonas praticamente planas e não havia necessidade de lajeados e, por outro lado, com a construção das estradas Nacional 16 e IP 5, algum troço que ainda existisse foi destruído.

2 - Uma outra via tomava a direcção de Mesquitela, Mourilhe, Contenças de Baixo, Ponte Palhez. Esta via servia a estação da Quinta da Calçada (nº 44), e dela resta um bonito troço de via em Mourilhe.

II - Entroncamento de Guimarães de Tavares

Em Guimarães de Tavares entroncavam a via secundária I, 1 e uma via que vinha de sul.

1 - Logo após a passagem do Mondego, a via principal IV bifurcava-se, havendo um ramal para norte que ia por Guimarães de Tavares até Chãs de Tavares, passava junto ao Castro da Senhora do Bom Sucesso e prosseguia por Pinheiro de Tavares, Ramirão, Ínfias e Algodres.

Há bons troços desta via entre Guimarães de Tavares e o rio. À entrada da povoação, situa-se a estação nº 24.

O acesso ao castro da Senhora do Bom Sucesso (nº 25) faz-se por um caminho lajeado que poderá ser a antiga via romana.

Entre o castro e Pinheiro de Tavares (nº 53) existe um caminho a que as pessoas chamam estrada romana, com alguns troços lajeados.

Em Ínfias a via passava junto à estação do "Soito da Igreja" ou "Mortórios" (nº 12) e, em Algodres, localizava-se um habitat no mesmo sítio em que hoje está a povoação (nº 9).

2 - A via secundária anterior (II, 1) cruzava-se em Guimarães de Tavares com a via secundária I, 1 vinda de Mangualde, prosseguindo depois em comum.

III - Entroncamento de Freixiosa

1 - Perto da Freixiosa, a via secundária I, 1 encontrava um ramal que punha em contacto esta zona com Quintela de Azurara, descia a Canelas e depois, por Abogões, entrava nas terras do actual concelho de Penalva do Castelo.

Resta um bom troço desta via entre Quintela de Azurara e Abogões.

A travessia da ribeira de Ludares fazia-se sobre um pontão que ainda existe hoje (nº 88). É um pontão com um arco de volta perfeita e dois olhais do lado de Canelas.

De Abogões, a estrada ia a Coucinheiro, contornava a Serra de Vila Mendo pelo lado ocidental, numa cota entre 500 e 550 metros, subia a Trancoselos e Murqueira onde se diluía na via principal VIII.

IV - Cruzamento da Murqueira

1 - Na zona da Murqueira cruzava-se a via principal VIII e a via secundária III, 1.

2 - Daqui derivava ainda uma estrada que ligava para oriente, servindo a região de Esmolfe, Sezures (n^{os} 98 e 99), Forninhos, passava junto ao castro de Penaverde (n^o 1) e ia depois ligar para os lados de Queiriz (n^{os} 15 e 16), onde atingia o limite da *civitas*.

V - Entroncamento de Rio de Moinhos

Aqui passava a via principal VIII, que prosseguia depois para a Silvã de Cima, Decermilo e terras de Aguiar, recebendo a via secundária IX, 1, vinda da freguesia de Povolide.

VI - Bifurcação de Romãs

1 - Entre as Romãs e Decermilo, a via principal VIII teria um ramal que conduzia para a freguesia de Ferreira d'Aves, entroncando aqui com a via secundária VII, 1.

VII - Entroncamento de Cavernães

1 - Das Vendas de Cavernães, da via principal VII, saía uma estrada para Travassos, Pereiro, Sátão e Mioma, encontrando-se com a via anterior (VI,1), por alturas das Romãs. Servia as estações n^{os} 137 e 138.

2 - Aqui vinha dar a via secundária VIII, 1.

VIII - Bifurcação Viseu - norte

1 - Da via principal VII, logo à saída de Viseu, saía uma bifurcação para nordeste. Passava junto da estação da Quinta do Dias (n^o 232). Existem ainda bons troços desta estrada a norte da Esculca, no sítio chamado Estrada Larga, logo a seguir ao cemitério novo de Viseu. Mais adiante, a via ladeava duas mamoadas e prosseguia até à Póvoa de Mundão e depois a Cavernães onde entroncava novamente na via principal de que se tinha bifurcado.

IX - Bifurcação Viseu - este.

1 - Próximo de Viseu, possivelmente por alturas de Barbeita / Caçador, a via principal IV bifurcava-se para nordeste, para a zona de Barbeita, Santos Evos, Corvos à Nogueira, freguesia

de Povolide, indo passar à Quinta de Santa Luzia e daí até Rio de Moinhos. onde se encontrava com outras vias.

Existem troços de via bem conservados em Corvos à Nogueira e Quinta de Santa Luzia, com uma largura média de 4 m, o que faz dela uma via secundária importante.

Este traçado foi já indicado por José Coelho, mas como sendo uma via que saía directamente de Viseu (Coelho, 1943, p. 12).

Servia as estações da actual freguesia de Povolide (n^{os} 191 a 196).

X - Bifurcação Viseu - sul

1 - Na via Viseu - Nandufe, via principal VI, existiria uma bifurcação, logo à saída de Viseu, que conduzia para as muitas estações situadas nas actuais freguesias de S. João de Lourosa (n^{os} 214, 216 e 217).

Em Teivas, aponta-se mesmo o troço de um caminho lajeado como sendo a velha via romana, tal como o pontão que atravessa uma linha de água ali existente.

José Coelho fala de troços de via em Rebordinho, que são actualmente desconhecidos: teriam existido e desapareceram? (Coelho, 1943, p. 11).

A via descia depois ao rio Dão que era atravessado nas poldras que ainda hoje existem e subia à Póvoa Dão, pequena povoação cuja única rua é lajeada à maneira romana. Daqui prosseguia, por troço lajeado, para o concelho de Nelas até Moreira (n^o 66).

2 - Entre Faíl e S. Miguel do Outeiro deveria haver uma derivação que conduziria para Parada de Gonta, S. Gemil, Silgueiros e Beijós, onde iria cruzar com a via principal VIII.

Seria esta via que servia o povoado dos Três Rios (n^o 152) e as importantes estações de Silgueiros (n^{os} 181 a 186).

XI - Bifurcação de Abraveses.

1 - Da via II, por alturas da actual povoação de Abraveses, havia a bifurcação de uma via que atravessava a actual freguesia do Campo, ia a Lordosa, Bigas, Calde, Almargem e seguia para Castro Daire.

Ainda não há muitos anos existia na encosta sul de Vila Nova do Campo um caminho lajeado que diziam ser romano. Seria o início desta ligação ao norte da *civitas*, com passagem pela freguesia do Campo, zona plana e que não necessitava, portanto, de ser lajeada, descia à freguesia de Lordosa, por Bigas, passando junto à Lajeosa e Pousa Maria. Aqui, com a descida para o Vouga, voltava a ser lajeada (Est. CLXXXII), conservando-se ainda um troço de 260

metros (Girão, 1925, p. 18; Coelho, 1943; Vaz, 1983, p. 742; Vaz, 1987a, p. 34; Alarcão, 1988, p. 57). A Estrada Nacional nº 2 cortou a via romana que atravessava o rio Vouga, um pouco a jusante da actual ponte. Não restam quaisquer vestígios desta ponte e a própria via romana, do lado oriental da estrada actual, foi totalmente destruída. Já na margem direita do rio Vouga, permanecem alguns vestígios da passagem da via.

Daqui para norte torna-se muito difícil estabelecer o traçado da via, uma vez que se entra numa zona extremamente montanhosa e a uma cota mais elevada do que aquela que as vias romanas costumam atravessar e não restam quaisquer vestígios da sua passagem. No entanto, há um pormenor que devemos ter em conta: a passagem do rio Cabrum faz-se com mais facilidade no sítio da ponte actual ou na antiga ponte de Cabrum que algumas pessoas chamam romana, sem qualquer prova. Assim, a via poderia seguir a Calde e depois descer ao Cabrum ou então descer directamente do Almargem ao rio Cabrum, traçado retomado em grande parte pela actual estrada florestal, pela Fonte Santa.

Ia depois pelo Adenodeiro a Arcas, ao Alto de Ribolhos e pela Ponte Pedrinha até Castro Daire, existindo um troço lajeado na subida para a Feira das Vacas, com 3,60 m de largura. Prosseguiria para noroeste, para o actual concelho de Resende e Lamego.

Passava junto a uma estação situada na Lajeosa (nº 180) e logo após a ponte do Almargem ficava a estação que designámos por Vinha da Aldeia (nº 163).

XII - Cruzamento de Canas de Santa Maria

1 - Da via principal VI, por alturas de Canas de Santa Maria, deveria existir um cruzamento que conduziria para o povoado fortificado da Senhora do Crasto de Lobão da Beira, no sentido sudeste.

2 - No sentido noroeste uma via conduzia para Santa Ovaia, Fervença, Nandufe, Ribeira, entroncando com a via que conduzia ao alto do Guardão. Seria esta via que servia de limite da *civitas*, no lado sudoeste.

XIII - Bifurcação de Torredeita

1 - Por alturas de Torredeita, deveria existir uma estrada que ligava esta zona com a região de Vermilhas, dando escoamento aos minérios explorados na encosta norte da Serra do Caramulo. Por Boaldeia ia a Caparrosa, Fornelo do Monte e depois atravessava para a vertente nordeste da Serra do Caramulo direita a Vermilhas.

É um caminho antigo, com cerca de dois metros de largura, que o povo designa por "estrada romana". Passava próximo da necrópole de mamoas do Senhor do Pedrão (Boaldeia)

e junto às inscrições romanas da Estrada [nº 78] e Corgas Roçadas [nº 31], ambas no limite de Carvalhal de Vermilhas e mesmo à beira do caminho.

XIV - Cruzamento de S. Pedro do Sul

1 - Dentro da área da vila de S. Pedro do Sul, a via principal II, recebia um ramal vindo das Termas, próximo do trajecto da estrada actual.

2 - Junto à Ponte sobre o rio Sul, a via bifurcava-se em direcção de Castro Daire, por Sul e Pepim, servindo no seu trajecto os castros da Ucha e S. Martinho das Moitas (nº 105) indo entroncar junto à Ponte Pedrinha com a via XI, 1.

XV - Cruzamento de Canas de Senhorim

1 - Em Canas de Senhorim cruzava-se a via principal VIII, com uma via secundária que subia das Caldas da Felgueira e prosseguia por Santar, Casal Sandinho até Mangualde, onde voltava a encontrar a via VIII.

Em Casal Sandinho esta via recebia a via principal I, vinda de Viseu.

3.2.3. Técnicas de construção

3.2.3.1. Alicerces da via

Devido a má interpretação de um texto de Vitruvius (*De Architectura*, VII, 1) divulgou-se que as vias romanas deviam ser construídas sobre um leito constituído por quatro camadas: o *statumen*, o *rudus*, o *nucleus* e a *summa crusta*.

Foi Nicolas Bergier quem construiu esta teoria nos inícios do século XVII (Chevallier, 1972, p. 93-94). De então para cá, a teoria tem sido aceite e divulgada por praticamente todos os arqueólogos como podendo aplicar-se a todas as vias romanas e tem-se considerado que uma via, para ser romana, deve apresentar as quatro camadas. A confusão gerou-se entre a palavra latina *pavimentum* e a francesa *pavé*, acreditando Bergier que as duas palavras tinham o mesmo significado.

Na via Reims-Trèves foi feito um corte por Joseph Mertens (1955, p. 31) que verificou a existência de apenas três camadas: areia e argila que servia de alicerce à camada superior de pedras. Logo aqui se viu que uma via incontestavelmente romana não apresentava as quatro camadas que vulgarmente se apontam como fundamentais.

Todos os cortes feitos posteriormente têm comprovado que existe uma variedade muito grande, havendo uma adaptação não só dos materiais, mas ao próprio terreno que a via atravessa (ver, por ex., Baccabrère, 1963, p. 60-77, que fala de uma via com seis camadas).

Para a Península Ibérica, há vários cortes efectuados nas vias meridionais e em todos eles se verificou que as camadas variavam de lugar para lugar (Sillières, 1990, p. 634-639 e Magallón Bottaya, 1987, por ex.).

Com vista a detectar o tipo de infra-estrutura das vias da região de Viseu, procedemos a dois cortes na via principal I, junto ao Parque Industrial de Coimbrões. É uma via que apresenta uma *summa crusta* muito bem conservada e que ninguém até agora tinha posto em dúvida que fosse romana. Além disso, situa-se numa encosta e, quando chega ao cimo da subida, as lajes acabam.

As duas zonas escolhidas corresponderam a dois pontos de características diferentes. O corte A correspondeu à zona terminal da via, o ponto onde terminavam as lajes e o corte B foi feito numa zona do meio da via, onde foi necessário proceder ao enchimento de uma depressão existente no terreno, formando-se assim uma camada de mais de um metro de altura.

Quadriculou-se o terreno, como se de qualquer outra escavação se tratasse. Em ambos os cortes se começou por numerar as pedras a levantar, para serem repostas no seu lugar. Levantaram-se as pedras de tal forma que pudessem ficar bem visíveis os perfis das camadas inferiores.

Feita a escavação, no corte A verificámos as seguintes camadas, na zona de transição entre a parte lajeada e não lajeada (Est. CLXXXIII):

- 1 - O solo na época romana era constituído por uma terra compacta castanha.
- 2 - Imediatamente acima desta camada existia um fino estrato de areão compacto.
- 3 - Uma terceira camada era constituída por terra castanha escura, com fragmentos de cerâmica.
- 4 - Fina camada de areão.
- 5 - Camada de areão compacto misturado com pequenas pedras.
- 6 - Camada superficial moderna.

As camadas 4, 5 e 6 faziam a ligação com as lajes da *summa crusta*.

Saliente-se, ainda, que era bem visível a ligação entre a parte lajeada e a não lajeada. A camada de terra castanha escura com cerâmica prolongava-se por baixo das lajes.

Encostada à última laje estavam as camadas 4 e 5, areão fino e areão compacto com pequenas pedras, respectivamente. Isto demonstra, por um lado, a falta de lajes a partir daquele ponto e, por outro, o cuidado posto na ligação entre a parte não lajeada e as pedras de forma a que a via se não desfizesse a partir daquele ponto.

É notável a existência de uma fina camada de areão entre as várias camadas, servindo como de separador entre elas. Pensamos que a introdução deste elemento plástico está relacionada com a sua capacidade de absorção das águas.

É também manifesta a escolha das pedras que terminam o troço lajeado: pedras que tinham de espessura apenas cerca de 20 centímetros, assentes sobre a camada de terra castanha com cerâmica.

Prolongando o corte para fora do lajeado, verificámos as seguintes camadas, de baixo para cima (Est. CLXXXIV).

1 - Camada inferior de saibro compacto.

2 - Espessa camada de areão com pedras, que deverá ser da época romana e corresponder ao pavimento da via nessa época.

Em metade do perfil, outras camadas mais recentes originadas certamente pela deposição de materiais arrastados pelas chuvas:

3 - Terra compacta castanha.

4 - Areão.

5 - Uma camada superficial muito recente.

No corte B, por outro lado, verificámos os seguintes estratos (Est. CLXXXV e CLXXXVI):

1 - O estrato mais fundo era constituído por uma grossa camada de areão compacto com pedras.

2 - Imediatamente acima havia uma camada de terra negra misturada com pedras, nalguns pontos intervalando com areão.

3 - Constituindo um *nucleus* onde assentavam as pedras da *summa crusta* estava uma camada de areão que também se estendia entre as pedras, acamando-as melhor desta forma.

4 - Finalmente, estava a camada de pedras que é bem visível e preparada para resistir durante muitos séculos ainda.

A estrutura inferior da via é mais ou menos grossa consoante o desnível do solo original a vencer. Assim, neste sector B, ia desde 120 cm até cerca de 150.

Os cortes acabaram por mostrar que tinha havido um cuidado extremo na construção da via, colocando um alicerce que permitiu que ela se conservasse até aos nossos dias.

Outra questão que não devemos deixar de acentuar é o facto de as pedras se apresentarem profundamente enterradas. No corte B verificava-se que algumas tinham cerca de 70 cm de altura enterrada. Isto mostra bem o cuidado que era posto na construção de uma via, no século I da nossa era.

Tendo em atenção o corte A, verificamos que a via foi lajeada apenas na parte em que actualmente se encontram as lajes. As lajes interrompiam-se quando os construtores entendiam

que não eram necessárias. Assim, deverá deixar de se concluir que uma estrada, para ser romana, tem que ser forçosamente lajeada

Também na *civitas* de Viseu a teoria de Bergier se mostra desadequada à realidade, devendo definitivamente ser posta de lado, pelo menos no que à Hispânia diz respeito (cf., a este propósito, Sillières, 1990, p. 644).

3.2.3.2. Pavimento

Na área por nós estudada, a uniformidade nos pavimentos não existiu e, pelo contrário, parece haver uma grande variedade de técnicas de construção. Assim, encontramos vias em que a *summa crusta* é constituída por pedras ciclópicas; vias lajeadas com pedras miúdas; vias que nunca foram lajeadas, as *viae terrenaes*; e vias em que se aproveitou a própria rocha. Isto mesmo pudemos verificar ao longo das centenas de quilómetros percorridos nas estradas romanas da *civitas*.

Sillières (1990, p. 640) aponta que, no sul da Península Ibérica, as vias verdadeiramente lajeadas não existem, contrariamente ao que sucede nas grandes vias da Itália (ver, por ex., a *Via Appia*), o mesmo acontecendo na zona de Aragão (Magallón Botaya, 1987, p. 161) Ora, verificamos que na área em estudo sucede precisamente o contrário, isto é, o lajeamento é a regra. No entanto, não é um lajeamento indiscriminado, feito em todos os lugares, mas um lajeamento que parece obedecer a regras muito precisas: em determinados lugares, sob certas condições.

Como regra, podemos dizer que o lajeamento acontecia nos terrenos declivosos. Com efeito, das observações que fizemos, verificámos que sempre que uma via atinge uma zona plana, as lajes desaparecem.

A excepção a esta regra são as zonas alagadiças ou onde as águas no Inverno facilmente encharcam os terrenos. É o caso, por exemplo, da via principal I, logo à saída de Ranhados.

Normalmente, um pavimento é construído com grandes blocos de pedra que ultrapassam 1 metro de comprimento, por 60 ou 70 cm de largura. A espessura apenas poderá saber-se através de sondagens nas vias. Nas duas sondagens a que procedemos, a espessura das pedras atingia 60 a 70 cm no corpo da via, mas escassos 20 cm na ligação entre a zona lajeada e não lajeada.

Os blocos são bem imbricados uns nos outros, quase não ficando espaço entre eles. Nalguns pontos, a ligação entre os blocos foi ainda preenchida com areão compactado, quase tão duro como as pedras. Obtém-se, assim, uma superfície praticamente lisa que facilita o andamento dos carros e pessoas.

Onde foi possível, aproveitou-se a própria rocha para servir de tapete da via. Por vezes ainda, desbastou-se esta a fim de melhor a adaptar.

Verifica-se, pois, uma grande diferença em relação a outras regiões da Península, nomeadamente o Sul, onde aparecem lajes apenas na *via Augusta* e lajes que têm somente 20 a 30 cm de espessura. (Sillières, 1990, p. 640).

As vias da *civitas* de Viseu deverão, por conseguinte, integrar-se na lista das grandes vias do Império, onde o lajeamento era semelhante a este. Não poderemos, pois, concluir que "as grandes vias das províncias não eram lajeadas como as estradas italianas" (Sillières, 1990, p. 642), mas pelo contrário, pelo menos no que a Viseu diz respeito, devemos concluir que as vias romanas se integravam perfeitamente no esquema construtivo seguido em Itália.

Noutros pontos, o lajeamento é feito com grandes pedras laterais, formando *margines* e servindo de sustentação à via. Nestes casos, a meio, corre uma fiada de pedras iguais colocadas longitudinalmente. A atravessar a via a toda a largura, são colocadas pedras mais pequenas, formando-se caixotões com 1,20 m de largura e 2-3 m de comprimento, preenchidos com pedra miúda.

As pedras que formam os caixotões na transversal têm inclinação diferente para um lado e outro da via para facilitar o escoamento das águas .

A linha central de pedras é considerada por Pierre Sillières como destinada a "separar os dois sentidos da circulação" (Sillières, 1990, p. 640). É conhecida de outros pontos do mundo romano, nomeadamente no norte de África (Salama, 1956, est. III) e na Síria (Mouterde, 1946, p. 43). Mais do que a função de linha separadora, parece-nos, antes, que esta linha representará uma característica técnica de construção de um determinado período. Com efeito, se assim fosse, não seriam necessárias as linhas transversais, mas bastaria a central. Assim, mais do que essa função, esta forma de construir corresponderá a uma técnica própria usada em momentos concretos e representa uma evolução da técnica de construção das vias.

Esta pavimentação com pequenas pedras parece ser o tipo mais comum nas vias romanas do Sul da Península Ibérica, detectado em vários lugares por Pierre Sillières (1990, p. 640) e noutros pontos do Império.

Na Gália, a via entre Toulouse e Narbonne era coberta com calhaus rolados (Baccabrère, 1963, p. 62); a via Lyon-Boulogne tinha uma *summa crusta* de calhaus compactados (Thévenot, 1956, p. 90), tal como no Norte de África (Salama, 1946, p. 72). Na Sardenha, a via romana principal que atravessa a ilha é igualmente constituída por pequenas pedras e uma linha central que divide a via em duas.

Em Portugal, podem encontrar-se paralelos para este tipo de construção no troço da Pedra da Sé, junto de Tábua e num pequeno troço de via existente junto à Senhora dos Remédios, na área urbana da Guarda.

No *territorium* da *civitas* de Viseu, esta técnica foi empregue na via principal III, no troço entre Ponte Fora e Ral (Est. CLXXXIX), aberta apenas no último quartel do séc. II. Será a técnica própria deste período? Para a região de Viseu, pelo menos, parece que sim.

3.2.4. Relação via / terrenos circundantes

A via III, junto ao Ral, apresenta uma característica que já Pierre Sillières (1990, p. 622) apontou para as vias romanas da Península Ibérica: está construída num nível ligeiramente superior em relação aos terrenos circundantes. No entanto, esta característica não é comum a todas as vias. Tal acontece somente quando a via atravessa terrenos planos e é lajeada ou quando, em encosta, é necessário vencer o desnível numa depressão.

No caso de a via atravessar um terreno em declive, aproveita-se, de um lado, a própria encosta e do outro vence-se o desnível criado pelo lançamento da infra-estrutura da via, através de um forte muro de sustentação que vai suportar todo o enchimento da via. Este muro chega a atingir um metro e meio de altura e é sobre ele que vai cair todo o peso e as pedras que o constituem são autênticos blocos ciclóticos.

O referido muro de suporte aparece mesmo reforçado quando atinge uma altura maior, como em S. Tiaguinho, onde chega a atingir cerca de 2 metros (Est. CXCI e CXCII). Reforços colocados obliquamente impedem que o enchimento da via obrigue os grandes blocos da margem a ceder. Do lado interior, aproveitam-se blocos mais pequenos que se adaptam com mais facilidade ao terreno.

Estes blocos formam ao mesmo tempo as margens da via. A existência de margens é outra característica que podemos apontar para as vias da região.

Em vários troços de vias romanas (Figueirosa-Penso, Carregal-Outeiro, por exemplo) verificámos que há bermas laterais longitudinais que serviam para o escoamento das águas (Est. CXC).

Comum a quase todos os troços de via da *civitas* é a existência de caleiras transversais que conduzem as águas para as bermas. São feitas com as próprias pedras da *summa crusta* colocadas de modo a formarem uma pequena depressão que atravessa o leito da via.

Que não existiu imobilismo tecnológico na construção das vias, parece-nos uma ideia a reter do que expusemos.

3.2.5. As pedreiras

Aspecto relevante no estudo das vias romanas, sobretudo quando elas são lajeadas, é a questão de saber onde se situavam as pedreiras que abasteciam as necessidades dos construtores.

Pelas observações que realizámos na zona circundante de Viseu, foi possível detectar duas situações diferentes. Sempre que as vias atravessavam zonas onde o granito abundava à volta da via, aproveitava-se para retirar dos rochedos a pedra necessária. Verifica-se isto junto ao Parque Industrial de Coimbrões e no troço da via secundária XI, 1, junto a Pousa Maria, por exemplo. Nestes lugares ficaram penedos com as marcas das cunhas usadas na fractura das pedras, mas que por qualquer razão não chegaram a ser partidas.

Uma outra pedreira detectada e que poderá estar também relacionada com as vias é a que se situava no sítio hoje chamado Tapados (nº 58). Perto passavam várias estradas romanas, ali foram abandonadas pedras mesmo depois de cortadas e outras com as marcas das cunhas.

Quando a pedra estava mais longe, mas não muito, porque o granito abunda em toda a região, construía-se um ramal que conduzia à pedreira pelo qual era transportada a pedra necessária. É o caso do troço de Bodiosa-a-Velha que passa a algumas centenas de metros da pedreira e por isso há uma derivação da via romana para as pedreiras.

As marcas que se podem observar em alguns penedos podem também ver-se iguais nas próprias pedras das calçadas o que mostra que nem sempre as pedras partiam por onde o cabouqueiro previa mas, mesmo assim, não eram desperdiçadas.

Nas pedras da calçada são ainda muitas vezes visíveis os sinais da passagem dos carros, ficando cavados fundos sulcos que mostram o uso abundante e secular dos caminhos. Estes sulcos chegam a atingir 10 a 15 centímetros de profundidade e entre eles há uma distância de 1,20 a 1,30 metros.

3.2.6. Miliários e cronologia

A variedade das dimensões das vias e dos marcos miliários poderá ser um índice cronológico. Efectivamente, as vias mais largas, com cerca de um metro de diferença, são aquelas onde os miliários são mais antigos e onde os miliários são mais grossos.

As vias mais antigas desta região são as abertas no tempo de Cláudio. Os troços de Moselos são de uma via aberta por este imperador em 54 d. C., pois é dessa data o marco da milha IV de Moselos. O mesmo podemos dizer da via VIII, onde o marco de Espinho aponta para a mesma data.

Por outro lado, a via I tem a mesma largura e a mesma estrutura que a via II, pelo que presumimos que tenha sido aberta na mesma data.

A abertura destas vias estará relacionada com a necessidade sentida de ligar a nova capital da *civitas* com outros centros populacionais importantes e, nomeadamente, com a capital da Lusitânia e o litoral, através das vias IV e II, respectivamente.

A via I integrava-se na ligação da *caput* a uma outra via que atravessava o território sul da *civitas*.

A via III tem, em média, um metro a menos do que a via II. Os miliários encontrados ao longo desta via são todos dos finais do século II ao IV. Assim, somos levados a pensar que provavelmente esta via só foi aberta nos finais do século II-inícios do III, com Caracala, de quem se conhece um miliário em Benfeitas. Os outros quatro marcos epigrafados desta via são de Tácito, Numeriano, Constâncio Cloro e Constantino. O marco de Caracala termina com a expressão *fecit*. Pretender-se-à assinalar precisamente a conclusão desta via? A reforçar esta hipótese, temos o facto de este marco estar colocado no extremo da *civitas*, sendo possivelmente o último miliário que contava as milhas a partir de Viseu.

Outro argumento a favor da abertura desta via no tempo de Caracala é o facto de entre este imperador e Tácito mediarem 63 anos. Ora, pelo que podemos verificar nesta região, as vias tinham um prazo útil de vida de 60 a 70 anos. Assim sendo, tudo parece convergir no sentido de nos indicar uma abertura tardia desta via.

Por outro lado ainda, a via II fazia já a ligação ao litoral desde o século I e, portanto, não haveria necessidade, nesta data, de construir outra via com a mesma orientação.

Podemos interrogar-nos sobre as razões que levaram à abertura da via nesta data tão tardia. Ela atravessa uma importante zona estanífera, situada em Carvalhal do Estanho e Minas da Bejanca. Próximo está também a encosta norte da Serra da Caramulo (Carvalhal de Vermilhas) onde várias inscrições parecem ser marcos de coutos mineiros. Ora, toda esta zona consta ainda hoje como de minas de estanho. Seria a exploração deste metal intensificada nesta altura ou teria a exploração começado apenas no século II? Neste caso, a via serviria fundamentalmente para o escoamento do estanho ali explorado e isso poderá explicar a sua construção só nesta data.

Se as vias parecem evoluir no sentido do estreitamento, também os marcos parece terem tido uma evolução semelhante, diminuindo o diâmetro. Com efeito, verificamos que os miliários presentes ao longo das vias da região estudada, têm a seguinte evolução:

- no século I e II as medidas variam entre 40 e 54 cm de diâmetro.
- no século III o diâmetro está entre 43 e 45 e apenas um marco, o de Caracala tem 51 cm.
- no século IV, o diâmetro diminui, variando entre 16 e 31 cm.

Por esta ordem de ideias, pensamos que os marcos anepígrafos que se encontram em Rio de Moinhos e um dos que está no Museu de Grão Vasco serão também do século IV.

Outra conclusão que podemos retirar da análise das inscrições gravadas relaciona-se com o tempo médio de duração de uma via.

Só podemos comprovar o que acontecia neste campo, analisando as inscrições dos miliários e nomeadamente as expressões *fecit* e *refecit*. Embora sejam poucos os miliários da região com inscrição completa são, apesar disso, elucidativos. Assim, um dos marcos de Moselos e o da Abadia de Espinho indicam-nos o ano 54 d. C., ou seja, o governo de Cláudio. Ora, outro dos marcos de Moselos, o da milha I de Viseu e o da milha XVIII de Abrunhosa-a-Velha, são do tempo de Adriano e terminam todos pela expressão *refecit*. Assim, as vias abertas no tempo de Cláudio conservaram-se em bom estado e sem necessidade de obras durante cerca de sete décadas, após o que tiveram que ser reparadas.

Igual observação se pode fazer na via III, aberta sob Caracala e reparada por Tácito, 63 anos depois, com obras a prosseguirem até Constantino, já no extremo do território.

Devemos concluir, portanto, pelo menos no que à região de Viseu diz respeito, que uma via durava cerca de 70 anos sem necessidade de obras de reparação.

Dissemos que as vias principais eram ladeadas de miliários. Se repararmos, das vias que indicámos como principais, não conhecemos marcos nas vias V, VI e VII. Em todas as outras foram encontrados miliários.

Na via I, conhecemos em tempos uma base e parte do fuste de um marco hoje desaparecido, mesmo perto do troço da via romana de Coimbrões. Estava à beira da estrada S. João de Lourosa - Fragosela. Deve ter desaparecido com as muitas obras que têm sido feitas naquela zona.

Na via II, conhecem-se o marco de Viseu [nº 103] e os dois marcos de Moselos [nºs 101 e 102]. Os dois marcos de que fala Figueiredo (1953, p. 49) como existindo em Lustosa, mas hoje desconhecidos, deveriam também pertencer a esta via, estando implantados certamente na zona de Gumiei.

Na via III há os marcos de Carvalho do Estanho [nº 104], Vouzela [nº 105], Reigoso [nºs 95 e 96] e Benfeitas [nºs 93 e 94]. Figueiredo (1953, p. 196) fala, ainda, de um marco em Figueiredo das Donas, que não se conhece.

Na via IV integravam-se os marcos de Fagilde [nº 90], Roda [nº 91] e os de Abrunhosa-a-Velha [nºs 85, 86 e 87].

Da via VIII ficaram os marcos de Espinho [nº 88 e 89] e de Chãos [nº 92].

Consideramos o marco de Viseu integrado na via II. As razões que nos levam a integrá-lo nesta via é o facto de os outros dois marcos de Adriano se integrarem nas vias IV e II. Ora, o marco apareceu em Viseu, junto à Rua do Arco, perto da saída norte e marcava a milha I. A via que tinha esta saída era a via II e, assim, cremos que estava ao lado da via II, que ligava ao litoral, pelo interior da *civitas*. Esta via era, naquela altura, o principal caminho que ligava a cidade capital regional ao litoral.

Da análise da rede viária da região ressalta ainda a existência de dois pontos diferentes para o início da contagem das milhas.

A via VIII tem a sua origem no extremo sudoeste da *civitas*; não começava em Viseu mas vinha já de Bobadela, a *civitas* confinante e, por isso, não se poderia fazer a contagem a partir de Viseu, mas sim a partir da fronteira entre as duas *civitates*.

Para as restantes vias tomou-se como ponto de partida a capital da *civitas*, o que só por si demonstra, como já salientámos, a importância da cidade na época romana.

3.2.7. Vias romanas: percursos eternos?

A sobreposição de caminhos milenares é uma característica que se apreende com facilidade se fizermos o percurso pedestre das vias romanas. É visível, ao longo das vias, a existência de monumentos religiosos pré-históricos e dos séculos que nos antecederam ou mesmo do nosso século.

Em vários locais verificámos que as vias atravessavam necrópoles de mamoadas ou ladeavam mamoadas aparentemente isoladas: na via II entre Figueirosa e Penso, na via III, em Pereiras de Bodiosa, Vilharigues, Cajadães, Seixa e Entre Águas e na via VIII, junto à Orca de Pramelas, para apontarmos apenas alguns exemplos.

Uma explicação poderá, talvez, encontrar-se no facto de as vias procurarem sempre linhas de altura, mas de passagem fácil. Ora, parece provável que os Romanos sigam caminhos milenares já trilhados pelos construtores dos dólmens.

A sobrevivência das vias verificou-se até aos nossos dias, como se pode depreender da existência de inúmeras alminhas, cruzeiros ou nichos colocados a ladear as vias. Encontrámos mesmo umas alminhas feitas já no nosso século, em 1925.

Outra prova da longa sobrevivência das vias é que o seu lajeado foi muitas vezes refeito. Na via III, bem próximo de Viseu, no troço situado na Senhora do Crasto, existem uns metros de via totalmente diferentes de todo o resto do pavimento, pois foram feitos com pedra miúda e quase lançada a esmo. Feita a sua limpeza, verificou-se que a antiga via romana se situava ao lado, completamente coberta de mato, já com árvores a crescer sobre ela e as lajes totalmente deslocadas. Houve um ligeiro afastamento da via antiga para refazer a estrada naquele ponto, uma vez que a antiga via romana estava arruinada.

Verifica-se, pois, que as vias romanas da região de Viseu são caminhos que ainda hoje continuam, nalguns casos, a cumprir a função para que foram criadas, depois de certamente elas próprias terem decalcado anteriores caminhos pedestres dos construtores dos dólmens.

3.2.8. Vias e castros

Outra questão que deveremos colocar é se existia ou não alguma relação entre os trajectos das vias romanas e a permanência dos castros como lugares habitados. Como se pode verificar pelos trajectos apresentados acima, as vias quase sempre passam na base dos montes onde se situam castros.

Na base do Monte de Santa Luzia (nº166), passava a via principal II que ali se bifurcava para XI, 1.

Nesta mesma via, já quase no extremo do território da *civitas*, o povoado da Senhora da Boa Morte (nº 103) vigiava a passagem para a Gralheira. Entre estes dois pontos, a via passava na base do castro da Senhora da Guia onde, estranhamente, não se reconheceu qualquer vestígio romano até ao momento. Próximo, no entanto, estava o enorme castro da Cárcoda (nº 101).

A via III passava na base do monte da Senhora do Crasto onde não se reconhece qualquer vestígio de romanização. Mais à frente, no entanto, a via era bem vigiada pelo povoado situado no alto da Senhora do Castelo de Vouzela (nº 252), que permitia ver o percurso durante muitas milhas até Vilharigues, onde o castro de Paços de Vilharigues (nº 251) permitia um domínio total até a via deixar terrenos da *civitas*.

O cruzamento de Mangualde, onde passavam as vias IV e VIII, era vigiado de perto pelo castro situado no alto da Senhora do Castelo (nº 49), que é dotado de um diagrama de comunicações extraordinário, permitindo observar desde os altos da Serra da Estrela até S. Pedro do Sul.

A via VI, embora atravessasse a zona do Castro dos Três Rios (nº 152), não teria qualquer relação com ele. Já uma das suas derivações, a via secundária X, 2, serviria o próprio povoado. Mais além, no entanto, em Nandufe (nº 151), passava próximo do castro ali situado.

O importante cruzamento de Chãs de Tavares era vigiado pelo povoado situado no alto da Senhora do Bom Sucesso (nº 25).

Não será, pois, mera coincidência o facto de as vias importantes passarem junto aos povoados romanizados, mas a ocupação destes terá a ver com a necessária vigilância das vias.

Também não será mera coincidência o facto de ser nestas vias que aparecem miliários. Interpretamos este facto como um sinal de importância da via em cuja construção e vigilância se colocam todos os cuidados.

IMPERADOR	CRONOLOGIA	ACHAMENTO	MILHA	METROS	DIÂMETRO	PARADEIRO
Adriano	120-121	Viseu	I	1.481	40 .	M.H.A.V.
Adriano	120-121	Moselos	IV	5.924	40	M.H.A.V.
Cláudio	54	Moselos	V	7.405	54	M.H.A.V.
?	?	Carvalhal do Estanho	?	?		Carvalhal do Estanho
Tácito	275	Vouzela	XVIII	26.658	45 .	M.A.D.V.
Numeriano	283-284	Reigoso	XXVIII	41.458	44 .	M.A.D.V.
Constantino	312	Reigoso			43 .	M.A.D.V.
Constâncio	306	Benfeitas	XXVI	38.496	18	M.A.D.V.
Caracala	211-213	Benfeitas	XXXI	45.880	49	M.A.D.V.
Adriano	120-121	Abrunhosa-a-Velha	XVIII	26.658	50	M.A.D.V.
Numeriano	283-284	A.-a-Velha			?	
?	?	A.-a-Velha				M.A.D.V.
Cláudio	54	Abadia de Espinho	VII	10.370	43	M.H.A.V.
Liciniano	308-317	Chãos	XI	16.298	31	M.G.V.
Constantino		?			27	M.G.V.
?	?				27,5	M.G.V.
?		Casal (Silvã)	?	?	16	Casal.
?		Rio de Moinhos	?	?	24	Rio de Moinhos
?		Roda	?	?	40	Casa particular de Mesquitela
?		Fagilde	?	?	40	Fagilde
?		Santo Estevão	?	?	41	M.A.D.V.
?	?	Rio de Moinhos	?	?	24	Rio de Moinhos

M.H.A.V. = Museu Histórico e Arqueológico de Viseu; M. A. D. V. = Museu da Assembleia Distrital de Viseu; M.G.V. = Museu de Grão Vasco.

Miliários conhecidos na *civitas* .

3.3. Aglomerados urbanos secundários e terciários

O estudo da forma como as estações se distribuem no espaço, é um problema que desde há muito preocupa os arqueólogos. Desse estudo poderão retirar-se conclusões importantes e significativos dados para a história económica ou administrativa ou para a hierarquização entre os sítios arqueológicos e o relacionamento destes com as condições naturais de um território. A análise destes dados compete hoje à Arqueologia Espacial, tão divulgada pelos geógrafos e arqueólogos ingleses (Christaller, Hodder e Thyssen por ex.) e entre nós aplicada, para o período que nos interessa, por Manuela Martins (1988 e 1990) e Jorge Alarcão (1989, por ex.).

A noção geográfica de de lugar central passou a aplicar-se à análise da distribuição espacial das estações arqueológicas (Martin de Cáceres, 1988, p. 199) e daqui resultou que, ao lado destes lugares centrais tivessem que existir outros lugares menos importantes e com eles relacionados. Que critérios seguir, porém, para estabelecer estes lugares? Os métodos mais seguidos têm-se orientado, fundamentalmente, no sentido da implantação de linhas que vão formar figuras geométricas regulares, hexágonos de Christaller ou da implantação dos polígonos de Thiessen²⁹. Obtiveram-se assim resultados que apontam para que os lugares centrais se situassem a uma distância de cerca de 33 quilómetros uns dos outros e os secundários a cerca de 10,5 quilómetros dos primeiros; um terceiro tipo de povoados, menos importantes e mais dedicados a actividades artesanais, distariam entre si 6 a 10 quilómetros (Hodder, 1976, p. 58).

No entanto, os modelos assim obtidos para uma região podem não servir exactamente nos mesmos moldes para outra, pelo que haverá que ter em conta, sobretudo as características topográficas e as potencialidades económicas da zona em estudo.

Para o território que nos interessa, sabemos que havia dois lugares centrais perfeitamente determinados, Bobadela e Viseu. Estes dois lugares distanciam-se entre si, em linha recta, 33,6 quilómetros o que, neste caso, confirma os números obtidos para Inglaterra, acima referidos.

Seguindo, como método de trabalho, a teoria dos hexágonos de Christaller ou teoria da distribuição em colmeia, como preferimos chamar-lhe, teremos como aglomerados secundários seguros o castro da Senhora do Castelo, de Mangualde (nº 49) e o castro de Pinho (nº 102).

29 São muitos os trabalhos que hoje existem sobre arqueologia espacial. Um dos mais seguidos continua a ser Hodder, 1976. As primeiras tentativas sérias de aplicação da análise espacial ao território português foram publicadas no volume *Arqueologia Espacial*, 12, actas do Colóquio que sobre o mesmo tema se realizou em Lisboa, em 1988.

A determinação das "áreas potenciais de exploração dos territórios dos povoados" proto-históricos, com base em Davidson e Bailey, foi feita entre nós por Manuela Martins (1990, p. 211-216) para a região do Cávado.

Para a época romana, um excelente exemplo de análise espacial é constituído pelo trabalho de Jorge Alarcão, *Geografia política e religiosa da civitas de Viseu* (1989), debruçando-se, como o próprio título sugere, sobre a região estudada nesta dissertação de doutoramento.

No alto da Senhora do Castelo, um povoado seguramente anterior parece coexistir com várias *villae* e habitats: nºs 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50 e 51.

Que razões teriam levado à importância deste *castellum*, que se vê rodeado de um grande número de *villae* e habitats criados com a chegada dos Romanos? Além do domínio que do alto se obtém, que abrange desde a serra do Caramulo até à serra da Estrela, o *Castellum Araocelensis* passou a vigiar as vias romanas que se cruzavam na sua base: a via IV que ligava com Mérida e a via VIII, que atravessava o *territorium* no sentido sudoeste-nordeste e que constituíam a espinha dorsal do sistema viário regional.

O castro de Pinho (nº 102) é um extenso castro, situado em posição perfeitamente dominante sobre a zona em que a via romana principal II atravessava o Vouga na Ponte Nova. Ali se encontraram várias inscrições [nºs 16, 36 e 110] o que parece demonstrar uma certa importância para este castro e há conhecimento de outros achados avulsos que ali se têm feito.

A norte de Viseu, há um ponto perfeitamente central e que se situa a cerca de 27 quilómetros de Viseu, em linha recta, Castro Daire (nº 2). Se não podemos imaginar este castro romanizado como um lugar central, deveremos pensar que ele seria um importante castro como, aliás, já sublinhámos, a propósito dos grupos suprafamiliares e das vias. Assim, também ali devia situar-se um aglomerado urbano secundário que vigiaria a estratégica passagem da Ponte Pedrinha para o norte.

No extremo ocidental há um ponto central, o castro da Senhora da Boa Morte (nº 103) que deveria ser outro importante aglomerado de carácter secundário dominando completamente a entrada no Maciço da Gralheira e localizado próximo da fronteira.

Nandufe (nº 151) deveria ser outro aglomerado de carácter secundário. O seu aproveitamento terá que ver com a sua localização sobre a fronteira da *civitas*, a sua posição de centralidade em relação a outros castros e estações e a passagem de uma via próxima.

Além do castro dos Três Rios (nº 152), em eventual relação com ele, encontramos ainda o castro de Nossa Senhora do Crasto de Lobão da Beira (nº 146) e o castro de S. Bartolomeu do Guardão (nº 145) que constituiriam aglomerados urbanos terciários.

Outro castro que terá desempenhado um papel importante é o da Cárcoda (nº 101). Tem um sistema defensivo extraordinário, composto por uma tripla muralha, nalguns pontos, e fosso inundado, noutros.

A construção destas muralhas e fosso implicava um sistema de organização social complexo que não se compadece exclusivamente com o contributo da população de um simples povoado.

A imponência do seu sistema defensivo, a sua extensa área e a importância do espólio ali encontrado levam-nos a considerá-lo como um aglomerado secundário, dominando a margem direita do Vouga. Todavia, situa-se próximo da Senhora da Boa Morte. Existiriam dois aglomerados secundários tão juntos? Talvez se resolva o problema pensando que a Senhora da

Boa Morte (nº 103) poderá ter sido importante pelo domínio da via principal II que dali se obtém e a Cárcoda dominaria economicamente esta zona da serra, onde o estanho abunda.

A Senhora do Castelo de Vouzela (nº 252) pode ter sido um importante aglomerado secundário. Com ele se deveriam relacionar as estações que se situam na sua base (nºs 240, 241, 242 e 250) e também o castro de Paços de Vilharigues (nº 251). Percorrendo a área destes dois castros, parece que deveríamos antes considerar este como mais importante devido ao seu sistema defensivo e área ocupada.

Com efeito, em Paços de Vilharigues, o povoado é fortemente defendido, parecendo atingir cinco muralhas nalguns pontos. Duas são bem nítidas porque as suas pedras estão perfeitamente imbricadas, com técnica idêntica à usada no castro da Cárcoda; outros grossos muros que por ali há parecem muralhas, tornando-se extremamente difícil distingui-los de outros muros de sustentação de terras. Uma coisa, porém é certa: alguns destes muros situam-se entre as duas muralhas, o que faz pensar que poderão ser da mesma época.

Que relação entre estes dois povoados fortificados? Pensamos que teremos uma situação semelhante à estabelecida para a Cárcoda e Senhora da Boa Morte: Paços de Vilharigues domina a passagem da via principal III até deixar os terrenos da *civitas* e a Senhora do Castelo de Vouzela dominaria economicamente a região, nomeadamente as explorações mineiras de Carvalhal do Estanho (nº 245) e Carvalhal de Vermilhas [nºs 31, 78, 79 e 80] e a própria via que dava escoamento a estes minérios, no trajecto entre Carvalhal do Estanho e Vouzela.

A zona da Murqueira (nº 90) está situada num ponto equidistante - cerca de 9 quilómetros - entre Chãs de Tavares (nº 25), Senhora do Castelo de Mangualde (nº 49), Santos Idos (nº 137) e um pouco mais do Castelo dos Mouros (nº 1), cerca de 12 quilómetros. Assim, será de pensar que também aqui deverá ter existido um aglomerado secundário, como já Alarcão suspeitara (1989, p. 307).

Em relação com os aglomerados urbanos secundários estariam outros menos importantes que podemos chamar aglomerados urbanos terciários. São lugares periféricos em relação à sede da *civitas*, próximos de aglomerados secundários e que, nalguns casos, poderão ter desempenhado um importante papel como polos de atracção.

Parecem reconhecer-se com facilidade nas zonas montanhosas, naquela a que chamamos zona periférica, mas não na zona de contacto da palataforma do Mondego com as zonas de serra.

O castro dos Santos Idos (nº 137) é um aglomerado que estaria em contacto directo com as estações situadas à sua volta: 132, 133, 135, 138, e 225; as estações 133 e 135 continuaram mesmo a ser ocupadas na Idade Média.

O Castelo dos Mouros (nº 1), em Penaverde, seria também ele uma aglomerado de terceira categoria situado em zona de fraco povoamento, com o qual se relacionariam algumas estações arqueológicas dos concelhos de Aguiar da Beira e de Fornos de Algodres.

O castro da Senhora do Bom Sucesso de Chãs de Tavares (nº 25). seria um aglomerado de terceira, mas importante ponto de atracção para o povoamento localizado à sua volta.

O *castellum Nacosos*, como deveria chamar-se, tem à sua volta sete lugares habitados na época romana, as estações nºs 23, 52, 53, 54, 59, 60 e 61; mesmo no limite do território estão as estações nºs 24, 26 e 11.

A sul de Viseu, encontramos a zona arqueológica de Canas de Senhorim (nºs 62 a 65). É uma zona já importante na época proto-histórica como trabalhos recentes têm demonstrado (ver, por ex. Trabalhos, nº 1, 1993) e que vai continuar importante na época romana. Localizar-se-ia ali um aglomerado urbano secundário ou terciário? O que é certo é que, perto, devia passar a fronteira da *civitas* e aqui se cruzariam também duas vias, a que vinha da fronteira e a via VIII.

O povoado do Banho (nº 106), com as estações 107 e 108 mesmo no limite do território de uma hora é um aglomerado urbano terciário localizado entre as Termas de Lafões (nº108) e a via romana que conduzia ao litoral, via principal III.

O nordeste da *civitas* é uma zona de fraca implantação populacional e o único núcleo importante deveria talvez situar-se na zona de S. Lourenço/Cota (nº 8 e 169-171), pela razões já expostas na descrição geográfica.

A menos de meia-hora de caminho, localiza-se a estação nº 169 e, no limite do território de uma hora, as estações da actual freguesia de Cota, nºs 171 e 172. A sua importância foi tal que, na Idade Média, se fixou na região de Cota uma das principais paróquias suélicas da diocese de Viseu (Fernandes, 1968, p. 96). Ora, este povoamento suévico mais não é, afinal, do que a sequência directa do povoamento já iniciado muitos séculos antes, prosseguido pelos Romanos.

A importância deste lugar derivaria sobretudo da exploração do estanho e do ferro na serra de S. Lourenço. Os vestígios desta fundição são bem abundantes em todas as estações romanas da zona. Com efeito, nas estações nºs 170 e 171 apanham-se imensos restos de escórias de fundição dos metais. Aqui se deveria localizar um aglomerado terciário, com o qual se relacionaria a zona de Cota e Lamas de Moledo. Na estação nº 6 localiza-se a famosa e importante inscrição de Lamas de Moledo [nº 10] e apareceram quatro outras inscrições, todas funerárias [nºs 37, 39, 40 e 41]. Embora não seja um número significativo, pois qualquer simples *villa* poderia dar quatro inscrições funerárias, o que é certo é que Lamas de Moledo é o lugar da *civitas* de onde saíram mais inscrições funerárias, logo a seguir à capital. Sinal de importância da estação que ali se situava?

A serra de S. Macário é uma zona onde se localizaram vários povoados proto-históricos alguns dos quais continuaram a ser ocupados; aqui localizámos os *Magareaicoi*. Os castros da

Ucha (nº 108), S. Martinho das Moitas (nº 105) e S. Macário (nº 110) deveriam constituir aglomerados urbanos terciários.

O único castro que encontramos a ocidente é o de S. Bartolomeu do Guardão (nº 145) que deveria constituir mais um aglomerado terciário localizado perto da fronteira da *civitas*. No território deste castro encontramos a estação 143, localizada mesmo à beira da estrada romana.

O castro dos Três Rios (nº 152), aglomerado urbano terciário, situa-se, aproximadamente, a meio caminho entre Viseu e Nandufe pelo que as suas comunicações tanto se poderiam orientar num sentido como noutro. Tendo em conta a atracção exercida pela capital, cremos que se relacionaria preferencialmente com esta.

Concluindo, poderemos dizer, naquilo que a Viseu respeita, uma primeira linha de povoados secundários se localizava à volta da capital, a cerca de 16,5 quilómetros; a partir daí, outros aglomerados secundários mantêm entre si uma distância relativa de 8 a 12 quilómetros, excepto nas zonas montanhosas em que essa distância é menor, em linha recta.

Em relação aos aglomerados terciários, podemos concluir que a distância entre eles varia entre os 2,5/3 e os 8 quilómetros, em linha recta, sendo as distâncias mais curtas nas zonas mais montanhosas onde estes poucos quilómetros duram quase uma hora. A maioria destes aglomerados situam-se, no entanto, a uma distância entre 6 a 9 quilómetros em relação aos povoados secundários, o que parece confirmar os dados obtidos na região do Essex (Hodder, 1976, p. 59).

Será que as restantes estações romanas se organizavam também em aglomerados urbanos dependentes economicamente dos aglomerados urbanos secundários?

Não nos parece possível determinar outros aglomerados urbanos secundários ou terciários no estado actual dos nossos conhecimentos.

Uma questão que nos devemos colocar a propósito destes aglomerados secundários e terciários, incide sobre as razões que terão levado os Romanos a estabelecerem-se quase sempre em alguns castros proto-históricos, parecendo que outros terão sido abandonados. Não poderá, certamente, apontar-se uma única razão, pois terá sido um fenómeno multi-factorial. Uma explicação cabal implicaria o levantamento exaustivo e total dos povoados proto-históricos não romanizados e romanizados, o que está fora do âmbito do nosso estudo. Apesar dessa reserva, algumas causas poderemos apontar para que assim sucedesse.

A cremos nos escritores romanos, as lutas entre os povos indígenas eram quase uma constante. Estrabão (III, 5) diz-nos que estes povos estavam em lutas permanentes uns com os outros e faziam incursões em territórios vizinhos. O habitat propício para este tipo de comportamento era, sem dúvida, o povoado situado em altura. Será legítimo pensar que muitos destes povoados foram abandonados como uma forma de evitar as lutas constantes entre os vários grupos que habitavam o território?

Além disso, sabe-se como os povos pastores são aguerridos e lutam ferozmente pela posse dos parques haveres que conseguem. Não era a pobreza do solo a principal razão da luta dos Lusitanos, a cremos em Sérvio Galba (Apiano, 59)? Ora, o povoado em altura apenas permite uma agricultura de sobrevivência e um estágio de pobreza aos povos que a praticam.

Assim, estas lutas podem ter sido uma das razões para o abandono dos povoados. Os Romanos não estavam interessados em dominar povos que se guerreavam entre si.

Outro problema poderá relacionar-se com os limites dos territórios, quer dizer, os Romanos terão obrigado ao abandono de alguns castros porque os territórios se chocavam uns com os outros. A explicação total desta hipótese implica, antes de mais, a determinação do território teórico de exploração de cada castro.

Sabemos que, ainda hoje, a exploração de qualquer território em torno de um habitat, qualquer que ele seja, tem a ver com o seu distanciamento em relação a esse mesmo habitat. Terrenos situados até uma hora são bem explorados, terrenos situados além desse tempo são muitas vezes abandonados ou cultivados com produtos que exigem menor presença humana. Numa hora, percorrem-se cerca de cinco quilómetros. Estabelecendo, pois, esse raio em redor de um habitat, obtemos o território teórico de exploração. Foi este o método seguido por Vita Finzi (1975 e 1978). Só que, como dissemos acima, os modelos têm que ser adaptados a cada lugar e fazer cinco quilómetros na Palestina ou nos terrenos planos da Inglaterra demora menos que percorrer 2 ou 3 quilómetros na Serra do Caramulo. Essa situação levou a que Davidson e Bailey (1984) e Manuela Martins (1988 e 1990) refizessem esses cálculos, tendo em conta as características topográficas do lugar. Foi partindo destas bases que construímos os territórios dos castros apresentados (mapa 3).

Através da observação dos territórios assim estabelecidos, podemos concluir que os territórios de uma hora dos povoados romanizados raramente se tocam. Pelo contrário, entre estes territórios ou mesmo dentro deles, foram abandonados outros castros que não chegaram a ser romanizados. Significará isto que os Romanos pretenderam evitar que a disputa pelos territórios acontecesse?

Exceptuam-se desta regra os *territoria* dos povoados de S. Lourenço (nº8) / Maga (nº7), S. Martinho das Moitas (nº 105) / S. Macário (nº110), Senhora do Castelo de Vouzela (nº 252)/ Castro do Banho (nº 106), Senhora do Castelo de Vouzela (nº 252) / Paços de Vilharigues (nº 251) e Nandufe (nº 151) / Lobão da Beira (nº 146). Se virmos bem, no entanto, a romanização do povoado da Maga (nº 7) não é segura e, portanto, apenas resta inequivocamente romanizado o povoado de S. Lourenço (nº 8). No alto de S. Macário (nº 110), não encontramos qualquer elemento castrejo ou romano e apenas nos baseamos nas informações de autores anteriores. Portanto, sendo assim, também aqui não existiria choque de territórios.

Entre os castros da Senhora do Castelo de Vouzela (nº 252) e do Banho (nº 106) existe uma separação natural dos territórios, o rio Vouga e, portanto, os dois *territoria* não ultrapassariam este rio.

No caso da Senhora do Castelo de Vouzela (nº 252) e Paços de Vilharigues (nº 251) verificamos que a coincidência de territórios se verifica apenas no território de uma hora, numa pequena faixa montanhosa do lado nordeste, pelo que não é significativa. Além disso, deveremos pensar que o território de Paços de Vilharigues se estenderia mais para oriente do que para ocidente, aproveitando os terrenos agrícolas que se estendem para esse lado e que eram atravessados por uma importante via romana a que já nos referimos.

O castro de Nandufe (nº 151) e a Senhora do Crasto de Lobão da Beira (nº 146) situavam-se próximos do limite da *civitas* e entre os dois existe o rio Dinha, embora mais próximo do primeiro. Aqui, poderemos ainda considerar outro aspecto: nestes castros não se encontra nenhum vestígio pré-romano, apesar de em ambos se terem realizado escavações. As cerâmicas superficiais que ali se acham ainda hoje e as moedas pertencem todas ao período romano. Será que apenas começaram a ser habitados no período romano?

Outro facto que nos leva a colocar esta hipótese é a data da moeda mais antiga que se conhece em Nandufe, Cláudio. Ora, também em Viseu a moeda mais antiga é de Cláudio e deste mesmo imperador são os miliários mais antigos da região. Terá sido no período deste imperador que se estabeleceu o povoamento romano em Nandufe e Lobão da Beira, precisamente para marcar o limite da *civitas*?

Observando a topografia de Nandufe, verificamos que a zona que está fortificada é a que está virada ao rio e não a voltada à povoação actual, a única por onde se poderia eventualmente processar um ataque. Não sabemos onde foram feitas as escavações pelo Dr. Almiro do Vale (Carvalho, 1981, p. 16-21), mas as pessoas dizem que aparecem vestígios antigos quando se constroem as casas da povoação, próximo do esporão sobre o rio Dinha, mas já numa zona plana.

Se vier a comprovar-se que estes lugares só foram ocupados na época romana, teremos aqui as únicas situações do género na *civitas*. É surpreendente, com efeito, que não se encontrem nesta vasta área *vicus* ou *castella* fundados de raiz pelos Romanos, ao contrário do que acontece noutras regiões³⁰.

O que parece certo, é que os castros abandonados se situam nas zonas entre estes povoados romanizados. Como dissemos, está fora do âmbito desta tese fazer o levantamento desses povoados. No entanto, apontaremos alguns exemplos de zonas ou territórios de castros romanizados em cujos territórios se englobam castros abandonados (no mapa 3).

Na zona dos Três Rios, dividida entre os actuais concelhos de Viseu e Tondela, encontramos pelo menos três castros: Três Rios, Castainça e Castelo dos Mouros. É possível que tenha existido um outro no Alto das Mós. Ora, destes povoados fortificados e habitados nas Idades do Bronze e do Ferro, apenas o castro dos Três Rios foi romanizado.

30 É o que acontece, por ex., na região do Cávado da baía do médio Cávado (Martins, 1990, p. 209-210)

Junto à capital, o castro da Senhora do Crasto não sofreu os efeitos da romanização que, pelo contrário, se fez sentir em Santa Luzia (nº 166). Mesmo este castro acaba por ser abandonado, já num momento avançado do processo de romanização: o seu território de uma hora chegava quase às portas de Viseu.

A Senhora do Castelo de Vouzela situa-se junto ao Monte Lafão onde Amorim Girão localiza outro castro proto-histórico (Girão, 1921, p. 5). Ora, este monte inclui-se no território de uma hora do território da Senhora do Castelo.

O povoado mais famoso da Proto-História beirão, já várias vezes referido, é o povoado da Senhora da Guia, em Baiões, concelho de S. Pedro do Sul. A sua função primordial teria sido a produção e distribuição de objectos de bronze. Ora, este povoado não foi romanizado e bate nos territórios do castro da Cárcoda e do Castro do Banho que, por sua vez, não se chocam. Teria a Cárcoda substituído o castro de Baiões como centro metalúrgico, numa época mais tardia?

Esmolfe ou Paramuna, no concelho de Penalva do Castelo, foi abandonado; manteve-se a ocupação da Senhora do Bom Sucesso (nº 25), Santa Bárbara (nº 120) e Santos Idos (nº 137). Parece, pois, poder concluir-se por uma intenção deliberada de manutenção de alguns povoados apenas.

Esta hipótese apenas poderá ser comprovada com um estudo completo e exaustivo de todos os castros proto-históricos, a definição dos respectivos territórios e o estudo da sua contemporaneidade. No entanto, face aos elementos de que dispomos neste momento, tudo nos leva a crer que esta questão das fronteiras poderá ter sido determinante na manutenção dos castros.

Outras razão poderá prender-se com facto de alguns destes povoados poderem ser lugares centrais de culto. É o caso, como veremos, dos povoados fortificados dos Três Rios (nº 152) e da Ucha (nº 108). Nesta mesma linha de pensamento, não poderemos pensar que a inscrição rupestre de Lamas de Moledo [nº 10] poderá representar a recordação de um sacrifício oferecido às divindades protectoras respectivas quando se chegou a acordo entre os *Veaminicori* e os *Petranioi* sobre os novos limites resultantes de uma redifinição de territórios?

A principal razão do abandono dos povoados estará, porém, no novo sistema económico que os Romanos implantam na Península. Pela primeira vez, a Península tem um sistema económico que vai explorar intensivamente as suas potencialidades mineiras e agrícolas. Ora, o povoamento no cimo dos montes não possibilita de forma alguma uma agricultura intensiva, mas apenas uma agricultura de sobrevivência e a pastorícia. Por outro lado, a exploração mineira, necessita do estabelecimento de circuitos comerciais e de uma boa rede viária que permita o escoamento dos metais. O povoado em altura não é, seguramente, o tipo de povoamento próprio para um e outro caso.

Tanto ou mais importante que estas razões serão as motivações estratégicas impostas pelos Romanos. Diz-nos Dion Cássio (37, 52) que Júlio César ordenou que os povos das montanhas "descessem à planície. Isto dizia-o, para que eles não se lançassem em pilhagens,

utilizando como base as suas fortificações...". Se esta imposição não foi inteiramente cumprida por flexibilidade das autoridades ou por falta de vontade dos indígenas, o que é certo é que muitos povoados foram abandonados.

3.4. As *villae*.

Da observação do mapa do povoamento romano da região, é bem nítida a localização das *villae* junto ou muito próximo das vias. Com efeito, a maioria delas aparecem situadas mesmo junto às vias ou ligeiramente desviadas, 50/100 metros. Não será por acaso também que nalgumas destas *villae* surgem, à superfície, fragmentos de *sigillata*. É a sua integração nos circuitos comerciais montados pelos Romanos, com os produtos de importação a circularem pelas vias por eles abertas.

No caso em que as *villae* se situavam ligeiramente desviadas das vias, poderemos supor que estariam ligadas às vias através de pequenos troços de estrada. No entanto, tal não passa de mera hipótese, uma vez que não descobrimos ainda nenhum desses troços.

Para verificar esta atracção viária, bastará atentar no que sucede com a via VIII em que as *villae* se sucedem umas às outras.

Outra conclusão que poderá retirar-se da observação da análise da distribuição espacial das *villae* romanas é uma irregularidade de distâncias entre elas, não se podendo estabelecer uma distância-base, como acontece noutras regiões peninsulares (cf., por ex. Martin de Cáceres, 1990). Factores de ordem essencialmente agrícola e geográfica estarão na base da implantação das *villae* como, afinal, de todo o novo povoamento romano.

As *villae* situam-se, normalmente, em zonas de meia encosta, viradas a sul, sudeste ou sudoeste, raramente se encontrando povoamento romano em encostas viradas a norte; quando assim acontece, situam-se em zonas planas bem protegidas dos ventos. É uma forma de evitar os ventos frios do norte e aproveitar os raios solares desde o nascer ao pôr-do-sol.

Columela (I, IV) recomenda que se construa a "fachada dos edifícios para o ponto do céu em que o sol se levanta no equinócio". É a exposição aos "ventos de Verão" e a defesa contra os "ventos do Inverno".

Podemos dizer que, na *civitas* de Viseu, esta regra foi bem seguida pois a maioria das *villae* e habitats têm a disposição indicada.

O território das *villae* apresenta geralmente uma área mais elevada, onde, certamente, se situaria a *domus* e uma área de terrenos mais baixos onde se localizaria a zona agrícola.

Esta é, afinal, a localização ideal proposta por Columela. Diz ele que "a situação mais favorável para uma *villa* será no meio de uma colina; haverá, todavia, o cuidado de escolher um

lugar mais elevado que o resto do terreno..."(I, IV). Também aqui as regras clássicas foram cumpridas pelos habitantes da *civitas*.

Outra característica das *villae* é que se situam em zonas de bons terrenos agrícolas, onde hoje se cultiva a vinha e a oliveira. É curioso como nalguns sítios onde aparecem vestígios da ocupação romana desapareceu o cultivo da vinha, permanecendo, no entanto, o topónimo que recorda o seu cultivo: "vinha velha, vinhas do Costa"... Seria a vinha a principal cultura desta região na época romana? Se a principal aptidão dos terrenos desta região é, ainda hoje, para a vinha e a oliveira, certamente que o mesmo aconteceria já na época romana.

Sabe-se como a abundância de boa água foi sempre uma condição essencial para o estabelecimento dos homens. Os Romanos, mais que nenhum outro povo, tiveram sempre em grande atenção a escolha de um lugar pela presença da água.

O tipo de agricultura praticada pelos Romanos, com uma exploração intensa dos terrenos agrícolas, levava a que eles tivessem necessidade absoluta de água para as suas culturas.

Já Columela aconselha os seus compatriotas agricultores a estabelecerem-se em zonas onde haja água abundante de dois tipos: para fins agrícolas e abastecimento das pessoas: "Sit autem vel intra villam vel extrinsecus inductus fons perennis... (I, V). Se não houver água corrente, aconselha a construção de cisternas ou a procura em lugares fora da *villa*.

Verificamos que, na generalidade dos lugares onde se localizam as estações romanas da *civitas*, a água abunda e mesmo nos anos de seca não há problemas de água. Há zonas onde os poços actualmente se sucedem uns aos outros, quase não se separando, tal a abundância de lençóis de água no subsolo. Podemos dizer que a água foi o principal factor de atracção para o estabelecimento de uma *villa* ou habitat romanos.

Mesmo com os povoados romanizados, verificamos que eles se situam em zonas onde a água é um factor primordial. Alguns deles, como o castro da Cárcoda, têm mesmo um riacho que corre permanentemente no espaço interior do povoado. A regra geral, no entanto, é a localização próxima das linhas de água.

É por estas razões que poderemos falar também da atracção da água como um factor de primordial importância na instalação dos Romanos.

Um outro factor de atracção para o estabelecimento de *villae* e habitats é a proximidade de um centro urbano importante, como veremos já a seguir.

3.5. Os habitats

Face à dificuldade inultrapassável de distinguir entre os vários tipos de povoamento romano, optámos por considerar com esta designação todo aquele sítio em que aparecem vestígios seguramente romanos, nomeadamente tégulas e ímbrices ou ainda cerâmicas comuns

ou mesmo *sigillatas* hispânicas ou sud-gálicas, mas em que se desconhece qualquer outro tipo de contexto. Não se trata, pois, de um tipo de povoamento, mas apenas de uma categoria teórica que terá que ser submetida a uma posterior radiografia para determinar as várias categorias de povoamento.

Estes habitats são a grande maioria das estações da região, como se pode verificar pelo catálogo apresentado. Mais do que em qualquer outro caso, só escavações poderão revelar de que tipo de povoamento se trata: *casal*? *vicus*? simples oficina nas vizinhanças de um *vicus*? imediações de uma *villa*? necrópoles?

Quase sempre as *villae* aparecem associadas a, pelo menos, um habitat. Quando a proximidade é acentuada pensamos que podemos estar face aos estabelecimentos secundários da *villa*, a *pars fructuaria* ou a *pars rustica*.

Como dissemos, um dos aspectos que mais se salienta ao analisarmos a situação das *villae* e habitats, é a sua proximidade em relação a centros urbanos. Devemos mesmo falar de uma atracção urbana exercida sobre o povoamento (Mapa 6).

Esta situação é bem nítida se observarmos o que se passa à volta de três núcleos: Viseu, Senhora do Castelo de Mangualde (nº 49) e Senhora do Bom Sucesso de Chãs de Tavares (nº 25).

Calculamos a área de influência da cidade-capital num raio de cerca de uma hora de caminho, a pé. Verificamos, ainda hoje, que sempre que os terrenos se situam a mais de uma hora de caminho já as pessoas os consideram como sendo muito afastados, perdendo, por conseguinte, o seu valor. Ora, esta é uma ideia que cremos será tão antiga como o próprio Homem e, portanto, também na época romana ela seria tida em conta. Numa hora, percorrem-se cerca de cinco quilómetros em andamento normal. Assim, a área de influência da cidade iria até cerca de cinco quilómetros. Nesta área encontramos 25 estações, 9,88% do total das estações inventariadas na *civitas*.

Destas 25 estações, apenas classificamos como *villae* cinco: Quinta das Mesuras (nº 211), Quinta do Chantre (nº 199), Quinta de S. Pedro (nº 233), Quinta do Dias (nº 232) e Canelas (nº 212). Se tivermos em conta que aparecem inscrições em Paradinha e Repeses e se considerarmos estes lugares como *villae*, então teremos um total de sete.

Nos outros 18 lugares aparecem vestígios mais ou menos importantes, mas que não nos permitem considerá-los como *villae*.

Devemos ainda fazer uma referência ao povoamento proto-histórico desta zona restrita. Num raio de cinco quilómetros encontramos três povoados habitados na época proto-histórica: Santa Luzia, Senhora do Crasto e Aral.

Destes, apenas o de Santa Luzia foi romanizado mas, como dissemos acima (nº 166), teve uma romanização muito incipiente, derivada certamente da sua posição estratégica sobre as vias romanas.

Entre cinco e dez quilómetros, verificamos que existem 29 estações, sendo sete *villae* e uma inscrição isolada que poderá corresponder a uma *villa*. Temos assim oito *villae* no espaço situado entre cinco e dez quilómetros em redor da capital da *civitas*.

Há, por conseguinte, catorze *villae* que se localizam até dez quilómetros da cidade principal. Esta abundância de *villae* explica-se certamente pela atracção exercida pela capital sobre o mundo rural que a rodeava.

A realidade desta atracção dos centros urbanos sobre o mundo rural pode, ainda, comprovar-se, se analisarmos o que acontecia com outros dois *castella* principais que exerceriam funções de núcleos urbanos secundários: Senhora do Castelo de Mangualde (nº 49) e Senhora do Bom Sucesso de Chãs de Tavares (nº 25).

Tomando como base a distância de cinco quilómetros em seu redor, verificamos que, no caso da Senhora do Castelo, encontramos 12 habitats, sendo seis *villae*; no segundo caso, encontramos 13 habitats, sendo sete *villae*, mesmo considerando que a inscrição da Fresta teria sido trazida doutro sítio e, portanto, não a contabilizando como outra *villa*. Temos, assim, um total de treze *villae*, em redor destes dois povoados.

Somando as *villae* reconhecidas num raio de cinco quilómetros em torno de Viseu, do *Castellum Araocelensis* e do *Castellum Nacosos*, temos 19 *villae*. Este número representa 39,2% do total.

Se estabelecermos antes que o raio de atracção da capital era maior que o dos povoados secundários e o fixarmos em dez quilómetros em redor da cidade, o número sobe para 27 *villae*, quase 53% do total.

Parece-nos que, mesmo só com estes três casos, poderemos concluir por uma efectiva atracção urbana exercida pelos centros urbanos sobre o novo tipo de povoamento instaurado pelos Romanos. À ruralização e isolamento indígenas segue-se a civilização de base urbana imposta pelos romanos invasores.

3.6. Pervivência do povoamento romano

Uma outra ilação que se pode retirar da observação do levantamento das estações romanas tem a ver com a sobrevivência do povoamento.

Nalguns casos verificamos uma sobrevivência ao longo dos séculos. À Alta Idade Média têm sido atribuídas as sepulturas escavadas na rocha e, muitas vezes, também as lagaretas.

Pensamos que devemos considerar dois casos diferentes para estes monumentos: quando aparecem acompanhadas de materiais cerâmicos tipicamente romanos, como tégulas e ímbrices ou completamente isoladas, no meio de ermos, onde não há vestígios de povoamento.

Deixando de lado o segundo caso, pensamos que as sepulturas e lagaretas que aparecem acompanhadas de cerâmicas devem ser consideradas romanas ou tardo-romanas. Além das cerâmicas de construção, é muito frequente junto destas sepulturas uma cerâmica de cor exterior avermelhada e pasta alaranjada, muito bem cozida que tem um som metálico ao cair, com bordo arredondado, com lábio revirado. Jorge Alarcão (Alarcão, 1975, p. 93-99) descreve uma cerâmica laranja fina de Conimbriga, com as características que nos aparecem as mesmas desta datando-a do Baixo Império-inícios da Idade Média.

Esta cerâmica comum é muito frequente nos terrenos circundantes das sepulturas escavadas na rocha, juntamente com tégulas e ímbrices muito grossos.

As sepulturas, por sua vez, serão a necrópole de um habitat que existiu próximo, uma *villa* de povoamento inicial romano, na maioria dos casos. Esta *villa* vai continuar a ser habitada nos períodos seguintes, sem interrupção, daí derivando a presença de materiais de várias épocas.

Às *villae* romanas vão seguir-se grandes propriedades que a prática do morgadio manterá nas mãos das mesmas famílias durante séculos.

No século XVIII, com a grande febre de transformação das residências, quase todas as antigas casas solarengas da Beira são alteradas. Constroem-se grandes solares à moda da época, em zonas afastadas das povoações, mas, na maioria dos casos, muito próximo delas, porque aí recrutavam o pessoal que iria trabalhar os campos. Algumas dessas quintas aproveitam mesmo anteriores torres medievais ou renascentistas, fazendo um simples aumento dessas instalações.

A maioria das quintas desta região são quintas tradicionais, muito antigas e que assentam sobre antigas *villae* romanas. É por isso que muitas estações romanas que citamos no catálogo respectivo têm um nome começado por "Quinta de...".

Verificamos ainda que o povoamento romano foi mais abundante nas zonas de maior dispersão do povoamento hodierno e as mais populosas. No concelho de Viseu, por exemplo, as zonas de maior abundância de vestígios romanos são: a freguesia de S. João de Lourosa, nomeadamente junto à povoação de Oliveira de Barreiros, rodeada por três *villae* (n^{os} 214, 217 e 218); a freguesia de Povolide, com duas *villae* (n^{os} 193 e 196) e vários habitats (n^{os} 191, 192, 194 e 195); a zona de Silgueiros, com seis estações romanas (n^{os} 181, 182, 183, 184, 185 e 186) e todas as zonas onde surgem bairros novos à volta da cidade. Ora, é precisamente nestas zonas que se situam as maiores quintas do concelho de Viseu e onde existiram as maiores quintas nos séculos passados. Existe aqui uma continuidade de povoamento bem nítida e, precisamente por isso, muitos destes lugares surgem classificados no catálogo das estações como habitats romano-medievais.

Nem só as quintas tradicionais, todavia, se sobrepõem ao povoamento romano. Também as povoações actuais se encontram muito próximas das povoações romanas: na maioria dos casos, verifica-se uma sequência de povoamento, aparecendo as estações romanas separadas

50/100 metros das povoações actuais, quando não são sobrepostas, como acontece em meia-dúzia de casos. Apenas como exemplo, veja-se o que sucede com as estações 70, 71 e 72 ou, na área de Canas de Senhorim, nºs 62, 63, 64 e 65.

Quando não há sobreposição, verifica-se que, após a queda do Império romano, houve um ligeiro desvio da povoação, mas, hoje, as novas urbanizações orientam-se em direcção aos lugares habitados na época romana.

É flagrante o caso dos novos bairros à volta das cidades actuais da *civitas*, Mangualde, Tondela e Viseu.

Em Mangualde, vemos as estações localizadas na Quinta da Raposeira/Fonte do Púcaro (nº 40), Quinta do Prazo/Pinhal Dantas/Rua da Soeima (nº 46) e Estação de Mangualde (nº 42) serem invadidas pelas novas construções, enquanto noutras duas estações se dá um processo de aproximação: Quinta da Igreja (nº 45) e Quinta da Calçada (nº 44).

Em Tondela, a estação do Curto (nº 155) foi já destruída pelos novos arruamentos e pelas construções.

Em Viseu, a Quinta das Mesuras (nº 211), a Quinta das Felgueiras (nº 210), a Quinta do Viso (nº 209), a Fornela (nº 206), a Fonte Velha (nº 230), a Quinta do Dias (nº 232), a Quinta de S. Pedro (nº 233) são alguns exemplos da pressão urbanística sobre os lugares povoados na época romana.

Podemos, pois, concluir que os locais escolhidos pelos Romanos para assentamento do seu povoamento continuaram a seduzir os homens ao longo dos séculos, havendo uma aproximação cada vez maior entre o povoamento romano e o actual.

III PARTE

RELIGIÃO E SOCIEDADE

I - A RELIGIÃO

1. O CULTO IMPERIAL

No que respeita à religião na época romana na *civitas* de Viseu, ressalta de imediato a ausência directa de qualquer testemunho do culto imperial.

O culto imperial é bem conhecido na Hispânia e na própria Lusitânia desde os estudos elaborados por Robert Étienne (1974). Na região de Viseu não se conhece nenhum testemunho directo do culto imperial. Como interpretar este fenómeno: distanciamento da população face ao imperador? incipiente romanização, ou, pelo contrário, fácil aculturação que levou o imperador a desinteressar-se? descrença e desconfiança da população que preferia continuar com os seus cultos tradicionais?

O desinteresse imperial não poderá invocar-se, uma vez que assistimos, no tempo de Augusto, à demarcação das fronteiras e, desde Cláudio, à abertura de estradas. Cremos antes que deve ter sido uma dificuldade de penetração do fenómeno invasor, pois, como veremos abaixo, mesmo as divindades romanas não entram nos hábitos dos indígenas que preferem continuar a venerar os seus deuses.

A coluna epigrafada de S. Romão [nº 82] será o testemunho de um culto ao imperador? Atribuimos esta coluna ao século IV, uma época pouco favorável ao culto imperial (Étienne, 1974, p. 500-501). Se não representa um culto ao imperador, *stricto sensu*, é, pelo menos, uma forma de homenagem, numa época em que o Cristianismo estava prestes a ser legalizado.

Por sua vez, o uso do dativo nos miliários será uma forma de homenagem, como quer Salama (1955, p. 5-52)? Parece-nos também que "o miliário não poderá, sem mais, ser condenado a um simples indicador de distâncias..." (Encarnação, 1984, p. 750). Se o miliário não representa uma forma de culto imperial explícito, representa uma forma de propaganda imperial e uma maneira engenhosa de recordar aos transeuntes que o *Dominus* era o imperador.

Em relação aos miliários da *civitas* de Viseu, uma coisa é certa: os miliários dos séculos III e IV encontrados aparecem todos em dativo, dando a entender que mais do que *fecit viam* serão uma forma de homenagem; pelo contrário, nos miliários anteriores, de Cláudio e Adriano, a inscrição surge em nominativo. Há ainda outro pormenor que não nos parece de desprezar: os marcos de Adriano terminam com *refecit*, enquanto que os marcos em dativo não utilizam verbo, deixando a interpretação da longa inscrição gravada ao critério de quem lia. Além do mais, porquê gravar tantos títulos - e a gravação é sempre um acto simultaneamente político-religioso (Encarnação, 1984, p. 750) - se o objectivo era simplesmente uma indicação miliária?

Em conclusão, se não existem dedicatórias directas ao imperador, pelo menos os miliários em dativo poderão ser interpretados como uma forma de dedicação religiosa.

2. DIVINDADES ROMANAS

Nos cultos da *civitas* há um nítido contraste entre o culto prestado às divindades romanas e indígenas³¹. A preferência destes povos foi sempre para as divindades indígenas, raros sendo os adoradores dos deuses romanos que quiseram recordar tal facto. Os únicos deuses romanos adorados na *civitas* de Viseu foram Júpiter, Marte e Mercúrio. Maior simpatia adquiriram os Génios e Lares, com culto testemunhado em várias epígrafes.

O culto a Júpiter é o culto mais abundante do panteão latino. Conhecem-se, na Hispânia, mais de 200 aras consagradas a esta divindade (Vazquez Hoys, 1983, p. 83-215).

Este culto pareceria, à primeira vista, destinado a ser mais frequente em zonas de forte implantação romana. No entanto, o que se verifica é um culto "eminentemente rural" (Alarcão, 1989, p. 167). Tranoy mostrou como este culto teve "um papel importante na unificação e integração religiosa das populações do Noroeste" (Tranoy, 1981, p. 321). Parece muito provável que tenha existido um fenómeno de *interpretatio*, tornando-se o culto de Júpiter popular entre os indígenas (Alarcão, 1988, p. 167).

Não devemos, todavia, esquecer que os próprios Romanos tentariam espalhar esta *interpretatio* como uma forma de romanização. Em todas as religiões há um deus-pai, um deus dominador e criador, divindade de primeiro grau, segundo a terminologia dumeziliana. Ora, as teogonias indígenas também teriam os seus deuses da criação e, sendo assim, os próprios Romanos estariam interessados em assimilar essa divindade ao seu deus, dando-se a unificação e integração da religião indígena na romana, ao mesmo tempo que se facilitava a integração dos indígenas na nova estrutura social, política e religiosa imposta pelos invasores.

Sintomático do que acabamos de apontar é a inscrição de Lamas de Moledo [nº 10]. Como vimos, nessa inscrição aparece uma consagração a uma divindade indígena *CROVGA* e simultaneamente a *IOVEA*, que interpretamos como sendo o próprio Júpiter. Convivem, na mesma epígrafe, o pai dos deuses romanos e uma divindade indígena que poderia ter os mesmos atributos que o Júpiter romano.

Neste culto deve ainda considerar-se a existência de um maior número de dedicatórias fora das cidades. Ora, parece que deveria suceder o contrário, ou seja, o culto a Júpiter deveria estar mais espalhado entre os cidadãos, mais sujeitos às influências invasoras. Como explicar este fenómeno?

Parece haver zonas distintas de distribuição do culto imperial e do culto a Júpiter, excluindo-se um ao outro. Assim, onde se instala o culto a Júpiter, não existe o culto imperial e

31 Não encontramos na área da *civitas* qualquer testemunho do culto a divindades orientais, pelo que não nos debruçamos sobre elas.

A ausência destes cultos poderá encontrar uma explicação na falta de contactos desta população com imigrantes vindos do Oriente. Com efeito, mesmo a onomástica de origem oriental tem um fraca presença na área (há apenas cinco testemunhos).

vice-versa, existindo este mais nas cidades e núcleos urbanos (Alarcão, 1988, p. 167-168). Mera coincidência ou fenómeno de compensação de cultos? Cremos que se tratará antes de uma compensação da ausência do culto ao imperador, mais difícil de aceitar por uma população rural do que por uma população urbana. Habitados aos deuses indígenas, os nativos aceitam sem grande problema a substituição de um deus por outro, mas já não aceitam com facilidade que lhes seja imposto o culto a um homem. O rural vive dependente dos fenómenos da natureza, regulados pela divindade; o cidadão vive dependente dos circuitos de distribuição e da organização da sociedade imposta por um homem, o imperador. Assim se poderá explicar, em parte, esta distribuição diferente do culto imperial e do culto a Júpiter.

Um outro aspecto que interessa considerar no culto a Júpiter é a sua distribuição pelas zonas norte e centro do país, aquelas que parece terem sido as menos romanizadas. E dizemos "parece", porque a região de Viseu, considerada tradicionalmente como uma zona menos romanizada, revela-se-nos, afinal, como uma região profundamente influenciada pelos Romanos.

Nesta região, o culto a Júpiter está testemunhado com vários monumentos: Passos [nº 2] e Quintela de Azurara [nº3], no concelho de Mangualde, Termas de S. Pedro do Sul [nº 4], em *Caielobriga* [nº 10], provavelmente, na *caput civitatis*, Viseu [nº 5] e em Fornos de Algodres ou Ínfias [nº 1]. Verifica-se assim, também aqui, uma maior distribuição pela zona rural.

Na ara de Passos [nº 2], não conhecemos o estatuto sócio-económico e sócio-cultural do dedicante, porque escondeu o seu nome debaixo de duas siglas. No entanto, tendo em consideração que a identificação se faz por duas siglas, teremos que concluir que se trata certamente de um indígena romanizado ou um liberto que esconde a sua condição de antigo escravo.

Na ara de Quintela de Azurara [nº 3], aparece um indivíduo apenas identificado como *Aventinus*, cognome que, como vimos, é latino. Apesar disso, deveremos estar perante um indígena que apenas adoptou um nome latino, identificando-se, por isso, à maneira indígena.

Nas Termas de S. Pedro do Sul [nº 4], vemos um indígena, com um nome e um patronímico totalmente estranhos, *Revcalivs* e *Tvroibvs*, que não aparecem registados na onomástica romana conhecida. Note-se ainda nesta dedicatória a localização do teónimo, entre a identificação do dedicante e o verbo final, *solvit*.

Na dedicatória de Viseu [nº 5], é notável a aposição da palavra *sacrum*, antes do nome *Iovi*: sinal de romanização incipiente? Contrária a esta ideia parece a intervenção de um membro da *gens Memmia*, "gente importante na história de Roma" (Encarnação, 1989, p. 318). A convivência desta *gens* com um cognome de origem grega faz-nos pensar que se tratará de uma dedicatória a Júpiter *in honorem* de um liberto.

Na dedicatória de Lamas de Moledo [nº 10] feita a *Iovea*, variante local de Júpiter, intervém o povo indígena dos *Petranioi*. Mais uma vez, é o mundo indígena a fazer as suas ofertas a Júpiter. Este é, aliás, o aspecto que mais se destaca nas relações entre os indígenas e as divindades romanas e os Romanos e as divindades indígenas: os Romanos cultuam os deuses indígenas e os indígenas cultuam Júpiter.

Em Fornos de Algodres [nº 1] é uma indígena que cumpre a Júpiter a sua promessa.

Outra divindade romana cultuada na área é Mercúrio, nas Termas de Lafões (S. Pedro do Sul) [nº 9] e em Ínfias [nº 8]. Nàs Termas de Lafões, Mercúrio é *Augustorum* e *Aguaecus*. O exemplo supremo da convivência pacífica entre as divindades indígenas e romanas: Mercúrio, dos Augustos, assume um epíteto perfeitamente local, *Aguaecus*. Se o cognome está, decerto, em relação com o abundante manancial de água sulfurosa que ali brota (Encarnação, 1989, p. 318), poderemos também pensar que Mercúrio foi identificado com a anterior divindade protectora daquelas fontes e daí o epíteto *Aguaecus*.

A dedicatória a Mercúrio é um "exemplo acabado da aculturação plena" (Encarnação, 1989, p. 318), manifesta na aquisição do direito latino e em toda a onomástica que a inscrição ostenta.

Em Ínfias [nº 8], é um indígena que usa *nomen* e *cognomen* que surge a adorar Mercúrio, dito *DEO*, para que não restassem dúvidas da sua divindade.

Tal como sucede com o culto a Júpiter, também Mercúrio aparece preferentemente adorado nos meios urbanos, neste caso em aglomerados que deviam ter uma relativa importância.

Não será também mera coincidência o facto de o culto a estas duas divindades ser coincidente em dois lugares, Termas de S. Pedro do Sul e Ínfias, se a ara de Júpiter, atribuída a Fornos de Algodres, for de Ínfias, como parece provável. É a confirmação do carácter eminentemente rural do culto às divindades romanas.

Aquilo que concluímos sobre o culto a Júpiter teremos que concluir para Mercúrio: adorado por indígenas romanizados, o seu culto corresponderá a um fenómeno de *interpretatio*.

Uma terceira divindade latina adorada no território foi Marte, em Mosteiro de Fráguas nº 7], interpretando-se a inscrição como dedicada a este deus romano.

3. DIVINDADES INDÍGENAS

Jorge Alarcão classificou as divindades indígenas adoradas na área da *civitas* de Viseu em divindades "nacionais", Génios e Lares, protectores de *gentes* (Alarcão, 1989, p. 309). As divindades indígenas nacionais são divindades cujo culto se estende "a uma área geográfica mais vasta" e "com epítetos referentes a lugares e povos diversos, em correspondência ao teor geral da organização gentilícia da sociedade castreja". (Silva, 1986, p. 286), "cujo culto se não confina a um santuário ou a uma zona determinada" (Encarnação, 1987, p. 10).

Seguindo este critério, as divindades nacionais seriam *Banda*, *Crouga* e *Cosus*, adoradas nos *castella* principais e com um culto que ultrapassava em muito a área da *civitas*. *Cosus* [nº 25] era cultuado na região, mas em lugar impossível de localizar e provavelmente

também no *castellum* de S. Martinho das Moitas [nº 24]; *Banda* foi adorado em Esmolfe [nº 18], Castro da Ucha [nº 17], Pinho [nº 16] e Queiriz [nº 19]; *Crouga* em Lamas de Moledo [nº 10] e Freixiosa [nº 26].

Acerca de *Banda*, Jorge Alarcão crê ainda que uma pátera sem indicação de proveniência (Blanco Freijeiro, 1959) poderá ser da área de Mangualde, pelo que seria mais um testemunho do culto a este deus. Nessa pátera aparece o nome *Banda Araugelensis*, acerca do qual se interroga se não seria a "divindade tutelar do *castellum Araocelum* de Mangualde". A ser assim, teríamos *Banda* também adorado em Mangualde (Alarcão, 1989, p. 308-309).

A característica que mais ressalta da observação dos epítetos destas divindades nacionais é o facto de eles estarem sempre relacionados com as comunidades que os adoram.

Banda protege os *Ollienaicos*, em Esmolfe, Penalva do Castelo, localizados provavelmente no extenso povoado situado na serra de Paramuna ou serra dos Mouros (Vaz, 1990a, p. 17).

Em Pinho, *Banda* protege uma etnia cujo nome poderia ser *Sulenses* ou ainda *Alabariaici* *Sulenses*, sobrevivendo os vestígios deste epíteto em "Sul", freguesia vizinha do povoado.

Comprovativo de que se trata de etnónimos, como já acentuámos, (Vaz, 1977, p. 9), é a ara do povoado da Ucha [nº 17]. Ali, *Celtius* presta culto a *Banda* dos *Ocelenses*.

Que significado atribuir a *Banda*: divindade *per se*, adjectivo que qualifica a divindade que está expressa no epíteto, substantivo equivalente ao latino *deus*?³². Se a discussão neste ponto não parece terminada, uma coisa é certa: "as divindades do grupo *Band-*", seriam verdadeiras divindades protectoras de etnias, variando o seu epíteto consoante o grupo lhe presta o seu culto.

Crouga apareceu até agora identificada em quatro monumentos. Incluímos neste número os casos de Mosteiro da Ribeira, apesar de a ara ter desaparecido, mas onde se poderia ler este nome como sugere Gorrochategui (1985, p. 87) e a ara de Minhotães (Santos, 1983), com leitura revista por Fernando Curado (1989, p. 370).

É grande a semelhança entre esta divindade e as do grupo *Band-*. O tema final varia, aparecendo, *Crougae*, *Crougeai*, *Corougiai* e, possivelmente, *Crougiai*; os epítetos, por sua vez, estão também relacionados com os etnias protegidas. Assim, *Crouga* é mais uma divindade protectora de etnias, ostentando epítetos originados a partir das suas designações.

Em Lamas, como vimos, eram os *Magareaicoi* que eram protegidos e que já localizámos; na Freixiosa, pelo contrário, não vemos grande possibilidade de localizar os *Nilaicui*, podendo a ara ter sido trazida de qualquer outro lugar, certamente próximo. Nas outras duas, é *Crouga* protector(a) dos *Toutadigoí*, em Mosteiro da Ribeira e na de Minhotães tem o epíteto *Vesuco* que

32 Este tema tem proporcionado opiniões diversas, não se tem tendo ainda chagado a acordo entre os epigrafistas e linguistas. A propósito deste culto e do significado da palavra *Banda* será de consultar Javier de Hoz, 1986, p. 36-38; Encarnação, 1987, p. 12 que faz o ponto da situação e Silva, 1986, p. 295.

poderá confirmar o carácter protector de grupos desta divindade, pois é dedicada em honra de todos os escravos, onde quer que eles se encontrem (Curado, 1989, p. 370).

Cosus é outra divindade indígena perfeitamente conhecida no panteão peninsular. Pertence às divindades de radical *Cos/Cus* (Silva, 1986, p. 288-289). Na área em estudo aparece em Covelinhas e em lugar desconhecido, mas próximo de Viseu. Em ambos os casos mais não podemos fazer do que assinalar a presença da divindade, pois desconhecemos os contextos de achamento das aras e temos grandes dúvidas de leitura numa delas [nº 24].

Divindades locais eram *Lurunis*, em Cavernães [nºs 27, 28, 29 e 30], *Besencia*, em Canas de Senhorim [nºs 20, 21, 22 e 23], *Peintici*, no castro dos Três Rios [nº 32], *Albucelaincus*, em Repeses [nºs 11, 12, 13 e 14], *Arus*, em Castro Daire [nº 15] e *Coloveseis Caielonis*, em Furtado [nº 33].

O culto a *Lurunis* conhece-se apenas em Cavernães. Até ao momento, apareceram quatro inscrições, possivelmente todas das Vendas de Cavernães. Só não temos a certeza em relação a uma ara porque desapareceu. No entanto, pelas informações de Ribeiro Pereira (1955, p. 111-112), deveria ter sido encontrada no mesmo lugar.

O culto a esta divindade é prestado por cidadãos romanos ou indígenas fortemente romanizados. É o que sucede em três das quatro aras, com um portador dos *tria nomina* e dois devotos pertencentes à *gens Valeria*, ostentando, contudo, cognomes indígenas.

Os *Peintici* [nº 32], protectores do chamado Castro dos Três Rios, são venerados por duas pessoas diferentes: um cidadão romano imigrante e um indígena. *Lucius Manlius*, inscrito na tribo *Aemilia*, como faz questão de acentuar, poderá ser um funcionário imperial, aqui chegado nos alvares do Império para impôr a autoridade do poder que representa. Porém, não dispomos de outros elementos, além dos epigráficos, que nos permitam dizer algo mais sobre o seu papel nestas longínquas terras. A tribo *Aemilia* não é de cidade hispânica, e a *gens Manlia* teve sempre cargos políticos importantes na Península Ibérica (Encarnação, 1989, p. 317). Não cremos que *Lucius Manlius* tenha sido a excepção da *gens*.

As hesitações próprias de um processo inicial de romanização são bem manifestas na ara dedicada a *Albucelaincus Efficax* [nº 11]. A forma como o recém-aculturado indígena se identifica, com um cognome, *Rufinus*, usado como *nomen*, e *Aelatius*, como *cognomen* são a expressão escrita dessas dúvidas. Por sua vez, o patronímico é nitidamente indígena, *Rufus*. A *Albucelaincus* é aplicado um epíteto claramente latino, *Efficax*, "poderoso". Mantém-se o nome indígena, mantêm-se as suas virtudes, mas passa a ser classificado com uma palavra latina que nada tem a ver com os dialectos locais. O formulário é já usado sem problema: coloca-se o nome do deus e o seu epíteto, identifica-se o ofertante e inscreve-se a fórmula latina *V L S*.

Ao teónimo nos referimos quando estudámos a inscrição. No entanto, não devemos esquecer um outro teónimo que poderá estar relacionado com este, *Albocus*. Silva (1986, p. 286) aproxima esta divindade da hierofania de *Larauco*, por sua vez, assimilado a Júpiter.

Albocus, identificado na região mineira de Valongo seria um "deus protector de uma região donde se extraísse ouro". A *Albucelaincus* poderá convir a mesma função, como referimos, mas aqui o "poder", a "eficácia" de extrair algo das montanhas, não será um mineral, mas sim a água, que brota "pura", "alva", do seio da terra.

Besencla [n^os 20 a 23] representa uma divindade "descoberta" há poucos anos. O seu culto, documentado por quatro aras, está circunscrito a Canas de Senhorim, em cuja área não se conhecem outros cultos. A origem do nome é indo-europeia, pelo que teremos que o integrar no substracto linguístico indígena.

Curiosamente, as quatro aras foram dedicadas pelo mesmo indivíduo. Houve, no entanto, uma preocupação de as distinguir através de variações da fórmula final: V · F, V e V A L S. Curioso, ainda, o facto de a fórmula estar completa apenas na ara que ostenta o teónimo: teria sido a primeira a ser posta no local de culto e então seria necessário identificar a divindade a que *Docquirus* se devotava.

A maneira como *Docquirus* se identifica e o aspecto bastante tosco dos monumentos fazem dele um indígena pouco preocupado com os cânones romanos.

Arus [n^o 15] é adorado apenas em Castro Daire e o seu nome poderá mesmo ser a base do nome da vila actual: *Castrum Dei Ari* > *Castro Daire* (Correia, 1986, p. 87-91). A árula é dedicada por um indígena, mas integrada estilisticamente na religião romana.

A *Colovesivs Caielonis* nos referiremos abaixo.

4. GÉNIOS E LARES

O culto aos Lares foi um dos fenómenos religiosos mais constantes ao longo da civilização romana.

No território português, há a distinguir duas zonas nítidas de expansão deste culto: a sul, aparecem os Génios e Lares romanos, mas a norte do Douro e na Beira Interior, "regiões menos romanizadas" como lhe chama Jorge Alarcão, são os Génios e Lares com epítetos indígenas que são adorados (Alarcão, 1969, p. 213-236).

A ara de Casais [n^o 34] integra-se neste segundo caso, com um indigenismo evidente. O *Lar Couticis* e o *Lar Coutiosus* são dois Lares indígenas protectores de duas famílias, os *Coutices* e os *Coutiosi*. Estas duas famílias, em cuja estrutura *Malgeinus* estaria integrado, certamente aparentadas (Alarcão, 1989, p. 309), habitariam no *castellum Nacosos*, onde um *Arbuensis* se instalou. *Arbua*, situar-se-ia longe daqui. Políbio fala de uma cidade dos Vaqueus chamada *Arboukale* (Blazquez Martinez, 1962, p. 71-72). Tendo em conta que o sufixo *Kale/Cale* tem existência própria, fica-nos a palavra *Arbou/Arbua*, a mesma que está presente na ara de Casais. Será *Malgeinus* natural da *Arbua* dos Vaqueus?

Integramos também neste capítulo a ara de Furtado [nº 33]. Torna-se difícil estabelecer a distinção entre o nome da divindade e o seu epíteto, se é que este existe. Das três palavras, *Collovesei Caieloni Cosigos*, pensamos que as duas primeiras estão em dativo e a última em nominativo. É flagrante a semelhança entre os Lares de Casais, do *castellum* dos *Nacosos* e esta ara de Furtado. O nome da divindade está em dativo, o nome do povoado em nominativo de tema em -o. *Cosigos*, tal como *Nacosos*, será o nome de um povoado indígena.

Não podemos situar *Cosigos*, uma vez que não se sabe donde proveio a ara, nem na zona de Furtado aparecem quaisquer outros vestígios romanos, nem se reconhece ali nenhum *castellum*.

Como conclusão, devemos ressaltar a permanência dos génios locais mesmo após a absorção plena dos formulários romanos. Por outro lado, nos teónimos e epítetos permaneceu a base linguística original, o que demonstra um arraigamento muito profundo das populações aos cultos tradicionais.

Teónimo	Lugar de achamento	Consagrante	Carácter	Nº
Iupiter	Fornos de Algodres	Indígena	R	1
Iupiter	Passos	?	R	2
Iupiter	Quintela de Azurara	Indígena	R	3
Iupiter	Termas de S. Pedro do Sul	Indígena	R	4
Iupiter	Viseu	Cidadão	R	5
Marte	Castro da Ucha	Etnia	R	6
Marte?	Mosteiro de Fráguas	?	R	7
Mercurius	Ínfias	Indígena	R	8
Mercurius	Termas de S. Pedro do Sul	Cidadão?	R	9
Iupiter	Lamas de Moledo	Etnia	R	10
Crouga	Lamas de Moledo	Etnia	N	10
Albucelaincus	Repeses	Cidadão?	L	11
Albucelaincus	Repeses	Cidadão?	L	12
Arus	Ponte Pedrinha	Indígena	L	15
Banda Alabaraico «us Sulensis?	Pinho	Cidadão?	N	16
Banda Ocelensis	Pinho	Cidadão?	N	17
Banda Oillenaicos	Esmolfe	?	N	18
Banda Tatibeicos	Queiriz	Indígena	N	19
Besencla	Canas de Senhorim	Indígena	L	20, 21, 22 e 23
Cosus	Covelinhas?	?	N	24
Cosus	?	?	N	25
Crouga	Freixiosa	Indígena	N	26
Lurunis	Cavernães	Cidadão?	L	27
Lurunis	Cavernães	?	L	28
Peintici	Castro dos Três Rios	Cidadão	L	32

R = Romana; N = Nacional; L = Local.

Quadro das divindades adoradas na *civitas*.

5. SANTUÁRIOS

Uma questão que se deve colocar, a propósito da religião, é se existiam ou não santuários onde estas divindades eram adoradas.

Não se conhecem vestígios de qualquer templo em algum lugar da *civitas*. No entanto, temos que pressupor que, pelo menos na capital, deveria existir um templo dedicado a Júpiter, onde a placa nº 30 poderia estar colocada, substituindo este culto o culto imperial.

Haveria outros templos em pontos mais ou menos distantes de Viseu? Nas Termas de S. Pedro do Sul, por exemplo, poderemos supor a existência de um templo onde se prestava culto a Mercúrio, certamente identificado com as águas salutíferas.

E as divindades indígenas, seriam adoradas em grandes templos, santuários ao ar livre ou em pequenos santuários elementares?

Temos que distinguir aqui entre as divindades citadas em rochedos e as referidas em aras.

No território português conhecem-se alguns grandes santuários implantados sobre rochedos. É o caso do famoso santuário de Panóias (Silva, 1986, p. 300-302) ou o da Mogueira (Mantas, 1984). O que aconteceria nos outros lugares onde aparecem inscrições rupestres votivas: Cabeço das Fráguas, Lamas de Moledo, castro dos Três Rios, para só citarmos os mais próximos de Viseu?

Se, para Lamas de Moledo, não existem elementos identificativos de qualquer estrutura tipo templo e só a arqueologia poderá esclarecer esta situação, nos Três Rios (nº 152) parece-nos que temos mais um elemento para a solução deste problema.

Ali se veneravam os *Peintici*: divindade única? várias divindades indicadas sob um único nome? Só uma certeza podemos ter: o nome aparece em dativo plural.

Abaixo dos penedos com as inscrições, existe um outro penedo onde aparecem esboçados uns degraus e implantadas duas pias rectangulares. Parece-nos que mais não poderá ser do que um rudimentar santuário ali instalado ao ar livre. Os penedos com inscrições votivas teriam anexas estruturas mais ou menos monumentais onde se praticaria o culto? Teremos que pensar que nem todas as áreas sagradas seriam forçosamente monumentais como as da Mogueira e Panóias, mas existiriam umas mais complexas e outras mais rudimentares. Pensamos que é desta forma que devem ser encarados os rochedos votivos.

No castro da Ucha (nº 108) não existe nenhuma inscrição rupestre. Ali apareceram, no entanto, duas aras, a Banda [nº 17] e Marte [nº 6]. Ora, a existência destas duas aras pressuporá a existência de um templo, público, certamente, onde os devotos colocavam as suas oferendas à divindade. Neste castro existe um penedo que foi aplanado, vendo-se várias pias que poderiam ter a função de pias de sacrifício. O mato e os pinheiros que cobrem todo o povoado não permitem ver mais nada, mas é muito provável que algo mais exista. Estará ali

mais um santuário rupestre onde várias divindades, pelo menos Banda e o Génio de Marte, seriam adoradas? É muito provável.

A existência de um recinto sagrado junto dos penedos votivos parece ser uma evidência cada vez mais concreta e uma conclusão segura a retirar da observação do ambiente envolvente destes penedos.

No castro dos Três Rios existe ainda, pouco desviado do penedo das pias, um outro rochedo em que foram gravados vários sulcos com mais de 1 cm de profundidade que se entrecruzam, formando uma curiosa rede. Estarão também eles relacionados com o culto a *Peintic*?

No caso das outras divindades locais, cremos que poderiam existir pequenos templos onde eram adoradas. *Besencla*, em Canas de Senhorim, a quem foram dedicadas quatro aras, conhecidas, teria um templo onde estas estavam colocadas, pois apenas uma delas contém o teónimo.

Logo à saída de Viseu para sul, a cerca de uma légua, deveria haver também um templo dedicado a *Albucelaincus*. Com efeito, uma das aras que supomos consagrada a esta divindade [nº 12] não contém o teónimo e passar-se-ia, portanto, situação idêntica à de Canas de Senhorim: dispensava o teónimo porque toda a gente sabia a quem era dedicada. Nestes dois casos teríamos, por conseguinte, templos onde uma única divindade era venerada.

Em Repeses, a capela onde foram encontradas as aras tem ainda um alpendre onde se encontram duas colunas antigas reaproveitadas: seriam do templo a *Albucelaincus*? Além disso, esta capela é dedicada a Santa Eulália que, como já dissemos acima, é um dos cultos mais antigos da Península.

Em Paradinha, mesmo ao lado de Repeses, há uma capela dedicada à Senhora da Saúde, um culto muito antigo na povoação, tendo inclusivé sido dedicados muitos ex-votos à Senhora. Ora, também nas Termas de S. Pedro do Sul há uma capela dedicada à mesma Senhora. Em ambos os casos, houve divindades pagãs ali cultuadas. Parece, pois, haver um paralelismo evidente entre as Termas de S. Pedro do Sul e o caso de Paradinha/Repeses. Falta apenas descobrir num destes últimos lugares uma fonte de águas medicinais ou termais.

Tendo em consideração estes dois casos, deveremos acrescentar aos cultos cristãos que substituíram cultos pagãos o nome de Nossa Senhora da Saúde (Diez de Velasco, 1987, p. 66)?

Quanto às restantes divindades, não temos elementos que nos permitam dizer a que tipo de santuários se encontravam ligadas.

II - A SOCIEDADE

Não podemos fazer uma ideia muito concreta da forma como se organizava a sociedade que habitava esta região no período romano, tão escassos e parcos são os elementos que nos elucidam sobre este tema.

Apenas as inscrições nos transmitem algo sobre as pessoas, sobre a sua maneira de falar a língua do invasor, sobre a forma como elas encaravam a morte e a sua relação com os deuses. Os nomes podem ainda dar-nos alguns elementos, mesmo assim poucos, para sabermos do substracto original desta população.

1. A LINGUÍSTICA

A análise das inscrições estudadas permite detectar algumas características regionais que importa salientar. Mais do que explicar esses "regionalismos", preferimos apontá-los, deixando aos especialistas a sua possível interpretação.

Em primeiro lugar verifica-se a troca das vogais *e* e *i*.

O *i* substituiu o *e* breve no nome *Cilia*, em Canas de Senhorim [nº 62], sendo este o único caso em que isto sucede³³.

Já a substituição do *i* pelo *e* aparece em quatro casos: em Repeses, surge *Placedus* [nº 12] em vez de *Placidus*; em Ínfias [nº 8], *Aponeus* em vez de *Aponius*; em Fornos de Algodres ou Ínfias *Procela* em substituição de *Procilia* [nº 1]; *Triteus* em vez de *Tritius*, em Pinheiro de Tavares [nº 61].

Verifica-se assim que é na metade oriental da *civitas* que o fenómeno parece verificar-se mais.

Certamente é a passagem a escrito de uma variante de pronúncia local, mais acentuada na parte oriental.

Outro fenómeno linguístico detectável é a epêntese da semivogal *i*, introduzida entre vogais em hiato. São os casos dos nomes *Ca - i - elonis*, em Furtado [nº 33]; *Pe - i - ntici*, no Castro dos Três Rios [nº 32]; em *Ca - i - elobricoi* [nº 10]; *Ca - i - elianus* em S. Cosmado [nº 83].

33 Embora esta característica não seja exclusiva desta área, pensamos que, mesmo assim, devemos apontá-la como uma variante linguística. Ernout, 1974, p. 224 e Niedermann, 1953, p. 28 estudam precisamente este fenómeno.

Parece verificar-se também um alongamento de alguns nomes com a vogal *e*. Poderão ser os casos: do nome *Cabur - e - ina* [nº 39] e do teónimo *Croug - e - ai* [nº 10], curiosamente ambos em Lamas de Moledo.

O facto de tanto a epêntese como o alongamento surgirem sobretudo no nome das divindades, faz-nos pensar que serão nomes que mantiveram durante mais tempo a sua estrutura original. O seu carácter sacro levou a que as pessoas mantivessem o nome mais próximo do original indo-europeu. Como já acentuámos acima, a evolução de *Crouga* é um exemplo típico do que acabamos de dizer: *Crougeai* é mais antigo do que *Crouga*³⁴.

Ainda dentro das características das vogais assinala-se a substituição do *E* por *II*. É um fenómeno que se espalha por toda a área da *civitas*: Quinta dos Matos [nº 48], Pinheiro de Tavares [nºs 47 e 61], Fornos de Algodres ou Ínfias [nº1], Ínfias [nº 59], Germinade [nº 70], Goje [nº 65], Castelo de Penalva [nºs 64 e 67], S. Romão [nº 82], Moselos [nº 101], Covelinhas [nº 24], Matança [nº 75] e Abrunhosa-a-Velha [nº 86]. Apesar de ser um fenómeno geral, o que é certo é que surge com especial incidência na metade oriental. Mais um sinal de uma variante linguística que distinguia na escrita fenómenos localizados de pronúncia?

Em relação às declinações, há a acentuar o facto de alguns nomes latinos da segunda declinação aparecerem aqui incluídos na terceira. É o caso dos nomes *Viriatus / Viriatis* [nº 54], *Boutus / Boutis* [nº 58], *Caielonus / Caielonis* [nº 33], *Acilius / Acilis* [nº 36], *Apinus / Apinis* [nº 19]. Referindo-se a *Viriatis*, o único conhecido no seu tempo, Hübner considerou-o com um genitivo "*peregrine formatus*." Nunca tendo tido conhecimento de outros genitivos do género, não viria a reformular a sua opinião.

Carnoy inclui este genitivo entre os nomes de tema em *-o*. Coloca a hipótese de este genitivo ser uma terminação patronímica, apontando como exemplo dele derivado a terminação espanhola - *ez*. (Carnoy, 1983, p. 232-235). A isto opomos que, se assim fosse, teria que haver maior abundância de genitivos deste género, o que não acontece.

Scarlat Lambrino, em 1960, fez uma interpretação correcta destes genitivos ao afirmar "*il y a des noms celtiques qui se présentent avec des désinences tantôt de la deuxième, tantôt de la troisième déclinaison, comme Viriatus ou Viriatis...*" (Lambrino, 1960, p. 37). Assim, estes nomes, ora se apresentam na segunda, ora na terceira declinação.

Outra questão essencialmente linguística que estes nomes levantam é o dativo em *ai*, *ui* e *oi*. Já Tovar aponta como uma das tipicidades do dialecto lusitano presente em Lamas de Moledo [nº 10], a existência destes ditongos. E isto não é raro acontecer nesta região linguística. Os nomes de tema em *O* aparecem em Pinheiro de Tavares [nº 61], Furtado [nº 33] e Casais [nº 34], todos próximos e ainda em Lamas de Moledo [nº 10] e Freixiosa [nº 26]. Ora estes

34 Ernout, 1974, p. 224 e Niedermann, 1953, p. 28, dão a explicação para a evolução destes dativos.

nomes iriam formar o dativo em *oi*; é o que sucede com os etnónimos *Magareaicos* > *Magareaicoi*, *Caielobricos* > *Caielobricoi*.

Na ara da Freixiosa [nº 26] já o dativo é em *ui*, de que também há outros exemplos na *civitas*. É o caso de *Tatibeaicui*, epíteto com que *Banda* é adorado em Queiriz [nº 19]. Trata-se, certamente, de um fenómeno evolutivo em que os nominativos em -os acabaram por formar o dativo em *oi* ou *ui*.

Os nominativos em os, como *Nacosos* e *Cosigos*, são uma nítida sobrevivência do latim arcaico e, tal como os anteriores, iriam formar o dativo em *oi*.

A existência destes dativos e o facto de a sua incidência se verificar sobretudo na zona oriental da *civitas*, leva-nos a considerar que talvez esta área tenha sido mais conservadora, a ponto de manter a estrutura fonética do latim arcaico, passando-o para a escrita. Haveria, assim, uma correspondência entre a fonética e a grafia.

Os teónimos de tema em -a- aparecem também na região. Ocorre perguntar: divindades masculinas ou femininas? Se, no caso das divindades do grupo Band-, poderemos concluir que, ora parece ser uma divindade feminina, ora uma divindade masculina (Javier de Hoz, 1986, p. 37), o mesmo não sabemos em relação a outros; como classificar *Besencla*? Só podemos dizer que é uma divindade cujo nome pertence à primeira declinação. E *Crouga*? Tanto poderá ser feminino como masculino, mas a evolução do nome *Crougeai* > *Crouga*, parece indicar tratar-se de um nome feminino da primeira declinação.

Cabe aos linguistas pronunciarem-se.

2. ONOMÁSTICA

Os nomes presentes nas inscrições da *civitas* permitem-nos concluir que a população local tinha uma base indígena, com influência latina e uma fraca presença oriental.

Alguns indivíduos aparecem identificados com nomes de origem grega: em Viseu, o cognome *Strabo* e o gentílico *Memmia*; em Couto de Baixo, *Gerontia* e *Herenianus*; em Lamas de Moledo, *Trofimen*. Ora, estes nomes parece terem uma origem grega e seriam usados provavelmente por indivíduos com origem oriental. Na Península Ibérica, a distribuição destes nomes dá-se sobretudo ao longo da costa mediterrânica, o que mais uma vez mostra a relação com o Oriente. Como aparecem aqui estas pessoas? Imigrantes livres ou escravos que acompanharam o seu senhor? Não o sabemos; *Trofimen* é um nome bastante usado em escravos (Kajanto, 1982, p. 329) e para *Strabo* podemos pensar numa *manumissio* alcançada em Viseu.

O caso de *Lucius Manlius*, do Castro dos Três Rios [nº 32], parece um caso diferente. Cidadão romano inscrito na tribo *Aemilia*, atribuída a cidades do Império oriental, da Macedónia

e da Península Itálica (Wiegels, 1985, p. 84 e 87), consagra às divindades *Peintici* adoradas naquele castro. Imigrante de elevada categoria, aqui destacado nos inícios do século I d. C. com funções políticas? Representante da autoridade romana? Simples particular que aqui se estabelece? Encontramos apenas uma dificuldade para a última hipótese: não se conhece nenhuma *villa* à qual *Lucius Manlius* poderia estar ligado. Wiegels (1985, p. 87) põe a hipótese de a presença deste cidadão ser casual. Neste caso ocorre perguntar: porquê mandar gravar esta inscrição e ainda por cima consagrada a divindades indígenas? Que faria, pois, um cidadão romano que recebeu a cidadania por intermédio de um parente da *gens Manlia* neste povoado? A explicação deverá residir precisamente no facto de ele ter sido para aqui deslocado com funções políticas específicas que veio desempenhar.

No mesmo castro e ao lado do rochedo onde está gravada aquela inscrição, encontra-se uma outra num rochedo onde poderá ler-se o nome *Cirus*, de nítida origem oriental também.

A população indígena tem uma base de origem celta, como documentam os 41 nomes seguramente celtas presentes. Como alguns deles se repetem mais que uma vez acabamos por ter 67 indivíduos identificados com nomes de origem celta.

Os nomes mais usados foram *Camalus*, *Celtius* e *Docquirus* que aparecem respectivamente cinco e quatro vezes, em pontos diversos da região.

Podemos ainda apontar como característica destes nomes o facto de a sua distribuição se dar sobretudo no mundo luso-galaico, o que mostra a distribuição inicial dos povos que os introduziram na Península: região centro-norte ocidental. Há mesmo nomes cuja área de distribuição se limita exclusivamente à região a norte do Mondego, como *Cumelius*.

Isto demonstra uma relação certamente preferencial com o norte/centro da Lusitânia, região com características mais próximas às desta zona.

A latinização da *civitas* é, porém, evidente se repararmos no número de antropónimos de origem latina. Há 58 nomes, usados num total de 102 vezes. Paulatinamente, os Romanos vão impondo aos indígenas a sua cultura e civilização levando-os ao abandono dos seus nomes, em favor dos nomes romanos.

Muitas vezes, estes nomes latinos são usados em contexto perfeitamente indígena, com indivíduos que utilizam para sua identificação apenas o cognome e o patronímico.

3. IMIGRANTES

Podemos aqui também detectar alguns núcleos de imigrantes de outras regiões da Península. Na Quinta dos Matos, concelho de Sátão, vemos uma família cujos nomes são todos de origem latina, *Florus*, *Florinus*, *Valens* e *Florentinus*. Saíram certamente das costas do Mediterrâneo e aqui se estabeleceram.

Malgeinus, Leuri filius, era natural de *Arbua* a que já nos referimos e *Lucius Valerius Camranus*, presente em Candal, no extremo da *civitas* veio de *Arcobriga*. *Arcobrigensis* é também o dedicante da Fonte do Ídolo em Braga. Tranoy (1981, p. 283-285) põe a hipótese de a *Arcobriga* de *Celicus Fronto* estar situada próximo de Mérida. No entanto, sabe-se que existiam várias povoações com este nome na Península (Alarcão, 1988, p. 160): de qual delas veio *Lucius Valerius Camranus*?

Como acabámos de ver, também *Lucius Manlius* é um cidadão romano aqui imigrado.

A presença destes imigrantes, em número pouco significativo, é certo, mostra que a *civitas* de Viseu mantinha relações com outras zonas do império romano.

4. ACULTURAÇÃO

A mistura dos mundos indígena e latino é bem evidente em muitas inscrições onde aparecem nomes celtas e nomes latinos. O exemplo mais significativo desta aculturação encontramos-lo numa das inscrições das Termas de S. Pedro do Sul, a inscrição dedicada a Mercúrio. Vemos um indígena, [*Lucius?*] *Magius Reburus*, cidadão de direito latino, dedicar um cipo em honra de seu filho, Mágio Saturnino, a Mercúrio Aguaico dos Augustos. *Magius* é gentílico de origem latina e *Reburus* é cognome de origem celta. Por outro lado, a mãe, *Victoria Victorilla*, tem um nome tipicamente latino. Assim, deveremos supor que Reburro, por ter adquirido o direito de cidadania, passou a usar o gentílico *Magius*, transmitindo, por sua vez, esse mesmo gentílico ao filho.

Vemos ainda misturados os mundos latino e indígena no nome da divindade cultuada: divindade do panteão latino que ostenta dois epítetos, um de origem latina e outro de origem indígena. Mercúrio é dos Augustos, para que não restem dúvidas sobre a sua divindade, e Aguaico. Não sabemos o significado deste epíteto, mas certamente que ele estará relacionado com o caudal sulfuroso que ali mesmo brota (Encarnação, 1989, p. 318). Seria *Aguaicus* uma divindade anterior que foi identificada com Mercúrio? Fenómeno semelhante vai suceder mais tarde, com o advento do Cristianismo: o culto a Mercúrio vai ser posto de lado e, em seu lugar, instaura-se o culto à Senhora da Saúde que ainda hoje ali se venera. Assim, no século I, *Aguaicus* indígena é posto de lado e identificado a Mercúrio, misturando-se as duas divindades; com o Cristianismo, *Mercurius Aguaicus* é arredado do culto e substituído por um santo protector da saúde. Mudam as divindades, permanece a função.

Lista alfabética dos nomes presentes em todas as inscrições da *civitas* e lugares onde aparecem. Entre parêntesis indica-se o nº de vezes que aparecem.

Acilis - Pinho - ?	<i>Albonius</i> - Povolide, Infias - Gentílico latino.
Aelatus - Repeses. Latino?	<i>Aelius</i> - Covelinhas - Latino.
Albinianus - Viseu. - Latino.	<i>Amoena</i> - Viseu, Pinho, Castelo de Penalva, Lamas de Moledo - Latino.
Albinus - Castelo de Penalva - Latino.	<i>Aper</i> - Viseu Latino.
Allius - Cavernães - Latino	<i>Aponeus</i> - Infias. - Latino.
<i>Alluquus</i> - Pinheiro de Tavares, Pinho (<i>Allucqua</i>) - Celta.	Arcobrigensis - Candal.
<i>Angeta</i> - Fresta - Celta.	Aug... - Quintela de Azurara - Latino.
<i>Apinus</i> - Queiriz, Lamas de Moledo (<i>Apina</i>) - Celta	Aurelius - Germinade (2) - Latino.
Arbuensis - Casais	Cinius - Fresta . Etrusco.
Areinus - Viseu - Celta?	Avita - Ínsua - Latino.
Arreinus - Casal das Donas ?	Batus - Pinho - ?
Aulus - Termas de S. Pedro do Sul - Latino.	Boutis - Viseu - Viseu - Celta.
<i>Aventinus</i> - Quintela de Azurara - Latino.	Cabureina - Lamas de Moledo - Celta.
Avitus - Pinho, Quintela de Azurara - Latino.	Cadus - Viseu. Latino.
Boucius - Viseu - Celta.	Caino - Pinheiro de Tavares - Celta
Boutius - Lamas de Moledo - Celta.	Calvus - Castelo de Penalva - Latino.
Caburius - Pinho - Celta.	Camalianus - Lamas de Moledo- Celta.
Caelianus - S. Cosmado. - Latino.	Camranus - Candal - Celta.
Caius - S. Cosmado. Latino.	Caturo - Cavernães - Celta.
Camala - Lamas de Moledo - Celta	Celius - Lamas de Moledo - Celta.
Camalus - Infias, Castro da Ucha, Lamas de Moledo (2), Viseu. Celta	Celtus - Freixiosa, Canas de Senhorim, Carvalho Redondo, Casal das Donas - Celta
Cattia - Cavernães. - Celta	Cilea - Infias - Celta
Celerinus - Ínsua (2) - Latino.	Cintumunis - Pinho - Celta.
Celtius - Castro do Mau Vizinho - Celta .	Claudia - Couto de Baixo - Latino.
Cicero - Viseu - Latino.	Clodia - Couto de Baixo (2)- Latino.
Cilia - Canas de Senhorim -Celta	Compse - Couto de Baixo - Latino.
Cirus - Castro dos Três Rios - Oriental ?	Cumpacatus - Viseu - Latino.
Clementinus - Freixiosa - Latino.	Decius - Castro dos Três Rios - Latino.
Competrus - Furtado - Latino.	Docquirus - Canas de Senhorim (2), Carvalho Redondo (2) - Celta.
Cumelius - Viseu -	Firmina - Viseu, Castelo de Penalva. - Latino.
Decianus - Termas de S.. Pedro do Sul - Latino.	Flaccus - Viseu. - Latino.
Deiburana - Fresta - ?	Flavus - Pinheiro de Tavares - Latino.
Duatius - Queiris. - Celta	Florinus - Quinta dos Matos - Latino
Firmus - Viseu, Castelo de Penalva. - Latino.	Frontonius - Viseu. - Latino.

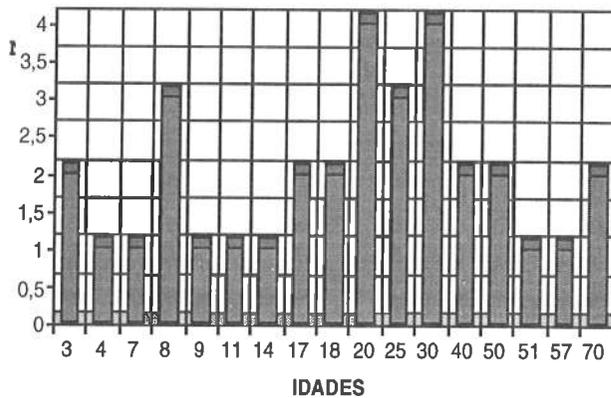
Flavina - Pinheiro de Tavares - Latino.	Gallus - Ínua - Latino.
Florentinus - Quinta dos Matos - Latino.	Herenianus - Couto de Baixo - Grego.
Florus - Viseu, Quinta dos Matos. - Latino.	Iuventius - Couto de Baixo - Latino.
Fuscus - Castelo de Penalva - Latino.	Lobaenus - Ramirão - Celta.
Gerontia - Couto de Baixo- Grego.	Longeia - Lamas de Moledo - Latino/indígena.
Idica - Pinheiro de Tavares - Latino.	Lucius - Cavernães, Castro dos Três Rios, Candal, Castelo de Penalva - Latino.
Leurus - Casais - Ilírio.	Magius - Termas de S. Pedro do Sul, Pinho - Latino/Celta.
Lobesa - Viseu - Celta.	Manlius - Castro dos Três Rios - Latino.
Lucanus - Viseu- Latino.	Marc... - Quintela de Azurara - Latino.
Maelo - Povolide - Viseu.	Marcus - Infias - Latino.
Malgeinus - Casais, Pinho (2) - Celta.	Memmia - Viseu. Grego.
Manus - Ramirão - Latino.	Modestus - Pinho, S. Cosmado, Canas de Senhorim, Viseu - Latino.
Marcinus - Infias - Latino.	Pellus - Viseu- Latino
Mearus - Pinheiro de Tavares (2) - Celta.	Placida. - Castelo de Penalva - Latino.
Modestinus - Canas de senhorim. - Latino.	Procella - Fornos de Algodres - Latino.
Pacatus - Viseu - Latino.	Pudens - Furtado. - Latino.
Pisirus - Lamas de Moledo - Celta.	Reucalius - Termas de S. Pedro do Sul. - ?
Plautius - Termas de S. Pedro do Sul. - Latino.	Rufinius - Quintela de Azurara - Latino-
Proclia - Castelo de Penalva (2)- Latino.	Rufius - Quintela de Azurara. - Latino.
Reburrus - Termas de S. Pedro do Sul, Paradinha - Celta.	Sara - Casal das Donas - Bíblica.
Rufina - Goje, Viseu (3). - Latino.	Serenis - Germinade - Latino.
Rufinus - Repeses, Lamas de Moledo, Goje - Latino	Sosumus - Infias - Celta.
Rufus - Repeses, Castelo de Penalva (2), Goje, Quintela de Azurara - Latino	Sunua - Viseu, Pinheiro de Tavares - Celta.
Saturninus - Termas de S. Pedro do Sul - Latino.	Tanginus - Casal das Donas - Celta.
Severus - Cavernães, Castelo de Penalva, - Latino.	Taporus - Viseu - ?
Strabo - Viseu - Grego	Tiusgus - Castro dos Três Rios - ?
Tancinus - Sangemil - Celta.	Tongeta - Lamas de Moledo - Celta.
Tanginus - Cavernães - Celta	Triteus - Pinheiro de Tavares (2) - Celta.
Tiro - Lamas de Moledo, Ínsua. - Latino.	Tureus - Castro dos Três Rios - ?
Toncinus - Viseu - Celta.	Ulpinus - Castro da Ucha - Latino.
Trevoatus - Pinho - Celta.	Valens - Quinta dos Matos - Latino.
Trofimen - Lamas de Moledo - Grego.	Valerius - Repeses, Couto de Baixo, Paradinha, Candal, Cavernães - Latino.
Turoibus - Termas de S. Pedro do Sul - ?	Victorilla - Termas de S. Pedro do Sul. - Latino.
Ursus - Lamas de Moledo - Grego ?	Valeria - Cavernães. Latino.
Victoria - Termas de S. Pedro do Sul - Latino.	Viriatis - Viseu. ?

5. DEMOGRAFIA

O número de inscrições funerárias não é, de forma nenhuma, significativo para que possamos ter a noção exacta do que seria a demografia da *civitas* de Viseu na época romana

Temos indicadas apenas as idades de 36 defuntos, no conjunto de uma população que certamente andaria por muitos milhares. Não é um número significativo. Mesmo assim, proporcionam algumas análises interessantes.

Idades da morte na civitas



Das idades indicadas, 20 são arredondadas aos lustros, confirmando-se assim a tendência já detectada por outros autores noutros lugares (Ver: Kajanto, 1968, p. 18; Étienne, 1963, p. 164-166; para o caso português, Encarnação, 1984, p. 780). Aqui, a percentagem é de 59%.

Através do gráfico, podemos ver como a tendência assinalada para a indicação da idade pelo arredondamento aos lustros se verifica a partir dos 20 anos. Podemos dizer que até essa idade a indicação se faz quase sempre de uma forma exacta, devido talvez a uma maior facilidade de contagem e a um maior choque que a morte de gente jovem provoca sempre na sociedade em que o defunto está inserido. A partir daí, a regra parece ser o arredondamento, quase não aparecendo a idade exacta: temos apenas uma idade de 57 anos e uma, bastante duvidosa, de 51 anos. Todas as outras nos parece que serão arredondadas, pois não será de crer que uma maioria da população morresse com uma idade tão exacta.

Não deveremos tirar conclusões sobre a idade média de vida da população com uma amostra tão pouco significativa.

6. FORMULÁRIO

A existência da fórmula *D M S*. não é frequente na área da *civitas*. Surge apenas em Viseu (três placas funerárias), na zona de Penalva do Castelo (4 monumentos), em Germinade (S. Pedro do Sul), na Quinta dos Matos (Sátão) e em Vila Boa (Mões, Castro Daire). A sua repetição mais frequente em Viseu e na zona de Penalva do Castelo interpretamo-la como sinal de um maior índice de romanização das duas áreas. Viseu era a capital regional e junto a Penalva do Castelo se situaria um aglomerado urbano importante (Alarcão, 1989a, p. 307) à volta do qual se localizavam várias *villae*. Aí seriam mais seguidas as regras romanas de culto aos mortos.

A adopção desta fórmula, mais do que um carácter jurídico (Mangas, 1983, p. 174-175), demonstrará uma aculturação religiosa (Encarnação, 1984, p. 819) daqueles que a utilizam nos seus epitáfios ou nos dos que lhes foram queridos em vida.

Ainda em Penalva do Castelo, deveremos assinalar a existência de uma fórmula funerária final repleta de significado e bem elucidativa da mentalidade romana perante a morte: *D R P S T T L*, "Rogo-te, ó transeunte, que digas: que a terra te seja leve" [nº 72]. A morte não significa um corte da relação com os vivos, mas o morto continua a viver na memória dos vivos e os vivos continuam a dialogar com o morto através da resposta positiva a dar-lhe. Quem se negará a satisfazer um pedido feito com tanto carinho? A morte mais não é mais do que uma separação do mundo dos vivos, é apenas uma transição para um outro mundo onde o morto pode continuar a dialogar com os vivos e a relacionar-se com eles influenciando a sua vida e recebendo deles manifestações piedosas, *que a terra te seja leve*, para lhe aliviar o peso da terra debaixo da qual se encontra sepultado.

A nível de formulário religioso assinala-se a grande variedade de fórmulas. Detectam-se 21 maneiras diferentes de fazer a dedicatória. *VS, ALP, ALVP, VLS, VMP, LAS, VAS, S, VALS, VF, ALVS, LAP, TPL, ALMVS* são fórmulas que se encontram uma única vez nas aras estudadas. Apenas três se repetem: *ALVS, VALS, V*. Há ainda formas próprias de consagração: *Votum Iovi Solvit, Sacrum Iovi, Vocto Tolit Iussu, Aram Seruit*. Esta variedade mostra bem como os indígenas desta região tinham conhecimento da forma de cultuar romana, mas adaptavam as fórmulas à sua maneira.

CONCLUSÃO

Ao longo do texto que deixamos, tentámos caracterizar a região de Viseu na época romana. É certo que são vários séculos de civilização e cultura de que poucos e fracos vestígios nos ficaram. Procurámos pôr estes fracos vestígios a falar, dizendo-nos aquilo que os homens não nos deixaram escrito. Apesar disso, são muitas as dúvidas que permanecem sem resposta, mas algumas certezas parecem surgir no horizonte, mais aquelas que estas, todavia.

Uma das maiores surpresas do presente estudo relaciona-se com o fraco índice de romanização atingido na *civitas*. A uma forte e incontestável presença romana, podemos opor que a civilização não penetrou verdadeiramente nestes povos montanhese. A ausência total de mosaicos, por ex., ou a presença de um único elemento escultórico na capital, é bem evidenciadora da pobreza destes indígenas e da sua não adopção dos requintes de vida romanos. O mesmo parece revelar a falta de colonos romanos, a onomástica que permaneceu de base indígena e a religião em que o povo preferiu continuar a venerar os seus deuses tradicionais.

Um outro aspecto a salientar, é que a maioria das inscrições votivas a divindades indígenas são provenientes dos castros romanizados, enquanto as poucas inscrições dedicadas a deuses do panteão latino são da região do planalto. Este contraste religioso verifica-se igualmente ao nível do povoamento: enquanto na região periférica predominam os povoados em altura, rareando outro tipo de povoamento, na região centro-sul sucede o inverso, ou seja, os castros são raros e predomina um povoamento disperso à base de *villae* e habitats.

Quando chegaram os Romanos à região de Viseu? Não podemos dizer quando se deram os primeiros contactos entre indígenas e Romanos. Nos castros romanizados e estações romanas escavadas até agora, os objectos romanos encontrados não vão além do séc. I a. C. É provável que já existisse um conhecimento mútuo e talvez mesmo encontros entre Romanos e indígenas antes desse século, mas nada se pode confirmar. Que muitos povoados pré-romanos continuaram a ser utilizados é ideia que deve reter-se, sendo falsa a ideia que existia há alguns anos de que os castros da Idade do Ferro foram sistematicamente abandonados. Apesar disso, deverá reconhecer-se que houve povoados abandonados na época romana, não sendo, porém, muito evidentes as razões desse abandono.

Poderá também dizer-se que os povoados de altura romanizados, os chamados castros, terão tido um importante papel na difusão da nova cultura e nova mentalidade, constituindo-se aí os novos aglomerados urbanos secundários e terciários.

Do período de consolidação do domínio romano, ocorrido por meados do séc. I a. C., deverá datar a construção do único estabelecimento militar existente na área, a chamada Cava de Viriato.

Tem-se dito que Viseu foi um povoado pré-romano reaproveitado pelos conquistadores quando aqui chegaram. Contrariamente a essa ideia, defendemos antes que os Romanos tenham fundado Viseu nos últimos anos do séc. I a. C. ou primeiros da nossa era. Constituída uma nova *civitas* que englobava um variado leque de povos vizinhos alcandorados nos seus ninhos de águia, logo a cidade foi destinada a capital regional.

A centralidade de Viseu, as riquezas em recursos mineiros e agrícolas da região, terão sido os principais factores que levaram os Romanos a esta opção.

As aptidões dos terrenos para o cultivo da vinha fizeram com que as zonas onde hoje se pratica esta cultura tenham sido as mais povoadas e ocupadas na época romana, daí resultando que grande parte das povoações e quintas tradicionais actuais assentem sobre estações romanas.

O estudo a que procedemos sobre a viação romana da área permitiu-nos tirar algumas ilações que poderão ser válidas não só para a região, mas também para outras zonas do Império, quer em relação à técnica de construção, quer em relação à sua importância ou ao decalque que muitas estradas actuais fazem dessas vias.

Após a observação de mais de duas centenas e meia de lugares com vestígios romanos, podemos dizer que a atracção urbana, a atracção viária e a atracção das águas foram factores fundamentais na localização das *villae* e outros tipos de povoamento romano.

Para esta região, podemos também concluir por uma distribuição irregular das *villae* e habitats romanos, registando-se a sua adaptação aos terrenos onde se implantam.

O povoamento romano situa-se normalmente em zonas de meia-encosta, viradas a sul, sudeste ou sudoeste, raramente se encontrando em encostas viradas a norte.

A altitude varia, mas a maioria das *villae* situam-se entre os 400-500 metros, só esporadicamente se ultrapassando o último número.

A nível da sociedade e das suas manifestações visíveis através da Epigrafia, podemos dizer que os indígenas se mantiveram em grande parte fiéis às suas antigas crenças religiosas, adoptaram o latim como sua língua, mas conservaram, todavia, alguns traços dos falares indígenas, reflectindo-se as dificuldades de aculturação linguística em algumas inscrições votivas ou funerárias.

Se as dúvidas que ficam são muitas, uma certeza final podemos ter: na região de Viseu houve uma profunda presença romana, o que mostra que, afinal, também as regiões do interior do actual Portugal sofreram a cobiça de Roma.

BIBLIOGRAFIA

FONTES:

- Apiano, *História das Guerras da Ibéria de Apiano*, edição de António de Sousa Araújo e José Cardoso, Braga, 1991.
- Avieno, *Orla Marítima*, edição de José Ribeiro Ferreira, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.
- Cícero, *De Natura Deorum*, Arno Press, vol II, Nova York, 1979.
- Columela, *De Re Rustica*, The Loeb Classical Library, Londres, 1960.
- Estrabão, *Geografía*, Libros III-IV, Edição de M^a José Meana y Félix Piñero, Editorial Gredos, Madrid, 1992.
- Plínio, *Naturalis Historia*, Edição M. E. Littré, 1848; Ed. J. Beaujeu et alii, Les Belles Lettres, Paris, 1950; Edição Loeb Classical Library; .

OUTRA BIBLIOGRAFIA:

- ALARCÃO, Adília, 1958 = Sigillata hispânica em museus do norte de Portugal, *Revista de Guimarães*, 68, 3-4, Guimarães, 1958, p. 249 - 316.
- ALARCÃO, Jorge de, ÉTIENNE, Robert e FABRE, Georges, 1969 = Le culte des Lares à Conimbriga (Portugal), *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, p. 213-236.
- ALARCÃO, Jorge, 1975 = *La Céramique Commune Locale et Régionale*, Fouilles de Conimbriga, V, Paris.
- ALARCÃO, Jorge e ÉTIENNE, Robert, 1976 = Le Portugal à l'époque augustéenne, *Symposion de Ciudades Augusteas*, Saragoça, p. 171-187.
- ALARCÃO, Jorge, 1983 = *Portugal Romano*, 3^a edição, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge, 1985 = Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve - A propósito de uma obra de José d'Encarnação, *Arqueologia*, 11, p. 99 - 111.

- ALARCÃO, Jorge, 1988 = *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge, 1988a = *Roman Portugal*, volume II, Warminster.
- ALARCÃO, Jorge, 1989 = Geografia política e religiosa da *civitas* de Viseu, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 305-314.
- ALARCÃO, Jorge, 1989a = *A Cidade Romana de Viseu*, Viseu.
- ALARCÃO, Jorge, 1990 = Identificação das cidades da Lusitânia Portuguesa e dos seus Territórios, *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires*, Paris, p. 21-34.
- ALARCÃO, Jorge, 1990a = Divindades da Beira: Ensaio de Geografia Religiosa, *Arqueologia Hoje I - Etno-Arqueologia*, Faro, p. 146-169.
- ALARCÃO, Jorge, 1990b = O Domínio Romano, *Nova História de Portugal - Volume I, Portugal das Origens à Romanização*, Editorial Presença, Lisboa, p. 343- 489.
- ALARCÃO, Jorge, 1992 = A cidade romana em Portugal - Renovação urbana em Portugal na Época romana, *Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 72-127.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes, 1966 = *La onomastica personal primitiva de Hispania, Tarraconense y Betica*, Salamanca.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes, 1972 = Nuevos Antroponimos Hispanicos - 2ª serie, *Emerita*, XXXII, 2, 1964, p. 209-252; XXXIII, 1, 1965, p. 111-143; XL, 1, 1972, p. 1-29; XL, 2, 1972, p. 287-318.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes, 1975 = *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua*, Valladolid.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes, 1976 = La antroponimia prerromana de la Peninsula Iberica, *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas en la Peninsula Iberica*, Salamanca, p. 57-86.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes, 1985 = La onomastica personal indigena del noroeste peninsular (astures y galaicos), *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, Salamanca, p. 255-310.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes, 1985a = A proposito de algunas divinidades lusitanas, *Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae*, Vitória, p. 469-474.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lourdes, 1987 = La onomastica personal indígena de la region septentrional, *Veleia*, p. 155-194.
- ALBUQUERQUE, J. Pina Manique e, 1962 = Mapa da Galiza sueva. Paróquias martinianas (séc. VI). Balizas episcopais visigodas (séc. VII) na diocese de Lamego, *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. XXVI Congresso Luso-Espanhol. Secção VII. História e Arqueologia*, Porto, p. 213-220.

- ALFÖLDY, G., 1969 = *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen der Römischen von Augustus bis Diokletian*, Wiesbaden.
- ALMEIDA, António de, 1942 = Por terras de Penalva (Beira Alta). Apontamentos para o estudo da arqueologia e da história da região", *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 94, p. 233-282.
- ALMEIDA, João de, 1946 = *Livro das Fortalezas e Monumentos Militares Portugueses*, vol. I, Lisboa.
- ALMEIDA, D. Fernando de, 1953 = *Terminus augustalis* entre Talabriga e Langobriga, *O Arqueólogo Português*, 2ª série, p. 209-212.
- ALMEIDA, D. Fernando de, 1956 = *Egitânia - História e Arqueologia*, Lisboa.
- ALMEIDA, Justino Mendes de, 1965 = De minimis... Nótulas várias de Epigrafia, *Conimbriga*, IV, p. 80.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1970 = O Documento nº 13 dos Diplomata et Chartae - Duas Considerações, *Lucerna, V - Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, p. 635- 646.
- ALVELOS, M., 1936 = O deus Lurunio, jornal *Distrito de Viseu*, nº 353, 29 - VII.
- ALVELOS, Manuel, 1948 = Monumentos Antigos de Viseu, *Beira Alta*, VII, 4, p. 331-335.
- ALVELOS, Manuel, 1952 = A ara das Vendas de Cavernães, *Beira Alta*, XI, 3, p. 263-266.
- ALVELOS, Manuel, 1967 = *Luru, divindade lusitano-romana das Vendas de Cavernães*, Viseu.
- ALVES, Alexandre, 1960 = O Castelo de Mangualde e a cidade de Viseu, *Beira Alta*, p. 85-97.
- ALVES, Alexandre, 1975 = Antiguidades de Viseu, *Beira Alta*, XXXIV, 4, p. 429-454.
- ALVES, Alexandre, 1987 = Artistas e artífices nas dioceses de Viseu e Lamego, *Beira Alta*, XLVI, 1 e 2, p. 3-34.
- ALVES, Alexandre, 1987 a = Monumentos religiosos de Viseu - IV - A Igreja da Senhora da Conceição da Ribeira, *Feira de S. Mateus, 1987 - Programa Oficial*, Viseu.
- ALVES, Alexandre, 1989 = *O Santuário de Nossa Senhora do Castelo em Mangualde*, Mangualde.
- ALVES, Alexandre, VALE, A. de Lucena e, CARDOSO, Reinaldo, MOUTA, Maria Fernanda, 1992, = *Viseu, Feira Franca*, Viseu.
- AMARAL, A. E. Maia do, 1982 = Sobre três inscrições perdidas da Bobadela (Oliveira do Hospital), *Conimbriga*, 21, p. 101-126.
- AMARAL, A. E. Maia do, 1983 = Considerações preliminares acerca do Forum II de Bobadela, *Munda*, 5, p. 3-14.

- ANACLETO, Regina = 1981 = *Bobadela Epigráfica*, Coimbra.
- ARAGÃO, Maximiano de, 1894 = *Vizeu, Apontamentos Históricos*, tomo I, Viseu.
- ATHAYDE, A., 1953 = Schulten e Portugal, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 7, 1, p. 49-54.
- AZEVEDO, Pedro A. de, 1897 = Extractos das Memórias parochiais de 1758, *O Arqueólogo Português*, III.
- AZEVEDO, Rogério de, 1954 = A inscrição de Lamas de Moledo (Castro Daire) - Documento musical único na Europa (Elementos para a sua interpretação), *Beira Alta*, XIII, 1 e 2, p. 1-40.
- AZEVEDO, Rogério de, e FIGUEIREDO, Moreira de, 1955 = Uma excursão arqueológica ao Caramulo - Três notáveis inscrições inéditas do concelho de Vouzela, *Beira Alta*, XIV, III, p. 209-216.
- BACARABÈRE, Georges, 1963 = Stations Gallo-romaines en Lauragais, *Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France*, XXIX, p. 9-83.
- BALMORI, H. 1935 = Sobre la inscripción bilingue de Lamas de Moledo, *Emerita*, 3, p. 77-119.
- BARBIERI, G., 1977 = Sull'onomastica delle famiglie senatoriale dei primi secondi secoli dell'Imperio, *L'Onomastique Latine*, Paris.
- BARROCA, Mário Jorge, 1987 = *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre Douro e Minho (Séculos V-XI)*, Porto, (policopiado).
- BARROCA, M. J. B., 1989 = Sepulturas Escavadas na Rocha, *Arqueologia*, nº 19.
- BELO, Aurélio Ricardo, 1970 = Algumas palavras sobre a Torre *Centum Cellas* de Belmonte, *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, p. 35-55.
- BERARDO, José de Oliveira, 1857 = Memórias sobre algumas inscrições encontradas no distrito de Viseu, *História e Memórias da Academia Real das Ciências*, Tomo II, Lisboa.
- BLANCO FREIJEIRO, A., 1959 = Pátera argêntea com representação de uma divindade lusitana, *Revista de Guimarães*, 69, 3 e 4, p. 453-457.
- BLANCO FREIJEIRO, A., 1977 = *El Puente de Alcantara en su Contexto Historico*, Madrid.
- BLÁZQUEZ MARTINEZ, José Maria, 1957 = *Aportaciones al estudio de las religiones primitivas de Hispania*, *Archivo Espanol de Arqueologia*, XXX, p.15-86.
- BLÁZQUEZ MARTINEZ, José Maria 1962 = *Religiones Primitivas de Hispania, vol. I - Fuentes Literarias y Epigraphicas*, Roma.

- BLÁZQUEZ MARTINEZ, José Maria, 1975 = *Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid.
- BLÁZQUEZ MARTINEZ, José Maria, 1983 = *Primitivas Religiones Ibericas - Tomo II - Religiones Prerromanas*, Ediciones Cristiandad, Madrid.
- BOLETIM, 1967 = *Boletim de Minas da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos*, vol IV, nº 3, Julho-Setembro, 1967.
- BORGES, Nelson Correia, 1976 = A Inscrição CIL II 6275a, *Conimbriga XV*, p. 117-127
- BORGES, Nelson Correia, 1979 = Os «Castros da Região de Penacova, *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, p. 199-206.
- BOTTO, Maria Margarida Donas, 1986 = Inscrição Rupestre de Penela da Beira, *Ficheiro Epigráfico*, 16, 72.
- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho, 1959 = Inscrições romanas do Balneum de Lafões, *Beira Alta*, XVIII 3 e 4, p. 229-264.
- BRANDÃO, D. Domingos de Pinho, 1963 = Ara dedicada a Júpiter e pedra sepulcral insculturada de Sanfins - Paços de Ferreira, *Lucerna*, III, Porto, p. 232-235.
- C.L. 1913 = C. L. Aquisições do Museu Etnológico Português, *O Arqueólogo Português*, XVIII, p. 131-165.
- CAAMAÑO GESTO, Jose Manuel, 1972 = Los Aelii de la Peninsula Iberica, *Boletim del Seminario de Estudos de Arte e Arqueologia*, 38, p. 133-168.
- CAAMAÑO GESTO, Jose Manuel, 1978 = Aportaciones al Estudio de las Vias Romana: Tecnicas de construccion e características Generales de su Trazado, *Minia*, 2ª série, 2, Braga, p. 88-92.
- CAGNAT, René, 1914 = *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 1914.
- CARDOSO, Mário, 1959 = Uma interessante inscrição funerária, *Beira Alta*, XVIII, 3 e 4, p. 205-212.
- CARNOY, A. J., 1983 = *Le Latin d'Espagne d'après les Inscriptions*, Bruxelas, 1983 (reimpressão).
- CARVALHO, Amadeu Ferraz de, 1942 = Vias Romanas no Concelho de Tondela, *Beira Alta*, I, 1, p. 37-44.
- CARVALHO, Amadeu Ferraz de, 1981 = *A Terra de Besteiros e o Actual Concelho de Tondela (Esboço histórico e toponímico)*, Viseu (reimpressão).

- CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de, 1988 = Apontamentos Bibliográficos de Arqueologia viseense: Cava de Viriato, *Beira Alta*, XLVII, 1 e 2, p. 121-141.
- CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de, 1989 = *Roteiro Arqueológico do Concelho de Penedono*, Viseu.
- CASTILLO, Alberto del, 1968 = Cronologia de las Tumbas Llamadas olerdolanas, *Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología*, Mérida, p. 835-845.
- CASTILLO, Alberto del, 1972 = Excavaciones Altomedievales en las Provincias de Soria, Logroño y Burgos, *Excavaciones Arqueológicas de Espana*, vol. 75, Madrid.
- CASTILLO GARCIA, Carmen, 1976 = Städte und personen der Baetica, *Ausftieg und Niedergang der Römischen Welt*, II, 3, p. 601-654.
- CASTRO, João Bautista de, 1748 = *Roteiro terrestre de Portugal*, Lisboa.
- CENTENO, Rui M. S., 1978 = Um tesouro de *aurei* do norte de Portugal, *Numus*, 2ª série, I, p. 37-98.
- CENTENO, Rui M. S., 1987 = *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto.
- CHEVALLIER, R. 1972 = *Les Voies Romaines*, Paris.
- COELHO, José, 1926 = Castro de Santa Luzia, jornal *A Voz da Verdade*, 290, 27 - 11.
- COELHO, José, 1927 = Berardo e as inscrições do Viso, jornal *A Voz da Verdade*, 339.
- COELHO, José, 1927a = Notas Arqueológicas X - Vivendas rústicas romanas, jornal *O Eco de Viseu*, ano I, nº 3.
- COELHO, José, 1927b = Vivendas rústicas romanas, jornal *A Voz da Verdade*, 292.
- COELHO, José, 1927c = Vivendas rústicas romanas, jornal *A Voz da Verdade*, 293, de 08 - 01.
- COELHO, José, 1927d = Notas Arqueológicas, XIII, jornal *A Voz da Verdade*, 295, 24 - 01.
- COELHO, José, 1928 = *Notas Arqueológicas- Inscrições da Quinta do Viso*, Viseu.
- COELHO, José, 1934 = Construções romanas junto da Sé de Viseu, jornal *Distrito de Viseu*, 259, 30 - 06.
- COELHO, José, 1935 = Cava de Viriato, jornal *Distrito de Viseu*, 292, 16 - 02.
- COELHO, José, 1935a = Cava de Viriato, jornal *Distrito de Viseu*, 292, 16 - 03.
- COELHO, José, 1941 = *Beira Histórica, Arqueológica e Artística. Memórias de Viseu (arredores). I. A freguesia do Salvador e o extinto concelho do Barreiro*, Viseu.
- COELHO, José, 1941a = Origens de Viseu, *Documentário Gráfico de Viseu*, Viseu.
- COELHO, José, 1942 = Antiguidades de Viseu, *Documentário Gráfico de Viseu*, Viseu.

- COELHO, José, 1942a= Vias romanas de Viseu, *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, 4º, Porto, 1942, 7ª secção, Ciências Históricas e Filológicas*, Porto, p. 162-169.
- COELHO, José, 1943 = Importância de Viseu na época romana, *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, 4º, Porto, 1942, 7ª secção, Ciências Históricas e Filológicas*, Porto, p. 156-161.
- COELHO, José, 1944 = Notas Arqueológicas. Um Cubêlo da Muralha Medieval de Viseu, *jornal Política Nova*, 21-5.
- COELHO, José, 1944 = Notas Arqueológicas V, Ainda a Muralha Afonsina, *jornal Política Nova*, 25-6.
- COELHO, José, 1948 = José Coelho, Notas arqueológicas, "Cidades Mortas" - Contribuição para o estudo arqueológico e artístico da Beira, *Ethnos*, III, p. 282-298.
- COELHO, José, 1949 = *Notas Arqueológicas. Subsídios para o Estudo Etnológico da Beira*, 1º vol., Viseu.
- COELHO, José, 1950 = Três Templos Romanos, *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, tomo VIII, 7ª secção, Ciências Históricas e Filológicas*, Lisboa, p. 359-372.
- COELHO, José, 1957 = Notas epigráficas - Cinco inscrições latinas (de Viseu e imediações), *XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, vol. VIII, Coimbra, p. 241-257.
- COELHO, José, 1963 = Valorização e Defesa da Cava de Viriato, *Lucerna*, 3, Porto, p. 252-259.
- COELHO, António Borges, 1989 = *Portugal na Espanha Árabe*, vol. 2 - História, Lisboa.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990 = Homens, Espaços e Poderes - Seculos XI-XIV - I Notas do Viver Social, *Livros Horizonte*, p. 121-138.
- COELHO, Luís, 1991 = *Jorge Alarcão, A cidade romana de Viseu, Câmara Municipal, 1989. 57 pp., il. Estudos Viseenses, 1*, Euphrosyne, Nova série, vol XIX, Lisboa.
- CORREIA, A. A. Mendes, 1928 = A Lusitânia Pré-romana, *História de Portugal*, direcção de Damião Peres, vol. I, Barcelos, p. 77-214.
- CORREIA, A. A. Mendes, 1916 = Sobre alguns objectos proto-históricos e lusitano-romanos de Alpiarça e Silvã, *O Archeologo Português*, 21, p. 331-337.
- CORREIA, Alberto, SILVA, Celso Tavares da, 1976 = O Castro da Cárcoda, *Beira Alta*, XXXV, 2, p. 151-162;
- CORREIA, Alberto, e SILVA, Celso Tavares da, 1977 = O Castro da Cárcoda, *Beira Alta*, XXXVI, 2 e 3, p. 281-306; 4, p. 389 - 310.

- CORREIA, Alberto, e CORREIA, Arminda, 1978 = Os pios de piar (milhos) no castro da Cárcoda, *Actas das III Jornadas Arqueológicas - 1977*, Lisboa, p. 127-144.
- CORREIA, Alberto, SILVA, Celso Tavares da e VAZ, João Luís, 1979 = Catálogo da "Coleção Arqueológica Dr. José Coelho, *Beira Alta*, XXXVIII, 3, p. 605-639.
- CORREIA, Alberto, SILVA, Celso Tavares da e VAZ, João L. Inês, 1984 = Castro de Santa Luzia, *Informação Arqueológica*, nº 4, p. 124 - 125.
- CORREIA, Alberto, SILVA, Celso Tavares da e VAZ, João L. Inês, 1985 = Castro de Santa Luzia, *Informação Arqueológica*, nº 5, p. 145.
- CORREIA, Alberto, ALVES, Alexandre e VAZ, João L. Inês, 1986 = *Castro Daire*, Viseu.
- CORREIA, Alberto, SILVA, Celso Tavares da e VAZ, João L. Inês, 1986a = Castro de Santa Luzia, *Informação Arqueológica*, 7, p. 99-100.
- CORTEZ, Fernando Russell, 1951 = Da terra "sigillata tardia" encontrada em Portugal, *Beira Alta*, X, 1 e 2, p. 3-70.
- CORTEZ, Fernando Russell, 1951b = Das Populações Pré-Celtas do Norte de Portugal, Separata do *Boletim da Associação da Filosofia Natural*, vol. II, nº 21.
- CORTEZ, Fernando Russell, 1952 = Os Tapori de Plínio. Subsídios para a sua localização, *Zephyrus*, 3, p. 175-178.
- CORTEZ, Fernando Russell, 1953 = A localização dos Meidubrigenses, *Zephyrus*, 4, p. 503-506.
- CORTEZ, Fernando Russell, 1955 = Contribucion al estudio de la ProtoHistoria de los «Lusitani» (Entre el Duero y el Tajo), *Archivo Español de Arqueología*, XXVIII, p. 90-101.
- CORTEZ, Fernando Russell, 1957 = Contributo para o estudo da hierologia pré-romana da Beira, *Viriatis*, I, p. 33-42.
- CORTEZ, Fernando Russel = Dois moldes de fundição de bronze da Crasto de Santa Luzia - Viseu, *Cronica del XI Congresso Nacional de Arqueologia*, p. 395.
- CRUZ, António João de Carvalho da, 1981 = Os Cadernos de Notas Arqueológicas do Dr. José Coelho e a sua Coleção Arqueológica, *Beira Alta*, XL, 1, p. 157 -166.
- CRUZ, António João de Carvalho da, 1981a = Viseu - Roteiro Bibliográfico, *Beira Alta*, XL, 2, p. 395-426.
- CRUZ, António João de Carvalho da, 1981b = Cossoiros do castro da Cárcoda (Carvalhais, S. Pedro do Sul), *Beira Alta*, XL, 2, p. 381-394.
- CRUZ, António João de Carvalho da, 1981c= Cossoiros da Castro da Cárcoda (Carvalhais, S. Pedro do Sul), *Beira Alta*, XL, 2, p. 381-394.

- CRUZ, António João de Carvalho da, 1986 = Em Torno das Origens de Viseu, *Beira Alta*, XLV, 1 e 2, p. 145- 180.
- CUNHA, Padre Donato de Almeida e, =*S. Pedro de France*, s/ d/.
- CURADO, Fernando Patrício, 1979 = Epigrafia das Beiras, *Conimbriga*, XVIII, p. 139-148.
- CURADO, Fernando Patrício, 1982 = A Viação Romana no concelho de Penamacor - Contribuição para o Estudo da Via de Mérida a Braga, *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor, realizado em 5, 6 e 7 de Outubro de 1979*, Penamacor, p. 83-94.
- CURADO, Fernando Patrício, 1985 = Epigrafia das Beiras (Notas e Correções - 1), *Beira Alta*, XLIV, 4, p. 641-655.
- CURADO, Fernando Patrício, 1985a = Inscrição Rupestre de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Ficheiro Epigráfico*, 11, 48.
- CURADO, Fernando Patrício, 1986 = A propósito de Conimbriga e Coniumbriga, comunicação ao I Congresso Internacional sobre o rio Douro (a sair nas Actas).
- CURADO, Fernando Patrício, 1986b = Ara votiva de Furtado, *Ficheiro Epigráfico*, 17, 74.
- CURADO, Fernando Patrício, 1986c = Lápide do Ramirão, *Ficheiro Epigráfico*, 17, 79.
- CURADO, Fernando Patrício, 1987 = Marco miliário de Alagoas (Sabugal), *Ficheiro Epigráfico*, 22, 102.
- CURADO, Fernando Patrício, 1989 = As inscrições indígenas de Lamas de Moledo (Castro Daire) e do Cabeço de Fráguas, Pousafoles (Sabugal): duas teogonias, diferente etnogénese?, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 349-370.
- CURADO, Fernando Patrício, 1989a = Estela de Lamas de Moledo (Castro Daire), *Ficheiro Epigráfico*, 30, 135.
- DAUX, G. 1977 = L'onomastique latine d'expression grecque, *L'Onomastique Latine*, Paris, p. 405-417.
- DAVIDSON, I., e BAILEY, G. N., 1984 = Los yacimientos sus territorios de explotación y la topografía, *Boletim del Museo Arqueologico Nacional*, 2, Madrid, p. 25-26.
- DIAS, E. Rocha, 1901 = Notícias archeologicas extrahidas do Portugal Antigo e Moderno de Pinho Leal, *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívís e Archeologos Portugueses*, 4ª série, 9 2.
- DIAS, Maria Manuela Alves, 1985 = Da latinização onomástica à romanização onomástica no processo de aculturação dos *Igaeditani*, *Symbolae Lvdovico Septvagenario Oblatae quas edidit José L. Melena*, Vitoria, p. 557-561.

- DIAS, Maria Manuela Alves, 1986 = Inscrição Votiva da Quintela de Azurara, Mangualde, *Ficheiro Epigráfico*, 20, 90.
- DIAS, Maria Manuela Alves, e DUARTE, Cidália, 1986a = Nossa Senhora do Crasto, *Informação Arqueológica*, 7, p. 98-99.
- DIAS, Maria Manuela Alves, 1987 = O deus Arus(?), de Castro Daire, Viseu, Portugal, (CIL, II, 5247), comunicação ao *I Coloquio Internacional sobre las Religiones Prehistoricas en la Peninsula Iberica*, Salamanca/Caceres.
- DIAS, Maria Manuela Alves, 1989 = A propósito da inscrição E. Epigr. IX, 40, de Cárquere, Resende: os Ulpii na Lusitânia, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 333-343.
- DIAS, Maria Manuela Alves, 1991 = O deus Arus(?) de Castro Daire, Viseu, Portugal (CIL, II, 5247), *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 361-366.
- DIEZ de VELASCO, Francisco P., 1987 = *Balnearios e Divinidades de las Aguas Termales en la Peninsula Iberica en Época Romana*, Madrid.
- DIOGO, A. M. Dias, 1986 = A. M. Dias Terra Sigillata Hispânica de Nandufe, Tondela, *Beira Alta*, XLV, 3 e 4, p. 393-395.
- DUHAMEL, Pascal, 1974 = Les fours de Potiers, *Les Dossiers de l'Archéologie*, nº 6, Setembro-Outubro, p. 54-66.
- EE = *Ephemeris Epigraphica*, IX, Berlim.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1973 = Banda uma importante divindade indígena, *Conimbriga*, XII, 1973, p. 199-215.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1975 = *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1976 = Additamentum, *Conimbriga*, XV, p. 142-144.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1977 = Epigrafia romana do nordeste alentejano - Nisa, Torre de Palma e Silveirona, *Conimbriga*, XVI, p. 59-82.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1979 = *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*, Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1984 = *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis - Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1984a = Pinho Brandão, Epigrafista, *Lucerna Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto, p. 203-211.

- ENCARNAÇÃO, José d', 1985 - Omissão dos teónimos em inscrições votivas, *Veleia*, 2-3, p. 305-3310.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1987 = Divindades Indígenas da Lusitânia, *Conimbriga*, XXVI, p. 5-37.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1989, = Indigenismo e romanização na epigrafia de Viseu, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 315-324.
- ERNOUT, A., 1974 = *Morphologie Historique du Latin*, éditions Klincksieck, Paris.
- ÉTIENNE, Robert, 1963 = H. Nordberg, Biometrical Notes, *Latomus*, p. 164-166.
- ÉTIENNE, Robert, 1974 = *Le culte impériale dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1974, (reimpressão).
- ÉTIENNE, Robert, FABRE, Georges e LÉVÊQUE, Pierre et Monique, 1976 = *Fouilles de Conimbriga - II - Épigraphie et Sculpture*, Paris.
- FABIÃO, Carlos, 1989 = *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa.
- FERDIÈRE, Alain, 1975 = Les Fouilles de l'Atelier de Poterie Gallo-Romain de «Chatillon», *Bulletin de la Société Archéologique et Historique de l'Orléanais, Nouvelle série, Tome VI, 1973-1974*, nº 45.
- FERNANDES, A. de Almeida, 1968 = *Paróquias Suélicas e Dioceses Visigóticas*, Viana do Castelo.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, 1982 = Vestígios Proto-Históricos e Romanos do Verdugal, *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor realizado em 5, 6 e 7 de Outubro de 1979*, Penamacor, p. 57-64.
- FERNÁNDEZ-ALBALÁT, Blanca Garcia y, 1983 = Las divinidades indígenas de la Hispania prerromana. - En pos de una metodología, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25, 2-4, p. 275-283.
- FERNÁNDEZ-ALBALÁT, Blanca Garcia y, 1990 = *Guerra y Religion en la Gallaecia y la Lusitania Antiguas*, A Coruña.
- FERREIRA, J. A. Pinto, 1962 = Numão - Notável Estação Arqueológica, *Studium Generale*, IX, p. 118-124.
- FERREIRA, Agostinho Campos e FERREIRA, Maria Clara Figueiredo C., 1978 = O «porco de Pedra» de Paredes da Beira, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 23, 2-3, Porto, p. 340-345.
- FERREIRA, António de Brum, 1978a = *Planaltos e montanhas do norte da Beira - Estudo de Geomorfologia*, Lisboa.

- FERREIRA, Ana Isabel de Sá, 1984 = Árula Votiva de Vendas de Cavernães, *Ficheiro Epigráfico*, 16, 71.
- FERREIRA, Celestino, 1984a = Santiago de Cassurrães. História da Freguesia, jornal *Notícias da Beira*, ano 53, nº 1281, 2 - 4.
- FIGUEIREDO, A. C. Borges de, 1887 = Ara romana descoberta em Castro Daire, *Revista Archeologica e Histórica*, I, p. 52-57.
- FIGUEIREDO, Borges de, 1887a = Cippo funerário romano descoberto em Vizeu, *Revista Archeologica e Histórica*, I, p. 82-83.
- FIGUEIREDO, A. C. Mesquita de, 1898 = Vestígios Archeológicos dos Arredores de Viseu, *O Archeologo Português*, 4, p. 238.
- FIGUEIREDO, Moreira de, 1945 = Notícia Arqueológica, *Beira Alta*, IV, 1, p. 33-35.
- FIGUEIREDO, Moreira de, 1953 = Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras, *Beira Alta*, XI, 4, 1952, p. 299-330; XII, 1, 1953, 27-63; XII, 2 e 3, 153-206.
- FIGUEIREDO, Moreira de, 1958 = Arqueologia Lafonense, *Beira Alta*, XVIII, 4, p. 353-389.
- FIGUEIREDO, Moreira de, 1959 = Figueiredo das Donas na Pré-História e na História - Notícia de alguns achados e monumentos, jornal *Notícias de Vouzela*, 1 - 11.
- FIGUEIREDO, A. Poças de, 1970 = Serra de S. Macário e suas dependências na área correspondente às freguesias de Covas do Rio, S. Martinho das Moitas e Sul, *Beira Alta*, 29, 2, p. 229-249.
- FINZI, C. Vita, 1975 = Related territories and alluvial sediments, *Paleoeconomy*, Cambridge, p. 225-231.
- FINZI, C. Vita, 1978 = *Archaeological Sites in their Setting*, Londres.
- FRADE, Helena e MOREIRA, José Beleza, 1992 = A arquitectura das Termas Romanas de S. Pedro do Sul, *Espacio, Tiempo y Forma, Revista de la Facultad de Geografía e Historia, serie II*, 5, *Historia Antigua*, Madrid, p. 515-544.
- GAMA, C. Manuel Fonseca da, 1940 = *Terras do Alto Paiva, Memória Histórico-geográfica e Etnográfica do Concelho de Vila Nova do Paiva*, Lamego.
- GARCIA, José Manuel, 1991 = *Religiões Antigas de Portugal- Aditamentos e Observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos - Fontes Epigráficas*, Lisboa.
- GARCIA IGLESIAS, Luís, 1976 = Autenticidad de la Inscripción de Municipios que sufragaron el puente de Alcantara, *Revista de estudios Estremenos*, 32, 2, p. 263-275.

- GARCIA QUINTELA, Marco V., 1991 = El Sacrificio Humano Adivinatorio Celtico y la Religion de los Lusitanos, *POLIS, Revista de Ideas y Formas politicas de la Antegüedad Classica*, 3, p. 25-37.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1921 = *Antiguidades Pré-históricas de Lafões - Contribuição para o estudo da Arqueologia de Portugal*, Coimbra.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1922 = Marcos miliários de Reigoso, jornal *A Beira*, nº 7, 13-08.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1922a = Marcos Miliários das Benfeitas, jornal *A Beira*, nº 8, 20-8.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1922b = *Bacia do Vouga, Estudo Geográfico*, Coimbra.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1923 = Antiguidades proto-históricas de Fataúncos, jornal *A Beira*, nº 33, 15 de Março.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1923a = Inscrição de Lamas de Moledo, jornal *A Beira*, 44, Junho.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1924 = Necrópole romana de Germinade (S. Pedro do Sul), *O Arqueólogo Português*, XXVI, p. 249 - 251.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1925 = *Viseu - estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1936 = A Cava de Viriato. Novos elementos para a sua interpretação, *Boletim da Casa das Beiras*, Lisboa, ano 2º, Junho, p. 18-19.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1940 = *Montemuro, a mais Desconhecida Serra de Portugal*, Coimbra.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1944 = A Cava de Viriato, Novos elementos apra a sua interpretação, *Beira Alta*, III, 1, p. 69-75.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1933 = Sepulturas escavadas na rocha, *Homenagem a Martins Sarmento*, p. 123.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, 1942 = A etimologia de "Viseu" e uma carta de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, *Beira Alta*, I,1, p. 15-22.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, e OLEIRO, J. M. Bairrão, 1953 = Geografia e campos fortificados romanos, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, 6-7, p. 75-76.
- GOMES, Luís Filipe C., e TAVARES, António Manuel M., 1985 = Ara Votiva de Casais, *Ficheiro Epigráfico*, 13, 55.
- GOMES, Luís Filipe C., e TAVARES, António Manuel M., 1985a = Ara funerária de Fresta, *Ficheiro Epigráfico*, 13, 56.
- GOMES, Luís Filipe C., e TAVARES, António Manuel M., 1985b = *Inscrições romanas do concelho de Mangualde*, Coimbra.

- GOMES, Luís Filipe C., e TAVARES, António Manuel M., 1985c = Ara votiva de Freixiosa, *Ficheiro Epigráfico*, 13, 54.
- GOMES, Luís Filipe C., 1985d = Duas estelas funerárias de Pinheiro de Tavares, *Ficheiro Epigráfico*, 12, 52-53.
- GOMES, Luis Filipe C., 1986 = Árula votiva de Passos, *Ficheiro Epigráfico*, 16, 69.
- GOMES, Luis Filipe C., 1987 = Achados pré e proto-históricos no concelho de Mangualde, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 27, p. 240-244.
- GOMES, Luis Filipe C., 1988 = Ara anepígrafa de Algodres, *Ficheiro Epigráfico*, 28, 129.
- GOMES, Luis Filipe C., 1989 = Origens do povo mangualdense, jornal *Renascimento*, ano 62, 3ª série, nº 47.
- GOMES, Luis Filipe C., e CARVALHO, Pedro Sobral de, 1992 = *O Património Arqueológico de Mangualde*, Mangualde.
- GÓMEZ MORENO, 1942 = Boletim del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia de la Universidad de Valladolid, tomo VIII, 1942, p. 18
- GONÇALVES, António Huet B., 1990 = Registos arqueológicos do Prof. Doutor Mendes Correia, 1920-1934, *Homenagem a J. R. Santos Júnior, vol. I*, Lisboa, p. 197.
- GORGES, Jean Gérard, 1979 = *Les Villas Hispano-Romaines - Inventaire et Problématique Archéologiques*, Paris.
- GUERRA, Amílcar, 1989 = Uma importante epígrafe proveniente do cabeço do crasto (S. Romão, Seia), *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 425-430.
- HEURGON, Jacques, 1977 = Onomastique étrusque: la dénomination gentilibre, *L'Onomastique Latine*, Paris, p. 25-34.
- HIGGS, E. S., VITA, C., FINZI, C., 1972 = Prehistoric economies: a territorial approach, *Papers in Economic Prehistory*, Cambridge, p. 27-36.
- HIPÓLITO, Mário de Castro, 1961 = Dos tesouros de moedas romanas descobertos em Portugal, *Conímbriga*, 2-3, p. 1-166.
- HIPÓLITO, Mário de Castro, 1979 = Tesouro monetário romano da Quinta da Madeira (Ferro, Covilhã), *Nummus*, 2ª série, p. 65-71.
- HODDER, Ian e ORTON, Clive, 1976 = *Spatial Analysis in Archaeology*, Cambridge, 1976.
- HOLDER, A, 1904 = *Alt-Celtischer Sprachshatz*, Leipzig.
- HÜBNER, Aemilius, 1871 = *Notícias Archeologicas de Portugal*, Lisboa.

HURTADO DE SAN ANTONIO, Ricardo, 1976 = Identificación y Localización de los Municipios Estipendiarios que Sufragaron el Puente Romano de Alcántara, *Revista de Estudios Extremeños*, 32, p. 605-618.

HURTADO DE SAN ANTONIO, Ricardo, 1977 = *Corpus Provinzial de Inscripciones Latinas - Cáceres*, Cáceres.

ILER = Jose Vives, *Inscripciones Latinas en la España Romana*, Barcelona, 1972.

JALHAY, Eugénio, 1950 = Inscrições Romanas do Museu Regional da Guarda, *Brotéria*, I, p. 560-572.

JALHAY, Eugénio, 1951 = Lápides romanas da região de Cárquere, *Brotéria*, LII, 1, p. 71-85.

JAVIER DE HOZ, 1986 = La Religión de los Pueblos Prerromanos de Lusitania, *Actas das Primeras Jornadas sobre manifestaciones Religiosas en la Lusitania (Marzo 1984)*, Cáceres, p. 30-49.

KAJANTO, I, 1982 = *Latin Cognomina*, Helsinquia, reedição.

KAJANTO, Iiro, 1968 = *On the Problem of the Average Duration of Life in the Roman Empire*, Helsinquia.

KAJANTO, Iiro, 1977 = *On the Chronology of the Cognomen in the Republican Period*, *L'Onomastique Latine*, Paris, p. 65-70.

LAMBRINO, Scarlat, 1956 = Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos, *O Arqueólogo Português, II série*, III, Lisboa, p. 6-73.

LEDAY, A., 1980 = *La Campagne à l'époque Romaine dans le Centre de la Gaule. Rural Settlement in Central Gaule in the Roman Period*, British Archeological Reports, Oxford.

LE ROUX, Patrick, 1982 = *L'Armée Romaine et l'organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris.

LE ROUX, Patrick, e TRANOY, Alain, 1984 = ..., Le mot et la chose. Contribution au débat historiographique, *Lucerna - Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto, p. 239-255.

LEAL, Pinho, 1886 = *Portugal Antigo e Moderno*, 12 vol., Lisboa.

- LEITE, Fernando Barbosa de Barros, 1956 = O concelho de Penalva do Castelo, *Beira Alta*, XV, 1, 1956, p. 29-70; 2 e 3, p. 159-178; 4, p. 277-296; XVI, 1 e 2, 1957, p. 83-95; 3 e 4, p. 121-138; XVII, 1, 1958, p. 43-61; 2 e 3, p. 161-174; 4, p. 315-327.
- LOUREIRO, José Pinto, 1957 = *Concelho de Nelas - Subsídios para a sua História*, Nelas, 1957.
- LUSITANO, Celtibero, 1975 = Em terras da Lusitânia, *Beira Alta*, 34, 1, p. 89 - 106.
- MACHADO, José Pedro, 1984 = *Dicionário Onomástico da Língua Portuguesa*, 5 vols., Lisboa.
- MAGALLÓN BOTAYA, María de los Angeles, 1987 = *La red viaria romana en Aragón*, Diputación General de Aragón, Saragoça.
- MAIA, Manuel. 1974 = Vias romanas no território dos «Interannienses», *O Arqueólogo Português*, série III, vols. VII a IX, 1974-1977, p. 215-226.
- MAIA, Manuel, 1974a = Villas romanas do território interanniense, *O Arqueólogo Português*, série III, vols. VII a IX, 1974-1977, p. 209-213.
- MANGAS MANJARRES, Julio, 1983 = La difusión de la religión romana en Asturias, *Indigenismo y Romanización en el Conventus Asturum*, Oviedo, 1983(?), p. 167-177.
- MANTAS, Vasco Gil, 1982 = Inscrições Romanas do Museu de Torres Vedras, *Conimbriga*, XXI, p. 5-100.
- MANTAS, Vasco Gil, 1984 = A inscrição rupestre da estação luso-romana de Mogueira (Resende), *Revista de Guimarães*, XCIV, 1, p. 361-370.
- MANTAS, Vasco Gil, 1988 = Evergetismo e Culto Oficial: o Construtor de templos C. Cantivs Modestivs, *Religio Deorum, Actas del Coloquio Internacional de Epigrafía Culto y Sociedad en Occidente*, Sabadell, 1992.
- MANTAS, Vasco Gil, 1988a = Implantação Rural Romana em torno da *Villa* de S. Cucufate, *Arquivo de Beja*, III, 2ª série, p. 199-214.
- MANTAS, Vasco Gil, 1990 = A rede viária do convento escalabitano, *Actas del Simposio sobre la Red Viaria en la Hispania romana*, Zaragoza, p. 219-239.
- MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo, 1987 = Em torno do "Jus Sepulchry" romano. Alguns aspectos de Epigrafia jurídica, *Boletim da Faculdade de Direito*, LXIII, p. 153-182.
- MARQUES, Monsenhor Pinheiro, 1988 = *Terras de Algodres (Concelho de Fornos)*, Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, 1991 = Sepulturas rupestres de Côta, Viseu, *Beira Alta*, L, 1 e 2, p. 169-178.

- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, PEDRO, Ivone e GAMA, Teresa, 1991a = Abordagem ao Estudo das Sepulturas Escavadas na Rocha no Concelho de Viseu, comunicação às / *Jornadas de Arqueologia da Beira Interior*, Castelo Branco-Guarda.
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, 1991b = Estações e Monumentos Funerários Medievais no Concelho de Viseu, *Feira de S. Mateus - Programa Oficial*, Viseu, p. 39.
- MARTIN DE CÁCERES, Enrique Cerrillo, 1988 = La aplicacion de las teorías de lugar central al territorio romano de Augusta Emerita, *Arqueologia Espacial*, 12, Teruel, p. 197 - 204.
- MARTIN DE CÁCERES, Enrique, FERNANDEZ CORRALES, José Maria e GARCIA de la SANTA, Gregorio Herrera, 1990 = Ciudades, Territórios y vías de comunicacion en la Lusitania Meridional Española, *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, p. 51-72.
- MARTINS, Manuela, 1988 = Experiências de arqueologia espacial no norte de Portugal - Iº milénio a. C. e romanização, *Arqueologia Espacial*, 12, Teruel, p. 141-155.
- MARTINS, Manuela, 1990 = O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado, Braga.
- MATIAS, Maria Clara Portas, 1985 = Quintas do Costa - Guimarães de Tavares -1983, *Informação Arqueológica*, 5, Lisboa, p. 144-145.
- MELENA, J. M. 1985 = Salama, Jálama y la epigrafía latina del antiguo corregimiento, *Symbolae Lvdovico Mitxelena Septuagenario Oblatae quas edidit J. L. Melena*, Victoria, p. 475-530.
- MERTENS, Joseph, 1955 = Les Routes Romaines de la Belgique, *Industrie*, 10, p. 31.
- MOITA, Irisalva, 1962 = Notícia de um catálogo e carta de distribuição dos castros no território português, *Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Porto.
- MONTEIRO, António João Nunes, 1980 = Duas inscrições inéditas encontradas em Serpins (Lousã), *Conimbriga*, XIX, p. 163-172.
- MOREIRA, José Beleza, 1991 = Acções de salvaguarda e de recuperação do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas - Investigação e Defesa do Património (17, 18, 19 de Maio 1990)*, Lisboa, p. 93-98.
- MOUTERDE, R. e POIDEBARD, 1946 = *Le Limes de Chalcis*, Paris.
- NABAIS, António, RODRIGUES, Carlos e MARTINHO, Manuel. 1991 = *Oliveira de Frades*, Viseu.
- NEVES, Henrique das, 1893 = *A Cava de Viriato. Notícia descritiva e Crítico-Histórica*, Figueira da Foz.
- NIEDERMAN, Max, 1953 = *Phonétique Historique du Latin*, Librairie C. Klincksieck, Paris.

- NUNES, João de Castro, FABIÃO, Carlos e GUERRA, Amílcar, 1989 = O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil): ponto da situação, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 403- 424.
- O VIRIATO, 1886 = Jornal "O Viriato", nº 1206, 23 de Outubro.
- OLEIRO, João Manuel Bairrão, 1955 = Os professores do Ensino Primário e a Defesa e Conservação do nosso Património Arqueológico, *Escola Portuguesa*, ano XXI, nº 1033, 2 de Janeiro, p. 294-295.
- OLEIRO, João Manuel Bairrão, 1956 = Termas de S. Pedro do Sul, *Humanitas*, nova série, 4-5, p. 279.
- OLEIRO, João Manuel Bairrão *et alii* 1958 = Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanhol, *Biblos*, XXXV, Coimbra, p. 599-652.
- OLIVEIRA, Francisco, 1993 = Lusitânia Rural em Plínio o Antigo, Comunicação à *Mesa Redonda Internacional El medio Rural en Lusitania Romana*, Salamanca, 29-30 de Janeiro, (a sair nas Actas).
- PALOMAR LAPESA, Manuel, 1957 = *La onomastica personal primitiva de la antigua Lusitania*, Salamanca.
- PANCIERA, Silvio, 1977 = Saggi d'indagine sul'onomastica romana, *L'Onomastique Latine*, Paris, p. 191-204.
- PARENTE, João, 1980 = Subsídios inéditos para a História de Três Minas, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III vol., Guimarães, p. 131-141.
- PEDRO, Ivone, 1989 = Subsídios para um Inventário das Sepulturas Escavadas na Rocha do Concelho de Viseu, *Viseu Municipalis*, Ano II, nº 2-3, Viseu, p. 82-83.
- PEDRO, Ivone, VAZ, João L. Inês, 1990 = Inscrição funerária de Povolide (Viseu), *Ficheiro Epigráfico*, 35, Coimbra, 160.
- PEDRO, Ivone, 1990a = Sepulturas escavadas na rocha do Distrito de Viseu, *II Colóquio Arqueológico de Viseu - Livro do Colóquio*", p. 22-27.
- PEDRO, Ivone, 1990b = Contributo para o levantamento arqueológico do concelho de Viseu, comunicação às *I Jornadas de Arqueologia da Beira Interior*, Castelo Branco / Guarda (a sair nas Actas).
- PEREIRA, Manuel Botelho Ribeiro, 1955 = *Diálogos Morais e Políticos*, Viseu.
- PEREIRA, Isabel, BOST, Jean Pierre e HIERNARD, Jean, 1974 = *Fouilles de Conimbriga - III*, Paris.

- PERES, Damião, 1928 = *História de Portugal*, vol I, Portucalense Editora, Barcelos.
- PINA, F. Lopes de, 1936 = A Cava de Viriato, *Boletim da Casa das Beiras*, Lisboa, ano 2, Novembro, p. 4-6.
- PINTO, Américo Cortez, 1964 = A Cava de Viriato, *Beira Alta*, XXIII, 1, p. 57-70.
- POKORNY, J. 1947 = *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*, Berna, 1947-1959.
- PONTE, Salete da, 1973 = Fíbulas Pré-romanas e romanas de Conimbriga, *Conimbriga*, XII, p. 159-199.
- PONTE, Salete da, 1986 = Jogos Romanos de Conimbriga, *Conimbriga*, XXV, p. 131-141.
- PONTE, Salete da, e VAZ, João L. Inês, 1989 = Considerações sobre algumas fíbulas de Santa Luzia (Viseu) - Seu contexto estratigráfico, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1989, p. 181-188.
- PORTAS, Clara, 1986 = Citânia da Raposeira, *Informação Arqueológica*, 7, p. 96-98.
- PORTAS, Clara, 1987 = Citânia da Raposeira, *Informação Arqueológica*, 8, p. 104-107.
- PORTAS, Clara, 1989 = Termas romanas da citânia da Raposeira - Mangualde, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 371-378.
- PORTAS, Clara e FRADE, Helena, 1989a = Descoberta de um Anfiteatro Romano em Bobadela - Oliveira do Hospital, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 379-402.
- PORTAS, Clara, 1990 = Notícia da descoberta de vestígios romanos em Guimarães de Tavares, concelho de Mangualde, *II Colóquio Arqueológico de Viseu - Livro do Colóquio*, Viseu, p. 19-21.
- POTTER, T. W., 1982 = Prospection en Surface: Théorie et Pratique, *Villes et Campagnes dans l'Empire Romain, Actes du Colloque Organisé à Aix en Provence par l'U.E.R. d'Histoire, les 16 et 17 Mai 1980 par A. Février et Ph. Leveau*, Aix en Provence, p. 19-37.
- PROENÇA, Francisco de Tavares, 1908 = *Ensaio de Inventário dos Castros Portugueses*, Leiria.
- RAMALHO, A. Costa, 1954 = Rogério de Azevedo, A inscrição de Lamas de Moledo (Castro Daire) - Documento musical único na Europa (Elementos para a sua interpretação), *Humanitas*, II-III, p. XL-XLII.
- REAL, Mário Guedes, 1970 = Mosteiro de Fráguas e a sua Igreja, Viseu.
- RIBEIRO, Manuel, 1758 = Moledo, *Diccionario Geographico*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, vol. XXIII, f. 1098.
- RIBEIRO, Orlando, 1971 = Em torno das origens de Viseu, *Revista Portuguesa de História*, p. 211-229.

- RIBEIRO, Orlando, 1971a = Ainda em torno das origens de Viseu, *Beira Alta*, XXX, 3, p. 437-443.
- RIBEIRO, José Cardim, 1982 = Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de **L. Iulius Maelo Caudicus**, *Sintria*, I-II, 1982-1983, p. 151-476.
- RIBEIRO, José Cardim, 1989 = O teónimo *Vasegus*, *Conimbriga*, XXVIII, p. 121-156.
- RIC = H. Mattingly e E. A. Sydenham, *The Roman Imperial Coinage*, Londres, 1972.
- RIC² = C. H. V. Sutherland, *The Roman Imperial Coinage*, Londres, 1984.
- ROBALO, Arthur, 1957 = Robalo, Arcobrigenses na Beira Alta, *Beira Alta*, XVI 4, p. 199-200.
- ROBALO, Arthur, 1958 = Arcobrigenses na Beira Alta, *Beira Alta*, XVII (1), p. 63 - 65.
- ROCHA, A. Santos, 1897 = Antiguidades romanas das vizinhanças de Nelas, *O Arqueólogo Português*, 3, p. 81-86.
- RODRIGUES, Adriano Vasco e BRANDÃO, D. Domingos de Pinho, 1962 = Missão de estudo arqueológico na região da Vilarica-Moncorvo, *Studium Generale*, 9, 1, p. 336-351.
- RODRIGUES, Adriano Vasco, 1961 = Necrópole da Civitas Aravorum. Marialva -Meda, *Lucerna*, 1, p. 22-25.
- RODRIGUES, Adriano Vasco, 1983 = *Terras da Meda. Natureza e Cultura*, Meda.
- RODRIGUEZ ADRADOS, Francisco, 1975 = *Linguística indoeuropea*, Ed. Gredos, Madrid.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M., 1968 = Fuentes antigas para el estudio de los Vettones, *Zephyrus*, XIX-XX, Salamanca, 1968-1969, p. 73-106.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M., 1971 = *Iter ab Emerita Asturicam - El Camino de la Plata*, Salamanca.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M., 1973 = *Itineraria Hispana - Fuentes antiguas para el Estudio de las Vías Romanas en la Peninsula Ibérica*, Granada.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M., 1974 = *Hispania y el Ejercito Romano, (Contribucion a la Historia Social de la España Antigua)*, Salamanca.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M., 1976 = El ejercito romano y la romanización de la Península Ibérica, *Hispania Antiqua*, VI, Valladolid, p. 125-145.
- RUBIO ALIJA, J. 1959 = Españoles por los caminos del Imperio Romano. Estudios epigraphico-onomasticos en torno a Reburus y Reburinus, Cuadernos de Historia de España, 29-30, Buenos Aires, p. 5-124.
- RUSSU, J. J., 1977 = L'Onomastique de la Dacie Romaine, *L'Onomastique Romaine*, Paris, p. 353- 362.

- SAA, Mário, 1960 = *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino o Pio*, tomo II, Lisboa.
- SALAMA, Pierre, 1955 = La Colonie de Rusguniae d'après les inscriptions, *Revue Africaine*, XCIX, p. 5-32.
- SALAMA, Pierre, 1956 = *Les Voies Romaines de l'Afrique du Nord*, Argel.
- SALINAS DE FRIAS, Manuel, 1982 = *La Organización Tribal de los Vetones*, Salamanca.
- SANDERS, Gabriel, 1989 = Sauver le nom de l'oubli: le témoignage des CLÉ d'Afrique *et aliunde*, *L'Africa Romana, Atti del VI Convegno di Studi Sassari, 16 -18 Dicembre 1988*, p. 43- 79.
- SANTOS, Eduardo dos, 1967 = As Termas de S. Pedro do Sul. Achegas para a sua História, *Beira Alta*, XXVI (4), p.494-496.
- SANTOS, Eduardo dos, 1967a = Apontamento histórico sobre as termas de S. Pedro do Sul, *Panorama*, Lisboa, 4ª série, Junho, p. 57-62.
- SANTOS, Eduardo dos, 1971 = As Termas de S. Pedro do Sul. Achegas para a sua História, *Beira Alta*, XXX, 4, p. 445-497.
- SANTOS, L., LE ROUX, TRANOY, A., 1983 = Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga, *Bracara Augusta*, 37, Braga, p. 183-205.
- SCHERMEMRHORN, L. J. G., 1980 = *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da do folha 14C Castro Daire*, Lisboa.
- SCHMIDT, Karl Horst, 1985 = A contribution to the identification of Lusitanian, *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, Salamanca, p. 319-341.
- SCHULTEN, A. 1928 = Campamento romanos en España, *Investigacion y Progreso*, ano II, 5, Madrid.
- SILES, J., 1980 = Una nueva inscripción latina de Carbajales de Alba (Zamora), con nombres preromanos, *Studia Zamorensia*, (Salamanca, I, p. 35-42.
- SILLIÈRES, Pierre, 1990 = *Les Voies de Communication de L'Hispanie Méridionale*, Paris.
- SILLIÈRES, Pierre, 1990a = Voies Romaines et Limites de Provinces et de Cités en Lusitanie, *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, p. 73-88.
- SILVA, Almeida e, 1923 = Arqueologia de Viseu e da Beira (Notas à margem), jornal *A Beira*, 23/12.
- SILVA, Almeida e, 1937 = Interesses Arqueológicos, jornal *Distrito de Viseu*, nº 379, série IV, 13 de Janeiro.

- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, 1982 = Novos dados sobre a organização social castreja, *Portugália, Nova série*, 2-3, p. 83-94.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, LOPES, António Baptista e TUNA, Manuel, 1982a = O Forno Cerâmico Romano de Louredo (Santa Marta de Penaguião), *Portugália, Nova Série*, II/III, 1981-1982, p 149-154.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, 1983 = As Tesserae Hospitalares do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado - Pedroso - V. N. Gaia - Contributo para o Estudo das Instituições e Povoamento da Hispânia Antiga, *Gaya*, I, p. 9-26.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, 1983a = A cultura castreja no noroeste de Portugal. Habitats e cronologias, *Portugália, Nova Série*, 4-5, 1983-1984, p. 121-129.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, LOPES, António Baptista e LOBATO, Maria José Folgado, 1984 = O Forno Cerâmico Romano de Canelas (Vila Nova de Gaia), *Gaya*, II, p. 59-72.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, 1984a = Aspectos da Proto-História e Romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento, *Gaya*, II, 37-58.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, 1986 = *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, e GOMES, Mário Varela, 1992 = *Proto-História de Portugal*, Lisboa.
- SILVA, Celso Tavares da, 1978 = Cerâmica Típica da Beira-Alta, *Actas das III Jornadas Arqueológicas 1977*, Lisboa, p. 185-196.
- SILVA, Celso Tavares da, 1979 = O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul), *Beira Alta*, XXXVIII, 3, p. 509-531.
- SILVA, Celso Tavares da, 1983 = A Catedral de Viseu. I. O Problema das Origens, *Viseu Ilustrado*, 1, p. 29-30.
- SILVA, Joaquim Candeias, 1982 = Subsídios para o estudo da Viação Romana no SW do Antigo Território Penamacorense, *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor, realizado em 5, 6 e 7 de Outubro de 1979*, Penamacor, p. 39-50.
- SILVA, Maria de Fátima Matos da e CORREIA, Alexandre Lourenço, 1990 = Materiais Arqueológicos de Vila Meã (Viseu), *II Colóquio Arqueológico de Viseu - Livro do Colóquio*, Viseu, p. 56.
- SILVA, Valentim da, 1978 = *Concelho de Mangualde (Antigo Concelho de Azurara da Beira)*, Viseu, reedição.
- SOLIN, H., 1977 = Die innere chronologie des romischen cognomens, *L'Onomastique Latine*, Paris, p. 103-146.

SOLIN Heikki, e SALOMIES, Olli, 1988 = *Repertorium Nominum Gentilium et Cognominum Latinorum*, Olms-Weidmann.

SOUSA, Joaquim Baptista de, 1840 = Primeira Memória sobre as Caldas de S. Pedro do Sul, escrita em 1821, *Jornal das Ciências Médicas de Lisboa*, Lisboa.

TAVARES, António Augusto e SILVA, Celso Tavares da, 1970 = Gravuras e Inscrições Rupestres da Região de Viseu, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, II vol., p. 261-175.

TAVARES, Luís Marques, = *Sepulturas Escavadas na Rocha no Concelho de Mangualde*, s/ dl.

TAVARES, M. Correia, 1954 = O Castro da Cárcoda de Carvalhais - S. Pedro do Sul, *Beira Alta*, XIII, 3, p. 333-338.

TAVARES, M. Correia, 1961 = Carvalhais - Elementos para o estudo da freguesia, *Beira Alta*, XX, 2, p. 363-364.

TAVARES, M. Correia, 1975 = Ruínas Arqueológicas da Cárcoda, *Beira Alta*, XXXIV, 3, p. 265 - 294.

TEIXEIRA, F. A. Garcez, e SOUSA, J. M. Cordeiro de, 1927 = Inscrições romanas do Museu do Carmo, *Arqueologia e História*, 6ª série, VI, p. 150-153.

TEIXEIRA, C., CARVALHO, L. H. Brito de, BARROS, R. F., MARTINS, J. Ávila e HAAS, W. E. L., *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da do folha 17C Santa Comba Dão*, Lisboa.

TEIXEIRA, C., SANTOS, J. Paula, LOPES, J., V. Teixeira, PILAR, L. e PEREIRA, Vitor Correia, 1972. *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da do folha 14D Aguiar da Beira*, Lisboa.

Thesaurus Linguae Latinae, vol. VII, 1156 - 1158.

TOVAR, A., 1949 = *Estudios sobre las Primitivas Lenguas Hispánicas*, Buenos Aires.

TOVAR, A. e NAVASQUÈS, J. Mª de, 1950 = Algunas consideraciones sobre los nombres de divinidades del oeste peninsular, *Miscelâneas de Filologia, Literatura e História Cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho*, II, Lisboa.

TOVAR, A., 1967 = L'inscription du Cabeço de Fráguas et la langue des lusitaniens, *Études Celtiques*, XI.

TOVAR, A., 1985 = La inscripción de Cabeço de Fráguas y la lengua de los lusitanos, *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, Salamanca, 1985, p. 227-253.

TOVAR, A., 1987 = Les noms ibériques, *L'Onomastique latine*, Paris, p. 280-295.

- TRABALHOS, 1993 = Trabalhos de Arqueologia da E. A. M., 1, Lisboa.
- TRANOY, A., 1981 = *La Galice Romaine*, Paris.
- TUDELLA, José, 1988 = Evolução de Viseu numa visão histórico-urbanística, *Beira Alta*, XXVII, 1 e 2, p. 143-163.
- UNTERMANN, Jürgen, 1965 = Miscelaneas epigraphico-linguisticas, *Archivo Espanol de Archeologia*, XXVIII, 111-112, p. 8-25.
- UNTERMANN, Jürgen 1965a = *Elementos de un Atlas Antroponimico en la Hispania Antigua*, Madrid.
- UNTERMANN, Jürgen, 1985 = Los teonimos de la region lusitano-gallega como fuente de las lenguas indigenas, *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*, Salamanca, p. 343-363.
- VALE, A. de Lucena e, 1949 = Antiguidades do banho de S. Pedro do Sul, *Beira Alta*, VIII, 4, p. 435-437.
- VALE, A. de Lucena e, 1957 = O castelo romano de Viseu, *Beira Alta*, XXX, 2, p. 215-226.
- VALE, A. de Lucena e, 1958 = A Cava de Viriato, *Beira Alta*, XVIII, 4, p. 421-422.
- VALE, A. de Lucena e, 1958a = Antiguidades romanas dos "**Coitos**", *Beira Alta*, 1, XVII, 1, p. 79-80.
- VALE, A. de Lucena e, 1958b = Os "**Coitos**" Coutos de Asnes ou Coutos de St^a Eulália, *Beira Alta*, XVII, 2 e 3, 1958, p. 243-250.
- VALE, A. de Lucena e, 1971 = Em torno das Origens de Viseu, *Beira Alta*, XXX, 2, p. 255-260.
- VALE, A. de Lucena e, 1971a = Origens de Viseu, *Beira Alta*, XXX, 4, p. 573-574.
- VALE, A. de Lucena e, 1972 = Viseu=Talábriga? No processo de identificação da antiga cidade lusitana, *Beira Alta*, XXXI, 2, p. 203-232.
- VALE, A. de Lucena e, 1973 = O manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia, *Beira Alta*, XXXII, 1, p. 3-49.
- VALE, A. de Lucena e, 1974 = O manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia, *Beira Alta*, XXXIII, 2, p. 169-170.
- VALE, A. de Lucena e, 1974a = Viseu Antigo. Apostilas e Rectificações Históricas. I. Das Origens de Viseu, *Beira Alta*, XXXIII, 3, p. 303-318.

- VALE, A. Almiro do, 1986 = As duas principais vias romanas do concelho de Tondela e os seus ramos, *Beira Alta*, XLV, 1 e 2, p. 181-188.
- VASCONCELOS, J. L. de, 1890 = Borges de Figueiredo e a Archeologia Portuguesa, Lisboa, 1890, jornal *O Dia*, 980-981, 28 e 29 de Outubro.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1895 = Acquisições do Museu Ethnographico Português, *O Arqueólogo Português*, I, Lisboa, p. 218-222.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1897a = *Religiões da Lusitânia*, 3 vols. (I, II e III), Lisboa, 1897-1913.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1900 = Anacleta Epigraphica Lusitano-romana - Inscrições da Quinta da Insua, *O Arqueólogo Português*, IV, p. 139-142.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1904 = A Cava de Viriato, *O Arqueólogo Português*, IX, p. 11-16.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1910 = Anacleta Archaeologica - Pondus de barro, *O Arqueólogo Português*, XV, p. 321-328.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1913 = Deuses da Lusitânia (Resposta às fantasias de um Censor), Lisboa.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1917 = Coisas Velhas, *O Archeólogo Português*, série I, XXII, Lisboa, p. 107-169.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1920 = Coisas Velhas, *O Archeologo Português*, XXIV, p. 215-237.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1927 = *De Terra em Terra*, I, Lisboa.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1927a = Epigrafia do Museu Etnológico (Belém). Inscrições romanas, *O Arqueólogo Português*, 28, 1927-1929, p. 222.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1929 = Epigrafia do Museu Etnológico (Belém), *O Arqueólogo Português*, XXVIII, p. 209-227.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1934 = Antiguidades do concelho da Covilhã, *Biblos*, 10, p. 24-31.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1938 = Epigrafia do Museu Etnológico (Belém). Inscrições romanas, *O Arqueólogo Português*, XXX, 1ª série, p. 118-125.
- VAZ, João L. Inês, 1976 = Breves notas para o estudo da viação antiga das Beiras, *Beira Alta*, XXXV, p. 343-380.
- VAZ, João L. Inês, 1977 = Inscrições romanas do Museu do Fundão, *Conimbriga*, XVI, p. 1 - 27.

- VAZ, João L. Inês, 1979 = Três inscrições romanas da Beira Alta, *Beira Alta*, XXXVIII, 3, p. 543-555.
- VAZ, João L. Inês, 1979a = Contributo dos documentos medievais para a prospeção arqueológica, *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, Coimbra, p. 181-197.
- VAZ, João L. Inês, 1979b = Término de Goujoim (Armamar), *Conimbriga*, XVIII, p. 13-138.
- VAZ, João L. Inês, 1980 = Árula do Mosteiro de Fráguas, *Beira Alta*, XXXIX, 1 e 2, p. 201-205.
- VAZ, João L. Inês, 1982 = A Estrada do Bispo Alves Martins, velha estrada romana?, *Beira Alta*, XLI, 4, p. 781-792.
- VAZ, João L. Inês, 1982a = Subsídios para o estudo da romanização da região do Fundão, *Mundo da Arte*, 2, Coimbra, p. 2-7.
- VAZ, João L. Inês, 1982b = Inscrições romanas de Balsemão, (Lamego), *Beira Alta*, XLI, 1, p. 257-267.
- Vaz, João L. Inês, 1982c = Breve catálogo das inscrições romanas de Lamego, *Beira Alta*, vol. XLI, 3, p. 781-792.
- VAZ, João L. Inês, 1983 = Introdução ao estudo de Viseu na época romana, *Beira Alta*, XLII, 4, p. 729-746.
- VAZ, João L. Inês, 1984 = Crouga - importante divindade indígena, *Beira Alta*, XLIII, 4, p. 577-582.
- Vaz, João L. Inês, 1984a = Para além das pedras... - As termas de S. Pedro do Sul, jornal *A Voz das Beiras*, ano XVII, nº105/519, 8 de Novembro.
- VAZ, João L. Inês, 1985 = Inscrição romana de Cavernães, *Boletim dos Amigos do Museu de Grão Vasco*, 4, p. 4.
- VAZ, João L. Inês, e SILVA, Celso Tavares da Silva, 1985a = Necrópole de S. Miguel, *Informação Arqueológica*, 5, p. 146.
- VAZ, João L. Inês, 1985b = Inscrição Romana de Argomil (Pinhel), *Beira Alta*, XLIV, 4, p. 635-639.
- VAZ, João L. Inês, 1986 = Epigrafia romana de Cárquere - Mais cinco inscrições, *Revista da Universidade de Aveiro/Letras*, nº 3, p. 285-308.
- VAZ, João L. Inês, 1986b = Epigrafia romana da Beira-Douro. Algumas notas, comunicação ao *I Congresso Internacional Sobre o rio Douro*, Gaia.
- VAZ, João L. Inês, 1987a = *Roteiro Arqueológico do Concelho de Viseu*, Viseu.

- VAZ, João L. Inês, 1987b = Divindades indígenas da região de Viseu, comunicação ao *VI Colóquio Português de Arqueologia*, Porto.
- VAZ, João L. Inês, 1987c = Canas de Senhorim e Carvalhal Redondo - Epigrafia e romanização, *Portugália*, 8, p. 63-68.
- VAZ, João L. Inês, 1987d = Fragmento de ara do Museu de Grão Vasco, *Ficheiro Epigráfico*, 31, 140.
- VAZ, João L. Inês, 1988 = Divindades indígenas na inscrição de Lamas de Moledo, *Beira Alta*, XLVII, 3 e 4, p. 345-358.
- VAZ, João L. Inês, 1988a = *Epigrafia Romana da Assembleia Distrital de Viseu*, Viseu.
- VAZ, João L. Inês, 1988b = Vias romanas da região de Viseu, jornal *Renascimento*, ano 62, 2ª série, 43, Mangualde.
- VAZ, João L. Inês, 1988c = A inscrição CIL II 416, *Religio Deorum - Actas del Coloquio Internacional de Epigrafia. Culto y Sociedad en Occident*, (Tarragona, 1988) Sabadell, 1992, p. 309-315.
- VAZ, João L. Inês, 1989 = A pervivência da onomástica e teonímia indígenas na toponímia da região de Viseu, *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 325-332.
- VAZ, João L. Inês, 1989a = Ara votiva de Canas de Senhorim, *Ficheiro Epigráfico*, 31, 138.
- VAZ, João L. Inês, 1989b = Fragmento de ara do Museu de Grão Vasco, *Ficheiro Epigráfico*, 31, 140.
- VAZ, João L. Inês, 1989c = Placa funerária de Canas de Senhorim, *Ficheiro Epigráfico*, 31, 141.
- VAZ, João L. Inês, 1989d = Placa Funerária da Silvã (Sátão), *Ficheiro Epigráfico*, 31, 142.
- VAZ, João L. Inês, 1989e = Ara de Viseu, *Ficheiro Epigráfico*, 31, 143.
- VAZ, João L. Inês, 1990 = *Ex-voto de Valerivs Placedvs*, *Ficheiro Epigráfico*, 35, 158.
- VAZ, João L. Inês, 1990a = Novos povoados pré-romanos da região de Viseu, *II Colóquio Arqueológico de Viseu - Livro do Colóquio*, Viseu, p. 14- 18.
- VAZ, João L. Inês, 1990b = Ara votiva a **Albvcelaincvs**, *Ficheiro Epigráfico*, 35, 157.
- VAZ, João L. Inês, 1990c = Dois Fragmentos de aras votivas, *Ficheiro Epigráfico*, 35, 159.
- VAZ, João L. Inês, 1991 = *Para uma Carta Arqueológica do Concelho de Sátão*, Viseu.
- VAZ, João L. Inês, 1991b = Alguns povoados romanizados da região de Viseu, comunicação ao *XXI Congresso Nacional de Arqueologia*, Teruel.
- VAZ, João L. Inês, 1992 = Algumas inscrições rupestres da *civitas* de Viseu, comunicação ao *II Simposio Iberico-italico de Inscripciones Rupestres*, Santiago de Compostela.

- VAZQUEZ HOYS, Ana Maria, 1983 = El culto a Jupiter en Hispania, *Cuadernos de Filología Classica*, XVIII, p. 83-215.
- VILELA, Sá, 1889 = *Boletim da Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*, 2ª série, II, Lisboa, 18877-1889, nº 4.
- VITERBO, Frei J. Santa Rosa, 1984 = *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Barcelos, 2 vols., reedição.
- VIVES, José, 1963 = *Concílhos Visigóticos e Hispano-romanos*, Barcelona/Madrid.
- WIEGELS, Rainer, 1985 = *Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien - Ein Katalog*, Berlin.

ÍNDICES

I - ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

- A Cerca - 40, 337
- Abadia - 56
- Abadia de Espinho
- Abogões - 75
- Abrunhosa - a - Velha - 34
- Adro Velho - 113
- Água Afonso - 165
- Alagoa - 136, 168
- Alcofra - 328
- Algodres - 29, 387
- Alto da Costa - 83, 228, 265
- Alto das Mós - 409
- Antigos - 148
- Aral - 328, 413
- As Torres - 172, 218
- Assento - 157
- Assento do Turco - 157
- Avelal - 95
- Baiões - 27, 38, 84
- Barra - 122, 333
- Barreiros - 44
- Bassim - 158
- Benfeitas - 69
- Bôcha - 40
- Cabeço da Mota - 44
- Cadaval - 116
- Calde - 124
- Campas - 46
- Campia - 328
- Campo da Bola - 70, 283
- Campo Deanteiro - 144, 381
- Candeeiras - 158,
- Canelas - 75, 152, 413
- Cantos - 70
- Capela - 73
- Capela de Nossa Senhora da Esperança - 53
- Carvalhal do Estanho - 170
- Casa dos Gomes - 153
- Casal - 57, 58, 111
- Casal Sandinho - 66
- Casinhas - 43
- Castainça - 328, 409
- Castelo (Castelo de Penalva) - 71
- Castelo (Ferreirós do Dão) - 113
- Castelo dos Mouros (Esmolfe) - 77, 410
- Castelo dos Mouros (Penaverde) - 23, 388, 405
- Castelo dos Mouros (Vila Chã de Sá) - 328, 409
- Castelo dos Súmios - 92
- Castro (Paços de Vilharigues) - 174, 401, 405, 408, 409
- Castro da Cárcoda - 83, 86, 259, 326, 328, 330, 401, 404, 405, 410, 412
- Castro da Ladreda - 92, 335
- Castro da Maga - 27, 191, 328, 335, 336, 408
- Castro da Mogueira - 322
- Castro da Ucha - 91, 183, 330, 335, 336, 337, 391, 407, 410, 423, 426, 427, 434, 435
- Castro Daire - 24, 328
- Castro de S. Bartolomeu (Guardão) - 114, 326, 404, 407
- Castro de S. Jurjo - 322
- Castro de S. Lourenço - 28, 130, 328, 330, 333, 334, 335, 336, 406, 408
- Castro do Banho - 88, 328, 330, 406, 410
- Castro do Mau Vizinho - 92, 335, 434
- Castro dos Três Rios - 118, 219, 220, 328, 331, 334, 389, 401, 404, 407, 409, 410, 424, 426, 427, 428, 429, 431, 434, 435
- Cava de Viriato - 7, 162, 164, 212, 343, 345, 353, 357, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 376, 440
- Cela - 122
- Cerca - 96

- Chão das Telhas - 79
- Chãos - 47
- Chãs de Tavares - 36
- Chave - 140
- Citânia da Raposeira - 46
- Corga - 102
- Corgas Roçadas - 172, 218, 391
- Corgo - 168, 379
- Corredoura - 148, 378
- Corredouras - 159
- Couto de Baixo - 133
- Covelinhas - 87, 210, 211
- Cruz - 97
- Cruzeiro - 41
- Cumieira - 130, 333
- Curto - 120, 416
- Devesa - 100
- Eira - 105
- Eira do Rei - 101, 298, 299
- Eirinhas - 74
- Escoiral - 131, 333
- Esculca - 161
- Espinheira - 97
- Espinho - 41
- Estação de Mangualde - 48, 416
- Estrada - 172, 275, 391
- Fagilde - 45
- Ferreiros - 98
- Fonte da Vila - 335
- Fonte do Púcaro - 46, 416
- Fonte Velha - 162, 416
- Fontela - 95
- Fontelas - 140
- Fornela - 149, 150, 416
- Forno das Telhas - 26, 81
- Fragosela de Baixo - 134
- Fráguas - 122
- Franqueira - 131, 333
- Freixiosa - 45
- Freixo - 112
- Fresta - 54
- Fundo de Vila (Lamas de Moledo) - 26
- Furtado - 29
- Germundo - 150
- Guardão - 114
- Igreja (Senhorim) - 66
- Laja do Quarto - 60
- Laja do Telhado - 135, 375
- Lajinha - 42
- Lamas de Moledo - 26, 228, 229, 230
- Lameiras - 145
- Lamigueiro - 92
- Lapa da Merugem - 333
- Lapa da Moira - 99
- Lomba do Canho - 363
- Lousadela - 123, 333
- Lustosa - 149
- Magarelas - 165
- Mamoas de Pereiras - 379
- Mamoas da Gandra da Seixa - 380
- Mamoas de Fojo - 379
- Mamoas do Senhor do Pedrão - 390
- Matança - 31
- Minas da Bejanca - 171
- Missa - 25
- Moçamedes - 170
- Mogueira - 91
- Moirama - 141
- Moiraria - 115
- Moita da Oliveira - 45, 46
- Moledinhos - 62
- Moledo - 63
- Monte Lafão - 328, 410
- Monte Redondo - 335
- Moradios - 322
- Mortório - 75
- Mortórios - 30, 225, 336, 387
- Moselos - 126
- Mosteiro de Fráguas - 115
- Moural - 173
- Murqueira - 76, 77, 313, 386, 387, 405
- Nandufe - 117, 326, 401, 408, 409
- Nogueirão - 79
- Nossa Senhora do Crasto (Lobão da Beira) - 114, 326
- Oiteiro - 132
- Olivais - 48
- Olival da Capela - 154
- Olival do Mendes - 42
- Olival Escuro - 112
- Olival Grande - 60, 61, 208
- Oliveira - 80
- Oliveirinhas - 39
- Orca de Pramelas - 400
- Ourigos - 96
- Outeirinho - 64
- Outeiro - 65
- Outeiro da Maga - 27, 328

- Paços de Vilharigues - 174, 328
- Pai Moiro - 106
- Panóias - 91
- Paradinha - 160
- Paramuna - 410
- Parceria - 32
- Passal - 56, 61, 136, 138, 168
- Passos de Silgueiros - 138
- Pedra do Altar - 167
- Pedreira - 124
- Penso - 125
- Pereira - 98, 102
- Pereiro - 72
- Pias - 113
- Pinhal Dantas - 50, 416
- Pinheiro de Tavares - 54, 238
- Pinheiros - 91
- Pinho - 86, 187, 328, 331, 403, 404
- Poço Moirão - 34
- Pontão do Raposo - 150
- Ponte da Igreja - 66
- Ponte de Ferreira - 77, 103
- Ponte de Quijó - 77, 386
- Ponte do Castelo - 72, 73
- Prado - 67
- Prazias - 62
- Presa - 104
- Presas - 35
- Queiriga - 122
- Quelha do Esporão - 159
- Quelhas - 102, 129
- Quinta - 142
- Quinta da Avelora - 31
- Quinta da Boca - 55, 381
- Quinta da Branca - 142, 249
- Quinta da Calçada - 49, 386, 416
- Quinta da Caniçada - 58
- Quinta da Capela - 154
- Quinta da Carreira - 150, 161, 162, 163, 354
- Quinta da Cruz - 169
- Quinta da Fonte - 143
- Quinta da Igreja - 49, 416
- Quinta da Lomba - 72
- Quinta da Pena - 143
- Quinta da Ponte - 42
- Quinta da Prepita - 155
- Quinta da Ramalhosa - 160, 383
- Quinta da Raposeira - 46, 284, 416
- Quinta da Ribeira Larga - 107
- Quinta da Roda Quintã - 134
- Quinta da Senhora do Ribeiro - 157
- Quinta da Serra - 161
- Quinta da Taboadela - 110, 244
- Quinta da Tapada (S. José) - 164
- Quinta da Tapada (Silgueiros) - 137, 332
- Quinta das Chedas - 81, 96, 109
- Quinta das Felgueiras - 151, 383, 416
- Quinta das Mestras - 121
- Quinta das Mesuras - 152, 340, 413, 416
- Quinta das Pereiras - 56
- Quinta de Casal Bom
- Quinta de Cima - 61
- Quinta de Coselhos - 112
- Quinta de Goje - 78
- Quinta de Paredes
- Quinta de S. Caetano - 146, 375
- Quinta de S. Domingos - 156, 375
- Quinta de S. Ivo - 146, 375
- Quinta de S. Pedro - 164, 413, 416
- Quinta de Santa Marinha - 56, 381
- Quinta de Torneiros - 108
- Quinta do Areal - 168
- Quinta do Campo - 56
- Quinta do Casal - 55, 223
- Quinta do Chantre - 145, 413
- Quinta do Cruzeiro - 154
- Quinta do Dias - 163, 388, 413, 413
- Quinta do Espinhal - 137
- Quinta do Giestal - 155
- Quinta do Ilharigo - 106
- Quinta do Paço - 169
- Quinta do Passal - 132
- Quinta do Pomar - 104
- Quinta do Prazo - 50, 416
- Quinta do Rosado - 64
- Quinta do Salgueiral - 73
- Quinta do Salgueiro - 173
- Quinta do Serrado - 67
- Quinta do Viso - 151, 381, 416
- Quinta dos Carvalhos - 163
- Quinta dos Cortiniais - 53
- Quinta dos Lobões - 35
- Quinta dos Lobos - 116
- Quinta dos Matos - 104, 240
- Quintal - 140

- Quintal dos Abades - 73
- Quintãs - 153
- Quintas do Costa - 37
- Quintela de Azurara - 53
- Ramirão - 29, 245
- Ranhados - 147
- Raposeira - 52
- Ratas - 126, 378
- Rato - 70, 283
- Regada - 138
- Regadinha - 173, 276
- Reigoso - 69
- Ribeira Dum - 80
- Ribeirinha - 157
- Rio Videira - 66
- Roda - 51
- Rossio dos Matos - 89
- Rua da Soeima - 50, 416
- S. Cosmado - 19, 51
- S. Domingos - 141
- S. Lourenço - 28, 130, 328
- S. Macário - 92, 407, 408
- S. Martinho - 74
- S. Martinho das Moitas - 88, 328, 391
407, 408
- Salgueiro - 43
- Sangemil - 78
- Santa Apolónia - 32
- Santa Bárbara - 99, 410
- Santa Eulália - 147
- Santa Luzia - 7, 8, 27, 38, 52, 84, 127,
328, 330, 331, 337, 340, 341, 344,
345, 378, 401, 410, 413
- Santa Marinha - 52
- Santiago de Cassurães
- Santo Aleixo - 119, 140, 383
- Santo Estevão - 141, 166
- Santos Idos - 108, 328, 405, 410
- Senhora da Boa Morte - 87, 328, 330,
401, 404, 405
- Senhora da Guia - 52, 328, 330, 376,
377, 378, 401, 410
- Senhora do Barrocal - 105, 328
- Senhora do Bom Sucesso - 38, 52, 223,
331, 327, 332, 338, 387, 401, 406,
410, 413, 414
- Senhora do Castelo (Mangualde) - 46,
51, 284, 331, 332, 336, 338, 401, 403,
404, 405, 413, 414
- Senhora do Castelo (Vouzela) - 174,
328, 336, 337, 401, 405, 408, 409,
410
- Senhora do Crasto (Lobão da Beira) -
328, 390, 404, 408, 409
- Senhora do Crasto (Orgens/Campo)
- 328, 337, 340, 341, 374, 378, 400,
401, 410, 413
- Serno - 124
- Serra - 109, 120
- Silgueiros - 138, 389
- Soito - 139
- Soito da Igreja - 30, 36, 387
- Soutinho (Penaverde) - 23
- Tapada do Moinho - 43
- Tapados - 57, 397
- Termas de Alcafache - 36
- Termas de Lafões - 93, 181, 186, 187,
285
- Tijolos - 62
- Tocos - 133
- Trancosã - 101
- Travanca - 116
- Travanca de Baixo - 58
- Travassós de Cima - 150
- Travassós de Orgens - 150
- Tropa - 33
- Vale - 100
- Vendas de Cavernães - 128
- Verdugal - 82, 322
- Verigo - 134, 135
- Via Sacra - 340
- Vil de Souto - 166
- Vila Boa - 25
- Vila Meã - 144, 381
- Vinha da Aldeia - 125, 390
- Vinha da Costa - 96
- Vinha da Moita - 129
- Vinha do Plastro - 96
- Vinha Morta - 39
- Vouzela - 175

II . GEOGRÁFICO

- Abadia de Espinho - 41, 291, 384, 385, 399, 402
- Abelheira - 173, 276
- Abogões - 75, 387
- Abraveses - 299, 353, 376, 389
- Abrunhosa - 106, 107
- Abrunhosa- a -Velha - 34, 50, 289, 290, 374, 381, 382, 384, 399, 402, 430
- Abrunhosa do Mato - 39
- Adenodeiro - 390
- África - 363, 395
- Água Levada - 40, 42
- Águeda - 372
- Aguiar da Beira - 41, 17, 23, 104, 240, 307, 330, 386, 388, 405
- Alcácer do Sal - 282
- Alcafache - 35, 36, 358, 372, 375, 376
- Alcalá de Henares - 185
- Alcântara - 319, 322, 324, 326, 334
- Aldeia - 92
- Aldeia de Carvalho - 35, 375
- Algodres - 29, 221, 313, 327, 387
- Almargem - 125, 389, 390
- Almeida - 322
- Almeidinha - 45, 46, 381, 385
- Aragão - 394
- Aramenha - 231
- Arca - 326
- Arcas - 390
- Arco - 330
- Arcozelo - 373, 377
- Arganil - 393
- Argomil - 282, 322
- Armamar - 321
- Arroyo de Cáceres - 190
- Astorga - 212, 242, 243
- Aveiro - 324, 326
- Avelal - 95
- Badajoz - 94, 250
- Baiões - 27, 38, 84, 410410
- Balsemão - 321, 344, 345
- Bandavises - 379
- Barbeita - 388
- Barca d' Alva - 258, 232
- Bassim - 158
- Beijós - 389
- Beirós - 88, 89
- Bejanca - 334, 379, 398
- Benfeitas - 69, 294, 295, 326, 372, 374, 378, 380, 381, 384, 398, 399, 402
- Bigas - 389
- Boaldeia - 327, 390
- Bobadela - 188, 258, 321, 376, 384, 400, 403
- Boco - 80
- Bodiosa - 124, 376
- Bodiosa - a - Velha - 376, 377, 397
- Boulogne - 395
- Braga - 347, 350, 433
- Cabeço de Fráguas - 190, 427
- Cabril - 143
- Cabrum - 390
- Caçador - 388
- Cáceres - 207, 236, 247
- Cadaval - 116
- Cajadães - 378, 380, 400
- Caldas da Felgueira - 63, 325, 384, 385, 386, 391
- Caldas de Vizela - 184
- Calde - 124, 125, 363, 389, 390
- Calvos - 379
- Campina - 81
- Campo - 126, 127, 389
- Canas de Sabugosa - 112
- Canas de Santa Maria - 383, 390
- Canas de Senhorim - 19, 60, 61, 206, 207, 208, 209, 238, 257, 267, 285, 325, 326, 348, 375, 384, 391, 406, 415, 425, 426, 428, 429, 434, 435
- Candal - 196, 248, 269, 433, 434, 435
- Canelas - 75, 152, 314, 487
- Caparrosa - 390
- Cápua - 187
- Caramulo - 20, 372, 382
- Caria (Moimenta da Beira) - 323
- Caria (Viseu) - 378
- Cárquere - 322
- Carregal - 326, 379, 396
- Carriça - 382

- Carvalhais - 83, 259
- Carvalhal - 97, 99, 105
- Carvalhal (Mouraz) - 116
- Carvalhal de Vermilhas - 172, 173, 218, 275, 276, 333, 391, 398, 405
- Carvalhal do Estanho - 170, 171, 301, 334, 378, 379, 398, 399, 402, 405
- Carvalhal Redondo - 60, 61, 63, 208, 209, 210, 434
- Casais - 55, 222, 223, 224, 425, 425, 430, 434, 435
- Casal (Romãs) - 104
- Casal (Silvã de Cima) - 298, 402
- Casal das Donas - 72, 264, 434, 435
- Casal de Baixo - 101
- Casal de Cima - 101
- Casal de Esporão - 159
- Casal Jusão - 137, 138
- Casal Sancho - 65
- Casal Sandinho - 35, 66, 375, 391
- Casal Vasco - 245
- Casfreires - 97
- Cassurães - 55, 56, 381
- Castelo (Ferreira d' Aves) - 100
- Castelo Branco - 321
- Castelo de Penalva - 70, 71, 72, 73, 259, 260, 262, 263, 264, 272, 430, 434, 435
- Castelões - 112
- Castendo - 260
- Castro Daire - 14, 24, 25, 26, 27, 28, 197, 198, 199, 203, 228, 229, 230, 231, 268, 325, 329, 330, 335, 372, 389, 390, 391, 404, 425, 437
- Catavejo - 140
- Catavejo de Baixo - 140
- Cavernães - 128, 129, 169, 214, 215, 217, 220, 235, 239, 269, 383, 424, 426, 434, 435
- Cela - 335
- Celorico da Beira - 322, 327
- Cepões - 383
- Chãos - 374
- Chãos (Mangualde) - 293, 384, 385, 386, 399, 402
- Chãs de Tavares - 36, 37, 38, 39, 338, 386, 387, 401, 405, 406, 413, 414
- Chaves - 256
- Coimbra - 8, 156, 347, 372, 383
- Coimbrões - 7, 374, 375, 392, 397, 399
- Conimbriga - 188, 347, 350
- Contenças de Baixo - 386
- Contige - 109
- Córdova - 364, 365
- Coria - 226, 256, 365
- Corredoura - 129
- Corujeira - 98
- Corvos à Nogueira - 388, 389
- Costa - 228
- Cota - 28, 130, 131, 132, 309, 329, 330, 335, 383, 406
- Coucinheiro - 387
- Couto de Baixo - 133, 233, 234, 235, 269,
- Couto de Cima - 133, 378
- Covelinhas - 210, 211, 424, 426, 430, 434
- Covilhã - 320
- Cubos - 48
- Cumieira - 309, 314
- Cunha Baixa - 39
- Decermilo - 96, 386, 388
- Destriz - 69
- Eira do Rei - 298
- Eirinhas - 313
- Entre Águas - 326, 378, 380, 400
- Escouras - 166
- Esculca - 151, 164, 388
- Esmolfe - 73, 74, 76, 204, 205, 313, 336, 388, 410, 423, 426
- Espadanal - 135, 375
- Espinho - 40, 41, 42, 43, 291, 292, 374, 384, 385, 397, 399
- Essex - 407
- Évora - 350
- Fagilde - 142, 292, 381, 399, 402
- Faia - 323
- Faíl - 118, 219, 383, 389
- Falorca - 138
- Farminhão - 134
- Fataúños - 168, 374, 378, 379
- Ferreira d' Aves - 96, 97, 98, 99, 100, 388
- Ferreirós do Dão - 113
- Ferro - 320
- Fervença - 390
- Fiais - 380
- Fial - 382

- Figueiral - 382
- Figueiredo das Donas -169, 378, 399
- Figueiredo de Alva - 183, 202
- Figueirosa - 91, 376, 378, 396, 400
- Folhadal - 384
- Fonte Arcada - 382
- Forles - 100
- Fornelo do Monte - 275, 390
- Forninhos - 387
- Fornos de Algodres - 14, 17, 29, 30, 31, 32, 33, 179, 185, 205, 221, 225, 245, 253, 270, 313, 337, 386, 405, 421, 422, 426, 429, 430, 435
- Fornos de Maceira Dão - 44, 45, 292, 293
- Fragosela - 134, 135, 381, 399
- Fragosela de Baixo -381
- Fráguas - 122, 383
- Freixiosa - 190, 212, 213, 214, 386, 387, 423, 426, 430, 431, 434
- Freixo - 47
- Fresta - 54, 221, 235, 414, 434
- Fundão- 252, 320
- Fundo de Vila - 75, 76, 77, 204
- Furtado - 29, 221, 336, 426, 429, 430, 434
- Gafanhão - 335
- Gália - 395
- Galiza -18, 362
- Germil - 75
- Germinade - 83, 228, 265, 430, 434, 435, 437
- Gestosa - 383
- Goje - 78, 261, 430, 435
- Goujoim - 319, 321, 344
- Gralheira - 401
- Guarda - 17, 225, 320, 325, 347, 372, 395
- Guardão - 114, 281, 326, 344, 382, 390, 404, 407
- Guimarães -158, 159, 181
- Guimarães de Tavares - 386
- Gumiei - 148, 377, 399
- Gumirães - 150
- Idanha - a - Nova - 270
- Idanha - a - Velha - 188, 227, 242, 258, 265, 319
- Ilerda - 362
- Ínfias - 30, 185, 225, 250, 253, 336, 387, 421, 422, 426, 429, 430, 434, 435
- Inglaterra - 403, 408
- Ínsua - 75, 76, 77, 78, 232, 260, 261, 263, 267, 372, 386, 434, 435
- Itália - 394, 395, 432
- Janardo - 382
- Jagueiros - 145, 340
- Lajeosa (Lordosa) - 136, 389
- Lamaçais - 157
- Lamas de Moledo - 26, 27, 188, 191, 214, 228, 229, 230, 231, 335, 371, 406, 410, 420, 423, 426, 427, 430, 431, 434, 435
- Lamego - 321, 322, 325, 372, 390
- Lapa - 323, 325
- Lisboa - 17, 197, 204, 237
- Lobagueira - 378
- Lobão da Beira -114, 326, 408, 409
- Lordosa -378, 389
- Loureiro de Silgueiros - 136, 137, 138, 139
- Lourosa de Baixo - 154, 157
- Lufinha - 377
- Lustosa - 399
- Lyon - 395
- Maçarocas - 374, 376, 377
- Macedónia - 431
- Maceira - 31
- Maeira de Baixo - 383
- Malpartida de Plasencia - 256
- Mangualde - 8, 14, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 103, 112, 146, 151, 180, 193, 212, 223, 224, 235, 238, 253, 254, 258, 283, 284, 289, 290, 291, 292, 293, 308, 327, 334, 336, 337, 338, 372, 375, 376, 381, 384, 385, 386, 387, 391, 401, 405, 413, 414, 416, 421, 423
- Marco de Canaveses
- Marialva - 319, 322
- Masgalos - 116
- Mata - 33
- Mata da Rainha - 252
- Matados - 39, 386
- Matança - 31, 32, 270, 430
- Meca - 364

- Meimoa - 320
- Mérida - 181, 188, 249, 347, 382, 404
- Mesquita - 323
- Mesquitela - 293, 386, 402
- Minhotães - 423
- Mioma - 388
- Moçâmedes - 169, 170, 171
- Mões - 25, 268, 329, 330, 437
- Mogueira - 322, 427
- Moimenta da Beira - 321, 323, 325
- Moita - 26
- Moledo - 26, 27, 28, 228, 229, 230, 231, 330
- Moncorvo - 323
- Monte Hermínio - 361, 363
- Monte Lafão - 410
- Moradios - 322
- Moraleja - 226
- Moreira - 62, 389
- Moreira de Cima - 62
- Moselos - 290, 299, 300, 373, 376, 378, 397, 399, 402, 430
- Mosteirinho - 375, 382
- Mosteiro - 96, 136
- Mosteiro da Ribeira - 423
- Mosteiro de Fráguas - 115, 184, 422, 426
- Mouraz - 116
- Mourilhe - 49, 386
- Mundão - 140, 327, 383
- Nandufe - 117, 326, 383, 389, 390, 401, 404, 407, 408, 409
- Narbonne - 395
- Nelas - 14, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 206, 207, 208, 209, 210, 257, 384, 389
- Nespereira - 140
- Nogueira - 131, 132
- Numão - 32
- Oliveira de Barreiros - 154, 155, 156, 415
- Oliveira de Frades - 14, 69, 202, 291, 294, 296, 297, 324, 381
- Orgens - 141, 378
- Outeiro - 374, 378, 379, 396
- Outeiro de Baixo - 96, 99
- Outeiro de Espinho - 42
- Paços de Vilharigues - 174, 405, 408, 409
- Palestina - 408
- Panóias - 427
- Parada de Gonta - 118, 219, 389
- Paradinha - 196, 269, 382, 413, 428, 435
- Paredes da Beira - 323
- Pascoal - 126, 376
- Passos - 48, 49, 180, 386, 421, 426
- Pedra Cavaleira - 62
- Pedreles - 375
- Penalva do Castelo - 14, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 179, 196, 204, 232, 246, 259, 261, 262, 263, 264, 267, 282, 313, 372, 384, 386, 387, 410, 423, 4376
- Penamacor - 320
- Penaverde - 23, 307, 388
- Penela da Beira - 323, 347
- Penso - 376, 378, 396, 400
- Pepim - 391
- Pereira - 98
- Pereiras de Bodiosa - 378, 400
- Pereiro - 388
- Peroviseu - 319, 320, 344
- Pessegueiro do Vouga - 327
- Pindelo de Silgueiros - 139
- Pindo - 79
- Pindo de Baixo - 79
- Pinheiro de Tavares - 238, 239, 254, 267, 387, 429, 430, 434, 435
- Pinho - 86, 187, 200, 201, 202, 225, 239, 309, 423, 426, 434, 435
- Poives - 382
- Pollentia - 181
- Ponte da Barca - 381, 382
- Ponte de Quijó - 77, 386
- Ponte Fora - 378, 380, 396
- Ponte Nova - 376, 377, 404
- Ponte Palhez - 386
- Ponte Pedrinha (Castro Daire) - 24, 197, 335, 390, 391, 404, 426
- Ponte Pedrinha (Vouzela) - 378, 379
- Ponte Velha - 385
- Portela - 25
- Porto - 329, 330, 372
- Porto de Mós - 243
- Postaneiros - 374, 378, 380
- Pousa Maria - 7, 389, 397
- Póvoa da Roçada - 62

- Póvoa Dão - 138, 389
- Póvoa de Abraveses - 367
- Póvoa de Cervães - 52
- Póvoa de Espinho - 384
- Póvoa de Mundão - 388
- Póvoa de Sobrinhos - 381
- Povolide-141, 142, 143, 144, 225, 249, 250, 388, 389, 415, 434, 435
- Prime - 135, 381
- Queirã - 170, 171, 301
- Queiriga - 20, 122, 123, 157, 275, 333, 334, 383
- Queiriz - 32, 205, 336, 388, 423, 426, 431, 434
- Quinta da Ponte - 42, 291
- Quinta da Taboadela
- Quinta da Vila - 76
- Quinta das Barcas - 385
- Quinta das Donegas -99
- Quinta de Marim - 181
- Quinta de Vila Nova do Rego - 249
- Quinta do Casal - 223
- Quinta do Moirinho - 96
- Quinta do Viso - 151
- Quinta dos Frades - 375
- Quinta dos Matos - 240, 430, 432, 434, 435, 437
- Quinta dos Moinhos - 53
- Quintela de Azurara - 53, 180, 253, 308, 387, 421, 426, 434
- Ral - 378, 380, 396
- Ramirão - 245, 387, 434, 435
- Ranhados (Meda) - 322
- Ranhados (Viseu) - 144, 145, 146, 147, 192, 194, 196, 197, 340, 358, 374, 375, 392
- Rãs - 240
- Real das Donas - 169
- Rebordinho - 389
- Reguengo - 168
- Reguengos de Monsaraz - 252
- Reigoso - 291, 296, 297, 372, 374, 378, 380, 399, 402
- Reims - 391
- Repeses -147, 160, 192, 194, 196, 197, 250, 340, 382, 383, 413, 426, 428, 429, 434, 435
- Resende - 390
- Ribafeita - 148, 149
- Ribeira - 382, 390
- Ribeira da Fraga - 140
- Ribeira da Muxagata - 325
- Ribeira da Senhora da Vitória
- Ribeira de Asnes - 119
- Ribeira de Ludares - 387
- Ribeira de Orgens - 141
- Ribeira de Santiago - 366
- Ribeira de Sasse - 119
- Ribeira de Sezures - 77
- Ribeira de Sizão - 380
- Ribeira de Taveiró - 321
- Ribeira do Convento - 100
- Ribeira do Fontelo - 338
- Ribolhos - 390
- Rio Águeda - 323, 325
- Rio Alcofra - 326
- Rio Alfusqueiro - 326, 329
- Rio Asnes - 328
- Rio Cabrum - 390
- Rio Castelo - 66
- Rio Cávado - 403, 409
- Rio Côa - 322, 323, 325
- Rio Dão -36, 71, 113, 135, 137, 142, 155, 156, 263, 328, 375, 381, 386, 389
- Rio de Loba - 149, 150151
- Rio de Moinhos - 101, 298, 386, 388, 389, 398, 402
- Rio Dinha - 328, 409
- Rio do Bom Nome - 338
- Rio Douro - 319, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 344, 383
- Rio Ludares - 75
- Rio Merdeiro - 338
- Rio Mondego - 34, 53, 277, 321, 325, 326, 327, 328, 329, 331, 346, 381, 382, 385, 387, 405, 432
- Rio Paiva - 325, 327, 328, 329
- Rio Pavia - 119, 150, 328, 338, 348, 366, 376
- Rio Sul - 377, 391
- Rio Távora - 325, 326
- Rio Tejo - 344
- Rio Varosa - 378
- Rio Vouga - 1, 88, 89, 93, 126, 132, 212, 277, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 337, 346, 377, 383, 389, 390, 404, 408
- Rio Zela - 203

- Robledillo de la Gata - 256
- Roda - 51, 293, 381, 402
- Roma - 181, 183, 239, 240, 241, 242
- Romãs - 102, 103, 104, 105, 388
- Rompecilha - 88, 335
- Roriz - 80
- Router - 165
- Rua - 323
- S. Bartolomeu de Messines - 183
- S. Cipriano - 152, 153, 314
- S. Cosmado - 19, 238, 258, 283, 284, 285, 429, 434, 435
- S. Cristóvão de Lafões - 87, 326
- S. Gemil - 389
- S. João da Fresta - 54, 55, 223, 235
- S. João de Lourosa - 153, 154, 155, 156, 157, 389, 399, 415
- S. José (Viseu) - 161, 162, 163, 164, 237
- S. Macário - 92, 326, 335
- S. Martinho - 321
- S. Martinho (Orgens) - 141
- S. Martinho das Moitas - 87, 88, 210, 211, 326, 335, 422
- S. Martinho de Mouros - 256
- S. Miguel de Vila Boa - 105, 106, 107, 108
- S. Miguel do Mato - 173
- S. Miguel do Outeiro - 389
- S. Paio de Nogueira - 282
- S. Pedro de France - 157, 158, 159
- S. Pedro do Corval - 252
- S. Pedro do Sul - 14, 83, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 181, 183, 186, 96, 200, 202, 210, 225, 228, 239, 248, 259, 285, 309, 327, 329, 330, 335, 372, 376, 377, 391, 401, 422, 437
- S. Pedro do Sul - 14, 83, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 181, 183, 186, 96, 200, 202, 210, 225, 228, 239, 248, 259, 285, 309, 327, 329, 330, 335, 372, 376, 377, 391, 401, 422, 437
- S. Romão - 321, 419
- S. Romão (Castelo de Penalva) - 70, 282, 283, 285, 430
- S. Salvador - 160, 161, 269
- S. Tiago - 162, 163
- S. Tiaguinho - 175, 374, 378, 380, 396
- Sabugal - 320, 322, 384
- Sabugosa - 119, 382
- Salamanca
- Salvador - 320, 344
- Sampaio - 166
- Sanfins - 326
- Sangemil - 78, 232, 233
- Santa Ana - 321
- Santa Comba Dão - 330
- Santa Cruz da Trapa - 376, 378
- Santa Cruz da Vilariga - 323
- Santa Luzia - 47, 384
- Santa Maria - 151, 152, 182, 241, 242, 243, 246, 251, 261, 266, 271, 301, 316
- Santa Ovaia - 390
- Santa Ovaia de Baixo - 112
- Santa Ovaia de Cima - 112
- Santar - 64, 65, 375, 391
- Santiago de Cassurães - 55, 56, 57
- Santiago de Compostela - 365
- Santiaguinho - 175
- Santo André - 386
- Santo Estevão (Abraveses) - 299, 402
- Santo Estevão (Sabugal) - 384
- Santos Evos - 388
- Sardenha - 395
- Sátão - 14, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 149, 240, 244, 298, 329, 330, 386, 388, 432, 437
- Segovia - 226
- Seia - 372
- Seixa - 378, 380, 400
- Senhora de Mércules - 321
- Senhorim - 66, 384
- Sernadinha - 175, 378, 380
- Sernancelhe - 325, 372
- Serra da Arada - 324, 326
- Serra da Baralha - 57, 381
- Serra da Estrela - 57, 156, 320, 321, 325, 329, 372, 381, 382, 401, 404
- Serra da Freita - 324
- Serra da Gardunha - 321
- Serra da Gávia - 376, 378
- Serra da Gralheira - 325, 326, 327, 378, 404
- Serra da Lapa - 321, 323, 325, 327
- Serra da Marofa - 323
- Serra da Muna - 327, 338
- Serra da Nave - 326, 329, 331, 338

- Serra da Paramuna - 77, 336, 423
- Serra da Pousada - 58
- Serra de Açor - 320
- Serra de Cota - 327, 330
- Serra de Leomil - 325
- Serra de S. Macário - 406
- Serra de Silvares - 277
- Serra de Vila Mendo - 387
- Serra do Caramulo - 278, 325, 326, 327, 329, 333, 334, 338, 390, 398, 404, 408
- Serra do Montemuro - 321, 325, 326, 327, 338
- Serra dos Mouros - 423
- Serrazes - 88, 91, 330
- Sezures - 80, 81, 82, 388
- Silgueiros (Bodiosa) - 124
- Silgueiros (Viseu)- 389, 415
- Silvã - 110
- Silvã de Baixo - 102, 103
- Silvã de Cima -109, 110, 111, 244, 298, 386, 388
- Silvares - 120, 277
- Síria - 395
- Sobral Pichorro - 33
- Sobreira - 378, 380
- Soure - 347
- Soutinho - 307
- Sul - 92, 335, 391, 423
- Tábua - 372, 395
- Talabriga - 5, 373, 376
- Tarouca - 372
- Teivas - 145, 389
- Teixoso - 320
- Termas de Lafões - 88, 93, 94, 129, 181, 182, 186, 187, 192, 202, 285, 377, 379, 391, 406, 421, 422, 426, 427, 428, 433, 434, 435
- Termas de S. Pedro do Sul - Ver *Termas de Lafões*.
- Toledo - 348
- Tondela - 14, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 184, 219, 277, 281, 325, 416
- Torredeita - 165, 166, 382, 390
- Touça - 174
- Toulouse - 395
- Tragos - 386
- Trancoselos - 387
- Trancoso - 325, 338, 372
- Travanca de Baixo - 57, 58
- Travanca de Tavares - 57, 58
- Travassinho - 105, 106
- Travasso - 106
- Travassos - 388
- Travassós (Oliveira de Frades)-380
- Travassós de Baixo - 383
- Travassós de Cima - 149, 150
- Travassos de Órgens - 150
- Três Minas - 187
- Trêves - 391
- Ucha - 91, 202, 203, 220
- UI - 344
- Urgeiriça - 60
- Vale da Ribeira - 99
- Vale de Cavalos - 122
- Valência - 194
- Valongo - 193, 425
- Valverde del Fresno - 322
- Várzea - 93, 181, 186, 285
- Varzielas - 326
- Veiga - 100
- Vendas de Cavernães - 128, 129, 214, 215, 216, 424
- Vermilhas - 172, 218, 275, 333, 390
- Vide - 323
- Vil de Souto - 166
- Vila Boa - 108, 268, 437
- Vila Chã de Sá - 167, 382
- Vila Corça - 141
- Vila de Rei - 112, 382
- Vila de um Santo - 131, 132
- Vila Garcia - 79
- Vila Nova de Espinho - 42, 43
- Vila Nova de Paiva - 14, 122, 123, 275, 383
- Vila Nova do Campo - 127, 389
- Vila Real - 193
- Vilar d' Ordem - 142
- Vilar de Baixo - 143
- Vilar de Besteiros - 121, 382
- Vilar de Maçada - 193
- Vilar Seco - 67, 68
- Vilariga - 323
- Vilarinho - 378, 380
- Vilas Boas - 323
- Vildemoinhos - 161, 382

- Vilharigues - 174, 175, 374, 378, 379, 380, 400, 401
- Villamesias - 231
- Viseu - 5, 6, 7, 8, 13, 14, 17, 19, 24, 27, 28, 34, 42, 68, 86, 104, 114, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 182, 187, 188, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 207, 211, 214, 215, 216, 219, 220, 225, 231, 233, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 261, 263, 266, 267, 271, 275, 283, 285, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 307, 309, 314, 315, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 330, 333, 335, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 340, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 380, 381, 382, 383, 385, 388, 389, 391, 392, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 402, 402, 404, 406, 407, 410, 411, 413, 414, 415, 416, 419, 420, 421, 422, 423, 426, 427, 428, 431, 434, 435, 436, 437, 439, 440
- Vouguinha - 383
- Vouzela - 14, 120, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 202, 203, 218, 275, 276, 301, 302, 324, 325, 326, 327, 330, 333, 337, 374, 378, 379, 380, 399, 402, 405, 408
- Zamora - 270
- Zonho - 314

III - GEOGRAPHICA

- Aeminium - 321, 347
- Alaba - 201
- Alba - 201
- Albocela - 194
- Albuçela - 194
- Aquae Sulis - 202
- Araocellum - 51, 193, 284
- Arboukale - 425
- Arbua - 224, 425, 433
- Arcobriga - 249, 433
- Arelate - 90, 139, 370
- Assanianca - 322
- Bania - 323
- Beseo - 348
- Bracara Augusta - 247
- Caielobriga - 188, 190, 191, 285, 335, 336, 421
- Caliabria - 323, 325
- Caliabria - 323, 325,
- Castellum Araocelensis - 258, 404, 414, 423
- Castellum Cosigos - 336, 337
- Castellum Nacosos - 222, 223, 224, 334, 336, 337, 406, 414, 425, 426
- Castellum Ocelensis - 336, 379
- Castellum Vacoaicus - 379
- Castra Caecilia - 363
- Castra Servilia - 363
- Castrum Vesensis - 340
- Civitas Aravorum - 319, 322
- Cizicus - 369
- Coilarnum - 242
- Conimbriga - 321, 347
- Constantinopolis - 90
- Corduba - 364
- Derevaecas - 276
- Emerita - 361
- Interamano - 347
- Interamnensia - 347
- Interannensia - 347
- Interannesia - 347
- Interanniesia - 347
- Lancia - 347
- Lancia Oppidana - 322

- Lugdunum - 90, 119, 370
- Mediolanum - 371
- Murca - 75, 77
- Nicomedia - 369
- Ocelum - 193, 203, 320
- Roma - 119, 139, 368, 369, 370
- Sorta - 325
- Talabriga - 5, 361, 373, 376
- Tongobriga - 247
- Treveri - 139, 369
- Vacca - 212, 347, 360
- Vacua - 212, 337

- Vaseo - 347
- Verrurium - 347
- Veseo - 347, 348
- Zezeo - 348
- Vico - Aquario - 347
- Vise (l) u - 347
- Viseo - 347, 348
- Visoncio - 347
- Vizo - 347

IV - GENTES ET POPULI

- Alabaraici Sulenses - 334, 423
- Ambroeci - 323
- ~~Arabrigenses~~ - 319, 321, 323, 325, 386
- Araocelenses - 284, 334, 336
- Aravi - 319, 322, 386
- Arvoni - 277
- Assaniancenses - 322
- Banienses - 319, 322, 323
- Bardili - 320
- Caielobrigoi - 188, 190, 191, 334, 336, 337, 429, 431
- Celtici - 320
- Coilarni - 319, 321, 322, 323, 324, 325
- Cosigos - 222, 334, 336, 431
- Depenori - 184, 203, 335, 336
- Igaeditani - 319, 320, 322
- Interannienses - 281, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 334, 344, 347, 363
- Ireucoutiori - 277
- Lancienses - 320, 321
- Lancienses Transcudani - 319, 320, 322
- Lancobrigenses - 324
- Lancienses Oppidani - 319, 320, 321, 322
- Magareaicoi - 188, 189, 191, 334, 335, 336, 337, 406, 423, 431

- Meidubrigenses - 314, 320, 322, 323, 386
- Mirobrigenses - 320
- Nacosi - 334, 336, 425, 425, 431
- Nilaicui - 334, 337, 423
- Ocelenses - 320, 321, 334, 336, 337, 423
- Oilienaiici - 334, 336, 423
- Paesuri - 319, 324, 326
- Petranioi - 188, 230, 334, 336, 337, 410, 421
- Plumbarii - 320, 322
- Sulenses - 334, 337, 423
- Talabrigenses - 324, 326
- Tapori - 250, 251, 252, 319, 321
- Tatibeaicui - 334, 336, 337, 431
- Toutadigoi - 423
- Turduli - 320, 324
- Vacoaici - 334, 336, 337
- Vacci - 194
- Veaminicori - 188, 334, 335, 337, 410
- Visanci - 323, 347

V - DIVINDADES

- Alabanda - 201
- Alabandis - 201
- Albocus - 193, 424
- Albuclaincus Efficax - 148, 192, 193, 194, 196, 221, 250, 382, 424, 425, 426, 428
- Arantius Tanginiciaecus - 221
- Arantius Tritiaecius - 229
- Arus - 198, 149, 335, 425, 426
- Banda - 194, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 422, 423, 426, 427, 428, 431
- Banda Alabaraicus Sulensis - 200, 426
- Banda Araugelensis - 423
- Banda Ocelensis - 91, 203, 336, 423, 426
- Banda Oilienaicus - 204, 205, 221, 336, 426
- Banda Tatibeaicos - 334, 336, 337, 426, 431
- Besencla - 207, 210, 348, 425, 426, 428, 431
- Cabar - 200, 201
- Coloveseis Caielonis Cosigos - 222, 425, 426, 429, 430
- Coseis Vacoaicus - 212, 221, 337
- Cocus - 194, 211, 422, 423, 424, 426
- Crouga - 422, 423, 426, 430
- Crouga Magareicos - 188, 189, 190, 191, 194, 214, 221, 420
- Crouga Nilaicuis - 213, 221
- Crouga Vesucus - 423
- Deus Vacocaburius - 212
- Deus Vagodonnaegus - 212
- Iovea Caielobrigos - 188, 336, 420
- Jupiter - 179, 180, 181, 182, 183, 187, 189, 190, 199, 200, 420, 421, 422, 426, 427, 437
- Lar Couticuis - 223, 425
- Lar Coutiosus - 223, 425
- Laraucus - 424
- Lares Turolici - 182
- Lurunis - 128, 129, 214, 215, 216, 217, 220, 424, 426
- Mars - 184, 199, 200, 201, 420, 422, 426, 427
- Martis Genius - 91, 184, 336, 428
- Mercurius - 129, 179, 185, 186, 420, 422, 426, 427, 433
- Mercurius Augustorum Aguaicus - 94, 186, 422, 433
- Minerva Cabardiensis - 201
- Paisicaicoieus - 218, 219
- Peintici - 219, 221, 424, 426, 427, 429, 432
- Petranios - 189
- Tongoe Nabiaco - 247
- Tritia - 255
- Vasegus - 347

VI - NOMINA

- Aelius - 211, 434
- Allius - 214, 215, 239, 434
- Aponeus - 185, 429, 434
- Aponius - 185, 429
- Articuleius - 281, 344
- Aurelius - 229, 265, 266, 434
- Caielianus - 283, 284, 285, 429, 434
- Cantius - 188, 288
- Celicus - 433
- Claudius - 200, 218, 234, 291, 434
- Clodia - 233, 235
- Cornelius - 307
- Frontonius - 243
- Heredius - 308
- Lucanius - 248
- Magius - 186, 187, 226, 433, 434
- Manlius - 219, 220, 424, 431, 432, 435
- Memmia - 183, 421, 431, 435
- Plautius - 286, 435
- Rufinus - 192, 194, 424
- Valeria - 196, 216

- Valerius - 195, 196, 197, 217, 234, 235, 241, 249, 269, 423, 433, 435
- Victoria - 186, 433, 435

VII - COGNOMINA

- Acilis - 226, 430, 434
- Acilius - 227, 430
- Aelatius - 192, 194, 424, 434
- Albinianus - 250
- Albinianus - 266, 267, 434
- Albinus - 193, 262, 267, 434
- Albonius - 193, 225, 250, 434
- Albura - 193
- Allucius - 226
- Alluquius - 226
- Aluquus - 226, 238, 434
- Amoena - 225, 228, 263, 266, 434
- Anceta - 236, 434
- Angeta - 236
- Aper - 241, 242, 434
- Apinis - 205, 206, 430
- Apinna - 228
- Apinus - 206, 430, 434
- Arantonius - 270, 271
- Arbuensis - 223, 425, 4334
- Arcobrigensis - 433, 434
- Areinus - 261, 265, 434
- Aremagios - 227
- Arenius - 262
- Aro - 198
- Arreinus - 264, 265, 434
- Arrenus - 262
- Arro - 198
- Auccaba - 226
- Auguranus - 254
- Augurinus - 254
- Auguris - 254
- Augustinus - 254
- Aventinus - 181, 421, 434
- Avintina - 181
- Avitus - 200, 232, 308, 434
- Batus - 226, 227, 434
- Botia - 252
- Boucius - 266, 267, 434
- Boutinus - 252
- Boutis - 250, 251, 430, 434
- Boutius - 228, 252, 267, 282, 430, 434
- Boutus - 430
- Cabureina - 229, 230, 271, 430, 434
- Caburius - 226, 227, 434
- Caburus - 227, 230
- Cadilla - 244
- Cadroilo - 244
- Cadus - 211, 243, 434
- Caelenicua - 285
- Caelenus - 285
- Caeleo - 285
- Caelius - 230, 285
- Caeloniga - 285
- Caeno - 256
- Caenonicienus - 256
- Caenonius - 256
- Caelonis - 222, 425, 426, 429, 430
- Caelonus - 222, 430
- Caino - 255, 434
- Calenicua
- Calicus - 285
- Calvus - 263, 434
- Camalianus - 231, 434
- Camalus - 179, 203, 204, 211, 230, 231, 248, 432, 434
- Camira - 249, 270, 271
- Camiranus - 249
- Camranus - 249, 433, 434
- Carro - 218
- Carrus - 218
- Cattia - 216, 434
- Catto - 218
- Cattus - 218
- Caturio - 218
- Caturis - 218
- Caturio - 217, 218, 434
- Caturonus - 218
- Celerinus - 232, 434
- Celius - 229, 230, 434
- Celtius - 203, 204, 207, 208, 209, 210, 213, 264, 265, 423, 432, 434

- Cicero - 243, 244, 434
- Cilea - 257, 258, 434
- Cilia - 257, 258, 429, 434
- Cinius - 236, 237, 434
- Cinna - 237
- Cintugenus - 227
- Cintugnatus - 227
- Cintumunis - 226, 227, 434
- Cintusmus - 227
- Cirus - 432, 434
- Clementinus - 213, 434
- Competrus - 222, 434
- Compse - 233, 235, 434
- Cuma - 242
- Cumana - 242
- Cumelius - 241, 242, 432, 434
- Cumis - 242
- Cumpacatus - 241, 242, 434
- Cupavus - 218
- Decianus - 286, 434
- Decimus - 219, 220
- Decius - 434
- Deiburana - 236, 434
- Docquirus - 61, 207, 208, 209, 210, 432, 434
- Duatius - 205, 206, 434
- Elatia - 194
- Estinus - 216
- Estius - 216
- Firminus - 237, 263, 434
- Firmus - 237, 263, 434
- Flacus - 243, 434
- Flaus - 239
- Flavina - 238, 239, 435
- Flavus - 238, 239, 434
- Florentinus - 240, 433, 435
- Florinus - 240, 241, 433, 434
- Florus - 240, 241, 433, 435
- Fronto - 433
- Frontonius - 243, 434
- Fuscus - 262, 434
- Gallus - 268, 435
- Gerontia - 234, 431, 435
- Herenianus - 234, 235, 431, 435
- Hiberus - 275
- Icabeumin - 239
- Icantus - 239
- Ideca - 239
- Idica - 238, 239, 435
- Indebilis - 239
- Inderca - 239
- Iuventius - 234, 235, 435
- Leua - 224
- Leunicus - 224
- Leurus - 224, 433, 435
- Lobaenus - 245, 246, 435
- Lobesa - 246, 435
- Lobessa - 246
- Lollianus - 308
- Longeia - 231, 435
- Longinus - 231, 247
- Lovesius - 246
- Lucanius - 248
- Lucanus - 248, 435
- Maelo - 250, 251, 435
- Magio - 227, 435
- Magiomarus - 227
- Magiorix - 227
- Magulio - 227
- Mailgeinus - 224
- Mailgenus - 224
- Malgeinus - 224, 226, 425, 433, 435
- Manius - 246
- Manus - 245, 246, 435
- Marcea - 254
- Marcellus - 254
- Marcianus - 254
- Marcinus - 253, 254, 435
- Marcus - 253, 254
- Maxima - 271
- Maximina - 271
- Mearus - 255, 256, 435
- Medugenus - 224
- Minus - 227
- Modestinus - 188, 238, 257, 258, 435
- Modestus - 200, 237, 238, 257, 258, 284, 285, 435
- Muna - 227
- Munus - 227
- Origenus - 224
- Pacatus - 241, 242, 435
- Pelgus - 243
- Pellicus - 243
- Pellus - 243, 435
- Pentovius - 230
- Petobus - 191, 229
- Pisirus - 230, 231, 435
- Placedus - 195, 196, 197, 429

- Placidus - 196, 263, 429, 435
- Procela - 179, 429, 435
- Procilia - 179, 260, 429, 435
- Pudens - 222, 435
- Rebbilus - 270
- Reburus - 186, 187, 246, 247, 269, 270, 433, 435
- Rectugenos - 224
- Regulus - 281, 344
- Reucalius - 182, 421, 435
- Rufinius - 308, 435
- Rufinus - 188, 192, 194, 261, 424, 434, 435
- Rufius - 308, 435
- Rufus - 192, 194, 260, 261, 263, 308, 424, 435
- Rusticus - 260
- Sara - 264, 265, 435
- Sateilus - 217, 218
- Saturninus - 186, 433, 435
- Saturnus - 187
- Senio - 307
- Serenis - 265, 435
- Serenus - 266
- Severus - 214, 215, 263, 435
- Sosumus - 185, 435
- Strabo - 183, 431, 435
- Sunua - 255, 266, 267, 435
- Tancinus - 232, 233, 434
- Tanginus - 215, 264, 265, 434, 435
- Taporus - 250, 251, 435
- Taus - 270
- Tiro - 188, 435
- Tirus - 268
- Tiusgus - 219, 220, 435
- Toncinus - 246, 435
- Tongeta - 229, 230, 247, 270, 271, 435
- Tongetamus - 247
- Tonginus - 247
- Tongius - 247
- Trevoatus - 226, 435
- Tridallus - 227, 255
- Tritai - 255
- Triteus - 227, 255, 429, 435
- Tritius - 227, 255, 429
- Trofima - 269
- Trofime - 269
- Trofimen - 268, 269, 431, 435
- Trofimus - 269
- Tureius - 219, 220, 435
- Turoibus - 182, 421, 435
- Turos - 323
- Uccius - 226
- Ulpinus - 203, 204, 435
- Ulpius - 204
- Ursus - 268, 269, 435
- Valens - 240, 433, 435
- Valodus - 241
- Valutius - 241
- Vicanus - 282
- Victorilla - 186, 433, 435
- Viriatis - 206, 227, 246, 247, 430, 435
- Viriatus - 206, 227, 430

VIII - IMPERADORES

(Incluem-se imperadores e Césares e os reis visigodos)

- Alexander - 283
- Antoninus Pius - 295
- Augustus - 132, 220, 281, 286, 342, 343, 345, 346, 364, 419
- Caracala - 295, 296, 398, 399, 402
- Claudius - 84, 90, 118, 258, 286, 290, 291, 292, 300, 344, 345, 358, 368, 378, 398, 399, 402, 409, 419
- Claudius II - 85, 115, 119, 368
- Constans - 90, 139, 358, 369, 370, 371
- Constantinus I - 93, 106, 116, 119, 297, 298, 303, 368, 369, 380, 398, 399, 402
- Constantinus II - 90, 358
- Constantius - 369, 402
- Constantius Clorus - 294, 295, 398
- Constantius II - 90, 139, 369, 370, 371
- Crispus Caesar - 85r
- Dioclecianus - 295
- Domicianus - 118
- Galienus - 85

- Gordianus - 30, 344
- Gratianus - 370
- Hadrianus - 47, 118, 295, 301, 319, 378, 382, 398, 399, 402, 419
- Honorius - 379
- Julianus II - 90, 139
- Licinianus - 402
- Licinius Junior - 293, 294
- Magnentius - 370
- Magnus Maximus - 370
- Marcus Antoninus - 295
- Marcus Aurelius - 139, 295
- Maximianus - 110
- Nerus - 118
- Nerva - 47, 118, 127, 290, 295, 296, 299, 344, 345
- Numereanus - 291, 296, 297, 380, 381, 398, 402
- Recaredo (Visigodo) - 150
- Severus Alexander - 95, 119
- Sisebuto (Visigodo) - 348
- Tacitus - 175, 302, 380, 398, 399, 402
- Tiberius - 25, 344, 345, 346
- Titus - 118
- Trajanus - 47, 93, 118, 189, 190, 204, 295, 299, 301
- Vespasianus - 52, 84, 118
- Vitelius - 118

IX - TRIBOS

- Aemilia - 219, 220, 424, 431

POSFÁCIO

A presente publicação surge quatro anos decorridos sobre a sua apresentação como dissertação de doutoramento à Universidade de Coimbra. Nestes quatro anos, a investigação arqueológica evoluiu bastante e hoje existem elementos e novas descobertas que não surgem ainda no texto que se apresenta. Como tive ocasião de referir nas próprias provas de Doutoramento, mesmo no intervalo de cerca de três meses decorrido entre a entrega da tese e a data das provas, novas descobertas foram sendo feitas na região de Viseu. Optamos por publicar o texto tal como foi apresentado nas provas de doutoramento. Poderíamos ter feito algumas alterações a este texto. No entanto, as novas descobertas ou revisões feitas não alteram substancialmente as conclusões principais que explanamos nas centenas de páginas escritas e essa é a razão principal por que não alterámos o texto. Por outro lado, a publicação do texto tal como foi apresentado, marca um ponto de partida para novas interpretações e novas conclusões que irão tirar-se no futuro e que, aliás, começaram já reflectir-se em outras investigações que na zona de Viseu têm sido feitas. Assim, pareceu importante manter esta publicação com o texto tal como foi escrito originalmente. Embora sujeito a críticas, este foi o critério por que optámos.

Acrescentámos ao texto apresentado nas provas, os índices finais. No índice "Estações" indicamos as várias estações arqueológicas de todas as épocas citadas no texto, mesmo que sejam pré-históricas ou fora do âmbito da área geográfica em estudo. Há nomes de estações que coincidem com nomes geográficos. Neste caso indicamos o nome na entrada "Estações", sempre que ele aparece referido à estação em causa e na entrada "Geográfico" sempre que aparece como mera referência de localização.

Nos índices de palavras latinas (*divindades, gentes et populi, Geographica, Imperadores, nomina e cognomina*) utilizamos sempre o nominativo, do singular ou do plural, consoante os casos.

Para terminar queremos agradecer à Comissão de Coordenação da Região Centro, na pessoa do seu Presidente, Professor Doutor José Reis, a abertura desde logo manifestada quando lhe propusemos a edição deste texto. A maior alegria de um investigador é mostrar aos outros o fruto do seu trabalho. No caso vertente, tal só foi possível porque o Professor José Reis soube mostrar que sente o que é ser investigador e demonstra assim que sabe apreciar o trabalho que outros tentam desenvolver em prol da região que dirige. À boa maneira beirã, ousou dizer-lhe, Bem Haja.

ERRATA

Página	Onde se lê	Deve ler-se
43	uns	---
56	Cassurrães. Santiago	Cassurrães, Santiago
91	Ocelense	Ocelense
96	136	139
142	Quinta da Ribeira	Quinta da Branca
153	Cipriano	S. Cipriano
163	Quinta do Dias. ou dos Carvalhos	Quinta do Dias ou dos Carvalhos
164	sobranceria	sobrancelira
179	Fornos de Algodres. Fornos de Algodres	Fornos de Algodres, Fornos de Algodres
180	Mangualde, Viseu	Mangualde.
188	Castro Daire, Viseu	Castro Daire.
191	Petravioi	Petranioi
223	TONC,, (castelli)	TONC., / . ð . (castelli)
231	Lamas de Moledo, Lamas de Moledo	Lamas de Moledo, Moledo
249	Viseu, Viseu Povolide, Viseu	Viseu Povolide
332	26%	24%
335	Macareaicoi	Magareaicoi
386	Possivelemte	Possivelmente
387	Algodes	Algodres

